

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Napoleão visto pela luneta d'El-Rei:
construção e usos políticos do imaginário francês e napoleônico
na América portuguesa
(ca. 1808-1821)**

Raquel Stoiani

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Modesto Florenzano

São Paulo
2009

*A meu pai, Alcídio, marujo destemido que se viu
forçado a abandonar a aventura de atravessar esse
grande oceano que é a vida*

*À Gabrielle e Giovanna, minhas sobrinhas,
grumetes que principiam a desbravar novos mares*

*Aos entes queridos e desejados que já existem no
meu coração e do Cris e que esperamos que
venham compartilhar conosco nossas travessias*

Resumo

O propósito deste trabalho é estudar o delineamento e os usos políticos do imaginário francês e napoleônico na América portuguesa, especialmente durante o processo de reorganização da Corte bragantina no Rio de Janeiro de 1808 a 1821. Problematizamos esta temática por intermédio de três interrogações essenciais: (1) que imagens de Napoleão o governo português divulgou nos anos iniciais de sua presença na América?; (2) em que medida essas imagens sustentaram (ou não) atitudes de repúdio à França e aos franceses de modo geral? e (3) que alterações ocorreram nessas representações no período posterior ao término das Guerras Peninsulares e da queda de Napoleão? Constatamos o uso de muitas dessas imagens pelo governo joanino com a intenção de reforçar seu status político e o controle sobre seus súditos, bem como resquícios dessas representações no imaginário da América portuguesa – mesmo após a queda do Império napoleônico – apesar do restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais entre França e Portugal e a positivação do elemento francês na Corte do Rio.

Abstract

Our purpose is to study the outlines and political uses of French and Napoleonic imaginary in the Portuguese America, especially during the reorganization process of the House of Braganza and the Portuguese Court in Rio de Janeiro from 1808 to 1821. We inquiry that thematic through three essential questions: (1) which images from Napoleon the Portuguese Government publicized in the initial years of its presence in the America? (2) how did those images support (or not) the refuse attitude to France and to French people in general? and (3) what kind of changes occurred in those representations after the ending of Peninsular Wars and the fall of Napoleon? We verify that the use of those images by Dom João's government had the intention to reinforce his political status and the control over his subjects, as well as traces from those representation in the Portuguese America imaginary – even after Napoleonic Empire fall – despite of Diplomatic and Commercial re-establishment between France and Portugal and the ‘French element’ appreciation in the Court of Rio.

Palavras-chave: Napoleão Bonaparte/ *Gazeta do Rio de Janeiro*/ Brasil Joanino (1808-1821)/ França (representações)/ Franceses (representações).

E-mail da autora: rstoiani@yahoo.com

Abreviaturas

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

GERJ – Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro

GRJ – Gazeta do Rio de Janeiro

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

Agradecimentos

Difícil não comparar, diante dos exemplos de dois ilustres viajantes como Gulliver e d. João, todos os anos de pesquisa que resultaram neste doutorado a uma arriscada e longa aventura por mares distantes. Em meu caso, ainda que o porto de partida e o de chegada fossem conhecidos, não tinha noção das calmarias e tempestades que iria enfrentar, dos povos que viria a conhecer, das águas profundas em que chegaria a navegar. Como em um navio, no qual ainda que alguém tenha o leme em mãos isso por si só não basta para colocá-lo em movimento, havendo que se contar também com a tripulação, com um experiente capitão, boa provisão de víveres e vento para impulsionar as velas, minha tarefa de pesquisa e confecção da tese contou com diversos apoios, sem os quais o naufrágio seria quase certo.

Inicialmente, gostaria de destacar o auxílio financeiro da CAPES recebido ao longo do doutorado e viabilizado pela seleção interna do Departamento de História da USP. Além da dedicação exclusiva ao projeto proposto, a bolsa CAPES possibilitou igualmente minha pesquisa em arquivos, minha participação em encontros científicos e a compra de livros e de todo o material de que tive necessidade ao longo do doutorado.

Se houve alguém que capitaneou a nau em que me encontrava, este foi o meu orientador professor Modesto Florenzano. Com sua paciência, humildade, estímulo, compreensão e tranquilidade foi ele quem me auxiliou nesta travessia, dando-me segurança, com sua experiência, e corrigindo os rumos desta aventura em que havia embarcado, visto que, vez por outra, um vento mais forte ou a falta dele faziam com que eu rumasse para lugares que me desviavam ocasionalmente do objetivo principal da tese. Mais uma vez, só tenho a agradecer ao senhor a oportunidade desta orientação e a confiança novamente depositada em minha capacidade.

Minha aventura pelo vasto oceano que eu desejava singrar também jamais teria ocorrido sem o auxílio de duas grandes bússolas: a professora Laura de Mello e Souza e a professora Cecília Helena de Salles Oliveira, ambas docentes do Departamento de História da USP. Além de apontarem, no momento da minha qualificação, quando se mostraram atenciosas leitoras e debatedoras do meu trabalho, os nortes que eu deveria tomar para chegar ao meu destino, também foram constantes apoiadoras e divulgadoras de minhas pesquisas. Vocês são dois exemplos que guardo com carinho na carreira acadêmica. Laura, suas menções públicas a meu trabalho me engrandecem e me dão ânimo para prosseguir. Cecília, jamais esquecerei a primeira vez em que a conheci e você, com toda a bondade e modéstia, sentou-se comigo em um dos bancos da FFLCH e

me passou, de próprio punho, as indicações bibliográficas a partir das quais eu iniciaria este doutorado.

Ainda gostaria de deixar aqui meu agradecimento e meus elogios ao pessoal do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em especial a Karla Krause e Satiro Ferreira Nunes. Jamais imaginei encontrar tanto profissionalismo, organização e pontualidade em um órgão público. Senti-me orgulhosa, enquanto pesquisadora brasileira, por ter desembarcado nesta ilha paradisíaca repleta de preciosidades documentais. Pena que a estadia tenha sido tão curta.

Ao “POVO IFCH” – Rê, Vana, Marcão, Fer, Shê, Jô, Lú, Renato, Alejo e Rô – fica aqui meu muito obrigada por vocês fazerem parte da minha tripulação, mantendo-se ao meu lado, ao longo dos anos, apesar do vai e vem das marés desta vida. Ao querido Humberto Pignatta, que além de ser “meus olhos” em Paris foi o melhor guia que eu poderia ter tido quando resolvi me aventurar pelas águas do Sena, faltam palavras que expressem o tamanho de minha gratidão. Espero que chamá-lo “amigo” demonstre isso minimamente. Ainda gostaria de fazer uma menção a uma pessoa que cada vez mais se tem feito presente com seu carinho, atenção e companheirismo, sempre aparecendo com seu bote salva-vidas quando o risco de naufrágio se aproxima: Daniela Maldonado.

À minha família, porto seguro com o qual sempre posso contar, que, ante a longa e, muitas vezes, desgastante jornada em que estive envolvida, ficava apreensiva diante do desconhecimento do meu paradeiro, muitos agradecimentos. À minha mãe Marta, à minha irmã Nicole, ao meu cunhado Gian e às minhas sobrinhas, Gabrielle e Giovanna. Não poderia deixar de mencionar o maravilhoso acolhimento e apoio que me foi dado em minhas duas estadias no Rio de Janeiro por meu primo Juliano, sua esposa, Kelly, e Antônio, filho do casal. Se não fossem vocês, não sei se teria me aventurado a desembarcar com tanta tranquilidade por aquelas paragens. Portanto, saibam que vocês foram essenciais para que eu concluísse minha pesquisa.

E, para finalizar minhas declarações de agradecimento, você, Cris, jamais poderia faltar. Companheiro de todas as horas, você, mais do que ninguém me apoiou a levantar âncora e me lançar nestes vastos mares que ora me apavoraram, ora me encantaram. Nos momentos em que não havia muito vento, você ajudou a impulsionar as velas da minha embarcação, não me deixando desistir diante das adversidades. Nas ocasiões em que tudo era noite, tempestade e mar revolto, você me proporcionou coragem e esperança para aguardar a bonança. E, como estas atitudes não se circunscrevem a este momento, mas sempre marcaram nossa convivência, a você, meu Amigo, meu Amor, meu Anjo protetor, meu grande companheiro nas grandes travessias em que tenho me aventurado, minha gratidão e meu coração.

Índice

Introdução	11
Capítulo 1. A viagem do novo Gulliver rumo a Liliput tropical.....	19
1.1. Em fuga ou não, navegar é preciso (ainda que em águas turbulentas).....	20
1.2. E a tormenta se forma no horizonte: o choque entre os novos e os velhos interesses	24
1.3. Ser anglófilo ou ser francófilo, eis a questão: a reedição das disputas franco-inglesas no interior da Corte portuguesa	36
1.4. Aos que ficam, o último adeus; aos que chegam, as boas vindas	50
1.5. E d. João (re)descobriu o Brasil	64
1.6. E a Europa descobriu o Brasil.....	80
1.7. Que venha a guerra (antes tarde do que nunca)!	94
Capítulo 2. Uma guerra sem soldados e sem canhões; a Impressão Régia e o combate aos franceses na América portuguesa	106
2.1. A tipografia como arma de guerra	106
2.2. <i>A Gazeta do Rio de Janeiro</i> e a campanha antinapoleônica.....	118
2.3. A guerra contra a França na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	134
Capítulo 3. Napoleão Bonaparte: a grande face do inimigo	165
3.1. A caracterização de Napoleão Bonaparte na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	166
3.1.1. Os termos mais usados.....	168
3.1.2. Napoleão versus França	181
3.1.3. Legitimidade monárquica versus Revolução.....	189
3.1.4. Os diversos corpos imaginários de Napoleão	204
3.1.5. O inimigo da Religião Católica	211
3.1.6. Napoleão: a soma de todo o mal.....	220
3.1.7. Perfil psicológico e comportamental	227
3.1.8. Monarquia Universal e Sistema Continental	241
3.1.9. Representações antinapoleônicas diante da Europa pós-1815.....	250

Capítulo 4. As outras faces do inimigo: a França e os franceses.....	259
4.1. Os franceses no imaginário da América portuguesa antes de 1808: de piratas dos mares a piratas das idéias.....	260
4.2. Os franceses na livreria do Cônego: censura de livros e representações sobre a França no período joanino.....	275
4.3. A França e os Franceses na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> Digite o título do capítulo (nível 2).....	291
4.3.1. França: detratção geral.....	293
4.3.2. A França, os franceses e a Revolução Francesa.....	300
4.3.3. Franceses: detratção geral.....	301
4.3.4. O exército francês.....	314
4.3.5. O comportamento do exército francês.....	322
4.3.6. A imagem da França e dos franceses na <i>Gazeta</i> ante a queda de Napoleão.....	327
4.4. A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas.....	333
Capítulo 5. E a França “invade” o Brasil.....	355
5.1. A Corte fluminense e sua face cosmopolita.....	355
5.2. O restabelecimento das relações comerciais com a França.....	360
5.3. E os franceses “invadem” o Brasil.....	379
5.3.1. Os franceses na América portuguesa (1808-1822).....	381
5.3.2. Os franceses no Rio de Janeiro (1817-1820).....	394
5.3.3. Profissionais franceses na Corte joanina.....	404
5.4. Resquícios do imaginário napoleônico na América portuguesa após 1815.....	431
5.4.1. A Missão Francesa e a presença napoleônica na Corte do Rio.....	435
Conclusão. 1817: a volta do fantasma napoleônico.....	450
Anexo: Gráficos.....	462
Bibliografia.....	467

Índice de Ilustrações

Epígrafe (p. 10)

James Gillray, *The King of Brobdingnag and Gulliver* (1803)
<http://www.victorianweb.org/painting/18c/gillray1.html>, acesso em 17/03/2009

Gravura 1 (p. 232):

Francisco Goya, “El dos de mayo de 1808 en Madrid” ou “La carga de los mamelucos en la Puerta del Sol” (1814, Museo del Prado, Madri)

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/da/Carga_de_los_mamelucos_r_estaurado.jpg, acesso em 20/10/2008

Gravura 2 (p. 232):

Francisco Goya, “Los fuzilamientos del 3 de mayo en la montaña del Príncipe Pío” (1814, Museo del Prado, Madri)

http://es.wikipedia.org/wiki/Imagen:Francisco_de_Goya_y_Lucientes_023.jpg,
acesso em 20/10/2008

Gravura 3 (p. 429):

Debret, J. B., “Negras livres vivendo de suas atividades” (detalhe).

In: *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 216, prancha 32

Era então o tempo dos grandes planos, das grandes quimeras e das grandes partidas, quando se jogavam coroas, povos e raças sobre o tabuleiro político. Nada parecia impossível, nada improvável, nada difícil. Um tenente corso estava feito imperador da Europa; os seus irmãos, havia poucos anos esfomeados, os seus marechais, havia poucos anos soldados rasos, repimpados em tronos seculares; as nações passavam de mão para mão como notas de banco, criavam-se federações e fragmentavam-se continentes.

Oliveira Lima. *Dom João VI no Brasil*



James Gillray, "The King of Brobdingnag and Gulliver" (1803)

...em meio a uma terrível agitação mental, não pude deixar de pensar em Liliput, cujos habitantes olhavam-me como o maior prodígio que já aparecera no mundo; onde eu era capaz de segurar a esquadra imperial na mão e realizar todas aquelas proezas que ficariam registradas para sempre nas Crônicas daquele império [...]. Pensei na mortificação que seria para mim não significar absolutamente nada naquela nação [Brobdingnag] como aconteceria com um liliputiano entre nós. [...] Sem dúvida os filósofos têm razão quando nos dizem que nada é grande ou pequeno, a não ser comparativamente.

Jonathan Swift. *As Viagens de Gulliver*, reflexões de Gulliver sobre sua pequenez ao chegar a Brobdingnag, terra dos gigantes

Introdução

...não são tanto as idéias, por si só, que têm importância na história, nem mesmo as intenções dos seus autores, mas sim o contexto político e social em que elas circulam e os usos que lhes são dados...

George Rudé. *A Europa Revolucionária*¹

Napoleão Bonaparte já havia sido objeto de nossa atenção no mestrado, quando mergulhamos nos bastidores da construção simbólica de seu poder, ao privilegiar alguns de seus aspectos, como a estruturação de uma imagem pública em associação com o fortalecimento e a legalização de seu governo, apoiando-nos principalmente no conceito de representação.² Ainda que a temática fosse européia, vez por outra, em meio à bibliografia utilizada ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o Brasil podia ser divisado por pequenas frestas. Frestas estas que, apesar de despertarem nosso interesse, permaneceram inexploradas, na época, devido ao cronograma e ao objetivo de nossa dissertação.

Mas a curiosidade falaria mais alto. Assim que foi possível, começamos a espreitar, com mais atenção, entre uma fresta e outra. E o que avistávamos, quando Napoleão e Brasil se entrelaçavam na historiografia, era a vinda da Família Real portuguesa ao nosso país em busca de abrigo do inimigo francês. De um lado, um Portugal abandonado ao domínio estrangeiro e esvaziado economicamente, do outro, um Rio de Janeiro forçado, não sem alguma satisfação, a tornar-se, a toque de caixa, a capital do “mundo português”. No meio desta significativa e, como se veria mais tarde, definitiva inversão – física, política, econômica, social e cultural – causada pelo deslocamento da Corte lusa, Napoleão e suas tropas invasoras.

Rumamos, então, para a América portuguesa e percebemos que os pontos de contato entre ela e Bonaparte, muito enfatizados à época do embarque da Corte para a colônia sul-americana, esfumavam-se uma vez que aqui chegávamos. Com raras exceções, para se ouvir falar no imperador da França na historiografia geral relativa ao Brasil do início do XIX éramos forçados a arrumar nossas malas e a fazer o caminho inverso da Família Real: Napoleão, a contar por esta historiografia, ficara lá, na Europa, com seus exércitos sendo combatidos, em Portugal, pelos ingleses. Aqui, permanecia o

¹ RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária: 1783-1815*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 33.

² Cf. STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, trabalho apresentado originalmente como dissertação de mestrado, sob

silêncio sobre ele, como se a vinda de d. João tivesse magicamente desintegrado seu inimigo ou se o príncipe houvesse concluído que ele não era mais assunto com que se preocupar. Difícil acreditar, principalmente quando muitos dos emigrados que acompanharam o príncipe regente haviam deixado parentes e interesses em Portugal. Logo, o mais natural era crer que os assuntos relativos à Europa, incluindo-se aí Napoleão, deveriam continuar a interessar e que os ódios permaneciam apesar da distância.

Ao examinarmos a bibliografia sobre o período de permanência da Corte portuguesa na América verificamos que as questões recorrentes mais aprofundadas nos principais trabalhos sobre o período são: a reconfiguração da monarquia e da idéia de Império português, com suas consequências e significados, tendo como ponto de partida a transferência da Corte para o Rio de Janeiro; as grandes mudanças sofridas por esta cidade; as polêmicas em torno de d. João enquanto governante; e a articulação de grupos sociais (corte migrada e elite econômica do Rio) no novo centro de decisões. França napoleônica e Brasil joanino são relacionados com mais ênfase apenas em dois momentos: a retirada do regente português rumo à parte americana de suas possessões ultramarinas e a Missão Artística Francesa de 1816.

Persistimos, contudo, em nossas leituras, na busca da figura de Napoleão nos domínios lusos na América. Deparamo-nos com alguns poucos trabalhos mais específicos. Destacamos, entre eles, o artigo pioneiro de Ferreira da Costa, escrito no final do século XIX, que revela uma trama onde se entrecruzam os acontecimentos revolucionários de 1817, em Pernambuco, e planos para evadir Bonaparte de Santa Helena.³ Centrado no mesmo episódio, destaque também para o livro de Donatello Grieco que, embora traga em apêndice alguns documentos interessantes, não deixa de revelar um tom por demais empolgado.⁴ Por sua vez, Maria Beatriz Nizza da Silva, na obra *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro* dedica um capítulo ao “ciclo napoleônico”, como ela denomina o conjunto de obras antinapoleônicas, impressas aqui e alhures, que circularam no cotidiano carioca joanino. No entanto, não se detém a autora, de maneira muito detalhada, na análise delas.⁵

Já o recente estudo de Kirsten Schultz sobre o nosso “Versalhes tropical” (referência ao Rio da época joanina), embora não específico sobre o assunto que nos despertava interesse, forneceu-nos muitas pistas sobre ele, ao sugerir vários pontos a serem aprofundados e fontes relativas a ele. A

orientação do Professor Doutor Modesto Florenzano, e defendido, em maio de 2002, no programa de Pós-Graduação da FFLCH-USP, na área de História Social.

³ COSTA, J.- A. Ferreira da. Napoleão I no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 10, n. 57, p. 197-217, março de 1903. Este tema será tratado na “Conclusão” desta tese.

⁴ GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

historiadora chama atenção, por exemplo, para orações e sermões comemorativos antinapoleônicos que, por sua vez, auxiliavam a panfletagem de caráter oficial editada no Brasil pela Imprensa Régia.⁶ Ela também menciona o arrefecimento do sentimento antifrancês no Brasil após o fim das Guerras Napoleônicas.⁷ E em uma das subdivisões do capítulo 4, intitulada “A ‘mais pacífica’ das cidades: Fazendo o Rio de Janeiro Leal”,⁸ ela esboça uma interessante trilha a ser seguida: a preocupação das autoridades da Corte, destacando-se aí o intendente da Polícia Paulo Fernandes Viana, com franceses, agentes napoleônicos e idéias subversivas.

Outros dois textos, apesar de voltados à questão napoleônica em Portugal, também nos inspiraram. O artigo do português António Pedro Vicente, sobre panfletos antinapoleônicos editados pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra,⁹ e o trabalho da historiadora brasileira Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.¹⁰ Ambos os autores têm contribuído para reverter a escassez de trabalhos historiográficos sobre Napoleão produzidos nos (e sobre os) países que foram dominados por ele (como no caso de Portugal durante as invasões francesas), calcados numa perspectiva mais social, cultural e mental.

Em sua tese, Neves reconstrói a luta política e ideológica do período por meio de escritos de circunstância (basicamente jornais e panfletos políticos) que veiculavam mitos e representações em torno de Napoleão Bonaparte e da França Imperial e que circularam em Portugal na época das invasões francesas. Segundo sua argumentação, trata-se de uma luta simbólica entre o novo e o antigo, ou seja, entre as forças liberais (desencadeadas com a Revolução Francesa e identificadas com

⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O ciclo napoleônico. In: _____. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 215-224.

⁶ Afirma a autora: “Together, these short, inexpensive pamphlets formed a transnational and transatlantic wartime genre in which, on the one hand, a Black Legend of Napoleon and the French was constructed through similarly concise and repeated references to opportunism, artifice, and perfidy, and on the other, Portuguese heroism and patriotism were celebrated” (SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-1821)*. New York; London: Routledge, 2001, p. 118). Sobre os sermões e orações antinapoleônicos, cf. na obra citada p. 85-87. Sobre panfletos antinapoleônicos de caráter oficial cf. p. 117-118.

⁷ “fervid anti-French patriotism began to wane” (Ibidem, p. 103).

⁸ Ibidem, p. 111-113.

⁹ VICENTE, António Pedro. Panfletos anti-napoleônicos durante a Guerra Peninsular: actividade editorial da Real Imprensa da Universidade. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 101-130, 1999. O autor assinala um surto panfletário antinapoleônico em Portugal, durante as invasões francesas, que levaria a um *boom* na actividade editorial portuguesa. Este fator abrirá espaço para que, a partir de 1813, os escritos políticos cada vez mais se identifiquem com a reivindicação de um estado liberal. O autor finaliza seu texto afirmando que “Se as invasões napoleônicas tinham semeado em Portugal ódios profundos, também semearam e deixaram idéias novas e ‘aspirações’ insofridas, anseios de reivindicações sociais que viriam a desabrochar em não longínquo futuro” (p. 124).

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para Professor Titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele veio a ser publicado, em 2008, pela editora Alameda, sob o título *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c. 1808-1810)*.

Napoleão, com a França, com os franceses e com os “afrancesados”) e as forças arraigadas ao Antigo Regime (calcadas na tradição monárquica e na religião).

Mesmo que a contra-imagem napoleônica e os sentimentos antifranceses apareçam nestas obras sobre o período, e em algumas outras poucas, ou elas se referem ao caso português ou, quando dizem respeito ao Brasil, os dados apresentados são sumários, dispostos em leves pinceladas quase de maneira ilustrativa, perdidos algumas vezes entre outras interrogações ou, ainda, empurrados para uma nota de rodapé. Não obstante, elas foram fundamentais para começarmos a perceber como, por meio do imaginário e de várias representações, Napoleão também havia feito, de alguma forma, a travessia do Atlântico com a Família Real. Aqui ele desembarcaria como um ser deformado e estigmatizado pelos acontecimentos europeus, é verdade, mas que continuaria, apesar da distância atlântica, a assombrar e a gerar sentimentos, em sua maioria, desfavoráveis a ele. Sentimentos estes que, estendidos àqueles que se colocavam como seus simpatizantes (ou assim eram considerados) ou que, simplesmente, eram franceses, gerariam, em menor ou maior grau, vários preconceitos e perseguições durante a estada da Corte no Brasil.

Diante do contato com análises, como as de Neves e Vicente, sobre os panfletos antinapoleônicos, nosso primeiro impulso foi o de trabalharmos aqueles que haviam circulado na América joanina, buscando aprofundar o intento iniciado por Maria Beatriz Nizza da Silva no capítulo acima indicado. Porém, demo-nos conta de que, na maioria das vezes, ou esses panfletos eram trazidos da Europa para o Brasil ou aqui eram reeditados. Dedicar-se a eles poderia incorrer em certa falta de ineditismo. Deste modo, elegemos outro meio para tratar as representações sobre Napoleão e os franceses: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico oficialmente editado no Brasil. Embora esta fonte já tivesse sido utilizada por muitos autores, claro estava que sua faceta antinapoleônica/antifrancesa havia sido pouquíssimo explorada, e nunca de forma mais pontual. Reabilitá-la tornou-se um dos nossos objetivos. Queríamos patentear sua importância enquanto instrumento de combate ao inimigo de Portugal.

Assim sendo, a presente pesquisa tem o intuito de rearticular a América portuguesa no contexto de combate à França napoleônica. Além de reestruturarmos e analisarmos parte do discurso antinapoleônico, no Brasil, presente no periódico fluminense, no início do século XIX, objetivamos, igualmente, verificar como esta contra-imagem respingou no cotidiano da colônia adquirindo características de preconceito, combate, perseguição e mesmo encarceramento de franceses, francófilos e adeptos de idéias liberais. Para tanto, apoiar-nos-emos na documentação da Intendência de Polícia da Corte e na documentação do Desembargo do Paço, ambas pertencentes ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Pensamos, desta maneira, poder contribuir com os estudos sobre

Napoleão Bonaparte relacionados ao século XIX brasileiro. É ainda Lúcia Neves quem lembra que, embora “*algumas publicações demonstram que o [nosso] país não ficou imune ao fascínio pela personagem, procurando estabelecer pontos de ligação entre Napoleão e o Brasil*”, na “*América portuguesa, não chegou a desenvolver-se uma historiografia napoleônica*”.¹¹

Nossas análises utilizam dois conceitos principais que se entrecruzam: o de *representação* e o de *imaginário social*. O primeiro auxilia a desocultar por trás do discurso, e das imagens por ele promovidas, uma série de intenções e manipulações, muitas vezes não explicitadas em sua superfície, que visam influenciar o imaginário. Dessa maneira, ele permite nossa movimentação no espaço existente entre a realidade e a (re)apresentação de um fato ou de um personagem.¹² Só chamamos atenção para o fato de que, mesmo ao trabalhar com textos escritos, referimo-nos a *imagens* posto que, ainda que não pictóricas, elas se formam na mente do leitor ou ouvinte. Já por imaginário social entenda-se a

orientação da actividade imaginativa em direcção do social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, às imagens do “chefe”, etc. Por outro lado o mesmo adjectivo designa a participação da actividade imaginativa individual num fenómeno colectivo.¹³

Não se trata, em nosso trabalho, apenas de elencar estas representações, mas de destacá-las em seus usos políticos, ideológicos.¹⁴ Em nossa leitura do caso joanino, elas apresentam um forte apelo unificador e justificativo, na medida em que as imagens contra o inimigo trazem embutidas em si mensagens de patriotismo e união dos súditos em torno do rei e de legitimação de determinadas medidas de controle interno com base na necessidade de combater o elemento opositor. É isto que chamamos em nosso título de *usos políticos*. É quando a “*sociedade produz um sistema de representações que legitima tanto a ordem estabelecida quanto as actividades contra esta dirigidas*”.¹⁵ Estas mensagens ganham, conseqüentemente, um importante apelo estratégico quando vemos que a monarquia lusa exilada passa por um momento de contestações e instabilidades. Sob este ponto de vista, as representações ajudam a moldar o imaginário – ao criar o que chamamos de *cristalizações* (opiniões pré-concebidas internalizadas) – e este repercute nos comportamentos e no controle destes comportamentos.

¹¹ Ibidem, p. 40.

¹² Sobre o conceito de representação cf. **PESAVENTO**, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

¹³ **BACZKO**, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 309.

¹⁴ “É através das suas representações ideológicas que uma classe exprime as suas aspirações, justifica moral e juridicamente os seus objetivos, concebe o passado e imagina o futuro” (Ibidem, p. 304).

Posto isto, a propaganda oficial antinapoleônica/antifrancesa no Brasil joanino, além do simples ódio gerado por um contexto belicoso, deixaria transparecer várias realidades enfrentadas naquele momento pela monarquia lusa como a ameaça da guerra, a contestação do absolutismo e a proliferação de idéias liberais. Deste modo, as representações oficiais resultantes de sentimentos, discursos e de conflitos deles resultantes acerca dos franceses e de Napoleão podem ser vistos como elementos essenciais para a construção de uma comunidade ideal: a Corte obediente e leal a seu soberano absolutista. Esta seria construída no discurso oficial por meio de dois pólos: um negativo (franceses, Napoleão, idéias liberais e demais elementos perturbadores da ordem e, conseqüentemente, da instituição monárquica, que devem ser combatidos a todo custo) e um positivo (o rei protetor, o súdito leal, o patriotismo, os esforços de guerra, que devem ser enaltecidos a todo custo).

Em última instância, estas representações e os conflitos por elas gerados seriam indicativos de uma luta pela sobrevivência política de uma monarquia absolutista e colonialista ameaçada, cujos discursos acerca do medo e do caos atribuídos ao inimigo (ao personificar o elemento externo como uma entidade maligna incondicional) auxiliam na legitimação de uma série de medidas de controle interno. Este ponto de vista que resolvemos adotar não deixa de ser influenciado por nosso próprio *imaginário social* marcado pelo panorama da “guerra ao Terror”, iniciada com os ataques do “11 de Setembro”, no qual os “terroristas” apresentam características físicas bem definidas e o mau, um nome – Bin Laden. Em que medidas de exceção visando à segurança nacional, prisões, dificuldades impostas à circulação de estrangeiros vêm marcando o cotidiano, principalmente da nação norte-americana. Os tempos são outros, é verdade, mas certos arquétipos representacionais não parecem ter mudado. Assim, no início do século XIX, o mundo ocidental também passou por uma fase de combate a terroristas – os Jacobinos –, na qual uma nacionalidade era dada ao inimigo – a francesa – e um nome – Napoleão Bonaparte – resumia a soma de todo o mal. Se o mundo em que vivemos teve seus rumos mudados pelo ruir das “Torres Gêmeas” em Nova Iorque, aquele do século XIX teria seu destino alterado pela queda da Bastilha em Paris.

Uma caricatura de 1803, intitulada *The king of Brobdingnag and Gulliver*, feita pelo inglês Gillray,¹⁶ ainda nos faria olhar, sob outro ângulo, para o combate joanino a Napoleão: o inimigo, ao forçar o regente português a um deslocamento, levaria à continuação de seu combate na América fornecendo ao regente, como veremos, um suprimento extra de status. Executada quando do rompimento da Paz de Amiens, que havia sido assinada em 1802 entre França e Inglaterra, o caricaturista se inspira em uma das passagens das *Viagens de Gulliver* do seu compatriota Swift. Na

¹⁵ Ibidem, p. 332.

¹⁶ Cf. a epígrafe da tese.

novela, Gulliver chegaria a uma terra de gigantes, Brobdingnag, depois de se ter aventurado por um país de pessoas muito pequenas, Lilibut. A cena retratada na imagem mostra o imenso rei de Brobdingnag, representado pelo rei George III da Inglaterra, a examinar, com o auxílio de uma luneta, um minúsculo Gulliver que tem as feições de Napoleão. A crítica é evidente: diante do poderio inglês, Bonaparte era um inimigo liliputiano. A figura do monarca inglês imediatamente nos lembrou muito a de d. João e, assim, tivemos a idéia do nosso título. Para o regente português, que se auto-exilara em suas possessões coloniais, Napoleão, pela distância que os separava, sem dúvida se apequenara, como no desenho. Mas, uma vez aqui instalado o príncipe, o que se percebe é como este distante Napoleão se faz presente e toma grandes proporções na campanha antinapoleônica de cunho oficial que será feita contra ele, como se d. João o visse por meio de uma luneta de aumento.

Ainda jogando com a questão das dimensões, que Swift trabalha tão bem em sua novela ao colocar sua personagem em contato com povos de tamanhos tão contrastantes, resolvemos olhar a vinda, em 1807, e a partida, em 1821, de d. João como se ele fosse um Gulliver. Desta maneira, ao chegar a sua colônia, ele ganha uma dimensão simbólica imensa – como o viajante fictício inglês que se vê com tamanho colossal em contato com os liliputianos –, principalmente ao atrelar à sua vinda o projeto de fundação de um *grande Império*. Em seu retorno, estaria ele, do mesmo modo que Gulliver em Brobdingnag, indo para uma terra de gigantes como Inglaterra, França, Prússia, Rússia e Áustria, apequenando-se como monarca, visto que há tempos Portugal deixara de ocupar um lugar de destaque enquanto potência européia.

Estruturamos nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro, contextualizamos a trasladação da Corte portuguesa para a América frente à disputa franco-inglesa e como se dá e que mudanças traz sua acomodação na nova sede, não deixando de chamar atenção para a imagem do Brasil como base estratégica de combate aos franceses e ao seu ideário revolucionário. No capítulo seguinte, passamos a analisar o conteúdo da *Gazeta do Rio de Janeiro* no que diz respeito às representações sobre a guerra entre França e Portugal. Já o capítulo três é voltado à caracterização de Napoleão no periódico, onde mostramos sua transformação em uma super entidade negativa toda talhada na quebra de sua imagem oficial e na exaltação do monarca português.

Na quarta parte de nossa análise, detivemo-nos no imaginário sobre os franceses na América portuguesa e como este imaginário sofreu, com a vinda de d. João, reverberações da campanha antinapoleônica que aqui teria lugar, o que levaria a uma vigilância especial sobre aqueles nascidos na França ou que tivessem alguma ligação ideológica com ela. No último capítulo, mostramos como essa imagem e as atitudes para com os franceses tendem a se modificar ante a queda de Napoleão, expondo a reaproximação diplomática entre França e Portugal e seu impacto, no Brasil, do ponto de vista econômico, cultural e humano. Mesmo diante de indícios do arrefecimento do sentimento antifrancês,

procuramos demonstrar como ele, algumas vezes, mostrou-se relativo fazendo ainda respingar sobre alguns franceses, como aqueles da Missão Artística de 1816, preconceitos que até bem pouco tempo eram incentivados pelas autoridades governamentais. Para concluir, detivemo-nos no episódio que envolveu um plano de retirada de Napoleão de seu exílio à Revolução ocorrida em Pernambuco em 1817. Por ele, vemos como, apesar de afastado do cenário político, Napoleão continuava a povoar o imaginário da América portuguesa.

Assim sendo, embarquemos junto ao Gulliver coroadado português do século XIX que ruma em direção de sua Liliput tropical.

Capítulo 1

A viagem do novo Gulliver rumo a Liliput tropical

Em 1726, na Inglaterra, Jonathan Swift publicava *As Viagens de Gulliver*. Nesta novela satirizava de maneira indireta tanto as instituições inglesas quanto a mania, que vigorava na Europa de então, da viagem como gênero literário. A obra seria uma das muitas manifestações de uma transformação de mentalidades que vinha tendo lugar desde fins do século XVII e que Paul Hazard chamou de “crise da consciência européia”. Segundo o autor, esta crise se situou

entre o Renascimento, de que directamente procede, e a Revolução Francesa, que prepara, não há outra mais importante na história das idéias. A uma civilização fundada sobre a idéia do dever: deveres para com Deus, deveres para com o Príncipe, os *novos filósofos* tentaram sobrepor uma civilização fundada sobre a idéia do direito: direitos da consciência individual, direitos da crítica, direitos da razão, direitos do homem e do cidadão.¹

Cerca de oitenta anos depois, o regente português d. João, enfrentando um horizonte político carregado e um oceano agitado, seria forçado a lançar-se em uma aventura mar adentro, assim como o fizera o médico Lemuel Gulliver. No plano das idéias, os dois momentos, que pareciam cronologicamente distantes, não se mostravam tão afastados assim. No início do XIX, o ideário inovador que se esboçava nas mentes dos homens que viram *Gulliver* ganhar vida nos prelos, agora já se havia materializado com furor no cenário político em casos exemplares como o da América inglesa e o da França.

O Gulliver de Swift sofreria uma série de naufrágios em suas aventuras. D. João procurou desviar-se deles enquanto pôde tentando aumentar o lastro de seu poder monárquico. O médico chegaria, após seu primeiro desastre marítimo no país de Liliput, vendo-se de um momento para outro agigantado diante das pequenas dimensões dos habitantes do lugar. O mesmo processo sofreria d. João ao chegar à América portuguesa, em 1808. A pequena dimensão que ali encontraria como referencial e que lhe faria agigantar não era tanto a estatura física dos habitantes ou a extensão dos domínios, mas a estatura política deles que não passavam de súditos, e súditos de segunda ordem, posto que colonos. Se, como diz o ditado, em terra de cego quem tem um olho é rei, para o caso joanino, podemos dizer que em terras coloniais e tropicais quem é príncipe de segundo escalão na Europa vira monarca de primeira grandeza.

¹ HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Européia*. Lisboa: Cosmos, 1948, p. 9.

A seguir veremos como João e Gulliver viveram, em alguns momentos, aventuras muito parecidas.

1.1. Em fuga ou não, navegar é preciso (ainda que em águas turbulentas)

Já a vista pouco e pouco se desterra
 Daqueles pátrios montes, que ficavam;
 Ficava o caro Tejo e a fresca serra
 De Sintra, e nela os olhos se alongavam;
 Ficava-nos também na amada terra
 O coração, que as mágoas lá deixavam;
 E já depois que toda se escondeu,
 Não vimos mais enfim que mar e céu.
 Camões. *Os Lusíadas*²

Lisboa, 29 de novembro de 1807.

Tendo em seus calcanhares as tropas francesas que, de acordo com as últimas notícias, já haviam violado a fronteira e se encontravam em território luso, o príncipe regente d. João, acompanhado pelo restante da Família Real e por milhares de nobres e funcionários da Coroa, zarpa, sob a proteção da esquadra inglesa, rumo ao Brasil.

Eis aí um daqueles episódios que, talvez por sua extrema dramaticidade, condensou-se como imagem obrigatória na introdução dos textos relacionados ao período. Nota-se, contudo, por trás desta aparente concordância no tocante ao seu uso pelos autores, uma verdadeira batalha historiográfica que tem levado tal evento a se equilibrar entre versões extremas que o mostram ora como escapada covarde e caótica, ora como retirada estratégica previamente planejada. Neste caso, a opção pela palavra “fuga” ou “refúgio” desequilibra drasticamente as interpretações acerca da vinda da Corte para o Brasil. Assim sendo, não é fácil encontrar consenso, a começar pelos números relativos ao embarque da Família Real para a América.³ De fato, apenas três dias antes de zarpar para o Brasil, depois de muita relutância e adiamentos, d. João anunciaria formalmente sua decisão de partir. Há que se imaginar que, neste curto espaço de tempo, o correr da notícia em Lisboa sobre os preparativos para o embarque tenha gerado um clima de alvoroço e de afobação que muito deve ter corroborado para a defesa, por alguns autores, de que a transferência da Corte portuguesa fora fruto de uma decisão repentina e desesperada.

² CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 146, canto quinto, estrofe 3.

³ Manchester mostra como, de acordo com a fonte, o número de pessoas embarcadas varia entre 8.000 e 15.000 pessoas (MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 71).

A obra de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, lançada no ano do centenário da chegada do príncipe na América (1908), apresenta-se como um divisor de águas por ser uma das primeiras a seriamente rever tais interpretações negativas. Segundo o autor, “é muito mais justo considerar a trasladação da Corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra política do que uma deserção covarde”.⁴ Ainda que Lima alinhe ao longo da obra uma série de argumentos para embasar devidamente sua tese, esta visão, na época destoante, não era, contudo, inédita. Ela fazia eco àquela defendida um século antes pela Inglaterra, principal aliada portuguesa e principal interessada na vinda de d. João para o Brasil, constituindo-se, igualmente, como veremos, em um dos pontos da retórica do poder lusitano recém instalado na América. Lord Strangford, enviado inglês na Corte de Lisboa, escrevia a Canning, Secretário de Negócios Estrangeiros de seu país, no dia da partida do príncipe regente para a América, afirmando que d. João “effeituou a sua *sabia, e magnanima resolução de se retirar* de um Reyno, que não podia conservar por mais tempo, senão reduzindo-se a vassallo da França”.⁵ Neste mesmo sentido segue a opinião do Tenente General Hugh Darymple, comandante das forças britânicas que auxiliaram a defesa de Portugal em 1808. Segundo o militar, com este ato, o príncipe “preservou a Real Dignidade dos insultos de hum implacavel inimigo, e firmou a Soberania dos seus dominios além do *Atlantico*”.⁶

O escrito de Oliveira Lima não traria, no entanto, unanimidade sobre o assunto. De tal modo que alguns autores continuariam a ecoar análises depreciativas sobre o episódio, como Alan Manchester que, em 1933, refere-se a ele como “a *partida vergonhosa* da Família Real” ou Nelson Werneck Sodré que, cerca de trinta anos depois, fala sobre a “*fuga da Corte de D. João para o Brasil*”.⁷ Na produção historiográfica mais recente, entretanto, a influência de Lima se faz sentir, embora uma “fuga” aqui e outra ali pareça escapar de maneira involuntária, como que a revelar a dificuldade de se livrar de certos estereótipos, ainda que não se tenha a intenção de negar.⁸ Esta atitude levaria Lilia Moritz Schwarcz, em livro lançado em 2002, a confessar estranhar

⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 43.

⁵ “Cópia de uma carta do Lord Visconde Strangford ao Muito Honrado George Canning, annunciando-lhe a retirada, do Príncipe de Portugal para o Brazil”, carta esta datada do “Navio de S. M. Hibernia, defronte do Tejo. 29 de Novembro, 1807”. Apud COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. I, n. 1, junho de 1808, p. 20, grifos nossos.

⁶ GRJ, 14/12/1808. No que se refere à *Gazeta* e aos demais documentos utilizados adiante adotaremos em nossas citações a grafia e os grifos originais.

⁷ MANCHESTER, op. cit., p. 71; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 38 (grifos nossos em ambas as citações). Nestes dois casos, a visão depreciativa fica por conta de algumas expressões, como as citadas, que vão aparecendo ao longo do texto. Um exemplo de apologia explícita desta visão, com o uso de argumentos diretos, pode ser encontrado em GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 111-112.

⁸ Como na frase de Malerba que aparece em sua obra de 2000: “Logo, em setembro de 1808, começa a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa nas máquinas que vieram encaixotadas durante a *fuga*” (MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 164).

a ladainha que corre até hoje entre nós e que conta e reconta a história de um monarca que escapou às pressas de seu reino, sem planejamento nenhum. Difícil imaginar tal cenário, diante de tantos documentos que provam o contrário e evidenciam uma estratégia que implicou, entre outros, o fato de a biblioteca [real] viajar logo em seguida ao monarca.⁹

Em sua obra, Oliveira Lima também procurou reabilitar d. João. Afinal, este não passara incólume a críticas e comentários desabonadores, posto que sua imagem oscilava mais para a de desertor do que a de sábio, por se tratar de um monarca que partira em meio a uma crise aguda, deixando para trás seu reino, nas mãos dos invasores, e seus súditos literalmente “a verem navios”. Apesar de Lima honrá-lo com o título de “fundador da nacionalidade brasileira”,¹⁰ alguns autores posteriores continuariam a trafegar na sua contramão, sendo bem menos lisonjeiros. Neste caso, a linha que separa o hesitante do sensatamente cauteloso na caracterização do regente é muito tênue. Carlos Rizzini, por exemplo, algumas décadas depois, seria implacável em seus comentários referindo-se ao “obscurantismo de D. João” e à sua “incurável madraçaria”, tratando-o ainda como “indivíduo analfabeto, inepto e indolente”, enfim, como “um lorpa”.¹¹ Em um dos capítulos de sua *História do Império*, de 1927, Tobias Monteiro mostra-o como um fraco, aparvalhado e medroso monarca a devorar incessantemente pedaços de galinha, chegando ao ponto de esmiuçar certas perversões sexuais a ele imputadas.¹² Esta caracterização negativada transbordaria até mesmo para o cinema nacional, como no filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* de Carla Camurati, lançado em 1995, no qual nem mesmo a titular da película escaparia de ser mal (re)tratada.

Nosso intuito, ao evocar uma vez mais a clássica imagem do embarque da Corte para o Brasil, não é entrar em polêmicas sobre interpretações ou dados,¹³ ainda que estas revelem interessantes

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 35.

¹⁰ LIMA, op. cit., p. 152. Nesta mesma página, o autor ainda arremata sobre d. João: “Dissimulando a sua obstinação sob aparências muito brandas e cedendo sempre que o apertavam seriamente, mesmo porque era inteligente e perspicaz em demasia para teimar até a última, foi Dom João na essência um rei absoluto mas na forma um rei constitucional”.

¹¹ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1945, respectivamente, p. 348, nota 20; p. 316, nota 9; p. 354 e p. 304. Lilia Schwarcz explica que “nem todos versejavam pelo regente. Para uns, ele era um herói, para outros, desertor. A própria historiografia que trata do assunto também oscila. Por um lado, o príncipe era considerado sábio, prudente, um bom diplomata; por outro, indeciso, pusilânime, ocioso e pouco digno. Realmente a personalidade e as atitudes de d. João provocaram opiniões conflitantes. Mas, nesta conjuntura, qualquer opção assenta num juízo de valor, e o que importa do ato são seus desdobramentos” (SCHWARCZ, op. cit., p. 215-216). Na página 216, nota 111, a mesma autora cita alguns autores que se posicionaram a favor ou contra d. João. Apesar de Manchester ser aí citado como um dos que “vêm as atitudes e a personalidade de d. João de forma positiva”, em seu livro ele se refere ao “gordo, indeciso e silencioso D. João” ou, pouco mais adiante, ao “obeso príncipe real que sofria de um caso crônico de indecisão” (MANCHESTER, op. cit., ambas as citações na p. 61), deixando claro, na p. 61, nota 1, estar apenas reproduzindo uma imagem de d. João esboçada por outro autor, citando, a seguir, um segundo que faz “um retrato mais simpático”. Note-se que também usamos Manchester, anteriormente, como exemplo daqueles que desqualificam o episódio da trasladação da Corte portuguesa.

¹² Cf. MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência (1808-1823)*. Rio de Janeiro: F Briguiet & Cia, 1927, capítulo IV, “Esposos desavindos”, p. 70-102.

¹³ Para descrições mais detalhadas do embarque e indicações de fontes sobre o assunto, incluindo cifras relativas a objetos, valores e pessoas embarcadas, sugerimos, entre outros, LIMA, op. cit., p. 49-55; SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles*:

embates entre historiadores e imagens variadas. Nossa proposta, sim, é vê-lo sob outro ângulo: para além da viagem de milhares de pessoas em situação de ameaça, cujos reflexos alterariam definitivamente e de modo *sui generis* o equilíbrio entre uma metrópole e sua colônia, enxergamos uma viagem de representações e de (pré)conceitos que irão desembarcar no Brasil e ajudarão a aí (re)compor um repertório de imagens sobre a França, os franceses e Napoleão Bonaparte. Afinal, se aquelas pessoas haviam sido empurradas para o outro lado do Atlântico, procurando afastar-se da sombra ameaçadora das conquistas napoleônicas rumo aos trópicos coloniais, há que se considerar que, ao contrário da atitude lírica dos portugueses de Camões que citamos na epígrafe, as mágoas lá não deixaram. Logo, há que se imaginar que idéias, ódios, esperanças, preconceitos e que projetos de vingança não haveriam também elas metido, às pressas, junto com suas pratarias, jóias, documentos, livros, coleções de arte e demais pertences pessoais, nas canastras que atravessariam o oceano.

É bem verdade que parte destes sentimentos e representações permaneceria em Portugal, abandonada no cais do porto lisboeta, em meio à confusão e correria do embarque, entre os pertences esquecidos e a desconsolada multidão não embarcada, florescendo durante a ocupação francesa. Porém, outra parte dividiria com os trasladados as disputadas cabines das embarcações da frota real, assim como as agruras e privações da longa viagem, pois, apesar de tal rota já haver sido inaugurada por Cabral há mais de trezentos anos,

A travessia não seria fácil, ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou algum óbito. Famílias desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene, foram alguns dos problemas decorrentes da emergência do embarque que tiveram de ser contornados. E, pela frente, cerca de dois meses de viagem. Para complicar, uma tormenta armou logo no início da jornada e outra, em meados de dezembro, pela altura da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios e a mudança de planos.¹⁴

Diante deste quadro, como podemos imaginar, durante esta travessia marítima, o alívio de deixar Portugal, já invadido pelos franceses, iria rapidamente evaporar-se para dar lugar a incertezas, medos e contrariedades. Estes, por sua vez, seriam ainda agravados pela sensação de se estar à deriva, como no episódio de uma das tempestades enfrentadas pelo comboio que acabaria por dividir os navios da frota, levando alguns a aportar primeiramente em Salvador, como aquele no qual se encontrava d. João, e outros a rumar direto para o Rio de Janeiro. Todavia, podemos dizer que esta sensação de se encontrar ao sabor dos acontecimentos já vinha sendo experimentada pela monarquia lusa antes mesmo da forçada e incômoda travessia de 1807, momento em que Portugal seria “apanhado como

empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-1821). New York/London: Routledge, 2001, p. 68-71; e SCHWARCZ, op. cit., p. 207-219.

¹⁴ SCHWARCZ, op. cit., p. 219.

um marisco numa tempestade entre as ondas do poder marítimo da Inglaterra e a rocha dos exércitos de Napoleão”.¹⁵

Assim sendo, descortinando-se as influências e pressões sofridas pelo governo português no período que antecede esta aventura, o que faremos a seguir, fica evidente como as tempestades que a Corte lusitana iria enfrentar nas duas mil léguas de travessia atlântica rumo aos trópicos pareciam já vir se esboçando vagarosamente, há alguns anos, no horizonte europeu. De fato, desde o final do século XVIII, nuvens carregadas de idéias liberais, formadas sob os auspícios do pensamento iluminista, e fortes trovoadas advindas das turbulências de colônias em revolta na América e de um povo amotinado contra seu monarca no coração da Europa já as prenunciavam. Começava a tomar corpo

um conflito latente, que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade “burguesa”, que não podia ser resolvido dentro da estrutura dos regimes políticos existentes, exceto, é claro, onde estes regimes já incorporassem o triunfo burguês, como na Grã-Bretanha. O que tornou estes regimes ainda mais vulneráveis foi que eles estavam sujeitos a *pressões de três lados: das novas forças, da arraigada e cada vez mais dura resistência dos interesses estabelecidos mais antigos, e dos inimigos estrangeiros*.¹⁶

Como veremos, o despencar de d. João e sua Corte para terras sul-americanas será o ápice, no cenário português, desta tripla pressão à qual Hobsbawm se refere. Logo, cabe detalhar cada uma delas.

1.2. E a tormenta se forma no horizonte: o choque entre os novos e os velhos interesses

Ao redor tudo é brilho e fausto
A terra gira incompreensível,
E o paraíso em holocausto
Muda-se em noite horrível.
Do mar as ondas furiosas
Esbatem-se nos penedos,
E o mar e as massas rochosas
Giram com a terra em segredos.
Goethe. *Fausto*¹⁷

¹⁵ MANCHESTER, op. cit., p. 61.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 40 (grifos nossos).

¹⁷ GOETHE, J. W. *Fausto-Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002 [1808/1774], p. 21.

As “novas forças” haviam aflorado no mundo político europeu com a eclosão do movimento de independência das treze colônias inglesas da América do Norte (1776-1783) e das Revoluções francesa (1789-1799) e haitiana (1791-1804). Esta sequência de acontecimentos levaria à abertura de ameaçadores precedentes que prometiam causar, e de fato causaram, perigosas e irremediáveis rachaduras e infiltrações na estrutura aparentemente inabalável e maciça da maioria dos regimes europeus da época, ao contrariar três dos pilares básicos sobre os quais estes se apoiavam: a monarquia, o absolutismo de direito divino e o colonialismo.¹⁸

Na primeira ocorrência, um fato inédito e impressionante: possessões inglesas rompiam, por meio de luta armada, a dependência com sua metrópole, aliás, à época, senhora de um vasto império colonial. Na segunda, a tradicional monarquia absolutista francesa submetia-se a uma constituição e, com o guilhotinamento do rei, abria alas para o regime republicano. Na última, escravos de uma colônia francesa na América Central colocavam fim à servidão em que viviam e se declaravam independentes. Concomitante a estes eventos, um outro vinha tendo lugar, especialmente na Inglaterra, sem gritos da turba amotinada, mas contando com o ruído do vapor e de teares: a Revolução industrial.

A América portuguesa não deixaria de sofrer influxos destes movimentos, como atestam as ocorrências das Conjurações: Mineira (1789), Carioca (1794), Baiana (1798) e da Conspiração dos Suassunas, em Pernambuco (1801). Ao repercutirem, no Brasil, a impressão causada pelo processo de Independência norte-americano e/ou pelos atos dos revolucionários franceses e ao reverberarem discussões em torno das idéias iluministas, tais episódios foram duramente debelados pelas autoridades metropolitanas. Esta série de contestações daria ao governo português o alerta de que a integridade de seu império colonial encontrava-se ameaçada e a certeza de que algo, além da repressão e de castigos exemplares, deveria ser colocado em prática para evitar que elas levassem ao corte abrupto das relações metrópole-colônia.

Nesta conjuntura em ebulição, duas nações se destacavam por estarem diretamente envolvidas nos fatos de maior destaque: Inglaterra e França. De um lado da Mancha, assistia-se à perda de colônias na América do Norte e aos ganhos advindos da primeira Revolução industrial que consolidava de forma pioneira uma grande transformação no setor produtivo inglês em decorrência dos avanços das técnicas de cultivo e da mecanização das fábricas. Já do lado continental, uma república implantada sobre os escombros de uma monarquia absolutista procurava destruir até a raiz

¹⁸ Para os elementos constitutivos do Antigo Regime cf. **NOVAIS**, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979], p. 66.

todas as instituições do *ancien régime*, também sofrendo abalos em suas possessões coloniais na América Central.

Diante deste cenário, que marca a beirada final do século XVIII, a Europa se veria polarizada. A França passaria a ser chamada, desde então, de forma depreciativa, de “revolucionária”, tornando-se símbolo das “novas forças”. A Inglaterra – que viria a ser a maior financiadora e incentivadora das ofensivas promovidas pelas nações européias coligadas que se sentiam ameaçadas pelo novo governo francês –, sob a alcunha de “contra-revolucionária”, será uma das proeminentes representantes da “arraigada e cada vez mais dura resistência dos interesses estabelecidos mais antigos” da qual fala Hobsbawm. Prensado por estes dois antagonistas de peso, que movimentavam o tabuleiro político europeu, Portugal, como veremos, será forçado a uma estratégia extrema: a transferência da sede de seu império para a América.

Retrocedendo-se cerca de duas décadas com relação ao embarque de d. João para o Brasil, ou seja, rumo ao início do processo revolucionário francês, observamos que o principal objetivo das investidas bélicas dos aliados contra-revolucionários, encabeçados pela Grã-Bretanha, era sufocar as raízes de um movimento considerado como uma aberração pelas monarquias européias, impedindo-o de se consolidar internamente. Porém, diante desta impossibilidade, certificada pelas várias vitórias militares dos franceses, o ponto central das preocupações passava a ser, então, impedir que tal tumor maligno atingisse outras partes do corpo político europeu e se espalhasse igualmente pelas artérias coloniais.

Apesar disso, o virulento princípio revolucionário já havia sido inoculado e se dispersava de maneira rápida. Isto porque, ao conseguir dar continuidade à Revolução – após o auge de sua radicalização interna com o governo dos Jacobinos que teve à frente Robespierre (1793-1794) e levou Luís XVI à guilhotina (1793) –, o governo francês daria aos seus embates uma nova faceta. A França tornar-se-ia cada vez mais ameaçadora aos seus opositores, pois, ao abandonar sua posição defensiva, passaria a ofensivas campanhas de conquista e anexação territorial que espalhavam em seu rastro um ideário considerado altamente corrosivo pela tradição do Antigo Regime.

De fato, a instauração do regime republicano, em 1792, e o julgamento sumário do rei francês, seguido de sua condenação à morte e de sua execução pública na guilhotina no ano seguinte, provocariam fortes reações em cadeia por parte das potências européias às quais a República francesa passou a declarar guerra. A Europa contra-revolucionária via-se forçada a bailar sob o rufar dos tambores que marcavam a cadência da marcha dos soldados que se enfrentavam nos campos de batalha, tendo sua instável solidariedade continuamente costurada por tratados que dariam origem às

sete coalizões antifrancesas que se estenderiam de 1792 a 1815.¹⁹ Apesar das idas e vindas de alguns de seus componentes, por trás destas coalizões encontramos a presença constante e unívoca do apoio militar e financeiro do Reino Unido.

Tais conflitos iriam em um crescendo, acompanhados de perto pela ascensão de um jovem militar que se destacava em meio ao tumultuado processo revolucionário francês: Napoleão Bonaparte (1769-1821). Este tomaria para si, com o golpe do *18 Brumário* (1799), as rédeas do poder que se encontravam frouxas nas mãos das autoridades revolucionárias. Buscaria ele, a partir de então, neutralizar as forças políticas e ideológicas em choque e viabilizar as aspirações internas de conclusão da Revolução e início de um regime estável. Sua liderança e as conquistas territoriais que vinham sendo promovidas sob seu comando atendiam prontamente aos interesses de um grupo social cujo consenso dera coerência à Revolução Francesa. Sua ascensão política, portanto, marcava a instauração, na França, da

ditadura da burguesia contra-revolucionária, da burguesia sempre ávida de lucro, que havia conduzido o país à beira do abismo e, agora, de cabeça perdida e não acreditando já nas suas capacidades políticas, não via outra saída senão suprimir a democracia revolucionária e instaurar um poder forte e inabalável, tirânico mesmo, ainda que em mãos como as do terrível manejador de sabre [Bonaparte]: só assim a sociedade burguesa se poderia assegurar uma expansão sem obstáculos e uma ilimitada liberdade de acção para os seus capitais.²⁰

Do golpe que colocou o poder em suas mãos (1799) à sua coroação como imperador dos franceses (1804), Bonaparte procedeu à restauração da ordem interna, chegando, em alguns momentos, à pacificação externa. Para tanto, promoveu uma nova constituição, vários tratados de paz, um código civil, um acordo com o papa e a reestruturação administrativa e econômica da nação francesa, o que incluiu a adoção de uma política econômica protecionista. Depois de obter inúmeras vitórias sobre os inimigos estrangeiros reunidos em coalizões fomentadas pela Grã-Bretanha, Napoleão vencida duras batalhas contra inimigos que sempre haviam convivido portas adentro com a maioria dos franceses: a carestia, a fome e o desemprego. Ademais, no rastro dos tratados de paz por ele obtidos sempre vinham acordos de comércio favoráveis à França. Contudo, mesmo não tendo jamais sido diretamente derrotada por ele, a Inglaterra

também desejava negociar um tratado de comércio, mas desejava obter condições análogas às do tratado de Éden, de 1786. Este proporcionara muitas vantagens aos produtos manufaturados britânicos no mercado francês e produziu, na França, um vivo

¹⁹ Para um resumido panorama destes embates de 1794-1795 até 1808, cf. **HOBBSAWM**, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 104-105. Para um quadro das sete coalizões antinapoleônicas e das principais batalhas e tratados de 1792 a 1815, cf. **PIGEARD**, Alain. *L'Armée de Napoléon*. Organisation et vie quotidienne. Paris: Éditions Tallandier, 2000, p. 325-332 ("Annexe 1").

²⁰ **TARLÉ**, Eugueni. *Napoleão*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, v. 1, p. 83.

descontentamento [...]. Bonaparte, sustentado pela imensa maioria dos comerciantes franceses, recusou-se, por isso, a tratar da questão nestas bases. Ao contrário, em 1803, estabeleceu uma nova tarifa aduaneira que taxava fortemente os produtos manufaturados, principalmente os tecidos de algodão, assim como o açúcar refinado. Os comerciantes ingleses ficaram muito desapontados, pois esperavam que o mercado de uma França aumentada se abrisse diante deles, e eis que se fechava, bem como os mercados holandês, suíço e cisalpino, ligados à França por tratados.²¹

A promoção de um clima de estabilidade na França possibilitou, internamente, o florescimento das principais conquistas revolucionárias, em especial os princípios da liberdade de propriedade e da igualdade jurídica, agradando burgueses e camponeses que haviam adquirido bens nacionais – os maiores beneficiários da Revolução. Não seria coincidência, portanto, tornarem-se eles a principal base de apoio do poder napoleônico. A promessa da pacificação geral pareceu concretizar-se, em definitivo, quando da assinatura do Tratado de Amiens com a Inglaterra, em 25 de março de 1802. Interrompia-se, com ele, um ciclo de dez anos de conflitos entre as duas potências e seus aliados. Toda a Europa voltava a respirar aliviada. No alvorecer do século XIX, a tempestade que se abatera nos últimos anos sobre o continente europeu parecia dissipar-se e trazer novas perspectivas. Não obstante, a Revolução industrial, na qual França e Inglaterra estavam mergulhadas em profundidades diferentes, geraria o pomo da discórdia, levando ao choque de interesses. Os ingleses romperiam o acordo de paz, reacendendo as hostilidades com a França, ao invadirem, em 8 de maio de 1803, sem declaração prévia de guerra, a Ilha de Malta, ponto estratégico no Mediterrâneo, cuja restituição aos Cavaleiros Hospitalários havia sido um dos pontos acordados em Amiens.

Para agravar a situação aos olhos das demais monarquias, cujas bases sociais se acomodavam sob uma limitada mobilidade, Napoleão, que de general passara a cônsul perpétuo, seria coroado imperador em dezembro de 1804, consolidando, com seu exemplo, o triunfo do mérito sobre o sangue na formação de um novo sistema de status, um dos frutos amadurecidos nos tempos revolucionários. Esta espécie de “meritocracia” rompia o respeito à precedência pelo nascimento típica do Antigo Regime. Desse modo, a guerra contra a França tornava-se também a guerra contra a ascensão de Bonaparte, calcada em seu carisma e em seus feitos. Fazia-se necessário combater este “filho da revolução” que tinha pretensões de se equiparar aos demais monarcas europeus cuja legitimação se concentrava mais em suas frondosas árvores genealógicas do que em suas ações.

O ano de 1805, em que teve lugar a desastrosa batalha naval de Trafalgar – auge das investidas diretas da França contra a Inglaterra –, marcaria o acirramento definitivo da rivalidade entre estas duas nações. Após a derrota da frota francesa neste episódio – comprovada, pois, a impossibilidade de se vencer militarmente a ilha por meio de um desembarque –, Napoleão passaria a concentrar seus

²¹ GODECHOT, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p.

esforços a fim de destruí-la economicamente. Esta decisão seria reforçada pelas vitórias napoleônicas em Hamburgo, centro de grande comércio britânico, no Mar do Báltico e do Norte e pelos tratados de Tilsit firmados, em 1807, entre o imperador francês e o russo. O conflito europeu ainda se alongaria por mais dez anos, alimentando-se tanto da busca de reafirmação econômica por ambas as partes, quanto do choque ideológico entre revolução e contra-revolução. Napoleão passaria, cada vez mais, a ser identificado como a grande face do mal que assolava o mundo por meio de uma forte contrapropaganda que teria início na Inglaterra e que se alastraria Europa afora. Assim, para a França, enfrentar a Grã-Bretanha era buscar resguardar os ganhos revolucionários e o poder de Bonaparte. Para sua arqui-rival eliminar Bonaparte, símbolo do igualitarismo que irrompera com a Revolução, equivalia a frustrar exemplarmente as ambições daqueles que se atreviam a ignorar a tradição e o nascimento que imperavam no *ancien régime* e que desafiavam os limites de seu conservadorismo político.

No momento, o grande objetivo de Napoleão era estrangular economicamente sua inimiga além-Mancha. Isto explica a nova tática da qual lançaria mão: o Bloqueio Continental. Decretado por ele, oficialmente, em 21 de novembro de 1806, seu princípio de funcionamento era, teoricamente, simples. Buscava-se atingir em cheio o cerne do mecanismo de produção industrial, que vinha garantindo a hegemonia econômica inglesa, ao impedir que ela descarregasse e comercializasse suas mercadorias no continente europeu ou aí comprasse matéria-prima. A eficácia desta medida fatalmente levaria à uma crise de superprodução industrial e ao desemprego generalizado, o que abalaria, de forma certa, a moeda e o crédito ingleses. Este projeto ganharia apoio, principalmente, dos homens de negócios franceses que, procurando desembaraçar-se da concorrência inglesa, pretendiam manter o mercado europeu inteiramente em suas mãos. A fim de concretizar este imenso bloqueio, Napoleão contava com a ajuda de aliados e vassalos (entre os quais se incluíam alguns membros de sua família e o papa) que, espontaneamente ou sob constrangimento militar, deveriam recusar embarcações e mercadorias inglesas.

A Inglaterra, por sua vez, decretaria um bloqueio marítimo contra a França. Decisão esta igualmente impactante, visto ser a frota marítima inglesa, tanto do ponto de vista mercantil quanto bélico, a maior da época. Porém, além de ainda contar com uma retaguarda colonial para o escoamento de seus produtos, negados pelos aliados franceses, e aí obter matérias-primas, uma outra alternativa ao cerco econômico montado por Napoleão no continente acenava nas colônias de um de seus principais partidários. Neste ponto, podemos voltar a falar em Portugal, ou melhor, no Brasil. Afinal, nem tanto o reino português, mas suas possessões coloniais, em especial aquelas situadas na

América do Sul, passavam a oferecer à sua histórica aliada, a Grã-Bretanha, há pouco aliada de parte de suas colônias na América do Norte, uma providencial possibilidade de respiro comercial fora da Europa constringida por Napoleão.

Embora Portugal se apresentasse em seu continente como a “pequena casa lusitana” – uma monarquia de pouco peso se considerada tanto sua extensão territorial europeia, quanto sua influência política e econômica, saudosa da primazia tida na época das navegações imortalizada por Camões em seu *Os Lusíadas* –, ela ainda, no início do século XIX, para continuar a citar o mesmo autor, “De África tem marítimos assentos; É na Ásia mais, que todas soberana; Na quarta parte nova [América] os campos ara”.²² Em vários documentos oficiais que seriam assinados por d. João no Brasil, a amplitude de suas possessões coloniais é confirmada pela extensa titulação que se refere a ele como “D. João por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, daquem, e dalem mar, em Africa Senhor de Guiné, da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India. etc.”²³

Contando com uma territorialidade descontínua, o Império luso, que aparecia no Velho Mundo como um reino timidamente encolhido em um canto entre o oceano e a Espanha, além-mar, esparramava-se por outros três continentes, como alma apequenada que carrega corpo gigante. Eis aí uma dualidade, aliás, uma dentre muitas, que, como veremos, marcarão também a postura da Casa Real portuguesa frente aos próximos episódios. Como comenta ainda Carlos Guilherme Mota,

as áreas coloniais [...] se constituem numa das peças fundamentais do Antigo Regime em Portugal. A economia portuguesa era nutrida pelos produtos de suas colônias – especialmente do Brasil – e as posições portuguesas no intrincado jogo do equilíbrio europeu eram garantidas por sua rectaguarda colonial.²⁴

Devido à decadência do comércio das Índias Orientais, “o Atlântico sul, a partir do século XVII, passou a constituir um sistema próprio dentro do império português”.²⁵ Com a descoberta do ouro, cuja exploração marcaria economicamente todo o século XVIII, o Brasil ganharia ainda mais relevo, auxiliado por sua extensão, localização e demais riquezas naturais. Diante da delicada conjuntura europeia do início do século XIX, ele passa a apresentar-se cada vez mais à Inglaterra como objeto de

²² Ambas as citações encontram-se em CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 204, canto sétimo, estrofe 14.

²³ Cf., entre outros documentos, a Carta de Lei de 26 de fevereiro de 1810 que ratifica o Tratado de amizade e aliança entre o Príncipe Regente de Portugal e ElRei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de Janeiro a 19 deste mez e anno (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_14.pdf). O Padre Perereca ao falar de d. João, refere-se a ele como “um príncipe tão poderoso, e senhor de um Império imenso nas quatro partes do Mundo” (SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 212, v. 1).

²⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil -1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d., p. 34-35.

²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 41.

cobiça em sua tática de sobrevivência econômica. Convém lembrar que, extra-oficialmente, ele já vinha se mostrando assaz atraente aos ingleses devido ao substancial comércio direto ocorrido por meio de contrabando.²⁶

Não deixemos de frisar que, desde o princípio da nossa colonização, a França também se sentira atraída pelos trópicos portugueses. Além do interesse no contrabando do pau-brasil, que seduziu muitos comerciantes de portos franceses, há que se lembrar as tentativas frustradas de estabelecimento da França Antártica (1555-1567), no litoral fluminense, assim como de uma colônia no Maranhão (1612-1615) – cuja capital, São Luís, ainda traz a lembrança da homenagem a um rei francês –, e os aterrorizantes ataques dos corsários franceses Du Clerc (1710) e Duguay-Trouin (1711) ao Rio de Janeiro, na época centro receptor do ouro das minas brasileiras.²⁷

Nestes flertes com a América portuguesa, a Inglaterra contava com certa vantagem, pois Portugal, desde o século XVII, já se encontrava bastante enredado nas teias de seu domínio comercial. O primeiro dos tratados de comércio anglo-portugueses, que sempre se mostrariam mais vantajosos para os ingleses, havia sido firmado em 1642, não coincidentemente, logo após o fim da União Ibérica. Portugal, desta maneira, procurava colocar-se sob a influência e a proteção do governo britânico, buscando com este aliado de peso fazer frente a qualquer nova ameaça vinda da Espanha a quem estivera forçosamente reunido, por razões dinásticas, de 1580 a 1640.

Em 1654 e 1661 outros dois acordos seriam assinados. Se em ambos fica clara a sujeição econômica dos lusos no processo de alinhamento com a Inglaterra, o Tratado de Methuen, conhecido como “dos panos e vinhos”, viria reforçar esta submissão. Assinado em 27 de dezembro de 1703, o tratado estipulava que a Inglaterra se comprometia a adquirir os vinhos portugueses, pagando estes dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. Sem dúvida, ele forneceria aos ingleses importantes subsídios para financiar sua Revolução industrial e se firmar definitivamente como a maior potência européia da época. O déficit na balança comercial portuguesa, causado pelas

²⁶ **NOVAIS**, Fernando Antônio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, USP, n. 142-143, p. 220, 1^o e 2^o semestres de 2000. O autor frisa como a existência de uma produção brasileira de manufaturas, ainda que incipiente, e, sobretudo, um crescente contrabando estrangeiro nas costas do Brasil, praticado principalmente por ingleses, gerou um decréscimo nas exportações portuguesas para a colônia, sendo este o estopim para o Alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibiu as manufaturas no Brasil.

²⁷ Para mais detalhes sobre o interesse comercial dos franceses no Brasil durante o período colonial e sobre estes vários episódios, cf. **MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. São Paulo, 1993. 189 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 34-36. Laura de Mello e Souza lembra que o “século XVIII começou crítico em Portugal. Na Europa, não houve como fugir do envolvimento na Guerra de Sucessão Espanhola alinhando-se com a Inglaterra e contra as pretensões bourbônicas. Sobre as colônias, notadamente o Brasil, aturaram-se os corsários franceses, sempre de prontidão para correr uma costa já sua velha conhecida. Ambrósio Jauffet, que viveu cerca de trinta anos entre os paulistas, escrevia ao ministro Pontchartrain em 1704 propondo a invasão e o controle de toda a porção sul, das Minas até Sacramento” (**SOUZA**, op. cit., p. 78-79).

avantajadas importações de produtos da Grã-Bretanha, seria sanado, inclusive, com o ouro extraído das minas do Brasil que, desta maneira, escoavam diretamente para o tesouro inglês.

Posto isto, não há que se estranhar que muitos autores adjetivem Portugal como “colônia econômica da Grã-Bretanha” ou “vassalo do império britânico”, evidenciando como a Inglaterra se converteria paulatinamente “na caixa e depois praticamente na suserana de Portugal”.²⁸ Algumas décadas após a assinatura do Tratado de Methuen, o próprio Marquês de Pombal, célebre ministro do rei português José I de 1750 a 1777, chamaria a atenção para a submissão de Portugal aos interesses comerciais britânicos e, após assumir o cargo, tentaria anular esta situação por meio de “uma vigorosa campanha contra os privilégios e a supremacia comercial inglesa”.²⁹ Outra preocupação de Pombal seria, justamente, “impedir a penetração inglesa no ultramar”³⁰ que já se fazia, de forma sorrateira e cada vez mais crescente, por meio do comércio ilícito.

Mergulhadas no conflito no qual estavam envolvidas entre fins do século XVIII e início do XIX, França e Inglaterra mantinham seus olhares voltados para a parte americana da zona atlântica portuguesa, pois o Brasil, sinônimo de riquezas coloniais, igualmente se apresentava como um importante ponto estratégico nas rotas de navegação da época. Além de oferecer bases de abastecimento e apoio aos navios e aparecer como exportador de gêneros agrícolas e de matéria-prima em geral, era também um promissor mercado consumidor para produtos industrializados. Controlá-lo significava predominar no Atlântico. Este dado nos ajuda a entender melhor as pressões que passarão a ser sofridas pela monarquia lusitana de ambas as partes e sua opção pela transferência da Corte para os trópicos.

À França cabia, neste momento, impedir que a América portuguesa se tornasse a tábua de salvação da Inglaterra frente ao recém decretado Bloqueio Continental. Para a Inglaterra, fora garantir uma alternativa para o escoamento de sua produção industrial ameaçado no continente europeu pela rivalidade francesa, tratava-se de obstar que a principal colônia do império português de então caísse nas mãos do inimigo napoleônico. Este, além de passar a ter a primazia no Atlântico, poderia fazer dela um ponto de apoio para a reconquista das Antilhas à Inglaterra e uma ponta-de-lança para o avanço efetivo de sua doutrina revolucionária e de suas tropas na América do Sul, visto ter a França a posse da Guiana a partir da qual, caso não encontrasse a devida resistência, poderia passar à

²⁸ Respectivamente, **SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 38; **MANCHESTER**, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 144 e **LIMA**, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 249.

²⁹ **MANCHESTER**, op. cit., p. 51. Para mais detalhes sobre esta campanha, confira o capítulo II da obra, “Um período de tensão e reajustamento, 1703-1800”, em especial p. 50-54.

³⁰ **NOVAIS**, A proibição das manufaturas..., op. cit., p. 221.

Amazônia e ao litoral norte do Brasil. Vale lembrar ainda que este interesse francês na região já vinha dando margem a alguns planos de ataque ao Brasil já na época do Diretório e do Consulado.³¹

Na lógica francesa, por conseguinte, atingir o Brasil era atingir Portugal (e vice-versa), o que ricochetearia, em última instância, na todo-poderosa Inglaterra. Do mesmo modo, a não adesão ao sistema continental antiinglês implicava, para Napoleão, em alinhamento tácito ao grande inimigo de seu império, não cabendo, em sua visão, nenhuma neutralidade. No choque entre a dona dos mares e o dono do continente, quem não estava explicitamente ao seu lado estava contra ele, sem meio termo. E é dentro deste espírito que se deve compreender o interesse da França na invasão do território português em 1807, afinal,

Portugal era zona primordial na estratégia atlântica. A invasão dos franceses e a tentativa de ocupação do seu território inserem-se, pois, numa política de domínio marítimo por interesses económicos essenciais para a França. É óbvio que o primeiro destinatário é a Inglaterra, que desde logo objectivou as necessárias defesas. A continuidade do seu acesso a Portugal impedia, naturalmente, a realização dos fins propostos pelo Bloqueio. Por sua vez a Inglaterra, com um tráfego fundamental para a manutenção e continuidade da sua revolução industrial, necessitava de apoio nas costas e nas ilhas portuguesas do Atlântico. Não esquecemos igualmente a sua navegação para as zonas tropicais.³²

Deste modo, é bastante esclarecedor, para se entender a opção final de Portugal pela Inglaterra em meio às guerras napoleônicas, o peso apresentado pelos domínios americanos na configuração do império português e o fato de que o governo britânico tinha condições e, acima de tudo, interesse em salvaguardar tais possessões. A fim de garantir a permanência do governo luso ao seu lado, a Inglaterra, utilizando sua supremacia nos mares, jogaria com a dependência não apenas econômica, mas também militar deste último com relação a ela.³³ Esta situação de vulnerabilidade na qual se encontrava Portugal possibilitaria igualmente à Grã-Bretanha barganhar várias vantagens econômicas, agora com relação ao Brasil, como de fato ocorrerá com os “Tratados de 1810”, a partir dos quais seus produtos passariam a pagar os menores direitos de importação nos portos da América portuguesa.³⁴

Por seu lado, o regente d. João enxergava no apoio inglês uma relativa garantia de segurança que lhe permitia continuar a equilibrar sobre sua cabeça, por mais algum tempo, uma coroa que trepidava ante a vibração causada pelos passos dos soldados dos exércitos napoleônicos que se espalhavam cada vez mais por toda a Europa e cujas vitórias ajudavam Napoleão a destronar reis e a substituí-los por

³¹ Cf. **POTELET**, Jeanine. Projets d'expéditions et d'attaques sur les côtes du Brésil (1796-1800). *Caravelle. Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, Toulouse, n. 54, p. 209-222, 1990.

³² **VICENTE**, António Pedro. *O Tempo de Napoleão em Portugal* – Estudos Históricos. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 211.

³³ Sobre a extrema e prejudicial dependência de Portugal com relação a oficiais estrangeiros para o preenchimento de postos de comando no seu exército, incluindo aí muitos súditos da Grã-Bretanha, cf. **VICENTE**, António Pedro. O recrutamento de militares no estrangeiro – de Schaumbourg Lippe a William Beresford. In: _____. *O Tempo de Napoleão em Portugal...*, op. cit., p. 57-73.

seus familiares. Em 1805, ele próprio se tornara rei da Itália, tendo nomeado seu enteado, Eugênio Beauharnais, vice-rei. Em 1806, ele fará seus irmãos José e Luís, respectivamente, rei de Nápoles e da Holanda. Em 1807, Jerônimo, o mais novo da prole dos Bonaparte, será colocado no trono da Westfália. Já em junho de 1808, d. João assistirá de seu “camarote” fluminense a humilhante substituição de seu sogro, Carlos IV da Espanha, por José Bonaparte que passará a Murat, seu cunhado, o título de rei de Nápoles.

A Espanha, aliás, que geograficamente servia a Portugal de anteparo à França e que, a princípio, empenhara-se na luta contra os revolucionários, paulatinamente passaria a apoiar o inimigo, para horror dos portugueses que ainda se lembravam da indesejada União Ibérica e dos anos de luta para recompor definitivamente sua independência. Entretanto, em 1794, logo após o período de maior radicalização da Revolução, os dois parceiros peninsulares, auxiliados pela Inglaterra naquela que seria a primeira aliança liderada por ela contra a França revolucionária, uniriam suas forças militares (muito minguadas e mal preparadas, principalmente no caso de Portugal) contra os republicanos franceses na Campanha do Rossilhão (1793-1795). Saíam em defesa dos Pirineus, porta de entrada para a Península Ibérica. Diante da derrota, o governo espanhol assinaria com a República Francesa a Paz de Basiléia, em julho de 1795. O acordo valeria ao primeiro-ministro espanhol Manuel de Godoy (1767-1851), que passaria a nutrir cada vez mais simpatias pela França, o título de “Príncipe da Paz”. Mas o pior, do ponto de vista lusitano, ainda estava por vir: pelo Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 18 de Agosto de 1796, a Espanha aliava-se oficialmente à França e declarava guerra à Inglaterra.³⁵

Em 1801, enquanto Portugal tentava se esquivar e se equilibrar entre as disputas franco-inglesas ao adotar uma política externa pautada pela neutralidade, conseguindo assim atender a ambos os lados em conflito, a Espanha seria convencida a atacar seu vizinho. Este curto episódio militar, conhecido como “Guerra das Laranjas” (19 de maio a 8 de junho de 1801), pode ser considerado o prelúdio das Guerras Peninsulares que terão início em 1807. António Pedro Vicente, historiador português, confere-lhe o título de “catástrofe nacional de 1801” e o caracteriza como uma “campanha que devemos classificar como a primeira invasão francesa ou melhor diríamos, como a primeira invasão napoleónica” à Península.³⁶

Sem condições de enfrentamento e sob a ameaça de invasão pelas tropas francesas estacionadas na fronteira espanhola, d. João acabaria por assinar o Tratado de Badajoz, celebrado em 6 de junho de 1801. Neste tratado de rendição, Portugal reconhecia definitivamente à Espanha o direito à posse da colônia de Sacramento e de Sete Povos das Missões, situadas na margem esquerda do Rio da Prata

³⁴ Sobre os estes tratados cf. item 1.5. da tese, “E d. João (re)descobriu o Brasil...”.

³⁵ A guerra da Espanha com a Inglaterra eclodirá em outubro de 1796.

(posse esta que havia sido motivo de disputas entre portugueses e espanhóis ao longo de todo o século XVIII) e reconhecia a ocupação espanhola da cidade de Olivença. Além disso, passava a aceitar a estipulação de uma nova fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa que tinha, assim, seu território aumentado.

Não bastassem estas imposições territoriais que atingiam, inclusive, suas possessões coloniais, Portugal também deveria fechar todos os seus portos ao comércio com o Reino Unido, o que ficou definitivamente estabelecido pelo Tratado de Madri, assinado em 29 de setembro de 1801 não sem fortes objeções da parte do governo joanino. Assim, o único militar francês que lograria, por hora, pôr os pés em terras lusas seria Lannes, general enviado por Napoleão, em 1802, como diplomata. Esta sequência de negociações, por meio das quais d. João conseguia preservar seu território das tropas francesas, demonstra a fragilidade em que ele se encontrava devido à falta de apoio da Inglaterra que, envolvida na Campanha do Egito contra a França (1798-1801), retirara suas tropas de Portugal por necessitar de reforço militar na África. No que diz respeito ao cumprimento das medidas antiinglesas, o príncipe seria salvo pelo gongo com a assinatura da Paz de Amiens, em março de 1802, entre Inglaterra e França.

O alinhamento espanhol com Napoleão continuaria a se firmar do Tratado de Santo Ildefonso ao tratado secreto de Fontainebleau. Este último, assinado em 27 de outubro de 1807, permitia a passagem de tropas francesas pelo território espanhol a fim de invadirem Portugal e estabelecia a divisão do reino lusitano e suas dependências, incluindo aí o Brasil, entre os signatários. Seria ele a antecâmara da primeira invasão francesa ao território luso e do deslocamento da sua Corte Atlântico abaixo. Enquanto a pressão sobre d. João aumentava cada vez mais da parte continental, aquela vinda do gabinete britânico não se fazia menor. Afinal, se a proteção inglesa era necessária para que Portugal não fosse esmagado por um golpe de mão do imperador francês, a Inglaterra também se via na necessidade de forçar esta proteção, para então convertê-la em moeda de troca a fim de adquirir vantagens comerciais no Brasil. Para tal, o gabinete de Saint James tomou para si a defesa de uma proposta que há muito rondava a monarquia lusa: a retirada da Família Real para suas possessões americanas.³⁷

Embora, em 1807, quando será realmente levada a cabo, a concretização desta idéia apareça como uma estratégia inovadora e surpreendente, fato é que ela já guardava poeira na prateleira, pelo menos, desde o século XVII, quando o Padre Vieira, durante o processo de restauração da

³⁶ Ambas as citações encontram-se em **VICENTE**, op. cit., p. 95.

³⁷ Maria de Lourdes Viana Lyra lembra que “os ingleses, [...] desde 1801 já se dispunham oficialmente a assegurar o embarque da Corte portuguesa para o Brasil” (**LYRA**, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 112).

independência portuguesa após o fim da União Ibérica, sugeriu-a a d. João IV.³⁸ Ela seria igualmente reativada, em 1738, por um ministro do rei d. João V que visava, por este modo, estabelecer um “melhor equilíbrio entre a metrópole e a colônia, então abarrotada de ouro”, e ainda em 1762, na época de d. José I, por Pombal que temia uma invasão franco-espanhola.³⁹ Em 1801, diante do desastroso episódio da “Guerra das Laranjas,” o Marquês de Alorna, que já parecia vaticinar o tenebroso quadro de 1807, insistiria, uma vez mais, sem sucesso, na antiga tese como saída ao estreito beco para o qual Portugal estava sendo compelido cada vez mais tanto pela Inglaterra quanto pela França.⁴⁰ Dois anos depois, um dos ministros de d. João, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, partidário do alinhamento inglês, dirigiria ao príncipe regente uma memória sobre a mudança da sede da monarquia. Suas palavras ainda seriam vistas como uma solução estapafúrdia, mas isto mudaria nos próximos quatro anos frente às ameaças napoleônicas e à invasão de Portugal, como veremos.

1.3. Ser anglófilo ou ser francófilo, eis a questão: a reedição das disputas franco-inglesas no interior da Corte portuguesa

Cabe ainda ressaltar que as pressões às quais Portugal se submeteria por parte daquelas duas potências não se dariam apenas externamente, no que diz respeito às relações comerciais e diplomáticas, mas também internamente, pela ação dos chamados “partidos” inglês (ou anglófilo) e francês (ou francófilo). Desta forma, para se entender os cambaleantes passos dados pela monarquia portuguesa na corda bamba, sustentada em uma ponta pela França e Espanha e na outra pela Inglaterra, na qual se encontraria até o embarque para o Brasil, é preciso considerar as influências franco-inglesas, originadas fora, mas também dentro do reino bragantino, frente à neutralidade oficialmente sustentada por Portugal em meio aos conflitos.

Podemos ligar a origem de tais partidos a uma polarização no governo luso ocasionada por divergências surgidas em torno da representação simbólica da França revolucionária em Portugal. Lilia Schwarcz lembra que, de fato, “não havia diferença ideológica nessa polarização, já que ambas as partes eram representadas por aristocratas fiéis à monarquia e dispostos a evitar um conflito com a França, a Espanha e a Inglaterra, mas distinguiam-se, sim, pela saída que preconizavam.”⁴¹ Os

³⁸ Grieco coloca ainda que “ha [sic] longos anos pensariam os Portugueses nessa transferência, tendo sido pioneiros dessa idéia Martim Afonso de Souza, junto a D. João III e o Padre Antonio Vieira, junto a D. João IV” (GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 108).

³⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 194. Cf. também, sobre o assunto, LYRA, op. cit., p. 107-108 e GRIECO, op. cit., p. 108-109.

⁴⁰ A “Carta de 30 de maio de 1801”, escrita pelo Marquês de Alorna, é citada por LIMA, op. cit. p. 45 e por SCHWARCZ, op. cit., p. 195.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 191.

francófilos argumentavam a favor de uma aproximação com a França (e a consequente neutralização da influência britânica), enquanto os que se ligavam ao partido inglês, eram pela manutenção do tradicional alinhamento com o Reino Unido, visando principalmente a integridade do império e do espaço atlântico. Ambos, no entanto, tinham como objetivo final atrair as simpatias de d. João para si.

Do lado dos francófilos o nome que se destacava era o de Antônio de Araújo e Azevedo, futuro conde da Barca, enquanto do lado dos anglófilos, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, era o nome forte.⁴² Duas grandes figuras de peso na política lusa da época. Se o que os diferenciava e os localizava no campo político português, basicamente, era a distância que suas simpatias tomavam com relação à França e à Inglaterra, um dos principais pontos de divergência entre estes dois grupos será, justamente, a idéia da transferência da sede do império lusitano para o Brasil. Se Coutinho ajustará suas opiniões e decisões diante da preocupação com Portugal dentro do Império luso-brasileiro, Azevedo se pautará pela posição do reino com relação à Europa.⁴³

D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), nascido em uma família aristocrática portuguesa, tivera o Marquês de Pombal como padrinho de batismo e este o preparara para o exercício de cargos no governo. Tendo estudado na Universidade de Coimbra, passou grande parte de sua vida na Europa. Em Paris, tomou contato com o Abade Raynal e d'Alembert, dois expoentes do Iluminismo. Foi representante diplomático em Turim (1778), secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801) e presidente do Real Erário (1801-1803). Seu irmão, d. Domingos Antônio (futuro marquês do Funchal), ocuparia o cargo de ministro português em Londres. D. Rodrigo seria agraciado com o título de primeiro conde de Linhares, em 1808, quando, após embarcar na esquadra real rumo à América, firma-se com força total no cenário político depois de quatro anos de ostracismo causado por desentendimentos com alguns membros do gabinete e pela desaprovação da política seguida pela Coroa, tanto no plano interno como externo. De sua chegada ao Brasil até 1812, ano de sua morte, seria secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Foi ele, também,

⁴² Para informações biográficas sobre alguns dos principais nomes que encabeçavam estes grupos, a predominância de um e de outro ao longo do reinado joanino e as intrigas surgidas entre eles, cf. **DEBRET**, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], v. 3, t. 2, p. 80-82 e 244-245; **LIMA**, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 28-31, 123-125, 129-130 e 150-152; **LYRA**, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 61-63; **MALERBA**, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 255-256 e 291-292; **NEVES**, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para professor titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 45-50; **RIZZINI**. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, São Paulo: Kosmos, 1945, p. 316; **SCHULTZ**, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-1821)*. New York/London: Routledge, 2001, p. 28-29 e **SCHWARCZ**, op. cit., p. 191, 308-309 e 357.

⁴³ **NEVES**, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822)*. *Ler História*, Lisboa, n. 37, p. 107, 1999.

um dos primeiros leitores de Adam Smith, tinha entre seus principais objetivos [...] a manutenção da integridade do império ultramarino português, sobre a prosperidade do qual fazia repousar a saúde da monarquia. Para tanto, embora abominasse a ‘horrída revolução’ da França, advogava a necessidade de reformas no interior do império de acordo com um claro programa ilustrado e mantinha-se fiel à tradicional aliança com a Inglaterra ...⁴⁴

Cabe salientar, ainda, o destacado papel que desempenhou no chamado reformismo ilustrado português. Este movimento tentava formular, desde o final do século XVIII, um novo projeto imperial frente à crise do sistema colonial, buscando “acelerar a política de reformas – em execução desde Pombal – na estrutura administrativa e no nível da produção econômica, para impedir o agravamento da crise do poder e do Estado [português] em toda sua dimensão”.⁴⁵ Crise esta que ganhava visibilidade, por exemplo, com a série de movimentos contestatórios, já citados, que vinham tendo lugar no Brasil. Procurava-se, desta maneira, harmonizar as relações entre a metrópole portuguesa e suas possessões. A promessa era, pois, de renovação do império luso. D. Rodrigo também seria um proeminente membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779, local por excelência de debates e apresentações de trabalhos dos ilustrados portugueses que visavam com isto propor meios mais eficazes de “manter o crescimento da economia – preponderantemente apoiada no comércio colonial”, além de repensar “as causas do atraso do Reino, analisar as variadas faces da conjuntura, estudar formas alternativas de desenvolvimento e apresentar sugestões práticas quanto à superação dos entraves para abrir caminho rumo ao progresso.”⁴⁶

Ele ainda apresentaria à Junta de Ministros, em 1798, enquanto secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, um “programa de reformas” de sua autoria que objetivava a modernização administrativa de Portugal e seus domínios e com isso a formação de um novo e poderoso império. Projeto este que ecoava fortemente a utopia do “Quinto Império” de autoria do Padre Vieira.⁴⁷ Para tanto, d. Rodrigo pautou-se nas “idéias de mudança moderada pregadas pelo Abade Raynal”,

⁴⁴ NEVES. As Representações Napoleônicas em Portugal..., op. cit., p. 46.

⁴⁵ LYRA, op. cit., p. 42. A autora lembra que se tratou de um movimento luso-brasileiro e explica, na p. 46, que “Aos detentores de bens e do saber, uma diretriz política que melhorasse as relações de poder, incrementasse a produção, dinamizasse o comércio e preservasse a ordem social, lhes era extremamente simpática e merecedora de todo apoio. O pronto atendimento, dos ilustrados da colônia, ao chamado do governo à tarefa de pensar conjuntamente os pontos frágeis do Estado e apresentar sugestões sobre o desenvolvimento conjunto da nação portuguesa, encontra, nessa identidade de propósitos, a sua explicação”.

⁴⁶ Ambas as citações aparecem em LYRA, op. cit., p. 42.

⁴⁷ Concebida no século XVII pelo Padre Antônio Vieira, tal crença, de cunho messiânico, baseava-se na formação de um “Quinto Império” que haveria de suceder o império assírio, o persa, o grego e o romano. É claro que, segundo sua previsão, este novo império seria o português. Como vimos, a defesa da idéia da trasladação da Corte lusa para o Brasil, à qual já fizemos menção, encaixa-se neste contexto. Esta utopia ainda se ligava à lenda do “Encoberto”, segundo a qual o jovem rei português d. Sebastião, que havia desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir, na África, enquanto combatia os “infieis”, iria voltar encoberto por uma nuvem e seria o fundador deste “Quinto Império”. É importante enfatizar que, se a crença no “Sebastianismo” surge com o desaparecimento do rei, tendo como pano de fundo as questões dinásticas que culminarão na União Ibérica, a defesa por Vieira da crença no “Quinto Império” liga-se ao movimento de restauração da independência de Portugal frente à Espanha iniciado em 1640. A primeira defesa da tese da transferência da sede do poder português para a

inspirando-se, igualmente, “na concepção de império atlântico de Adam Smith”.⁴⁸ Neste ponto, agia ele como muitos políticos de seu tempo que faziam um uso homeopático das idéias ilustradas a fim de procederem a reformas de base conservadora, tentando, desta maneira, conter o ideário revolucionário que também se nutria dos autores iluministas. Segundo Oliveira Lima, “seu lema fora sempre reformar de cima, transformar sem substituir, melhorar sem revolucionar”.⁴⁹ Portanto, a opção de d. Rodrigo pela Inglaterra e a defesa da mudança da sede do poder português para o Brasil encaixam-se menos em uma cega simpatia ou subserviência sua à Grã-Bretanha, do que na proposta de repensar a estrutura da monarquia portuguesa e reatualizá-la a fim de sobreviver frente aos novos tempos.⁵⁰

Passemos, pois, ao expoente do partido francês, d. Antônio de Araújo e Azevedo (1754-1817). Nascido em uma família nobre e tendo frequentado a Universidade de Coimbra, após a prestação de serviços diplomáticos em vários lugares da Europa, que incluíram França e Rússia, seria chamado de volta por d. João para ocupar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804) e, cumulativamente, a dos Negócios Interiores do Reino (1806), cargos que perderia ante a invasão francesa de 1807. Estava em Paris, quando da execução de Luís XVI, de onde foi compelido pelos revolucionários a sair, aí retornando na época do Consulado de Bonaparte. Seria mantido, entre 1808 e 1814, período em que duraram as Guerras Peninsulares, praticamente fora do governo, ocupando, no Brasil, apenas um lugar no Conselho de Estado de d. João que seria um elemento mais decorativo do que ativo, posto que raramente consultado.

Homem de grande erudição, bem relacionado nas rodas intelectuais europeias, era amante das artes, das letras e das ciências. Em 1814, ao entrar a trajetória napoleônica em agonia terminal, seria nomeado para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar⁵¹ e receberia o título de primeiro conde da Barca no ano seguinte. Falecido em 21 de junho de 1817, deixaria na “orfandade” uma extraordinária biblioteca⁵² e os artistas franceses que mantinha sob sua proteção e que aqui haviam aportado em 1816.⁵³ Embora seja sempre identificado como francófilo, sobre ele

América data justamente deste período.

⁴⁸ Ambas as citações aparecem em **LYRA**, op. cit., p. 65. Para um resumo deste “programa de reformas” cf., na obra desta mesma autora, p. 81-82.

⁴⁹ **LIMA**, op. cit., p. 140.

⁵⁰ Lyra, afirma, inclusive, que a “estratégia inovadora de mudança da sede do império para o Brasil, em 1808, representou mais um desdobramento do *reformismo ilustrado* e, neste contexto, deve ser analisado [do mesmo modo] o processo de Independência do Brasil” (**LYRA**, op. cit., p. 83, grifos da autora).

⁵¹ Com a morte do marquês de Aguiar, em janeiro de 1817, que cuidava das duas outras pastas, Barca passa a assumir todas as três pastas, até sua morte, em junho deste mesmo ano, quando o Conde dos Arcos o substituiria.

⁵² Lilia Schwarcz comenta que esta biblioteca começou a ser adquirida e organizada por Azevedo em 1787 quando ele ocupava o posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Haia. Trinta anos depois, quando de seu falecimento, ela contava, segundo inventário feito em 1819, com mais de 74 mil volumes, sendo avaliada em 16:818\$300. Ela seria arrematada pelo Estado para ser incorporada à Real Biblioteca que havia sido transferida para o Brasil pouco depois da saída da Corte, mas que não retornaria a Portugal com d. João, em 1821, aqui permanecendo e sendo o núcleo inicial de nossa Biblioteca Nacional (**SCHWARCZ**, op. cit., p. 357). A obra desta autora trata justamente da

não se pode afirmar que [...] fosse um liberal radical ou defensor das idéias jacobinas; ao contrário, a Revolução Francesa era para ele também uma “horrorosa catástrofe”, que só provocava a anarquia, no entanto, argumentava a favor de uma política de aproximação com a França, capaz de constituir uma política mais vantajosa para Portugal, ao neutralizar a influência britânica.⁵⁴

Já podemos, assim, reconduzir nossa atenção à atuação dos dois partidos a que nos referimos anteriormente. Para isso, voltemos ao ano de 1792, que assistiria à fundação da República francesa e à confirmação da demência da rainha de Portugal, d. Maria I (1734-1816), que passaria então para as páginas da História sob a alcunha de “a louca”. No primeiro gabinete promovido por seu herdeiro d. João, que assumiria neste ano a regência de fato devido ao afastamento de sua mãe, oficializando-a em 1799 (mesmo ano em que Napoleão é alçado ao poder), percebe-se que a maioria de seus componentes provinha do partido inglês. Contudo, como lembra Oliveira Lima, “Com a guerra de 1801, a paz de Badajoz e o tratado de Madri o partido francês cresceu naturalmente de influência, e esta aumentou de ano para ano, à medida que se ia acentuando a ingerência de Bonaparte nos negócios da Península”.⁵⁵ Desse modo, no bailado do poder ensaiado em torno do príncipe regente d. João, durante os conflitos envolvendo a França, podemos distinguir três fases no que diz respeito à predominância destes dois grupos, ou melhor, de seus principais representantes.

Na primeira delas, o partido inglês daria o compasso, principalmente entre 1796, ano em que d. Rodrigo retorna a Portugal para assumir o cargo de secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e 1803. Entre 1804 e 1807, o partido francês, embora, em número, menos expressivo entre os conselheiros de d. João, daria a cadência, aproveitando-se do afastamento de Coutinho. Lembremos que neste período o futuro conde da Barca exerceria duas funções de peso. Ou seja, na trindade burocrática, na qual se dividia a administração pública do Reino, formada pelas Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; dos Negócios Interiores do Reino; e da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Antônio de Araújo, neste intervalo, apenas não ocuparia a última. Além do restabelecimento das relações econômicas com a França, este período também contaria com a presença do militar Junot, entre abril e setembro de 1805, na função de representante diplomático francês em Lisboa, ele que, em 1807, liderará as tropas invasoras de Portugal. Já em um terceiro momento (1807-1814), que precede a invasão de Portugal pelos franceses e vai até o fim das Guerras Peninsulares, d. Rodrigo voltaria a dar o ritmo até seu falecimento em 1812. Entre este ano e o de 1814, o enviado inglês, Lord Strangford, exercerá forte influência junto a d. João, mas baterá de frente

trajetória da Real Biblioteca e de seus significados políticos. Para a análise da biblioteca de Barca, cf. **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, v. LI, n. 102, p. 568-580, abril-junho 1975, ano XXVI.

⁵³ Cf. item 5.4.1. da tese, “A Missão Francesa e a presença napoleônica na Corte do Rio”.

⁵⁴ **NEVES**. As Representações Napoleônicas em Portugal..., op. cit., p. 46.

⁵⁵ **LIMA**, op. cit., p. 30.

– especialmente no que dirá respeito à aplicação de certas cláusulas dos “Tratados de 1810” – com o futuro conde da Barca que voltava ao poder. Em janeiro de 1815, o diplomata a serviço da Inglaterra voltaria para a Europa.

Notemos, porém, como a passagem da pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra das mãos de um francófilo para as de um anglófilo, no caso d. Rodrigo, é bastante sintomática da opção definitiva de d. João pela vinda para o Brasil e da vantajosa posição que o Reino Unido adquirirá na nova sede da monarquia portuguesa. Se no período que antecede a invasão francesa a Portugal até o fim das Guerras Peninsulares a influência britânica foi praticamente absoluta na Corte joanina, a partida de Strangford, o término da guerra e a retomada do peso político do conde da Barca levarão a um decréscimo desta influência entre 1814 e 1821, influência esta que voltará sob os auspícios de um d. Pedro cioso do reconhecimento do Império que acabava de inaugurar. Deste modo, torna-se interessante acompanharmos um pouco mais de perto algumas cenas envolvendo as divergências entre membros do partido inglês e do partido francês.

Após o término da Campanha do Rossilhão (1795), da qual saíra como perdedor, e da adesão da Espanha à França (1796), Portugal passou a ser cada vez mais pressionado pela nação revolucionária para abrir negociações para um tratado de paz e amizade. Em 1797, o governo francês, visto que ostentava uma recente vitória militar sobre a poderosa monarquia austríaca, chegou a exigir, para realizar tal tratado, a cessão de parte do norte do Brasil, a abertura do Amazonas à navegação, vantajosos direitos comerciais e ainda o pagamento de uma indenização. Antônio de Araújo, então representante português em Haia, seria mandado a Paris com a missão de revisar esta proposta, mas o que ficaria acertado ao final das negociações não anularia em praticamente nada as pesadas exigências que recaíam sobre Portugal. Isto gerou fortes críticas por parte de d. Rodrigo, então Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que, juntamente com a pressão do gabinete inglês, também pesou na recusa de d. João em ratificar o tratado. D. Rodrigo chegou a redigir um documento, datado de 21 de junho de 1798, intitulado “Parecer sobre as difíceis circunstâncias do momento presente”, no qual apontava como seria desastrosa para Portugal a aceitação das pesadas imposições francesas.⁵⁶

Assim, após a derrota lusa na “Guerra das Laranjas” e a assinatura do Tratado de Badajoz, ambas em 1801, finalmente a França conseguia implicar Portugal a tomar medidas antiinglesas que, como vimos, tornaram-se letra morta devido à paz assinada, em 1802, entre Napoleão e a Grã-Bretanha. Em 19 de março de 1804, Portugal, tentando preservar-se minimamente diante da retomada das hostilidades franco-inglesas, ocorrida em 1803 devido ao rompimento do Tratado de Amiens, acaba

⁵⁶ Cf. NEVES. *As Representações Napoleônicas em Portugal...*, op. cit., p. 46-47 e SCHWARCZ, op. cit., p. 190-191.

por assinar um novo tratado com Napoleão no qual seu estatuto de neutralidade é reconhecido. D. João, ao menos, comprometia-se a se manter indiferente a qualquer lado no conflito europeu e proibia a entrada de corsários, presas e navios de guerra em seus portos, o que já prejudicava de certa forma os interesses ingleses. No entanto, este reconhecimento pode ser considerado mais como um suborno legalizado do que como uma anuência sincera, visto ter Portugal pago por ele, numa tentativa de esfriar os ânimos, uma vultosa quantia, já que, como lembra Oliveira Lima, “comprou por 15 milhões o seu direito à neutralidade”.⁵⁷ Deste modo, a França continuava a não conseguir fazer com que Portugal fechasse definitivamente seus portos aos ingleses. D. João persistia em oscilar oportunamente entre o gabinete britânico e Napoleão buscando sustentar um frágil equilíbrio que preservasse a sua soberania e os seus interesses econômicos. De fato,

Portugal, no jogo das potências européias nunca pensou numa aliança com a França revolucionária. Se se estabelecem acordos com este país, se se rebaixou na procura de alianças onerosas e indignas, fê-lo sempre pressionado pela circunstância dum iminente ataque e sempre perante o vacilar no apoio expresso e claro do seu velho aliado.⁵⁸

É ainda importante salientar que, em julho de 1807, Napoleão e o czar Alexandre I haviam assinado o Tratado de Tilsit pelo qual esboçavam uma partilha da Europa entre si: a Rússia contaria com liberdade de ação ao leste do Vístula (permanecendo intacta enquanto potência militar) e a França a oeste. Ademais, o czar comprometia-se a aderir ao Bloqueio Continental. A presença da aliada russa azeitava as engrenagens do bloqueio que, até este momento, haviam funcionado com muita lentidão e aos solavancos, longe do inicialmente planejado. Além da dificuldade normal de se controlar todos os portos e vias de escoamento de produtos ingleses pelo continente europeu – dificuldade esta causada principalmente pelas instabilidades da guerra em que aqueles que se sujeitavam, em seguida, já se rebelavam –, muitos governantes, ainda que nominalmente aliados à França, prezando pelo bem estar econômico de seus territórios (para os quais o comércio com a Inglaterra era muito importante), vinham rompendo-o sistematicamente. Um caso exemplar, neste sentido, é o do próprio Luís Bonaparte que se veria punido por isto com a perda do título de rei da Holanda, que ganhara de seu irmão, sendo que esta seria anexada ao Império francês em julho de 1810.

Entretanto, um dos pontos de maior infiltração e vulnerabilidade na muralha econômica antiinglesa que vinha sendo arquitetada por Napoleão no continente era, sem dúvida, Portugal. “Lisboa era, em 1807, um dos portos mais ativos da Europa: centro do comércio neutro e do comércio indireto britânico. Desse porto, e de outros centros portugueses, mercadorias inglesas iam à Espanha e

⁵⁷ LIMA, op. cit., p. 704, nota 169.

⁵⁸ VICENTE, António Pedro. *O Tempo de Napoleão em Portugal* – Estudos Históricos. Lisboa: Comissão Portuguesa de

outros países do continente, França inclusive”,⁵⁹ o que ajudava a engrossar o contrabando de mercadorias britânicas Europa adentro, sob o olhar colérico do imperador dos franceses. Tulard lembra, todavia, que entre “julho e novembro de 1807, o continente fechar-se-ia, na realidade, quase que inteiramente ao comércio inglês”.⁶⁰ Não coincidentemente, este será o momento de maior pressão sofrida por Portugal e que culminará na mudança da sede de seu poder para a América.

Assim, em 12 de agosto de 1807, o encarregado dos negócios franceses em Portugal entrega um novo ultimato, dando um prazo até o dia 1º de setembro, para que d. João declarasse guerra à Grã-Bretanha, o que incluía a retirada de seu ministro de Londres e o retorno do representante inglês em Lisboa, além do fechamento dos portos aos navios de guerra e comerciantes britânicos e a prisão e confisco das propriedades dos residentes ingleses em Portugal. A esta altura, os enviados portugueses a Londres, encarregados de pintar para a Corte inglesa, com cores fortes, as pressões que seu governo vinha sofrendo, não pouparam esforços para mostrar que o destino de Portugal se ligava apenas à assinatura da paz entre Inglaterra e França e que d. João não tinha intenção de confiscar as propriedades dos súditos britânicos.

Porém, em 20 de agosto de 1807, o conhecimento da confirmação oficial de que a Inglaterra não entraria em negociações com a França gerou extrema preocupação junto às autoridades portuguesas. Afinal, agora, além do apoio da Espanha, Napoleão contava com o braço forte do czar russo. Strangford viu neste momento de extrema fragilidade uma excelente oportunidade para que a Inglaterra arrancasse importantes concessões econômicas de Portugal, principalmente com relação a suas possessões na América. O mote das negociações que partiam de Londres para Lisboa girava, neste momento, em torno da facilitação da partida da Família Real portuguesa para o Brasil. O que contava como forte argumento a favor dessa idéia era a conhecida debilidade militar dos lusitanos que, sem sombra de dúvidas, não conseguiriam livrar d. João do humilhante fado dos monarcas europeus cujas coroas vinham sendo arrancadas diante de uma só lufada de Napoleão:

De fato, se lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado da sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha Corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na Rússia, Joseph de Maistre, bastava entretanto para tornar famosa; o Doge e os x enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de

História Militar, 2000, p. 18.

⁵⁹ PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, livro 1, cap. 3, p. 65-66.

⁶⁰ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 171.

Bonaparte; o imperador de [sic] Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigados de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis.⁶¹

Agora, momento em que “a política da neutralidade entra em estado terminal”,⁶² a voz de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, que andara meio calado nos últimos anos, voltava a fazer eco, junto aos ouvidos do príncipe regente, àquela do Padre Antônio Vieira que, nos tempos difíceis da Restauração, dois séculos antes, já havia defendido a hipótese de retirar a Corte para o Brasil. Buscava ele semear, uma vez mais, as sugestões colocadas em sua memória de 1803, visto que o terreno se encontrava mais fértil e as possíveis pragas francófilas enfraquecidas.

Quando da convocação da primeira reunião do Conselho de Estado⁶³ a ser realizada em 19 de agosto de 1807, na qual d. João fez saber os termos da intimação de Napoleão, em meio aos oito convocados, o nome de d. Rodrigo figuraria ao lado daquele do Marquês de Angeja (José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Muniz), do Visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo, secretário de Estado para os Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) e de Fernando José de Portugal, presidente do Conselho Ultramarino.⁶⁴ Estes serão, aliás, os principais nomes da política portuguesa na nova sede da monarquia e escusado é lembrar que se tratava de anglófilos de peso. Quem se fazia ausente, agora, era d. Antônio de Araújo e Azevedo, cuja influência política, frente às ameaças napoleônicas, vinha se esgarçando rapidamente.

Porém, d. João, dando prosseguimento à sua hesitante política externa, ainda iria propor ao gabinete britânico, após a segunda reunião do Conselho (26 de agosto de 1807), a simulação de um estado de guerra. Rogando pela não destruição de suas colônias e de seu comércio e se recusando a prender súditos ingleses e confiscar seus bens, o governo luso sugeria a declaração formal de guerra, neste caso “para francês ver”, e a tomada de medidas ofensivas leves, como o apresamento de navios portugueses de guerra. Diante desta proposta, Canning, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês, que vinha aconselhando o príncipe regente a se transferir de mala e cuia para a sua colônia mais lucrativa (do ponto de vista não apenas dos portugueses, mas, como vimos, dos ingleses também), apenas dá o parecer final de que a Inglaterra estava pronta para escoltar a Corte portuguesa para o Brasil.

Assim, na terceira reunião do Conselho de Estado português, ocorrida em 2 de setembro de 1807, estabelecia-se que o pequeno herdeiro dos Bragança – o Príncipe da Beira, nosso futuro d. Pedro I,

⁶¹ LIMA, op. cit., p. 49.

⁶² SCHWARCZ, op. cit., p. 197.

⁶³ Para a sequência de reuniões deste Conselho até a partida para a América, cf. MARTINS FILHO, Enéas. *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1968, IEB.

⁶⁴ Para a lista de todos os componentes do Conselho, cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 198 e p. 449, nota 42.

que ainda não completara dez anos – deveria embarcar imediatamente para a colônia americana, procurando-se com isso demover Espanha e França de uma invasão.⁶⁵ Afinal, com esta medida, mantinha-se intacto o poder da casa reinante portuguesa que, longe das garras de Napoleão, ainda poderia ser ameaça certa contra as possessões francesa e espanholas na América e presa fácil dos interesses ingleses com relação ao Atlântico. D. João e o restante dos membros da Família Real só embarcariam em caso de violação do território português, momento em que, como lembra Manchester, “embora a França ganhasse Portugal, a Inglaterra ganharia o Brasil”.⁶⁶ Se nos estaleiros portugueses tinham início os preparativos para a partida de d. Pedro, a Inglaterra, por sua vez, procurava retirar das alfândegas portuguesas, com anuência do príncipe regente, todas as mercadorias britânicas, livres de taxas e despesas, visto que porventura poderiam cair nas mãos dos franceses.

Em 25 de setembro, ainda sem se haver obtido uma resposta oficial, os embaixadores espanhol e francês insistem, mais uma vez, para que d. João declare guerra à Inglaterra. Mediante seu insuficiente compromisso de fechar os portos aos ingleses – portos estes que, como vimos, já vinham sendo evacuados – e, desta maneira, aderir ao Bloqueio Continental, ambos deixam Portugal no dia 30. A esta altura, o General Junot já se encontrava a postos, com uma força francesa, na cidade de Bayonne, na fronteira da França com a Espanha.

Diante da persistente impossibilidade de romper a parceria anglo-portuguesa, Napoleão assina com a Espanha, em 27 de outubro de 1807, o Tratado de Fontainebleau. Esta, tendo falhado em convencer e constranger d. João a seguir, como ela, pela trilha traçada pelo Palácio das Tulherias, aceita a proposta de abrir seu território à passagem dos exércitos napoleônicos mediante compensações que previam a divisão do reino português e de suas possessões coloniais após a sua conquista. Nesta partilha até Godoy, o primeiro-ministro espanhol simpatizante de Napoleão, seria agraciado. Entretanto, a parte conquistada considerada estratégica pelos seus portos ficaria sob a administração direta da França. Se o Tratado de Fontainebleau pode ser visto como uma atitude leviana por parte de Napoleão, não deixemos de considerá-lo um sinal extremo de que sua paciência com relação à postura vacilante de d. João chegara a um termo. Afinal, a diplomacia francesa já enrouquecera após proferir inúmeras ameaças tanto a Portugal quanto à Inglaterra que só faziam se tornar palavras ao vento.

Em pouco tempo, o território espanhol se veria inundado pelas tropas napoleônicas que, ao contrário do acordado inicialmente, não estariam apenas de passagem, vindo a ocupar efetivamente o reino dos Bourbon. Essa medida resultará na abdicação de Carlos IV da Espanha, em 5 de maio de

⁶⁵ Oliveira Lima, nas páginas 47 e 48 de sua obra *D. João VI no Brasil* (op. cit.) resume os vários argumentos utilizados nos conselhos a favor e contra as propostas de trasladação de membros da Família Real portuguesa.

1808, após uma série de manipulações feitas pelo imperador dos franceses que, no mês seguinte, nomeará seu irmão José como novo soberano espanhol. Eis os capítulos iniciais do que se denominará Guerras Peninsulares (1807–1814) – cuja primeira parte será marcada por três invasões francesas ao território português (1808-1810) – e que se constituirão, dentro do quadro dos conflitos napoleônicos, no evento de maior amplitude tanto temporal quanto no que diz respeito aos seus efeitos colaterais. Posto que seus acontecimentos, a começar pelo embarque de d. João, repercutirão na América, culminando nos processos de independência das colônias de Portugal e Espanha.

Mas se, de um lado, França e sua aliada espanhola conspiravam pelas costas de d. João, por outro, a Inglaterra, com antecedência de alguns dias em relação ao Tratado de Fontainebleau, também preparava sigilosamente seu futuro. Em 22 de outubro de 1807, d. Domingos de Sousa Coutinho, ministro português em Londres e irmão de d. Rodrigo, mediante instruções datadas de 27 de setembro, assinaria um tratado secreto no qual um dos artigos previa, em caso de fechamento dos portos portugueses, uma compensação à Inglaterra por meio da assinatura de um futuro tratado de aliança e comércio, assim que o governo português se estabelecesse no Brasil, e a obrigação de que nesse território existisse um porto para a livre importação das mercadorias inglesas que eram, até então, admitidas em Portugal, pagando os mesmos direitos que lá. Dessa forma, a Inglaterra procurava assegurar como podia o acesso direto ao mercado brasileiro, visto que os portos lusos – preciosas aberturas ao bloqueio napoleônico e únicos acessos indiretos e oficiais ao Brasil, até então, devido ao Pacto Colonial – encontrar-se-iam bloqueados, mediante uma invasão francesa. Tudo isto em troca da promessa inglesa de fornecimento de uma escolta para a travessia da Corte rumo à América. Eis aí o embrião dos tratados anglo-portugueses de 1810.

Por sua vez, seguindo com o que previa este acordo secreto, d. João finalmente decreta o fechamento de todos os portos do Reino a navios vindos da Inglaterra e aos que a ela se destinassem e ordena a extradição dos ingleses residentes em Portugal. No dia 25, ele, inclusive, manda suspender os preparativos para a viagem do Príncipe da Beira, o que indicava que Portugal parecia, finalmente, haver tomado algum partido. Mas, como vimos, a resposta do regente à França vinha sendo ensaiada nos bastidores com o gabinete de Saint James e só ocorria depois dos ingleses já terem liquidado suas propriedades em Portugal, reexpedido seus estoques e capitais para a Grã-Bretanha e se retirado com aviso prévio. Londres, como acordado, fingiu tomar esse decreto como uma declaração de guerra e providenciou a retirada de seus representantes de Lisboa. Para completar a farsa, os ingleses

⁶⁶ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 67.

atiraram contra algumas naus portuguesas e invadiram a Ilha da Madeira,⁶⁷ tudo também já previamente arreglado com Portugal.

No dia 1^o de novembro de 1807, d. João toma conhecimento, pelo seu recém-chegado embaixador na França, d. Lourenço de Lima, que estivera com Napoleão em 15 de outubro, que o imperador ordenara ao General Junot que adentrasse em território espanhol e aguardasse sua determinação de invadir Portugal, visto que o príncipe continuava a se recusar a declarar guerra aos britânicos. O Reino dos Bragança via-se, mais do que nunca, entre a cruz e a espada, afinal a “França, de um lado, simbolizava a força militar rápida e eficiente; mas, de outro lado, a Inglaterra representava o próprio capital que a tudo dava vida no reino lusitano”. De fato, diante do fechamento oficial dos portos portugueses aos ingleses, ainda que previamente ajustado com a Grã-Bretanha,

toda a economia lusitana sentiu-lhe os efeitos. Não só os navios portugueses foram hostilizados e capturados pela esquadra britânica, perturbando todo o comércio lusitano com as suas colônias, como também ocorreu grave crise econômica. O papel-moeda emitido pelo governo depreciou-se quase na terça parte: cessou o trabalho e todo o movimento industrial e comercial.⁶⁸

No entanto, dos males o menor, pois aquiescer à vontade de Napoleão poderia significar a perda de suas preciosas colônias, visto que a frota britânica poderia facilmente cortar por mar as ligações das possessões portuguesas com sua metrópole. Londres insistia na transferência da Corte para o Brasil e d. Domingos de Sousa Coutinho, ainda em novembro de 1807, temeroso, em carta cheia de maus augúrios, “prevenia o príncipe regente de que a mesma esquadra, destinada a salvá-lo, se viraria contra Lisboa, caso fosse confirmada uma adesão à causa bonapartista”.⁶⁹ A esta altura, embora qualquer pequena ação da parte de Portugal, não importa qual, pudesse vir a gerar fortes reações de um lado e de outro da Mancha, já não se podia optar por ficar imóvel. E as instabilidades da conjuntura européia de então se refletiam na imensa fluidez no tocante a quem era visto como aliado ou adversário. Embora a tradição parecesse orientar esta caracterização, nada se encontrava muito firme no momento. Um interessante exemplo, neste sentido, é o da própria Inglaterra que, ainda que no final do mês de novembro viria a auxiliar decisivamente d. João em sua travessia para a América, chegou a ser considerada uma ameaça real pelas autoridades bragantinas.

Isto é testemunhado por uma carta na qual a preocupação com a eminência de represálias inglesas, no caso contra a América portuguesa, fica clara. Seu autor, nascido em Portugal, mas estando no Rio de Janeiro em 1807, escrevia ao irmão, residente no Reino, sobre os preparativos que

⁶⁷ Cf. VICENTE, António Pedro. A Inglaterra e as ilhas atlânticas na época das invasões francesas – acções na Madeira (1807-1808). In: _____, op. cit., p. 201-220.

⁶⁸ Esta citação e a anterior aparecem em VIEIRA, Dorival Teixeira. “Política Financeira – o primeiro Banco do Brasil”. In: HOLANDA, op. cit., tomo 2, v. 1, livro 1, cap. 4, p. 100.

por toda a costa brasileira se armavam para a defesa de um possível ataque britânico por mar. Tais preparativos, segundo ele, haviam sido iniciados imediatamente devido a

Avisos, que então chegarão de Lisboa, os quaes nos annunciavão que estavamos a ponto de ter guerra com a Gram-Bretanha pela publicação do Decreto de 22 de Outubro, em que o nosso Principe declarou os Pórtos fechados áquella Potencia.

Embora, como vimos, se tratasse de uma simulação acordada secretamente, à qual se buscava dar ares de realismo, o perigo vindo do outro lado da Mancha parecia não se mostrar em nada fictício, sendo temido até mesmo pelo representante português em Londres, d. Domingos, que sabia de tal simulação. O conde dos Arcos, d. Marcos de Noronha e Brito, então vice-rei do Brasil, mediante ordens metropolitanas, chegaria a publicar um edital, em 11 de janeiro de 1808, no qual dispunha sobre os arranjos a que se deveria proceder para a defesa. Segundo o redator da carta, em sinal de um “tão patriótico ardor”, ele também se dispunha a engrossar “a multidão de gente de todas as classes, que concorria ao Palacio a offerecer-se para Soldados Voluntarios”.⁷⁰

Todavia, passados seis dias da divulgação do edital, um brigue, que havia sido destacado pelo próprio d. João dentre sua frota que já se encontrava em alto-mar rumo à América, chegaria com a notícia da invasão francesa e da saída da Corte de Lisboa. D. Marcos, juntamente com as medidas de dissolução do alistamento e do envio dos recrutados para casa, via-se, agora, na urgência de preparar o Rio de Janeiro para receber, repentinamente, d. João e os seus. Este relato, além de dar mostras da morosidade com que as notícias atravessavam o Atlântico, e dos possíveis mal entendidos que poderiam decorrer dessa defasagem temporal no tocante às informações, também evidencia como a face do inimigo, por ora, ainda não havia adquirido um caráter absoluto, como ocorreria após a instalação da Corte no Brasil.

Retomemos, então, o passo dos acontecimentos no mês de embarque da Família Real. No dia 8 de novembro de 1807, d. João assina um decreto que previa a prisão de todos os cidadãos britânicos que se encontravam em Portugal e o sequestro de seus bens e mercadorias, tudo ainda de comum acordo com o governo de Londres. No dia 11, em Paris, Napoleão escancara nas páginas do *Moniteur*, jornal oficial do seu governo, o seu tratado secreto com a Espanha, sem deixar dúvidas de que, agora, seu principal objetivo era destronar a dinastia bragantina. Enquanto a notícia vinha a galope pelo

⁶⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 206.

⁷⁰ Esta carta, da qual não se dá o nome do autor, seria publicada sob o título de *Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto*. Lisboa: Impressão Régia, 1810, IEB, respectivamente p. 3 (primeira citação) e p. 5 (demais citações). Para o edital cf. p. 4-5. As informações adicionais deste parágrafo e do seguinte foram igualmente retiradas da mesma fonte.

correio Paris-Lisboa, e a guerra se aproximava a passos largos e cada vez mais firmes, o embaixador de Portugal na Espanha tomava o caminho de casa.

Lord Strangford, neste ínterim, é convidado oficialmente a se retirar, mas não sai de imediato, possivelmente por já estar prevenido, assim como d. João, da vinda de uma esquadra inglesa comandada pelo almirante Sidney Smith.⁷¹ Esta, de fato, entraria no porto de Lisboa no dia 16 com a missão de capturar a frota portuguesa e bloquear a capital lusitana, caso o tratado de 22 de outubro não fosse cumprido, ou escoltar a Família Real para a América. Neste meio tempo, o exército francês, comandado por Junot, alcança a fronteira portuguesa a qual adentra sem maiores resistências além daquelas impostas pelas chuvas torrenciais, pela lama e pela falta de mantimentos. E será este exército esfarrapado, descalço, encharcado, faminto, sujo e com frio que abrirá alas para a ocupação de Portugal nos próximos três anos.

D. João, ao menos, já podia contar com alguma força que amortecesse seu salto no abismo marítimo que o separava de sua distante colônia americana e para o qual era cada vez mais compelido, mas no qual, a bem da verdade, ainda não estava convicto em se lançar. Além do mais, aos seus ouvidos, de um lado, pendurava-se o anglófilo d. Rodrigo, propondo a ida para a América, e, do outro, o francófilo d. Antônio que ainda preconizava negociações com Napoleão. Porém, mais do que optar entre França ou Inglaterra, como lembra o artista francês Debret, neste “momento decisivo para a Monarquia; fazia-se necessário optar entre Portugal invadido e o Brasil intacto”.⁷²

Mesmo de saída e diante da atitude de procrastinação sustentada até então pelo regente, Strangford conseguirá desequilibrar a balança, de uma vez por todas, a favor da Inglaterra e do partido inglês. Já a bordo da esquadra inglesa que se encontrava no Tejo, ele escreverá uma carta ao príncipe, na qual dizia esquecer as hostilidades praticadas contra a Inglaterra mediante a partida imediata deste para o Brasil. No dia 22 de novembro, ele a entregou pessoalmente, sendo que, no dia anterior, “Araújo de Azevedo ainda solicitou a D. João o envio de um emissário a Junot para dissuadi-lo da invasão, mas que resultou em fracasso”.⁷³ Os dois partidos tentavam suas últimas cartadas. Mas, para encerrar sua proposta, a fim de não deixar margem a indecisões, Strangford depositaria nas mãos de d. João o exemplar do *Moniteur*, do último dia 11, ainda desconhecido pelo príncipe. Diante desta situação, restava ao regente convocar seu Conselho de Estado que, na noite do dia 24, colocado a par

⁷¹ Para um relato de Strangford acerca dos fatos ocorridos entre o decreto do dia 8 de novembro até a partida da Corte no dia 29 deste mesmo mês, cf. “Cópia de uma carta do Lord Visconde Strangford ao Muito Honrado George Canning, anunciando-lhe a retirada, do Príncipe de Portugal para o Brazil”, carta esta datada do “Navio de S. M. Hibernia, defronte do Tejo. 29 de Novembro, 1807”. Apud **COSTA**. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), vol. I, n. 1, junho de 1808, p. 20-23.

⁷² **DEBRET**, op. cit., v. 3, t. 2, p. 2.

⁷³ **NEVES**. *As Representações Napoleônicas em Portugal...*, op. cit., p. 56.

das intenções expressas por Napoleão e da presença de suas tropas em Abrantes,⁷⁴ a poucos dias de caminhada de Lisboa, decidir-se-ia, finalmente, pelo imediato entendimento com Smith e Strangford a fim de resguardar o traslado da Família Real.

1.4. Aos que ficam, o último adeus; aos que chegam, as boas vindas...

Na madrugada do dia 27 de novembro de 1807, envoltos em anonimato e sem nenhuma ostentação, os Bragança embarcavam, vindo a zarpar da barra do Tejo apenas na manhã do dia 29, em consequência de fortes ventos que pareciam compactuar com a tristeza dos portugueses e não querer deixá-los partir. Os franceses entrariam em Lisboa no dia seguinte, tendo a oportunidade de agarrar a frota real, que desaparecia aos poucos no horizonte, apenas por meio do olhar fixo na luneta:

Entre oito e quinze mil pessoas e metade do dinheiro em circulação no reino foram embarcados em trinta e seis navios, com o máximo de mobília que podia ser levada. Oitenta milhões de cruzados do tesouro acompanharam a frota. Dia e noite, na cidade, bandos armados vagavam sem rumo, e multidões sinistras enchiam os cais, observando a partida [...] da Família Real, dos nobres, domésticos e dependentes. Quatorze personagens reais estavam a bordo da frota [...].⁷⁵

As últimas palavras de d. João a seus súditos, antes de sua silenciosa e discreta partida, viriam por meio de uma declaração que, apesar de redigida no dia 26, só seria publicada e afixada quando este já se encontrava embarcado e oficialmente amparado pela esquadra inglesa. Neste adeus burocrático – espécie de testamento tenazmente adiado, e feito somente mediante a urgência de uma agonia suprema, ou de rascunho do epitáfio de uma monarquia prestes a colapsar – ele explicaria sua ida ao Brasil e nomearia uma junta de governo provisória para reger Portugal durante sua ausência. Esta última atitude, inclusive, seria utilizada futuramente por seus defensores contra a acusação de que ele teria simplesmente abandonado o trono português.⁷⁶ Por sua vez, Junot, recém chegado à capital portuguesa, também dirigiria à agora órfã população lisboeta uma proclamação.⁷⁷

⁷⁴ As tropas francesas haviam invadido Portugal em 19 de novembro de 1807.

⁷⁵ **MANCHESTER**, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 71. A Família Real encontrava-se embarcada da seguinte forma: na nau “Príncipe Real”, a rainha d. Maria I, seu filho d. João, seus netos, d. Pedro e d. Miguel, e o infante da Espanha d. Pedro Carlos, sobrinho de d. João; na “Afonso de Albuquerque”, d. Carlota Joaquina, com suas filhas, as infantas d. Maria Isabel Francisca, d. Maria d’Assunção, d. Ana de Jesus e d. Maria Tereza; na “Príncipe do Brasil”, a Princesa viúva d. Maria Francisca Benedita e a infanta d. Maria Ana, ambas irmãs da rainha; e na “Rainha de Portugal”, as filhas de d. João, as infantas d. Maria Francisca de Assis e d. Isabel Maria.

⁷⁶ “O Senhor D. João não abandonou o Reino, Estabelecendo a Regência dos Seus Delegados” (**LISBOA**, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos benefícios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 73-74, parte 2, IEB).

⁷⁷ Trata-se, respectivamente, do “Decreto do Principe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a Corte para o Brazil, e erige uma Regencia, para governar em sua ausencia” e da “Proclamação do General Junot aos Habitantes de Lisboa”. A seguir, utilizaremos a transcrição de tais documentos encontrada no *Correio Braziliense* (**COSTA**, Hipólito José

A declaração do regente é endereçada a seus “Fieis, e Amados Vassallos”, ou seja, à maioria esmagadora da população do Reino que, ao contrário de certos privilegiados, não pudera nem mesmo aventar a possibilidade de embarcar na frota real, por falta de lugares, e que se via forçada a permanecer na Península, privada da presença de seu príncipe e de sua rainha e na incômoda companhia dos franceses e das tropas inglesas que, em breve, passariam a combater-se. D. João a inicia admitindo a persistente posição vacilante de sua política exterior ao confessar ter “procurado, por todos os meios possíveis; conservar a Neutralidade”.

Sua saída do Reino é justificada como estratégia que visava “evitar as funestas consequências, que se podem seguir de uma defeza, que seria mais nocíva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuizo da humanidade”. O príncipe parece reconhecer, portanto, não estar apto, do ponto de vista militar, a fazer frente à invasão napoleônica,⁷⁸ e endossa, desse modo, um argumento que já vinha sendo posto pela Inglaterra a favor do embarque. Este seu posicionamento serve, igualmente, tanto para explicar quanto para justificar o fato de que, como lembra Vicente,

Junot chegou às portas de Lisboa sem ter ultrapassado outro obstáculo senão o prodigalizado pelas péssimas vias de acesso e pelas agruras do tempo. O exército português, recentemente sujeito a uma reorganização, era diminuto e mal preparado e, além do mais, haviam sido desguarnecidas todas as praças fortes do interior do país [...]. Dava-se como pretexto para essa desertificação militar do território nacional a desculpa de que as forças militares eram necessárias para a protecção das costas, face aos possíveis ataques dos navios ingleses, num simulacro do cumprimento dos desígnios de Napoleão...⁷⁹

Ao reconhecer que as hostilidades francesas “se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus Leaes Vassallos seraõ menos inquietados, ausentado-Me Eu deste Reyno”, d. João faz de seu auto-exílio um sacrifício, ao qual ele se oferece por todos os seus súditos europeus –

da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. I, n. 1, junho de 1808, respectivamente, p. 5-8 e p. 8), respeitando-se a grafia original.

⁷⁸ A Espanha padecia, no momento, do mesmo problema, o que facilitou em muito a entrada dos franceses. Antonio Moliner Prada afirma que “Desde el punto de vista militar todas las fuentes señalan la inferioridad del ejército español con respecto al ejército napoleónico”, dando o exemplo da guarnição de Barcelona que dispunha de pouco mais de três mil e quinhentos soldados e cento e vinte cavalos para enfrentar um exército de quinze mil franceses que haviam entrado na Catalunha (PRADA, Antonio Moliner. *La imagen de Francia y de su ejército en Cataluña durante la Guerra del Francés: 1808-1814*. In: AYMES, Jean-René & FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. *L'Image de la France en Espagne (1808-1850)*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1997, p. 26).

⁷⁹ VICENTE, António Pedro. *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 107. O autor lembra, nesta mesma página, que Junot arruinaria ainda mais o exército português por meio de três medidas: o licenciamento de vários militares, a dissolução das milícias que, deste modo, eram obrigadas a entregar seu armamento e, finalmente, a criação da Legião Portuguesa, formada por cerca de 9000 portugueses que seriam incorporados aos exércitos napoleônicos e combateriam pela Europa afora em nome da França. Para uma análise mais detalhada sobre esta última cf., nesta mesma obra, o capítulo “A Legião Portuguesa em França – uma abertura à Europa”, p. 253-268 e BOPPE, P. *La Légion Portugaise, 1807-1813*. Paris: 1994 [1897]. É a esse fenômeno que alude o Visconde de Cairu ao mencionar que “o Machiavellico Inimigo, quando á falsa fé se apoderou de Portugal, havia desorganizado o systema das forças do Reino, exterminando para as regiões hyperboreas a flor das Tropas Portuguezas” (LISBOA, op. cit., p. 90, parte 2).

visto que sua permanência causaria muitos transtornos a eles –, e não uma fuga para salvar sua própria pele ou conservar seus lucrativos domínios ultramarinos.

Sacrifício ou fuga, a interpretação do intento de d. João faria correr muita tinta, colocando-o, dependendo da leitura dada, na linha de tiro dos detratores. Em 1818, ano da Aclamação do príncipe, José da Silva Lisboa, em sua elogiosa obra em que se esmera em tratar dos benefícios políticos do governo joanino, retoma este mesmo argumento da auto imolação ao expor a vinda do regente também como um desses benefícios, aliás um que “transcende todo o elogio e cálculo, por compreender o Heróico Sacrifício do Senhor D. João VI; para salvar a Coroa, a Real Família, a Monarquia, a Nação, e a Sociedade”.⁸⁰ O Padre Perereca, pintando com fortes cores religiosas o episódio, refere-se ao filho de Maria I como “príncipe ditoso, que vem em nome do Senhor visitar o seu povo”, transformando a partida para a América em uma missão divina, referindo-se também à sua “heróica resolução de retirar-se para o Brasil”.⁸¹ John Luccock, comerciante inglês, que também só seria elogios para o príncipe, embora aluda, no quadro que dele esboça, à sua “sensibilidade”, “energia de caráter”, “paciência”, “firmeza”, “vigor e prestreza”, no que toca à sua vinda para o Brasil seria mais cauteloso, dizendo não “pretender que ele tenha dado mostras de um grande heroísmo e devotamento à pátria, nem negar que ele se tenha felicitado por aquilo que chamaram de escapadela”.⁸²

Na mensagem de d. João a seus súditos, em nenhum momento, ao contrário do que acontecerá na declaração oficial de guerra aos franceses a ser feita em 1808, ele revela que a tática de se ausentar é a única forma vista por seu governo e pela Inglaterra de manter intacta a soberania dos Bragança e conservar a posse da mais importante de suas colônias. O único interesse que parece pesar para sua decisão de trasladar-se é o bem estar dos habitantes de Portugal, sendo que, na prática, com a saída da Corte e a ocupação francesa, eles seriam os que mais se veriam em maus lençóis dentro do império português até o retorno de d. João. Maria de Lourdes Viana Lyra lembra que os argumentos oficiais usados pelo regente para justificar a repentina transferência da sede da monarquia para o Brasil, faziam da retirada da Corte uma sábia estratégia,

⁸⁰ LISBOA, op. cit., p. 38, parte 1.

⁸¹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 207 e p. 245, v. 1. Para outros exemplos da exaltação da saída de d. João de Portugal na literatura portuguesa da época, cf. MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 200.

⁸² LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 64.

invertendo o quadro humilhante de encurralamento e fuga na imagem positiva de uma atitude ‘nobre e resoluta’ do governante que, atento aos compromissos assumidos em defesa do seu Reino e dos seus súditos, sabia buscar os meios cabíveis para os salvar.⁸³

Junot, por sua vez, em sua proclamação, colabora com o argumento, utilizado por d. João, de que a invasão a Portugal tinha como foco apenas a punição da real pessoa do príncipe, e não de seus súditos, tão teimosamente relutante em colaborar com o imperador. No entanto, ele parece amenizar a culpa do regente nos acontecimentos ao pintá-lo como uma pessoa manipulável e insegura, vítima de uma cabala palaciana, ao alegar que

este Principe, aliás respeitavel pelas suas virtudes, deixou-se arrastrar [sic] pelos Conselheiros perfidos de que éra cercado, para ser por elles entregue aos seus inimigos; atreveraõ-se a assustallo quanto á sua segurança pessoal; os seus vassallos naõ foram tidos em conta alguma, e os vossos interesses fõram sacrificados á cobardã de huns poucos de Cortezãõs.

Não podemos deixar de ver aqui uma clara referência aos anglófilos que, a partir do embarque da Corte, passariam a dominar o cenário político lusitano até o fim da Guerra Peninsular.

D. João reconhece o impacto econômico sofrido pela quebra momentânea de relações com a Inglaterra advinda da decisão de aderir ao bloqueio napoleônico, admitindo, por conseguinte, sua suprema dependência com relação a ela. Todavia, não deixa de convertê-lo em mais um ato de sua *via-crúcis*, ao lembrar, entre “todos os mais Sacrificios, a que me tenho sugeitado”, “ter exaurido o Meu Real Erario, [...] chegando ao excesso de fechar os Portos dos Meus Reynos aos Vassallos do Meu antigo e Leal Alliado o Rey de Gram Bretanha, expondo o Commercio dos Meus Vassallos a total ruina, e a soffrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos da Minha Coroa”.

Junot, por sua vez, não perde a oportunidade de fazer da Inglaterra a grande vilã. A parte de seu escrito que mais chama atenção é aquela em que, justamente, ele brada aos habitantes de Lisboa sua principal missão ao patentear que o “Grande Napoleão meu Amo envia-me para vos proteger”. E a fim de não deixar margem a qualquer mal entendido sobre quem era a verdadeira ameaça aos portugueses no momento – embora fossem os franceses que marchassem sem licença por Portugal adentro – o general diz aos lisboetas ter vindo “salvar o vosso Porto, e o vosso Príncipe da influencia maligna da Inglaterra”. Revelava, desse modo, os verdadeiros alvos de Napoleão ao ordenar a invasão: acabar com a influência econômica da Inglaterra nos portos portugueses e destronar a dinastia dos Bragança. Esta parte da declaração, inclusive, originaria o que passará a ser conhecido na Península como “proteção à francesa”, uma divisa empregada pelos opositores do invasor por trás da

⁸³ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 110.

qual os franceses travestiam sua crueldade e más intenções sob uma aparência de amizade e solidariedade. Sendo este um dos temas explorados pela panfletagem antinapoleônica:

Os que ficavam, liam as Proclamações afixadas pelas ruas de Lisboa na madrugada do dia da chegada do cabo de guerra [Junot]. [...] Era para “proteger” os portugueses que Napoleão enviava o seu general. Quantas folhas volantes, pouco tempo após, se serviram desta palavra como libelo contra os que acreditaram e colaboraram. A “protecção à francesa” passou a ser mote em vasta literatura panfletária que os desenganados, anónima ou abertamente, utilizavam para desmascarar os “protectores” e seus apaniguados.⁸⁴

Em sua declaração, o regente, ainda a fim de tranquilizar seus súditos e evitar a idéia de abandono e vazio de poder, nomeia uma junta formada por representantes do clero, da nobreza e da magistratura para administrar Portugal em sua ausência.⁸⁵ Mas se, na proclamação de Junot, a “protecção” oferecida contra os ingleses causava estranheza, senão indignação, o mesmo deve ter tido lugar diante do pedido de d. João, no qual ainda vemos resquícios de sua política ambígua, de que

as Tropas do Imperador dos Francezes e Rey da Italia sêjam bem aquarteladas, e assistidas de tudo, que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reyno, evitando todo e qualquer insulto, que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve practicar com os Exercitos das Naçoens, com as quaes nos achamos unidos no Continente.

Por estas últimas palavras, parece que o príncipe, apesar de já haver explicitamente optado pela Inglaterra no conflito europeu a partir do momento em que embarcara, ainda não assumira formalmente o rompimento de relações com Napoleão, não se colocando como seu inimigo, mas afirmando, uma vez mais, sua neutralidade. Estas palavras certamente devem ter pesado “para a aceitação da passividade, falta de preparação e aparente normalidade com que o exército francês foi recebido”⁸⁶ em Portugal. Esta passividade, entretanto, seria posteriormente quebrada em caráter

⁸⁴ VICENTE, op. cit., p. 222-223. Na nota 3 da p. 223, o autor cita alguns exemplos de como este tema foi explorado na literatura panfletária impressa em Portugal: *Protecção à Francesa* (Coimbra, 1808), de António José Daniel Rodrigues da Costa; *Análise da Protecção dos franceses para desengano dos seus apaixonados* (1810); *Castigo da protecção à francesa na restauração das Quinas Lusitanas pelas tres Nações Alliadas, Hespanha, Portugal e Grã-Bretanha* (Lisboa, 1808), de João António Neves Estrela, e *Noticias vindas da Galiza que confirmão a protecção dos franceses* (Santiago, 1808). Podemos afirmar que ao menos o primeiro texto citado ganharia uma edição brasileira, pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, em 1809. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 19/11/1808, referindo-se à Batalha de Vimeiro (20-21 de agosto de 1808) – um dos episódios decisivos das Guerras Peninsulares em Portugal, no qual as tropas francesas de Junot foram derrotadas pelas tropas luso-britânicas comandadas por Arthur Wellesley (futuro duque de Wellington), o que abriu caminho para as negociações da retirada dos franceses após a primeira invasão de Portugal – o redator escreve: “Oppôz a alliança Britannica á protecção Franceza, que entre nós já he proverbial, como a fé dos Carthaginezes o era entre os Romanos”. E é com ironia que, quando da primeira expulsão dos franceses de Portugal, uma notícia vinda do Reino dizia que “Junot brame de raiva, elle vê perdida a sua obra, vê os seus *Protegidos* escapados da sua *Protecção*” (*GERJ*, 29/09/1808).

⁸⁵ Seguindo a ordem de citação e a grafia da transcrição, aparecem os seguintes nomes, entre titulares da junta e substitutos que deveriam assumir em caso de impossibilidade dos primeiros: o Marquês de Abrantes; Francisco da Cunha de Menezes, tenente-general dos exércitos; o principal Castro, regedor das justiças; Pedro de Mello Breyner, presidente do Real Erário; Luiz de Vasconcelhos e Souza; Dom Francisco de Noronha, tenente-general do exército e presidente da Mesa de Consciência e Ordens; Conde Monteiro Mor; Conde de Sampaio; Dom Miguel Pereira Forjaz e João Antonio Salter de Mendonça.

⁸⁶ VICENTE, op. cit., p. 221.

oficial (mas só depois de declarada formalmente a guerra contra a França), como assinala um decreto, datado de 11 de dezembro de 1808, assinado pelos governadores do Reino no qual conclamam os portugueses a pegarem em armas contra os franceses (*GRJ*, 01/02/1809). Eis parte de seu conteúdo:

Sendo a defeza da Patria o primeiro dever, que a honra, a razão, e a mesma natureza impoem a todos os homens, quando huma nação barbara desprezando os direitos mais sagrados, que no mundo se conhecem, intenta reduzi-los á escravidão, roubando as suas propriedades, destruindo a sua Religião, violando os Templos, e commettendo as maiores atrocidades, que a perversidade dos costumes, e a inhumanidade póde imaginar, e achando infelizmente Portugal ameaçado de soffrer todos estes males sem que tenham os seus habitantes outro algum meio de evitar os horrores a que se vêm expostos que não seja o de recorrer ás armas para repellir pela força as perversas, sinistras, e odiosas intenções dos seus inimigos. Sou Servido Determinar que toda a Nação Portugueza se arme, pelo modo, que a cada hum for possível...

Apesar do rogo pacifista do príncipe denotar extremo passivismo e conformidade, podemos lê-lo de uma outra forma. Se nos lembrarmos que ele se propõe sair de Portugal para preservar seus súditos de um possível enfrentamento sangrento com as tropas francesas, ao procurar esvaziar qualquer ação do inimigo, diante do qual os portugueses se encontrariam em tremenda desvantagem militar, a manobra de abrir mão de qualquer reação contra o elemento invasor aparece até como algo coerente. No que ele complementa as palavras do próprio Junot quando este afirma aos moradores de Lisboa: “vivei socegados em suas casas: não receeis cousa alguma do meu Exercito, nem de mim: os nossos inimigos e os malvados, somente devem temer-nos”.

Como se pode perceber, evadido e invasor buscaram, a princípio, desmotivar qualquer reação da população e evitar, assim, derramamento de sangue, demonstrando, apesar das últimas ações de ambas as partes, um tom de bastante cordialidade e civilidade e um teórico respeito. Contudo, a situação de Portugal, que sofrerá duas outras invasões pelos franceses,⁸⁷ passará ao largo do que pregavam Junot e d. João neste momento. Afinal, além da resistência por parte de civis e militares portugueses, auxiliados ou não por tropas inglesas e, posteriormente, espanholas – o que resultará em sangrentos embates com o inimigo que passará a ser temido pelos horrores cometidos por onde passava⁸⁸ –, haverá também aqueles que colaborarão com os franceses. Isto levará à instalação de um clima de ódio e suspeita não apenas contra os invasores, mas dentro da própria comunidade portuguesa, chegando-se a perseguições àqueles considerados “afrancesados”,⁸⁹ a começar pelos membros da

⁸⁷ A primeira invasão francesa, liderada por Junot, durou de novembro de 1807 a agosto de 1808, destacando-se a Batalha de Vimeiro; a segunda, comandada por Soult, de março a maio de 1809, na qual ficaria famosa a Batalha de Talavera; e a terceira, conduzida por Masséna, ocorreu entre agosto e outubro de 1810, tendo em fins de setembro a ocorrência da decisiva Batalha do Buçaco. No entanto, os franceses deixariam definitivamente o território português apenas em março de 1811. O confronto na Península, entre os invasores e as forças aliadas, ainda se estenderia pelo território espanhol até a primavera de 1814.

⁸⁸ Cf. item 4.3.5. da tese, “O comportamento do exército francês”.

⁸⁹ “Afrancezado, adj. Que affecta Francezia no vestir, portamento, &c.” (*SILVA*, Antonio de Moraes. *Diccionario da*

própria regência estabelecida por d. João que, assim como muitos membros do alto clero, receberam Junot de braços abertos, ainda que, em assim o fazendo, seguissem as ordens do príncipe. Vicente lembra, colocando o impacto do pedido de boa acolhida ao inimigo por d. João, que

As atitudes de submissão tidas, inicialmente, para com o invasor devem, pois, ser entendidas como de aquiescência à vontade Real, ou quando muito, de colaboracionismo com o inimigo. Não foram, pois, determinadas por convicções políticas e ideológicas mas pela fidelidade ao Príncipe e por natural temor de quem não tinha armas para se lhe opor.⁹⁰

O movimento conhecido como *Setembrizada*, ocorrido entre 10 e 13 de setembro de 1810, será o auge das perseguições aos franceses residentes no país, aos colaboracionistas (portugueses acusados de colaborar com os franceses durante a ocupação) e aos considerados jacobinos ou maçons. Tratou-se de uma verdadeira caça às bruxas pelas autoridades portuguesas que se encontravam no poder após a segunda invasão francesa (1809). Fruto de espionagem e delações, gerou cerca de sessenta prisões arbitrárias, sendo os acusados presos e sentenciados sem processo e transportados sob sigilo e forte aparato militar para a Ilha Terceira, nos Açores. A maioria destas prisões se originaria por rumores nascidos de um imaginário partilhado pela população em geral no qual Napoleão, França, franceses, idéias liberais, jacobinismo e maçonaria eram postos em um mesmo balaio e confundidos entre si (chegando a ser considerados sinônimos), identificados como elementos de contágio da falta de patriotismo e lealdade para com a monarquia lusitana, sendo considerados, conseqüentemente, perigosos, posto que eram vistos como subversivos. Este imaginário, regado a muitas antipatias, desconfianças e mágoas, arrastou consigo muitas opiniões. Assim,

Das inúmeras pessoas colocadas em prisões, sem processo e sem justificativa, alguns foram, sem dúvida, simpatizantes dos franceses, mas, na grande maioria, os indivíduos envolvidos por essas denúncias e arrestamentos acabaram incriminados apenas pela opinião pública.⁹¹

lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, oferecido ao muito alto, muito poderoso, Principe Regente N. Senhor. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, tomo primeiro, IEB). No contexto da Revolução e das guerras napoleônicas o termo refere-se àqueles que colaboram diretamente com os franceses invasores ou que compartilham, defendem ou são simpatizantes da índole política francesa.

⁹⁰ VICENTE, op. cit., p. 128.

⁹¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para professor titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 164. Sobre as razões que levaram vários grupos sociais em Portugal a colaborarem com os franceses na época das invasões e sobre o episódio da *Setembrizada* e outras perseguições aos franceses e aos acusados de jacobinismo e afrancesamento, cf. *ibidem*, passim, e VICENTE, op. cit., passim. Para a lista dos indivíduos envolvidos nas prisões e encarceramentos em março de 1809 e na *Setembrizada*, cf. a mesma obra de NEVES, op. cit., p. 169 e o anexo 3.

O emigrado Marrocos, em 1812, referia-se, por exemplo, à exigência de “Atestações de serviços patrióticos por ocasiões dos Francezes”,⁹² ou seja, a documentos que deveriam ser apresentados para se pleitear um cargo vacante na administração portuguesa, que atestavam que a pessoa em questão não havia colaborado com o inimigo. Todo este quadro de tensão e desconfiança no Reino seria agravado, sem dúvida, pelo sentimento de orfandade advindo da ausência da rainha e do príncipe regente, por uma debilidade política e econômica,⁹³ causada pela perda do posto de sede da monarquia lusa em detrimento do Brasil, e pelas sucessivas invasões francesas. Como se pode imaginar, o cenário otimista montado por d. João ao final de sua declaração, quando diz confiar que “Meus Povos não soffreraõ incommodo na Minha Ausencia; e que, permitindo Deus, que volte a estes Meus Reynos com brevidade, encontre todos contentes, e satisfeitos, reynando sempre entre elles a boa ordem e tranquilidade”, jamais teria lugar após seu embarque. Parafraseando Fernando Pessoa, o mar que d. João singrará em sua volta à Europa, em 1821, será muito mais salgado devido às lágrimas de Portugal.⁹⁴ Basta lembrarmos que o que forçará seu retorno, depois de uma estadia nada breve de treze anos no Brasil, será exatamente a explosão de todo o descontentamento e intranquilidade fermentados pelos portugueses durante sua ausência e exteriorizados na Revolução Constitucionalista de 1820.

As desejosas palavras de d. João acima citadas, pelas quais busca dar alguma esperança, conforto e alento aos que ficam, também devem ter ecoado no imaginário português e ajudado a reativar o mito do “Encoberto”. Segundo esta crença, surgida na época do desaparecimento do jovem rei português d. Sebastião, na Batalha de Alcácer-Quibir (1578) ocorrida na África – prelúdio da União Ibérica –, acreditava-se que ele retornaria futuramente, envolto em uma nuvem, para, ao destituir o domínio estrangeiro (na época, espanhol), restaurar os áureos tempos de Portugal e fundar o “Quinto Império”. Para a construção deste mito haviam colaborado a religiosidade e o misticismo portugueses aliados ao milenarismo cristão e às pretensões espanholas sobre o trono de Portugal concretizadas com a morte de d. Sebastião. Seu principal divulgador por esta época, na esfera popular, seria o sapateiro Bandarra⁹⁵ que, em suas trovas, clamava pela volta do “Desejado”, como era chamado o rei desaparecido. Padre Vieira, por sua vez, seria o propagador deste mito nos círculos da Corte.⁹⁶

⁹² Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 72, carta n. 18 de 3 de abril de 1812.

⁹³ Sobre a péssima situação financeira em que ficou Portugal durante as invasões (1808-1811), cf. **SERRÃO**, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 1, p. 351-352, verbete: “Bloqueio Continental”.

⁹⁴ “Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!” (**PESSOA**, Fernando. “Mar Portuguesez”. In: _____. *O Eu profundo e os outros eus*: seleção poética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 57).

⁹⁵ Cf. **SERRÃO**, op. cit., v. 1, p. 288-289, verbete “Bandarra, Gonçalo Anes”.

⁹⁶ Para mais informações sobre o mito do “Encoberto,” também conhecido como “Sebastianismo”, cf. **MEGIANI**, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado*: expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII A XVI. São Paulo: Hucitec, 2003 e **HERMANN**, Jacqueline. *No reino do desejado*: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Trata-se, pois, de um poderoso mecanismo psicológico compensatório, desencadeado em momentos de crise que tornam a sociedade mais propensa a “esses grandes ímpetos de efervescência onírica.”⁹⁷ Nesta crença, ausência e confiança no retorno abrem um ciclo de expectativas que, pleno de esperanças messiânicas nutridas por ameaças e sofrimentos, só se concluirá, trazendo alívio, paz, felicidade, renovação e prosperidade ao povo, com a volta do soberano-salvador-intercessor que, até então, estivera ausente. Com ela, o presente tenebroso torna-se mais tolerável graças à confiança em um futuro, impreciso na datação mas certo na concretização, que trará consigo a mudança desejada.

Como em fins do século XVI e início do século XVII, Portugal agora se encontrava igualmente em pleno colapso político marcado pela ausência da Família Real e pela dominação dos invasores estrangeiros.⁹⁸ Tal conjuntura tornava o momento demasiadamente propício à reatualização e reativação do Sebastianismo, visto que é justamente nestas “zonas de fragilidade ou fratura onde o mito se enraíza, toma corpo e se difunde”.⁹⁹ De fato, a saída de d. João e a espera por seu retorno colocavam-no na medida certa para seu encaixe no mito do “Encoberto”, enquanto aquele que retornará e trará um novo tempo de boas venturanças. A reativação desse mito apresentava, então, uma faceta de resistência ideológica ao inimigo francês e de fidelidade à monarquia portuguesa:

A ausência da família real e a ocupação francesa contribuíram e deram novas forças ao ressurgir de certo tipo de sebastianismo. A situação era usual em momentos de crise: o Rei ausente chegará numa manhã de nevoeiro. Esta atitude, que perdura para além da ocupação, insere-se e traduz o respeito popular pela manutenção das instituições políticas características do antigo regime e afasta-se de qualquer tipo de afrancesamento...¹⁰⁰

Porém, se de um lado do Atlântico o mito era reativado pela espera e crença no retorno do soberano que reinaugurará uma fase dourada na história portuguesa ao dissipar o nevoeiro de opressão estrangeira e desordem, do seu outro lado, a chegada de d. João bem pode ser vista como a realização da profecia sebastianista. Afinal, um novo tempo passaria, de fato, a ter lugar com a instalação da Corte no Brasil.

Em uma das descrições do desembarque do príncipe na América, após relatar o suspense causado pela chegada de apenas parte da frota real ao Rio de Janeiro, na qual não estava incluída a nau que trazia o regente, episódio este relacionado à tempestade que dividiu o comboio no início da viagem, o autor parece, no uso dos epítetos “desejado” e “Império” para se referir respectivamente ao regente e

⁹⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 21.

⁹⁸ João Lúcio Azevedo, em sua obra *Evolução do Sebastianismo* (Lisboa: Presença, 1984), faz uma periodização das várias fases por que passou o mito do “Sebastianismo” mostrando como uma delas coincide justamente com o momento da invasão francesa de 1808 a Portugal, motivada pela perda da independência assim como ocorrera em 1580. Para uma análise do florescimento do sebastianismo em Portugal durante as invasões napoleônicas, cf. NEVES. *As Representações Napoleônicas em Portugal...*, op. cit., p. 192-205.

⁹⁹ GIRARDET, op. cit., p. 134.

¹⁰⁰ VICENTE, op. cit., p. 128.

ao seu local de chegada, fazer dele um novo d. Sebastião, fundador de uma nova era, de um “Quinto Império”. O momentâneo desaparecimento e a expectativa da chegada aguçada por este suspense, dois dos elementos sebastianistas, revestiam o atual príncipe com a roupagem mítica daquele de outrora:

Deo o Povo desta Cidade as maiores demonstrações de sentimento, pela incerteza do destino de S. A. R., por cujo motivo se começarão a fazer Preces em todas as Igrejas. Passados porém alguns dias, entrou aqui huma embarcação da Bahia, com a gostosa noticia de que S. A. R. se achava naquella Cidade, com todo o resto da Esquadra, e que por aquelles 15 dias era de esperar que chegaria aqui. Huma tão agradável noticia alegrou infinito os habitantes desta Cidade, pois se devisava no semblante de todos hum contentamento inexplicavel, por saberem que o seu *desejado* Príncipe se achava em salvo, e tinha já tocado n'hum dos Portos deste vasto *Imperio*.¹⁰¹

Ainda marcando as comemorações pela chegada de d. João, a legenda de uma das iluminações que decoravam as ruas cariocas evoca tanto seu encaixe quanto o do Brasil no mito: “America feliz tens em teu seio,/ *Do novo Imperio o Fundador Sublime!* Será este o Paiz das Santas Virtudes,/ Quando o resto do Mundo he todo crime”.¹⁰² Padre Perereca, em suas *Memórias* sobre o reinado tropical de d. João, não cansa de colocá-lo como o fundador de um império. Assim, escreve ele que “Sua Alteza nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império”, que “Vossa Alteza desde já começa a levantar, e consagrar a si próprio, lançando as bases do novo Império Brasiliense”, que “Vossa Alteza se apressa a promover os interesses, e prosperidade dêste Novo Império Lusitano, que Vossa Alteza Real veiu [sic] criar na América Meridional”. E, ao referir-se ao ano de 1809, afirma que “Lançados estão os fundamentos do Império do Brasil pela poderosa mão do Príncipe Regente Nosso Senhor”.¹⁰³ Logo, fica evidente que a colagem da idéia imperial ao Brasil não é fruto nascido dos ímpetos de independência que marcariam a segunda década do século XIX, mas já se fazia presente frente à transposição do governo bragantino para a América enquanto forte recurso retórico que adornava sua vinda.

E o novo império que aqui se pretendia inaugurar, ao que se prometia, abriria uma nova era, afastada das ameaças que grassavam em território europeu, fazendo das possessões portuguesas na América quase um Estado paradisíaco,¹⁰⁴ virtuoso e justo, zerado de todos os males, máculas, dívidas e corrupções e modernizado em suas atividades pela presença fundadora do novo Sebastião. Como se as águas do Atlântico, tivessem purificado e rejuvenescido o príncipe em sua travessia, o que seria transmitido, do ponto de vista político e econômico, ao território que acabava de tocar. Um Estado em

¹⁰¹ Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, p. 7, IEB, grifos nossos. Na página seguinte, o autor diz que, a fim de saudar d. João, a multidão gritava: “Viva o nosso Principe, viva o Imperador do Brazil”.

¹⁰² Idem, p. 9, grifos nossos.

¹⁰³ SANTOS, op. cit., p. 225, p. 228 (segunda e terceira citações) e p. 289, todas no v. 1.

¹⁰⁴ “Enfim, para onde quer que lancemos os olhos, se reconhece a mão do homem industrioso [d. João], que tornou em

que a “velha ordem” magicamente parecia remoçar e onde encontraria abrigo seguro para vicejar com vigor envolta em tranquilidade:

Sua Alteza Real vai dar principio a um Santíssimo Império, que longe de receber leis iníquas, as dará sempre justas a muitas, muito ricas, e mui remotas regiões. O novo Império da América Meridional, separado pelo Oceano desse turbilhão cartesiano, ou desse incêndio, devorador de tantos tronos e monarquias, há de ser o asilo mais seguro da religião e da virtude; da justiça, humanidade e inocência oprimida; da indústria, comércio e de todas as artes, que voarão do antigo para este novo mundo, e nele abrirão canais imensos de riquezas incalculáveis.¹⁰⁵

A vinda de d. João converte-se em uma missão divina. Deste modo, a desestabilização do cenário político europeu é revertida em algo positivo, de certa maneira, ao ser colocada como um acontecimento providencial que só apresentaria posteriores benefícios ao monarca e a seus súditos. Por outro lado, desintegra-se, no discurso laudatório, a situação de Portugal invadido e as violências e privações por que passariam seus habitantes. Apenas se sobressai o Brasil e a visão idílica sobre ele:

Manda o Decreto, do que os Mundos rege,
Que hum novo, hum grande Imperio se levante,
Manda que Portuguez seja o Monarcha,
E Portuguez o Imperio:

Deos me confia a empreza glorioza,
Cumpre seguir seu mando [...]
O Brazil nos espera.

[...]

Mas João, cedendo ao Ceo, partindo nota
No Mar, na Terra tremolar as quinas;
São seus os bellos climas, que demanda,
Os Povos, que O aguardão:¹⁰⁶

Notemos que embutido na reativação da teoria sebastianista, além da valorização da imagem de d. João, está também o reforço do conceito imperial. Aliás, estratégico nesse momento de instabilidades causadas tanto por invasões quanto por idéias e agentes considerados subversivos, em que se torna primordial soldar as diversas possessões portuguesas em torno da autoridade real. Para tal, ventila-se um discurso de concretização de uma união ideal, pautada na renovação dos laços entre os diversos espaços sob controle português, atrelada à conexão do conceito imperial ao Brasil decorrente da instalação de d. João.

paraíso tão medonhos desertos!” (Ibidem, p. 227, v. 1).

¹⁰⁵ Carta enviada ao visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Pernambuco, datada de Recife em 4 de janeiro de 1808, ANRJ, Ministério do Reino. Pernambuco. Correspondência do presidente da província, Série Interior, IJJ⁹ 237 (<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=808&sid=99>).

¹⁰⁶ Poema, recitado em janeiro de 1808 em Paris e transcrito em 1813 n’*O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil, &c do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, n. 1, janeiro, p. 71, IEB.

Sob esta luz, o exílio e o afastamento, que levariam o príncipe a “erguer seu trono à sombra tranqüila das palmeiras”,¹⁰⁷ são transformados em grandiosa missão: a oportunidade de retomada do sentido imperial luso. Aqui o regente viria replantar este conceito que, enxertado em cepa nova, ele esperava ver brotar rejuvenescido e com vigorosas ramas que deveriam se alastrar por todas as possessões portuguesas – “muitas, muito ricas, e mui remotas regiões” – e envolvê-las em torno de sua autoridade, levando-as a se fortalecerem para o combate às perigosas novidades que pairavam no ar. Este também pode ser visto como um enraizamento simbólico da metrópole na colônia.¹⁰⁸ Consequentemente, sob esta ótica, a vinda para a América seria um vivo exemplo, a ser exaltado, de como o príncipe teria revertido os azedos limões, que o inimigo francês queria obrigá-lo a engolir, em uma doce limonada:

pela magnanimidade do seu real coração, de grandes males soube tirar bens ainda maiores, como a fundação deste novo Império, que algum dia virá a ser tão respeitável, e terrível, que todos os Napoleões do mundo jamais se atreverão insultá-lo, sem dano, e ruína própria.¹⁰⁹

Assim, neste momento, referências ocasionais ao “Encoberto” e ao “Quinto Império” não são meras representações empoeiradas tiradas do fundo do imaginário coletivo que se esvaem, a seguir, sem nenhuma repercussão, mas significativos elementos incorporados à retórica do governo joanino que faz uso destes referenciais internos, amplamente compartilhados por seus súditos, com um propósito político específico: regenerar seu império (ou, ao menos, mostrar a intenção de). Maria de Lourdes Viana Lyra, que tem uma obra dedicada à análise da “utopia do poderoso império” pergunta-se:

Mesmo levando-se em conta o peso da transferência da sede da metrópole portuguesa para o Brasil, em 1808, e da conseqüente forma de governo então adotada pelo Estado brasileiro, em 1822, permanecia, ou reforçava-se, uma questão fundamental: por que a instituição do *Império do Brasil* e não do *Reino do Brasil*? Em busca de respostas à essa questão identificamos no projeto político para a *regeneração* do Estado português, elaborado em finais do século XVIII – segundo os pressupostos do *reformismo ilustrado* e que propunha a edificação de um império atlântico, um império que uniria o Velho e o Novo Mundo português –, o embasamento político ideológico de um projeto posterior de fundação do “*império brasílico*”.¹¹⁰

¹⁰⁷ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], v. 3, t. 2, p. 1.

¹⁰⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822*. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 176.

¹⁰⁹ SANTOS, op. cit., p. 401-402, v. 1. Esta mesma idéia é evocada em outro trecho da obra, no qual lembra que a “ocupação de Portugal pelas armas francesas era certamente um lamentável desastre, uma calamidade pública, e geral, mas a salvação de S. A. R., a sua vinda para o Brasil, o novo Império Lusitano, que vinha criar na América, era uma felicidade para os brasileiros, e para todos os portugueses. Com o Príncipe Regente Nosso Senhor se salvou a honra, a glória, e a monarquia portuguesa. A mudança do seu trono ainda a fará mais forte, poderosa, e respeitável” (Ibidem, p. 198-199, v. 1).

¹¹⁰ LYRA, op. cit., p. 18, grifos da autora.

Portanto, em sua travessia, d. João acaba por encarnar, nas duas pontas de seu percurso pelo imenso mar que navega, dois momentos distintos do mito sebastianista. Se, em Portugal, ele é o “Encoberto” pela crença em seu retorno, no Brasil, ele o é devido à sua chegada que traz a esperança da renovação do império português em terras distantes do perigo napoleônico. Logo, é bastante emblemático que o primeiro membro da Família Real nascido no Brasil, rebento da filha mais velha de d. João, dona Maria Theresa, e de seu esposo, o infante de Espanha d. Pedro Carlos, venha a ser batizado com o nome de d. Sebastião de Bourbon e Bragança. Nascido em 4 de novembro de 1811, quando os franceses já haviam sido varridos em definitivo de Portugal, sem dúvida que seu nascimento mostrar-se-ia para seu avô com um novo augúrio e sinal de que o projeto de reflorescimento de seu Império tomava corpo.¹¹¹

Por conseguinte, se permanecermos nesta mesma linha de raciocínio, ao menos no que diz respeito ao Brasil, podemos concluir que Napoleão, por sua vez, também pode ser visto como um “Encoberto”, só que às avessas. Pois, embora ele e suas tropas tenham ficado bem longe, ainda assim o receio de sua vinda e de todos os perigos que ela representava se farão presentes na América portuguesa por meio de uma forte contrapropaganda oficial e de medidas de vigilância que farão dele a representação de uma grande ameaça. Ameaça esta que, embora abstrata, no sentido de que dificilmente ele e suas tropas chegassem por aqui, sempre parecerá estar prestes a se concretizar e desembarcar nas costas do Brasil, criando uma série de expectativas amedrontadoras. Dessa maneira, ele se transformaria em um ser imaginário, em uma temida quimera política, que assombraria a América portuguesa por muitos anos, mas que, em carne e osso, jamais tocaria os pés em nossa terra. Marrocos, um dos trasladados lusos, escreve, ao comentar a segunda abdicação do imperador dos franceses, ocorrida em 22 de junho de 1815:

O certo he que para os Sebastianistas he elle [Napoleão] o 2.º Encoberto, que em contraposição ao 1.º e antiquissimo [d. Sebastião], faz o objecto das presentes especulações, mas p.^a fins oppostos; o 1.º p.^a ser reintegrado e prehencher os axiomas profeticos, o 2.º p.^a ser *invito Domino* aniquilado [...].¹¹²

Porém, o receio do aparecimento de Napoleão nos trópicos chegaria, de fato, a deixar as autoridades portuguesas em alerta, principalmente quando de seu exílio na Ilha de Santa Helena

¹¹¹ Além do mais, na visão de d. Rodrigo, o consórcio entre d. Maria Theresa e d. Pedro Carlos (ocorrido em maio de 1810) era estratégico para os projetos expansionistas bragantinos na América. Afinal, com o afastamento dos Bourbon do trono da Espanha, devido às manobras de Napoleão, situação que permaneceria até 1814, o casal poderia ser apresentado como herdeiro legítimo da Família Real espanhola caso fossem efetivados os projetos do ministro de estabelecer um governo no Prata, independente do Rio, mas que promovesse e garantisse os interesses luso-ingleses na região. Com estes planos ele procurava neutralizar as pretensões de Carlota Joaquina, de quem era desafeto, que vinha tentando impor-se como regente da América espanhola na ausência de seu irmão, o rei (AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 257-258). Para as pretensões políticas de Carlota na América, cf. nesta mesma obra, cap. 2, “A Coroa das Américas e a Princesa do Brasil”, p. 67-134.

¹¹² Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 237, carta de 18 de setembro de 1815.

(1815-1821), possessão inglesa que se encontrava na costa ocidental da África, ou seja, de frente para o nosso litoral. Temia-se que o ex-imperador conseguisse se evadir da ilha e desembarcar no Brasil.¹¹³ É o que atesta uma proibição, motivada por uma nota circular transmitida pelo ministério britânico e datada de janeiro de 1816, publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 24 de fevereiro deste mesmo ano. Segundo se informava, interditava-se, “Por Ordem Superior”, qualquer comunicação por parte de navios ou embarcações estrangeiras com a Ilha de Santa Helena, por motivos de segurança, por tratar-se agora da “residência futura do General *Napoleão Bonaparte*”. Proibição esta que deveria valer “enquanto elle alli existisse”. De fato, após sua morte, ocorrida em 5 de maio de 1821, a *Gazeta* publicaria, em 23 de outubro, o fim desta proibição, datada, por sua vez, de 17 de outubro deste mesmo ano, mais uma vez de acordo com nota ministerial inglesa.¹¹⁴

Mas retornemos às palavras de d. João e Junot. Apesar da diferença na interpretação dos fatos, ambos os documentos têm algo em comum: mesmo se tratando de um momento agudo em que há uso de recursos bélicos ofensivos e estratégias defensivas, não se fala diretamente em “fuga”, “invasão”, “guerra” ou em “crise”, tom este que mudará completamente daqui por diante, embora todas estas situações já estivessem em curso. Também é interessante notarmos como as palavras do general francês, considerando-se sua incumbência teoricamente protetora e humanitária na qual se dizia empenhado, vêm impregnadas de ecos da visão que imputava à França revolucionária uma missão messiânica. Tal visão havia sido, inclusive, assimilada por Napoleão, em sua escalada rumo ao poder, por meio de seu encaixe no papel de “mito do salvador” que lhe seria estratégico para o fortalecimento de seu prestígio na França antes do “18 Brumário”. Segundo ela, no que diz respeito à França,

muitos a julgavam a nação salvadora, escolhida e destinada a exercer um papel de influências e mudanças que extrapolavam o mapa da França, atingindo toda a humanidade. O que não se mostrou de todo equivocado, se lembrarmos de toda sua influência em vários movimentos revolucionários subseqüentes, incluindo-se aí, os movimentos de independência na América Latina no início do século XIX.¹¹⁵

Cabe, do mesmo modo, ressaltar o fato de todo o discurso de d. João ser excessivamente centrado na primeira pessoa, como se pode reparar no uso dos pronomes possessivos e pessoais ao longo do decreto que marca sua despedida. Esse excesso de personalização, traço comum entre reis absolutistas, aqui é usado para atribuir ao monarca um forte traço de decisão ajudando a retirá-lo da zona de passividade e vulnerabilidade na qual sua indecisa política exterior dos últimos tempos parecia jogá-lo e que Junot, por sua vez, fizera questão de sublinhar. Além do mais, como sua retirada

¹¹³ Sobre este assunto, cf. a “Conclusão” de nossa tese.

¹¹⁴ A notícia do restabelecimento da liberdade de comunicação com Santa Helena ainda apareceria na edição de 1^o de novembro de 1821, sob o título “edital”.

¹¹⁵ STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 45.

era colocada como um sacrifício feito em prol do bem geral da nação, atribuir unicamente a si tal responsabilidade auxiliava-o a ser visto como mártir e herói em um momento em que sua ausência era interpretada por muitos como um ato covarde e egoísta.

O nome do Brasil, que, como vimos, será dourado com a capa do conceito imperial diante da travessia joanina, não é citado em nenhum momento neste documento, e só aparece por meio de uma única menção indireta e genérica quando d. João diz ter “resolvido em benefício dos mesmos Meus Vassallos, passar com a Raynha Minha Senhora e May, e com toda a Real Familia, para *os Estados da America, e estabelecer-Me na Cidade do Rio de Janeiro, até a Paz Geral*”.¹¹⁶

Nas palavras do príncipe João e do general Junot já se podem vislumbrar as primeiras sementes das representações que cada lado fará da situação daqui para frente. Sementes estas que, no caso português, serão embarcadas com a Família Real, atravessarão o Atlântico e serão plantadas inicialmente em solo carioca, sendo cultivadas pela Intendência de Polícia e florescendo nas páginas de diversas publicações saídas dos prelos da Imprensa Régia durante a estadia da Corte no Brasil.

1.5. E d. João (re)descobriu o Brasil...

Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento;
Aparta o Sol a negra escuridade,
Removendo o temor ao pensamento:
[...].
Camões. *Os Lusíadas*¹¹⁷

Após uma travessia de pouco mais de cinquenta dias, em que o centro do poder português flutuaria em um mar em alguns momentos nada calmo e em outros calmo até demais, a nau “Príncipe Real”, que trazia a bordo d. João e a rainha sua mãe, chegaria sã e salva ao seu destino. Ao contrário de Gulliver, seria sem passar por qualquer naufrágio que o regente alcançaria sua Liliput tropical. Por ora, Portugal era sacrificado à França em troca da manutenção da soberania dos Bragança e da posse do Brasil. D. João, assim como Cabral, desembarcaria, primeiramente, na costa da Bahia, mais precisamente na antiga capital da colônia, Salvador, em janeiro de 1808, antes de prosseguir viagem para o Rio de Janeiro, onde saltaria em terra em 7 de março. Desta vez, ao contrário do momento do

¹¹⁶ Grifos nossos.

¹¹⁷ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 115, canto quarto, estrofe 1.

embarque, era seguido de sua comitiva e desfilava cercado de toda a pompa e solenidade. Afinal, era a primeira vez em que se “dava em espetáculo” por estas partes.¹¹⁸

Em três séculos de domínio luso na América, jamais um membro da Família Real portuguesa havia pisado em seu solo. Este privilégio, que se apresentava, no momento, como tal tanto para os colonos quanto para a Corte evadida, apesar de ter sido protelado por muito tempo, agora era concedido pela força das circunstâncias ante a pressão de dois gigantes que se debatiam na Europa. Vale lembrar que ao assentar-se no Novo Mundo, marcado há pouco pela independência da América do Norte, o regente, de certa forma, também contrabalançava ao Sul, com seu Versalhes Tropical, o republicanismo norte-americano.

O desempacotamento do maquinário estatal português ocorreria imediatamente após a instalação dos trasladados no Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1808, tem início sua remontagem na América com a nomeação do novo gabinete de d. João.¹¹⁹ Tratava-se de um gabinete eminentemente anglófilo e que reunia experientes burocratas. Formavam-no o nosso já conhecido d. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; d. João Rodrigues de Sá e Melo (1755-1809), visconde e conde de Anadia a partir de 1808, responsável pela Marinha e Negócios Ultramarinos; e d. Fernando José de Portugal (1752-1817), futuro marquês de Aguiar, como ministro do Erário Régio e do Interior.¹²⁰

Já nos referimos às funções administrativas anteriores de Coutinho, mas cabe ressaltar que Anadia já tivera a pasta da Marinha e Ultramar entre 1801 e 1804, havendo, no ano de 1803, ocupado interinamente os Negócios Estrangeiros e da Guerra, e que d. Fernando já fora vice-rei no Rio entre 1801 e 1806 e governador e capitão-general na Bahia entre 1788 e 1801, tendo então ordenado a apuração da Conjuração Baiana de 1798. Mesmo gabaritada para as altas funções que passaria a exercer em terras tropicais, tal trindade ministerial não escaparia a críticas e seria comparada a três

¹¹⁸ Na América as representações, tanto pictóricas quanto escritas, do desembarque real revelam a alegria e a euforia dos súditos, sendo unânimes na descrição do júbilo, do luxo e da sofisticação com que o príncipe e sua família foram recebidos. Em Portugal, embora a simplicidade e o anonimato do embarque se façam presentes em algumas representações, elas passam bem longe do clima que o cercara. Lília Moritz Schwarcz refere-se a algumas delas, chamando atenção para este fato nas legendas, como nos exemplos: “D. João e a Família Real embarcam no cais de Belém rumo ao Brasil: as imagens não revelam o descontrolo e a insegurança da ocasião”; “Embarque de d. João para o Brasil: ar tranqüilo em meio a um mar de controvérsias” ou “Alegoria da vinda de d. João: deuses saúdam a brava atitude do regente” (SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, respectivamente, p. 212, legenda da figura 14; p. 183, legenda da figura 1 e p. 223, legenda da figura 15).

¹¹⁹ Cf. Decreto de 11 de março de 1808. Nomeia os Ministros e Secretários de Estado (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_4.pdf).

¹²⁰ Outras figuras de destaque na política luso-brasileira até 1821, ano do retorno de d. João a Portugal, seriam d. Antônio Araújo, que reaparecia no cenário político em 1814, assim como Tomás Antônio Vila Nova Portugal e, a partir de 1820, o Conde de Palmela. Para uma visão geral das influências exercidas pelos diversos ministros ao longo do governo joanino no Brasil (1808-1821), Cf. LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 150-152.

relógios, cada um com seu compasso particular, sendo um sempre atrasado (Portugal), o outro sempre parado (Anadia) e o terceiro continuamente adiantado (d. Rodrigo).¹²¹

Logo foi sendo recriado, ou melhor, transplantado, todo o pesado aparato administrativo metropolitano que aqui se reerguia, rapidamente, a cada decreto assinado pelo regente: além dos ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e do Real Erário,¹²² também ressurgiram os órgãos da administração e da justiça do Reino tais como o Conselho de Estado, a Casa da Suplicação,¹²³ a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação,¹²⁴ o Conselho Supremo Militar e de Justiça,¹²⁵ o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens.¹²⁶ O cenário burocrático que ia sendo armado já começava a evidenciar como o status político de Portugal havia deslizado para sua colônia na América.

Diante dos últimos deslocamentos d. João bem pode ser considerado um novo Noé que, ao escapar do dilúvio iniciado em fins do século XVIII – a “geral tempestade d’Europa” desencadeada pelas Luzes, independências e revoluções nelas inspiradas –, conseguiria salvar-se ao embarcar em sua arca real para o Brasil. Assim como o Noé bíblico, uma suposta proteção divina teria poupado a ele e a sua família unicamente do dilúvio político que se aproximava, bastando lembrar quantos outros monarcas não haviam tido a mesma sorte e vinham sendo destronados pelo imperador da França.¹²⁷ Pela mão divina chegaria ele a “estas serenas Regiões dos Trópicos”. Deste modo, escapava d. João do

¹²¹ “Um dos nossos correspondentes do Rio de Janeiro, querendo dar-nos uma idea do Governo naquella Cidade, compara os tres Ministros de Estado [...] a tres relogios, destinados a servir de regular as horas em uma familia; um sempre muito adiantado, outro muito atrasado, e o outro inteiramente parado”(COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. V, n. 30, novembro de 1810, p. 565). Em 1809, morre Anadia e assume o Conde das Galveias (d. João de Almeida Melo e Castro, que falece em 18 de janeiro de 1814). Portanto, a referência ao relógio parado também pode ser a Galveias, pois em 1810 Anadia já estava morto.

¹²² Cf. Decreto de 28 de junho de 1808. Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_21.pdf).

¹²³ Alvará de 10 de maio de 1808. Regula a Casa da Supplicação e dá providencias a bem da administração da Justiça (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_8.pdf).

¹²⁴ Alvará de 23 de agosto de 1808. Crêa o Tribunal de Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_29.pdf).

¹²⁵ Cf. Alvará de 1 de abril de 1808: Crêa o Conselho Supremo Militar e de Justiça (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_4.pdf); http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_5.pdf

¹²⁶ Cf. Decreto de 22 de abril de 1808. Crêa o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_7.pdf).

¹²⁷ “Sim, he tal, senhores, esta amorosa beneficência divina á favor do nosso augusto Príncipe, q eu não posso deixar de comparar áquella q o mesmo Deos se dignou mostrar á favor do justo Noé, privilegiando á elle só e sua família do universal dilúvio, conservando-o são, e salvo dentro da tão famosa Arca, fluctuante, e segura sobre aquella immensidade de águas” (ANCONA, Frei Archangelo de. “Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 03, documento 72). Todas as citações, usadas neste parágrafo, foram retiradas do mesmo documento.

alluvião antisocial despenhando-se precipitoso das abertas, intumescidas cataratas da França [que] envolvia em suas encapelladas ondas todos os povos e nações na geral e fatal subversão de todos os seus systemas políticos, e regulares, afogados, submergidos, e naufragados vassallos, e Monarchas. No meio porém de hum dilúvio tão luctuoso eis o nosso Príncipe, qual outro Noé justo, e perfeito, merecer huma especial predileção do Altíssimo.

Em sua moderna arca, muito bem escoltada pelos ingleses, ao invés de trazer casais de animais, ele traria a mesma estrutura burocrática da metrópole, que aqui seria remontada, assim como os melhores exemplares de seus cortesãos. Eles é que repovoariam e engrandeceriam a Lilibut dos trópicos bragantinos ajudando d. João em sua tarefa de fazer vicejar um poderoso império. O orador que havia feito a feliz comparação entre Noé e João ainda dizia: “O nosso magnânimo Príncipe é grandíssimo”. Mas, de fato, ele só o era aqui, na América, após atravessar o Atlântico, enquanto monarca que, ainda que migrado, experimentava um aumento de status com o ineditismo de sua presença.

Todavia, a remontagem deste cenário burocrático ocorreria sem nenhuma adaptação, não passando de um decapagem que, feita às pressas, ainda deixava evidente sua antiguidade e os entraves e vícios de que padecia no Reino, não parecendo haver interesse em moldá-lo às necessidades locais. Seria isto um indício de que se tratava de uma manobra dos emigrados que, ao manter intocado o arcabouço original, buscavam garantir, na urgência, a realocação automática de nobres e demais funcionários da Coroa que haviam acompanhado a família real e a continuidade de sua predominância nos quadros oficiais portugueses?¹²⁸ Ou seria a forma encontrada para proporcionar, em um curto espaço de tempo, uma inquestionável legitimidade ao Rio de Janeiro enquanto novo centro do poder luso?

A resposta talvez guarde uma pitada de cada questão, mas, acima de tudo, este seria o primeiro sinal de que a criação de um “novo” império, que se buscava atrelar à vinda de d. João ao Brasil, passaria um tanto ao largo das inovações, deixando entrever por baixo do ainda fresco verniz dourado que se aplicava as velhas oxidações que demonstravam, mais uma vez, os limites do espírito reformador oficial. De fato, o período de 1808 a 1821 não se pautou pela inovação, mesmo sendo

¹²⁸ A predominância de portugueses marcaria a burocracia da Corte luso-brasileira, como já marcava a burocracia colonial, e será um dos pontos de descontentamento dos brasileiros na época do nosso processo de Independência, quando justamente tudo o que era “europeu”, ou melhor, “português” deveria ser combatido. Assim, no “Termo que em reunião fazem a Junta do Governo Provisorio da Provincia das Alagoas, Senado da Camara desta Capital, Clero, Tropa, Nobreza e Povo sobre a Acclamação de Sua Alteza Real o Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Regente do Reino do Brasil, e sobre a demissão de empregados Europeos com as excepções e declarações abaixo escriptas”, datado de 28 de junho de 1822, dizia-se “que os naturaes da mesma Provincia das *Alagoas* de accordo com todos ou com a opinião geral do Continente *Brasillico* se achavão offendidos fortemente pelos naturaes de *Portugal* os *Europeos* Empregados que abuzando da honra apoiavão a rivalidade entre elles e os *Brasileiros* [...]”. E no “Artigo d’Officio” relativo a este termo, falava-se ter “apenas seguido até o presente algumas alterações, e mudanças nas repartições Civis, e Militares por occasião das demissões dos Empregados *Europeos*” (*GRJ*, 12/10/1822, ambas as citações).

marcado por mudanças bruscas, algumas até cunhadas como liberais, mas que só eram tomadas e aceitas pelos responsáveis pelo poder por apresentarem-se dentro dos limites do pensamento conservador. Portanto, apenas ocorrera “a transferência de elementos de um estado soberano que, na nova sede, formaram um novo sistema dentro das formas antigas e usuais”.¹²⁹ O redator do *Correio Braziliense*, muitas vezes crítico exacerbado do governo lusitano, não deixaria este aspecto passar despercebido e denunciaria os efeitos colaterais – a manutenção de várias carências – deste forçado transplante da senil medula burocrática do poder português para o jovem corpo da colônia:

O Governo do Brazil arranjou-se exactamente pelo Almanack de Lisboa, sem nenhuma attenção ao paiz em que se estabelecia. Mostra, por exemplo, o Almanack em Lisboa, um Dezembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Juncta de Commercio, &c.; portanto, quer o Brazil careça destes estabelecimentos, quer não; erigio-se no Rio de Janeiro, logo que a Corte ali chegou, um Dezembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Juncta de Commercio, &c.; Precisa-se porém, pela natureza do paiz, um conselho de Minas, uma inspecção para a abertura de estradas, uma redacção de mappas, um exame da navegação dos rios; e muitas outras medidas proprias do lugar; mas nada disto se arranja; porque não apparecem taes cousas no Almanack de Lisboa.¹³⁰

O Brasil seria “descoberto”, uma segunda vez, pela Coroa portuguesa. Mas agora, ao contrário do espírito predador que se seguiu à primeira “descoberta”, e que fazia do caminho em direção a Portugal uma via de mão única para o escoamento de grande parte das riquezas da terra, a Família Real é quem vinha abrilhantar a colônia, arrastando consigo o centro do poder lusitano para a outra margem do Atlântico. Mesmo assim, o Brasil ainda se encontraria no meio do caminho até ser agraciado oficialmente, em 1818, com o título de Reino Unido a Portugal e a Algarves: “Quase-Europa, quase império, aí estavam os impasses de um local que, não sendo exatamente metrópole, aos poucos deixava de ser colônia, ao menos no sentido mais tradicional do termo”.¹³¹

Uma representação, que aparece em uma das ornamentações feitas para a iluminação que marcou a recepção ao regente e sua família no Rio, sintetizaria, por meio de imagens, esta situação inusitada de desequilíbrio no império português: “De hum lado a figura de Lísia [Portugal] com semblante lacrimoso, do outro Africa de joelhos offerecendo suas riquezas, e a America de manto real, e borzeguins, offerecendo tambem o coração que tinha nas mãos”.¹³² Se no Brasil, como bem caracteriza Manuel Antônio de Almeida nas suas *Memórias de um Sargento de Milícias*, inaugurava-se o “tempo do rei” – “belo tempo”, “abençoada época” –¹³³ que trazia euforias e expectativas, em

¹²⁹ MANCHESTER, Alan K. A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 277, p. 35, 1967.

¹³⁰ COSTA, op. cit., v. V, n. 30, novembro de 1810, p. 565.

¹³¹ SCHWARCZ, op. cit., p. 260.

¹³² Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, p. 9, IEB.

¹³³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003 [1854],

Portugal inaugurava-se um “desgraçado tempo” (*GERJ*, 17/01/1812), um “aspero e infame captiveiro” (*GERJ*, 03/11/1808) marcado por “atrocidades e devastações” (*GERJ*, 17/01/1812). O trecho de uma carta do governador de Pernambuco, datada de janeiro de 1808, demonstra igualmente este impasse, agora do ponto de vista sentimental, ao falar em uma estranha mistura de alegria e tristeza gerada pela vinda de d. João:

Um coração patriótico, e que de tenros anos ama o seu soberano, ainda me não deixa enxugar as lágrimas que notícias tão tristes tem feito derramar aos bons portugueses. Mas logo que eu tenha a certeza da feliz chegada de Sua Alteza ao Rio de Janeiro, aos saltos e sobressaltos de um coração fiel hão de suceder tranquilas combinações da reflexão, as quais me pagarão tamanha mágoa e desgosto com um lucro tresdobrado de prazer e contentamento.¹³⁴

Tratava-se, igualmente, de uma redescoberta estratégica do Brasil. Afinal, a monarquia portuguesa, como uma planta que, já enfraquecida, não conseguindo florescer no solo cansado em que se encontra, necessita de terra mais fértil, é transplantada para a América onde tentará rebrotar com mais vigor, à procura de distanciamento das várias ervas daninhas que vinham infestando o território europeu e que, mais recentemente, haviam invadido seu canteiro na Península. Esta decisão não implicava, conseqüentemente, apenas em uma mudança geográfica, mas em uma tentativa de reestruturação do corpo imperial português, frente aos novos tempos inaugurados com as agitações que vinham tendo lugar desde fins do século XVIII. No entanto, esta reestruturação se daria de forma muito restrita e com movimentos mínimos e, sempre que possível, nada bruscos, no melhor estilo apregoado por d. Rodrigo, o que valeria mais uma observação desabonadora e depreciativa de Hipólito José da Costa: “o apodrecido Governo de Portugal tinha passado para o Brazil, para continuar os mesmos prejuizos e ignorancia, que ja não pudéra sustentar na Europa”.¹³⁵

Porém, nesta reedição do encontro entre habitantes da colônia e autoridades européias, a simpatia dos que recebiam d. João não seria ganha apenas com “uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso” e “um cascavel e uma campainha”,¹³⁶ como Cabral fizera com os índios. Para marcar o início de sua estadia na América portuguesa, o príncipe ofertaria ao seus súditos americanos uma série de decretos, cartas régias, cartas de lei, alvarás e decisões que, aos poucos, começariam a dissolver sua condição colonial. Embora essas medidas fossem forçosamente necessárias para adequar a colônia ao seu novo papel de sede do poder dos Bragança, não se deixava

respectivamente p. 65, 66 e 67.

¹³⁴ Carta enviada ao visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Pernambuco, datada de Recife em 4 de janeiro de 1808, ANRJ, Ministério do Reino. Pernambuco. Correspondência do presidente da província, Série Interior, IJJ^o 237 (<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=808&sid=99>).

¹³⁵ COSTA, op. cit., v. VIII, n. 46, março de 1812, p. 289.

¹³⁶ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: São Paulo Editora, 1963, p. 36.

de colocá-las como fruto da magnanimidade de d. João aos colonos que o acolhiam em um momento tão excepcional e difícil.

Com a ocupação do Reino e o deslocamento da Corte, suas funções de metrópole encontravam-se momentaneamente suspensas, principalmente no que dizia respeito ao funcionamento do Pacto Colonial que estipulava que todo o comércio com suas possessões ultramarinas fosse necessariamente feito com sua intermediação. Portugal detinha, desta forma, o monopólio legal da importação das matérias-primas coloniais, bem como da exportação de bens de consumo para as suas colônias. Conseguia, com isto, lucros extremamente vantajosos.¹³⁷ Agora, entretanto, o coração metropolitano do império luso parara momentaneamente de pulsar devido à ocupação francesa e as artérias que bombeavam mercadorias para seus quatro cantos e se alimentavam de produtos ultramarinos encontravam-se obstruídas pelas tropas e pelos navios inimigos. Era preciso um procedimento de emergência.

Isso explica porque a primeira, senão a mais importante, das medidas tomadas por d. João em solo colonial – a permissão do livre comércio nos portos do Brasil sem a intermediação dos negociantes metropolitanos – não esperaria nem mesmo seu desembarque no Rio, onde ele se estabeleceria definitivamente. Isso elucida também o fato de ter sido ela arranjada por meio de carta régia, mecanismo legal que permitia ao monarca tomar determinadas decisões sem a intermediação de seus ministros. Dirigiu-se ele, desta forma, diretamente ao conde da Ponte, governador e capitão-general da Capitania da Bahia. Para efeitos de eloquência documental, é mediante um pedido seu que o príncipe diz ter se sensibilizado e resolvido tomar tal medida, pois o conde teria feito “subir à minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o commercio desta Capitania, com grave prejuizo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das criticas e publicas circumstancias da Europa”.¹³⁸

Tal decisão, no entanto, não deve ser compreendida apenas pela urgência em driblar as dificuldades econômicas advindas da paralisia dos portos portugueses que se encontravam na mão dos invasores, buscando somente, como explica d. João na carta régia, “dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta e capaz de melhorar o progresso de taes damnos”.¹³⁹ Não se deve perder

¹³⁷ Para uma análise mais detida do funcionamento do sistema de exploração colonial, no qual se inclui a questão do monopólio do comércio, cf. **NOVAIS**, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: **MOTA**, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 47-63, em especial o item II do texto, p. 51 a 57. Para a questão do pacto colonial ver também **NOVAIS**, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979], parte “b” do capítulo 2, “O ‘exclusivo’ metropolitano” (p. 72-92).

¹³⁸ Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808. Abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados (cf. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_3.pdf).

¹³⁹ *Idem*.

igualmente de vista que o pano de fundo do cenário das chamadas Guerras Napoleônicas, no qual se encaixa o embarque de d. João e sua Corte, é formado pelo impetuoso choque entre a nação britânica, cujos interesses econômicos predominavam mundialmente, e o “caráter provocante e agressivo da política exterior, colonial e econômica de Bonaparte”¹⁴⁰ que passa a calçar a consolidação de seu recém instituído Império no sobrepujamento deste predomínio. E que no pano de boca desta dramática representação, dois importantes acontecimentos que marcariam os séculos XVIII e XIX, simbolizados por seus principais protagonistas, vinham transformando o palco em ringue onde eles se digladiariam até que apenas um restasse em pé. É importante lembrar, portanto, que a abertura dos portos assim como

a vinda da Família Real ao Brasil prende[m]-se, de um lado, à guerra napoleônica e, de outro, à necessidade da Inglaterra de manter sob controle o mercado do império português, em consequência do Bloqueio Continental. Noutros termos, o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro foi emoldurado pelas transformações históricas que se processaram a partir daquilo que Eric Hobsbawm chamou da “dupla revolução: a Revolução Francesa de 1789 e a revolução industrial (inglesa) contemporânea”.¹⁴¹

Diante deste quadro, o franqueamento dos portos brasileiros ao comércio direto com outras nações aparece como a primeira de muitas concessões oficiais que o governo português faria, em terras brasileiras, à Inglaterra como recompensa à ajuda recebida na trasladação e ao auxílio que ela daria ao combate aos franceses na Península. Não se tratava, por conseguinte, de uma “Espontânea Resolução”,¹⁴² como a pintava, em 1818, José da Silva Lisboa. Seria, sim, um primeiro reconhecimento ao que bem poderíamos chamar de “proteção à inglesa” e deve ser visto como um significativo episódio nos conflitos napoleônicos. Afinal, esta retribuição seria, igualmente, um importante passo para o restabelecimento da saúde econômica da Grã-Bretanha que sofria ultimamente com frequentes crises de falta de ar ocasionadas pelo bloqueio francês. Esta abertura pode ser vista também como a ante-sala para o estabelecimento dos “Tratados de 1810” que analisaremos a seguir.

Assim, a carta régia de 28 de janeiro de 1808, assinada por d. João, preceituava, com relação às importações, que fossem “admissíveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros *das Potencias, que se conservam em paz e harmonia* com a minha Real Corôa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e

¹⁴⁰ **GODECHOT**, Jacques. *Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p. 124.

¹⁴¹ **ROCHA**, Antonio Penalves. A economia política e a reação aos “abomináveis princípios franceses” no Brasil (1804-1827). In: **COGGIOLA**, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 320.

¹⁴² **LISBOA**, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 67, parte 2 (IEB).

quatro por cento”.¹⁴³ Diante da novidade, modificava-se, subitamente, o cenário apresentado por Padre Perereca do porto do Rio de Janeiro até 1807, no qual “uma ou outra [embarcação] estrangeira demandava esta barra, para refrescar-se e refazer-se de algumas avarias, que havia padecido na viagem, ou para fazer comércio ilegal; e de contrabando”,¹⁴⁴ visto serem proibidas as relações comerciais diretas entre as possessões coloniais portuguesas e as estrangeiras.

Segundo o mesmo autor, que se baseou em dados da *Gazeta do Rio de Janeiro*, das 810 embarcações portuguesas entradas apenas naquele porto em 1805, passando pelas 642 no ano seguinte e as 777 no ano do embarque da Família Real; em 1808, além das 765 nacionais, entrariam 90 estrangeiras. Número este que no ano posterior iria para 83 estrangeiras e 822 nacionais, chegando, em 1810, respectivamente, a 402 e 1214.¹⁴⁵ Estes números ganham maior realce ao não se perder de vista o contexto de crise no qual Portugal ainda estava envolvido. Tal quadro prosseguiria até 1815, com alguma variação, quando a saída definitiva de Bonaparte do trono francês levaria ao que poderíamos chamar de uma nova abertura dos portos, agora, às nações até então consideradas inimigas, como a França e os aliados napoleônicos.

Ainda segundo a carta régia, sobre as exportações, ficava claro que não só os vassallos portugueses “mas também os sobreditos estrangeiros possuem exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos e producções coloniaes, à excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados”. Logo, não se fixa uma taxa de importação preferencial a nenhum país neste momento, como ocorrerá explicitamente a favor da Inglaterra nos “Tratados de 1810”. Tampouco, faz-se referência a esta nação. Contudo, ela será a grande beneficiária desta nova conjuntura. Afinal, visto que várias das nações da época, aliadas ou não de Napoleão, estavam com grande parte de sua frota de navios voltada para fins de defesa e/ou ataque e/ou impossibilitadas de navegar e comercializar normalmente devido à guerra; sendo a Inglaterra dona da maior frota naval mercantil e militar da época, era ela, sem dúvida, praticamente, a única nação capaz, então, de manter e proteger uma marinha mercante. Além do mais, tratava-se de uma oportunidade de pôr em termos legais o tradicional e notório comércio ilícito que seus negociantes vinham fazendo diretamente com a América portuguesa por meio do contrabando.

Não obstante, embora o documento também não faça menção explícita à França, claro está que ela, não se encontrando “em paz e harmonia” com Portugal devido à invasão, era a maior

¹⁴³ Grifos nossos.

¹⁴⁴ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 453, v. 1.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 453, v. 1

contrabeneficiária de tal decisão, ao ver-se alijada, assim como seus aliados, do comércio direto com o Brasil. Por isso, antes mesmo da declaração oficial de guerra a Napoleão, que terá lugar em 1º de maio de 1808, a abertura dos portos seria o mais pesado e certo golpe que Portugal daria nos franceses desde sua primeira ação militar contra a França revolucionária, iniciada com a Campanha do Rossilhão (1793-1795). Podemos dizer que esta abertura está para d. João, como a manobra de tomar de uma só vez a minúscula frota do império inimigo do monarca de Lilibut, arrastando-a com a ajuda de ganchos e cordas, está para Gulliver.¹⁴⁶ Também podemos afirmar que, depois do embarque da Corte portuguesa para o Brasil, esta seria a segunda grande manobra revertida a favor da Grã-Bretanha contra o Bloqueio Continental. Note-se bem que, em ambos os casos, apesar dos danos imputados ao inimigo, não haveria o uso de soldados, armamentos e munições, mas apenas de diplomatas, penas, tinta e mercadorias. De fato, a França só voltaria a ser admitida oficialmente nos portos sob domínio português com o decreto de 18 de junho de 1814.¹⁴⁷

O mais curioso e trágico é que, além dos franceses, os comerciantes estabelecidos em Portugal seriam os mais afetados por esta medida.¹⁴⁸ Afinal, segundo a carta régia, ao ficar “em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que ate aqui prohibiam neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros”, o Brasil não se fazia mais comercialmente dependente da intermediação da metrópole. Assim sendo, sob uma penada de d. João, o Pacto Colonial, uma das colunas mestras do império colonial português, ruía subitamente marcando o início do rompimento das amarras que forçosamente uniam o Brasil a Portugal e que se esgarçaram definitivamente em 1822.

A abertura dos portos seria, desse modo, um mal necessário, pois, embora tenha sido um duro golpe no tradicional arranjo econômico da monarquia lusitana, ao retirar da metrópole uma lucrativa exclusividade em relação ao comércio colonial, ela se fazia indispensável mediante os entraves mercantis enfrentados por um Portugal refém de Junot. A bem da verdade, se o preço a se pagar era alto, ao menos um novo coração fazia pulsar novamente o comércio luso e voltava a oxigenar o centro do seu poder que buscava, desta maneira, restabelecer-se bem longe das garras e das guerras napoleônicas. Esta concessão excepcional a uma colônia, que não viria a ser jamais revertida, era

¹⁴⁶ SWIFT, Jonathan. *As Viagens de Gulliver*. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 77-79.

¹⁴⁷ Decreto de 18 de junho de 1814. Permite a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos dos Estados Portuguezes e sahida dos nacionaes para portos estrangeiros (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_41.pdf).

¹⁴⁸ Para a situação dos comerciantes metropolitanos que optaram por migrar para o Brasil diante das adversidades criadas pela ocupação francesa, pela vinda da Família Real e pela abertura dos portos, cf. MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

oficialmente justificada, longe de qualquer menção aos ganhos ingleses, como mais uma estratégia que visava o combate a Bonaparte:

foi necessário procurar elevar a prosperidade daquelas Partes do Império livres da opressão [a América Portuguesa], a fim de achar não só os meios de satisfazer aquela Parte dos Meus Vassallos, onde vim estabelecer-Me, mas ainda para que eles podessem concorrer às despesas necessárias para sustentar o Lustre e Esplendor do Trono, e *para segurar a sua defesa contra a invasão de um poderoso inimigo*. Para este fim, e para *criar um Império nascente*, Fui Servido adotar os princípios mais demonstrados da sã Economia Política, quais os da Liberdade e Franqueza do Comércio, o da diminuição dos Direitos das Alfândegas, unidos aos *princípios mais liberais...*¹⁴⁹

Como vemos, além de possibilitar que suas possessões americanas passassem a funcionar como esteio ao combate ao inimigo na Península, a franquia do comércio também era utilizada por d. João para o reforço do conceito imperial e de sua imagem de príncipe liberal. Mas este verniz retórico parecia querer escurecer uma concessão da tradicional monarquia bragantina aos novos tempos. De fato, a abertura dos portos surgia como sequela de vários conflitos oriundos da incompatibilidade entre absolutismo e mercantilismo diante das pressões do novo liberalismo econômico (a “sã Economia Política”) proveniente do capitalismo industrial inglês, conflitos esses que “foram, sem dúvida a chave-mestra a desencadear as forças de transformação no período”.¹⁵⁰ E o próximo monumento a ser erigido por d. João a essa nova doutrina seria justamente os “Tratados de 1810”.

Se, por um lado, com o deslocamento para os trópicos, o governo português assegurava, para seu alívio e sobrevivência econômica e política, a posse de seus territórios americanos e a manutenção de sua soberania, apesar da falta de autonomia na Península, ao mesmo tempo, ele reforçava ainda mais sua dependência econômica com relação à Inglaterra. Esse reforço começa, de fato, a ser selado com a abertura dos portos, momento em que os interesses financeiros e comerciais britânicos passam a ter o campo aberto para agirem diretamente no Brasil. Este seria o início de um processo pelo qual os

privilégios econômicos especiais que os ingleses desfrutaram em Portugal durante séculos, foram transferidos para a América portuguesa [...] e foram finalmente vinculados ao império independente do Brasil, como parte do preço do reconhecimento de sua independência pela Grã-Bretanha.¹⁵¹

Todavia, apenas em 1810, com a assinatura do “Tratado de Comércio e Navegação” e do “Tratado de Amizade e Aliança”,¹⁵² conhecidos como “Tratados de 1810”, é que a Inglaterra teria

¹⁴⁹ *GERJ*, 15/11/1810 (Carta Régia de d. João, de 7 de março de 1810, impressa na *Gazeta de Lisboa* em 3 de setembro de 1810), grifos nossos.

¹⁵⁰ **DIAS**, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: **MOTA**, Carlos Guilherme. *1822*. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 176.

¹⁵¹ **MANCHESTER**, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 144-145. Ainda neste parágrafo citado, o autor fala mais sobre as relações comerciais entre d. Pedro I e a Inglaterra.

¹⁵² Os textos destes tratados aparecem na íntegra na Carta de Lei de 26 de Fevereiro de 1810. Ratifica o Tratado de amizade e aliança entre o Príncipe Regente de Portugal e El-Rei do Reino da Grande Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de

oficialmente reconhecido o seu status de nação mais favorecida no comércio de importação feito nos portos brasileiros, passando a pagar direitos de 15%, em detrimento dos 16% que pagavam os produtos portugueses e dos 24% que pagavam os dos demais países. Mais uma vez, um duro golpe dado aos comerciantes metropolitanos. Mas agora, os habitantes da colônia também não deixariam de sentir negativamente seu impacto, visto que tal taxaço acabava por se chocar com o Alvará de 1º de abril de 1808.¹⁵³

Com este alvará anulava-se a proibição de fábricas e manufaturas no Brasil que vigorava desde 5 de janeiro de 1785 e que visava impedir qualquer concorrência entre mercadorias coloniais e portuguesas ou aquelas importadas pelos comerciantes portugueses e vendidas nas colônias.¹⁵⁴ No alvará de 1808, d. João se propõe, com ele, a “promover e adiantar a riqueza nacional”, posto que “as *manufacturas e a industria [...] multiplicam e melhoram* e dão mais valor aos generos e productos da agricultura e das artes e augmentam a população dando que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistencia a muitos dos meus vassallos, que por falta delles se entregariam aos vicios da ociosidade”.¹⁵⁵ Eis um argumento que, assim como o alvará em si, vai em sentido diametralmente oposto ao de seu congênere de 1785 que alegava, para justificar a proibição que impunha, que consistia “a verdadeira, e sólida riqueza nos Frutos, e Produções da Terra, as quaes somente se

Janeiro a 19 deste mez e anno (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_14.pdf e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_15.pdf) e na Carta de Lei de 26 de Fevereiro de 1810. Ratifica o Tratado de commercio de navegação entre o Príncipe Regente de Portugal e El-Rei do Reino da Grande Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de Janeiro a 18 [sic] deste mez e anno” (cf. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_16.pdf, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_17.pdf, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_18.pdf, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_19.pdf, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_20.pdf e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_21.pdf).

¹⁵³ Alvará de 1º de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fabricas e manufaturas no Estado do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_5.pdf).

¹⁵⁴ Para uma acurada análise deste alvará do ponto de vista político, ideológico e econômico, cf. **NOVAIS**, Fernando Antônio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, USP, n. 142-143, p. 213-237, 1º e 2º semestres de 2000. Nas p. 235 e 236, o autor transcreve o documento na íntegra. O mesmo autor (O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, p. 116, março/1984) lembra que as manufaturas que estavam sendo proibidas com esse alvará eram as têxteis e não todas as indústrias. No livro *Portugal e Brasil na crise no antigo sistema colonial* (op. cit.), entre as p. 268 e 278, ele também analisa o alvará contextualizando-o em meio à crise do antigo sistema colonial e da política ilustrada portuguesa de fins do XVIII, assim como seu cumprimento pelas autoridades coloniais. Laura de Mello e Souza aponta este alvará como um dos exemplos do descompasso entre interesses metropolitanos e coloniais e entre regiões da própria América portuguesa. Evocando o caso da existência de manufaturas em Minas Gerais, em um período anterior ao alvará, ela escreve que os “comerciantes da praça do Rio de Janeiro bombardeavam o [vice-rei] marquês do Lavradio com queixas contra as manufaturas têxteis de Minas Gerais, que concorriam com os produtos por eles vendidos. Como tantos de seu tempo, entre os quais Pombal, Lavradio achava que as colônias deviam se limitar a produzir matéria-prima, comprando os manufaturados da metrópole. Têxteis acessíveis e baratos, produzidos dentro da capitania, desviavam os mineiros da faina aurífera, pois diminuía sua necessidade de metal precioso. Com isto, perdia a capitania, e a metrópole, que deixava de arrecadar” (**SOUZA**, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 369-370).

¹⁵⁵ Grifos nossos.

conseguem por meio de Colonos, e Cultivadores, e não de Artistas e Fabricantes”,¹⁵⁶ o que colocava a atividade manufatureira como a grande vilã que subtraía à lavoura e à mineração a já escassa mão de obra. Em pouco mais de vinte anos, trata-se de uma considerável e brusca guinada na linha econômica adotada pela Coroa com relação às suas colônias, obra, acima de tudo, de uma conjuntura de exceção que lhe impunha a adoção de medidas de excepcionais.

Embora parecesse ser uma decisão extremamente generosa e salutar ao desenvolvimento econômico do Brasil, o alvará de abril de 1808, contudo, não seria suficiente para colocar a colônia no compasso da industrialização que se propagava, em maior ou menor grau, progressivamente, na Europa. Seu principal entrave seria, justamente, o regime escravista que aqui imperava e que se chocava brutalmente com o desenvolvimento das manufaturas na medida em que a maioria trabalhadora – em sendo escrava e, a princípio, desprovida de ganhos – restringia a formação de um substancial mercado interno, desígnio básico para a expansão industrial. Com os “Tratados de 1810” tornava-se ainda mais difícil para o projeto de desenvolvimento da produção nacional, que surgia assim praticamente natimorto e caminhava a passos curtos e vacilantes, fazer face às mercadorias inglesas que, mesmo mediante a taxa de 15%, ainda chegavam aos portos brasileiros com preços extremamente competitivos e apresentando, em muitos casos, qualidade superior. Mais uma vez, prevaleciam os interesses britânicos, afinal, em 1785, a Grã-Bretanha também havia sido uma das principais beneficiadas visto que, com a proibição imposta nesse ano,

parece convergirem os interesses da Inglaterra e da metrópole portuguesa; os tecidos ingleses participavam do abastecimento do mercado consumidor brasileiro por duas vias: através do intermediário português, e pelo comércio ilícito de contrabando...¹⁵⁷

Vale a pena frisar que os representantes de Portugal e da Grã-Bretanha responsáveis pela assinatura dos “Tratados de 1810” foram o anglófilo d. Rodrigo de Sousa Coutinho, já agraciado com o título de conde de Linhares, e Lord Strangford, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário inglês. Lembremos também que a assinatura destes tratados não era, no entanto, algo inteiramente espontâneo por parte do governo português, visto estarem eles já previstos no acordo secreto anglo-lusitano de 22 de outubro de 1807.

Pelos “Tratados de 1810” Portugal, em um dos artigos, uma vez mais, reafirma sua fidelidade ao alinhamento com a Inglaterra e garante seu afastamento da França. Reafirmação esta que adquire suma importância posto que a guerra contra Napoleão ainda estava latente, só vindo a ser encerrada definitivamente em 1815. Seguindo a lógica, seria de se esperar encontrar este artigo no “Tratado de Amizade e Aliança”. Entretanto, ele diz respeito ao primeiro artigo do “Tratado de Comércio e

¹⁵⁶ Alvará de 5 de janeiro de 1785. Apud **NOVAIS**. A proibição das manufaturas no Brasil..., op. cit., p. 235.

Navegação”. Segundo o texto, com ele sela-se “uma sincera e perpetua Amizade entre Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, e Sua Magestade Britannica, e entre Seus Herdeiros e Successores”, prometendo-se que “haverá uma constante e universal Paz e Harmonia entre Ambos”. O detalhe da inclusão deste artigo no “Tratado de Comércio e Navegação” sugere como o conflito franco-inglês tem um importante apelo econômico, advindo daí a importância de, mesmo em um tratado comercial, revalidar a fidelidade lusa buscando, desta forma, manter Portugal e o Brasil apartados dos interesses napoleônicos.

Por sua vez, o primeiro artigo do “Tratado de Amizade e Aliança” também não deixa de ir neste sentido. Em suas linhas reafirma-se a manutenção de “uma perpetua, firme e inalteravel Amizade, Alliança Defensiva, e estricta e inviolavel União” entre Portugal e Grã-Bretanha, sendo que, para isso, ambos “empregarão constantemente não só a Sua mais seria Attenção, mas tambem todos aquelles meios, que a Omnipotente Providencia tem posto em Seu Poder, para conservar a Tranquillidade e Segurança Publica, e para sustentar os Seus Interesses Communs, e Sua mutua Defesa e Garantia contra qualquer Attaque Hostil”. Ou seja, se no primeiro artigo do outro tratado o estipulado parece atender mais o lado inglês, neste, o grande favorecido é Portugal que garante o apoio militar de sua poderosa aliada. Apoio este que, aliás, será decisivo no combate aos franceses em Portugal, destacando-se aí a ação do militar Arthur Wellesley (1769-1852), futuro duque de Wellington, que estará no comando supremo das tropas portuguesas e a quem se atribuirá tanto a derrota e a expulsão das tropas napoleônicas de toda a Península, definitivamente ocorridas em 1814, quanto a derrota final de Bonaparte na Batalha de Waterloo (1815).

O segundo artigo ainda versa sobre a proteção mútua, caso algum dos lados seja ameaçado de ataque por qualquer potência, e o artigo terceiro renova o artigo seis do tratado secreto de 22 de outubro de 1807, no qual a Inglaterra dizia reconhecer no trono de Portugal apenas a dinastia de Bragança. Portanto, do ponto de vista militar e da manutenção de sua legitimidade, d. João aparecia muito bem amparado pela sua aliada. Embora no texto haja menção aos “importantes, e felizes efeitos, que a sua Mutua Alliança tem produzido na presente Crise, durante a qual Sua Alteza Real O Principe Regente de Portugal [...] tem constantemente recebido de Sua Magestade Britannica o mais generoso, e desinteressado Socorro, e Ajuda, tanto em Portugal, como nos Seus outros Dominios”, bem sabemos que este socorro não foi tão desinteressado assim, implicando em várias concessões aos ingleses em território americano. Se uma mão lava a outra, talvez não seja também pura coincidência que o ano de 1810 tenha sido o momento em que o combate aos franceses em Portugal tenha se

¹⁵⁷ Ibidem, p. 222.

tornado mais aguerrido e eficaz devido ao auxílio inglês, marcando o início da expulsão definitiva dos franceses do reino português.¹⁵⁸

Ainda é interessante frisar que no artigo seis do “Tratado de Amizade e Aliança”, d. João, “conservando grata lembrança do Serviço, e assistencia, que a Sua Corôa e Familia receberam da Marinha Real de Inglaterra; e estando convencido que tem sido pelos Poderosos Esforços daquella Marinha, em apoio dos Direitos, e Independencia da Europa, que até aqui se tem opposto a Barreira mais efficaz á ambição e injustiça de outros Estados”, leia-se França e seus aliados, resolve, por isto, “dar o Privilegio de fazer comprar, e cortar Madeiras para construcção de Navios de Guerra nos Bosques, Florestas, e Matas do Brazil”, assim como “permissão de poder fazer construir, prover, ou reparar Navios de Guerra nos Portos e Bahias daquelle Imperio”. Aqui, portanto, o foco mais uma vez, embora não explicitado, é antifrancês e atende exigências bélicas. O Brasil tem reforçado, desse modo, seu papel estratégico de importante base de apoio no Atlântico para os navios de guerra ingleses, contribuindo com suas riquezas naturais para o aumento do, já considerável, poderio bélico da Grã-Bretanha nos mares. Esta atitude será uma das muitas que passarão a caracterizar a América portuguesa, apesar da distante localização com relação ao teatro de guerra europeu, como um foco de resistência ao poderio napoleônico, procurando reverter, de certa forma, sua marginalidade no que diz respeito ao cenário dos conflitos e deixando claro que, mesmo à distância, d. João esforçava-se por colaborar, de alguma forma, no combate aos franceses e seus aliados.

A Grã-Bretanha lograria várias outras vantagens com os “Tratados de 1810”, entre elas o privilégio concedido aos seus súditos radicados em domínios portugueses de serem julgados por juízes ingleses e segundo a lei inglesa, o direito de construir cemitérios e templos protestantes e até mesmo a garantia de que a Inquisição não seria instalada no Brasil.¹⁵⁹ A mais importante delas, no entanto, seria aquela que, no artigo X do “Tratado de Amizade e Aliança”, previa a gradual abolição do comércio de escravos no império lusitano. D. João comprometia-se, desta forma, a “cooperar com Sua Magestade Britanica na Causa da Humanidade e Justiça” que a Inglaterra havia inaugurado, enquanto primeira nação a estabelecer a ilegalidade do tráfico negreiro em maio de 1808,¹⁶⁰ a bem da verdade, menos por

¹⁵⁸ A *Gazeta do Rio de Janeiro* informava, em 1810, que a “*Inglaterra*, fiel á sua palavra, e amizade, e interesse da causa commum contra o tyranno, nos auxilia com forças de mar e terra, com mais empenho que nunca” (*GRJ*, 22/08/1810).

¹⁵⁹ Trata-se, respectivamente, dos artigos X e XII do “Tratado de Comércio e Navegação” (op. cit.), e do artigo IX do “Tratado de Amizade e Aliança” (op. cit.).

¹⁶⁰ **ALVES FILHO**, Ivan. Cronologia geral. In: **COSTA**, op. cit., v. XXX, Tomo I (“Estudos”), p. 191. Em 1773, extinguiu-se a escravidão africana em Portugal, o que não valia para suas colônias. Apesar do combate oficial do governo britânico ao tráfico negreiro, muitos comerciantes ingleses, principalmente os ligados à indústria têxtil, continuariam participando dele fabricando “panos da Costa”, utilizados no escambo de africanos, e demais artigos usados em sua apreensão como armas, algemas e pólvora. Do mesmo modo, muitas casas mercantis inglesas eram agentes na compra, venda ou arrendamento de navios negreiros. Um caso exemplar no Brasil seria a ligação entre o comerciante João Rodrigues Pereira de Almeida e a firma inglesa Carrithers & Irmãos: enquanto esta fornecia ao negociante parte do capital financeiro e dos manufaturados de que ele necessitava para atuar no tráfico, ela ganhava em contrapartida a garantia de fornecimento

razões humanitárias do que por interesses econômicos, se considerarmos a relação existente entre o fim da escravidão e a ampliação dos mercados consumidores que eram abastecidos com seus produtos. Após a quebra do monopólio mercantil português na colônia brasileira, com a abertura dos portos, este será um importante passo rumo a um crescente intervencionismo da Inglaterra que passa a se justificar, agora, pela necessidade de fiscalização e coibição do tráfico de escravos. Este artigo inicia uma incômoda questão que marcará as relações diplomáticas anglo-portuguesas, passando pela Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negreiro intercontinental no Brasil em 1850, e chegando até a abolição da escravatura em 1888.¹⁶¹

A longo prazo, a intensa presença comercial inglesa no Brasil traria alguns resultados benéficos, apesar do favorecimento da Grã-Bretanha nos Tratados que levaria à uma forte concorrência dos seus produtos com os nacionais e portugueses. Muitos jovens da elite mercantil brasileira tomariam o rumo da Inglaterra para lá estudar em universidades ou estagiar em firmas, entrando em contato com idéias liberais e negociantes e financistas britânicos. Estas relações levariam, por volta de 1825, à formação de uma sociedade de capital misto com a finalidade de explorar as riquezas naturais do Brasil. Além do mais, o quase monopólio do comércio de importação e exportação pelos ingleses, fez com que os negociantes nacionais se voltassem para atividades ligadas ao desenvolvimento interno da colônia, principalmente o centro-sul.¹⁶² Padre Perereca só via benefícios na entrada e fixação dos comerciantes ingleses com a abertura dos portos. Ao trazerem suas manufaturas, afirmava ele, “nos trouxeram abundância” e ao comprarem nossos produtos, além de animarem o cultivo dos gêneros coloniais que, diante deste quadro, se valorizavam no mercado externo, ainda “deram consumo aos nossos efeitos, que pela lamentável desgraça dos tempos não tinham comprador” e, dessa maneira, “os brasileiros como que não sentiram os terríveis resultados da guerra da Europa, e da ocupação do Reino de Portugal”.¹⁶³

contínuo de couros, pelicas e açúcar, que ela exportava para a Inglaterra, e uma participação nos lucros de vendas dos escravos (GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO & _____, op. cit., p. 141).

¹⁶¹ Para um esclarecimento público dado aos súditos de d. João acerca do artigo X do Tratado com a Grã-Bretanha, cf. *Idade d'Ouro do Brasil*, de 16/06/1812. Nele, o redator diz que tal artigo “tem inquietado aqui os ânimos, e dividido os pareceres sobre sua genuína inteligência”, sendo, portanto, de seu “dever analisar o sentido do sobredito Artigo segundo o nosso modo de entender, para evitar a versatilidade de sentidos, que não pode ter lugar em cousas de tanta consequência”. Ao mesmo tempo em que lembra e valida os argumentos das “Nações iluminadas” para a extinção da escravidão, ele argumenta que no Brasil a falta de mão de obra ainda não possibilita sua extinção súbita, o que é respeitado pelo príncipe visto que este não estipulou no tratado o ano da abolição total do tráfico. E conclui que, apesar do artigo, o comércio negreiro continua sem nenhum impedimento. Para uma análise sobre as disputas entre Europa (em especial Inglaterra) e o Brasil acerca do tráfico negreiro ao longo do século XIX, cf. SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003, cap. “As relações entre a África Negra, de 1822 à Primeira Guerra Mundial”, p. 11-52.

¹⁶² GORENSTEIN, op. cit., p. 141.

¹⁶³ SANTOS, op. cit., p. 244, v. 1.

Apesar disso, as decisões dos Tratados anglo-portugueses gerariam muita insatisfação por parte dos colonos e dos reinóis, já que os interesses de ambos eram prejudicados por elas. A Igreja Católica via-se na contingência de conviver com concessões feitas à liberdade de culto aos protestantes e com o tolhimento de sua autoridade fiscalizadora devido à proibição de intervenção do Santo Ofício. Todos aqueles envolvidos na cadeia do comércio negreiro sofreriam limitações nos lucros.¹⁶⁴ Também se veriam prejudicados aqueles que dependiam do trabalho escravo tanto no cotidiano rural quanto citadino da América portuguesa, em especial a elite agrária que mantinha com ele o sistema produtivo em suas propriedades. Comerciantes da colônia e do reino viam-se ameaçados pela concorrência das mercadorias inglesas auxiliadas pela taxaço preferencial. Os magistrados, por sua vez, não concordavam com o foro especial dado aos súditos aqui residentes de Sua Majestade Britânica. Para todos esses grupos, os ingleses estavam se tornando os novos colonizadores, imagem esta piorada pelos desmandos e desordens causados por muitos deles que extrapolavam as prerrogativas previstas nos tratados.¹⁶⁵

O Brasil saía da esfera do colonialismo mercantilista luso para ingressar na dependência do capital industrial inglês. Enquanto muitos perdiam, a Inglaterra ganhava “metade de um continente como uma virtual colônia econômica”.¹⁶⁶ Esta hegemonia perduraria até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) sendo, então, quebrada por uma ex-posseção britânica, os Estados Unidos.¹⁶⁷ Assim, se Portugal conseguira preservar sua colônia americana do domínio da França, não pôde fazer o mesmo com relação aos interesses ingleses.

1.6. E a Europa descobriu o Brasil...

Quanto devo a JOÃO, ao digno Neto
De tão altos Avós, Heróe quaes elles!
A cada instante as vestes me enriquece,
As magnas vestes, que vaidosa estendo
Por meus vastos limites, que resistem
Ao choque horrendo de empolados mares.
Antonio Bressane Leite. *A União Venturosa*, fala da
América¹⁶⁸

¹⁶⁴ Para a questão do tráfico negreiro no período joanino, cf. **GORENSTEIN**, op. cit., item 3.3., “O comércio de escravos”, p. 178-186.

¹⁶⁵ Kirsten Schultz fala sobre os debates da época acerca da tolerância religiosa, em especial no tocante ao protestantismo, e dos conflitos e desordens causados pelos ingleses na cidade do Rio, assim como as discussões dos brasileiros contra e a favor das ambições comerciais e dos interesses locais dos ingleses em nosso país. Cf. **SCHULTZ**, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-1821)*. New York/London: Routledge, 2001, respectivamente, p. 211-212; p. 212-213 e p. 213-219.

¹⁶⁶ **MANCHESTER**. *Preeminência Inglesa no Brasil*, op. cit., p. 15.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶⁸ **LEITE**, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de

O desembarque de d. João, além de inaugurar o encontro inédito de um príncipe português com seus súditos americanos, levaria também a um grande esbarrão entre dois mundos física e mentalmente distantes, de status e interesses desiguais pelo pacto colonial, mas unidos pelo mesmo oceano que possibilitava a troca de mercadorias, notícias e pessoas entre eles. Dois mundos cuja distância se mostraria bem maior do que aquela que, de fato, lhes impunha o Atlântico e que, ao se tocarem, a partir da chegada real, muitas vezes não entrarão em consenso. De um lado, o imaginário dos colonos acerca de uma monarquia cujo rosto, para a maior parte deles, resumia-se a emissários do rei, pesados impostos e leis, em sua maioria deslocadas da realidade e dos interesses locais, vindos em morosos navios.¹⁶⁹ Do outro, os portugueses que, forçados a deixar o Reino, passaram a formar “uma Corte imigrada, temerosa e bastante isolada”.¹⁷⁰

Talvez a imagem que os recém-chegados tivessem da colônia antes do seu desembarque pudesse ainda apresentar resquícios da visão paradisíaca e de fartura a ela atribuída, inaugurada pela carta de Caminha – que fazia dela possessão “graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”¹⁷¹ – e endossada pelas riquezas que dela fluíam sem interrupção e que a transformariam, após a decadência do comércio das Índias Orientais, na principal peça do quebra-cabeça português de além-mar. No entanto, uma vez aqui instalados, estes portugueses, no geral, passariam a ostentar um indisfarçável desprezo por tudo o que os cercava e a detestar sua estadia no Brasil, vendo-o mais como lugar de degredo do que de proteção, o que se agravaria gradualmente com a falta de perspectiva imediata de retorno. Seria justamente a esposa de d. João, Carlota Joaquina, quem ganharia destaque como um dos ícones desse azedume dos trasladados portugueses fermentado em terras brasileiras. Ela que, no dia de seu tão almejado retorno a Portugal, em 21 de abril de 1821, teria declarado, após embarcar, que agora ia “enfim encontrar uma terra habitada por homens”,¹⁷² referindo-se à Europa onde desembarcaria. A quem se atribui ter até descalçado os sapatos para retirar-lhes a poeira a fim de não levar consigo o mínimo vestígio do lugar que deixava.

Janeiro no faustíssimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811, p. 12, fala da América, IEB, caixa alta do original. Notar que o “choque horrendo dos empolados mares” ao qual a América resiste é, sem dúvida, uma referência a Napoleão, à Revolução e suas idéias.

¹⁶⁹ Para uma análise da dinâmica e dos conflitos existentes nas relações entre o governo português e os governados brasileiros, no caso, no século XVIII, cf. **SOUZA**, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

¹⁷⁰ **SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 309.

¹⁷¹ **CAMINHA**, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: São Paulo Editora, 1963, p. 67.

¹⁷² **DEBRET**, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], v. 3, t. 2, p. 263.

Outra testemunha emblemática deste sentimento negativo acerca do Brasil, que, contudo, seria amenizado devido ao seu casamento com uma brasileira, em 1814, é o do português Luís Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário da Corte, aqui desembarcado em 1811. Sua vasta correspondência, que chegou até nós, destinada aos familiares que haviam ficado no Reino, permite-nos acompanhar tanto as angústias de quem se apartou dos entes queridos, deixando-os em uma Europa mergulhada na guerra, quanto nos dá oportunidade de observar com mais vagar e mais de perto em que termos o Brasil foi sendo construído como um local de exílio pelo grupo de trasladados. Assim, Marrocos confessa ser seu novo local de residência “terra, q^e julgo p^a mim de Degredo” e deixa transparecer, sem pudores, que tratar “das más qualidades do Brazil, he p^a mim materia vasta em ódio e zanga, sahindo fóra dos limites da prudencia; e julgo que até dormindo praguejo contra elle”.¹⁷³

Em suas cartas, ele caracteriza a fauna, flora, habitantes e clima do Brasil de forma bastante peculiar. Refere-se ele ao “ar infernal desta terra”, onde há “sempre hua contínua epidemia de molestias pelos vapores crassos e corruptos do terreno, e humores pestiferos da negraria e escravatura”, sendo “povoada por “m.^{tos} ladrões e matadores q.^e attacão sem medo algum”, acrescentando ser o “Paiz dos monos”. Ainda ao mencionar seus habitantes lembra “seus pessimos modos em insolencias, ladroeiras, e mil outras patifarias, ajustando-se todos a chupar o nosso sangue, e regosijando-se de nossos trabalhos e desgraças”, entendendo-se aí por “nosso” o que é relativo aos europeus trasladados. Ele também dá à nova sede da Corte uma outra localização, pois encontra-se ela em “Paiz infernal”, sobre o qual “não mentio quem affirmou que o Rio de Janeiro se acha collocado em sima do Inferno, de cujos horrores está continuamente participando”. Em outra carta, ele continua a desfigurar ao extremo a visão paradisíaca sobre o Brasil, não deixando, todavia, de utilizar-se de alguns de seus elementos característicos, a abundância e os superlativos, mas apenas para realçar o que é corrupto e negativo, e chega a rebatizá-lo a seu modo:

a terra he a peor do Mundo: a gente he indignissima, soberba, vaidosa, libertina; os animaes são feios, venenosos, e muitos: em fim eu crismeí a terra, chamando-lhe *terra de sevandijas*; por q. gente e brutos todos são *sevandijas*.¹⁷⁴

Quando compara a cidade do Rio a outras não deixa de fazê-lo pelos parâmetros mais indignos e baixos possíveis. Portanto, ao lembrar-se de Lisboa, compara o Brasil ao seu “Sitio de Alfama, ou, fazendo-lhe favor, ao Bairro Alto nos seus districtos mais porcós e immundos” ou, tomando como

¹⁷³ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, respectivamente, p. 41, carta de 29 de outubro de 1811, e p. 112-113, carta de 21 de novembro de 1812.

¹⁷⁴ Idem, respectivamente, p. 41, carta de 29 de outubro de 1811, e p. 112-113, carta de 21 de novembro de 1812; p. 34, carta de 21 de julho de 1811; p. 38, carta de 24 de outubro de 1811; p. 41, carta de 29 de outubro de 1811; p. 91, carta de fins de junho de 1812; p. 97, carta de 27 de agosto de 1812; p. 84, carta de 29 de maio de 1812; p. 443, carta sem data, mas possivelmente escrita após março de 1818; e p. 68, carta de 31 de março de 1812 à irmã (grifos do autor).

exemplo a África, diz ser o clima do Brasil “mais pestifero do q. o de Cacheu, Caconda, Moçambique, e todos os mais da Costa de Leste”. Nem mesmo sua futura esposa escapa às suas críticas, pois, segundo ele escreveria à irmã, trata-se de “huma Carioca, q. só tem o unico defeito de ser Carioca”.¹⁷⁵

O ansiado dia do retorno a Portugal é visto como “esse venturoso e tão desejado instante p^a nossa inteira e incrível satisfação”. Mas ele mesmo reconhece que alguns trasladados, aos quais ele se refere como “Janeiristas”, já não apostavam no retorno da Família Real para Portugal e assim o desejavam. E se atentarmos à época – 1815 – em que ele confessa estar “tão escandalizado do Paiz, q. delle nada quero, e q.^{do} daqui sahir, não me esquecerei de limpar as botas á borda do Cáes, p.^a não levar o minimo vestigio da terra, tão benefica, q. nem aos seus perdoa”, podemos dizer que Carlota Joaquina, em sua atribuída despedida, não fora nada original e talvez só ecoasse uma imagem recorrente no círculo dos emigrados insatisfeitos com a estadia forçada.¹⁷⁶

Apesar de afirmar que “esta Terra não tem ponta boa, por onde se lhe pegue”, Marrocos acabaria por agarrar-se a uma delas: constituiu família com uma local e aqui morreu, em 1838, ocupando “importantes funções de Oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, primeira pessoa depois do Ministro”.¹⁷⁷ Não só não sacudiu de si a terra que tanto desdenhou, como foi enterrado sob ela e ajudaria a povoá-la, ao ter três filhos brasileiros, alcançando nela excelentes oportunidades no funcionalismo público, o que explica ter optado por não retornar com d. João em 1821.¹⁷⁸

Além de podermos ver na detração presente nas epístolas de Marrocos a explosão da inconformidade e humilhação ligadas à perda do status de metrópole pelo Reino em detrimento de uma colônia, toda esta inconsideração e incompreensão também podem ser analisadas como um mecanismo psicológico de reinserção simbólica. Ao tornar o Brasil um local infernal e selvagem, reforçando-o como lugar de exílio, Marrocos equipara suas desgraças às daqueles que ficaram no reino invadido. Logo, faz da sua ausência não um abandono, mas um martírio que se solidariza com o daqueles que não puderam vir ou que haviam sido por ele abandonados, reinserindo-se, de alguma maneira, na coletividade que deixara para trás. Busca, desse modo, equilibrar, de um lado e de outro do Atlântico, ainda que do ponto de vista de uma experiência construída e compartilhada por meio de

¹⁷⁵ Idem, respectivamente, p. 38, carta de 24 de outubro de 1811; p. 60, carta de 27 de fevereiro de 1812; e p. 213, carta de 1 de novembro de 1814.

¹⁷⁶ Idem, respectivamente, p. 97, carta de 27 de agosto de 1812; p. 229, carta de 23 de maio de 1815; p. 112, carta de 21 de novembro de 1812.

¹⁷⁷ Idem, p. 43, carta de 29 de outubro de 1811, e p. 16 (“prefácio” de Rodolfo Garcia).

¹⁷⁸ Em 1819, Marrocos chegaria a propor ao seu pai a transferência dele, assim como a de sua mãe, sua tia e sua irmã para o Brasil: “eu julgaria por maior circumstancia de minhas fortunas que V. M.^{cc} dirigisse as suas vistas futuras em se transportar com toda a nossa familia p.^a este Continente e minha Companhia [...]. He esta huma idea, que eu conservo há muito tempo, principalmente depois q. perdi a esperança de voltar a Lisboa, e depois q. tenho observado tornarem-se mui favoraveis todas as diligencias e pertensoes dos q. procurão a sua residencia neste Paiz” (Idem, p. 368, carta de 19 de julho de 1819).

suas cartas, uma situação que, de fato, pendia favoravelmente para a colônia e aqueles que nela se encontravam, visto estar esta distante da Europa e, por conseguinte, apartada da guerra e reverenciada pelo status adquirido de novo abrigo do centro do poder lusitano.

Esta detração, tão exemplar da atitude da maioria dos trasladados e tão bem espelhada na correspondência de Marrocos, pode ser lida como sintoma de um momento pleno de questionamentos e de busca de (re)afirmações de posições centro-periferia, de reorganização de elites no poder e de reestruturação de identidades que chegariam ao seu momento crítico com a saída de d. João e o “Fico” de seu filho d. Pedro.¹⁷⁹ Trata-se de um discurso de “ausências e lacunas” que surgem quando os pontos comparados, ao não corresponderem ao modelo original – o centro, o país considerado civilizado e desenvolvido, ou a metrópole, no caso –, são colocados como menos, como falta, sendo, dessa forma, detratados.¹⁸⁰ Tal detração é também a manifestação de uma mentalidade que, diante do projeto imperial luso-brasileiro e suas expectativas regenerativas, cria um profundo fosso a ser atravessado rumo ao estreitamento dos laços entre as diversas partes portuguesas, dificultando a concretização destas expectativas. E, de fato, tal fosso não será transposto, visto que tal projeto haveria de esbarrar no espírito recolonizador reinol oficializado a partir da Revolução do Porto (1820).

Marrocos, no entanto, apesar de suas insistentes críticas, seria um dos casos de trasladado que se deixaria absorver no cotidiano colonial, ao contar com oportunidades de inserção e ascensão social que, muitas vezes, não ocorreriam no Reino, sendo, assim, exemplo das possibilidades efetivas de fusão entre o Portugal da América e aquele da Europa. Seria ele um representante do enraizamento dos interesses da Corte na colônia, da interiorização da metrópole de que fala Maria Odila.¹⁸¹ Muito embora, de início, critique tenazmente os “janeiristas”, justamente aqueles cuja falta de interesse no retorno à Europa indicavam o surgimento de interesses destes na colônia.

No grupo dos emigrados encontraríamos, contudo, uma importante exceção a este discurso desqualificador na pessoa de d. João. Segundo afirma Oliveira Lima, “Afora o príncipe, poucos eram os que estimavam o Brasil ou que lhe faziam sequer justiça”.¹⁸² Para o regente sua estadia brasileira

¹⁷⁹ Toda esta estranheza e desavença latente entre os portugueses aqui chegados e os habitantes da colônia seria apenas um intróito dos conflitos que tomariam conta do país, em 1822: “O incontestável progresso material e moral da colônia, praticamente emancipada desde que a Corte portuguesa nela se fixara, posto que com a intenção geral de constituir apenas um prolongamento provisório da de Lisboa, com o mesmo pessoal, os mesmos hábitos, as mesmas tradições, o mesmo caráter, fora gradualmente produzindo um efeito inesperado, o que pelo menos não entrava seguramente nas conjeturas e esperanças de Dom João VI e dos seus ministros Linhares e Barca: o de distanciar espiritual e politicamente os súditos dos dois continentes, tanto mais quanto os havia distanciado a natureza, desdobrando amplamente as águas do oceano, imagem do abismo que de futuro teria, nas aspirações nacionais da época, que desunir fundamentalmente portugueses e brasileiros” (LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 172).

¹⁸⁰ Cf. PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: EDUSC, 1999, p. 88.

¹⁸¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822*. Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.

¹⁸² LIMA, op. cit., p. 135.

lhe trazia um status do qual há muito Portugal se via privado na Europa, o que o auxiliava no plano de renovação imperial que se conectava à sua vinda:

Ao governo [...] a nova sede oferecia um atrativo mais prestigioso: uma sensação de grandeza e força que havia muito a monarquia lusitana deixara de experimentar, e que no Brasil – circunstância particularmente grata a D. João, era fácil usufruir. Sentimento de tal ordem – que, além de assegurar a administração tranqüila, permitia que se forjassem planos imperialistas na direção do Prata e mesmo se reavivassem sonhos de amplitude continental – havia de prender a Coroa ao Brasil...¹⁸³

Mesmo para os habitantes da América portuguesa, a euforia inicial causada pela chegada da Família Real daria lugar a descontentamentos. Como vimos, muitos dos aparentes benefícios introduzidos pelo príncipe regente seriam, na verdade, menos generosidades voltadas ao bem estar efetivo de seus súditos coloniais do que desvantajosos acertos de contas com a Inglaterra ou urgentes necessidades burocráticas que deveriam ser supridas para viabilizar o funcionamento da máquina administrativo-econômica portuguesa na colônia, como foram a abertura dos portos e a restauração da liberdade industrial. Tais melhoramentos são colocados por Rizzini na categoria dos que “decorriam de necessidade do governo”, sem esquecer, contudo, de considerar que existiram aqueles “afinados com o progresso contemporâneo”, como “as aulas de economia; as de comércio abertas no Rio, Recife e Salvador; as de matemática; as de francês e inglês [...]; as de filosofia e ciências naturais; o Jardim Botânico; a Biblioteca Real; o laboratório químico; os cursos de cirurgia do Rio e da Baía; e a chegada em 1816 de um grupo de artistas franceses”.¹⁸⁴ Além do mais, a transferência da Corte que parecia enriquecer a colônia, ao menos com relação ao status de nova sede do poder, empobrecê-la-ia sob alguns aspectos, pois,

Com o enorme afluxo de indivíduos, resultante desse verdadeiro êxodo, o consumo geral aumentara extraordinariamente e, como os recursos de produção com que contava o Brasil eram escassos, a um forte aumento da procura de todos os bens e serviços correspondia um fraco aumento da oferta pela sua natural falta de elasticidade, elevando extraordinariamente os preços; de onde uma carestia manifesta e, em consequência, uma forte elevação do nível de vida.¹⁸⁵

De fato, a população da cidade do Rio de Janeiro sofreria, durante o reinado de d. João, um aumento significativo, pulando de 60.000 para 90.000 habitantes.¹⁸⁶ Para acomodar os emigrados fez-

¹⁸³ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um Império liberal. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, livro 2, cap. 1, p. 148. Isso explicaria a hesitação de d. João em retornar à Europa, logo após a primeira queda de Napoleão (1814), para participar pessoalmente do Congresso de Viena, retorno esse que seria postergado até 1821 quando a situação interna portuguesa, marcada pelos acontecimentos advindos da Revolução do Porto (1820), não lhe deixaria outra alternativa.

¹⁸⁴ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1945, p.304-305 (primeira citação) e p. 305-306 (segunda e terceira citações).

¹⁸⁵ VIEIRA, Dorival Teixeira. Política Financeira – o primeiro Banco do Brasil. In: **HOLANDA**, op. cit., t. 2, v. 1, livro 1, cap. 4, p. 103.

¹⁸⁶ SCHWARCZ, op. cit., p. 288. Na p. 459, nota 3, a autora faz um apanhado das cifras apresentadas por alguns autores, a

se uso do sistema de “aposentadoria real”, segundo o qual o proprietário do imóvel era intimado a liberar e alugar sua casa à pessoa designada pelo governo que ficava responsável pelo pagamento.¹⁸⁷ Um dos símbolos desta medida eram as letras “P. R.” (“Príncipe Real”) que, quando marcadas na fachada do imóvel, indicavam que este deveria ser posto à disposição da Coroa. Segundo o senso popular seu significado converteu-se em “Ponha-se na rua”¹⁸⁸ demonstrando tratar-se de uma prática que gerava várias arbitrariedades tão típicas de qualquer monarquia absolutista, a portuguesa não fugindo à regra. Testemunha-se, na época, que, assim que o brigue que trazia a notícia da vinda de d. João aportou no Rio de Janeiro, “se tomarão muitas casas para os Fidalgos que o acompanhavão, os quaes forão logo para ellas assim que desembarcarão”.¹⁸⁹

Mesmo o artista francês Debret e seus demais companheiros que chegariam ao Rio oito anos após o regente e seus acompanhantes, na chamada “Missão Francesa”, ainda se beneficiariam desta lei que ele não reluta em classificar de “despótica” e “opressiva”. Ele também esclarece que, por conta desta medida, os proprietários evitavam colocar anúncios exteriores que indicavam que a casa estava para alugar e muitos preferiam deixar os imóveis inacabados, na esperança de que esta prática fosse abandonada, o que, ainda segundo o artista, só aconteceu no Império.¹⁹⁰ O próprio Luís dos Santos Marrocos seria outro beneficiado pelo sistema de aposentadorias, como fica claro na carta em que ele declara que a “respeito de Casas (artigo aqui de summa difficult.^{de}) assisto em huas nobres e magnificas na rua das Violas” que, ele ainda arremata, “são pagas pela Fazenda Real, a qual se dá cada mez ao Senhorio hua dobra (12\$800 r.^s), cujo preço ainda he mui diminuto p.^a o q.^e aqui se pede por Casas”.¹⁹¹

A chegada e o estabelecimento da Família Real e dos servidores da Coroa gerariam gastos não previstos. Um dispositivo usado para sanear tal alargamento de despesas seria o aumento de impostos¹⁹² que resultaria em uma elevação do custo de vida não apenas na sede da Corte, como no

fim de basear seus números. Cf. também **MALERBA**, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 317-318, nota 2.

¹⁸⁷ Na época, “aposentadoria” significava justamente o “direito, que alguém tem de tomar a outrem a pousada para si”; “o direito de exigir alojamento, sal, lenha, &c.” (**SILVA**, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, offerecido ao muito alto, muito poderoso, Principe Regente N. Senhor*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, tomo primeiro, IEB).

¹⁸⁸ **ARAÚJO**, Elysio de. *Estudo histórico sobre a policia da capital federal de 1808-1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 53, IEB.

¹⁸⁹ *Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto*. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, p. 7, IEB.

¹⁹⁰ **DEBRET**, op. cit., v. 3, t. 2, p. 9 (inclusive as citações). Lília Moritz Schwarcz, no entanto, comenta que a lei das aposentadorias seria suspensa dez anos depois da chegada da Corte, ou seja, em 1818, antes, portanto, do Império (**SCHWARCZ**, op. cit., p. 245).

¹⁹¹ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 36-37, carta de 24 de outubro de 1811.

¹⁹² Para mais informações sobre a tributação durante o governo joanino no Brasil, cf. **VIEIRA**, op. cit., p. 103, e

restante do Brasil. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 17 de junho de 1809, ilustra bem esta situação ao anunciar um “pacote” de cobranças, todas baixadas no mesmo dia:

Sahirão á luz os Alvarás seguintes: [...] De 3 de Junho de 1809, ordenando o imposto de cinco reis em cada arratel de Carne Verde de Vacca em todo o Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos. Dito da mesma data; ordenando que paguem a Decima todos os Predios Urbanos, sejam ou não situados á beira-mar, etc.. Dito da mesma data; ordenando se paguem a Siza de dez por cento de todas as compras e vendas dos bens de raiz, e meia Siza de cinco por cento nas dos Escravos Ladinos do Brazil, e Dominios Ultramarinos, etc.¹⁹³

No texto destes alvarás, não se esconde a míngua do caixa governamental diante da novidade de se sustentar localmente o aparato de uma Corte e suportar o aumento no número de servidores estatais, “sendo necessario, e forçoso estabelecer novos impostos, para nas urgentes circumstancias, em que se acha o Estado, poder supprir-se as despesas publicas, que se tem augmentado”. Todos os súditos de Sua Alteza, aliás, são convidados a, literalmente, pagar o preço de ter tão próximo de si o rei e seus agregados, portanto, “que se imponham novas taxas para sustentação da causa publica, [...] devendo concorrer todos os meus fieis vassallos com a regular proporção das suas possibilidades”.¹⁹⁴

Havia também a necessidade de dar ao Rio ares de Corte e, diante disto, “as capitánias se viram adicionalmente taxadas de modo a financiar o embelezamento da capital para fazê-la aceitável aos Cortesãos e funcionários públicos de extração reino”,¹⁹⁵ esforços estes que, como vimos, não aliviariam, em muitos casos, os comentários dos aqui chegados. O imposto que deveria ser pago mensalmente pela população de Recife, destinado às despesas da guarda de Polícia e iluminação da cidade do Rio de Janeiro, é bastante exemplar neste sentido.¹⁹⁶ Uma carta régia, de 26 de julho de

SCHWARCZ, op. cit., p. 258.

¹⁹³ *GRJ*, 17/06/1809. Cf. estes alvarás, respectivamente, em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_21.pdf; http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_20.pdf e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_21.pdf, http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_20.pdf. O imposto da décima predial é criado em 27 de junho de 1808 (cf. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf), mas sofre modificações em 3 de junho de 1809. Ainda é criado em 28 de maio de 1808 um impostos sobre o tabaco de corda feito na Bahia (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_13.pdf).

¹⁹⁴ Respectivamente, Alvará de 3 de junho de 1809. Crêa o imposto da siza da compra e venda dos bens de raiz e meia siza dos escravos ladinos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_20.pdf) e Alvará de 3 de junho de 1809. Crêa a contribuição de cinco réis em cada arratel de carne fresca de vacca (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_21.pdf).

¹⁹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. “O império frustrado”, suplemento “Mais”, *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 2001, p. 17.

¹⁹⁶ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 164. Cf. também Decisão nº 39 – Brazil – em 4 de dezembro de 1810. Manda cobrar varios impostos nas Capitánias para as despesas da Iluminação publica desta Côrte, e sustento da Guarda Real da Policia (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B2_9.pdf e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B2_10.pdf). Estes impostos deveriam recair sobre os escravos vindos da Costa d’África, sobre a aguardente aqui produzida e sobre os passaportes ou guias expedidos aos escravos novos ou ladinos que fossem despachados para os portos que ficam ao sul da Provincia do Rio de

1811 ilustra também os sacrifícios que acabavam por recair sobre os colonos. Estipulava ela impostos a serem pagos, por 40 anos, pela Bahia, Maranhão e Pernambuco para a reconstrução do Reino, arrasado diante das “atrocidades e devastações perpetradas pelo abominável Exército Francez em todos os logares que occupou”. Ao lançar mão desta decisão, o rei buscava o “bem dos meus vassallos que mais soffreram pela invasão de taes barbaros” e “reparar suas perdas, e restituil-os ao gozo da felicidade, da abundancia e da tranquillidade que a minha solicitude e a dos Senhores Reis meus predecessores lhe grangeram”.¹⁹⁷ Tratar-se-ia, conseqüentemente, do prolongamento de uma experiência centralizadora e espoliadora que mostrava que a nova sede do poder bragantino, embora no mesmo território, continuaria, assim como quando situada na Europa, a gerar diferenças, desequilíbrios e arbitrariedades.

Além do mais, a chegada de d. João e seus acompanhantes levaria à uma “radical transformação do *ethos* da sociedade colonial vigente, que transita de uma moral senhorial para uma moral Cortesã”.¹⁹⁸ Do ponto de vista social, uma série de reacomodações seriam forçadas no processo de estruturação da nova Corte, sendo que o mais significativo acontecimento neste sentido viria a ser a formação de uma nova elite surgida da mescla de ricos negociantes do Rio com cortesãos portugueses aqui chegados, o que ocasionaria também um rearranjo político.¹⁹⁹ Neste processo, vemos comerciantes de grosso trato alinhavarem seus interesses comerciais, por laços de família, à aristocracia rural, à nobreza do Paço (cortesãos portugueses) e aos burocratas da Corte.

Aliás, a reelaboração dos parâmetros de status nos trópicos portugueses com a chegada do príncipe vem variar o predomínio econômico, social e político de uma aristocracia agrária que marcava a realidade colonial até então. Rearranjo este que moldaria os rumos da história brasileira ao longo do século XIX, a começar pelo nosso processo de formação do Estado brasileiro. Como explica Riva Gorenstein, que estuda os comerciantes urbanos entre 1808 e 1831 no Rio, o “estudo deste setor da sociedade e de suas ligações com a aristocracia agrária e a burocracia político-administrativa da Corte resultam na definição dos verdadeiros interesses econômicos e políticos que presidiram o

Janeiro.

¹⁹⁷ Carta Régia de 26 de julho de 1811. Estabelece uma consignação annual pelo espaço de 40 annos a favor de Portugal e paga pelas rendas das Capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_23.pdf), as duas últimas citações.

¹⁹⁸ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 51.

¹⁹⁹ Cf. MALERBA, op. cit., passim. Riva Gorenstein afirma: “[Os comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro] Cooperaram com os burocratas através da troca de favores, de negócios conjuntos ou da formação entre eles de laços de amizade e parentesco. Este relacionamento lhes dava, direta ou indiretamente, acesso às decisões administrativas. Deste modo, obtinham vantagens pessoais, tanto nos negócios como em seus esforços de ascender socialmente” (GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)*. In: MARTINHO, Lenira Menezes & _____. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, p. 145). Cf. na obra da mesma autora o cap. 4, “Os negociantes de grosso trato: *modus vivendi* (os mecanismos do processo de integração do negociante na elite dirigente)”, p. 189-204.

processo de emancipação política do Brasil.²⁰⁰ Para bem ou para mal, isto a depender mais do lado do Atlântico em que cada súdito se encontrava, ficava, pois, no ar a forte impressão de que, às modificações econômicas, sociais e populacionais que se seguiam à transposição da Família Real e à mudança das coordenadas de localização do centro de poder luso, abriam-se possibilidades efetivas de uma renovação não apenas da América portuguesa, mas do império como um todo.

A abertura dos portos, que levaria à potencialização das relações econômicas luso-brasileiras com a Inglaterra, também ajudaria a configurar o Rio de Janeiro como Corte, ao fazer parte do movimento que Carlos Guilherme Mota denomina de “internacionalização do Brasil”.²⁰¹ Se, do ponto de vista mercantil, esta decisão trouxe consigo uma infiltração cada vez maior de mercadorias de diversos tipos e de origens variadas, em especial as inglesas, ela igualmente rompeu, por iniciativa do governo, o isolamento oficialmente vivido pelo Brasil até então, e que era imposto à colônia pelas autoridades portuguesas, o que ajudou a implantar, desse modo, o cosmopolitismo, especialmente na cidade do Rio.²⁰² Intensificava-se o contato direto com diversas nacionalidades, modas, costumes e novidades devido aos numerosos navios que aqui começaram a aportar. Agora sim, a frase de Hobsbawm “Estar perto de um porto era estar perto do mundo” passava a ter validade total para a América portuguesa.²⁰³

Será por esta época que muitos viajantes europeus, com ou sem nenhum intuito científico ou artístico, terão passagem facilitada e rasgarão os densos véus de segredo sob os quais se buscava preservar do olhar estrangeiro as possessões lusitanas em território americano. Estes acessarão seus cantos mais recônditos, descobrindo e revelando para o mundo por meio de relatos, alguns deles escritos, e material de nossa flora e fauna o que até então era guardado a sete chaves pela metrópole portuguesa que temia despertar mais interesses escusos de seus vizinhos na Europa ante a revelação das riquezas desta sua colônia.²⁰⁴ Ao seguirem os passos da monarquia lusíada que redescobria, no sentido também de pôr a descoberto, suas possessões no Atlântico sul,

Hão de ser homens de outras terras, emboabas de olho azul e língua travada, falando francês, inglês, principalmente alemão, os que se vão incumbir do nôvo descobrimento do Brasil.²⁰⁵

²⁰⁰ GORENSTEIN, op. cit. p. 130.

²⁰¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil -1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d., p. 34.

²⁰² Cf. item 5.1. da tese, “A corte fluminense e sua face cosmopolita”.

²⁰³ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 25-26.

²⁰⁴ Cf. OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, op. cit., t. 2, v. 1, livro 1, cap. 5; BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002 e MESGRAVIS, Laima. *O viajante e a cidade: a vida no Rio de Janeiro através de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo, 1987. 2 v. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____, op. cit., t. 2, v. 1, livro 1, cap. 1, p.

Dos mesmos navios de onde eram desembarcados mercadorias²⁰⁶ e passageiros, desembarcavam também, regular ou mesmo clandestinamente, jornais, livros, panfletos, cartas, boatos, notícias de acontecimentos, enfim, várias influências passíveis de inculcar novas maneiras de se ver e de se pensar o mundo em que se vivia e aquele que os olhos não conseguiam alcançar, o que aumentava, consideravelmente, o limitado fluxo informativo até então imposto ao Brasil.²⁰⁷ As novas começavam a chegar com mais constância e, empurradas pelo vento que alimentava as velas das embarcações que cruzavam o Atlântico, prosseguiam em terra firme, colônia adentro, nas canoas e no lombo de cavalos e burros. Desta forma, ainda “muito depois do aparecimento do correio, o marinheiro, o almocreve e incidentalmente o viajante, foram os portadores e novidadeiros da Colônia”.²⁰⁸ Schultz esboça os caminhos e descaminhos internamente seguidos pelas novidades na nova sede do governo português:

As was the case prior to the court’s arrival, both private homes and public spaces served as sites for discussions and exchanges about military defeats, victories, and their consequences. [...] “News about the French” also reportedly circulated at inns and shops. Such notices and reports could be read or, as the police intendant suggested, misread (*mal avaliada*) in a variety of ways. Indeed, talk of such disputable questions as treason, the legality of the transfer of the court, and the future place of the royal residence was, the intendant lamented, common.²¹⁸

Além do mais, o cenário de guerra europeu e a sorte de um Portugal deixado para trás exigiam, mais do que nunca, um constante curso de informações relativas aos combates e à situação de parentes e conhecidos. Mesmo assim, escrevendo em 1815 a seu pai, Marrocos reclamava que há muito não lia “as Gazetas e Periódicos de Lisboa, e as daqui andão estéreis; por q nada chega aqui a tempo: por isso *correm ás vezes noticias sem fundamento dadas pelos Politicos dos Botequins*”, referência aos

13.

²⁰⁶ Segundo dado que consta da “Cronologia” que se encontra no volume-apêndice da edição fac-similar que utilizamos do *Correio Braziliense*, as importações coloniais cresceriam, entre 1808 e 1811, quatorze vezes (ALVES FILHO, Ivan. “Cronologia geral”. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. XXX, Tomo I [“Estudos”], p. 200).

²⁰⁷ Para um panorama sobre as condições de circulação de informações, pessoas e mercadorias na Europa do final do século XVIII, cf. HOBBSAWM, op. cit., p. 25-26. Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha lembra que, já no final do século XVIII este fluxo informativo era considerável, por exemplo, no Porto de Salvador, referindo-se ela ao “intenso intercâmbio” que este “mantinha com o exterior, recebendo navios de nacionalidades diversas. Estes navios, ao lado das mercadorias de contrabando, introduziam jornais, livros e notícias estrangeiras, material censurado e controlado pela Coroa, mas que circulava na Colônia sob o ‘fechar dos olhos’ das autoridades portuguesas. Tripulação, capitães e pilotos destes navios passeavam pela cidade da Bahia, mantendo contato com a população local, através do comércio e conversas realizadas em tavernas e tendas de comerciantes” (GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. *A Influência Francesa nos Movimentos Políticos das Elites Brasileiras – 1789-1822*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 289-290).

²⁰⁸ RIZZINI, op. cit., p. 175. O autor ainda coloca que a “mudança da Corte para o Brasil em 1808 acelerou o desenvolvimento dos serviços postais” (p. 180), no que ele expõe os principais lugares que passaram a ser contemplados no período joanino pelo serviço de correio terrestre. Na mesma obra, ele afirma que, já antes da abertura dos portos, livros e gazetas proibidas entravam na colônia do “mesmo modo que no Reino, de contrabando e na bagagem das pessoas expressamente autorizadas a lê-los” (p. 264). Cf. também Decisão nº 53 – Brazil – em 22 de novembro de 1808. Aprova o regulamento provisional da Administração Geral do Correio desta Côte Província do Rio de Janeiro (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_19.pdf).

²¹⁸ SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-*

opinantes frequentadores de determinados locais populares de sociabilidade da época.²¹⁹ E por falar nisso, é curioso o nome de um botequim, localizado no Largo do Rocio, na cidade do Rio de Janeiro, cuja venda é anunciada na *Gazeta*: “Silencio”.²²⁰ O nome do estabelecimento, fruto possivelmente do sarcasmo do próprio dono, evoca exatamente o contrário do que, de fato, ocorria neste tipo de lugar, onde as opiniões, principalmente se considerarmos o consumo de bebidas alcoólicas e a grande rotatividade de pessoas, deveriam emergir constantemente e, muitas vezes, em voz não muito baixa, o que fazia deles alvos certos das atenções da Intendência de Polícia devido ao possível conteúdo subversivo de algumas das opiniões aí ventiladas. Assim, ficar no “Silencio” decididamente não significava ficar em silêncio.

Em suas cartas, Marrocos dá mais pistas de como as notícias circulavam à época pela América portuguesa e quais seus limites de credibilidade e velocidade. Ao tecer comentários ao pai sobre a Campanha da Rússia de 1812 – “*Dizem que Bernadotte virára a casaca a Napoleão, unindo-se á Rússia e Inglaterra [...]. São vozes populares, mas queira Deos q. se verifiquem*” –, ele coloca a importância da prática do “boca à boca” para se manter bem informado. Menciona ele também algumas “noticias vindas de Cadiz por Fragata e Galera Hespanholas”, e afirma estar ansioso pela chegada do Brigue Lebre “que, *segundo dizem*, traz os detalhes da acção de 22 tão gloriosa p^a as nossas armas”, mostrando como realmente o porto era a porta de entrada privilegiada de notícias estrangeiras na colônia.²²¹ Comenta, igualmente, que graças a “folhas Inglesas temos tido noticias mui importantes e da maior satisfação, as quaes *se forem verdadeiras*, hão de contribuir m.¹⁰ a favor da nossa causa” e que os “*Inglezes espalharão aqui* ha dias a triste noticia de haver entrado no Tejo a Esquadra de Toulon [francesa]”, boato que não condizia com a verdade, afinal esta esquadra seria batida pelas tropas comandadas por Sidney Smith.²²²

1821). New York/London: Routledge, 2001, p. 72, trecho traduzido e grifos da autora.

²¹⁹ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 234, carta de 7 de julho de 1815, grifos nossos. O café, estabelecimento originado em Constantinopla, em 1560, se proliferaria na Europa a partir de meados do século XVII. Ele acabaria por se caracterizar como local de agitação política, visto que nele “Publicações, conversa e café juntavam-se para criar um novo e poderoso poder em toda a Europa, a opinião pública, que tomou um rumo radical em todas as grandes cidades” (DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 101). Enquanto lugares que estavam na mira da vigilância policial pelas opiniões ousadas que lá poderiam emergir, cafés e botequins se assemelhavam. A Corte contava com os dois tipos de estabelecimentos. Apenas com relação ao que era lá servido é que se diferenciavam. Com explica Serrão, “o botequim não era qualquer pequena loja, mas sim uma casa de bebidas” (SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 1, p. 360, verbete “botequim”). Sobre a preocupação que os cafés e botequins causavam ao intendente Pina Manique em Portugal, chegando o dono francês de um deles a ser preso sob acusação de jacobinismo, cf. *Ibidem*, v. 1, p. 428, verbete “cafés”.

²²⁰ “Quem quizer comprar o botequim, que está no Largo do Rocio, denominado *Silencio*, falle com seu dono, que mora no mesmo botequim” (GRJ, 03/09/1814, grifo presente no texto original). Não sabemos, devido à grafia da época, se a palavra pode ser lida como se tivesse acento, *silêncio*.

²²¹ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., respectivamente, p. 101-102, carta de 7 de outubro de 1812 e p. 129, carta de 13 de abril de 1813, grifos nossos em ambas.

²²² *Idem*, respectivamente, p. 105, carta de 14 de outubro de 1812, e p. 182, carta de 25 de janeiro de 1814, grifos nossos em ambas.

Um dos decisivos sucessos militares das tropas portuguesas, espanholas e inglesas contra os franceses sob o comando de Lord Wellington, ocorrido na cidade espanhola de Vitória, em 21 de junho de 1813, e que o pai de Marrocos lhe noticia em uma carta datada de 5 de julho deste ano (a qual o filho menciona em uma carta de setembro), só arribaria no Brasil “por huma Sumaca vinda a toda a brida de Pernambuco, unicamente trazendo a S. A. R. a Gazeta impressa em Lisboa, q. o Governador recebera de hum Navio tambem de Lisboa e alli chegado, e pela sua combinação julgou que ainda aqui se não saberia, como acertou; e por isso fez logo sahir a Sumaca com a d.^a Gazeta”. Esta descrição demonstra bem os intrincados percursos seguidos pelas novidades rumo ao Rio de Janeiro. Marrocos ainda demonstra o peso da importância das epístolas paternas que o mantêm “sciente de todos os acontecimentos bellicos”²²³ ocorridos do outro lado do Atlântico. Ele também frisa como a ação dos franceses no mar atrapalha o fluxo das correspondências entre a Europa e a América:

Agora por hum Navio Hespanhol, q. foi roubado na altura de Cabo Verde por duas Fragatas Francezas, tivemos a triste noticia do grande roubo, q. as mesmas Fragatas Francezas, ou outra embarcação Franceza fizera ao Navio Emulação, q. vinha desse porto p.^a este, sacando-lhe tudo o precioso, e deixando-o por compaixão arribar ás Ilhas de Cabo Verde: por consequencia *elle devia lançar ao mar as malas das Cartas*; e quando elle aqui chegar, se tanto puder, ficarei na mesma, como d’antes, q. V. M.^{cc} por elle não tivesse escrevido.

Justamente esta falta de notícias e a ansiedade gerada por ela seria a responsável por vários boatos: “Tem-se espalhado aqui outras noticias, huas tristes, outras alegres, mas tudo é consequencia da demora dos Paquetes”. Referindo-se à nova sobre a primeira abdicação de Napoleão, ocorrida em 6 de abril de 1814, Marrocos diz que “Pelos Papeis publicos e outras Cartas nos tem constado com a maior satisfação o prodigioso acontecimento da Pacificação geral da Europa, e da queda precipitada do Tiranno”.²²⁴ Por meio de cartas, impressos trazidos junto com outras notícias nos navios, conversas, leituras silenciosas ou em voz alta, privadas ou públicas,²²⁵ novidades confirmadas ou transformadas pelo fermento da imaginação ou por interesses, a colônia se abastecia, ainda que em alguns casos com pouca segurança sobre a verdade dos fatos, do que lhe ficava fora das vistas atlânticas. Além do mais, como coloca Kirsten Schultz,

²²³ Idem, respectivamente, p. 161, carta de 28 de setembro de 1813, e p. 129, carta de 13 de abril de 1813.

²²⁴ Idem, respectivamente, p. 189-190, carta de 15 de março de 1814, grifos nossos; p. 190, carta de 15 de março de 1814; e p. 207, carta de 2 de julho de 1814.

²²⁵ Para a questão das práticas de leitura no Brasil colônia, cf. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-386. Lembrar que o acesso à cultura escrita era bem mais restrito, tanto por conta do maior número de pessoas iletradas, quanto pelo acesso ao material a ser lido. Principalmente antes de 1808, pois a partir deste ano, várias publicações começam a sair pela Imprensa Régia, a importação de livros de maneira legal aumenta e mesmo o príncipe traria sua biblioteca que iria ser aberta em breve ao público.

While letters to and from Portugal, pamphlets, and newspapers restored connections and allowed for a common experience as well as for the reconstruction of a moral and political Portuguese identity in the New World, they also revealed differences and suggested the impossibility of a return to the former status quo.²²⁶

Desta maneira, embora os habitantes do Brasil não tenham sentido na pele, como os seus compatriotas reinóis, a terrível situação gerada pela ocupação militar do inimigo, de alguma forma os franceses se faziam presentes no cotidiano colonial por meio de várias representações que circulariam pela palavra falada e escrita. A documentação da Intendência de Polícia relativa às “prizões e devassas” relacionadas a alguns “Políticos dos Botequins”, para reutilizar as palavras de Marrocos já citadas, demonstra que as novas europeias, que traziam em si notícias sobre o inimigo napoleônico, circulavam durante conversas informais e, justamente por tratarem do assunto, eram alvo de estrita vigilância por parte das autoridades portuguesas.²²⁷

Exemplo disto seria uma conversa relatada em uma devassa em 1810. O depoente dizia “que achando se muitas vezes a jantar na Estalagem da Ines [localizada na Rua direita do Carmo] como morador nela ouvia falar [...] em Novidades a respeito dos Francezes, sendo huns a favor destes, e outros contra”.²²⁸ Por sua vez, as cartas de Marrocos também evidenciam como a guerra contra o inimigo se fazia frequente no âmbito privado. Já a circulação de notícias e representações no Brasil sobre a França, os franceses e Napoleão, por meio de suporte impresso, ganha destaque tanto em periódicos como nos demais escritos estrangeiros aqui chegados pelos navios, quanto nas obras antinapoleônicas e na local *Gazeta do Rio de Janeiro* saídas da Impressão Régia sob o olhar atento da Coroa.²²⁹

Um dos interessantes efeitos colaterais da abertura dos portos no Brasil será o fato de que, embora tenha auxiliado em muito a Inglaterra do ponto de vista econômico, será graças a ela que a França revolucionária e seu ideário irão se achegar, pelas águas atlânticas, de modo mais rápido às costas brasileiras, desembarcando por meio de notícias, leituras e conversas na nova sede da monarquia portuguesa.²³⁰ Desse modo, a liberdade de comércio passa a gerar, na visão governamental, uma libertinagem de opiniões e, portanto, uma maior necessidade de vigilância ideológica, o que seria auxiliado pela criação da Intendência de Polícia em 1808.²³¹

²²⁶ SCHULTZ, op. cit., p. 74.

²²⁷ Cf. item 4.4. da tese, “A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas”.

²²⁸ Apud SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 230 (“Anexo: Transcrição da Devassa de 1810 na Corte do Rio de Janeiro”).

²²⁹ Analisaremos, a partir do próximo capítulo, o conteúdo antinapoleônico e antifrancês da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

²³⁰ “Com a abertura dos portos, ‘os abomináveis princípios franceses’ – como diria D. Rodrigo de Sousa Coutinho – passaram a entrar em maior volume” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 17).

²³¹ Alvará de 10 de maio de 1808. Crêa o Logar de Intendente Geral da Policia da Corte e do Estado do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_9.pdf). Cf. item 4.4 da tese, “A

1.7. Que venha a guerra (antes tarde do que nunca)!

Em quanto vão d'Europa fluctuando
As terríveis Idéas turbulentas,
E nos mares de sangue miserando
Se repetem as hórridas tormentas:
Em quanto a mão do Tempo sopezando
A foice retorcida entre as violentas,
Catastrophes derruba Altar, e Trono,
Sepultada a Razão ao triste sono.

Levanta, Excelso Príncipe Regente,
No centro de vassallos verdadeiros,
Excelsa Arkiaugusta Régia Frente,
De Loiros adornada sobranceiros;
De Lyzia a face heróica, e refulgente,
Consagra ao Nome Teu votos guerreiros,
Quaes fizerão nos tempos afastados
Cunhas, Castros, Pachêcos memorados.

D. José Manoel da Camara, poema dedicado a d. João, 1810²³²

Embora a mudança da Corte para o Brasil tenha sido motivada pela entrada de tropas francesas em Portugal e Napoleão, no *Moniteur* de 11 de novembro de 1807, tenha publicamente assumido a missão de destronar os Bragança, o governo português teria mais pressa em abrir os portos do que manifestar formalmente sua indisposição com relação à França. Apenas em 1^o de maio de 1808, portanto já instalado d. João no Rio de Janeiro há quase dois meses, é que virá à luz a declaração oficial de guerra do reino português contra a França napoleônica. Na opinião do anglófilo conde de Linhares, tal atitude era tomada com demasiado atraso, afinal

Entendia D. Rodrigo que, antes de emigrar sob a pressão das circunstâncias, o príncipe regente declarasse a guerra à França, ao mesmo tempo que repudiava a forçada anuência dada às cláusulas de detenção e seqüestro; não que fosse o regente para a América dar o sinal do rompimento das hostilidades, na perfeita segurança da sua pessoa, o que achava justo, não achando porém leal nem decoroso que, embora no fito de tirar pretexto à conquista, ordenasse antes de embarcar aos magistrados das vilas extremenhas que fornecessem quartéis aos soldados franceses, e ao marquês d'Alorna, governador do Alentejo, que tratasse as tropas *aliadas* como amigas.²³³

Não se faz prudente procurar por um porquê absoluto à postergação de uma declaração que há muito se fazia claramente inevitável. Poderia ela resultar da personalidade de um príncipe que muitos

França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas”.

²³² CAMARA, D. José Manoel da. A SUA. ALTEZA. REAL. O PRÍNCIPE. REGENTE. NOSSO. SENHOR. PIO. AUGUSTO. FELIZ. PAI. DA. PATRIA. Em perpetuo testemunho de gratidão. oferece d. José Manoel da Camara. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. 3-4, 2^a e 3^a oitavas (IEB).

²³³ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 129-130, grifo do autor.

diziam ser extremamente indeciso ou acomodado. Ou só agora, após a travessia atlântica, longe do risco de cair nas mãos do imperador dos franceses e conseguindo vislumbrar um positivo florescimento da monarquia lusa em território colonial, o príncipe regente teria se sentido confortável e seguro para aumentar o tom contra o invasor. Estaria sofrendo ele uma pressão maior do gabinete inglês e dos anglófilos que, na América, passaram a circundá-lo mais constantemente devido ao vácuo provocado pela perda de prestígio político dos francófilos ocasionada pela invasão? Ou será que as medidas de realocação da Corte vinham tomando muito tempo, sendo consideradas mais urgentes que a declaração formal de guerra? Tal declaração resultava do fato de que o príncipe fora informado de que os franceses não cumpriam com o prometido por Junot e assolavam Portugal?²³⁴ Possivelmente a explicação do porquê só agora chegara a um termo essa atitude de procrastinação encontra-se em meio a todas estas questões.

Tal declaração de guerra tornar-se-ia pública por meio de um manifesto,²³⁵ datado de 1º de maio de 1808, rascunhado pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Dava ele, desta forma, voz ao posicionamento do partido inglês que se fortalecera com a vinda para o Brasil. Possivelmente isto esclareça o fato de não ser rubricado pelo príncipe regente ou escrito em primeira pessoa, sendo o governo português personalizado no documento pela “Corte”. Em sua versão original, o manifesto aparece dividido em duas colunas: o texto em português à esquerda e sua tradução em francês à direita. Além da edição de 1808, saída dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, ele seria reimpresso pela mesma, sendo que uma quinta edição sairia em 1811, contando ainda com exemplares publicados em 1808, em Lisboa, no Porto e em Coimbra.²³⁶

²³⁴ Como explica Lilia Schwarcz: “No início o general francês Junot governara junto com o Conselho de Regência deixado por d. João – mantendo estruturas administrativas, judiciais e fiscais, com algumas poucas alterações –, e até mesmo prometera liberdade, mas seu discurso em 1º de fevereiro de 1808 mudaria repentinamente de tom. A dinastia de Bragança estava destituída – ao menos segundo a ótica francesa –, e Portugal ficava sob o controle das tropas de Napoleão e de seu Conselho. E mais: nessa mesma data, Junot exigiu que Portugal pagasse à França uma contribuição de guerra, estipulada em 100 milhões de francos. Todos os bens pertencentes à rainha e ao príncipe regente seriam seqüestrados, assim como as propriedades e posses dos fidalgos que acompanharam o príncipe quando este abandonou o país. Por fim, todo o ouro e a prata das igrejas, capelas e confrarias da cidade de Lisboa foram conduzidos à Casa da Moeda, e as poucas mercadorias inglesas restantes, confiscadas” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 262).

²³⁵ “Manifesto ou Exposição Fundada, e Justificada do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França, desde o principio da Revolução até a época da Invasão de Portugal; e dos motivos, que a obrigaram a declarar a Guerra ao Imperador dos Franceses, pelo facto da Invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em consequência do Relatório do Ministro das Relações Exteriores”. Apud COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. 1, n. 4, setembro de 1808, p. 255-268.

²³⁶ As informações sobre a forma e as reimpressões do documento encontram-se em CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, v. 1, p. 8, doc. nº 18.

Embora Camargo & Moraes o coloquem como a “declaração de guerra aos franceses”,²³⁷ e ele assim o seja considerado por todos os autores – afinal em um de seus últimos parágrafos fica declarado que “S.A.R. rompe toda a comunicação com a França; chama aos Seus Estados todos os Empregados na quella missã [...] e authoriza os Seus Vassallos a fazer a guerra por Terra, e Mar aos Vassallos do Imperador dos Francezes”²³⁸ –, na legislação joanina a única declaração de guerra aos franceses só apareceria, oficialmente, sob a forma de um decreto marcado pela concisão do texto, em 10 de junho de 1808.²³⁹ Logo, caberia ao escrito de d. Rodrigo validar e justificar por argumentos precisos, e sem economia de palavras, a decisão de se professar guerra a Napoleão, fazendo, para isso, extenso uso dos eventos envolvendo França e Portugal desde a Revolução Francesa. Isto explica, por conseguinte, a sintética declaração de guerra de 10 de junho, visto que os motivos já haviam sido prévia e devidamente expostos neste manifesto. Nele, todo o desenvolvimento da argumentação assenta-se basicamente na sustentação da posição de neutralidade de Portugal, no reconhecimento ao respeito e ao auxílio advindos da Inglaterra com relação a esse posicionamento e no seu constante desacato pelo “gabinete das Thuilherias” (França) que arrastara atrás de si a Espanha.²⁴⁰

Nesta exposição, que se autocalifica de “verídica, e exacta” – “sustentada por factos incontestáveis” –, a “Corte de Portugal” busca explicar e embasar a “pureza da sua Conducta, e dos principios, que adoptou”.²⁴¹ O tom racional, desprovido de qualquer emoção e auxiliado por uma argumentação pautada em fatos conhecidos, oposto ao “tom Dictatorial”, “absoluto, e imperiozo, com que [Napoleão] rege a Europa oprimida”, é dado ao prometer-se que “Naõ he com injurias, nem com vãos, e inuteis ameaços que a Corte de Portugal levantará a Sua voz do seio do *novo Imperio que vai crear*”, mas sim “com factos authenticos, e verdadeiros, expostos com a maior singeleza e moderação”.²⁴² Vemos, aqui, evidenciado oficialmente o projeto imperial ligado ao Brasil e à vinda do governo bragantino, detalhe este que passara ao largo da declaração-adeus do príncipe, em novembro de 1807, e que, como já analisamos, tira o regente da humilhante situação de exilado para a de fundador de uma nova ordem.

Critica-se o temperamental Napoleão e suas contínuas e exaltadas ameaças. Entretanto, a imagem de Portugal é de uma nação serena e amistosa que teve “Seus territórios invadidos sem declaração de guerra, e no seio da paz”. A grande provocadora, a grande ofensora, é a França que,

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ “Manifesto ou Exposição Fundada...”, *op. cit.*, p. 267.

²³⁹ Referimo-nos ao Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf). A seguir, analisaremos esse documento.

²⁴⁰ “Manifesto ou Exposição Fundada...”, *op. cit.*, p. 258-259.

²⁴¹ *Idem*, p. 255 (todas as citações).

²⁴² *Idem*, respectivamente, p. 262; p. 268 e p. 256 (as duas últimas citações), grifos nossos.

com sua agressiva política exterior, vem quebrar com “a segurança, e a independencia das Potencias, que d’antes formavam uma especie de Republica, que se balançava, e se equilibrava em todas as diferentes partes”. Assim sendo, imputa-se a responsabilidade pelo desarranjo da harmonia de todo um continente às “vistas criminozas do Governo Francez”.²⁴³

Este argumento ilustra como a retórica coletiva da Europa contra-revolucionária idealizará e reforçará, diante do perigo revolucionário e napoleônico, um discurso calcado em uma suposta convivência suave e simétrica entre os Estados europeus. Argumentação esta que não resiste a um breve passar de olhos em qualquer cronologia que mostra como esta hipotética fraternidade sempre fora frágil e instável, sendo constantemente abalada por episódios como o da Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), da Polônia (1733-1738) e da Áustria (1740-1748), pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763) ou até mesmo pelas guerras de independência das treze colônias inglesas na América em que a França daria suporte aos Estados Unidos contra a Inglaterra. Isso só para citar alguns exemplos do século XVIII.²⁴⁴ Embora por trás da ostentação e do lustre dessa idéia de harmonia não se possa deixar de enxergar um real, mas utópico, desejo de união, sua falta efetiva implicava em mais vulnerabilidade e criação de pontos de infiltração para as “novas forças”, daí a importância de sua promoção neste contexto.

A França, que vem agindo “de má fé”, com “perfidia” e com “capricho”, mesmo diante das muitas “provas authenticas da boa fé do Governo Portuguez”, aparece caracterizada como “um Governo, cuja desmedida, e incommensuravel ambição não tem limites, e que em fim tem de todo tirado a poeira dos olhos aos que se achavaõ mais prevenidos em seu favor”. Junot, aliás, é qualificado como um “Homem, que, como muitos outros, abusava do poder, que lhe havia sido confiado”. Não se deixa de lado a Espanha que é lembrada como aquela que “fez causa commum entaõ com a França para obrigar Portugal a receber condiçoens de paz injustas, e humilhantes”. Carlota Joaquina não deve ter ficado nada contente com esta observação, visto se referir ela ao reino de sua família, e deve tê-la tomado como uma possível alfinetada de d. Rodrigo, seu desafeto na Corte principalmente por ter sido ele um dos persistentes defensores da mudança de endereço do príncipe. Tão pouco se deixa passar em branco a pequena, mas significativa, perda territorial sofrida pelos portugueses na Península e ratificada pelo Tratado de Badajoz de 1801, ao mencionar-se ter o governo espanhol se aproveitado

²⁴³ Idem, respectivamente, p. 256 (as duas primeiras citações) e p. 265.

²⁴⁴ Para um quadro dos conflitos entre os países europeus ao longo do século XVIII, cf. **NOVAIS**, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979], p.43-56 (parte 3, do capítulo 1: “Tensões e crise”).

“até das forças de França para se apropriar de uma pequena extensão de Territorio da Provincia de Alem-tejo da parte de Olivença”.²⁴⁵

O combate à França é colocado como “causa commum para destruir o Colosso”. Aliás, como veremos, esta será uma imagem bastante recorrente na propaganda antinapoleônica para caracterizar a união dos governos contra-revolucionários contra o imperador dos franceses. Trata-se de uma luta conjunta da Europa do Antigo Regime versus a França revolucionária e expansionista e seu chefe e aliados. Uma espécie de nova Cruzada ocidental que tem como objetivo primordial “procurar o estabelecimento do equilibrio da Europa por meio de um esforço unanime, e pelo esquecimento de todas as rivalidades, que tem sido até-aqui as verdadeiras causas da elevação do Poder monstruozo, que ameaça a universal ruina”.²⁴⁶

A sugestão de busca de unanimidade e de extinção de rivalidades revela que a anteriormente apregoada harmonia européia que se alega ter sido quebrada pela hegemonia de Bonaparte no governo da França não existia de fato, afinal, segundo se argumenta é a falta dela que permitira a elevação política dele no continente. Este argumento, portanto, é contraditório, mas é importante para forçar uma situação de congraçamento urgente a favor do combate ao inimigo. A maior beneficiária, mais uma vez, seria a Inglaterra. Além de seu território não ter sofrido a ação militar francesa, sua chefia em todas as coalizões européias contra Napoleão refletia seu poderio econômico, militar e político na Europa. Ser chefe dessas coalizões não implicava apenas na ingerência nas medidas a serem tomadas contra a França, mas também em empréstimos “amigavelmente” concedidos para financiar as operações de guerra de quem nelas se envolvia.

Apesar da conhecida inferioridade militar lusitana e do que d. João assumira em sua carta-adeus de novembro de 1807, neste documento assume-se que Portugal, ainda que com a ajuda da aliada inglesa, teria tido condições de enfrentar os franceses, pois ainda “que todas as Tropas Portuguezas se achavam na visinhança das Costas, S. A. R. O Principe Regente surprehendido de uma conducta tão inaudita [por parte da França] teria podido reunir o Corpo de Tropas, que tinha junto a Si, e fazendo entrar a Esquadra Ingleza no Porto de Lisboa, reduzir a pó o pequeno, miseravel Corpo, a cuja frente o General Junot avançava”. Este trecho põe às claras o posicionamento político e o desejo pessoal de d. Rodrigo que se opusera veementemente à atitude oficial de passividade adotada diante do exército invasor. No entanto, como forma de justificar a adoção de tal medida pelo príncipe regente, assume-se que ele jamais “exporia a terriveis revezes os Seus Povos a troco de um primeiro successo seguro”.²⁴⁷

²⁴⁵ “Manifesto ou Exposição Fundada...”, op. cit., respectivamente, p. 258; p. 262; p. 258; p. 265; p. 256; p. 265 e p. 257 (duas últimas citações).

²⁴⁶ Idem, respectivamente, p. 259; p. 255 e p. 267.

²⁴⁷ Idem, p. 265 (ambas as citações).

A posição vacilante de Portugal ante a França é explicada pelo ceticismo do governo luso que, alega, “não podia persuadir-se que a Corte das Thuilherias fizesse seriamente taes proposiçoens, que compromettiaõ a sua honra, e a sua dignidade, e da outra esperava applacar a tempestade, não querendo derramar o sangue dos seus Povos”. A opção final pela declaração de guerra é oficialmente relacionada ao fato de que, depois de chegar ao Brasil, soube d. João “com horror não sómente a usurpação de Portugal, ea [sic] assolação, e saque, que ali se practica; mais o indigno procedimento do Imperador dos Francezes, que como verdadeiro Dictador da Europa se atreve a fazer um crime a S. A. R. de ter transferido a Sua Capital para o Brazil”.²⁴⁸ Realmente, Napoleão frisarà a vacância ocasionada pelo abandono de Portugal por d. João como argumento para legitimar sua interferência militar e política no território. De fato, ele aí nomeará um novo governo e cobrará uma pesada contribuição. Mas se esta fosse a única motivação para a postergação da tomada de posicionamento oficial contra a França, poderíamos entender que, caso os franceses tivessem respeitado a regência deixada por d. João e as promessas de convivência pacífica de Junot tivessem sido cumpridas, Portugal jamais declararia guerra à França que ocupava seu território? Pouco provável.

D. João aparece como “Principe Religioso”, “Principe Justo”, “Principe virtuozo, e adorado pelos Seus Vassallos”. A opção assumida por ele de vir para o Brasil é colocada como “magnanima resolução”, considerando-se ser esta “a parte mais essencial, e mais defensavel dos Seus Estados” – e não o depauperado reino que Junot agarrara sem licença a mando de seu chefe – o que justifica sua escolha como tábua de salvação para a Coroa. Contudo, o caráter absolutista e divino de seu poder é reforçado e ostentado na afirmação de que ele “não tem que dar contas das Suas aççoens, senão ao Ente Supremo”, muito embora o intuito do manifesto arquitetado por d. Rodrigo seja precisamente o de dar algum tipo de satisfação acerca dos últimos posicionamentos tomados pelo governo joanino.²⁴⁹ Por não concordarem com afirmações como esta é que, há quinze anos, os revolucionários franceses haviam feito Luís XVI, literalmente, perder sua cabeça no cadafalso. Sinal dos tempos: sob esse ângulo, esta exposição bem pode ser lida como um sintoma do enfraquecimento do poder absolutista dos Bragança que se viam na obrigação de justificar-se perante seus vassallos.

A Revolução Francesa é aí vista “com lastima” e seus agentes como “Malvados, que domináram, e desolaram a França”. Parece reconhecer-se também um grande engano – a crença de que o governo de Napoleão houvesse se apartado da Revolução – quando se afirma que Portugal “poz toda a confiança na boa fé, que devia considerar-se como a base de todo o Governo, que há cessado de ser revolucionario”.²⁵⁰ Desta maneira, se ele não age pela boa fé, ele passa a ser tachado como

²⁴⁸ Idem, respectivamente, p. 263 e p. 266.

²⁴⁹ Idem, respectivamente, p. 256; p. 266; p. 264; p. 266; p. 264 (duas últimas citações).

²⁵⁰ Idem, respectivamente, p. 256 (duas primeiras citações) e p. 264.

revolucionário e esta identificação entre Bonaparte e Revolução será, como veremos, uma das imagens recorrentes na propaganda antinapoleônica, sendo cada vez mais consolidada à medida em que ele reforça seu poder.²⁵¹

Já na concisa declaração de guerra assinada por d. João em 10 de junho de 1810,²⁵² a qual mencionamos anteriormente, que aparece no *Almanack do Rio de Janeiro* do ano de 1811 como a autorização “para Corso e Armamento contra a Nação Franceza”,²⁵³ o tom se mostra também completamente diferente daquele usado no decreto de 26 de novembro de 1807, quando estava o príncipe em vias de atravessar o Atlântico. Agora, o regente, com seu trono já fincado sobre solo tropical, põe de lado o eufemismo anteriormente utilizado, no qual observava que “pelo interior do Meu Reyno márcham Tropas do Imperador dos Francezes”,²⁵⁴ e fala, sem meias palavras, em invasão. Portanto, deixa bem claro ter “o Imperador dos Francezes invadido os meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa e contra os Tratados subsistentes entre as duas Corôas, principiando assim sem a menor provocação as suas hostilidades e declaração de guerra contra a minha Corôa”.²⁵⁵

Se no decreto de 1807, mesmo diante da invasão de Junot, d. João ainda buscava “conservar em Paz”,²⁵⁶ o seu reino, ao abrir mão de levantar armas contra os franceses e, ao alegar ser sua pessoa o foco da cobiça do inimigo, retirando-se para o Brasil a fim de evitar derramamento de sangue, ele vê que agora “convem á dignidade [da Coroa portuguesa] [...] e á ordem que occupo entre as Potencias, declarar semelhantemente a guerra ao referido Imperador e aos seus vassallos”.²⁵⁷ Sem dúvida, um tom menos encurvado e mais seguro, como se a travessia para a América tivesse revigorado suas forças e seu ânimo e dado mais firmeza aos seus atos. Enquanto antes ele pedia que se evitasse quebrar a harmonia na convivência com os invasores e que suas tropas fossem devidamente assistidas e aquarteladas, no momento, chacoalhando de si a passividade que dera o tom anteriormente, ele ordena que “por mar e por terra se lhes façam todas as possiveis hostilidades autorizando o corso e armamento, a que os meus vassallos queiram propor-se contra a Nação Franceza”, procurando envolver, desta forma, em seu chamamento, todos os portugueses sem distinção entre civis e militares.²⁵⁸ A inflexão aqui se faz mais grave, mais firme, sem concessões ou dubiedades. Finalmente

²⁵¹ Cf. item 3.1.3. da tese, “Legitimidade monárquica versus Revolução”.

²⁵² Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos, op. cit.

²⁵³ Almanack da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 282, p. 102, jan. – mar., 1969, IEB.

²⁵⁴ “Decreto do Principe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a Corte para o Brazil, e erige uma Regencia, para governar em sua ausência”, apud COSTA, op. cit., v. I, n. 1, junho de 1808, p. 5.

²⁵⁵ Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos, op. cit.

²⁵⁶ “Decreto do Principe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a Corte para o Brazil...”, op. cit., p. 7.

²⁵⁷ Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos, op. cit, esta e a próxima citação do parágrafo.

²⁵⁸ Esta conclamação de todos os portugueses ao combate contra os franceses, tática essa também muito usada pelo governo

d. João parece ter decidido dar as costas a Napoleão e descer do muro, bem amparado pela mão britânica que, a bem da verdade, antes de lhe ser estendida nunca perdia a chance de barganhar certas vantagens.

Por fim, as referências e os apelos presentes nas duas declarações de guerra aos franceses (o “Manifesto” e o “Decreto”), como veremos, trazem muitas das representações que reverberarão na literatura antinapoleônica e antifrancesa produzida pela Impressão Régia do Rio de Janeiro e que deram voz aos anseios de defesa do governo português.

Embora d. João tenha inicialmente pedido obediência aos invasores e agora declarasse formalmente guerra a eles, o fato é que o novo endereço da monarquia lusitana encontrava-se bastante afastado do principal teatro de guerra. Isso, aliás, não impediu que o Brasil fosse apresentado pelas autoridades portuguesas como uma importante base para a reconquista do Reino ocupado. Se a distância que o separava da Península Ibérica parecia, a princípio, impossibilitar o envolvimento direto da colônia nos conflitos europeus, tal marginalidade seria contornada por meio de vários artifícios.

Assim sendo, a caracterização do Brasil como ponto estratégico no combate napoleônico não seria apenas retórica, como nas imagens que buscavam afirmá-lo e exaltá-lo como tal, dando um sentido mais digno à vinda de d. João.²⁵⁹ Ela ocorreria de fato e remodelaria, sob alguns aspectos, o cotidiano da colônia. Isto pode ser captado, por exemplo, na criação de uma fábrica de pólvora no Rio de Janeiro,²⁶⁰ assim como de uma fundição de cujos fornos saíam armas e munições²⁶¹ e a abertura

revolucionário francês e conhecida como *levée en masse*, fica bem clara na proclamação, já citada, de um dos governadores do Reino de Portugal, datada de 11 de dezembro de 1808, na qual ele afirma que “Sendo a defeza da Patria o primeiro dever, que a honra, a razão, e a mesma natureza impoem a todos os homens [...]; Sou servido Determinar que toda a Nação Portugueza se arme pelo modo, que a cada hum fôr possível” (*GRJ*, 01/02/1809). Como se pode perceber, a mensagem oficial agora é diametralmente oposta ao pedido inicial de d. João, no que toca ao tratamento a se dar aos franceses invasores. Em uma outra proclamação dos governadores datada de 9 de dezembro de 1808, fala-se mesmo que “Huma Nação levantada em massa tem huma força irresistivel” e que há “necessidade de oppor sem demora aos esforços de hum usurpador barbaro a Massa total das forças de huma Nação valerosa” (*GRJ*, 04/02/1809). Já próximo ao que seria a terceira invasão francesa, a *Gazeta de Lisboa*, em 21 de fevereiro de 1810, dizia que “por ora não nos consta que os *Francezes* tenham feito ataque algum; mas esperamos que sejam bem recebidos, isto he, á ponta da bayoneta” (*GERJ*, 05/06/1810).

²⁵⁹ Como nas *Reflexões sobre a conducta do Príncipe Regente de Portugal*, de Francisco Soares Franco, que seria editada em 1808 em Coimbra: “he no Brazil que existe o seu [de Portugal] inexpugnável baluarte contra a tyrannia da Europa; he no Brazil, que libertado da tyrannia de Bonaparte, e da ignomínia de Espanha, [que] elle [d. João] póde punillos, hum dos seus crimes, e o outro de sua fraqueza, e vingar-se de todos os seus males...” (Apud **MALERBA**, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 200-201.

²⁶⁰ Cf. Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa uma Fabrica da Polvora nesta Cidade (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf). Vestígios das instalações desta fábrica, assim como alguns achados arqueológicos podem ser vistos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro na “Casa do Pilão” e na parte que abriga o parque infantil e a lanchonete.

²⁶¹ Cf. Carta Régia de 4 de dezembro de 1810. Manda fundar um estabelecimento montanístico em Sorocaba para extracção do ferro das minas que existem na Capitania de São Paulo (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_66.pdf). Este seria o primeiro passo para a instalação da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, marco da siderurgia no Brasil, cujo patrimônio, que ainda

de um arquivo militar. Sobre este último, d. João afirmava, demonstrando toda a sua importância em tempos de guerra,

a necessidade absoluta que já existe, de haver um Archivo central onde se reunam e conservem todos os mappas e cartas tanto das costas, como do interior do Brazil, e tambem de todos os meus Dominios Ultramarinos, e igualmente onde as mesmas cartas hajam de copiar-se quando seja necessario e se examinem, quanto á exactidão com que forem feitas, para que possam depois servir de base, seja a rectificação de fronteiras, seja a planos de fortalezas e de campanha, seja a projectos para novas estradas e communicações, seja ao melhoramento e novo estabelecimento de portos maritimos...²⁶²

Mesmo a criação do Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808,²⁶³ pode ser vista como um elemento estratégico de combate aos franceses, afinal era “corrente, na época, utilizar-se o Estado dos bancos de emissão para atender a dívidas de guerra e a necessidades orçamentárias”. Basta lembrar do exemplo do Banco da Inglaterra “considerado pelo governo britânico seu mais seguro auxiliar nas lutas contra a Revolução Francesa e mais tarde contra Napoleão”.²⁶⁴

De fato, o reposicionamento da monarquia lusitana nos trópicos, somado ao respaldo da Inglaterra, fazia dela um farol que, à distância, continuaria a jogar luz para guiar e animar os demais contra a França, tornando-se “uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleônico”.²⁶⁵ Além de possibilitar à arquiinimiga francesa um restabelecimento comercial e também estratégico no Atlântico, a sobrevivência do governo português, ainda que fora de seu habitat natural, deve ter sido psicologicamente valioso para incrementar a resistência nacional ao invasor e levar à sua expulsão de Portugal com a devida ajuda inglesa. Isto possibilitou, inclusive, auxiliar, em seguida, os vizinhos espanhóis que se rebelavam contra Napoleão e que, assim, também se livrariam de seu domínio, inaugurando um momento inédito em que os exércitos imperiais franceses seriam, pública e ruidosamente, batidos, pondo fim à aura de invencibilidade que os rodeava. As Guerras Peninsulares seriam o calcanhar de Aquiles das ambições imperialistas de Napoleão. Não coincidentemente – o começo da decadência sendo o indicador do momento mais alto –, o auge napoleônico seria apontado por Tulard exatamente como o ano de 1807,²⁶⁶ em que se daria a entrada de seus exércitos na Península Ibérica.

resta hoje, faz parte da Floresta Nacional do Ipanema, uma reserva ambiental sob os cuidados do Ibama.

²⁶² Cf. Decreto de 7 de abril de 1808. Crêa o Real Archivo Militar e dá-lhe Regimento (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_6.pdf).

²⁶³ Cf. Decreto de 12 de outubro de 1808. Crêa um Banco Nacional nesta Capital (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_39.pdf).

²⁶⁴ VIEIRA, Dorival Teixeira. Política Financeira – o primeiro Banco do Brasil. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, livro 1, cap. 4, p. 109 (ambas as citações).

²⁶⁵ LIMA, op. cit., p. 43.

²⁶⁶ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 175.

Todavia, apesar da distância, a tensão entre França e Portugal também se faria militarmente presente na América portuguesa. A ação bélica contra a Guiana, possessão francesa localizada ao norte da América do Sul e fronteira ao Brasil, seria decretada por d. João em março de 1808, mês de sua chegada no Rio de Janeiro, portanto, antes de qualquer declaração formal de guerra. Em outubro desse mesmo ano, seiscentos homens das tropas brasileiras, auxiliados por dois navios de guerra portugueses e por uma corveta inglesa, invadiriam a colônia francesa.²⁶⁷ Em 14 de janeiro de 1809, Caiena, sua capital, seria ocupada por tropas anglo-portuguesas. Com a queda de Napoleão e o Tratado de Paris de 1814 ficaria determinada sua devolução para a França, o que se efetivou apenas em 1817, quando um tratado com o novo governo francês definiu o Rio Oiapoque como divisa com o Brasil.

Tal episódio, além de represália à invasão de Portugal, também objetivava restabelecer o limite entre os dois territórios modificado, por imposição da França, pelo Tratado de Badajoz de 1801, e auxiliar na manutenção de uma barreira de segurança para evitar o espraiamento de “idéias francesas”. Tratava-se, igualmente, de dar maior peso à recente declaração de guerra contra Napoleão²⁶⁸ e servir de alerta, inclusive, à Espanha comandada por José Bonaparte, cujas possessões americanas poderiam ser os próximos alvos. Esta invasão, entretanto, pode ser vista como um recurso utilizado pela monarquia portuguesa recém instalada na América para tentar reencaixar-se de algum modo no contexto bélico do qual se apartara voluntariamente. Procurava-se, desta maneira, transferir, dentro de certos limites, o conflito europeu aos trópicos, assinalando com isso que, apesar de trasladado, d. João e os seus partilhavam com os reinóis, mesmo à distância, a missão de combater o inimigo.

Por trás da ocupação de Caiena haveria também fortes interesses econômicos relacionados a produtos ali cultivados e que se procuraria oportunamente aclimatar ao Brasil, como revela uma carta régia, datada de 1809, pela qual d. João transmite ordens precisas a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador e capitão-general da Capitania do Pará:

Já tereis recebido as minhas ordens que vos mandei expedir, para que fizesseis tirar de Cayenna todas as plantas, que pudesseis, de cravo da Índia, de nós-moscada, da canella, da pimenta e da canna de assucar de Otahity, e as fizesseis remetter para essa Capitania do Para, para esta do Rio de Janeiro, e para as outras, onde possam estender-se *tão importantes culturas*, e podeis estar certo que na *transplantação destes precisos productos* não só fareis o maior serviço á minha real Corôa; mas muito vol-o terei em conta, conhecendo toda a importancia do mesmo; e devendo ter sempre presente que *sendo esta aquisição muito interessante*, não é menos que seja feita com a maior

²⁶⁷ SCHWARCZ, op.cit., 481 (“Cronologia”).

²⁶⁸ “A declaração de guerra à França não podia reduzir-se a um ato platônico. Era forçosa uma ação militar que o materializasse” (REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação de Caiena. In: **HOLANDA**, op. cit., t. 2, v. 1, livro 3, cap. 2, p. 283).

promptidão para evitar que uma paz geral prompta e inesperada possa ocasionar uma cessão, que me prive e aos meus vassallos do que já está na minha posse.²⁶⁹

Na *Gazeta* de 13/07/1811 o redator louvaria d. João, colocando estas plantas trazidas de Caiena para serem aqui aclimatadas, como a noz moscada e o cravo da Índia (“úteis culturas, que muito podem aumentar as produções, e a riqueza do *Brasil*”) na categoria de “novos benefícios” feitos ao Brasil pelo príncipe. Em uma carta do Conde Linhares a Maciel da Costa, Intendente Geral de Caiena, muito se elogiava este último pelo envio de plantas da colônia francesa, como as duas anteriormente citadas, que seriam remetidas a Pernambuco e ao Rio de Janeiro para serem cultivadas.²⁷⁰

Mas se esta atitude do príncipe regente relacionada à Caiena faz parte do movimento de ação e reação diante de um cenário belicoso, ela igualmente revela uma postura mais intervencionista na América que terá continuidade no Prata, a partir de 1811, quando as tropas portuguesas auxiliarão as autoridades de Montevidéu contra os rebelados argentinos, e culminará com a anexação da Banda Oriental (Província Cisplatina) em julho de 1821. Há tempos esta região era foco da cobiça tanto do gabinete britânico quanto do português devido à sua importância comercial. Corsários ingleses rondavam-na e muitos comerciantes luso-brasileiros tinham ali enraizados seus interesses. O Prata era um dos importantes vértices de um triângulo comercial de gêneros que entravam pelo porto do Rio e eram escoados via São Paulo e Minas para a bacia platina que, por sua vez, fornecia prata, gado, cavalos e couro.²⁷¹

A invasão de Portugal pelos franceses, com auxílio espanhol, assim como o controle do trono da Espanha por Napoleão seriam utilizados como razões plausíveis para uma ingerência lusa no Prata apoiada pela Inglaterra. Além de não haver o constrangimento de um confronto com os Bourbon, visto que José Bonaparte havia assumido o trono, a justificativa de qualquer invasão portuguesa às possessões espanholas na América colocava-se como represália à França e como medida de contenção do ideário revolucionário no Novo Mundo. Em um manifesto de Carlota Joaquina aos espanhóis, datado de 19 de agosto de 1808, no qual ela defende suas pretensões e as de seu sobrinho, d. Pedro Carlos, à regência da América espanhola na ausência de seu irmão, Fernando VII, feito prisioneiro por

²⁶⁹ Carta Régia de 6 de junho de 1809. Trata da conquista da Cayenna e da Guyana Francesa (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_22.pdf), grifos nossos. Em 1810, sairá pela Imprensa Régia, a obra “Notícia Histórica e abreviada para servir à Cultura de huma remessa de arvores espicieiras e fructíferas...da colonia de Cayenna”, originalmente redigida pelo naturalista Martin para acompanhar a remessa de plantas de Caiena para o jardim botânico do Pará (**CAMARGO & MORAES**, op. cit. v. 1, p. 56, doc. n^o 165).

²⁷⁰ AHI, Coleções Especiais – Documentação do ministério anterior a 1822: Lata 179, maço 1, pasta 8 - Conde de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro)- correspondência recebida – Linhares, conde de (cópia) – 1811, Carta do conde de Linhares ao senhor José Severiano Manoel da Costa [João Severiano Maciel da Costa], Intendente Geral de Caiena, datada de 17 de julho de 1811.

²⁷¹ **AZEVEDO**, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 76-77.

Napoleão, este argumento fica bem claro. Era preciso, segundo ela, refrear o “poder absoluto e arbitrário” de Bonaparte nas possessões americanas de seus parentes com a nomeação de herdeiros legítimos da família real bourbônica e, desta forma, “impedir os Francezes, que com seus exercitos practiquem na America as mesmas violencias, e subversoens, que já comettêram sobre quase toda a extensão da Europa”.²⁷² Como se vê, o contexto conturbado gerado pelas intervenções da França imperial na Europa e o perigo da incendiária ideologia que dela eram irradiados convertiam-se, no campo da retórica, em argumentos que validavam o intervencionismo bélico luso na América.

Uma outra tática que colaboraria para a caracterização do Brasil como ponto avançado de resistência ao inimigo seria aquela de substituir o (ou compensar a falta mais efetiva do) uso da espada pelo uso da palavra. Assim, a propaganda impressa de caráter ideológico, oficial ou oficiosa, ligada à influência do ânimo popular e ao incentivo do patriotismo, beneficiada, como seria, pela criação da Imprensa Régia em 1808, tornar-se-ia-se uma importante possibilidade de combate aos franceses em território sul-americano. Some-se a isto, a vigilância aqui promovida pela Intendência da Polícia, que procurou criar um “cordão sanitário” que impedisse o infiltramento dos “abomináveis princípios franceses” considerados subversivos, e a ação, no Brasil, de elementos suspeitos de compactuarem com estas idéias ou de serem agentes napoleônicos – o que levou à prisão e à extradição de alguns deles²⁷⁴ – e temos aí, a reprodução, na América portuguesa, do clima gerado pelas guerras napoleônicas na Europa.

A seguir, analisaremos justamente esta faceta “bélica” da Imprensa Régia. Sem perder de vista que, além do combate aos franceses, uma outra importante batalha ainda estava por ser finalizada em território brasileiro: aquela entre francófilos e anglófilos.

²⁷² “Reclamação da Corôa de Hespanha pela Princesa D. Carlota, e o Infante D. Pedro ao Principe Regente de Portugal”, datada de 19 de agosto de 1808”. Apud COSTA, op. cit., v. I, n. 7, dezembro de 1808, p. 544 e 545, respectivamente.

²⁷⁴ Cf. item 4.4. da tese, “A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas”.

Capítulo 2

Uma guerra sem soldados e sem canhões: a Impressão Régia e o combate aos franceses na América portuguesa

Com palavras se luta e com heroicidade,
Com palavras se faz sistema que convém,
Em achaques, crê com tal facilidade,
A elas joga algum se rouba na verdade.
Goethe. *Fausto*¹

2.1. A tipografia como arma de guerra

A única forma para prever o resultado de uma guerra é analisar a situação com base nos cinco fatores:

Primeiro – Tao (caminho)

Várias mentes com um único ideal, o caminho que faz o pensamento do povo estar em completa harmonia com o de seus governantes, levando-o a segui-los para viver ou para morrer, sem temer nenhum dos riscos.

[...]

Terceiro – Terra

Refere-se às distâncias; dificuldades de travessia; condições do terreno para a disposição das tropas. [...].

Sun Tzu. *A arte da guerra*²

Embora não tenhamos notícia que d. João e seus ministros tenham lido o mais antigo tratado militar de que se tem conhecimento,³ de autoria do general chinês Sun Tzu, que viveu no século VI a. C., é interessante observar como eles, ainda que parecendo fugir à guerra, levariam em conta na análise da situação de Portugal diante do conflito europeu, mesmo de um modo muito peculiar, dois de seus ensinamentos que aparecem na epígrafe acima. Isto indica como determinados imperativos relacionados ao papel de governar e comandar em momentos de crise permanecem praticamente imutáveis.

Sem dúvida, as distâncias e a travessia no campo de batalha foram por eles consideradas, contudo, não no intuito de enfrentar cara-a-cara o inimigo, mas, sim, de aumentar o apartamento com relação a ele para, desta maneira, preservar territórios e poder, o que justificou a vinda para a

¹ GOETHE, J. W. *Fausto-Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 83, fala de Mefistófeles.

² TZU, Sun. *A arte da guerra: os treze capítulos originais*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2006, p. 27-28.

³ *Ibidem*, p. 7 (“Apresentação”).

América. As condições de terreno para a disposição das tropas também seriam analisadas e o Brasil, fronteiro a possessões da França e Espanha, passava a ser, no momento, o lugar ideal para se fazer resistência a Napoleão. Tais tropas, ainda que no caso de Caiena tenham sido realmente formadas por militares, também o seriam, no caso brasileiro, por impressores, escritores e redatores cujo principal apresto contra o inimigo seria composto não por projéteis, canhões e fuzis, mas por argumentos, tinta e tipos. Esta “tropa” literata, por sua vez, teria um importante papel na tentativa de harmonizar o pensamento do povo com o de seu governante – mais uma das premissas militares do general chinês – e de alinhar, deste modo, os súditos em torno de um mesmo ideal: combater os franceses, militar e ideologicamente, em prol da manutenção do império português.

A principal “arma” a ser utilizada por essas “tropas” não militares – a imprensa – viria no comboio que trouxera d. João. A partir dela, outra surgiria em solo colonial: a Imprensa Régia. Assim, nos porões da nau *Medusa*, uma das que acompanhavam a frota real, haviam sido trazidos de Lisboa alguns prelos adquiridos na Inglaterra para servir à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra cujo titular era, à época, d. Antônio de Araújo, e que ainda estavam encaixotados na ocasião do embarque para o Brasil.⁴ Segundo Rizzini, o próprio ministro teria se lembrado de trazer o material consigo e, chegado ao Rio, teria mandado instalá-lo em sua casa.⁵

Dois meses após a chegada da Corte à sua nova sede, seria recriada a Imprensa Régia,⁶ tipografia a serviço da Coroa portuguesa que já existia em Lisboa. O detalhe de o ocorrido ter tido lugar na data natalícia de d. João dá margem a se pensar como, realmente, seria ela um grato presente ao regente, principalmente pela serventia política que apresentaria no período em que ainda se desenrolariam os conflitos europeus. Para tal, o material tipográfico trazido por d. Antônio seria colocado à disposição do régio propósito.

O fato de tal material ser apontado no decreto de 13 de maio como “os prélos que se acham nesta capital” – não restando dúvidas, no uso do pronome definido, sobre sua singularidade no Brasil – deixa transparecer as restrições vividas até aquele momento pela colônia no que dizia respeito ao ofício de Gutenberg. Restrições essas que seguiam a mesma linha da proibição de manufaturas na América portuguesa: enquanto uma buscava coibir a produção de mercadorias de valor comercial, a

⁴ Rubens Borba de Moraes, no entanto, afirma que estes prelos haviam sido encomendados e adquiridos antes do embarque para o Brasil por d. Rodrigo de Sousa Coutinho “para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra” (CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, v. 1, p. XVII). Tal informação é questionável, pois antes de tal embarque o titular desta secretaria era ainda d. Antônio, visto que d. Rodrigo só assumiria tal cargo após d. João, já instalado na nova sede da Corte, nomear o seu novo ministério.

⁵ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1945, p. 317.

⁶ Cf. Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa a Imprensa Régia (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colectoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf). Em 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido, ela passaria a se chamar Real Oficina Tipográfica e, em 1818, com a aclamação de d. João, que passava a ser rei de direito, Tipografia Real.

outra se centrava naquelas de valor cultural e ideológico. José Mindlin, inclusive, frisa, referindo-se à nova sede da Corte joanina, que a “falta de uma imprensa própria forçosamente limitava o desenvolvimento político e cultural, pois os livros e periódicos importados atingiam apenas uma pequena parcela do Rio de Janeiro daquela época”.⁷

No entanto, a verdadeira aurora da tipografia no Brasil ainda estava por ter lugar um pouco mais adiante, no início da segunda década do século XIX, ante o movimento que culminaria na nossa independência. Naquele momento, os prelos não seriam mais exclusividade da Coroa ou privilégio de poucos, aparecendo em anúncios que espelhavam sua rápida difusão no dia-a-dia da já ex-colônia, como aquele no qual se quer “vender huma Imprensa da primeira classe com quasi duas mil libras de typo, e todos os mais pertences que forem necessarios para completa-la” (*GRJ*, 19/12/1822).

É bem verdade que, antes de 1808, iniciativas tipográficas haviam ocorrido no Brasil. A primeira tipografia de que aqui se tem notícia, sob domínio lusitano, fora instalada apenas no início do século XVIII. Enquanto a Europa entrava naquele que ficaria conhecido como “Século das Luzes”, cujas idéias e iniciativas irradiariam um intenso brilho, “iluminando” boa parte do mundo, no Recife, um “obscuro negociante”⁸ fazia brilhar uma solitária chama ao montar uma “pequena oficina e pôs-se tranquilamente a imprimir letras de Câmbio e orações devotas”. Esta “primeira e humílima tipografia da Colônia” mostrar-se-ia uma vela de limitado pavio e luz bruxuleante que seria apagada com um único sopro advindo da carta régia de 8 de junho de 1706 que proibia a impressão de livros e papéis avulsos no Brasil.

Em 1746, entretanto, no Rio de Janeiro, “um outro ensaio de tipografia, mais amplo e não menos efêmero” seria levado a cabo por um antigo impressor de Lisboa, António Isidoro da Fonseca. Este “mal teve tempo de dar a lume quatro magros e mesquinhos trabalhos”⁹ antes que uma ordem régia, datada de 10 de maio de 1747, levasse ao confisco e remessa do seu material tipográfico para a metrópole e à sua deportação. Dentre estes trabalhos, destaca-se a *Relação da Entrada do Bispo Fr. António do Desterro*, redigida pelo Juiz de Fora Luís António Rosado da Cunha, que ganharia o status de primeiro folheto impresso no Brasil.

Embora estas primeiras experiências vivenciadas pela tipografia em solo brasílico – “cuja efêmera existência [...] a Corte de Lisboa ceifara sem piedade”¹⁰ – tenham sido limitadas, o fato é que ela seria definitivamente reintroduzida enquanto atividade regular debaixo da tutela governamental portuguesa, sob a pressão circunstancial de se dar prosseguimento às funções administrativas da Coroa em solo americano. Na trilha aberta pela Impressão Régia surgiria, ainda, em 1811, na Bahia,

⁷ MINDLIN, José. “Apresentação”. In: CAMARGO & MORAES, op. cit., v. 1, p. IX.

⁸ RIZZINI, op. cit., p. 310. As citações e as informações que seguem encontram-se na mesma página.

⁹ Ibidem, p. 312. As citações e as informações que seguem encontram-se na mesma página.

¹⁰ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 140.

uma tipografia iniciada por Manuel António da Silva Serva e uma outra que funcionaria em Recife durante a Revolução de 1817.¹¹ A partir de 1821, outras tantas no Rio e em diversas províncias dariam publicidade à efervescência política do momento pré-independência,¹² auxiliadas pela regulamentação da liberdade de imprensa decretada pelo regente d. Pedro em 28 de agosto daquele mesmo ano.

O brasileiro Hipólito José da Costa, considerado o “patriarca da imprensa brasileira” – ele que, devido a perseguições que o levaram a cair nas malhas da Inquisição, de cujas prisões fugiu, encontrava-se na Inglaterra – lançaria em Londres, em junho de 1808, logo em seguida à criação da Imprensa Régia na América, seu jornal *Correio Braziliense*.¹³ Ao referir-se ao evento que a colônia aplaudia com ardor, seu tom seria mais de lamentação do que de euforia, deixando transparecer certa amargura que talvez refletisse, além do exílio pessoal, o exílio de sua publicação que ele se via forçado a imprimir fora de sua pátria: “Tarde”, dizia ele, “desgraçadamente tarde: mas em fim apparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coraçãõ dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses”.¹⁴ Desta forma, ao invés de festejar a medida em seu periódico, Hipólito aproveitava para mostrar como o governo português, recém chegado, experimentava as limitações de suas próprias proibições impostas à colônia. E, sem perder de vista a motivação real da liberalidade do príncipe regente no tocante à imprensa, ele ainda escreveria:

O Mundo talvez se admirará, que eu vá enunciar como uma grande novidade, que se pertende estabelecer uma imprensa no Brazil; mas tal he o facto. Começou o Seculo 19, e ainda os pobres Brazilienses não gozávam dos beneficios, que a imprensa trouxe aos homens; nem ainda agóra lhes seria permittido esse bem, se o Governo, que lho proibia, acoçado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asylo nas praias da nova Lusitania [Brasil].¹⁵

O decreto que recriava a Imprensa Régia no Rio de Janeiro especificava que esta deveria ser responsável por imprimir “toda a Legislação, e Papéis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do [...] real Serviço”,¹⁶ como cartas régias, alvarás, resoluções, avisos, editais, etc., ficando bem clara sua função burocrática. Para sua direção,¹⁷ foram nomeados José Bernardes de Castro,

¹¹ Ibidem, p. 742-743, nota 759.

¹² Para mais detalhes, cf. **RIZZINI**, op. cit., p. 322-324.

¹³ Considerado o primeiro periódico português que circulou fora da censura e o primeiro periódico brasileiro, tanto por ser escrito por um brasileiro quanto por ser voltado para o público brasileiro. Por suas críticas ao governo luso, sua circulação fora proibida no Brasil. Hipólito era, no entanto, monarquista, apesar de ser adepto de reformas e da união monárquico-constitucional do Império luso-brasileiro, só vindo a aderir à causa da Independência em julho de 1822, quase às vésperas do Grito do Ipiranga. Para informações bibliográficas sobre Hipólito, os principais pontos de vista defendidos por ele no *Correio* e os dados técnicos sobre essa publicação, cf. **RIZZINI**, Carlos. O fundador da Imprensa Brasileira. In: _____, op. cit., p. 341-364, e **COSTA**, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. XXX, t. I (“Estudos”), em especial a parte I, “A pessoa”, na qual há vários artigos de diversos autores que lançam luz sobre aspectos da vida e da obra de Hipólito.

¹⁴ **COSTA**, op. cit., v. I, n. 5, outubro de 1808, p. 394.

¹⁵ Ibidem, v. I, n. 5, outubro de 1808, p. 393.

¹⁶ Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa a Imprensa Regia, op. cit.

¹⁷ Cf. Decisão n. 17 – Guerra – de 24 de junho de 1808. Manda estabelecer a Junta da Direcção da Imprensa Régia e dá-lhe regimento provisório (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_6.pdf).

oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, além de dois deputados das Mesas da Inspeção do Rio de Janeiro e Bahia, o Doutor Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá,¹⁸ e José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu.¹⁹ Antes da criação da Mesa do Desembargo do Paço e da instituição dos censores régios, esta junta é que teria a atribuição de não deixar imprimir nada censurável.

Porém, diante da inexistência de outra tipografia em terras brasileiras, permitia-se mui generosamente que nela também se imprimissem “a beneficio do commercio, letras de cambio, avisos mercantis”, “folhinhas para o proximo anno, e de ajuntar a ellas tudo o que seja util publicar para instrucção do povo, assim como os almanaks nauticos, de que há grande necessidade”.²⁰ Enfim, “todas, e quaesquer outras obras”²¹. Assim sendo, do dia de sua criação – quando já começou a funcionar estampando a relação dos despachos assinados por d. João no dia de seu aniversário – até 1822, “saíram dos seus prelos, segundo o levantamento de Veiga Cabral, 1.154 trabalhos, na maioria opúsculos e avulsos insignificantes, papéis de expediente, editais, sermões, epicédios e epicínios, muitos impressos numa só página”.²² Oliveira Lima, ao elencar a temática desses trabalhos, aponta para “obras didáticas, de moral, de filosofia aristotélica, poéticas, dramáticas, mercantis, clínicas, náuticas, de todo gênero”.²³ José Mindlin, por sua vez, assinala que tal heterogeneidade, resultante de “um emaranhado de assuntos, cujo critério de seleção é extremamente difícil de discernir”, seria sintoma de “uma grande curiosidade intelectual, e o fervilhamento de interesses os mais diversos”²⁴

¹⁸ Foi um dos implicados na Conjuração do Rio de Janeiro em 1794. Sua biblioteca estava cheia de livros proibidos. Sobre ele cf. **NEVES**, Lúcia Maria Bastos Pereira das & **FERREIRA**, Tânia Maria T. Bessone da C. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 115, jan.-jun. 1989. Sobre a questão da reinserção destes nomes implicados em movimentos subversivos na América portuguesa contra a Coroa na administração joanina e da época do Império, cf. **SANTOS**, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

¹⁹ Cabe destacar este último. Nascido em Salvador, em 1756, e falecido no Rio de Janeiro, em 1835, Silva foi economista, jurista, publicista e político de destaque tanto no projeto da unidade luso-brasileira quanto na época da independência do Brasil, sendo agraciado com o título de Visconde de Cairu por d. Pedro I. Foi também desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, atuando como censor régio, e fez parte da junta da direção da Imprensa Régia. Formado em Coimbra, em 1801 publicou em Lisboa a sua primeira obra, *Curso de direito mercantil*, mas sua obra capital, *Princípios de economia politica*, viria à luz em 1804, sendo o primeiro livro que sobre semelhante assunto se escreveu em português, inspirado nos princípios da nova ciência fundada por Adam Smith. De 1801 a 1808, também publicou a sua importante obra (em 7 volumes), *Princípios de Direito mercantil e leis de marinha...* No Rio de Janeiro publicou, em 1808, as *Observações sobre o commercio franco no Brazil* (3 partes em 2 volumes). Participou da redação das decisões que levaram à abertura dos portos brasileiros e ao fim da proibição de instalação de manufaturas no Brasil. São muitos os seus trabalhos escritos e publicados em Lisboa, Rio de Janeiro e Bahia, tanto antes como depois de se declarar a independência do Brasil, tendo destaque suas obras sobre economia. Camargo e Moraes dizem ter Lisboa sido o autor que mais obras publicou na Imprensa Régia, tendo levado ao prelo, até 1822, mais de quarenta títulos de sua autoria (**CAMARGO & MORAES**, op. cit., v. 1, p. XXV).

²⁰ Para ambas as citações cf. Decisão n. 17 – Guerra – de 24 de junho de 1808. Manda estabelecer a Junta da Direcção da Imprensa Régia e dá-lhe regimento provisorio, op. cit.

²¹ Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa a Imprensa Regia, op. cit.

²² **RIZZINI**, op. cit., p. 320. Para exemplos de obras científicas e literárias de destaque que saíram dos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, cf., no mesmo autor, p. 320-321.

²³ **LIMA**, op. cit., p. 165.

²⁴ **MINDLIN**, op. cit., p. IX, ambas as citações.

que haviam sido mantidos tampados, sob fogo moderado, pela Coroa e que agora se permitia transbordar sob controle oficial.

Cabe destacar, contudo, que tanto Lima quanto Rizzini, da mesma forma que Nelson Werneck Sodré – todos respeitados autores, sendo que os dois últimos trataram mais especificamente em suas obras da temática da imprensa no Brasil –, simplesmente passam por cima de um dado, a nosso ver, de suma importância: a existência, em meio à categoria “todas, e quaesquer outras obras”, de fato, saídas dos prelos da Imprensa Régia, de um considerável número de escritos que podem ser classificados como antinapoleônicos (e, conseqüentemente, como antifranceses). Escritos esses que viriam, em época de guerra, engrossar um nicho de mercado que vinha sendo explorado por livreiros locais, juntando-se a algumas obras por eles importadas que atravessavam o Atlântico nos porões dos navios e das quais eles se abasteciam com mais facilidade, ainda que sob a vigilância governamental, desde a abertura dos portos.

É manifesto o incentivo dado pelas autoridades portuguesas, na época das Guerras Napoleônicas, à ventilação de idéias desfavoráveis ao inimigo, por meio da palavra escrita, na Península. Lembremos que parte da guerra de reconquista do território português seria também panfletária, posto que no Reino desenvolveu-se uma forte tradição de escritos antinapoleônicos.²⁵ Tais textos eram em muito inspirados nos similares produzidos na histórica aliada portuguesa, a Inglaterra, que ostentava a primazia dos ataques a Napoleão fora dos campos de batalha, tanto por meio de escritos quanto por meio de caricaturas²⁶ subvencionados às claras por seu governo, contribuindo consideravelmente para a consolidação da chamada Lenda Negra napoleônica que grassou pelos Estados europeus violados pelas tropas do general-imperador e mesmo na França.

O uso da palavra escrita era, aliás, uma prática amplamente difundida, como evidencia um escrito espanhol, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, que buscava justificar e incentivar a reação a uma das principais táticas de guerra de Napoleão, na análise do autor – o uso de papéis públicos tanto

²⁵ Para a questão dos escritos antinapoleônicos em Portugal (cerca de 1500 entre 1808 e 1811), que passam a ser consentidos e apoiados pelas autoridades que passam a vê-los como “instrumento que [...] toma o lugar das armas, sendo para muitos, mais contundente e perigosa”, e o conseqüente surto, até então desconhecido, da atividade editorial portuguesa, cf. VICENTE, António Pedro. Panfletos anti-napoleônicos durante a Guerra Peninsular: actividade editorial da Real Imprensa da Universidade. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20 (“O Livro e a Leitura”), p. 101-130, 1999. A citação feita nesta nota encontra-se na p. 107.

²⁶ Para a análise de uma das famosas caricaturas inglesas subvencionadas pelo governo contra Napoleão, cf. STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia*: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 181-183, destacando-se, na p. 181, a nota 159 sobre a caricatura enquanto tática oficial de guerra. Holtman esclarece que Napoleão também estimulou o trabalho dos caricaturistas contra a Inglaterra. Entre os principais alvos temos Pitt, o rei George, Wellington e Nelson: “Napoleon personally suggested cartoons pointed at many of these personages [...]. Usually he suggested the subjects to Fouché, who relayed them to the artists” (HOLTMAN, Robert. *Napoleonic Propaganda*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1950, p. 166). Sobre o trabalho de detratção de Bonaparte e da França feito pela Inglaterra por meio de caricaturas cf. BERTRAND, Jean-Paul; FORREST, Alan e JOURDAN, Annie. *Napoléon, le monde et les Anglais*. Guerre de mots et des images. Paris: Éditions Autrement, 2004.

para exaltar os feitos dos franceses quanto para detratar os seus inimigos²⁷ –, não deixando ele de frisar como a Grã-Bretanha era, também neste campo, uma adversária de peso. Segundo o espanhol,

Por huma fatalidade, de que não he facil atinar a rasão, nenhum dos Gabinetes Europeos, exceptuando o da *Grã-Bretanha*, soube oppôr resistencia alguma a este terrivel genero de guerra. [...].

Mas o Ministerio *Britannico*, que tinha então á testa o immortal *Pitt*, conheceo claramente a força irresistivel desta nova arma, e tentou destrui-la com outra igual. Homens de talento, que conhecião o estado politico da *Europa*, foram incumbidos de desmascarar de diversas maneiras, conforme as circunstancias, as intrigas do Governo *Francez*, e de sustentar perpetuamente o espirito público, e as operações do Governo, inclinando-as humas vezes á paz, outras á guerra. Os mesmos Chefes da opposição estiverão por tempos dirigindo Folhas periodicas: entre outros ahi se encontrão os nomes respeitaveis de *Fox*, e de *Sheridan*...²⁸

Portanto, dentre os diversos transplantes que aqui ocorreram diante da vinda de d. João, podemos citar também aquele referente à produção literária antinapoleônica. Ele ocorreria tanto pela importação de material já impresso, como pela reimpressão dele, chegando ainda a existir uma produção local. Tais escritos, ainda que do ponto de vista da qualidade literária possam ser tachados pelos mais críticos de “opúsculos e avulsos insignificantes”,²⁹ tendendo por isso mesmo a serem ignorados diante de obras de maior vulto do período, ganham importância, em nossa ótica, se considerados no cenário de resistência aos franceses como, literalmente, mais uma página no combate a eles. Segundo informa Schultz, ao comentar o que saía da Imprensa Régia, “in the first two years of operation, more than half of its annual publications concerned the French invasion and the Peninsular War. This was followed by a gradual decline in publications on these subjects. From 1810 to 1812 the annual average was 20 percent, whereas from 1813 to 1815 the annual average was 9 percent”.³⁰ Mesmo diante do decréscimo gradual, causado, primeiramente, pela expulsão do inimigo do território português e, depois, pelo próprio declínio do poderio napoleônico na Europa, ainda assim, a porcentagem inicial destes papéis é um dado a ser considerado.

²⁷ “Os papeis públicos vierão em consequencia a subministrar huma das principaes armas aos Exercitos *Francezes*” e, neles, “Cada resolução de Gabinete, cada Plano de campanha, cada dia de batalha [...] vinha transmittido, como huma obra prima, como o derradeiro ponto da perfeição humana”. Tais papéis “preconisavão o Governo *Francez*”, “calumniavão e vituperavão todos os outros” e “solapavão assim as bases de todas as instituições sociais” (“Discurso sobre a utilidade dos Papeis públicos na presente guerra”, texto publicado em Badajoz (Espanha) e datado de 1 de janeiro de 1809 e republicado na *GRJ* de 29 de abril de 1809, todas as citações). Muitas são as queixas contra o periodismo francês, a acusação básica sendo a mentira: “os embustes, que borbulhão nos periodicos d’aquella nação [França], entre as descaradas falsidades, com que intentão illudir aquelle povo escravo [os franceses], não só arredando de suas vistas o quadro das suas derrotas, mas transformando estas em decididas vantagens” (*GRJ*, 14/11/1812); “seus inchados boletins [de guerra]” (*GRJ*, 14/11/1812). Sobre eles fala-se o “quanto os boletins são impostores” (*GRJ*, 09/12/1812) e adverte-se o “quanto devemos abater das narrações inchadas, e falsas dos *Francezes*” (*GRJ*, 09/12/1812). Cf. também *GRJ*, 08/12/1813. Se no caso da Inglaterra “os seus papeis públicos fallão com a franqueza e liberdade” – as suas gazetas sendo “constitucionalmente livres e singelas” –, “he necessario lêr com summa prevenção tudo quanto são papeis francezes, quero dizer todos os dos diferentes Paizes, onde existe influencia Franceza; pois de certo contém falsidades” (*GRJ*, 19/10/1808).

²⁸ “Discurso sobre a utilidade dos Papeis públicos na presente guerra”, op. cit..

²⁹ RIZZINI, op. cit., p. 320.

³⁰ SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-*

Maria Beatriz Nizza da Silva iniciaria a tarefa de preencher, nas análises historiográficas sobre o período joanino no Brasil, a lacuna sobre este tipo de publicação ao dedicar-lhe um pequeno capítulo de nove páginas, em seu livro *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro*, realçando-a como um dos elementos presentes no cotidiano carioca de então.³¹ Cerca de metade do capítulo é ocupada por uma minuciosa lista de obras antinapoleônicas, impressas aqui e no exterior, elaborada com base em anúncios encontrados no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822).³² Não sobra, como se pode imaginar, muito espaço para uma análise mais detida desta produção que ela chama de “ciclo napoleônico”:

Muito embora a produção literária, no início do séc. XIX, estivesse marcada pela teoria dos gêneros, vemos irromper textos que dificilmente se enquadram na classificação então existente, até porque muitos deles assumem um caráter nitidamente popular. Trata-se das obras e folhetos destinados a combater e denegrir o “terrível corso” [Napoleão], primeiro em Portugal e depois no Rio de Janeiro. O auge de tais publicações foi atingido nos anos de 1808 e 1809, mas o interesse prolongou-se até 1815 [queda de Napoleão], e a lista das obras anunciadas pelos livreiros do Rio de Janeiro permite a compreensão do fenômeno que poderemos denominar “ciclo napoleônico”. Muitos desses folhetos são diretamente contra Napoleão, outros contra os seus mais célebres generais, outros, finalmente, contra os franceses em geral. Poderíamos ainda considerar como complementos deste ciclo napoleônico as obras panegíricas dos chefes militares ingleses, espanhóis ou portugueses.³³

Sob a forma de libelos políticos, poemas encomiásticos, sermões comemorativos, orações, peças de teatro, catecismos, anedotas, pequenas histórias, etc., de tamanhos variados e preços reduzidos – o que superava as limitações dos livros diante da possibilidade de alcançar de forma mais rápida e barata um público mais amplo –, esta literatura antinapoleônica procuraria divulgar em linguagem acessível, e com o consentimento da Coroa, os recentes eventos e principais embates ideológicos que surgiam no rastro das Guerras Napoleônicas. Buscava-se, com ela, dar larga publicidade às realizações do governo português e de seus aliados e às críticas feitas ao regime que tinha lugar na França, propiciando sua circulação além dos corredores do palácio real, em meio ao grande público formado por poucos leitores, é verdade, mas, possivelmente, por muitos ouvintes.

Embora Nizza da Silva afirme que uma “das características mais interessantes deste ciclo napoleônico foi a profunda repercussão que obteve junto das camadas populares, principalmente em

1821). New York/London: Routledge, 2001, p. 142-143, nota 93.

³¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O ciclo napoleônico. In: _____. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 215-224. Na historiografia mais recente, vale ressaltar, neste sentido, para o caso do Brasil joanino, algumas louváveis referências mais enfáticas, embora ainda pontuais, a esta produção antinapoleônica que aparecem ao longo da obra de SCHULTZ, op. cit. e no artigo de NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 37 p. 95-111, 1999, em especial p. 102 a 106.

³² Cf. SILVA, “O ciclo napoleônico”, op. cit., p. 216-219. Primeiramente, Maria Beatriz lista os textos anunciados sem autoria, data e local de publicação (em número de 85), depois ela elenca aqueles cujos dados, além do título, são citados nos anúncios (em um total de 24).

³³ *Ibidem*, p. 215.

Portugal”, ela diz acreditar que “no Brasil, estes textos encontrassem um eco popular muito menos intenso, uma vez que o país não tinha sofrido a invasão dos exércitos napoleônicos, mas”, prossegue ela, “os folhetos impressos no Rio de Janeiro não levavam em conta essa diferença e utilizavam os mesmos recursos formais e lingüísticos para atingir a massa”.³⁴ Ainda que a hipótese da autora, acerca da limitada repercussão popular desta literatura na América portuguesa, possa vir a ser comprovada (o que não constitui objeto de nosso estudo), em nossa opinião o interesse na produção antinapoleônica que circulou no Brasil não perde sentido. Afinal, trata-se de uma das expressivas manifestações do sentimento antifrancês na América joanina que se fará presente no seu cotidiano não apenas nos papéis públicos, mas também na correspondência privada e diplomática, nas conversas informais e nos discursos oficiais, na legislação e nas ações da Intendência de Polícia.

Se a promoção oficial deste sentimento por meio do suporte literário se explica no Reino pela guerra em si, ganhando notoriedade por atingir em cheio com seu conteúdo os referenciais internos dos leitores e ouvintes que se achavam mergulhados no conflito, aqui, tal promoção possa, talvez, ser explicada justamente pela distância com relação a essa mesma guerra, que impedia um envolvimento direto da população nos acontecimentos, o que faria com que os sentimentos antifranceses dos residentes da América portuguesa se vissem na necessidade de serem forjados mais por palavras do que por experiências reais advindas da guerra. Buscar alinhar esses sentimentos ao discurso oficial demonstra a existência de um processo no qual, “a partir do momento em que o grupo esteja particularmente ameaçado de derrota ou desintegração a inflação da linguagem exaltante virá cumular as solidariedades fraquejantes”.³⁵ Consequentemente, guiar opiniões e sentimentos, em um momento de ameaça, é um importante mecanismo de preservação interna e de defesa externa, pois auxilia a promoção de adesões e de união dentro do grupo que se sente intimidado por um inimigo.

Encarar, todavia, esta produção antinapoleônica apenas como um inevitável contra-ataque exclusivamente motivado pela situação de conflito armado, além de óbvio e cômodo, revela apenas a camada mais superficial de um profundo discurso de poder. Desta forma, procuraremos em nossas análises ir um pouco além da captação dos contornos das representações caricaturais e preconceituosas presentes neste discurso e da verificação de suas conseqüências no cotidiano da colônia. Sem descurar do contexto bélico e dos ódios nascidos com a forçosa transferência da Corte para a América e com a invasão do território português, torna-se necessário, ao lado da detecção destas imagens raivosas sobre o inimigo e de práticas repressivas, descortinar os motivos basilares desta produção que, para ter livre circulação ou livre reprodução na colônia, deve estar alinhada com

³⁴ *Ibidem*, p. 221 (todas as citações).

³⁵ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 232.

as diretrizes oficiais, cabendo despender uma maior atenção para “a natureza real da linguagem enquanto código ideológico”.³⁶

Portanto, o combate ao que é, de fato ou supostamente, francês ou napoleônico por uma faixa da literatura produzida na época pode ser analisado como uma das peças do jogo de controle português. É o que d. Rodrigo explicita em uma carta ao intendente geral de Caiena, há alguns meses ocupada pelas tropas portuguesas. Diante da descoberta que este último fizera de uma tipografia, o ministro joanino aprovava que se fizesse nela imprimir “aquelles livros que julgue interessantes para a Administração, e para fazer odioso o governo Francez, fazendo-o conhecer e desmascarando-o”.³⁷ Observemos como a conquista militar deve ser reforçada pela conquista do imaginário por meio de publicações detratadoras.

Na tentativa de construir, pela contrapropaganda, a face de um inimigo comum e de forjar intrigas em torno dele percebe-se a disseminação oficial da suspeita para melhor vigiar e o reforço de temores a fim de forçar coesões.³⁸ Transparece também nesta propaganda a intenção de realocização, reinserção e reestruturação dessa monarquia, podendo, pois, ser ela considerada como auxiliar na propagação do projeto de regeneração imperial que se liga à vinda de d. João. Como lembra Chartier, proceder à

investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.³⁹

Neste sentido, tanto quanto captar estas representações na literatura antinapoleônica, importa-nos entender suas motivações menos alardeadas e, ao captá-las, tentar mostrá-las como parte integrante de um discurso de poder que visa construir (e “impor”) uma determinada “concepção de mundo social”.

A questão, portanto, é perceber outros interesses embutidos neste discurso além do argumento de contrapropaganda puro e simples. Interesses que não afloram de maneira tão imediata assim. Este tipo de análise foi-nos inspirada por Bernard Bailyn, em seu trabalho sobre as origens ideológicas da Revolução Americana.⁴⁰ Segundo o autor, as fontes escritas (no caso de seu estudo os escritos

³⁶ BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 69.

³⁷ AHI, Coleções Especiais – Documentação do ministério anterior a 1822: Lata 179, maço 1, pasta 8 - Conde de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro)- correspondência recebida – Linhares, conde de (cópia) – 1811, Carta do conde de Linhares ao senhor José Severiano Manoel da Costa [João Severiano Maciel da Costa], Intendente Geral de Caiena, datada de 17 de julho de 1811.

³⁸ Cf. capítulo 4 da tese, “As outras faces do inimigo: a França e os franceses”.

³⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

⁴⁰ BAILYN, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution* (enlarged edition), Cambridge, Massachusetts/Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1992. Há uma edição brasileira intitulada *As origens Ideológicas*

políticos, em especial os panfletos), enquanto discurso, refletem com bastante precisão, por trás da questão da propaganda e da retórica, as realidades de um dado momento nos seus níveis mais básicos, isto é, medos, ansiedades e perigos reais.⁴¹

Posto isto, a propaganda oficial antinapoleônica/antifrancesa no Brasil joanino deixaria transparecer várias realidades enfrentadas naquele momento pela monarquia lusa, como as instabilidades políticas geradas pela guerra, a insegurança causada pela proliferação de idéias liberais e o perigo, para a manutenção da integridade de seu império, de contestações feitas ao absolutismo, ao regime monárquico e ao colonialismo. Por outro lado, diante da detecção da precariedade vivida por ela, vemos surgir um discurso de reforço do império português. Assim, no mesmo espaço em que se denuncia o veneno, elabora-se o antídoto e ambos aparecem lado a lado nas tramas da retórica contra a França que pretendem enredar o súdito fiel e que circulou na América portuguesa durante a estadia de d. João.

Entre uma leitura e outra destes papéis, silenciosamente ou em voz alta, entre um comentário e outro acerca deles nas residências, tavernas, lojas, praças, feiras, saídas das missas, entre um burburinho aqui e um “ouvir dizer” ali, começaria a se esboçar, entre as diversas camadas sociais da nova Corte tropical, um imaginário antinapoleônico e antifrancês, mas também a discussão e a transmissão de idéias e concepções de mundo vistos, em alguns casos, com maus olhos pela Coroa. É justamente uma parcela desta produção literária antinapoleônica que analisaremos a seguir, na *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Diante disto, não é de se estranhar que, como contrapeso ao estabelecimento definitivo da tipografia no Brasil, “introduziu também o governo os meios de escravizá-la aos seus interesses públicos e privados”,⁴² ao pôr em vigor a censura prévia, uma velha conhecida dos vassallos portugueses.⁴³ Em 27 de setembro de 1808, os primeiros censores régios foram nomeados, sendo

da Revolução Americana (Bauru: EDUSC, 2003).

⁴¹ “I began to see a new meaning in phrases that I, like most historians, had readily dismissed as mere rhetoric and propaganda: ‘slavery’, ‘corruption’, ‘conspiracy’. [...] I began to suspect that they meant something very real to both the writers and their readers: that there were *real fears, real anxieties, a sense of real danger behind these phrases*, and not merely the desire to influence by rhetoric and propaganda the inert minds of an otherwise passive populace. The more I read, the less useful, it seemed to me, was the whole idea of propaganda in its modern meaning...” (Ibidem, p. XII-XIII “Foreword”, grifos nossos).

⁴² RIZZINI, op. cit., p. 327.

⁴³ A América colonial também se sujeitava até então às leis de censura que vigoravam no Reino. A preocupação da Coroa era cercear as idéias que circulavam e que poderiam ser perigosas e, obviamente, seus suportes. Com a criação aqui da Mesa do Desembargo do Paço nenhuma obra deveria ser retirada ou despachada dos portos brasileiros sem ter a licença da Mesa (cf. item 4.2. da tese, “Os franceses na livraria do Cônego: censura de livros e representações sobre a França no período joanino”). A censura só seria suspensa pela primeira vez no Brasil em 2 de março de 1821, por conta dos acontecimentos liberais relacionados à Revolução do Porto. Do mesmo modo, na França absolutista, todo o material impresso passava pela apreciação de censores (cerca de 200), cujas decisões eram executadas pelos inspetores do comércio de livros que reprimiam, desta forma, a heresia, a sedição e asseguravam os privilégios que jornais oficiais possuíam para a cobertura de certos assuntos (DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 47).

escolhidos pessoalmente pelo monarca devido à sua formação e cultura:⁴⁴ o Padre Mestre Frei Antônio da Arrabida, confessor do Príncipe da Beira; o Padre Mestre João Manzoni, confessor de uma das tias de d. João; Luiz José de Carvalho e Mello, do Conselho de d. João e Corregedor do Crime da Corte e Casa; e o anteriormente citado membro da Junta Diretora da Impressão Régia, José da Silva Lisboa, à época também Deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil. Interessante notar nesse grupo o equilíbrio entre leigos e religiosos. Aliás, cabe ressaltar que estes últimos também colaborarão expressivamente com a propaganda antinapoleônica, tanto ao levar ao púlpito a temática contra os franceses, como ao terem sermões e orações de mesmo conteúdo impressos na tipografia real.

Se, *a priori*, a palavra escrita parecia livrar-se dos pesados ferrolhos que a vinham mantendo sob clausura, ao abrir-se-lhe a porta, com a instalação da tipografia no Brasil, esta iria dar diretamente em um intrincado labirinto do qual podia não se ver livre. Assim, durante o período joanino, os originais das obras a serem publicadas apenas o eram depois de, encaminhados à Impressão Régia mediante autorização da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, serem examinados e aprovados pelos censores régios e pelo Desembargo do Paço. E já a antecipar a oficialização desta censura que se daria em breve, incumbia-se a junta diretora da Impressão de “examinar os papeis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar *que nada se imprima contra a religião, o governo e bons costumes*”,⁴⁵ não coincidentemente considerados pelos conservadores ligados às estruturas do Antigo Regime os principais alvos da ação iconoclasta dos revolucionários franceses e de sua ideologia subversiva e, portanto, pontos essenciais a serem defendidos e antigos bastiões que se pretendia fossem intocáveis.

Posto isto, vemos que a decisão de d. João, também exposta no decreto de 13 de maio de 1808, de colocar a administração da Impressão Régia sob a tutela da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, agora coordenada por d. Rodrigo, é bastante sintomática da função combativa e, porque não dizer, belicosa destes papéis. Isto pode ser captado no título da Decisão nº 17, de 24 de junho de 1808,⁴⁶ referente ao estabelecimento da Junta da Direção da Impressão Régia e de seu regimento provisório, em que, dentre os tópicos “Brazil”, “Marinha” e “Guerra”, indicativos da Secretaria a que diziam respeito, esta é classificada nesta última categoria, o que não denota apenas uma classificação burocrática, mas a atribuição de um caráter aguerrido a ela. O remodelamento da tipografia governamental, ocorrido em 1815, pelo qual sua administração passaria dos Negócios Estrangeiros e

⁴⁴ Cf. Decreto de 27 de setembro de 1808. Approva a nomeação dos Censores Regios (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_39.pdf). Posteriormente, outras nomeações seriam feitas.

⁴⁵ Decisão n. 17 – Guerra – de 24 de junho de 1808. Manda estabelecer a Junta da Direcção da Impressão Régia e dá-lhe regimento provisório, op. cit, grifos nossos.

⁴⁶ Idem.

da Guerra para o Real Erário,⁴⁷ também é bastante sugestivo desta função bélica (ou melhor, de seu esvaziamento), afinal, coincidência ou não, trata-se do ano em que Bonaparte deixa definitivamente o governo da França e parte rumo a seu exílio final na ilha de Santa Helena.

Finalmente, ter a tipografia oficial do governo português sob o comando de d. Rodrigo pode igualmente ser visto como uma sutil, embora significativa, vitória obtida pelos anglófilos. Nada mais emblemático no combate a Napoleão do que imprimir material contra ele em prelos ingleses sob a regência de um ministro do partido inglês. De fato, deste momento até a queda do imperador, este grupo é quem dará as cartas na política luso-brasileira. Basta lembrar o peso político que exercerá d. Rodrigo no Brasil até sua morte, em 1812.⁴⁸

2.2. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e a campanha antinapoleônica

OUTRO BURGUESES

Não há nada melhor, domingos e feriados,
Que a amigos falar de guerras e combates,
Embora na Turquia, ao longe em mil embates,
Os povos se estraçalhem, sempre inconformados.
Postado na janela, a sorver um copinho,
Navios olhando ao longe a deslizar nas águas,
À noite vem-se alegre à casa de mansinho,
Bendiz-se então a paz sem a guerra e sem mágoas.

TERCEIRO BURGUESES

Claro, vizinho amigo, assim também me apraz,
Quebrem eles cabeças, usando o seu estilo,
Que lá fora haja guerra e nunca exista paz,
Contanto que em meu lar tudo esteja tranqüilo!
Goethe. *Fausto*⁴⁹

Um importante reforço à propaganda antinapoleônica promovida pelo governo lusitano em terras americanas seria dado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Esta ecoaria na nova sede da Corte portuguesa a mesma linha de ação de outras publicações da época, como o inglês *The Anti-gallican*

⁴⁷ Decreto de 17 de fevereiro de 1815. Determina que o governo e administração da Real Officina Typographica e Fabrica de cartas de jogar fiquem pertencendo ao Presidente do Real Erário, como Inspector Geral destes estabelecimentos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colectoes/Legislacao/Legimp-C_53.pdf). Dentre as principais mudanças internas na tipografia, temos: Silvestre Pinheiro Ferreira entrará como quarto membro da Junta Diretora original e será exonerado em 1820 sem ser substituído; Mariano da Fonseca, por sua vez, pedirá demissão e será substituído pelo lente da Academia Militar José Saturnino da Costa Pereira, irmão do redator do *Correio Braziliense*; cria-se o cargo de administrador que passa a ser ocupado por Antonio Pedro Henriques de Mello e José Bernardes de Castro parte, em 1816, para a Europa, sendo substituído pelo Padre Francisco Vieira Goulart (**RIZZINI**, op. cit., p. 318).

⁴⁸ Sobre d. Rodrigo, escreveu Manchester tratar-se de “um monarquista absoluto, com intensa aversão pelos princípios da Revolução Francesa. Quase todas as medidas propostas pelo governo durante os seis anos seguintes, foram produto de sua iniciativa, independentemente de serem ou não afectas ao seu setor. Decididamente pró-inglês em suas simpatias, era amigo íntimo do visconde Strangford” (**MANCHESTER**, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1933], p. 76).

Monitor and anticorsican Chronicle, o espanhol *Confederação dos Reinos e Provincias de Espanha contra Bonaparte* e a própria *Gazeta de Lisboa* (nos momentos em que não esteve nas mãos dos franceses), sua parente mais próxima.⁵⁰ Trata-se do primeiro periódico impresso no Brasil. E, desde sua denominação de “gazeta”, passando pelo pequeno formato *in quarto*, em tudo se parecia com suas co-irmãs européias.

O periódico fluminense contava com quatro páginas que, ocasionalmente, chegavam a seis ou oito dependendo do fluxo de notícias. Sua pretensão inicial era circular apenas aos sábados, mas passou a circular também às quartas-feiras (o que foi anunciado já em seu segundo número), contando, eventualmente, com edições extraordinárias. De julho de 1821 até seu número final em 1822, saíria três vezes na semana (terças, quintas e sábados). Sua assinatura semestral era de 1\$900, o que incluía as edições extras e o serviço de entrega em domicílio na sede da Corte, podendo também ser despachada para fora dela mediante o pagamento das despesas de envio. O exemplar avulso, por sua vez, custava oitenta réis, preço não tão reduzido assim,⁵¹ e podia ser comprado diretamente na loja do livreiro Paulo Martin Filho localizada no Rio de Janeiro.

Além do noticiário, a *Gazeta* apresentava também uma parte de utilidade pública – a seção “anuncio” – na qual, além de dar publicidade ao material saído da Imprensa Régia (incluindo-se aí a legislação e várias publicações de cunho antinapoleônico) ou a obras e gravuras que eram vendidas pelos livreiros do Rio de Janeiro, divulgavam-se o que chamamos hoje de “classificados”. Tal serviço – uma janela privilegiada para o historiador se debruçar sobre alguns aspectos que constituíam o cotidiano da Corte – não era cobrado e já na edição inaugural afirmava-se que “na mesma gazeta se porão quaesquer annuncios que se queirão fazer” (*GRJ*, 10/09/1808). No exemplar de número 2, apareceria o primeiro deles que comunicava: “Quem quizer comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender” (*GRJ*, 17/09/1808). A anunciante deveria ser, possivelmente, uma herdeira que buscava desfazer-se, por algum motivo, de um imóvel, sendo auxiliada por um parente ou amigo da família.

Nascida das entranhas da Imprensa Régia, a *Gazeta* seguiu o provérbio de “quem sai aos seus não degenera”. Assim sendo, seu discurso se alinhava totalmente ao da Coroa e isto era de se esperar,

⁴⁹ GOETHE, J. W. *Fausto-Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 43.

⁵⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para professor titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 26. Sobre a *Gazeta de Lisboa* no contexto do Antigo Regime português, cf. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro*. Campinas, 2006. 216 p. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, capítulo 1, item 2, “A imprensa Portuguesa no século XVIII e a circulação de idéias na Colônia”, p. 36-53.

⁵¹ “o seu preço era altíssimo, pois custava 80 réis o número avulso” (SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de*

dada a dependência que ligava a viabilidade de sua impressão à tipografia governamental. Ela surgiria, pois, com o tornozelo bem atrelado a uma pesada bola de ferro que não lhe possibilitaria alçar maiores vôos críticos longe das vistas oficiais. Além do que, havia sido dada em privilégio à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo dirigida por seus oficiais e presidida por d. Rodrigo, tornando-se, desta forma, mais uma “arma” para seu grupo.⁵²

Seu primeiro redator seria um dos oficiais da dita Secretaria, frei Tibúrcio José da Rocha. Rizzini explica sua saída, em março de 1812, por encontrar-se ele farto da “impertinência do Conde [de Galveias], que em tudo queria meter o bedelho”,⁵³ o que demonstra que, apesar da morte de d. Rodrigo, o governo joanino continuava a fazer amplo uso de sua prerrogativa tutelar no periódico. Como vimos, esta ligação íntima entre papéis públicos e homens do governo já era uma das características da contrapropaganda napoleônica na Inglaterra. Frei Tibúrcio seria substituído por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães até fins de julho de 1821, quando este também se demitiu e foi sucedido pelo cônego Francisco Vieira Goulart, seu último redator.

Apesar de sua filiação a um órgão estatal, é interessante notar como a *Gazeta*, reiteradas vezes, buscava desemaranhar-se do selo oficial. Esta seria, talvez, uma tática para forçar-lhe ares de imparcialidade⁵⁴ ou mesmo uma maneira encontrada pelo redator de valorizar seu trabalho desvincilhando-o da imagem de mero “garoto de recados” do governo. Deste modo, na sua primeira edição, em 10 de setembro de 1808, advertia-se que “ainda que pertença por Privilegio Real aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, não he com tudo Official; e o Governo somente responde por aquelles papeis, que nella mandar imprimir em seu nome” e afirmava-se ser a “imparcialidade, que conduz sempre a nossa penna”. Entretanto, algumas vezes, a intervenção explícita da Coroa na orientação de alguns conteúdos a serem impressos na *Gazeta* ficava evidente, como quando o editor usa termos como “Temos ordem superior para anunciar” (*GRJ*, 23/03/1811; *GRJ*, 24/07/1811); “Por Ordem Superior publicamos” (*GRJ*, 29/05/1811) ou “Por Ordem superior transcreveremos em o nosso Periodico” (*GRJ*, 17/08/1811).

Embora o controle governamental das notícias a serem publicadas existisse efetivamente, isto não impedia que o redator deixasse passar algo que não fosse conveniente. Neste sentido, vale destacar um *mea-culpa* redigido muito possivelmente por frei Tibúrcio, relativo à reprodução de um trecho de uma gazeta inglesa, no qual se sobressaíam algumas críticas à Convenção de Sintra. Este

Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 3, p. 262, verbete “Imprensa”).

⁵² Este vinculamento entre um periódico e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros não era inédito. A produção da *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, havia sido dada em privilégio aos oficiais da mesma secretaria em 1761 (MEIRELLES, op. cit., p. 44, nota 115).

⁵³ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1945, p. 334.

⁵⁴ Cabe lembrar que para o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* o conceito de imparcialidade “estava mais vinculado a uma idéia vigente de neutralidade, no sentido de não mencionar um viés opinativo das notícias, do que simplesmente desvincular as relações com o poder político real” (MEIRELLES, op. cit., p. 61).

acordo – assinado, em agosto de 1808, entre militares ingleses e franceses, sem a participação de qualquer autoridade portuguesa – previa a cômoda remoção das tropas de Junot do Reino, sem que seus soldados fossem considerados prisioneiros de guerra, e de todas suas armas e bens (muitos deles saques) por uma esquadra inglesa até a França e marcava o fim da primeira invasão napoleônica a Portugal. Tais críticas, aliás, corriam à boca pequena tanto no Reino como aqui, relacionadas ao fato de os ingleses terem agido à revelia dos lusitanos e tratado os invasores com extrema brandura.⁵⁵

Pelo visto, a princípio, o redator da *Gazeta* não teria avaliado corretamente a repercussão da divulgação, nas páginas do periódico da Corte, de algumas “expressões por extremo duras e injustas” usadas contra a Convenção no artigo copiado e endereçadas ao comando militar inglês em Portugal. No entanto, tal publicação deve ter sido em seguida considerada inadmissível por d. João e/ou d. Rodrigo, o que possivelmente motivou a admissão pública do erro pelo redator. É interessante notar sua apologia à censura e a insistência em descarrilar a *Gazeta* dos trilhos governamentais e dar autonomia ao seu trabalho:

Copiando huma Gazeta Ingleza (*O Times*), o Redactor não advertio em algumas expressões por extremo duras e injustas, que o espirito de partido em *Inglaterra* fez publicar ao Gazeteiro na sobredita folha, e que se traduzirão e publicarão na Gazeta do *Rio de Janeiro*; o que mal figura em hum paiz onde nao ha a liberdade da Imprensa [como o Brasil] (que compensa os grandes bens, que faz com estes pequenos inconvenientes); e posto que esta Gazeta não seja official; com tudo o Redactor, para corrigir estas fortes e injustas expressões do Gazeteiro Inglez, e fazer vêr o seu modo de pensar, ajunta aqui as seguintes observações, que fez sobre a convenção, e que terão logo apparecido na primeira Gazeta, se a extensão do papel o tivesse permitido (*GRJ*, 19/11/1808).⁵⁶

Se deixarmos as páginas da *Gazeta* e passarmos àquelas do *Correio*, podemos ver o diferente tratamento dado ao episódio da Convenção, um tema espinhoso, para não dizer constrangedor, para a Coroa, tanto pelo aparente desprezo apresentado pelos ingleses no evento, que pareciam sobrepor-se à autoridade portuguesa, quanto pela necessidade de zelar pela saúde diplomática entre ela e sua aliada, o que a impedia de elaborar maiores críticas aos oficiais ingleses. Esta comparação serve para melhor evidenciar as limitações vivenciadas tanto pelo redator da *Gazeta*, no que se refere à obrigatoriedade de alinhamento com o discurso oficial, quanto pelo governo lusitano, diante da pesada dependência que o prendia ao Reino Unido.

Assim, Hipólito confirmaria em seu jornal a enxurrada de manifestações negativas da imprensa inglesa diante do episódio do tratado. Uma imprensa, destaca ele, marcada pela liberdade e a variedade de opiniões, em um cenário diametralmente oposto ao português que impedia autocríticas.

⁵⁵ Para as críticas à Convenção de Sintra feitas pelo general Bernardim Freire de Andrade, comandante do exército português, assim como por d. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de d. Rodrigo, e por d. João, cf. **ALEXANDRE**, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 185-188.

No entanto, ele surpreende ao abrir mão de reproduzi-las ou engrossá-las e decide usar o seu precioso tempo de redator para fazer denúncias a respeito dos representantes do governo luso na Inglaterra – um deles sendo o irmão de d. Rodrigo – por não terem sido anteriormente mais enérgicos no tocante às estipulações das competências dos militares ingleses que lutavam contra os franceses na Península, e por não o serem agora diante das críticas, que eram ventiladas na imprensa, de supostas más condutas dos combatentes portugueses.

O discurso da imparcialidade também é evocado por ele e Hipólito deixa bem claro que, ao contrário do que aconteceria, como vimos, a seguir, com o redator da *Gazeta*, sua decisão de abster-se de negativar o episódio da Convenção não se deve a uma imposição governamental, mas à sua maturidade para exercer, com responsabilidade, bom senso e utilidade pública, a liberdade que lhe é amplamente concedida – um tapa com luva de pelica na face autoritária do governo joanino:

Os jornalistas de Londres, tem dicto tanto sobre ésta materia, e tem mostrado tal indignação contra os authores e fautores da convenção, que se fez com Junot, que não ha epitheto oprobrioso na lingoa Ingleza, que não tenha sido applicado a ésta transacção. Os Inglezes lamentaõ a sua perca de character; aos Portuguezes pertence deplorar as mas consequencias daquella desaventurada convenção, pelo que toca a Portugal; e a mim, que escrevo em Inglaterra as memorias do tempo, convem mostrar o modo porque nisto se portáram as pessoas publicas aqui empregadas pela Nação Portugueza; e de caminho observarei, que se não accumulo aos que reputo *culpados* as mesmas oprobrias reprehensoes, de que fazem uso os outros jornalistas, meus contemporaneos, fallando deste importante facto, não he porque ignore, que as leis Inglezas me permittem igualmente o fazello; mas porque o meu intento he informar os Portuguezes presentes, e vindouros, do modo porque os servem os homens publicos, que elles emprégam, conservando porém a minha costumada imparcialidade.⁵⁷

Mas voltemos à *Gazeta*. Os versos de Horácio, “Doctrina vim promovet insitam, Rectique cultus pectora roborant”, que aparecem na epígrafe do periódico fluminense e que podem ser traduzidos como “os modos de vida corretos fortificam os corações”,⁵⁸ ganham bastante sentido por tratar-se de um impresso feito sob supervisão governamental e espelham bem sua função doutrinadora.⁵⁹ Dessa forma, “os modos de vida corretos” seriam moldados com a leitura do jornal, correspondendo eles às atitudes esperadas de um vassalo exemplar que assim o é enquanto aquele que acata e inculca, sem discussão, o conteúdo ali ventilado. Conteúdo este, aliás, ajustado pela versão oficial dos acontecimentos, sem emissão de juízo próprio. Até porque, a esmagadora maioria dos artigos ali publicados era copiada, literalmente ou de modo resumido, de outros periódicos, o que faz da *Gazeta*,

⁵⁶ O trecho sobre a Convenção ao qual o redator faz referência saíra na edição anterior de 15/11.

⁵⁷ COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), v. I, n. 4, setembro de 1808, p. 318-319, grifo do original.

⁵⁸ Agradeço a tradução à colega Renata Senna Garraffoni, professora doutora da Universidade Federal do Paraná na área de História Antiga.

⁵⁹ Para nós essa função é primordial na *Gazeta* e, desta maneira, discordamos de Sodré quando este afirma apresentar ela “intenção informativa mais do que doutrinária” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 26).

na época de d. João, uma repassadora de informações. Seu cunho, portanto, é laudatório e informativo, mas, mesmo neste repasse, a escolha por si só dos artigos a serem reproduzidos e de suas fontes já revela as tendências oficiais e, assim, os eixos doutrinários que se deseja que sejam seguidos. A leitura de notícias sobre a guerra (que formam boa parte do conteúdo da *Gazeta* durante os conflitos napoleônicos) é colocada como um traço de patriotismo, ou seja, de “modo de vida correto”:

Pelo Paquete *Inglez*, chegado no dia 3 do corrente, recebemos folhas até 9 de Janeiro, que contem muitas noticias interessantes, das quaes damos o extracto com a maior brevidade, que foi possivel. Os dois objectos principaes são os esforços da *Peninsula*, e da *Russia*, propostas ao mesmo fim: serão estes o assumpto deste n.º, no que só deixará de interessar a quem faltar o verdadeiro patriotismo; e tiver a alma impenetravel aos sentimentos da independencia [da Península] (*GRJ*, 6/03/1813).

A *Gazeta* pode ser vista, por conseguinte, como um canal privilegiado pelo qual o governo português no Brasil buscou “‘estabelecer a verdade’ após uma intervenção do adversário, [e] emitir um fluxo de discursos destinado a responder e recordar a ilegitimidade do inimigo simbólico”.⁶⁰ Abaixo da camada superficial de informações sobre a guerra ou sobre os feitos da Coroa podemos enxergar a intenção primordial “de convencer, persuadir, fazer aceitar as suas razões; trata-se, para o locutor [no caso, o governo português], de se tornar conhecido como o detentor da linguagem correta e conquistar adesões”.⁶¹

Sob este ponto de vista, tanto a *Gazeta* quanto os demais escritos de cunho antinapoleônico podem ser vistos como exemplos de “violências simbólicas”.⁶² “Violências” por serem ataques ao inimigo que se dão pela propagação de certas imagens negativas sobre ele no âmbito do discurso (seja ele verbal ou impresso). “Simbólicas” na medida em que não são físicas, mas podem vir a gerar reações neste sentido. Destarte, exercer o poder é sinônimo de apropriar-se da palavra, ter a posse do discurso e canalizá-lo para a legitimação de determinadas estruturas que garantam a manutenção desse poder. Ansart propõe “analisar de que modo a violência simbólica pode transpor um conflito social e contribuir para a sua conformação, de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos, de que modo intervém para interiorizar o conflito através dos

⁶⁰ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 79.

⁶¹ Ibidem, p. 83. Isto nos leva a pensar a questão da censura: censurar uma obra é condenar a linguagem ali presente, é imputar-lhe o estigma de incorreto, de inaceitável. É, desta forma, mostrar quem detém a “linguagem correta”.

⁶² Falamos em “violências simbólicas” procurando tirar partido desta expressão utilizada por Pierre Ansart: “Toda guerra, civil ou entre nações, veio lembrar, se tal fosse necessário, que um conflito se desenvolve necessariamente num conflito de linguagens [na nossa opinião o oposto também é válido] e que a evolução dos confrontos suscita uma intensificação das expressões e das propagandas que visam legitimar a ação e manter o moral dos exércitos. [...] Em vez de acarretar uma deflação das violências verbais, a ampliação dos próprios meios materiais e a multiplicação dos meios de comunicação de massa provocam a extensão planetária das violências simbólicas” (Ibidem, p. 9). É justamente isso o que presenciamos na América portuguesa: com o surgimento da *Impressão Régia* e da *Gazeta* (multiplicação dos meios materiais e de comunicação) esta “violência simbólica”, que já tinha espaço no Reino, é aqui fincada.

diferentes agentes sociais”.⁶³ E são justamente a esses aspectos que daremos atenção na análise do discurso antinapoleônico/antifrancês presente no periódico fluminense.

O mesmo autor ainda coloca que “a produção ideológica pode permitir o mascaramento, a deslocação, ou o desvio dos conflitos ou das potencialidades do conflito” e “pode ainda exagerar o conflito, ou amenizá-lo, articulando um conflito imaginário sobre as potencialidades efetivas”.⁶⁴ Diante destas afirmações, sob nosso ponto de vista, o discurso antinapoleônico do qual nos aproximamos, ao canalizar a atenção para o inimigo, serviria para desviar de alguma forma o foco da situação de decadência, fragilidade e desmantelamento do império português. Não deixando, contudo, de considerá-lo como uma luta simbólica entre o novo e o antigo, ou seja, entre as forças liberais (desencadeadas com a Revolução Francesa e identificadas com Napoleão, com a França, com os franceses e com os “afrancesados”) e as forças arraigadas ao Antigo Regime (calcadas na tradição monárquica e na religião),⁶⁵ vemos nele um anteparo atrás do qual se esconde a monarquia bragantina e em torno do qual ela constrói um discurso do que seria ideal para evitar sua desintegração e degeneração.

Logo, trata-se de um discurso que, além de promover a amarração de todos contra um inimigo comum, buscando a união dos vassallos em torno de uma mesma causa – a expulsão dos franceses –, visa também forjar coesões que auxiliem a reestruturação da autoridade monárquica portuguesa. Estes aspectos ficam bem claros em um dos trechos da *Gazeta*, onde pistas são dadas sobre sua importância de periódico e a necessidade de sua criação no contexto da guerra, assim como o seu uso pedagógico pela Coroa a fim de moldar o súdito ideal. Ao referir-se à Espanha e a Portugal, o autor do texto afirma que, para que

os Escritos periodicos destas duas Nações desmascarem os crimes, e as intrigas do Inimigo commum; he necessario, que *instrução os Povos* á cerca da sua verdadeira situação, e da sua força, e recursos irresistiveis; mas he igualmente necessario, que ao mesmo tempo lhes digão, *que estes grandes recursos, e esta força não he irresistivel, senão quando as Nações tem huma confiança cega, e inteira no seu Governo, e nos seus Chefes, quando esperão em tranquillidade as ordens, e as execução com promptidão*.⁶⁶

Assim como o conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, que, ao saber da vinda da Corte, mudou de sua residência oficial a fim de prepará-la para acolher a Família Real, e, para tal, “o Palacio foi caiado,

⁶³ Ibidem, p. 10.

⁶⁴ Ibidem, p. 11.

⁶⁵ Este embate entre o antigo e o novo é o argumento utilizado, por exemplo, por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves nas análises que realiza dos escritos de circunstância (basicamente jornais e panfletos políticos) que veiculavam mitos e representações em torno de Napoleão Bonaparte e da França Imperial e que circularam em Portugal na época das invasões francesas. Cf. NEVES, op. cit.

⁶⁶ “Discurso sobre a utilidade dos Papeis públicos na presente guerra”, texto publicado em Badajoz (Espanha) e datado de 1 de janeiro de 1809 e republicado na *GRJ* de 29 de abril de 1809, grifos nossos.

pintado, e forrado por dentro de seda de varias cores”;⁶⁷ d. João já havia dado início, com sua chegada ao Brasil, a uma série de reformas emergenciais no antigo edifício monárquico e imperial português, ainda que muito mais de efeito estético do que para consertar em definitivo certos problemas crônicos. A abertura dos portos, a liberação das manufaturas e a instalação da Imprensa Régia podem ser vistas como as primeiras delas. Chegado ao Rio sua principal tarefa seria a de rebocar toda a fachada de seu império para que as fendas e danos estruturais de sua monarquia não ficassem tão aparentes. Isto seria feito por meio de várias medidas que visavam transformar o Rio de Janeiro, da sede de uma colônia, em sede do Império Lusitano. A propaganda oficial contra tudo que cheirasse a francês pode ser considerada um dos componentes primordiais da argamassa que ele usará para o tal reboco. Napoleão Bonaparte será o ícone desta campanha, como veremos.⁶⁸ Ele será deformado e negativado pela produção da Imprensa Régia segundo as necessidades oficiais.

Ao pegar carona em Sodré, quando ele se refere às “grandes campanhas políticas”⁶⁹ que tiveram lugar na imprensa brasileira ao longo do XIX, como a da Abolição da Escravatura e a da República, sentimo-nos tentados a fazer do discurso antinapoleônico presente na *Gazeta*, e no restante do material impresso na tipografia real ou que se permitia que fosse importado para o Brasil, indícios de uma verdadeira “campanha política” contra a França e seu ideário revolucionário com vistas, principalmente, a reforçar a imagem da monarquia bragantina. Todavia, se a *Gazeta*, em especial, serve ao propósito último de lustrar o governo de d. João, Sodré enxerga justamente nisso um dos sintomas da decadência do absolutismo português. Visto que a imprensa áulica joanina no Brasil ainda ganharia outros reforços com a criação da *Idade d’Ouro do Brazil* (Salvador, 1811-1823) e d’*O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814),⁷⁰ o autor lembra que essa

iniciativa correspondia a determinadas causas, – não era gratuita. Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as idéias que lhe eram contrárias. Ao mesmo tempo que, com a abertura dos portos, crescia o número de impressos entrados clandestinamente, inclusive jornais, e não apenas o *Correio Brasiliense*, apareciam fôlhas que tinham bafejo oficial e que pretendiam neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. O absolutismo luso precisava, agora, defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosas, pelo menos variadas.⁷¹

⁶⁷ Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto. Lisboa: Imprensa Régia, 1810, p. 6, IEB.

⁶⁸ Cf. capítulo 3 desta tese, “Napoleão Bonaparte: a grande face do inimigo”.

⁶⁹ SODRÉ, op. cit., p. 8.

⁷⁰ Fora do Brasil vale lembrar o *Investigador Português*, editado em Londres (1811-1819), “inventado para servir de contrapeso e dar troco às investidas do *Correio*” (LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 468), criado por Vicente Pedro Nolasco da Cunha sob os auspícios financeiros da embaixada de Portugal em Londres.

⁷¹ SODRÉ, op. cit., p. 33-34.

Nas páginas da *Gazeta*, as tensões de uma época, ocasionadas pelo desencadeamento de “novas forças” que se opunham às forças estabelecidas, assim como o contra-ataque conservador da monarquia portuguesa frente a elas, serão apresentadas, sob o prisma governamental, nas entrelinhas de uma defasada cobertura das guerras napoleônicas – as notícias européias demoravam em média de dois a três meses para chegarem a constar da folha brasileira – que não poupará os inimigos de duros comentários. Logo, o território de combate da *Gazeta* será dado por coordenadas surgidas dos encontros da monarquia lusa com o liberalismo latente subentendido nos ataques efetuados por Napoleão e seus aliados.

Seu conteúdo era estruturado como uma espécie de colcha de retalhos literária. Em suas páginas recirculavam, em sua maioria, novidades européias já não tão novas assim e que eram requeitadas no Rio após, pelos menos, um mês e meio em alto-mar, se considerarmos que este fora o tempo que d. João levava para percorrer a distância entre o Velho e o Novo Mundo. Assim, a *Gazeta* era composta, em quase sua totalidade, por notícias extraídas de diversos periódicos estrangeiros, cujos trechos eram traduzidos⁷² e, então, copiados ou resumidos. Logo, não são tão constantes as intervenções diretas da pena do redator que, ao tecer comentários sobre o que era publicado, o fazia de modo muito pontual, ao contrário de Hipólito em seu *Correio*.⁷³ Quando muito, o redator introduzia um artigo ou outro que tomara emprestado de alguma publicação, limitando-se a resumi-lo e utilizando, até mesmo, os termos usados no artigo original.

O manancial de notícias da *Gazeta* era fornecido por diversos periódicos, principalmente ingleses, espanhóis e portugueses (em especial, a *Gazeta de Lisboa*), contando, até mesmo, com o uso de trechos do *Moniteur* napoleônico, assim como de cópias de cartas particulares e notícias transmitidas verbalmente. Um exemplo dos caminhos tortuosos que as novas seguiam até desembarcar no Brasil e virem se instalar na *Gazeta* é dado no primeiro número do periódico: uma notícia relativa a fatos ocorridos em Amsterdã, em 30 de abril, havia sido tirada de uma publicação de Londres, datada de 12 de junho, que havia se baseado, por sua vez, em informações “vindas por via de França” (*GRJ*, 10/09/1808). Já a *Gazeta* de 14 de janeiro de 1809 imprimia o resumo de uma sessão do Senado francês, de 13 de setembro de 1808, extraído da *Gazeta de Lisboa* de 1 de novembro, com as notas com que fora publicado na *Gazeta de Madri*.

Em alguns momentos isso gerava expectativas sobre a veracidade de algumas das notícias, o que não impedia, aliás, que elas fossem divulgadas. É o caso do anúncio, não confirmado, saído no número de 2 de janeiro de 1811, de que os franceses haviam sido batidos em Portugal e que Masséna havia sido feito prisioneiro. A novidade vinha da Ilha Grande, aonde havia chegado um navio de

⁷² “As traduções lia-as inéditas o Príncipe Regente e revisava-as Linhares” (**RIZZINI**, op.cit., p. 334).

⁷³ Este “criticava com talento toda a marcha da política portuguesa e todos os processos da sua administração” (**LIMA**, op.

Itamaracá que dava esta notícia a partir de um navio vindo de Lisboa aportado em Pernambuco. O redator desculpa-se, no entanto, por publicar algo que ainda não tivera confirmação alegando que “se não fizéramos isto, alguns se queixarão de que dizendo todos tão bellas cousas, o Redactor nada dizia, e talvez suppozesses em nós descuido, e negligencia”. Como vemos, o redator expressa uma certa preocupação com as necessidades do público e tenta emparelhar o conteúdo do periódico ao teor do que já corria verbalmente sobre o assunto, mesmo que para isso abrisse mão da comprovação da informação.

Mas, como chegasse ao porto um embarcação vinda de Pernambuco que desmentia a entrada lá de qualquer embarcação lisboeta já estando a *Gazeta* no prelo, “*temos o desgosto*”, anunciava ao final da mesma publicação de 2 de janeiro, “*de concluir, que fica desmentida a noticia recebida da Ilha Grande*”. Esta atitude dá bem a medida da ansiedade do público pelos assuntos peninsulares e como a temática dos conflitos contra a França era assunto corriqueiro e de interesse geral. E completa o redator: “querem fallar, e ouvir fallar de *Lisboa*, de Exercito, de guerras, seja como fôr, com tanto que agrade ao seu paladar”. Porém, o anúncio da tomada de certos posicionamentos pelo governo depois da publicação de um determinado fato não deixava pairar dúvidas sobre ser ele verdadeiro, pondo fim a especulações. Um exemplo, nesse sentido, é o da readmissão oficial da França nos portos sob domínio português previsto pelo decreto de 18 de junho de 1814, decisão não coincidentemente tomada e divulgada após a publicação da notícia da primeira abdicação de Napoleão na *Gazeta* de 14 de junho de 1814.⁷⁴

Verificamos ser senso comum, entre os autores que analisam o período, desqualificar a *Gazeta* em detrimento do seu contemporâneo *Correio Braziliense*,⁷⁵ para quem sobram merecidos elogios. Isto se deve basicamente à faceta áulica da *Gazeta*, que a caracterizava por um não questionamento dos fatos, por um cunho não-opinativo e por uma forte função doutrinária do seu conteúdo, o que, aos olhos de seus críticos, explicava “suas deficiências de reportagem”.⁷⁶ Mas mesmo esta tradicional diferenciação entre os dois periódicos traz à tona tanto a questão da política de censura e perseguições

cit., p. 166).

⁷⁴ Este decreto seria anunciado na *GRJ*, em 16/07/1814.

⁷⁵ Sobre as principais diferenças entre a *Gazeta* e o *Correio Braziliense*: “Além da precedência há que considerar, no caso, que eram diferentes em tudo, mesmo pondo de lado a questão da orientação, quando a diferença chegava quase ao antagonismo. Representavam, sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a *Gazeta* era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária [no que discordamos do autor], formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas fôlhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais que informativo, preço muito mais alto” (SODRÉ, op. cit., p. 26). Outra diferença dizia respeito ao acesso às notícias, pois, enquanto as novidades européias eram recebidas pela *Gazeta* com defasagem, em média, de dois meses, o *Correio*, por ser publicado em Londres, apesar de ter, portanto, acesso mais imediato às últimas novas do “velho mundo”, ainda assim, deveria esperar toda a travessia do Atlântico para chegar a seus leitores brasileiros, ou melhor, “brazilienses”, como Hipólito preferia se referir aos naturais do Brasil. Oliveira Lima escreve: “[A *Gazeta*] não podia competir em importância com o periódico de Londres, no qual Hipólito se batia valentemente pelos progressos de Portugal, apontando sem hesitação os abusos e recomendando as melhores reformas sem abandonar o seu espírito de moderação” (LIMA, op. cit., p. 140).

sobre a qual Portugal lançava seus súditos, quanto os limites da suposta faceta liberal do governo luso que é exaltada em um jornal e atacada ferozmente no outro.

Sodré refere-se à *Gazeta* como um “arremêdo de jornal”, “um pobre papel impresso, preocupado quase tão somente com o que se passava na Europa”.⁷⁷ Mesmo Oliveira Lima, tão atento à reabilitação da retirada da Corte e da imagem de d. João, não a poupou, classificando-a de “anódina” e imputando a seu conteúdo um caráter “semi-oficial”.⁷⁸ Rizzini diz não ter ela exercido “a função social já então assumida no mundo pela imprensa” e que “Abreviava-se em enfadonhos róis de actos oficiais, convenientes apanhados de folhas europeias [sic] e intermináveis ditirambos à família reinante”.⁷⁹ Este autor a atira entre outras publicações da época consideradas por ele como “oficiosas”. Apesar disso, não a classifica como uma daquelas que caracteriza como “inofensivas”, talvez por concordar ter ela um conteúdo extremamente tendencioso e doutrinário.⁸⁰ Na detração da *Gazeta*, é bom lembrar, ganhava primazia justamente o redator do *Correio* que já se referia a ela como a “misera gazeta do Rio de Janeiro, em que se gasta taõ boa qualidade de papel em imprimir taõ ruím materia, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga”.⁸¹

Esta unanimidade em torno da detração da *Gazeta* prossegue no que diz respeito ao desprezo de sua função de combate aos franceses⁸² o que, talvez, possa ser explicado pela desqualificação geral de seu conteúdo, como acabamos de ver.⁸³ Mesmo Maria Beatriz Nizza da Silva não a considera especificamente como elemento do “ciclo napoleônico”, possivelmente por tratar-se de uma produção seriada e, portanto, regular e não avulsa, ao contrário dos demais escritos que ela inclui nesta categoria. Contudo, o que fica, após a leitura da *Gazeta*, ao menos no que diz respeito ao seu papel na campanha de ataques à França e aos franceses, representada em suas páginas basicamente pelas

⁷⁶ LIMA, op. cit., p. 140.

⁷⁷ SODRÉ, op. cit., p. 23 (ambas as citações).

⁷⁸ LIMA, op. cit., respectivamente, p. 73 e p. 140.

⁷⁹ RIZZINI, op. cit., p. 332.

⁸⁰ “Até a suspensão da censura-prévia, não era naturalmente possível desenvolver-se o periodismo no Brasil. As poucas publicações contínuas tiradas no Rio e na Baía [sic] haviam de ser ou oficiosas ou inofensivas. Na primeira classificação entram a *Gazeta*, do Rio de Janeiro, e a *Idade d’Ouro* e o *Semanário Cívico*, da Baía [sic]; e na segunda, *As Variedades* e a *Minerva Baiense*, da Baía [sic], e *O Patriota* e o *Jornal de Anúncios*, do Rio” (Ibidem, p. 331). Para mais informações sobre estes periódicos da fase joanina e as pessoas envolvidas na redação de cada um deles, cf. p. 331-340 da obra citada.

⁸¹ COSTA, op. cit., v. VIII, n. 46, março de 1812, p. 289.

⁸² Lilia Moritz Schwarcz chega a fazer menção a esta função combativa da *Gazeta*, embora não aprofunde o tema: “Seu conteúdo não passava da reprodução de atos oficiais, e de elogios e reverências à Família real. Até 1814, acompanhava-se o andamento da guerra que se desenrolava na Europa, sempre dando destaque às vitórias contra Napoleão. Copiado sobretudo de matérias publicadas no estrangeiro, o conteúdo das notícias da *Gazeta* não escondia parcialidades: os franceses eram ‘pragas que assolavam a Europa’ e a saída de d. João, um plano certoiro” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 252). Já Lúcia Maria B. P. das Neves chama atenção para esta faceta antinapoleônica, mas no *Correio Braziliense*, ao lembrar que ao “longo de todo o jornal, havia uma preocupação comum: o combate e a crítica ao tirano Napoleão Bonaparte” (NEVES. *As Representações Napoleônicas em Portugal*, op. cit., p. 189).

⁸³ Cabe destacar o trabalho de Juliana Gesuelli Meirelles, *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro* (op. cit.) no qual ela revê a importância do periódico para a monarquia luso-brasileira, levando em consideração sua circulação na América portuguesa e em Portugal.

críticas a Napoleão, é que ela merece ser reabilitada enquanto importante instrumento oficial desta contrapropaganda, tanto por seu caráter áulico (que deixa transparecer a auto-imagem e as necessidades governamentais), quanto por sua suposta baixa qualidade jornalística advinda do uso da colagem de notícias e de seu não questionamento (o que permite visualizar o compartilhamento e a amplitude do discurso antinapoleônico na época).

Deste modo, se, por um lado, esta tendência reprodutora, mais do que produtora, da *Gazeta* desqualifica-a perante muitos autores, assim como sua faceta áulica, isto se mostra interessante para nossa análise ao revelar um repertório de representações partilhado pelo bloco antifrancês, antinapoleônico e contra-revolucionário. Estas imagens demonstram um imaginário que sinaliza uma rede de solidariedades políticas e econômicas, entre diversas nações que se ressentem das ameaças francesas, que se concretiza nas várias coalizões contra Napoleão. E o fato de falar em ameaças, no plural, não é por acaso, pois, como veremos, elas eram entendidas em vários sentidos. Além do mais, sua faceta áulica permite tomar seu conteúdo como um discurso oficial. Afinal, nela “as *escolhas editoriais* e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza”.⁸⁴

Enquanto duraram os conflitos napoleônicos, suas páginas constituíram-se em um cenário de guerra montado tipograficamente a cada palavra que dizia respeito às especulações, batalhas e negociações européias. Este cenário bélico virtual, que a cada leitura ia tomando forma em suas folhas e na cabeça do leitor ou ouvinte, por meio da descrição dos campos de combate e das manobras militares, quebrava distâncias físicas e temporais e tinha o papel de religar, de alguma forma, o Brasil e seus habitantes à essa luta contra as tropas napoleônicas. Como lembra Kirsten Schultz, “For the exiles this effort to reenact a presence in their absence depended, above all, on their ability to maintain current, and tangible, connections to Europe”.⁸⁵

Sob esse ponto de vista, a *Gazeta* pode ser tomada como um instrumento de (re)inserção dos portugueses trasladados e dos habitantes da América portuguesa no contexto das guerras napoleônicas (ainda que apenas por uma transposição imaginária) e de formatação e interiorização de um sentimento contra Napoleão, a França e os franceses e de sua caracterização como algo amplamente partilhado por aqueles que se diziam fiéis súditos da monarquia lusitana, no que será auxiliada pelo restante da produção antinapoleônica oficial. Tanto que, após a primeira queda de Bonaparte (6 de abril de 1814), uma desconexão imaginária é proposta pelo próprio redator da *Gazeta* que inicia uma das edições extraordinárias com a promessa – que viria a ser um tanto quanto precipitada, visto que

⁸⁴ Ibidem, p. 60.

⁸⁵ SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-*

Napoleão ainda retornaria ao poder – de uma mudança radical no conteúdo do periódico, marcado, até então, pelo assolado cenário da guerra, o que era favorecido pela mudança que parecia se dar na conjuntura europeia com a queda do imperador:

Apresentamos aos Leitores o Extracto das folhas *Francezas, Inglezas, e Portuguezas*, que recebemos [...]. Elle não offerecerá já o quadro sanguinario das renhidas batalhas, a funebre scena de cidades assoladas, estradas juncadas de cadaveres, villas e aldeias sepultadas nas chamas. Os doces fructos da paz tomão o lugar daquellas luctuosas descrições... (*GERJ*, 5/09/1814).

Enxerguemos apenas a preocupação do redator em disponibilizar notícias dos recentes eventos ocorridos em uma Europa que gira vertiginosamente, sob o comando de Napoleão, em um descontrolado vórtex belicoso cada vez mais alucinante. Neste verniz superficial fica, entretanto, clara uma das missões da *Gazeta*: servir de ponte, por meio de seu conteúdo informativo, entre a Europa e a América e, desta forma, não apenas reengajar simbolicamente a Corte recém instalada nos trópicos, ao compensar de algum modo sua posição marginal com relação ao centro europeu, mas, do ponto de vista psicológico, criar, por meio de sua leitura ou do conhecimento de seu conteúdo, um sistema de compartilhamento do sofrimento entre aqueles que partiram e aqueles que ficaram ou entre aqueles que são súditos do mesmo rei mas que, embora distanciados geograficamente, são participantes de uma mesma “comunidade imaginada” – o Império Português. Além disso, a folha fluminense ainda teve um importante papel no “circuito interatlântico de trocas de informações impressas”, soldando de alguma maneira os habitantes do Reino ao seu monarca que habitava no Rio, visto que muitas vezes a *Gazeta* foi utilizada em Portugal, em periódicos como o *Diário Lisbonense*, o *Correio da Tarde* e o *Correio de Lisboa*, como fonte informativa privilegiada das notícias relativas ao Brasil.⁸⁶

O fluxo informativo do periódico também ajudaria a regularizar, ainda que com significativa defasagem temporal, a divulgação das informações sobre a Europa na América. Cria-se, desta forma, um cordão sentimental, de solidariedade, de compadecimento: uma espécie de psicodrama impresso. De certa forma, em suas páginas, como veremos, nas invocações patrióticas que estrategicamente não diferenciavam aquele que era da colônia daquele que era da metrópole, dava-se a união simbólica entre o novo e o velho mundo português nos melhores moldes imaginados pelo reformismo ilustrado luso que preconizava “o reforço dos laços de unidade entre Portugal e o Ultramar, com o Brasil em especial, com vistas ao desenvolvimento integrado de um novo império, unificador da grande nação portuguesa”.⁸⁷

1821). New York/London: Routledge, 2001, p. 71.

⁸⁶ Cf. **MEIRELLES**, op. cit., cap. 2, item 2, “A circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em Portugal: um importante elo entre os portugueses e D. João VI”, p. 85-101. A citação aparece na p. 97 da obra.

⁸⁷ **LYRA**, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798- 1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 44.

Ainda, segundo Sodré, no periódico fluminense “nada [...] constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”.⁸⁸ Ele ainda prossegue afirmando que, ao contrário do *Correio*, que pretendia “pesar na opinião pública”, a *Gazeta* “não tinha em tão alta conta essa finalidade”.⁸⁹ Não obstante, ainda que seu público-alvo fosse os comerciantes e a elite da Corte, procurava-se, em suas páginas, sem dúvida, expor o modelo de súdito almejado pela Coroa: obediente, leal, que sairia em defesa do seu rei contra os franceses e todos os perigos que eles representavam. E não se pode desprezar essas representações simplesmente pelo seu limitado raio de divulgação ou aceitação.

Com exceção dos anúncios que deixavam entrever um pouco do cotidiano colonial, a *Gazeta*, durante muito tempo, não passou realmente de cópia de sua homônima de Lisboa, não apenas no formato como no conteúdo, por ainda tratar quase que exclusivamente das “coisas do Reino”. Porém, ausentar-se tanto das questões brasileiras, que seriam relegadas a segundo plano em suas páginas,⁹⁰ ao priorizar o foco nos assuntos europeus, mais do que desprezo com as coisas do Brasil, talvez possa ser tido como um forte indício de que o governo bragantino a visse como um dos canais pelos quais reinseriria simbolicamente a Corte tropical no quadro europeu.

Posto isto, podemos ver no caso excepcional da Corte tropical joanina a situação de um “centro” que, mesmo tendo sido lançado para a “periferia”, buscava colocar-se ainda como “centro”. Se considerarmos dentro desta questão a problemática do excêntrico (do que está fora do “centro”), os discursos oficiais antinapoleônicos e antifranceses, tanto aqueles que aparecem na *Gazeta* quanto os demais saídos da Imprensa Régia, devem ser vistos como estratégia de reinserção e de realinhamento. Por conseguinte, a Corte portuguesa, retirada da Europa-centro, buscaria compensar sua situação periférica, reinserindo-se, ainda que simbolicamente, em seu “lugar de poder” usando para isso o desdobramento (efetivo ou literário) do conflito com a França para o Atlântico sul, encenando-o também por meio desta contrapropaganda no seu novo cenário montado nos trópicos.

No entanto, em 1816, com a queda definitiva de Napoleão e após a tentativa de reorganização européia com o Congresso de Viena, o conteúdo da *Gazeta* começa a perder bastante do seu colorido

⁸⁸ Não concordamos com o autor e somos da mesma opinião que Juliana Gesuelli Meirelles: “Se para alguns contemporâneos a estrutura e o conteúdo da *Gazeta* podem ter soado como um jornal sem atrativos, é imperativo ressaltar que essa ótica não foi monolítica. Para muitos personagens do período, a folha representou um importante veículo de institucionalização da palavra impressa, cuja existência era crucial para seus interesses: das entradas e saídas dos navios à possibilidade da publicação de anúncios particulares, era patente a participação e o interesse do público leitor pelas informações dos dois lados do Atlântico” (MEIRELLES, op. cit., p. 58).

⁸⁹ SODRÉ, op. cit., respectivamente, p. 23 (primeira citação) e p. 26 (as demais citações).

⁹⁰ Um exemplo de como, na falta de notícia “melhor”, ou seja, relativa ao conflito europeu, o foco se volta para o Brasil e as notícias locais aparece no seguinte comentário do redator: “Entretanto que não chegam notícias certas dos varios factos da *Peninsula* e da *Europa* nos vemos obrigados, para encher nossas paginas com alguma utilidade, a tirar do proprio paiz noticias que indiquem o seu estado actual, e os progressos da Cultura e do Commercio. Para este fim não deixarão de ser agradaveis aos nossos Leitores os seguintes Mappas, que expoem em hum golpe de vista as Produções do Districto da *Ilha Grande*, tão proxima a esta Capital” (GRJ, 23/03/1811).

anteriormente dado pelo sangue dos soldados e pelos clarões do fogo dos canhões. Segundo seu redator, o “silêncio da paz, que affortunadamente succedeu ao estrondo das armas, deixa apenas recolher de quando em quando hum objecto digno de attenção do publico” (*GERJ*, 25/03/1816) e a “bonança da paz, que felizmente sopra no horisonte politico, esteril de acontecimentos estrondosos, offerece à vista do observador poucos objectos” (*GERJ*, 10/07/1816). Tais palavras soam quase como um lamento, indicando que sua função de informar/religar, também chegava a um fim. Logo, não será coincidência que, em 17 de fevereiro de 1816, estréia na *Gazeta* a seção “Brazil”, que marca o fim do foco preferencial nas notícias napoleônicas-européias, e que a edição de 5 de março de 1817 seja a primeira dedicada inteiramente a assuntos nacionais. Podemos considerar aqui o fim oficial da função bélica da *Gazeta*.

Avaliemos que a colônia fosse guarnecida, de modo ocasional, especialmente enquanto duraram as investidas francesas contra Portugal (1808-1810), com material impresso avulso qualificado como antinapoleônico, tanto por iniciativa da tipografia governamental, quanto de livreiros que engrossavam este mercado com títulos importados. Diante desta realidade, a *Gazeta*, a nosso ver, merece destaque, em meio aos escritos contra Napoleão, tanto devido à constância com que foi impressa – duas, três vezes na semana, contando ainda com edições extraordinárias, em um total de 1617 exemplares ao longo de toda sua existência⁹¹ –, quanto por sua insistência na cobertura da guerra na Europa ao longo de anos a fio. Sua importância dentro do projeto de espraiamento e cristalização de determinadas representações sobre o inimigo que convinhavam ao governo bragantino, enquanto constante suporte para as imagens antinapoleônicas e antifrancesas, não deve ser desprezada. Assim sendo, causa-nos estranheza que a produção historiográfica sobre o período ignore ou não detalhe devidamente sua atuação na contrapropaganda promovida pelo governo joanino nos trópicos em tempos de intensos conflitos.

A fim de melhor organizarmos uma análise mais específica do conteúdo antifrancês da *Gazeta*, o que faremos a seguir, resolvemos dividi-la em dois momentos. A seguir, procuraremos detectar como a guerra aparece em suas páginas, para, então, nos capítulos subsequentes, partirmos rumo à identificação do trabalho de construção das faces do inimigo – Napoleão, a França e os franceses. Desta forma, basicamente, nossa tarefa será a de ressaltar uma série de representações que se fazem mais constantes nas páginas no periódico, destacando alguns trechos da publicação. Todavia, temos também o objetivo, como já foi dito, de perceber como essas representações se acham permeadas por um discurso de coesão monárquica que, em última instância, denuncia, a nosso ver, as fragilidades do Antigo Regime português.

⁹¹ Destes, 204 foram edições extraordinárias.

Para melhor esquadriharmos esse discurso e essas representações buscaremos, evitando assim maiores dispersões, atentar a três elementos: história, linhagem e geografia. Somos devedores, nesse sentido, de Kirsten Schultz que, ao referir-se ao discurso nacionalista que será montado pela monarquia lusa diante da invasão francesa e da vinda para o Brasil, destaca estes elementos como suas três principais premissas. Segundo ela, nesta retórica oficial, “The Portuguese nation was revealed as a privileged community defined by history, lineage, and geography”.⁹²

Além do mais, ao analisarmos a mensagem antinapoleônica na produção da Impressão Régia pretendemos pensar na relação da linguagem com o político e o social. Considerando a afirmação de Ansart que “a vida política se desenrola permanentemente no plano das ações e no plano da linguagem”,⁹³ somos da opinião de que a *Gazeta* possa nos dar preciosas pistas sobre o sentido da política joanina. Para isso, apoiamo-nos igualmente nas sugestões de Pocock que mostra como a construção de uma estrutura de autoridade é tributária da linguagem.⁹⁴ Daí procurarmos detectar nos textos antinapoleônicos traços de um discurso que se liga ao fortalecimento de uma autoridade no qual destacaremos, como colocado, os três elementos aos quais se refere Schultz.

Consequentemente, nosso intuito, é tentar mostrar a *Gazeta* como um veículo de propaganda governamental e como um espaço de reestruturação simbólica dessa monarquia no qual esta buscará, por meio de várias mediações, reconstruir seu lugar de poder no contexto do qual faz parte. Ao indicar o que deve ser combatido ou o que deve ser mantido, ela cria coordenadas claras para seus súditos se encaixarem nos seus projetos e a ajudarem a regenerar-se dentro de uma conjuntura em que suas bases vêm sendo corroídas.

Aquilo que é acatado, reforçado ou repellido oficialmente, em meio às colagens de notícias da *Gazeta*, pode nos dar preciosas pistas para entendermos os pontos mais vulneráveis do governo luso na época. Por conseguinte, neste caso, na maneira como uma mera relação de informações sobre o que se passava na Europa é disposta e/ou comentada leremos um discurso político que promove um ideal monárquico. Como lembra Darnton, “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu” e, dentro desta lógica, erram aqueles que “tratam os jornais como repositórios de fatos em si, e não como coletâneas de relatos”.⁹⁵

⁹² SCHULTZ, op. cit., p. 67.

⁹³ ANSART, op. cit., p. 10.

⁹⁴ Cf. POCOCK, J. G. A. Languages and their implications: the transformation of the study of political thought. In: _____. *Politics, Language, and Time: Essays on political thought and history*. Londres/Chicago: The University of Chicago Press, 1989, p. 3-41. Na p. 15 ele diz: “Men think by communicating language systems; these systems help constitute both their conceptual worlds and the authority-structures, or social worlds, related to these...”

⁹⁵ Ambos em DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

2.3. A guerra contra a França na *Gazeta do Rio de Janeiro* ⁹⁶

Assim a mão Suprema, e Bemfeitora,
 Que tem do Mundo inteiro o Regimento,
 Terás constantemente protectora,
 Dirigindo Teu claro Entendimento:
 Verás a Nação Tua vencedora,
 Do Monstro, que redobra atrevimento,
 E que sendo da Terra o vil flagello,
 Irá das Fúrias ser triste modello.
 D. José Manoel da Camara, poema dedicado a d. João⁹⁷

Nas abordagens historiográficas sobre d. João e sua vinda para a América é comum que muito das atenções recaiam nos aspectos que se modificam na colônia devido à sua presença e às demais repercussões de sua estadia. Neste caso, as referências ao contexto bélico europeu perdem drasticamente espaço e força na narrativa, até minguar de vez quando se inicia o Congresso de Viena. A não proximidade geográfica de d. João com o inimigo parece diluir as ofensivas napoleônicas, transformando-as em um eco distante e, aparentemente, de pouca importância.

No entanto, ao contrário da impressão causada por este tipo de análise, certas fontes do período, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, revelam como as guerras napoleônicas foram assunto corrente no cotidiano da colônia. As referências que, ao longo de suas páginas, apontam nesta direção são apenas alguns exemplos, dentre vários, de como o conflito com a França seria aclimatado à nova Corte bragantina. Medidas policiais ao longo de todo o governo joanino envolvendo o controle dos portos, da imigração e da circulação de idéias na América portuguesa, assim como a invasão da Guiana Francesa em 1809, constituem outros indícios desta transposição.

Agora, nossa proposta, é verificar o papel da *Gazeta* na recriação deste clima bélico, enfocando-a não apenas como veículo de notícias mas, principalmente, como veículo de propaganda e, conseqüentemente, como instrumento de guerra usado no combate ideológico aos franceses em prol da manutenção do império português. A seguir, analisaremos em que termos o combate a Napoleão foi representado em suas páginas e que usos foram feitos dessas imagens em prol da monarquia bragantina.

⁹⁶ Um primeiro esboço desta parte de nossa tese foi publicado no dossiê “Família Real no Brasil” da *Revista USP*, n. 79, setembro/outubro/novembro 2008, sob o título “Uma guerra sem soldados e sem canhões – a função bélica e ideológica da *Gazeta do Rio de Janeiro* durante as Guerras Napoleônicas”, p. 70-81.

⁹⁷ CAMARA, D. José Manoel da. A SUA. ALTEZA. REAL. O PRINCIPE. REGENTE. NOSSO. SENHOR. PIO. AUGUSTO. FELIZ. PAI. DA. PATRIA. Em perpetuo testemunho de gratidão. oferece d. José Manoel da Camara. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. 8, 15^a oitava (IEB).

O primeiro número da *Gazeta*, datado de 10 de setembro de 1808, é inteiramente centrado na cobertura do conflito europeu e marcado pelo tom negativo no que diz respeito às referências ao arquiinimigo napoleônico, o que será uma norma daqui para frente em suas páginas. Embora, em Portugal, a primeira invasão francesa já tivesse chegado ao fim com a assinatura da Convenção de Sintra (30 de agosto de 1808), que previa a retirada das tropas do imperador, tal notícia ainda não havia desembarcado no Brasil.

O cenário de guerra já vai sendo construído nos parágrafos iniciais. Apresenta-se, com cores fortes, o caos e a miséria dela decorrentes. Assim, são expostos aos leitores os danos feitos pelas tropas e pelos desmandos napoleônicos na Europa que vão desde gêneros que tiveram seus preços influenciados pelo decreto imperial que estabeleceu a detenção de navios norte-americanos chegados em qualquer porto francês, até o estado deplorável da cidade de Hamburgo devido à passagem dos soldados franceses, onde “em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama”. As Guerras Napoleônicas são colocadas como o flagelo do mundo, a nova peste que assola a Europa, trazendo fome e destruição.

Em seguida, é noticiada a invasão da Espanha, ganhando destaque sua resistência frente ao inimigo, já que ela “faz todo o possível para sacudir o jugo Francez”. Admite-se, inclusive, que “do sucesso de Hespanha depende a sorte de Portugal”. Logo abaixo são resumidas as falas de dois políticos ingleses ao Parlamento – um deles Canning, ministro dos Negócios Estrangeiros – sobre a situação espanhola. Nelas, a Inglaterra aparece grandiosa, salvadora, generosa, a estender sua influente mão aos espanhóis que quiserem sair da condição de aliados de Napoleão. Segundo um dos políticos, “desde a Revolução [Francesa] nunca se offerecêra huma ocasião tão oportuna para a Grão-Bretanha opperar a salvação do mundo” e estavam os ingleses, ao cooperar com a Espanha, a “contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa”. Se os espanhóis concordassem em “obter este generoso socorro”, “para conservar o seu paiz independente contra a atrocidade sem exemplo da França”, eles seriam apoiados, sem dúvida, pela Inglaterra, “Nação grande e poderosa”.

Adiante, comenta-se a ocupação – “usurpação”, no caso – dos domínios da Santa Sé pelas tropas francesas. De fato, o papa se recusara a fazer de sua liberdade espiritual e de sua neutralidade política servas de Napoleão e não consentira sem resistência que seus territórios se tornassem um protetorado francês. Assim, em 1805, as tropas francesas haviam ocupado o porto papal de Ancona, Roma seria ocupada em fevereiro de 1808 e, em maio de 1809, os Estados Papais seriam assimilados ao Império e o papa preso, chegando a ser levado para a França. Após as notícias papais, o redator da *Gazeta* faz uma de suas comedidas aparições, geralmente indicadas pelo título “Rio de Janeiro” (o que não implicava necessariamente em assuntos sobre a colônia), e expõe um panorama caótico acerca das

relações de Napoleão com os Estados europeus, aos quais se aliava e se voltava contra, não deixando de destacar os “levantamentos e emigrações continuadas dos leaes Portuguezes”.

O redator prossegue e, então, surge o Brasil e, com ele, o acontecimento mais marcante dos últimos tempos para todo o império lusitano: a trasladação do seu governo para a América. Tal fato, como não poderia deixar de ser, é posto como um ato de sapiência do príncipe regente. O redator ainda não perde a chance de dar publicidade às dádivas com que d. João tem presenteado seus vassallos da América e termina reiterando a declaração de guerra feita aos franceses, não sem lembrar a legitimidade da dinastia de Bragança no governo de Portugal ao fazer de seu território uma herança familiar. Mesmo a referência ao *Moniteur*, que aparece no trecho que destacaremos a seguir, é interessante pois, se Napoleão era o inimigo dos portugueses a ser combatido nos campos de batalha, a gazeta francesa era a inimiga literária a ser combatida por sua similar brasileira, no que se pode avistar a exaltação da importância de sua existência e de sua função combativa neste momento:

O Monitor [jornal oficial de Napoleão] continua de vez em quando a ameaçar os incredulos. Não ha muito tempo que dizia que brevemente não restaria outro recurso a EIRei de Suecia senão de hir reinar para alguma parte da America. Se esta phrase do Monitor involvesse alguma insinuação a nosso respeito, responder-se-hia: *Reinamos na melhor porção da America, e a prova disso são os sabios Actos do Governo do Nosso Amado Soberano*. O Principe Regente Nosso Senhor immediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus Dominios ao livre Commercio de todas as Nações Amigas, e declarou guerra áquella que invadio aleivosamente *o patrimonio que transmetio o primeiro de nossos Reis á sua Augusta Familia Real*, na cesão do qual jámais consentirá, e *sobre o qual conservará sempre os mesmos direitos que tem ao vasto Imperio que herdou do Senhor Rei D. Manoel* (grifos nossos).

Seguem notícias trazidas por uma fragata inglesa, vinda de Gibraltar, de alguns reveses sofridos pelas tropas de Bonaparte na Espanha e em Portugal. A ameaça napoleônica também não parecia estar tão distante assim: franceses teriam desembarcado no Pará “com apparencias de amizade” e teriam sido todos mortos (com exceção dos seus prisioneiros) a mando do capitão-general. Ainda na “Costa do Pará ou Maranhão”, devido ao bloqueio de Caiena por duas fragatas inglesas, um corsário francês teria desembarcado cerca de vinte homens “para procurar á força mantimentos” e “toda essa gente fora morta ou feita prizioneira”. A primeira notícia havia sido trazida por “Pedestres de Goiazes”, a segunda “correo voz”. Contudo, ambas, ao contrário daquela trazida pelos ingleses, necessitavam de ser confirmadas, mas, mesmo assim, já apareciam nas páginas da *Gazeta*.

Para finalizar o número de estréia, uma seção intitulada “Noticia” – que a partir da edição de número dois, apareceria como “Annuncio” – afirmava estarem no prelo da Impressão Régia a *Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807*¹⁰⁰ e a primeira parte das

¹⁰⁰ “Embora não assinado, trata-se de trabalho de D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro. Sobre ele diz Innocencio [...]: ‘É obra de inferior merecimento, pelas inexactidões sem duvida involuntarias, em que o auctor se deixou incorrer, e que só podem attribuir-se á falta de informações verdadeiras e authenticas dos successos que relata’.

Observações sobre o Commercio Franco do Brazil, de José da Silva Lisboa.¹⁰¹ Uma obra sobre o combate a Napoleão e a outra sobre a abertura dos portos: duas realizações de d. João, dois episódios da luta entre Inglaterra e França.

Vemos, portanto, presente, já no primeiro número do periódico, o início do processo de remontagem, sob a supervisão governamental, de um terrível cenário de guerra que servirá tanto como pálio de entrada ao leitor da *Gazeta* para sua cobertura oficial, que continuará até a queda definitiva de Napoleão em 1815, quanto para auxiliar na aclimação do conflito europeu aos trópicos, não se deixando, com isso, de enfatizar a situação vivida pelo reino ocupado. A dominar esta paisagem tipográfica os dois pesos pesados do momento, sendo a França a grande vilã e a Inglaterra a grande salvadora. E, para arrematar, ao final da edição, surge a figura magnificada de uma monarquia que é mostrada como combativa e que é elogiada, no entanto, justamente, por se afastar desse cenário. Uma monarquia cuja nova sede é exaltada e ressaltada dentre as demais colônias da América, que não coincidentemente estão sob o domínio da Espanha e da França, e que parece encontrar-se também sob a mira do inimigo, como sugere a publicidade dada às relatadas ameaças de franceses nas costas brasileiras que faziam de Napoleão e suas tropas um temor mais imediato do que se poderia imaginar.

No número que se segue a este, primeira edição extraordinária da *Gazeta* fluminense, a remontagem do cenário de guerra prossegue. Mas, agora, vem ele carregado de tons históricos e traz ao público a notícia do combate coletivo de espanhóis e portugueses na Península contra as tropas do temido imperador:

Os vencedores do Campo de Ourique [os portugueses] se unem com os seus valerosos vizinhos [os espanhóis] para expulsar da península o inimigo commum. Os Portuguezes [...] restabelecem o legitimo governo do seu amado Principe nos lugares donde lanção fóra os Francezes. Bonaparte deve lembrar-se da Restauração de Portugal, e que a presente começa em circunstancias quasi semelhantes ás em que se vio Filippe IV em 1640; [...]. Ajudados pelo generoso socorro do nosso mais antigo e fiel Alliado [Inglaterra], e unidos com os nossos vizinhos [espanhóis], de que esforços não serão capazes os Portuguezes! (*GERJ*, 14/09/1808)

Mello Moraes, na *Corographia historica* (t. 1, 2ª parte, p. 120), afirma que foi esta a segunda obra publicada na Impressão Régia” (CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, v. 1, p. 9-10, doc. nº 21). Na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 26 de outubro de 1808 promete-se a publicação dessa obra para o sábado seguinte, dia 29 de outubro.

¹⁰¹ CAMARGO & MORAES (op. cit., v. 1, p. 10, doc. nº 23) dispõem os seguintes dados sobre a obra: “Com paginação continuada, imprimiram-se em 1808 as duas primeiras partes da obra de José da Silva Lisboa (a terceira e última é de 1809). A dedicatória ao Príncipe Regente ocupa as três pp. iniciais e registra a data de 24 de jun. de 1808. O temas das **OBSERVAÇÕES** é a abertura dos portos, e o autor procura demonstrar as vantagens que a concorrência de estrangeiros proporciona ao comércio brasileiro. O **CORREIO BRAZILIENSE**, no comentário a respeito da primeira parte do trabalho (maio 1809, p. 474-477), classifica-o como ‘de extrema submissão ás opiniões do Governo’. A obra de Lisboa gerou bastante polêmica na época; dizia seu filho que um comerciante português, ao terminar a leitura, grafou no livro a frase: ‘É reo de Estado, merece pena capital’. Baseando-se no **CORREIO BRAZILIENSE**, Mello Moraes informa que foi o primeiro livro editado na Impressão Régia...”, grifos do original.

Este trecho, embora pequeno, é pleno de significados e amontoa em poucas linhas os três elementos que pautam o discurso monárquico português da época das guerras napoleônicas, os quais Schultz havia apontado. Nele, vemos reativada a lembrança de dois momentos cruciais na cronologia oficial portuguesa: a Reconquista e a Restauração. O primeiro, resgatado da memória pela menção ao Campo de Ourique, onde se deu, em 1139, uma de suas batalhas mais significativas, havia marcado o processo de retomada do território português dos muçulmanos. No segundo, Portugal lutara para restabelecer sua independência frente à Espanha marcando o fim da União Ibérica, o que é indicado pela data de 1640 e pelo nome do rei inimigo Felipe IV. Em um acontecimento, uma guerra de conquista de territórios assentara as bases geográficas de Portugal que se torna, então, um reino independente; no outro, o combate contra o inimigo vizinho havia aberto caminho para a subida ao poder da Dinastia de Bragança, da qual fazia parte o príncipe regente. Geografia, História e linhagem.

Nos almanaques da época, anuários que traziam informações oficiais sobre a monarquia, como o nome dos principais servidores do governo, a genealogia da Família Real e os calendários com suas datas comemorativas, os dois acontecimentos evocados na *Gazeta* aparecem na seção “Epochas Particulares de Portugal”. A Reconquista é lembrada no destaque dado ao ano de 1139, da Batalha de Ourique, resumido como o momento da “Fundação da Monarchia”, e a Restauração aparece na menção à data “Da Gloriosa Acclamação do Senhor Rei D. João IV. 1640”.¹⁰²

Assim sendo, a lembrança destes dois episódios e sua superposição ao novo momento de conflito procuram reativar não apenas os exemplos de heroísmo do passado, mas chamar a atenção para a tradição da defesa da monarquia e do território lusitanos pelos quais muito sangue já havia sido derramado. Sangue este que ainda se fazia presente nas veias dos atuais combatentes portugueses que, por isso, deveriam trazer em si latentes germes de comprometimento com esta defesa, como sugere o fato deles serem qualificados como “vencedores do Campo de Ourique”. Aqui vemos um exemplo dos usos simbólicos da História, onde a promoção de um paralelismo entre situações do passado e do presente permite a abertura de uma ligação imaginária que aponta para um resultado futuro favorável que se atrela ao seguimento do exemplo dado.

Tanto assim, que, durante a primeira invasão, narrava-se que os “homens de juízo, e ainda o povo [que] suspiravam pelo momento de vingança; *todos liam com cuidado a [história da] guerra da Restauração do Senhor D. João IV para se inflamarem no exemplo dos seus maiores*, e procurarem meios análogos, para sacudirem o jugo, que os oprimia” (*GERJ*, 29/09/1808, grifos nossos). A

¹⁰² O ano de 1578, “Da Morte do Senhor Rei D. Sebastião na batalha de Alcácer”, também é um dos marcos que são destacados, sendo este o episódio que levará à União Ibérica. Cf. *Almanach de Lisboa para o anno de 1812*. Lisboa: Impressão Régia, p. 5 e 6, IEB; *Almanach de Lisboa para o anno de 1814*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, p. 5 e 6, IEB; *Almanach de Lisboa para o anno de 1817*. Lisboa: Impressão Régia, p. 5 e 6, IEB; Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1816. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 268, p. 179 e 180, jul.-set. 1965, IEB.

História nacional é utilizada como meio para criar uma tradição de unidade, um modelo para o súdito, auxiliando-o a introjetar a defesa da monarquia como algo quase natural, biológico, transmitido de geração à geração. Vem ela moldar uma consciência coletiva de pertencimento à monarquia bragantina que se liga à herança histórica de heroísmo na sua defesa, o que serve para assegurar a união política em torno do monarca. Este apelo se estende a todos os súditos, sem distinções geográficas ou sociais e, quando não atendido, desqualifica imediatamente o desobediente enquanto vassalo, tornando-o um subversivo.

Cabem ainda mais algumas palavras para destacar a importância da batalha ocorrida em Ourique para a formação do imaginário monárquico português. Tal batalha haveria de ser um dos confrontos decisivos entre tropas cristãs, comandadas por d. Afonso Henriques, e muçulmanas, que vinham em número superior. Ela foi, de fato, um dos principais marcos da “Conquista cristã” de Portugal, movimento que teve início no século VIII e que visava a recuperação das terras perdidas para os “infiéis” árabes durante sua invasão da Península Ibérica. Apesar da inferioridade numérica, os homens de Afonso Henriques saíram vitoriosos e este passaria a ostentar, a partir de então, o título de Rei de Portugal.¹⁰³

Posteriormente, este episódio seria envolto na idéia de um milagre, segundo o qual o futuro primeiro soberano português teria tido uma visão de Jesus Cristo na qual este lhe garantira a vitória em combate.¹⁰⁴ O episódio de Ourique tem, por isso, um forte apelo simbólico no sentido de construir a imagem de uma independência e de um governo ligados à intervenção divina e, enquanto tal, legítimos e imutáveis, tornando-se, pois, um dos marcos da identidade portuguesa e de sua monarquia. Ele seria, inclusive, revisitado nas armas lusíadas onde cinco escudetes (“quinas”) presos à uma esfera armilar representam os cinco reis mouros vencidos na batalha.

Portanto, combater e expulsar os franceses, assim como havia ocorrido com os mouros e os espanhóis, é lutar mais do que pela simples restituição do poder a d. João, é lutar pela restituição de um “lícito governo” a um “amado Príncipe”, como se lê na *Gazeta*, reatualizando uma missão histórica e divina. É restabelecer, por conseguinte, um ordenamento no qual não se é permitido intervir sem maiores consequências, posto que arranjado originalmente por Deus. E é justamente este sentimento de justiça e de devoção tanto ao rei, quanto a Deus, que deveria alimentar o ânimo dos portugueses no combate aos soldados invasores de Napoleão.¹⁰⁵

¹⁰³ Cf. **SERRÃO**, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 1, p. 36-39, verbete “Afonso I”.

¹⁰⁴ *Ibidem*, v. 4, p. 490, verbete “Ourique, Milagre de”.

¹⁰⁵ “O amor ao melhor dos príncipes estimulava todos os corações *Portuguezes* a vingar a mais injusta, a mais escandalosa usurpação” (*GERJ*, 3/10/1808).

A proteção divina à empresa lusíada, estreada sob Afonso Henriques, vem desembocar no presente auxiliada pela ponte imaginária aberta pela rememoração. A guerra contra os franceses é colocada, por isso, com seu êxito inquestionavelmente garantido por se tratar da reedição da defesa de uma legitimidade ameaçada, agora, por Napoleão, filho de uma Revolução que só tem produzido aberrações que buscam destruir um ordenamento sagrado. Vemos, assim, como esta ponte conecta fortemente as ações pretéritas ao ordenamento do futuro, pois o que foi feito no passado, se feito corretamente no presente, terá as mesmas implicações no porvir da nação. Desta forma, afirmam as autoridades lusas, “o Ceo conduz a nossa causa ao seu grande fim” (*GERJ*, 29/09/1808).¹⁰⁶ E uma proclamação dos governadores do Reino aos portugueses lembrava, já no final da terceira invasão francesa (1810-1811), que o

Omnipotente, que tantas vezes nos tem salvado dos mais iminentes perigos, protegerá a nossa causa, que he tambem sua; abençoará os esforços de hum Povo, que combate pela Religião, pelo Throno, e pela independencia Nacional; fará felizes as nossas armas, e nos concederá finalmente dias de paz, e de prosperidade, em que vejamos o nosso adorado Principe, e toda a Real Familia restituidos á sua Capital, rodeados do respeito, do amor, e da lealdade de seus fiéis Vassallos, e fazendo a felicidade de seus vastos Dominios (*GERJ*, 31/10/1810).

Tanto assim, que em 1814, após a primeira queda de Napoleão, a paz seria colocada como “dom precioso do Ceo, [que] vem reparar os males causados por huma Guerra, cuja ferocidade e devastações não tem exemplo nos Annaes da História” (*GRJ*, 19/11/1814). Referindo-se a esse mesmo episódio, o Padre Perereca comentaria que a “paz há tantos anos desejada desce do céu sobre a terra”, afinal a guerra portuguesa é uma empresa guiada por Deus e, como tal, seu fim é decidido por ele como recompensa dada aos lusos pelos esforços despendidos.¹⁰⁷ Já em 1821, ao dar o seu adeus oficial aos brasileiros, d. João aludia ao novo contexto europeu como ato benevolente da “Divina Providência de conceder após uma tão devastadora guerra o suspirado benefício da paz geral entre todos os Estados da Europa”.¹⁰⁸ Do mesmo modo, o redator da *Gazeta* não se furtará de fixar, em 1815, o dia 22 de janeiro de 1808, data da escala feita por d. João em Salvador antes de sua chegada ao Rio, como

¹⁰⁶ “o DEOS dos exercitos há de, como até aqui, abençoar a sagrada causa porque combatemos” (*GRJ*, 25/05/1814).

¹⁰⁷ **SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 422, v. 1. Em um sermão de 1816, Portugal aparecia como a escolhida de Deus: “He verdade luminosa quanto o he o Sol, q o Ceo empenhou-se em todos os tempos á proteger de hum modo particular a Nação Portugueza dentre todas as mais Nações, querendo q a sua glória se distinguisse sempre dentre os mais”. Mais adiante: “Oh Beneficência divina, q jamais te cansas em prodigalizar favores á esta Nação q se te faz tão predilecta!” (“Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, grifos nossos, manuscrito original enviado à Mesa do Desembargo para se obter a licença de impressão, tendo sido a licença concedida em 16 de dezembro de 1816. ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 03, documento 72).

¹⁰⁸ Decreto de 7 de março de 1821. Trata do regresso d’El-Rei para Lisboa ficando o Príncipe Real encarregado do Governo Provisorio do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_9.pdf).

sempre memorável nos fastos de *Portugal*, porque nele vimos a Fidelíssima Soberana, o Nosso Augusto [Príncipe], e Sua Real Família, escudados por aquela desvelada Providência que os salvara dos ímpios conselhos do Tirano, e das sanguinárias garras dos seus satélites, triunfando dos perigos, aportarem na antiga Capital do *Brasil* (*GRJ*, 18/02/1815).¹⁰⁹

O trecho de um manifesto escrito contra Napoleão e assinado em Madri pelo nobre e militar Pedro de Cevallos, em nome do deposto rei Fernando VII da Espanha, irmão de Carlota Joaquina e herdeiro de Carlos IV da Espanha, datado de 2 de maio de 1815¹¹⁰ e extraído da *Gazeta de Lisboa*, resume bem em que termos a luta dos aliados era considerada legítima, afinal, “He innocente e perfeitamente justa, porque se propõe para o bem dos povos e segurança dos Soberanos, chamados pela Providencia, e pelas leis fundamentaes para os governar” (*GRJ*, 02/08/1815). Como se pode perceber, a “Providência” é exaltada como a fonte da qual brota a legitimidade dos reis europeus.¹¹¹ Dentro desta lógica, até mesmo o herdeiro do rei espanhol, que se aliara anteriormente a Napoleão contra Portugal e, mesmo assim, não escapara de ser arrancado de seu trono por ele, deve contar com tal proteção divina por se tratar de um governante legítimo. Portanto,

o verdadeiro Arbitro do Mundo ainda que retarde o castigo, não corôa os dilictos com a impunidade [...]. Por ventura a Augusta Familia de *Hespanha* trahida, violada, e encarcerada pelas mãos da amizade, da confiança, da boa fé; segura nos Tratados, nos beneficios, na tolerancia, e em todos os sacrificios possiveis, praticados por 15 annos successivos, deixará de ter hum vingador no Ceo? Por ventura *Portugal* occupado sem direito, conservado sem titulo, saqueado sem pretexto, e opprimido sem remorso, não excitará a comiserção daquelle, por quem os Reis reinão, e os Imperios subsistem? Que *Napoleão* trema, que tremão os seus *Sattélites!* (*GERJ*, 29/09/1808).

Aqui ganha destaque o reforço da idéia de que o poder real tem origem não no povo, como clamavam os revolucionários franceses, mas em Deus “por quem os Reis reinão, e os Imperios

¹⁰⁹. Igualmente, diz Perereca: “Escrito estava no inexcrutável livro da Providência Eterna que o príncipe o mais pacífico, e justo da Europa [d. João], a quem o Corso [Napoleão] menos temia, e de quem nada desconfiava, fosse aquele que com o heróico sacrificio da sua real pessoa, e família, transtornasse os pérfidos conselhos, e planos de Napoleão” (*SANTOS*, op. cit., p. 288, v. 1).

¹¹⁰ Napoleão havia deixado a ilha de Elba, lugar de seu primeiro exílio, em 26 de fevereiro de 1815, chegando a Paris em 20 de março deste mesmo ano, dando continuidade a seu governo, no que ficou conhecido como “Cem dias”, até o desastre de Waterloo (18 de junho de 1815) que o levará à sua segunda e definitiva abdicação em 22 de junho de 1815. Ele desembarcaria na Ilha de Santa Helena, seu último exílio, em 16 de outubro de 1815. Portanto, quando Cevallos escreve seu manifesto, trata-se do momento de retorno de Bonaparte ao poder.

¹¹¹ Trata-se do princípio do direito divino. Em 1811, ele ainda é destacado, em um elogio, como uma das qualidades de d. João: “O Grande Rei dos Reis [Deus], que os Reis exalta,/ Que abate Sceptros, e que eleva Thronos,/ Esgota os Cofres do Poder immenso,/ Do refulgente Solio vos envia/ Nas azas níveas d’hum sorrizo brando/ O PRINCIPE, que rege o Luso Imperio,/ O PRINCIPE melhor, que ha tido o mundo” (*LEITE*, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811, p. 9, fala do Gênio Lusitano, IEB, caixa alta do original). O mesmo autor, ainda coloca d. João, na fala do Tempo (idem, p. 15), como “Semi-Deos dos Lusos”. Em 1818, José da Silva Lisboa refere-se à “Bondade e Beneficência do Pio Soberano, com que Deos presenteou a Nação” (*LISBOA*, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818, p. 2, parte 1, IEB) e o Padre Perereca também destacaria sua origem divina, referindo-se a ele como “um tão augusto príncipe, e virtuoso soberano, que o céu concedeu [...] à nação portuguesa, para a reger em tempos tão críticos e tempestuosos” (*SANTOS*, op. cit., p. 401, v. 1).

subsistem”. Curioso também perceber como este Deus que guia a luta contra os franceses ganha traços marciais, aproximando-se daquele do Antigo Testamento,¹¹² e tornando-se, desse modo, um exemplo inspirador para aqueles que vão para o campo de batalha.

A comparação deste conflito àquele da época de Afonso Henriques também se dá no que diz respeito ao combate aos “infiéis” que, na época da Reconquista, eram os árabes, aqueles que não professavam a doutrina cristã considerada pelos europeus como a verdadeira crença.¹¹³ Os franceses também eram vistos como “infiéis”, no sentido religioso, devido ao processo de laicização iniciado com a Revolução. Não bastasse isso, eles o eram, do mesmo modo, no tocante à política frente aos abusos que haviam cometido aos corpos do soberano¹¹⁴ e, conseqüentemente, ao próprio Deus que o criara e o legitimara. Não é à toa que, tanto no âmbito português quanto europeu, este combate à França será apresentado como santo e justo, uma cruzada moderna. Pululam na *Gazeta* referências a ele como uma “santa cruzada, contra o flagello das nações” (*GRJ*, 29/06/1814), uma “santa guerra” (*GERJ*, 28/11/1811), “a santa causa da liberdade da Patria” (*GRJ*, 08/01/1812), uma “justa Guerra que a Nação tão gloriosamente sustenta pela sua independencia” (*GRJ*, 02/05/1812) ou, simplesmente, como uma “justa causa” (*GRJ*, 31/10/1810; *GRJ*, 12/03/1814).

Posto isto, a expulsão dos franceses, tanto quanto obra dos portugueses, faz-se obra do Altíssimo pela mão dos portugueses, raciocínio este já presente na frase de Camões, “Deus peleja/ Por quem estende a fé da Madre Igreja”.¹¹⁵ O que fica bem claro no trecho de uma carta, escrita em 14 de abril de 1811 e divulgada na edição de 15 de junho do mesmo ano da *Gazeta*, na qual se afirmava que “está o Reino de todo limpo de *Francezes*” e que “todas as Acções de Graça são diminutas para a grandeza do beneficio que DEOS acaba de fazer a este Reino” (*GERJ*, 15/06/1811).¹¹⁶ E é à “DIVINA PROVIDÊNCIA” que o redator da *Gazeta* pede “socorro a fim de expellirmos para além dos *Pyrinneos*” os inimigos (*GERJ*, 18/11/1811), ao considerar que, apesar da expulsão dos franceses de Portugal, a luta só estaria completa caso se desse a expulsão dos mesmos da Espanha.

A vingança contra Napoleão e seus súditos envolta em ares de guerra santa ganha maior dimensão se considerada em relação a uma das contra-imagens napoleônicas mais difundidas, a da

¹¹² No primeiro cântico de Moisés, lê-se: “O Senhor é o herói dos combates, seu nome é Javé” (Ex. 15:3); “A Vossa (mão) direita, Ó Senhor, manifestou sua força. Vossa direita aniquilou o inimigo” (Ex. 15:6) (*Bíblia Sagrada*. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 1993).

¹¹³ No século XIX, o verbete aparece com o mesmo sentido no dicionário de Antonio de Moraes Silva: “infiéis: os que não seguem a Lei de Christo” (**SILVA**, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, offerecido ao muito alto, muito poderoso, Principe Regente N. Senhor*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, tomo segundo, verbete “infiél”, IEB).

¹¹⁴ O rei apresentaria dois “corpos”: um físico, que morria, e outro político-simbólico, que subsistia. Cf. **KANTOROWITZ**, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹⁵ **CAMÕES**, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002, p. 293, canto décimo, estrofe 40.

¹¹⁶ “a Providencia, que protegia a nossa justa causa” (*GRJ*, 31/10/1810).

besta apocalíptica, que veremos na próxima parte de nossa análise. Esta caracterização bate de frente, igualmente, com a visão messiânica da França revolucionária, ao seguir na linha daqueles que a demonizavam fazendo dela uma manifestação do mal supremo. O esforço coletivo em torno da derrota do imperador e do conseqüente retorno dos Bourbon ao trono francês, que promoveriam o expurgo dos elementos revolucionários e a reabilitação política da França, aparece como uma espécie de grande exorcismo ou grande auto-de-fé. Sob este ângulo, os sentimentos negativos dos aliados advindos desta luta eram, pois, aceitáveis e legítimos, como aquele

da vingança [que] não he, na verdade, hum sentimento generoso; mas he desculpavel em Póvos, que se vem invadidos sem causa, e sem motivo, e de hum modo que parece mais para os exterminar e destruir, do que para os vencer e avassallar (*GERJ*, 16/02/1811).

Assim sendo, o apelo à proteção divina e aos exemplos históricos no discurso português contra os franceses tem a finalidade de “carregar de valores e afetos positivos o grupo a que se pertence: esses atores devem designar-se como portadores de um justo projeto, portadores dos mais altos valores que se possa alcançar; através desse verbo os atores devem ser transcendidos por seu próprio sentido, designados como a encarnação viva do desejável”.¹¹⁷

Ao unir nessa luta a evocação de dois dos pilares da memória portuguesa enquanto nação – Reconquista e Restauração – faz-se dela uma reedição das lutas pela manutenção da independência de Portugal e da legitimidade dos Bragança que, alcançadas pela derrota dos franceses, levarão à “passagem rapida da servidão à liberdade, do imperio da opressão ao Governo da Justiça; do abatimento servil à elevação nacional” (*GERJ*, 29/09/1808). Trata-se, deste modo, de um processo de “*Regeneração*” (*GERJ*, 30/09/1808) política e religiosa. Portanto, ao comentar sobre a guerra contra as tropas de Napoleão na Espanha, o editor da *Gazeta* diz que os “*Francezes* [...] talvez venham tarde a conhecer que huma guerra *Nacional e de Religião* não he huma bolha de agoa, que se desfaz com assopros” (*GERJ*, 21/03/1809). E, segundo uma proclamação dos governadores do Reino aos portugueses, datada de 13 de agosto de 1810, é justamente disso que se trata, “da nossa existencia como Nação independente, da conservação do Throno e do Altar, e da resistencia a hum Déspota, que tem obrigado a sacrificios mil vezes mais dolorosos os Póvos, que se tem sujeitado á sua tyrannia”(GRJ, 31/10/1810).

O esforço coletivo que levará à primeira expulsão dos franceses do Reino, concluída em agosto de 1808 pela criticada Convenção de Sintra, ganhará destaque imediato como “lugar de memória” da nação. Prova disso será sua absorção no calendário oficial luso, passando a constar nos almanaques de então como uma das “*Epochas Particulares de Portugal*”. O ano de 1808 ganha destaque e é

¹¹⁷ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 117.

identificado como o “Da Restauração de Portugal sendo vencido o Exercito Francez”, aparecendo este como o último dos grandes feitos portugueses,¹¹⁸ embora duas outras invasões ainda sobreviessem.

Contudo, se nos almanaques de Lisboa o ano de 1808 é evocado exclusivamente pela lembrança da luta pela liberação de Portugal, naqueles da nova Corte bragantina a menção honrosa o ligaria à chegada de d. João. Apenas próximo da Independência do Brasil é que apareceriam ambos os fatos citados no almanaque lisboeta, como se atesta no de 1823, onde 1808 é o ano “Da restauração do jugo francez” e 1807 o “Da mudança da Corte para o Brasil”.¹¹⁹ Enquanto lá o fato doloroso e humilhante da partida da Família Real só pôde ser absorvido com atraso pela cronologia oficial – o evento sendo lembrado pelo ano da partida –, nos almanaques do Rio, 1808 aparece como momento de imensa alegria e a trasladação da Corte é rememorada pelo ano que marca a “Feliz Chegada da Família Real ao Brazil”.¹²⁰ Posta desta maneira, esta data torna-se um marco de “comemoração”, ou seja, de compartilhamento de uma memória por um grupo. E, ao ser positivada, acaba por instituir um novo tempo para a autoridade lusa trasladada e para seus súditos da América, auxiliando na afirmação simbólica desta união.¹²¹ Rodriguez Lopez explica que a ausência desta data no calendário oficial português

até 1820, referia-se, em parte, ao fato de que o discurso do Príncipe Regente aos “portugueses europeus” apontava a estada na América como uma “medida circunstancial”. É possível supor que os organizadores do calendário em Portugal desejavam preservar a imagem da volta do Rei. Em contrapartida, os Almanques para o Rio de Janeiro cristalizaram a representação que o Rei veio para a América de forma definitiva. Dessa forma, o 7 de março tornou-se o marco indicativo da fundação de um novo Império português.¹²²

No almanaque fluminense de 1811, a data da chegada de d. João ao Rio de Janeiro ainda ganha destaque entre os “Factos memoraveis pela ordem dos mezes”, no mês de março.¹²³ A luta contra os franceses também é lembrada nesta mesma seção ao se destacar, em 1º de maio de 1808, a “Declaração da Guerra ao Imperador dos Francezes” e a data de 10 de junho do mesmo ano, na qual “Autorizou-se o Corso, e Armamento contra a Nação Franceza, concedendo-se aos Aprezadores todas

¹¹⁸ Almanach de Lisboa para o anno de 1812, op. cit., p. 6; Almanach de Lisboa para o anno de 1814, op. cit., p. 6; Almanach de Lisboa para o anno de 1817, op. cit., p. 6.

¹¹⁹ *Almanach de Lisboa para o anno de 1823*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, p. 4, IEB.

¹²⁰ Almanack da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 282, p. 98, jan.-mar. 1969, IEB. A referência a esta data ainda aparece no Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1816 (op. cit.) como “Da chegada de Sua Magestade ao Brazil” na seção “Epochas particulares de Portugal” (p. 180) e indicando o dia 7 de março como “Dia de Simples Gala” na Corte (p. 181), o mesmo se repetindo em 1817 (Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 270, p. 212 e 213, jan.-mar. 1966).

¹²¹ Para uma análise mais detalhada do calendário festivo do império português no período do governo de d. João, incluindo-se aí as mudanças nas datas comemorativas, cf. o livro de **RODRIGUEZ LOPEZ**, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 (Série Teses), capítulo 1, “As festas do período joanino: rituais, organização e calendário”, p. 21-126.

¹²² *Ibidem*, p. 93.

as tomadias”.¹²⁴ Tanto a “declaração” quanto a “autorização”, já analisadas anteriormente, marcam, do ponto de vista do Brasil, as primeiras atitudes belicosas antinapoleônicas na colônia, mesmo que apenas no papel. Esta luta ainda é lembrada no mês de agosto, dia 29, quando, em 1808, havia ocorrido a primeira expulsão dos franceses de Portugal, sendo o momento em que “Rendeo-se o Exercito do Inimigo Commum ao valor do braço Luzitano”.¹²⁵ A peleja contra os franceses ainda aparece neste almanaque no destaque dado à “Victoria alcançada no Rio de Janeiro contra os francezes em 1566” (15 de julho) e à “Outra Victoria contra os Francezes no Rio de Janeiro em 1656” (13 de agosto).¹²⁶ Podemos entender estas últimas alusões como uma maneira de mostrar que o Brasil já apresentava uma tradição de combate aos atuais inimigos, o que contrabalançava, de certa forma, sua falta de ação mais efetiva no conflito devido à sua distância física com relação à Europa. Nestas meras diferenças de dados detectadas entre almanaques reinóis e americanos transparecem distintos pontos de vista, distantes interesses, desiguais percepções de uma mesma cena.

A sustentação do Império luso dependia, no momento, de duas circunstâncias: Portugal vencer em definitivo o invasor a fim de reconduzir à Europa seu governante legítimo e d. João conseguir reestruturar as principais bases de seu império aproveitando-se da retomada de status que sua estadia no Brasil lhe oferecia. Duas posições que se contradiziam e que se anulavam mutuamente visto que vencer os franceses implicava em ter que voltar para a Europa e fixar-se permanentemente no Brasil parecia desfazer o sentido primordial do combate português. Assim, a invasão napoleônica do Reino tornara-se um ponto médio com relação ao qual o rei deveria equilibrar seu distanciamento ou sua aproximação no tocante aos interesses da Europa e da colônia que agora lhe servia de abrigo.

No ano de 1817, a vitória contra os franceses é posta no almanaque fluminense na seção “Epochas Geraes” como o momento “Da restauração de Portugal, vencido o exercito francez”.¹²⁷ Como se vê, o mesmo título do evento relativo a 1640 é reutilizado, não deixando dúvidas que, assim como o processo anterior, a motivação principal de agora deveria ser também a retomada da soberania portuguesa no Reino mediante a recolocação dos Bragança em seu trono europeu. O uso da palavra “restauração”, para indicar a luta contra os franceses, será constante na *Gazeta*. Fala-se na “restauração do nosso legitimo Governo”, na “grande obra da nossa restauração” (*GERJ*, 29/09/1808, ambas as citações). Há ainda exemplo de seu uso pelos ingleses, como no discurso do Lord Chanceler feito em nome de Sua Majestade na Câmara dos Pares na abertura da Sessão do Parlamento, que havia sido publicado em Londres em 20 de janeiro de 1809 e reeditado no periódico fluminense, no qual ele fala na “restauração do Reino [...] da presença, e opressão do Exercito *Francez*” (*GRJ*, 21/04/1809).

¹²³ Almanack da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811, op. cit., p. 99.

¹²⁴ Idem, p. 100 e p. 102.

¹²⁵ Idem, p. 103.

¹²⁶ Idem, p. 102 e p. 103.

¹²⁷ Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1817, op. cit., p. 212.

Em 1819, a *Gazeta* ainda faria menção à “nossa segunda Restauração em que tanto brilharão as virtudes, que exaltão a Nação *Portuguesa*” (*GRJ*, 18/09/1819).

O uso da intermediação da Restauração portuguesa do século XVII no discurso nacionalista português do início do século XIX ainda apresenta outra interessante implicação no reforço da imagem do príncipe regente. Afinal, um homônimo seu – d. João IV (1604-1656),¹²⁸ que viria a ser o primeiro rei da dinastia de Bragança – além de ter sido a grande figura daquele momento histórico, também seria aquele a quem o Padre Vieira teria sugerido que se fosse para o Brasil construir o “Quinto Império”. Qualquer semelhança, neste caso, parecia não ser, definitivamente, mera coincidência.

Continuando a correr os olhos nas páginas da *Gazeta*, chama atenção a cópia de um trecho de um periódico português no qual a nova encarnação da Restauração portuguesa e a Revolução Francesa, ou seja, dois marcos históricos de peso, são colocadas frente à frente. Diz ele:

A desgraçada *França* fez huma revolução para destruir a Monarchia, e a Religião; nós fazemos huma Restauração da Religião, e huma restituição do Throno a seu Legitimo Senhor. He pois necessario que os sinais destas duas empresas sejam bem distinctos, como ellas são oppostas: que, se os crimes fizerão abominavel a revolução *Franceza*, as virtudes assignalem a nossa Restauração; que nada respiremos, senão o amor do Soberano, e da Patria, não desmintindo o glorioso fim, que nos propuzemos, chamando ao meio de nós o nosso Augusto Soberano (*GERJ*, 03/10/1808).

A detração do evento francês começa já na parte gráfica do texto em que o não uso da letra maiúscula na palavra “revolução” parece descaracterizar sua importância, ao contrário do que ocorre com a palavra “restauração”. Fica bem claro como o posicionamento com relação à Religião, à Monarquia e à legitimidade coloca em campos opostos, de um modo bastante maniqueísta e simplificado, o grupo dos revolucionários e dos contra-revolucionários. Logo, o bem e o mal são colocados em termos absolutos, sem nenhuma relativização. Um é a favor do que é certo, o outro contra. Um constrói, o outro destrói. Um une, o outro desagrega. Eis a cabeça de Luís XVI e o processo de laicização francês ainda a ecoar no imaginário da época.

O que se percebe é que, embora a guerra fosse feita nos campos de batalha contra Napoleão e suas tropas, o principal alvo da Europa coligada seria aquela que é considerada sua mentora intelectual, a Revolução Francesa, atrás do qual suas idéias e práticas acham um escudo de proteção. Ela é a grande ameaça que vem revirando tradicionais estruturas que deveriam manter-se intactas, ela é “o maior abismo, que ameaçou jamais subverter a ordem Social, e transtornar todos os Governos do Universo” (*GERJ*, 08/08/1811). Ela é a verdadeira inimiga da Religião e do Trono, que tem lançado a Europa em um terrível vórtex de destruição. Napoleão seria apenas um capataz que agiria mediante

¹²⁸ Cf. **SERRÃO**, op. cit., v. 3, p. 396-398, verbete “João IV”.

sua influência. Segundo o redator da *Gazeta*, teria sido ela quem “abalou, ou destruiu” a “Independencia do Throno da *Hespanha*, e dos outros da *Europa*” (*GRJ*, 30/05/1810). Por conseguinte, restaurar em Portugal o Trono e a Religião em sua plenitude, assim como nos demais países sob domínio francês, é, sem dúvida, recolocar o mundo em seu curso natural e vingar de alguma forma o rei francês guilhotinado e os insultos imputados pelos sequazes da Revolução à religião católica e ao papa.

O discurso revolucionário contra a ordem estabelecida é visto como embuste, como enganação para iludir os menos avisados. Ele traz conturbação e desunião. É ainda interessante notar como nas representações sobre a Revolução Francesa que aparecem na *Gazeta* ela, que durou dez anos (1789-1799), aparece sempre resumida à sua fase de maior radicalização, aquela em que esteve sob o comando dos jacobinos (1793-1794):

a revolução de *França* depois de ter derribado do Throno os seus legitimos Soberanos, perseguido, e quasi extinto a Religião, aniquillado a Nobreza, e transtornado tudo, ameaçava fazer o mesmo ás outras Nações; mas para isso era necessario propor-lhes cousas, que as illudissem, e que as indispozessem contra seus proprios Principes, representando todos os Governos como miseraveis, illegaes, e incapazes de conduzirem a felicidade aos lares de seus Póvos. Então se proclamou hum novo genero de guerra; huma guerra de direitos sociaes, que excitou a desordem, e a divisão até no centro das familias; divisão, que correspondeo cabalmante aos diabolicos fins, que se tinham proposto os Jacobinos de *Paris*, e que foi a principal chave, que abrio as portas ás conquistas *Francezas*.¹²⁹

A reunião entre as nações peninsulares aparece como ponto fulcral no combate aos franceses juntamente com o “generozo socorro” da Inglaterra, “mais antigo e fiel Alliado” lusitano (*GERJ*, 14/09/1808, ambas as citações). Aliás, para o bom sucesso desta campanha, o redator da *Gazeta* aponta ser “preciso huma intima amizade entre todas tres, que conduza a huma unidade de acção e de força”, lembrando também que “a sincera Alliança das tres Nações, ella he verdadeiramente natural, pois se funda no interesse real de cada huma dellas” (*GRJ*, 30/11/1811, ambas as citações).

O governo português reconhece reiteradamente que a resistência apenas dos portugueses, sem a adesão dos espanhóis, ainda manterá a ameaça napoleônica muito próxima e que tirar a Espanha da influência francesa, sob a qual tradicionalmente tem estado desde a guerra de Sucessão espanhola do começo do século XVIII, é mais uma das tarefas a serem cumpridas. Os espanhóis, até pouco tempo inimigos portugueses, visto que aliados de Napoleão, são exaltados agora como “valerosos vizinhos” (*GRJ*, 18/07/1810). E isso aparece de modo um tanto quanto contraditório neste discurso, já que um dos grandes exemplos aí evocados de resistência ao inimigo é justamente a Restauração do século XVII que havia sido feita combatendo-se justamente a Espanha. De qualquer forma, a vizinha

¹²⁹ “Discurso sobre a utilidade dos Papeis públicos na presente guerra”, texto publicado em Badajoz (Espanha) e datado de 1 de janeiro de 1809 e publicado na *GRJ* de 29 de abril de 1809, grifos do original.

portuguesa, que diante da queda de seu rei e sua substituição por José Bonaparte também se empenhará em repelir os franceses, aparece como “hum vasto sepulchro, onde o orgulho *Francez* vem pagar com a vida o tributo de seus crimes” (*GRJ*, 18/07/1810).

Após a primeira de três expulsões dos invasores de Portugal, e mal se divisando a proximidade da segunda invasão (março a maio de 1809), um dos governadores do Reino, em uma proclamação aos portugueses, já coloca a Península como a pedra no sapato da aventura napoleônica, ou melhor, como “o escolho onde tem vindo quebrar-se as forças do Déspota, que no delirio do seu orgulho, tem ousado appellidar-se o Arbitro dos Povos, e dos Reis” (*GRJ*, 04/02/1809). Já após a segunda expulsão, um trecho retirado do *Diario Lisbonense*, de 6 de junho de 1809, afirmava que “*Hespanha*, e *Portugal*, fôrão as primeiras potencias do Continente que tirárão a mascara ao Tyranno” (*GRJ*, 19/08/1809). Alguns anos depois, a *Gazeta* afiançava que a “união das forças de *Portugal*, *Hespanha* com as de S. M. *Britanica*, e as suas victorias abrirão o caminho á alliança da *Russia*, *Prussia*, *Austria*, e *Suecia*; e depois de tantas batalhas ganhadas na *Peninsula*, derão principio [...] á grande obra da Paz geral, que os Soberanos das mesmas Nações concluirão dentro dos muros de *Paris*” (*GRJ*, 19/11/1814).

Bernardim Freire, general comandante do exército português na Península, é quem, ao fazer uso da imagem da predestinação, utilizada, como vimos, no discurso dos revolucionários sobre a França, também colocará o movimento dos lusitanos e seus aliados contra a ocupação napoleônica como a ponta de uma reação em cadeia que acabará com o poderio francês no mundo, potencializando as vitórias e derrotas dos portugueses frente aos observadores europeus que deles dependem. Trata-se, afinal, da “causa commum das Nações Alliadas” (*GRJ*, 04/05/1811).¹³⁰ A luta dos portugueses em 1808 é colocada, em sua fala, sob potentes holofotes e já é apresentada como a locomotiva que puxará atrás de si a salvação de toda a Europa: “He de vós, e de nossos Alliados, que a Europa espera hoje a sua liberdade: ella vos observa pois com a mais circumspecta attenção. Quereis se diga, que a vileza de vossos sentimentos sepultára novamente a Europa, e pode ser, o Mundo inteiro n’hum abysmo insondável de males?”. E, continua ele no mesmo tom: “A Providencia vos destina hoje para dar a esses Francezes a mais energica lição; e a vossa Patria a alegria do triunfo” (*GRJ*, 23/11/1808, ambas as citações). Ostentando um tom que lembra aquele dos textos bíblicos, o redator da *Gazeta* completa as palavras de Bernardim, cerca de dois anos depois, carregando na dramaticidade:

Da nossa illustre patria sahe o raio que destroe os impios, e lhes confunde os iniquos planos. Daqui rebentou a voz da liberdade, e as outras Nações se conhecerão por fim, e todas huma á huma acabarão com o perverso Governo que infelicita a *França*, e alaga de sangue todo o Mundo (*GERJ*, 16/05/1811).

¹³⁰ “commum defesa” (*GRJ*, 01/09/1810); “causa geral da Europa” (*GRJ*, 26/03/1814); “a causa do mundo” (*GRJ*, 19/10/1808).

De fato, como lembra Tulard, 1808 seria o ano da grande “reviravolta na aventura napoleônica, verdadeiro começo do fim”.¹³¹ Ou seja, as vitórias obtidas por Portugal e Espanha, apoiadas pela Inglaterra, seriam realmente cruciais para marcar o início do enfraquecimento do poderio napoleônico, que sofreria mais um duro golpe nos campos gelados da Rússia, em 1812. Ao resumir notícias de folhas inglesas, que discorrem sobre a resistência dos russos frente às tropas napoleônicas, o redator da *Gazeta* dava publicidade a um desejo: “Praza ao Ceo que o exemplo de *Portugal e Hespanha* produza outros imitadores, e faça arrepender o Despota do Continente da sua desenfreada ambição” (*GRJ*, 06/03/1813). O extrato de uma minuta do Congresso de Viena, relativa à conferência de 2 de maio de 1815, admitia que “o patriotismo e a energia dos povos da *Peninsula* o arrastarão [Napoleão] a huma guerra sanguinolenta, começo da sua quéda, e da salvação da *Europa*” (*GRJ*, 30/08/1815).

O combate aos franceses na *Gazeta* é esticado para além das fronteiras portuguesas, pois ele se encaixa dentro de um projeto maior que visa defender toda a humanidade. Assim, se o primeiro passo a ser dado contra Napoleão é expulsar suas tropas do Reino luso, ainda é preciso fazer com que estas sejam varridas para além dos Pirineus e assim por diante. Falar na “causa da *Peninsula*” (*GRJ*, 28/04/1810), na “salvação da *Europa*” (*GRJ*, 09/06/1813) ou na “causa mais justa, que incluía a salvação do mundo civilizado” (*GRJ*, 23/09/1815) não guarda, pois, muita distância.

Ao discorrer sobre o exército português que combate na Europa, o redator expõe a fórmula mágica para seu sucesso: “Havendo honra, fidelidade, união, obediencia, e confiança em nosso Governo, em nossos Generosos Alliados, he impossivel, á vista de forças taes, que o Tyranno da *Europa* se apodere de *Portugal*” (*GRJ*, 6/06/1812). Este trecho é apenas um dentre muitos que se multiplicam nas páginas da *Gazeta* e que exemplificam o apelo a um princípio integrador, tanto no que diz respeito à inteireza territorial de Portugal enquanto reino e enquanto império, quanto à coesão de opiniões e à obediência aos Bragança. Por conseguinte, percebe-se no discurso antinapoleônico presente no periódico fluminense o desejo do governo joanino de, por meio de vários exemplos como os aqui já destacados, colocar “de modo ordenado comportamentos individuais voltados para finalidades comuns”.¹³² Esta finalidade comum aparece, na superfície, como o combate aos invasores franceses, mas, de forma mais profunda, objetiva neutralizar e extirpar todas as ameaças que venham a fazer face à tradicional estrutura monárquica e imperial lusitana.

Trata-se de um discurso de forte caráter centrípeto, que tenta congrega os vassallos em torno do rei, e que se opõe, por isso, à Revolução e a seu ideário centrífugo que quebra adesões ao eixo monárquico centralizador, ao mover os vassallos para o sentido oposto ao soberano e à religião, enfraquecendo suas bases de sustentação. É por isso que o Padre Perereca, ao simular em uma das

¹³¹ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 245.

¹³² ANSART, op. cit., p. 21.

páginas de suas *Memórias* o que seria de toda a nação portuguesa, esparramada pelos quatro cantos do mundo, caso seu soberano tivesse caído nas mãos do inimigo, como ocorrera a tantos outros na Europa, afirmava que estariam “no último desamparo, sem termos quem nos defenda, e em roda de quem nos possamos unir para pugnarmos pelas nossas terras, liberdade, honra, e vida!”.¹³³

A viga mestra do edifício imperial português era, sem dúvida, a dinastia personificada na figura do monarca. Mas esta não se mantinha por si só, havendo que se considerar as demais peças do vigamento: os súditos. Assim sendo, Luccock denota muita perspicácia enquanto observador estrangeiro ao afirmar que “Uma das grandes preocupações do Govêrno era religar os membros desconjuntados do seu reino”.¹³⁴ Portanto, a simbiose súdito fiel-rei justo¹³⁵ aparece como a essência mais profunda para a sustentação do império luso-brasileiro, como na imagem idealizada por Antonio Leite Bressane, em sua *União Venturosa*:

quero [...] mostrar ao mundo
Quanto os vassallos vossos vos adorão.
Nas puras aras do Amor mais puro,
Quanto Vós os amais terno, e benigno;
Que vos amão leaes, porque são gratos;
Que vós os adoraes, porque sois Justo.¹³⁶

Este forte apelo centrípeto, que se mistura ao apelo antinapoleônico, mostra-se, no entanto, ineficaz, a julgar por alguns sinais. Para citar apenas dois, no ambiente luso-brasileiro, destaquemos os colaboracionistas dos franceses (os “afrancesados”) e os soldados desertores. Ambos os casos demonstram a existência de uma tensão entre o discurso de patriotismo e o cumprimento do dever para com a Coroa. Deste modo, se no plano discursivo a imagem é de união em torno do rei, no plano do real surgem vários questionamentos sobre a unicidade do movimento de resistência contra o inimigo que implicam, por sua vez, em questionamentos de lealdade à Coroa. O discurso da *Gazeta*, enquanto eco das tendências governamentais, revela uma unanimidade patriótica idealizada, que não existia de fato.

A resistência aos franceses aparece como uma “gloriosa empreza” (*GERJ*, 29/09/1808),¹³⁷ um “illustre projecto” (*GERJ*, 03/10/1808), uma “causa justa, e commum [coletiva]” (*GRJ*, 25/01/1809),¹³⁸ “a guerra sagrada da Pátria” (*GRJ*, 26/04/1809),¹³⁹ uma “luta immortal” (*GRJ*,

¹³³ SANTOS, op. cit., p. 224, v. 1.

¹³⁴ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 167.

¹³⁵ Cf., sobre a representação do rei como pai, cap. 3 desta tese.

¹³⁶ LEITE, op. cit., p. 5, dedicatória feita a d. João. A imagem que Padre Perereca apresenta de si, na dedicatória de sua obra laudatória, é a de “verdadeiro Portuguez, sempre submisso, e leal à Sagrada Pessoa de V. Magestade, como O mais humilde e fiel vassallo” (SANTOS, op. cit., p. 20, v. 1).

¹³⁷ “gloriosa obra da expulsão do inimigo” (*GERJ*, 15/06/1811); “tão heroica e sagrada empreza” (*GRJ*, 31/03/1810).

¹³⁸ “causa tão glorioza” (*GRJ*, 07/12/1808); “boa causa” (*GRJ*, 18/08/1810; *GRJ*, 26/05/1813; *GRJ*, 23/03/1814; *GRJ*, 19/11/1814; *GRJ*, 23/08/1815); “mais nobre cauza, que jamais huma Nação deffendeo” (*GRJ*, 02/05/1812); “illustre

27/07/1811), “a mais justa das alianças” (*GRJ*, 02/08/1815), “a contenda da liberdade e do valor contra o inimigo da independencia de todas as nações” (*GRJ*, 09/06/1813). D. João está empenhado nesta guerra pelos “interesses de seus Aliados, da *Europa*, e do *Universo*” (*GERJ*, 21/04/1809). Esse momento de resistência na Península chega a ser intitulado de “Revolução de Portugal”¹⁴⁰ (*GERJ*, 29/09/1808) e “a revolução da *Hespanha*” (*GRJ*, 06/11/1813).

Cabe salientar que, neste caso, a palavra “revolução” é usada em seu sentido original, ou seja, restauração, em referência à Astronomia, onde correspondia ao retorno periódico de um astro a um determinado ponto de sua órbita.¹⁴¹ Passa, portanto, longe do significado transformador, violento, repentino e radical que é logo atribuído a ela no senso comum atual e que se atrela aos desdobramentos do processo revolucionário francês, a partir do qual o sentido astronômico irá perdendo lugar e o termo “revolução” passa a ser tomado como um ato inaugural no qual as amarras com o passado são rompidas e o presente corresponde a uma fase de novas experiências.

Como lembra Hannah Arendt, no caso dos homens que protagonizaram os estágios iniciais do processo de Independência dos Estados Unidos e mesmo da Revolução na França era o significado astronômico que guiava suas ações. Mas, enquanto para eles era o caso de desfazer o que havia sido arruinado pelo despotismo de monarcas absolutos ou por abusos do governo colonial e retornar aos direitos perdidos,¹⁴² para os conservadores, como os que compunham o governo luso, tratava-se de reconstituir uma ordenação divina desarranjada justamente pelos participantes dos dois eventos citados. Tanto assim que, na fala de Canning (que seria embaixador britânico em Portugal) à Câmara dos Comuns, sobre o Tratado de Paz com a França, são os corpos celestes e a movimentação astronômica que ajudam a ilustrar os futuros rumos que se pretende dar à nação após a primeira queda de Napoleão em 1814:

O objecto principal era restabelecer a *França* – faze-la huma nação – pô-la na sua orbita natural – naquella esfera, em que as nações da *Europa* estavam costumadas a vê-la – e não consentir que ella ficasse huma especie de Cometa, mandado só para aterrar os homens, e espalhar em roda a desolação (*GRJ*, 19/10/1814).

Exemplo destas nuances está na comparação feita entre duas revoluções, aquela da França e a que, a partir de 1808, ocorria na Espanha. Esta última “parece haver sido produzida pela Providencia, como hum contraste d’aquella medonha e destructiva revolução d’hum Paiz vizinho” (*GRJ*, 06/11/1813). No entanto, elas parecem partilhar certas forças que, dependendo do campo que ocupam, tomam características positivas ou negativas. Assim, os que combatem em um ou outro lado

causa” (*GRJ*, 11/07/1812); “a grande causa” (*GRJ*, 17/11/1813).

¹³⁹ “guerra a mais justa” (*GRJ*, 14/01/1809).

¹⁴⁰ “rompeu a *Revolução*” (*GERJ*, 30/09/1808).

¹⁴¹ “Revolução: Movimento pela orbita, giro; Hum giro inteiro do planeta na sua orbita” (**SILVA**, op. cit., tomo segundo).

apresentam “a mesma energia natural, e brilhantes vantagens, que assinalarão no principio da revolução a carreira da *França*” (idem). Contudo, em uma direção encontram-se os contendores que se apresentam “com hum espirito de lealdade, com hum espirito de amor aos seus Soberanos, com hum espirito de conservação e de ordem a favor do Governo do Mundo” (idem) e em outra aqueles que vêm imbuídos “de hum espirito de destruição e de anarchia” (idem).

Este novo momento de enfrentamento com um inimigo reabria as portas do panteão da glória para os súditos de d. João, “cujo sangue fará brotar viçosos louros para coroar as Armas *Anglo-Portuguezas, e Hespanholas*” (GRJ, 31/07/1811). E é fazendo dele “empreza a mais famosa, de que haverá memoria nos Fastos da Nação Portuguesa” (GRJ, 23/11/1808) – que ultrapassará, portanto, a importância da Reconquista e da Restauração anteriores – que o general comandante do exército português, Bernardim Freire de Andrada, exortará seus soldados à luta. Toda esta eloquência ligada à glorificação do combate ao inimigo presente na *Gazeta* é sintetizada por Ansart da seguinte forma:

Na luta, produz-se uma linguagem de ação, altamente carregada de valores, que mistura a denúncia dos crimes do inimigo à exaltação dos fins propostos; essa linguagem, que magnifica as tarefas coletivas, designa simultaneamente as justas ações e denuncia, em seu entusiasmo, os comportamentos que não estariam em conformidade com as normas propostas. Na ação a linguagem mistura a incitação e a advertência, faz-se agente provocador e agente de controle, adaptando-se assim, inseparavelmente às exigências coletivas da prática. Nesse movimento de produção pela dinâmica do conflito, os apelos lançados, os significados vividos são a um tempo exteriorizados e interiorizados; exteriorizados no *slogan*, no canto, na linguagem, e interiorizados pelos atores como seu sentido e verdade.¹⁴³

Na cópia de uma proclamação escrita por “hum fiel cidadão” ao “valeroso povo portuense” (da cidade do Porto) as exclamações finais, impregnadas de ares maniqueístas, colocam aqueles que constituirão os principais elementos a serem protegidos e combatidos, segundo o discurso antinapoleônico português: “Viva o PRINCIPE; Viva o Povo Portuense, Viva a Nação, Viva o Sabio Governo e morra o vil, e infame *Napoleão* e seus *Sequazes*” (GERJ, 03/10/1808).¹⁴⁴ Mas o principal lema que, segundo o periódico, sempre ecoava das bocas dos portugueses leais frente ao inimigo, fazendo-os se lembrar dos valores básicos a serem defendidos e pelos quais, se morressem, seriam lembrados como heróis, seria o de “*Viva Portugal, Viva o PRINCIPE, e Viva a Religião*” (GERJ, 31/10/1808). De tal modo que o redator da *Gazeta* conclamava a que se derramasse “até as ultimas gotas de sangue em defesa da Religião, do Governo, e do Paiz” (GERJ, 12/11/1810).

Assim, dirigindo-se aos portugueses, em 9 de dezembro de 1808, os governadores do Reino admitiam falar “em nome da Religião, que devem proteger; em nome do Soberano, por quem darão a

¹⁴² ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Editora Ática/ EDUnB, 1988, p. 35.

¹⁴³ ANSART, op. cit., 119-120.

¹⁴⁴ Um outro exemplo, que se diz ter sido escutado nas ruas de Lamego, cidade ao norte de Portugal, é: “viva o PRINCIPE REGENTE, viva *Portugal*, morrão os seus inimigos” (GRJ, 02/11/1808).

vida; e em nome da Patria”, lembrando ainda que “o mais doce de todos os prazeres, he o de ter defendido, e libertado a Patria” (*GRJ*, 04/02/1809).¹⁴⁵ Mas um dos trechos da *Gazeta* que melhor resume a motivação da guerra contra a França, sob o ponto de vista do governo português, e que traz embutido em si uma forte mensagem dos “modos de vida corretos” que se buscava inculcar em defesa do fortalecimento da monarquia bragantina seria extraído de uma gazeta inglesa:

Esta he [...] huma guerra de Nação dictada por quanto he caro ao homem: pela *Justiça*, que manda repellir os usurpadores; pela *Humanidade*, que grita contra ferocissimos attentados; pela *Independencia Nacional*, que exige imperiosamente a ruina de taes scelerados; e pela *Religião Santa*, que affectão professar estes incredulos, e que por elles tem sido lastimosamente insultada (*GRJ*, 24/02/1810, grifos nossos).

Rei, Pátria, Religião; linhagem, geografia, História. Estes são os pilares que, embora pareçam momentaneamente ameaçados pela invasão de Junot, já se encontravam em acentuado estado de deterioração iniciado com a conjuntura crítica que marcaria o fim do século XVIII tanto na Europa, quanto no interior do império português. O momento em que eles se encontram na maior eminência de ruína, devido à ocupação francesa, é aquele escolhido pela monarquia lusitana para tentar reerguê-los por meio da promoção de um discurso de congraçamento de todos os portugueses em torno de seu soberano legítimo. Ele será exaltado, na época, como o centro irradiador da resistência contra Napoleão, aquele que excita todos contra o inimigo, como aquele que “depois do Favor da Divina Providência, foi a maior causa impulsiva do final Extermínio do Dragão Corso”.¹⁴⁶ O Padre Perereca também colocaria d. João como o principal elemento de incitação dos portugueses contra o inimigo: “Em Portugal a ausência do príncipe pungiu os nobres corações dos seus vassallos, eletrizou os seus ânímos marciais, e os determinou a recuperar a sua independência, e a resistir até à morte aos esforços dos franceses”.¹⁴⁷

O contexto de defesa contra o inimigo, que impele à ação militar, abre espaço, igualmente, no discurso oficial, para a projeção de uma imagem de voluntarismo que se ergue em torno do amor pela monarquia portuguesa. Em uma sociedade estamental, como aquela que caracteriza o Antigo Regime e que se apresenta em Portugal, a adaptação dos lemas adotados pelos revolucionários franceses se limitaria à luta pela “liberdade” da nação do jugo estrangeiro, à “igualdade”, ao menos na teoria, de todos os que aderem à causa contra os franceses e à “fraternidade” de todos em torno da monarquia e de seu chefe legítimo:

para restituir a Capital [Lisboa] ao doce Jugo [do governo do regente], porque ella suspira; para despedaçar aquelle Infame, que a perfidia lhe impoz; para forçar no seu ultimo entrincheiramento esse insolente General *Junot*, que tão barbaramente abusou do

¹⁴⁵ Para uma análise da formação da noção de pátria e do conseqüente surgimento do modelo de sacrifício heróico por ela, cf. KANTOROWITZ, op. cit., a terceira parte do capítulo 5 (“*Pro Patria Mori*”).

¹⁴⁶ LISBOA, op. cit., p. 92-93, parte 2.

¹⁴⁷ SANTOS, op. cit., p. 288, v. 1.

poder das circunstancias para opprimir, despojar, atropellar, e com Proclamações errisorias, insultar os infelizes Portuguezes; para obter todos aquelles grandes bens, para desafrontar o PRINCIPE, e a Patria, para nos vingar em fim, armou-se, alistou-se voluntariamente, e marchou toda a Mocidade do Reino. Todas as classes e todas as idades animadas do mesmo ardor, concorrem agora para a defeza commum: cessarão todas a diferenças privadas, julgou-se até desnecessario por ora o exercicio do Foro. A causa da Patria, he a causa de todos.

[...]

A Providencia, sempre justa; mas impenetravel muitas vezes, e por longo tempo, nos seus occultos fins, tem levado a Monarquia Portugueza, por entre precipicios, e por huma serie de acontecimentos inauditos, a huma Crize, que ha de decidir para sempre da sua futura Sorte.

Se a *União*, e a *Lealdade* prevalecerem, se ficarem extinctas todas as paixões particulares, senão houver outro partido senão o partido da Patria, o resultado desta grande Catastrophe he certo, seguro e glorioso: Se nós percebermos bem, que o vinculo mais forte para a nossa *União*, he a *Lealdade* imperturbavel á Augusta Casa de Bragança, em qualquer parte do Mundo (que a todas se estende a Monarquia) podemos servila bem, e fazer respeitar o MONARCHA: Fieis ao PRINCIPE, e á Patria, mostremo-nos, quaes erão os nossos Maiores. – Estimaveis em Paz. – Terriveis em Guerra (*GRJ*, 30/11/1808).¹⁴⁸

Aqui o princípio mor no qual deve se basear a renovação do império lusitano é claramente revelado: a união, em torno de d. João, entre todas as partes humanas que compõem suas diversas unidades geográficas. E se vê que nenhuma deve ser desprezada nesse momento, como bem lembra “que a todas se estende a Monarquia”.

Na citação acima a crise governamental é admitida, mas de modo limitado, visto que suas causas são imputadas a um desequilíbrio causado exclusivamente por agentes externos, como os infiltrados em Portugal sob o comando de Junot. Nesta versão, a crise é pontual, recente, e não faz parte de um processo que, como vimos, já vinha, de fato, enfraquecendo os alicerces do poder lusitano, contando com episódios ocorridos intestinamente, como aqueles que tiveram lugar na América portuguesa. Em busca de se sanar esta crise, não se propõem reformas sociais, econômicas ou políticas dentro do império, mas sim “incitações a modalidades de comportamento” e “modelos legítimos de modalidades de ser”:¹⁴⁹ voluntarismo, união, lealdade, enfim, obediência inquestionada. Por trás deste comportamento esperado, que se explicita nas palavras de ordem contra os franceses, podemos enxergar um escamoteamento da consolidação da autoridade. Aqui, abrimos espaço, mais uma vez, para as análises de Ansart. Ele observa que a

linguagem política é menos explícita sobre este corolário da autoridade, isto é, a obediência; serão utilizadas outras palavras que designarão não a submissão mas as

¹⁴⁸ Trata-se da cópia de um trecho de autoria de d. Domingos Antonio de Souza Coutinho (irmão de d. Rodrigo), representante português em Londres, escrito “A todos os Senhores Officiaes, Officiaes Inferiores e Soldados, assim como a todas as Pessoas não Militares refugiadas em Inglaterra”.

¹⁴⁹ ANSART, op. cit., p. 84, ambas a citações.

condutas legitimamente conformes às ordens das autoridades: “disciplina”, “unidade”, “confiança”.¹⁵⁰

Mas tanto quanto defender a religião, o rei e a pátria é necessário defender a própria honra, a integridade física e os bens pessoais.¹⁵¹ Resguardar a honra é manter em equilíbrio o moral para o combate, manter-se vivo é preservar braços para lutarem a favor do príncipe, defender o patrimônio particular é poupá-lo para ser usado em prol da causa lusitana. Assim, em uma proclamação dos governadores do Reino, datada de 9 de dezembro de 1808 e tirada da *Gazeta de Lisboa*, aconselhava-se:

Se não quereis ser vis escravos, se não quereis ver ultrajada a Santa Religião, vilipendiada a vossa honra, insultadas as vossas mulheres, traspassados das bayonetas os vossos innocentes filhos, e aniquilada para sempre a gloria de *Portugal*, corramos todos a affrontar-nos com o inimigo commum; unamos as nossas armas ás dos honrados *Hespanhoes*, e ás dos intrepidos *Inglezes* [...]. Sejam os nossos braços, sejam os nossos bens os fiadores da nossa independencia. Vale mais sacrificar os bens á liberdade da Pátria, do que reservallos para despojo dos seus infames oppressores (*GRJ*, 04/02/1809).¹⁵²

Em outro trecho da proclamação faz-se menção aos “Donativos dos Vassallos, que sabem honradamente sacrificar á Pátria os fundos, de que ella necessita”. Cabe lembrar que uma das táticas de guerra adotadas pelos ingleses no combate ao inimigo em Portugal – e que, aliás, mostrar-se-ia muito bem sucedida – seria a da “terra queimada” em que se fazia a evacuação da população civil, com todos os seus pertences de valor e víveres, assim como a destruição de moinhos para que, em caso de retirada francesa, o inimigo não pudesse contar com nenhum recurso.¹⁵³ Deste modo, vincular este sacrifício a uma causa que visava salvar o reino, a monarquia e a religião acabava sendo uma tentativa de compensar, de maneira simbólica, as pesadas perdas materiais – colheitas, moinhos, gados – a que se submetiam muitos súditos joaninos.

No caso brasileiro, devido à escassez de conflitos diretos em que se envolver, o apelo ao sacrifício dos bens privados à guerra seria um dos termômetros do patriotismo. Exemplo disso serão

¹⁵⁰ Idem, p. 44.

¹⁵¹ A defesa da propriedade privada será a principal responsável pelo maior envolvimento do povo espanhol no combate aos invasores franceses: “La guerra adquiere así unas connotaciones populares, por razones ideológicas y también materiales, la defensa de la tierra, de lo más inmediato. La ocupación militar generó de esta manera una ola de represión política y económica, las tropas tenían que vivir sobre el país conquistado, por lo que la ocupación fue impopular al imponer exacciones arbitrarias y requisas obligatorias. La oposición del pueblo catalán fue unánime” (PRADA, Antonio Moliner. La imagen de Francia y de su ejército en Cataluña durante la Guerra del Francés (1808-1814). In: AYMES, Jean-René & SEBASTIÁN, Javier Fernández (ed.). *L'Image de la France en Espagne (1808-1850)*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle/ Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1997, p. 29).

¹⁵² Na Espanha o discurso era muito semelhante: “o resgate do nosso legitimo Soberano, tornado escravo pelos meios mais vis, a independencia de huma Patria, que adoramos; a segurança de nossas propriedades; a honra ultrajada de nossas mãis, esposas, e irmãs, e o livre exercício da Religião em que nascemos, e que professamos, são os sacrosantos objectos, que nos levão ao campo da batalha” (Proclamação do General Venegas aos soldados do Exército da Mancha, datada de 30 de julho de 1809, impressa na *Gazeta de Lisboa* e, posteriormente, na *GRJ* de 08/11/1809).

¹⁵³ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 204.

as diversas coletas de donativos em espécie ou em pecúnia que serão noticiadas nas páginas da *Gazeta* por meio de intermináveis listas com nomes de doadores e relações de objetos ou valores doados. A primeira delas sairia na edição extraordinária da *Gazeta* de 14 de outubro de 1808. Motivadas pelas últimas notícias da guerra na Península, que traziam um cenário de fome e devastação, estas boas ações também contavam pontos junto ao rei. Quanto maior o valor doado, mais status simbólico ganhava o doador, o que poderia ser devidamente utilizado no momento de pedido de alguma mercê real que contava igualmente no ranque que marcava as posições de prestígio no interior dos corredores do poder da Corte do Rio. Por esta via de mão-dupla, que tradicionalmente tinha lugar nas urgências pecuniárias da Coroa, onde solicitações estatais eram remediadas por particulares que, por sua vez, tinham nisso uma moeda de troca para penetração de seus interesses particulares junto ao Estado, muitos brasileiros, dentre os quais diversos comerciantes e proprietários de terra, começaram sua escalada social dentro do círculo de sociabilidade cortesã do Rio de Janeiro.¹⁵⁴

A entrada dos exércitos aliados em Paris nos dias 30 e 31 de março de 1814, marcando a primeira abdicação de Napoleão – “glorioso dia” (*GRJ*, 01/06/1814) – é resumida nestes termos, a partir de um extrato do *Times* de 6 de abril deste mesmo ano: “A nossa perda foi hum tanto considerável: porém devemos ter a consoladora esperança que os bravos homens, que perecerão, rematarão a grande destruição do despotismo [napoleônico], levantando o estandarte da *Europa* restituída áquelle justo equilibrio e ao dominio de seus legitimos Soberanos” (*GRJ*, 01/06/1814). Na voz dos governadores do Reino de Portugal, em uma proclamação de 10 de agosto de 1814 copiada pela *Gazeta*, este mesmo episódio era colocado da seguinte forma: “voltão a Agricultura, as Sciencias, as Artes, o Commercio, a Independencia das Nações, a segurança dos Thronos, a firmeza da Religião, e tudo quanto fórma a felicidade das Sociedades Civis, e os prazeres, e consolações da vida domestica” (*GRJ*, 19/11/1814). Como desdobramento desta conjuntura se “lanção os fundamentos de huma concordia duravel” que farão da “*Europa* huma só família, ligada pelos vinculos do commum interesse” (*GRJ*, 19/11/1814, ambas as citações).

Como se pode notar, as nações aliadas, frente a Napoleão, representam-se coesas, fraternais, solidárias, conectadas por um objetivo único. Deste modo, a “*Europa* inteira apresenta um todo homogêneo e impenetrável, e o malvado vai terminar a horrenda carreira de sua vida criminosa e detestável” (*GRJ*, 02/08/1815); “Todos os povos da *Europa* formam o mesmo voto para poder gozar por fim de uma paz tão desejada” (*GRJ*, 16/03/1811). Ela se constrói como una, diante do grande inimigo, para destruí-lo. O processo de “revolução” contra-revolucionária, que previa a volta da

¹⁵⁴ Cf. **MALERBA**, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, passim, e **GORENSTEIN**, Riva. *Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)*. In: **MARTINHO** & _____. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, em especial, capítulo 2, itens 2.2 e 2.3.

Europa aos antigos trilhos, prometia consolidar-se mágica e instantaneamente, diante do afastamento de Bonaparte, e inaugurar automaticamente uma época dourada assentada em “une réconciliation solennelle entre toutes les Etats de la grande famille européenne”,¹⁵⁵ para citar o pronunciamento do Senado francês, de 3 de abril de 1814, no qual se decretava a primeira queda de Napoleão. Sob esta ótica o Congresso de Viena é louvado como uma “moderna officina de *Marte*, e nova forja de *Vulcano*, [que] dispara o raio exterminador da tyrannia” (*GRJ*, 02/08/1815). E os “Soberanos [ali] reunidos” têm como principal objetivo “equilibrar as forças da *Europa*, e assentar as bases de uma paz firme e durável” (*GRJ*, 02/08/1815).

Apesar do exposto nas citações acima, com o fim do processo de combate ao imperador dos franceses, a harmonia desejada não seria plenamente restituída, em especial no mundo colonial americano que começaria a degradingolar diante de uma série de movimentos independentistas. Se, antes, Napoleão era o grande inimigo comum, contra o qual a Europa coligada se voltava e canalizava seus esforços, na falta dele, mediante sua exclusão do cenário europeu, os conflitos de poder escondidos na ribalta sob a cortina da imagem fraternal de mútua ajuda voltam a ter lugar e fazem sua primeira aparição já no Congresso de Viena (1º de novembro de 1814 a 9 de junho de 1815) que objetivava pôr a casa em ordem.

Mesmo assim, lê-se na *Gazeta* que o “respeito devido à independência das nações, – o sagrado dos imprescriptíveis direitos das legítimas dynastias – a mútua garantia das constituições estabelecidas, – a obrigação de unir-se para o futuro contra qualquer usurpação, formarão os artigos da nova liga social” (*GRJ*, 04/01/1815). Segundo uma declaração oficial do secretário do Congresso,

Tratava-se de restabelecer o que vinte annos de desordens havião destruído, de reconstruir o edificio político entre ruínas, levantar Estados que havião cahido, repor outros nos seus justos limites, dispor de grande número de territórios, vagos pela queda verdadeira, da Potência [França], que os havia engolido. Tratava-se de estorvar, por huma discreta repartição de força entre os Estados principaes, a preponderância de cada hum (*GRJ*, 05/07/1815).

Aí estavam anunciados os princípios de legitimidade, de restauração, de redefinição de fronteiras, de balança e equilíbrio de poderes que norteariam a tarefa dos aliados de reorganizar a confusão geopolítica e ideológica causada pelas intervenções de uma França descompensada pela Revolução e, depois, pelo governo bonapartista. Mas, enquanto o Congresso se desenrolava, Napoleão voltou ao poder. Waterloo ocorreria pouco mais de uma semana depois de seu ato final.

Justamente, a iniciativa que propunha fazer a harmonização da Europa, reconfigurando-a ao seu estado anterior à Revolução, já principiava suas resoluções escavando um abismo que separava sem maiores cerimônias os “Estados principaes” citados pelo secretário – Grã-Bretanha, Rússia, Prússia e

¹⁵⁵ Apud, TULARD, Jean. *L'Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965, p. 78.

Áustria – dos demais, aos quais só restaria assinar o acordo final. Os primeiros, a fim de monopolizar os debates e decisões do Congresso, formariam, em novembro de 1815, a “Quádrupla Aliança”, tomando para si a exclusividade das decisões relativas à divisão territorial européia e estabelecendo um monitoramento de forças, por meio de consultas e acordos entre eles, a fim de preservar a estabilidade na Europa. França e Espanha ainda seriam admitidas devido ao seu extenso território e população, mas não com o mesmo estatuto das outras quatro nações. A “Santa Aliança”, liga militar formada por Áustria, Rússia e Prússia, e complementada posteriormente por França e Inglaterra, seria também um dos frutos do Congresso, cuja finalidade seria intervir junto a monarquias ameaçadas por revoltas liberais na Europa e em suas possessões. Ao discurso de harmonia e união na Europa que brotara diante de Napoleão, vinha o Congresso impor esta fratura entre as nações de maior e menor peso, o que se refletiria de maneira bem clara nos ganhos e nas perdas territoriais acordados durante o encontro.

Na *Gazeta* de 4 de janeiro de 1815, uma notícia do Congresso, datada de 12 de outubro de 1814, esclarecia que, apesar da presença dos ministros das seis potências acima referidas, a participação da Suécia e de Portugal ainda não estava confirmada. Portugal ia ficando, a princípio, fora das negociações dos grandes,¹⁵⁶ o que dava bem a medida do quanto se encontrava à margem da Europa, tanto política quanto geograficamente. Segundo o informado nesta mesma edição, a iniciativa de admissão de Portugal e Suécia no evento vienense teria partido de Talleyrand (representante da França) sob o argumento de que aqueles países também “havam sido incluídos” no Tratado de Paris, feito após a primeira abdicação de Napoleão entre os aliados e a França, base legal da qual se serviam os plenipotenciários do Congresso para as negociações.

Esta situação de marginalidade em meio às negociações européias colocava em descoberto as dimensões políticas liliputianas de d. João do lado de lá do Atlântico e frustrava a certeza de reconhecimento e compensação devidas à participação portuguesa no combate ao grande inimigo. A travessia de volta, ansiada por seus súditos do Reino diante da pacificação, neste momento, não apresentava, então, nenhuma vantagem. O que fica patente é um grande equívoco de auto-percepção por parte de seu governo. Ao apontar para Viena sua luneta, fincada em sua Liliput tropical, em relação à qual ele ganhava dimensões maiores do que possuía no Velho Mundo, sólida era a sua “convicção [...] de que o império luso-brasileiro, partilhando da vitória das potências aliadas sobre a França napoleônica, saía do conflito com um peso e um prestígio no concerto das nações iguais ou

¹⁵⁶ A comitiva portuguesa no Congresso de Viena seria chefiada pelo Conde de Palmela, contando com o diplomata Lobo da Silveira e António Saldanha da Gama, antigo governador de Angola e do Maranhão. Segundo Valentim Alexandre, devido à influência do Conde da Barca, que se encontrava restabelecido no poder nessa época, a indicação do conde do Funchal, representante português em Londres e irmão do já falecido Linhares, para plenipotenciário em Viena seria vetada (ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 291). Eis aí mais uma manobra que remete às disputas entre francófilos e

superiores aos que detinha antes de 1808”.¹⁵⁷ Puro engano. Percebemos, portanto, como a estadia no Brasil e a tendência de engrandecimento e importância oficialmente concebida e divulgada como maneira de reverter positivamente uma circunstância excepcional não era apenas recheio para discursos, gazetas e panfletos, mas algo fortemente introjetado pelo governo, que espelhava sua autoimagem, ainda que, como vimos, ela não correspondesse à realidade.

Diante da comunidade internacional, Portugal, diferente da importância que atribuía a si mesmo, era visto apenas como um país sob a tutela ou protetorado da Inglaterra, e a casa de Bragança como uma “figurante secundária nos meandros do equilíbrio europeu segundo os ditames do Congresso de Viena”.¹⁵⁸ Isto levaria ao forçoso reconhecimento de um fatídico e compulsório alheamento português com relação ao que se passava no cenário internacional. Diante disto, a elevação do Brasil a Reino Unido, em dezembro de 1815,¹⁵⁹ visava, na origem, “dotar de maior peso o lastro político”¹⁶⁰ bragantino. Se, do ponto de vista operacional, esta decisão não traria maiores implicações, apenas regularizando um fato,¹⁶¹ ela revestia de aparências legais a continuação da permanência joanina no Rio de Janeiro, ao afastar o caráter circunstancial de sua detença e ao retirar de seus ombros a obrigação de fazer o caminho de volta para a antiga sede de seu trono, uma vez finda a guerra. Fazia-se com que o desconcerto causado pela presença de um monarca em terras coloniais caísse ante o novo status de suas possessões americanas. Até então, nada indicava, ao menos oficialmente, a resolução de fixar-se permanentemente a Corte no Brasil.

Dois anos depois de sua chegada, com Portugal vivendo a terceira invasão dos franceses, d. João, dirigindo-se aos seus súditos europeus, ainda revelava a preocupação de lembrá-los do caráter provisional de sua estadia nos trópicos. “Obrigado pelas imperiosas circunstâncias”, dizia ele, “a separar-me por algum tempo de vós, e a transportar a Sede do Império *temporariamente* para outra parte dos meus Domínios”, tal resolução deveria perdurar apenas “enquanto não há meio de parar a torrente da mais ilimitada ambição”.¹⁶² Todavia, em 1815, uma vez interrompida a tal “torrente” com o exílio napoleônico, o argumento do príncipe para continuar apartado do Reino caía por terra. A leitura que José da Silva Lisboa, um dos enaltecidos do governo de d. João, dá para a “Declaração do Reino Unido”, registrada por ele como um dos seus benefícios políticos, deixa transparecer como ela seria uma manobra usada para abonar a prorrogação da ausência joanina:

anglófilos.

¹⁵⁷ *Ibidem.*, p. 304.

¹⁵⁸ JANCÓS, István. Independência, independências. In: _____ (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p. 43.

¹⁵⁹ Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815. Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_61.pdf).

¹⁶⁰ JANCÓS, op. cit., p. 43.

¹⁶¹ “Logo que o Príncipe Regente Nosso Senhor com a sua real presença felicitou a grande, e abençoada terra do Brasil, e nela restabeleceu o seu trono, este país deixou de fato de ser colônia” (SANTOS, op. cit., p. 465, v. 2).

Quando os Soberanos da primeira ordem, para se prevenir e impossibilitar nova tentativa do espírito revolucionário da França [...] em mútuo acordo se engrandecerão com vastos territórios, consolidados em garantias recíprocas na Europa; justa e necessária Política ditava, que a Coroa Fidelíssima [Portugal] também segurasse a sua Preponderância na América, para contrabalançar a rápida população e potência dos Estados Unidos do Norte, e coibir a desenfreada rebeldia das limítrofes Colônias de Espanha, que se deixaram iludir das Proclamações Maquiavélicas do Dragão Corso [Napoleão]...¹⁶³

Como forma de se dar maior peso ao lastro político português frente a uma reorganização européia, em que os “Soberanos de primeira ordem” insistiam em lhe retirar o já pouco contrapeso que lhe restava em suas bases, o Reino Unido, por meio da força simbólica dele advinda, era posto como um robusto aparato a ser utilizado por Portugal contra a doutrina revolucionária que grassava pela América Espanhola. Por conseguinte, sua criação não só ganhava um cariz estratégico frente ao perigo das vizinhanças, ao colocar d. João em fina sintonia com o espírito defensor da ordem estabelecida formalizado em Viena, como, deste modo, também justificava sua fixação nas proximidades das colônias hispânicas, imputando-lhe uma nova tarefa que o prendia aqui. Afinal, na Península, aparentemente, tudo voltava aos eixos, mas apenas aparentemente visto que por lá também as doutrinas liberais já estavam em processo de forte fermentação como bem testemunhará o ano de 1820 em Portugal. Assim, em última instância, o imaginário francês, aqui evocado em seu lado subversivo e contaminador da América, era usado para justificar uma manobra política de d. João.

Mas lá no fundo, a vontade de ficar parecia mesmo ligar-se ao sentimento de hiperdimensionamento que a América lhe proporcionava, como acontecera a Gulliver que, saído de da Inglaterra, agigantava-se diante dos pequenos habitantes de Liliput. Voltar para Portugal era ter que pedir licença em meio aos grandes para não ser pisoteado, era ver-se na mesma situação do viajante de Swift quando este se encontrara em Brobdingnag onde, com a mudança das proporções dos habitantes que aí eram gigantes, das dimensões de Gargântua passara ele às do Pequeno Polegar. Como lembra Oliveira Lima, “a residência americana dava uma independência à corte portuguesa como ela desde longo tempo ou talvez nunca possuía na Europa”.¹⁶⁴

No que diz respeito, contudo, às identidades no interior do império português, tal resolução apresentava-se impactante para os portugueses de ambos os lados do Atlântico. A elevação do Brasil a Reino Unido, após o brusco desequilíbrio na ordenação político-econômica das diversas partes que compunham os domínios dos Bragança causado pela vinda da Corte, autenticava seu novo status de

¹⁶² GERJ, 15/11/1810, Carta Régia de d. João, de 7 de março de 1810, impressa na *Gazeta de Lisboa* em 3 de setembro de 1810 (grifo nosso).

¹⁶³ LISBOA, op. cit., p. 112, parte 2.

¹⁶⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 385. Maler, o cônsul francês no Brasil, chegado aqui em 1816, resumia desta forma a situação: “O príncipe regente tendo a escolher entre ser ainda por muito tempo o primeiro poder da América Meridional ou voltar a ocupar um dos terceiros lugares na Europa, abraçará porventura o partido que lhe permita exercer em redor de si maior influência” (Apud LIMA, op. cit., p. 385). Em 1808, nas *Reflexões sobre a conducta do Principe Regente de Portugal*, de Francisco Soares Franco, que seria editada em

centro monárquico e, acima de tudo, dotava-lhe de uma inédita e legítima (id)entidade política. Portugal perdia, de direito, a posição metropolitana diante de um Brasil-reino que passava a contar com um instrumento jurídico que possibilitava uma visão de conjunto sobre si. Visão esta diferente daquela que a antecedente condição de colônia lhe impunha, na qual a “percepção do conjunto era um atributo do Estado colonizador, já que o colono percebia a parte, não o todo”.¹⁶⁵

Depois da franquia do comércio, a elevação a reino seria mais um dos elementos que auxiliariam a paulatina modelagem de uma auto-representação não colonial, da importância político-econômica e da equidade diante de Portugal aos homens de cá do Atlântico (o avesso valendo para a auto-representação da parte européia), uma das bases do vindouro processo de transposição da “condição de portugueses para se aventurarem na indefinida concepção de ‘ser brasileiro’”.¹⁶⁶ E, assim, o dispositivo oficial que tinha o intuito de unir e harmonizar, acabaria por criar, em curto prazo, vários impasses resultantes do acentuamento das divisões e distanciamentos entre a América e a Europa portuguesas que seriam trazidos para o centro dos debates a partir de 1820 e, uma vez acirrados e não resolvidos, chegariam às vias do rompimento político.

Segundo a Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815,¹⁶⁷ a “importância devida à vastidão e localidade” do Brasil e “à cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contém” é que o erigiam naturalmente “àquella graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir”. Mas d. João não deixava de admitir que esta “elevação” de direito atrelava-se a outra de fato: seus domínios americanos já vinham sendo considerados em sua nova “graduação e categoria política” desde abril de 1815 pelos participantes do Congresso de Viena. Logo, o ato joanino não derivava sua validade e justificativa apenas enquanto mecanismo legal que reconhecia um status que a condição de sede do império desde 1808 dava naturalmente ao Brasil. Não se tratava de algo absolutamente espontâneo de sua parte, mas de uma conveniência que lhe era permitida diante da chancela das potências européias. Eis um d. João pego mais uma vez a contragosto pelos fatos, tendo que fazer face a suas dimensões reais ao admitir-se tributário das opiniões da “Quádrupla Aliança”.

Mas, ao expressar ser “vantajosa aos meus fiéis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal e dos Algarves, e os meus Domínios do Brasil”¹⁶⁸ que passavam, assim, a formar “um só corpo político”,¹⁶⁹ ele deixa transparecer uma das grandes

Coimbra, afirmava-se que “He no Brazil que Portugal he uma potencia” (Apud **MALERBA**, op. cit., p. 200).

¹⁶⁵ **SANTOS**, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 23.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 25.

¹⁶⁷ Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815. Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino, op. cit. As citações a seguir, salvo se vierem com outra indicação, dizem respeito a esta mesma Carta de Lei.

¹⁶⁸ *Idem* (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_61.pdf).

¹⁶⁹ *Idem* (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_62.pdf).

preocupações de seu governo, o princípio de coesão, tão propagado, como vimos, na *Gazeta*. Coesão esta que vinha sendo carcomida pelas novas idéias que incitavam críticas à tradicional relação metrópole-colônia, pelos exemplos das ex-colônias inglesas e da França e pela subversão que fazia de Portugal a colônia e do Brasil a metrópole. Diante disto, a elevação pode ser tomada como uma tentativa de se dar palpabilidade a este princípio de vinculação, como uma saída, ainda que retórica, “para travar a desagregação histórica do Império e a cisão da casa reinante de Bragança, dividida entre dois Estados com a mesma chancelaria”.¹⁷⁰

A idéia de “reino” traz consigo o princípio monárquico; o “unido”, a idéia da relação harmoniosa entre suas diversas partes, todas elas reportando-se ao mesmo monarca e sendo moduladas por seus desígnios, entrelaçando-se sem contestação em torno dele, provendo-o, desse modo, de uma soberania una, sólida. Aqui vemos um indicativo de como o discurso oficial, como o que é apresentado na *Gazeta*, tem importância para a elaboração de um lócus político para a monarquia portuguesa, ainda que este se mostrasse mais ideal do que real. Era assim que ela se via, era assim que ela queria ser vista, independente da dimensão verdadeira. Mas se considerarmos que a necessidade do apelo denuncia a falta do que se solicita, o *Reino Unido* é ao mesmo tempo um forte indício da desunião e o “canto do cisne” do Império luso-brasileiro: ele “substancia, no plano simbólico, a decadência de um sistema imperial e a fraqueza política de um regime”.¹⁷¹

Se a oposição a Napoleão havia gerado um discurso homogêneo por parte dos aliados no qual prevalecia a mão estendida, no Congresso estas solidariedades, mesmo que tivessem um preço, seriam deixadas do lado de fora dos locais de negociação, prevalecendo exclusivamente os interesses da alta cúpula. Prova disto é o pedido de restituição de Olivença a Portugal que, era de se imaginar, seria defendido em Viena pela aliada Inglaterra, na ausência de d. João que resolvera permanecer no Brasil, mas não o foi.¹⁷² De fato, “não tendo peso econômico ou mesmo militar, o território de que a Espanha se apoderara em 1801 começava a ganhar valor simbólico para Portugal, vendo-se na sua devolução o reconhecimento do esforço de guerra do país”.¹⁷³ Olivença nunca mais seria possessão portuguesa.

O mesmo no que diz respeito à manutenção da posse da Guiana, cuja futura entrega, prevista no artigo 8º do Tratado de Paris (30 de maio de 1814) que havia sido ajustado pela Inglaterra em seu nome e no de seus aliados à revelia destes, não seria revista por falta de apoio no Congresso. Muito embora esta fosse uma das diretrizes dos plenipotenciários portugueses em Viena que se achavam no direito de tal posse a título de indenização aos vários danos sofridos por seu território europeu quando das invasões napoleônicas e pelas despesas feitas na guerra coletiva contra a França. O desprestígio de

¹⁷⁰ ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da independência do Brasil. In: JANCSÓ, op. cit., p. 264.

¹⁷¹ Ibidem, p. 264.

¹⁷² SERRÃO, op. cit., v. IV, p. 437-438, verbete “Olivença”.

Portugal, apesar de seus esforços na guerra, era flagrante. E ainda será experimentado quando da omissão dos membros da “Santa Aliança” diante de seu pedido de ajuda para conter o movimento liberal deflagrado no Porto em 1820.¹⁷⁴ Inglaterra e Áustria resolveriam não auxiliar d. João: a antiga aliada porque o *whig* Canning estava interessado em combater a política reacionária do primeiro-ministro austríaco *Metternich*, a outra por não querer descontentar a Inglaterra.¹⁷⁵ Nem mesmo o fato de uma arquiduquesa austríaca haver se casado com o herdeiro dos Bragança, d. Pedro, ajudaria na solicitação de apoio.

Da mesma forma que a imagem de uma Europa solidária se rasga diante do Congresso, a arenga de uma suposta igualdade de todos os súditos lusos, forjada ante a pressão do perigo representado por Napoleão, cai junto com ele e volta a dar lugar a metrópole e colônias, a europeus e não-europeus, como ficará bastante evidente em Portugal após a Revolução do Porto. Todo o discurso da guerra é perpassado pela idéia, ou bem poderíamos dizer pelo ideal, do súdito exemplar, o único que, com sua fidelidade, será capaz de salvar a Coroa da imediata ameaça napoleônica e de uma dissolução total de sua essência absolutista e colonialista em curto prazo. Os conflitos existentes, incluindo-se aí a diferença de tratamento entre aquele que é da metrópole e aquele que é da colônia e, dentro de cada uma dessas categorias, as distinções e privilégios intrínsecos a cada uma, diluem-se nesta noção do súdito leal, como podemos observar no discurso de incitação patriótica que se apresenta na *Gazeta*. A defesa da pátria é entendida aí, *stricto sensu*, como o esforço pelo restabelecimento e manutenção de d. João no seu trono português e, *latu sensu*, como a reconstrução de fortes laços entre as partes constitutivas do império. Não se fala em “povo” ou “cidadão”, linguajar este muito empregado pelos revolucionários, mas em “súdito” e “vassalo”.

Também há que pensar em que medida esta suposta igualdade, que faz com que, momentaneamente, a distinção entre nascidos em Portugal e no Brasil se visse oficialmente dissolvida no discurso joanino, rompe a lógica da dominação européia portuguesa e serve para esgarçar mais ainda o problema de montagem de um império luso-brasileiro. Aliás, a abrangência deste discurso se dilata ou se encolhe à medida que se necessita angariar mais simpatias à causa contra-revolucionária e mais braços para pegar em armas. Ou seja, se em um momento de ameaça abre-se mão de diferenciações para aumentar as adesões, findo este momento, torna-se essencial, para a reorganização da Europa pós-napoleônica, impor distinções.

Um exemplo disso encontra-se em um dos trechos da *Gazeta* que divulga algumas “Notícias de Vienna” datadas de 20 de agosto de 1814. Nele se informa, sobre os preparativos do Congresso, que a “Corte [vienense] está verdadeiramente o centro da deliberação *Europea*” (*GRJ*, 14/12/1814). Logo,

¹⁷³ ALEXANDRE, op. cit., p. 311.

¹⁷⁴ SERRÃO, op. cit., v. V, p. 448, verbete “Santa Aliança e Portugal”.

se até agora a luta contra Napoleão era algo universal, “do mundo”, “da humanidade”, neste momento os ajustes políticos são exclusivamente europeus. Notemos que enquanto o cenário de guerra se manteve em pé nas páginas da *Gazeta*, buscou-se “orientar oposições e manter as integrações, majorar o conflito para obter a integração, proclamar a gravidade dos perigos para negar os riscos da divisão”.¹⁷⁶ Uma vez afastada a grande ameaça, a realidade calcada em diferenças volta à superfície.

Ao utilizar-se as imagens da Restauração e da Reconquista no discurso antinapoleônico da *Gazeta*, apelando-se para a memória do brio português, procurou-se reativar um forte senso de coletividade, pois a “produção de uma imagem exaltante do eu coletivo participa das necessidades do empreendimento”.¹⁷⁷ Sob a pressão do momento e sob o rótulo de “os portugueses”, toda a heterogeneidade que marcava o imenso império luso viu-se aparentemente anulada ao se encontrar lado a lado nas mesmas fileiras de combate. A monarquia joanina se auto-representava como organizadora e mediadora de diferenças. Esta condição parecia indicar a efetivação próxima de algo muito semelhante à noção do “Quinto Império” e do Sebastianismo, pois a idéia da retomada da grandeza de Portugal passava a ligar-se à expulsão do inimigo e à sua restauração como grande potência. No entanto, Evaldo Cabral de Mello nota que

Na realidade, a construção imperial não passou de figura de retórica, com que a Coroa bragantina procurou desfazer a penosa impressão criada na Europa pela sua retirada súbita para os domínios americanos, apresentando-a como uma medida de alto descortínio destinada a habilitar Portugal a se retemperar no Novo Mundo para regressar ao Velho na condição de potência de primeira ordem. Do lado de cá do Atlântico, o grande império serviria para afagar a vaidade ingênua dos seus vassalos sudestinos, mediante os arcos de triunfo das celebrações cívicas...¹⁷⁸

As guerras napoleônicas aparecem, por conseguinte, como um momento de busca da retomada do sentido imperial de Portugal, ao qual, no entanto, não se pretende dar um novo rumo, mas recolocá-lo nos velhos trilhos. Isto explica o porquê da mensagem antinapoleônica/antifrancesa presente na *Gazeta* vir impregnada de ataques ao que é liberal e revolucionário, sendo, em seu âmago, conservadora e apresentando em sua derme, abaixo do conteúdo meramente informativo, todo um discurso de chamamento para a reconstituição, em torno do príncipe legítimo, da trama de um tecido político e social que se via ameaçado de esgarçamento.

¹⁷⁵ Idem, v. V, p. 448-449, verbete “Santa Aliança e Portugal”.

¹⁷⁶ ANSART, op. cit., p. 209.

¹⁷⁷ Idem, p. 117.

¹⁷⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. “O império frustrado”, suplemento “Mais”, *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 2001, p. 16. Sobre a dificuldade apresentada pelo governo joanino diante de reformas mais radicais para a construção efetiva desse novo império, nesta mesma página o autor se refere às “reformas políticas, cuja discussão era sempre curto-circuitada nas rodas palacianas pela objeção, reputada esmagadora, de que a Revolução Francesa também começara por elas. Nesse particular, o período joanino caracterizou-se por um extremo conservadorismo, que reduzia a atuação do poder público a questões administrativas a serem resolvidas segundo as práticas do antigo Estado”.

Capítulo 3

Napoleão Bonaparte: a grande face do inimigo

Em 8 de abril de 1814, pouco mais de uma semana após a entrada dos exércitos aliados em Paris, o imponente Napoleão de bronze, que figurava no topo da Coluna Vendôme desde 1810, era posto abaixo depois de várias tentativas mal sucedidas. Não se tratava de ato iconoclasta aleatório: a coluna, forjada com os canhões inimigos tomados na estrondosa vitória da França na Batalha de Austerlitz (1805), era um dos marcos arquitetônicos e simbólicos do poder napoleônico.¹ Um poder que, desde a calamitosa derrota na Campanha da Rússia (1812), despendia cada vez mais energia para se equilibrar. Reencenava-se ali, em uma espécie de psicodrama coletivo, a primeira queda do Napoleão de carne e osso ocorrida dois dias antes.

Trajado de imperador romano, com a frente ornada de louros, tendo em um das mãos um globo (símbolo da monarquia universal) encimado pela alegoria da vitória, a estátua arrancada personificava para a posteridade todo o esforço representativo da máquina de propaganda imperial francesa para formatar a imagem oficial de seu chefe e legitimar seu poder. Os vários elementos simbólicos que a compunham mostravam Napoleão no esplendor de sua glória, revestido da aura imperial que remetia à Antiguidade clássica, laureado por suas vitórias militares, esteio de seu poder, deixando explícita uma dominação que se pretendia universal.

Logo, não há que se admirar que, a partir da primeira derrocada napoleônica, sua estátua na Vendôme passasse a ser, em vários momentos da história francesa, um dos alvos preferidos da ira popular. Ela seria arrancada e/ou destruída e restituída em três ocasiões ao longo do século XIX,² acompanhando os fluxos e refluxos da movimentação política do período e servindo como termômetro figurado para se avaliar a exaltação dos ânimos. Mas podemos dizer que, antes mesmo que fosse desalojada em 1815, ela já vinha suportando, enquanto elemento representacional do poder de Bonaparte, severas e múltiplas agressões que iriam, de forma contínua, cobri-la de trincas emblemáticas que acabariam por concretizar-se no plano político na primeira derrubada de Napoleão e de sua estátua. Referimo-nos aos esforços da propaganda antinapoleônica, cujo ramo luso-americano

¹ Cf. **STOIANI**, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 307. Para a análise do simbolismo da coluna e da estátua cf. item 4.3.1. “A Coluna Vendôme”.

² Sua primeira destituição seria em 1814, voltando em 1832, sob o governo de Luís Felipe, mas na versão “petit caporal”: longo casaco, chapéu e mão posta no colete. Em 1863, sob o governo de Napoleão III, esta estátua seria substituída por uma baseada na primeira versão. Em 1871, durante a Comuna de Paris, ela viria a ser retirada, sendo restituída em 1875, aí permanecendo.

contou também, como já frisado, com o apoio da *Gazeta do Rio de Janeiro*. A tinta a ser utilizada na produção de tal propaganda agiria como um potente ácido a corroer o discurso de poder gravado no bronze da estátua da praça Vendôme.

3.1. A caracterização de Napoleão Bonaparte na *Gazeta do Rio de Janeiro*

Após analisarmos em que termos o conflito contra a França foi sendo reconstruído na América joanina pelas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, buscando compreender como a ofensiva ao outro é justificada, legitimada e utilizada politicamente, resta-nos ainda identificar quem aparece no campo oposto. Nenhuma dúvida, a princípio, quanto a isso: o inimigo é a França e os franceses simbolizados por Napoleão. No entanto, este rótulo vê-se imensamente alargado quando considerado no sentido não apenas de grupo contra o qual se luta em uma guerra, mas enquanto ameaça ou conjunto de ameaças que se anseia combater.

A *Gazeta* disponibiliza um caudaloso manancial de referências ao oponente português. Dada a oportunidade de acompanhar em suas páginas, ao longo de anos, os esforços para se (des/re)construir o inimigo, este tipo de fonte seriada nos permite captar, melhor do que em escritos de circunstância, que não contam geralmente com um efeito de continuidade mas de complementaridade entre si, muitas nuances na sua caracterização, assim como modificações motivadas por interesses governamentais. Deste modo, o levantamento preliminar dos termos usados na época para se referir ao elemento opositor permite-nos inventariar um conjunto de representações que, à medida que são continuamente reafirmadas, auxiliam a cristalização de lugares-comuns no imaginário coletivo. Estas cristalizações, assim como no caso da temática da guerra que analisamos anteriormente, são instrumentalizadas para fins políticos. Diante disto, justificamos nosso empenho em recuperar, a seguir, estes termos, ainda que possamos incorrer em certa repetitividade. Não se trata apenas de um rol de meras palavras, mas de imagens que, contextualizadas, revelam-nos as tensões de uma época.

A primeira evidência geral que surge, a partir da leitura do periódico fluminense, é que Napoleão foi abundantemente aproveitado na produção discursiva contra-revolucionária, resultante da prática conflitual do momento, para encarnar a grande figura da oposição. Identificá-la com uma só pessoa, dando-lhe um único nome e sobrenome, ao imputar-lhe, de maneira simplista, toda a responsabilidade pelos males do momento crítico pelo qual se passa, é recurso de grande eficácia didática para se falar ao público em tempos de guerra. Disto resulta um Bonaparte reconstruído como uma super entidade negativa que acaba por conglomerar em si as várias ameaças e medos, reais ou potenciais, a serem combatidos pelo governo português. Fica, assim, a idéia de um prisma, em que um único feixe de luz

se decompõe em uma série de outros que se espalham em várias direções, ou de uma boneca russa que, uma vez aberta, revela várias outras embutidas em seu interior. Napoleão passa a ser uma tela de projeção de ódios, medos e esperanças.

No discurso elaborado diretamente pela Coroa portuguesa no Brasil joanino, ou aprovado por ela, acerca do inimigo, o vocabulário utilizado para se referir a ele revela, em um nível mais elementar e direto, ecos fiéis do discurso detrator comum aos aliados anti-revolucionários, de matriz essencialmente inglesa. A análise deste discurso revela como seus argumentos mais marcantes tomam de empréstimo várias imagens caras à Lenda Negra napoleônica que, por sua vez, opera na contracorrente de todo o trabalho oficial da máquina de propaganda de Bonaparte, a chamada Lenda Dourada, corporificada, como vimos, em sua estátua da Coluna Vendôme.

Todavia, ao analisarmos com mais vagar o linguajar empregado na arenga portuguesa de oposição napoleônica na América é possível detectar expectativas e pretensões governamentais latentes, um mal-estar generalizado diante de um mundo estabelecido que passa a sofrer várias torções e contrações, assim como várias demarcações do que não é bem vindo ou aceito, ou seja, o que deve ser considerado como ameaça e que deve balizar o comportamento exemplar de súditos fiéis. Neste discurso, tanto quanto a representação do outro, interessa-nos igualmente a de si mesmo que aí vai sendo tecida no contrapelo pelo uso maniqueísta de vários pares de opostos que acabam por delimitar pólos afetivos para os quais se canalizam as agressões e as aspirações do grupo.³ E nesta auto-representação, que se estrutura por oposição à do inimigo, é que a verdade (no sentido daquilo que se quer como verdadeiro) é estabelecida pelo governo luso, do mesmo modo que o lócus político-ideológico que ele pretende ocupar. Eis, portanto, a importância de Bonaparte e nosso interesse em trilhar sua fabricação enquanto super entidade opositora, para apreendermos os artifícios de reestruturação imaginária da monarquia bragantina nos trópicos, de legitimação de seus interesses, em um momento de instabilidades e de embasamento do pensamento contra-revolucionário português.

Napoleão será uma das faces dadas ao inimigo, a de maior vulto sem dúvida, mas não a única.⁴ Ainda que ele apareça nas páginas do periódico em destaque como o ícone da oposição, devemos

³ “O mito negativo (o tirano, a concorrência, o dinheiro) fornece não só o pólo afetivo da agressão, como uma explicação generalizante, pois o mal que se lhe atribui é sentido como onipresente à atividade. É através do mito negativo que o conjunto das relações sócio-políticas é designado. De igual modo, o mito positivo (a associação, a concórdia, o socialismo) reúne numa rede totalizante de significados o essencial das aspirações do movimento” (ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 107). Do mesmo modo, Baczko, referindo-se ao imaginário social, diz que “seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afectivas que agem sobre a vida colectiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, às dimensões intelectuais dessa vida colectiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir (relativamente ao grupo em causa), etc. [...]. Na realidade, estas oposições raramente estão isoladas, antes se articulam umas com as outras” (BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 312).

⁴ Neste capítulo nos centraremos nas representações sobre Napoleão e, no seguinte, naquelas acerca da França e dos franceses.

lembrar que esta, por sua vez, era constituída por uma densa trama formada por linhas diversas que aparecem mescladas no discurso, sendo muitas vezes difícil diferenciá-las. A saber: Napoleão, a França, os franceses, a Revolução Francesa, os jacobinos, a maçonaria, as idéias consideradas subversivas, etc. E esta indiferenciação, muitas vezes, mais do que proposital ou artificial, revela apenas a dificuldade das próprias autoridades governamentais em separá-las. Dando a Clio ares de Penélope noturna, nosso intuito, a partir de agora, é justamente desfiar este tecido, procurando entender sua urdidura e os diversos fios nela utilizados.

Se a primeira referência oficial ao inimigo napoleônico pelo governo bragantino instalado no Brasil pode ser datada de 10 de junho de 1808,⁵ ali aparecendo ele como o “Imperador dos Francezes”, ao longo do período de conflitos esta fórmula oficial e polida cederia lugar, nos escritos que circularam na América portuguesa, a várias outras, em sua esmagadora maioria nada lisonjeiras. Na *Gazeta*, sua primeira aparição se dá em 10 de setembro de 1808, na edição inaugural do jornal, a seis linhas do final da primeira página, no extrato de uma carta retirado de um jornal inglês. Ali ele surge, simplesmente, como “Bonaparte”, mas as forças opositoras igualmente são identificadas como o “jugo francez” e o “partido francez”. Ainda no extrato desta carta, ele é apontado como o “Tyranno do mundo”, idéia que o redator fluminense reforça, em uma das páginas seguintes, ao aludir à “tyrannia do Perturbador do Gênero humano”.

3.1.1. Os termos mais usados

O levantamento estatístico das palavras mais utilizadas na *Gazeta* para se referir a Napoleão revela como sua caracterização no exemplar de estréia do jornal já deixa entrever alguns dos termos que mais serão usados na estruturação de sua contra-imagem no periódico. Os dados revelam, em ordem decrescente, uma preferência por “Bonaparte”, “tirano”, “Napoleão”, “Buonaparte”, “usurpador”, “imperador” e “corso”.⁶ Eles também mostram uma justaposição do uso mais generalizado desses termos a momentos muito expressivos dentro do processo de combate antinapoleônico na Europa, como veremos.

⁵ Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf). Cf. a análise deste documento no item 1.7. da tese, “Que venha a guerra (antes tarde do que nunca)!”.

⁶ Cf. Anexo, Gráfico 9. O critério adotado para a escolha dos termos a serem destacados levou em conta o fato de a palavra ter sido repetida ao menos dez vezes ao longo de um dado ano do jornal. Este número sofrendo variações para mais ou para menos nos demais anos.

Assim, as sobreditas palavras tiveram utilização mais recorrente na folha fluminense⁷ entre 1809 e 1810, o que assinala em suas páginas a comoção causada pela segunda e terceira invasões francesas a Portugal. Esta tendência é extensiva ao ano de 1811, momento em que as últimas tropas invasoras ainda se retiravam de seu território. Este triênio corresponde justamente ao momento em que a campanha antinapoleônica mais se fez imperiosa no Reino, apresentando-se como dispositivo de reforço do patriotismo luso e de desmoralização do inimigo.

Não obstante, neste quadro, é preciso relativizar os números para 1808. Não devemos nos esquecer que o periódico só começa a ser editado, neste ano, em meados do segundo semestre, o que faz com que ele forçosamente não ganhe tanto relevo, em comparação aos outros anos, quando se analisa o emprego dos termos destacados. Deste modo, a soma da ocorrência dos sete termos para 1808 (59, no total) diz respeito a apenas três meses (setembro a dezembro), ou seja, um quarto do período considerado nos demais anos. No entanto, ele acaba por ganhar destaque quando comparamos seu total à média trimestral da frequência daqueles termos para os anos de 1809, 1810 e 1811.⁸ Notamos, neste caso, que os números relativos ao primeiro ano da *Gazeta* ultrapassam essa média no triênio citado, sendo que chegam, inclusive, a ser bem maiores quando comparados à soma total dos anos de 1813 e 1814 e quase iguais aos de 1815.⁹

Há que se enfatizar ainda que 1810, no periódico, é o momento mais pródigo em menções a Napoleão. Dos sete termos em destaque, cinco deles (“Bonaparte”, “tirano”, “Napoleão”, “usurpador” e “corso”) assinalam uma maior frequência nas páginas do periódico neste ano.¹⁰ Trata-se, por conseguinte, de um indício tipográfico do momento mais aguerrido e eficaz de combate na Europa a suas tropas pelos portugueses, levado a cabo com o reforço decisivo proveniente do auxílio militar inglês. Este ano marcaria o início do movimento de expulsão definitiva dos franceses do Reino e, a seguir, da Península.

Apesar disso, 1812 é, para a Europa coligada contra Bonaparte, um momento de reenergização na luta que se trava contra ele. É o ano em que o czar Alexandre coloca-se, depois de um alinhamento anterior com o imperador, na contramão da política francesa e a *Grande Armée* é aniquilada na Campanha da Rússia. Como se explicitava na própria *Gazeta*, “os acontecimentos da *Russia* tiveram uma poderosa tendencia para derribar o poder gigantesco de *Napoleão*, e por tanto acelerar a éra de

⁷ Cf. Anexo, Gráfico 8.

⁸ Para tanto basta dividir a soma total de cada ano por 4 (número de semestres em um ano). Eis as somas totais para os anos de 1809, 1810 e 1811: 158, 195, 112. O que nos dá uma média, para cada trimestre, respectivamente, de 39,5; 48,75 e 28.

⁹ Temos a soma de 20 para todo o ano de 1813; de 35 para todo o ano de 1814, e de 63 para todo o ano de 1815.

¹⁰ Eis, em ordem decrescente de ocorrência, os três anos de maior incidência dos sete termos destacados: “Bonaparte”: 1810, 1809, 1811 (cf. Anexo, Gráfico 1); “tirano”: 1810, 1809, 1811 (cf. Anexo, Gráfico 5); “Napoleão”: 1810, 1809, 1811 (cf. Anexo, Gráfico 4); “Buonaparte”: 1812, 1809, 1811 (cf. Anexo, Gráfico 3); “usurpador”: 1810, 1808, 1811 (cf. Anexo, Gráfico 6); “imperador”: 1809, 1810, 1808 (cf. Anexo, Gráfico 2); “corso”: 1810, 1811, 1812 (cf. Anexo, Gráfico 7).

humana pacificação geral” (*GRJ*, 10/04/1813). Este episódio abalaria definitivamente a imagem de invencibilidade francesa que já havia sido arranhada pela expulsão dos franceses de Portugal e pelo intenso esforço para varrê-los da Espanha. A partir daí, o poderio napoleônico passaria a debilitar-se cada vez mais. O jornal fluminense não deixa de registrar este movimento nas referências a Napoleão em 1812,¹¹ ainda que elas não se igualem em número às dos anos anteriores. E talvez possamos ver na queda a estas referências no ano seguinte também um sinal de segurança por parte de seus adversários que parecem dar mostras de se incomodar menos com um inimigo que eles acreditam enfraquecido, o que atenua a necessidade do uso de sua imagem enquanto oponente.

Diante do exposto acima, fica evidente que, embora a campanha militar contra a França prossiga em território espanhol até 1814 (com a participação portuguesa e inglesa) e na Europa até 1815, o fato é que Napoleão passa a ser cada vez menos citado na *Gazeta* a partir da liberação do território luso. Portanto, estes dados reforçam nossa opinião de que uma das finalidades primordiais da *Gazeta*, quando de sua criação, liga-se à sua utilização como “arma” de guerra no combate ao inimigo durante a ocupação do Reino. A partir de sua expulsão esta finalidade se esvazia, mas só se extingue, em definitivo, com o fim das guerras napoleônicas na Europa.

Devemos, contudo, destacar, após a significativa baixa de 1813, um paulatino aumento nas citações a Napoleão a partir de 1814, indo em um crescendo até 1815.¹² Isto se explica pelo crescente fluxo de novidades a seu respeito motivadas pela espetacular sequência de episódios que marcam a fase final de sua carreira política. Ao longo destes dois anos, os sentimentos expressos nas páginas da *Gazeta* seriam arremessados de um extremo ao outro pelas ondas de notícias, indo da euforia suprema a mais extrema perplexidade diante da primeira queda de Bonaparte (6 de abril de 1814), de seu exílio na ilha de Elba (4 de maio de 1814) seguido de sua fuga (26 de fevereiro de 1815), de sua chegada a Paris (20 de março de 1815) e de sua volta ao poder (os Cem Dias), até sua derrota final em Waterloo (18 de junho de 1815) e seu desembarque em Santa Helena (16 de outubro de 1815), local de seu último exílio. Uma vez retirado do cenário político europeu, o grande inimigo se esvaece quase que subitamente no periódico, não parecendo ter existido a julgar pelos anos seguintes da publicação.

Assim, pouco mais de dois meses após a primeira abdicação do imperador, o periódico fluminense anunciava, em tom eufórico e seguro, que “Finalmente está concluída a grande obra da independência da *Europa*. O tyranno foi precipitado do throno, a que subira sobre montões de victimas innocentes” (*GRJ*, 14/06/1814). A coletividade européia, que vinha sendo representada dividida entre o pólo revolucionário/napoleônico e contra-revolucionário/antinapoleônico, é imediatamente recriada, no plano do discurso, como um todo coeso e homogêneo (“*Europa*”), como

¹¹ cf. Anexo, Gráfico 8.

¹² *Idem*.

se a queda do grande inimigo (“O tyranno”) magicamente conseguisse soldar suas partes até então arredadas. A união imaginada surgia como tão sólida e indestrutível que apenas empurrar o inimigo para as fímbrias do continente, retirando-o dos holofotes do poder – o que equivalia a varrê-lo, momentaneamente como veremos, para debaixo do tapete –, aparecia no momento como uma solução eficaz e tranquilizadora: “*Bonaparte* foi mandado para *Itália* com huma escolta de 500 homens; para hir habitar na Ilha de *Elba* (na *Toscana*) com huma pensão de 6 milhões de francos por anno” (*GERJ*, 14/06/1814). Notemos que aqui não se fala em exílio, como se o ex-imperador estivesse apenas a mudar de endereço.

Diante da notícia há tanto tempo aguardada, realizava-se no Rio uma cerimônia na real sala do dossel, onde estiveram presentes o corpo diplomático, a Corte e as pessoas mais distintas, tanto eclesiásticas, quanto civis e militares. Nesta cerimônia todos congratularam

Sua Alteza Real pelos motivos de tanto júbilo, e universal alegria, como achar-se já a Europa, e o mundo inteiro livre do cruel tirano, que tanto perseguiu, e afligiu os reis, e os povos; estar restituído ao trono dos seus maiores a real família dos Bourbons; enfim, coroar-se de imortal glória a nação portuguesa, que tanto cooperou com o seu valor para o triunfo da liberdade da Europa, e sossêgo do mundo.¹³

E se no palácio as novas eram oficialmente comemoradas, no fechado círculo do poder, por sua vez, os súditos fiéis de d. João, muitos dos quais possíveis leitores da *Gazeta*, não deixariam de realizar suas próprias demonstrações portas afora e adentro. Deste modo agiria a família Cubas, como nos informa um de seus membros, Brás, uma das ilustres personagens machadianas, ao expor “Um episódio de 1814” em suas *Memórias Póstumas*.¹⁴

O relato do “galante episódio de 1814”,¹⁵ um dos marcos da lembrança de Brás, então com nove anos de idade, traz misturados à reminiscência do espadim que havia ganhado de seu padrinho, e da compota que desejava impacientemente devorar após o jantar, os desdobramentos, em sua casa, da notícia da primeira queda de Bonaparte.¹⁶ Segundo ele, a “população, cordialmente alegre, não regateou demonstrações de afeto à real família: houve iluminações, salvas, *Te-Deum*, cortejo e aclamações” e “houve naturalmente grande abalo em nossa casa, mas nenhum chasco ou remoque”. Vemos aqui reproduzida no romance a importante ligação entre combate napoleônico e o reforço da autoridade monárquica joanina, quando o sucesso da empreitada contra o inimigo repercute direta e

¹³ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 423, v. 1.

¹⁴ ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1881], cap. XII, “Um episódio de 1814”, p. 28-31.

¹⁵ *Ibidem*, p. 28.

¹⁶ Como o ponto de vista é aquele da criança, em tom irônico e de deboche, o narrador admite: “francamente, interessava-me mais o espadim do que a queda de Bonaparte. Nunca me esqueceu esse fenômeno. Nunca mais deixei de pensar comigo que o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão” (*Ibidem*, p. 28). Todas as citações deste parágrafo encontram-se na mesma página.

positivamente sobre o príncipe, ao sugerir um reforço dos laços entre ele e seus súditos no momento em que estes demonstram publicamente sua afeição a ele. Continua o menino:

Não se contentou a minha família em ter um quinhão anônimo no regozijo público; *entendeu oportuno e indispensável celebrar a destituição do imperador* com um jantar, e tal jantar *que o ruído das aclamações chegasse aos ouvidos de Sua Alteza, ou quando menos, de seus ministros*. Dito e feito. Veio abaixo toda a velha prataria, herdada do meu avô Luís Cubas; vieram as toalhas de Flandres, as grandes jarras da Índia, matou-se um capado; encomendaram-se às madres de Ajuda as compotas e marmeladas; lavaram-se, arearam-se, poliram-se as salas, escadas, castiçais, arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico.¹⁷

O jantar, montado com toda a magnificência ao alcance da família, de “quinhão privado no regozijo público” deveria fazer ruído, chegando, senão aos ouvidos de d. João, ao menos aos de um de seus ministros. O sentimento antinapoleônico, verdadeiro ou apenas encenado, ao ser propositalmente ostentado em um rumoroso banquete enquanto comportamento esperado de fidelidade ao monarca, aparece transformado em moeda de troca com a finalidade de obter ganhos no jogo de poder e status da Corte: “No meio do interesse grande e comum, agitavam-se também os pequenos e particulares”. Desse modo, tornava-se “oportuno e indispensável celebrar a destituição do imperador”, ainda mais quando ficamos sabendo que a afirmação social do pai de Brás fazia-se “à força de persuadir os outros da nossa nobreza”.¹⁸ Estes trechos, portanto, das *Memórias* ilustram muito bem a transposição dos “modos de vida corretos” apregoados nas páginas da *Gazeta* para a dinâmica social e como tais modos poderiam incorrer em certas vantagens práticas.

É o próprio narrador, no entanto, quem relativiza estes modos, afinal, ele adverte, seu pai nutria por Napoleão “um ódio puramente mental”. Já seu tio João, militar, “não sei se por espírito de classe e simpatia de ofício, perdoava no déspota o que admirava no general”. E enquanto seu tio padre “era inflexível contra o corso, os outros parentes dividiam-se”. Isso, como lembra o menino, era “motivo de renhidas contendas em nossa casa”, “daí as controvérsias e as rusgas”. Este “ódio puramente mental” pode indicar justamente aquele fabricado pelas páginas de jornais, livros e escritos avulsos antinapoleônicos, posto que a guerra se encontrava um tanto quanto distante da Corte, tratando-se, por conseguinte, de um sentimento menos vivenciado do que mentalizado, a ser absorvido e, em seguida, exteriorizado pelo bom súdito. O narrador também evidencia Napoleão como assunto que agitava o cotidiano privado que, a pautar-se pelas suas recordações, mostra-se bem mais heterogêneo no que diz respeito aos sentimentos suscitados pelo imperador do que se poderia imaginar ao ler-se as páginas da *Gazeta*. Mas voltemos ao jantar da casa dos Cubas:

¹⁷ Ibidem, p. 28, grifos nossos.

¹⁸ Ibidem, p. 29 e 28 (duas últimas citações e as demais do próximo parágrafo).

achou-se [ali] reunida uma sociedade seleta, o juiz de fora, três ou quatro oficiais militares, alguns comerciantes e letrados, vários funcionários da administração, uns com suas mulheres e filhas, outros sem elas, mas todos comungando no desejo de atolar a memória de Bonaparte no papo de um peru.¹⁹

Dentre os convidados, destaque para o Doutor Vilaça, um dos letrados, “com sua longa cabeleira de rabicho, casaca de seda e esmeralda no dedo”, que ia “a acumular adjetivo sobre adjetivo, advérbio sobre advérbio, a desfiar todas as rimas de *tirano* e de *usurpador*”, ajudando, assim, a dar “a gravidade política do banquete”.²⁰ O ilustre e ilustrado convidado, tanto pelas declarações quanto pelas vestes, pode ser tomado como o próprio Antigo Regime encarnado a bradar contra Bonaparte. Notemos como suas palavras ressoam o vocabulário antinapoleônico afixado à *Gazeta*. Seria ele um de seus leitores? Muito provavelmente.

Ficamos a imaginar que Vilaça e o Sr. Cubas não pestanejariam em concordar com o redator da folha fluminense em chamar de “catástrophe” a repentina escapada de Napoleão de Elba, anunciada em edição extraordinária:

Entre as muitas notícias, que contém as folhas *Inglezas* [...] há huma, que pela sua singularidade, pela sua importância, e pelas assombrosas circunstâncias, que a acompanhão, merece particular menção. *Bonaparte*, o inimigo da paz do Mundo, o flagello da *França*, aquele homem cuja ambição tem feito correr torrentes de sangue, occupa outra vez o throno da *França*! [...] A nossa penna treme ao escrever tão fatal acontecimento (*GERJ*, 25/05/1815).

Ao divulgar-se como a notícia chegara ao conhecimento dos participantes do Congresso de Viena, fala-se que os que estavam ali reunidos haviam decidido “que para o futuro [Napoleão] deveria ser considerado por todas a Potências como hum facinoroso [...] fora do abrigo do direito das gentes” (*GERJ*, 29/05/1815). Eis como o tom difere daquele mais sereno e sossegado que anunciava a anterior partida dele para Elba. De maneira mais cautelosa do que quando de sua primeira queda, sua evasão, que abriria caminho para o governo dos Cem Dias, só seria colocada como sua “última usurpação criminosa” em 1816 (*GRJ*, 09/03/1816), quando ele já se encontrava aprisionado em Santa Helena. A derrota em Waterloo e sua segunda abdicção seriam noticiadas em tom de alívio, embora de maneira não menos raivosa:

recebemos as mais agradáveis notícias. O tyranno do mundo, o pérfido *Bonaparte*, batido pelos incansáveis esforços dos immortaes *Wellington*, e *Blucher*, depois de consideráveis perdas, buscou cobardemente a sua salvação, na fuga [...]. O certo he que o seu governo ephemero [Cem Dias] foi derribado, e a Europa respira outra vez [...]. [...] [pela] segunda vez desthronisaram o tyranno, e salvaram o mundo (*GRJ*, 30/08/1815).

¹⁹ Ibidem, p. 29.

²⁰ Ibidem, p. 28 e 29 (as duas últimas citações).

E quando Napoleão embarca rumo ao seu último exílio,²¹ o redator fluminense, com alegria, escreve: “Quando dilatamos livremente nossa vista sobre hum horizonte tão risonho, lembra logo, que se desvaneceu a negra nuvem, que o abafava” (*GERJ*, 03/10/1815).

Ao debruçarmo-nos, porém, um pouco mais sobre as notícias acerca de sua escapada de Elba e sua derrota em Waterloo, há algo que as liga na *Gazeta*. Ambos os fatos são utilizados em suas páginas para imputar a Napoleão uma imagem que ele, em sua campanha contra d. João, havia insistentemente atribuído ao príncipe: a de fugitivo.²² O título de uma das matérias do jornal é a “*Fugida de Bonaparte de Elba*” (*GERJ*, 26/05/1815) e fala-se com gosto sobre o “desertor d’*Elba*” (*GERJ*, 30/08/1815). Segundo o periódico, após sua derrota na fatídica e derradeira batalha ocorrida na Bélgica, seu comportamento não é nada exemplar: ele “buscou cobardemente [em Waterloo] a sua salvação, na fuga” (*GRJ*, 30/08/1815).

Ainda referindo-se ao mesmo episódio, declara-se que ele “fugiu, como fez o ano passado [de Elba], depois de ter posto a *França* à borda da destruição” (*GRJ*, 11/10/1815). Dez anos depois, o padre Perereca, ao repassar o “último ato da sua tragédia imperial”, não deixa de frisar que, “perdendo muitos milhares dos seus invencíveis, toda a artilharia, o Império usurpado, e[le] talvez perdesse a vida se não fosse dos primeiros em fugir”.²³ Ao retrocedermos um pouco nas páginas da *Gazeta*, encontramos a mesma imagem na manchete extraída de uma folha inglesa sobre a retirada do exército francês da Rússia: “*Bonaparte deserta do seu exército, e chega a Paris*” (*GRJ*, 10/02/1813). Segundo a notícia,

Depois de se haver escoado do campo da batalha em *Krasnoi*, parece que [Napoleão] trabalhou só para sua segurança pessoal. Deixando acabar o seu afeiçoado exército debaixo das lanças dos *Cossacos*, e nas mais agudas e mais vigorosas hostilidades do clima, consumou a sua fuga, e chegou a *Paris* (*GRJ*, 10/02/1813).

Mas, além de buscar compensar a controversa saída de d. João de Portugal, ao colocá-la em contraponto àquelas de Napoleão, a *Gazeta* também se esmerou em positivar diretamente este episódio.²⁴ Assim, faz-se referência à “Nobre Resolução que SUA ALTEZA REAL tomou a 29 de

²¹ Aqui gostaríamos apenas de chamar a atenção para uma notícia que antecipa seu último local de exílio: “Affirma-se que *Bonaparte* será transportado para *S. Helena*” (*GRJ*, 01/03/1815: Vienna, 20 de novembro de 1814). Esta informação é surpreendente, visto que à época em que ela é originalmente divulgada, ele ainda estava exilado em Elba. Isto demonstra como sua proximidade, mesmo antes de sua volta ao poder, já incomodava.

²² O trecho de uma proclamação de Junot aos portugueses analisado pela *Minerva Lusitana* traz exatamente esta acusação de fuga e covardia. Diz o agente militar napoleônico: “Podeis vós ainda ter uma memória saudosa de uma dinastia, que vos abandonou, e cujo Governo vos humilhara a ponto de não figurardes já entre as Nações da Europa?” (visto terem perdido o status de sede governativa, sendo agora, na prática uma colônia) (*GRJ*, 01/10/1808).

²³ SANTOS, op. cit., p. 442, v. 1.

²⁴ Oliveira Lima coloca esta saída como um dos momentos em que o senso político de d. João revelou-se: “Um dos mais fracos soberanos da Europa, vimos ter sido o único que escapou às humilhações pessoais por que fez Napoleão passar os representantes do direito divino: os Bourbons da Espanha e da Itália, ludibriados, depostos, vagabundos ou cativos; o rei da Prússia, expulso dos seus estados; o César austríaco, compelido a implorar a paz e conceder ao aventureiro corso a mão de

novembro próximo passado” (*GRJ*, 30/11/1808). Ela seria fruto da “sabedoria de S. A. R., que depois de transtornar as medidas da mais horrorosa perfídia, veio encher de assinalados benefícios este ditoso Continente” (*GRJ*, 14/07/1810). D. João é exaltado como o “Príncipe, que primeiro que todos, teve a glória de confundir os projetos do mais pérfido de todos os homens” (*GRJ*, 04/02/1809) e que “deu um grande exemplo a todos os Reis quando preferiu a ser vítima da ambição Francesa o retirar-se da sua Capital” (*GRJ*, 17/09/1808). Enaltece-se a “profunda Sabedoria de S. A. R., o Príncipe Regente Nosso Senhor, que com heróica resolução frustrou os infames projetos do Tirano” (*GRJ*, 19/11/1814). Em um dos primeiros números do periódico o redator relembra como

a generosa Resolução que o Príncipe Regente N. S. tinha formado de se refugiar no Brasil [...] contrariou a França de dois modos: por um lado fez com que o exemplo magnânimo, que S. A. R. ofereceu às Nações, despertasse nelas (como em Espanha) a devida energia; e por outro lado fez com que as produções deste vasto Continente do Brasil nos abrissem uma nova fonte de prosperidade no comércio franco de todas as Nações, e principalmente daquela, que o Imperador dos Francezes procura esmagar [a Inglaterra] (*GRJ*, 28/09/1808).

Elba e Waterloo tornam-se momentos de desagravo dos portugueses. A pecha de fugitivo, e consequentemente de covarde e egoísta, é refletida de volta sobre Bonaparte. O afastamento do príncipe é colocado como obra de sua sabedoria, de sua generosidade, de inspiração divina,²⁵ a produzir elevados frutos. Enquanto d. João deixara seus domínios com o propósito de fundar um grande império na América, manter intacta sua soberania e combater a França e sua aliada espanhola em suas vertentes coloniais, em qualquer um dos fatos em que se envolvera o ex-imperador se evadia sem nenhuma grande perspectiva, além daquela de tentar salvar a própria pele.

As referências à partida joanina do Reino apresentam sempre cunho moderado na *Gazeta*. É o que transparece em um dos avisos que adverte que na “casa de Paulo Martin se vendem as bellas Estampas do Embarque de S. A. R., obra do famoso Bartholozzi” (*GRJ*, 11/01/1809), ou quando se menciona a “viagem de S. A. R.” (*GRJ*, 01/10/1808) ou “a ausência de seu Amado Príncipe” (*GERJ*, 03/10/1808). Não se trata, pois, de abandono ou fuga, mas de um afastamento que se queria momentâneo.

sua filha; o próprio czar, ora tendo que aceitar intimidades em entrevistas memoráveis, ora que rebater a invasão devastando províncias do seu Império” (LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 578).

²⁵ Um sermão de 1816 dizia que d. João, “por disposição divina, se dignou estabelecer neste continente a sua Real habitação”. Em outro trecho se afirmava que “Escudado pela Providência divina [d. João] campou victorioso de tantos perigos, e á estas serenas Regiões dos Trópicos felizmente [Deus] o conduzio” (“Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, grifos nossos, manuscrito original enviado à Mesa do Desembargo para se obter a licença de impressão, tendo sido a licença concedida em 16 de dezembro de 1816. ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 03, documento 72).

Entretanto, em julho de 1821, em um discurso feito a d. João, e reproduzido na *Gazeta*, quando ele estava prestes a desembarcar em Lisboa em frente à deputação das Cortes, apesar de se justificar sua atitude diante da ameaça napoleônica, faz-se questão de se enfatizar o longo período que ele se mantivera afastado. E ainda que não se mencione o verbo “fugir”, não há dúvidas que “escapar” é seu sinônimo, ainda que seja das garras do inimigo francês: “depois do longo retiro de quatorze anos para os seus Estados do *Brasil*, a fim de escapar-se às insidiosas maquinações do maior dos déspotas e dos tiranos” (*GRJ*, 20/09/1821). Os três anos que separam esta fala da exaltada caracterização da vinda de d. João por Cairu, de 1818, como a “Heróica Expedição do Príncipe Regente do Reino”,²⁶ demonstram muito bem como as palavras são importantes indícios das mudanças no contexto político que, para o caso joanino, apresentava-se muito diferente daquele que ele deixara para trás em 1807.

Outro exemplo, fora da *Gazeta*, de palavras que comprovam uma mudança de interesses, no caso sobre a vinda de d. João para cá, encontra-se em um sermão de 1816. Neste ano o príncipe já elevara o Brasil a reino, o que indicava que sua estadia não era mais algo circunstancial. É aí que a imagem de fundador de um império que daqui irradia seu poder ganha peso. Termos como “plantar” e “centro” passam a dar a idéia de fixação, de enraizamento, de nova localização do poder:

A Providência divina [...] não trouxera certamente á S. A. R. só com o intuito de livração de sua real Pessoa do incêndio devastador, que ateava chammias abrazadoras em todos os Thronos d’Europa, como muito mais para Elle plantar aqui o novo, e primeiro Império das Américas, e com hum novo Código de Leys todas liberaes formar, por quanto são susceptíveis as imperiosas circunstâncias do tempo, a felicidade de seos Povos, a qual á semelhança dos raios do círculo, q partindo do centro, se derramão em todos os pontos da superfície, assim do Brazil, como centro da nova prosperidade se derrama ella em todas as Nações do Universo.²⁷

Mas prossigamos na análise do vocabulário mais utilizado na *Gazeta* para referir-se a Napoleão. Os dados revelam um nítido intuito de personalização,²⁸ de ligá-lo intima e diretamente aos acontecimentos em curso. Esta, como já dissemos, é uma estratégia didática em momentos de guerra, que facilita para o público o entendimento dos conflitos, ao reduzir o inimigo a um indivíduo. É o que mostra o fato de, entre os sete termos destacados, três se relacionarem ao seu nome e sobrenome, ocupando “Bonaparte” a primeira posição, “Napoleão” a terceira e “Buonaparte” a quarta. Fica clara a preferência pelo uso do seu nome de família, em detrimento do seu nome de batismo. Portanto, entre

²⁶ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 64, parte 2 (IEB). Ele também fala na “Expedição da Corte ao Brasil” (ibidem, p. 72, parte 2). Este, inclusive, é o título de um dos capítulos da primeira parte da obra.

²⁷ “Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, op. cit.

²⁸ “Such personalization is necessary because warfare is so vast that without some simplifying it seems remote and incomprehensible to average person. For instance, it is much easier [...] to grasp the shortcomings of the enemy if they are attributed to one individual – say to Hitler, who alone was responsible for the war of 1939” (HOLTMAN, Robert. *Napoleonic Propaganda*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1950, p. XIV).

os sete termos por nós destacados, “Bonaparte” corresponde à quase metade da soma de todos eles (42%).²⁹ Ainda que ele seja considerado “execrável nome” (*GRJ*, 22/08/1810), “nome que deve ser tido em aborrecimento, e ódio” (*GRJ*, 25/01/1809), é preciso frisá-lo, apregoá-lo aos quatro ventos para advertir todos de seu perigo. Por sua vez, Wellington, que seria o grande opositor militar do imperador nos campos de batalha, tem um “nome [que] foi levado até aos astros, até lá mesmo ao templo da verdade eterna” (*GRJ*, 13/08/1814). E o sucessor e irmão do último rei francês, apresenta o “nome sagrado de *Luíz*” (*GRJ*, 02/08/1815).

A insistência, em vários momentos, em tratar o imperador por seu sobrenome parece indicar uma intenção deliberada de destituí-lo da pompa e da abrangência de sua dominação sugeridas na fórmula que ele mesmo escolhera para seu título oficial – “Napoleão, pela Graça de Deus, Imperador dos Franceses, Rei da Itália e Protetor da Confederação do Reno”³⁰ – ao esvaziar, do mesmo modo, a distinção dinástica que fazia de seu nome, seguido pelo epíteto “primeiro”, a referência fundadora da mais recente família reinante da França. Por conseguinte, esta estratégia expressa a inconformidade em aceitá-lo como novo monarca francês, na medida em que o uso de seu sobrenome remete a seu status anterior de general ou de cônsul, quando era conhecido publicamente apenas como Bonaparte.

As referências diretas a ele como um “soldado ignorante, feroz e sanguinário”³¹ (*GRJ*, 30/05/1810) e, após sua segunda abdicação, como “o General *Bonaparte*” (*GRJ*, 13/12/1815), colaboram ainda com esta intenção de rebaixá-lo.³² Trata-se de uma tentativa de recolocá-lo no mundo dos “cidadãos” e da República, que se ligava no imaginário da época à tradição revolucionária francesa de onde ele despontara, buscando negar-lhe a exclusividade e elevação do mundo dinástico e monárquico e questionar sua legitimidade de soberano.³³ Na opinião de seus opositores, Napoleão jamais seria um dinasta, não passando “de hum conquistador, que não conhecendo outra gloria mais que a da guerra, arruinava a *França*, para hir assolar as nações, que queria subjugar” (*GRJ*, 02/08/1815).

Enquanto a lembrança da passagem de Bonaparte pelas fileiras do exército revolucionário serviram ao deslustre de seu status de soberano, uma figura militar passaria a ocupar, ao longo dos anos de combate à França, um lugar cada vez mais elevado em meio à propaganda antinapoleônica e

²⁹ Cf. Anexo, Gráfico 10. Do ponto de vista tipográfico, a *Gazeta* sempre coloca em destaque (geralmente utilizando itálico) adjetivos pátrios, nomes de países e nomes de pessoas, o que acaba por dar mais ênfase às referências a Napoleão no texto.

³⁰ Esta expressão aparece, por exemplo, na *GRJ* de 17/09/1808 (segunda edição da *Gazeta*).

³¹ “hum soldado feroz” (*GERJ*, 30/03/1810).

³² Lisboa, por exemplo, refere-se a ele como “Cabo Militar” (**LISBOA**, op. cit., p. 45, parte 1).

³³ “Num mundo de cidadãos, todos eles teoricamente elegíveis para a presidência, o número limitado de nomes de ‘batismo’ torna-os inadequados como denominadores específicos. Nas monarquias, porém, onde o poder está restrito a um único sobrenome, são necessariamente os nomes ‘de batismo’, acompanhados de números ou alcunhas, que propiciam as distinções necessárias” (**ANDERSON**, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989 [1983], p. 28, nota 21).

no meio social da época: o inglês Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington. Se na *Gazeta*, Napoleão aparece de maneira regressiva no que toca à sua titulação, sendo rebaixado de imperador a soldado, aquele que lideraria a resistência na Península seguiria no sentido oposto. Tendo desembarcado em Portugal em 1808,³⁴ como tenente-general, nas páginas do periódico ele passaria, em menos de um ano, de “illustre general”³⁵ (*GRJ*, 27/06/1811; *GRJ*, 13/11/1813) a “digníssimo General Lord Visconde *Wellington*” (*GRJ*, 25/04/1812). Ele ainda seria o “grande Capitão, cuja fama se tem espalhado não só pela *Europa*, mas por todo o Mundo”³⁶ (*GRJ*, 26/02/1814), “o primeiro capitão do século” (*GRJ*, 23/09/1815; *GRJ*, 23/07/1814), “aquelle illustre commandante” (*GRJ*, 23/09/1815). Ao “soldado ignorante” (*GRJ*, 30/05/1810) Bonaparte, opõe-se Wellington e seus “profundos conhecimentos e pericia Militar, que tantas vezes tem triunfado de nossos inimigos” (*GRJ*, 25/04/1812) e “seu grande merecimento e de suas brilhantes façanhas” (*GERJ*, 30/05/1814).³⁷

Ao passo que Napoleão se apequenava nas agressões impressas que lhe faziam seus contendores, Wellesley, na medida em que o atacava de maneira bem sucedida nos campos de batalha, era por eles transformado no “Grande *WELLINGTON*”³⁸ (*GRJ*, 11/11/1812; *GRJ*, 14/11/1812; *GRJ*, 09/12/1812; *GRJ*, 05/07/1815), sendo considerado “O Homem de Estado, o grande Militar, o Herói bemfazejo, o Libertador desta desconsolada terra” (*GRJ*, 13/08/1814). Enquanto “a gloria do invicto Lord *Wellington*, libertador da *Peninsula*”³⁹ (*GRJ*, 13/11/1813) ia se fortalecendo, afirmava-se sobre a França que “o gênio divino do Seu Chefe – o invencível valor dos seus guerreiros; esses lisonjeiros sonhos já passaram” (*GRJ*, 12/03/1814).

³⁴ Segundo Serrão, o futuro duque de Wellington desembarcara em Portugal em agosto de 1808, durante a primeira invasão francesa. Vinha enviado pelo governo inglês a pedido das Juntas da Galiza e do Porto. O corpo militar sob seu comando chegou à vista da foz do Mondego a 1 de agosto de 1808, desembarcando na praia de Lavos, ao sul da Figueira da Foz (**SERRÃO**, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. VI, p. 346, verbete “Wellington, duque de”). Na segunda invasão francesa (1809) ele é reenviado para nova expedição em cujo comando se encontrava e, ao mesmo tempo, por indicação de Beresford, recebeu também o comando do exército português, vindo, posteriormente, a receber o comando também das tropas espanholas. Nesta segunda fase, ao tomar a cidade do Porto, seguiu em direção da Espanha, onde se daria a batalha de Talavera, depois da qual tornar-se-ia visconde de Wellington (*Ibidem*, v. VI, p. 347, verbete “Wellington, duque de”). Sua principal batalha em Portugal seria a de Buçaco (27 de setembro de 1810), durante a terceira invasão.

A informação de Serrão de que a intervenção militar inglesa de 1808 em Portugal responderia ao chamado das Juntas é contestada por Valentim Alexandre. Baseando-se em um ofício queixoso de d. Domingos, embaixador de Portugal em Londres, ele diz tratar-se “de uma operação decidida de forma unilateral pelo governo britânico, sem concertação prévia com qualquer órgão de soberania portuguesa” que apontava em direção da “total perda de controlo do Estado português sobre os destinos do Reino e da desconsideração política que a atitude britânica implicava” (**ALEXANDRE**, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 183, ambas as citações).

³⁵ “a alta gloria, que tem adquirido aquelle illustre General” (*GRJ*, 11/07/1812); “guerreiro illustre” (*GRJ*, 17/08/1811).

³⁶ “maior capitão dos nossos dias, o invicto Lorde Wellington” (**SANTOS**, op. cit., p. 413).

³⁷ “o bravo e incomparavel Lord *Wellington* pondo em practica os seus grandes conhecimentos e talentos” (*GRJ*, 22/06/1811); “o douto e bravo Lord” (*GRJ*, 22/06/1811).

³⁸ “Grande Lord *Wellington*” (*GRJ*, 31/10/1810).

³⁹ “Invicto Duque da *Victoria*” (*GRJ*, 19/11/1814); “invicto Lorde Wellington” (**SANTOS**, op. cit., p. 397); “invencível Lorde Wellington” (*idem*, p. 442, v. 1); “Insigne e Invicto Duque da *Victoria*” (**LISBOA**, op. cit., p. 91, parte 2).

São constantes as mudanças na maneira de se referir a Wellesley na *Gazeta*. Muitas delas devem-se aos títulos nobiliárquicos com que ia sendo agraciado em reconhecimento de seus brilhantes serviços no combate aos franceses. A rapidez com que elas se sucederam e as localidades a que suas titulações se referiam possibilitam traçar rapidamente um panorama temporal e geográfico das ações das tropas sob seu comando, que foram paulatinamente varrendo os soldados do imperador para fora da Península e depois da Europa. Exemplar é a referência a ele como o “Ilustre Vencedor do *Vimeiro*, e *Talavera*, o Libertador de *Portugal*, o Conquistador de *Ciudad Rodrigo* e *Badajoz*”⁴⁰ (*GRJ*, 05/12/1812) na qual aparecem muitos dos lugares onde ele vencera os exércitos napoleônicos. Se em um ano, ele é o “Conde de *Vimeiro*” (*GERJ*, 06/04/1812), localidade portuguesa, no outro ele já é o “Duque da *Victoria*” (*GERJ*, 22/11/1813), cidade espanhola, prosseguindo em suas vitórias militares e de titulação até ser apresentado, após o desmantelamento do poderio napoleônico para o qual tanto contribuía, como “O libertador de *Portugal* e da *Hespanha* – o heroe de *Waterloo* – o Duque de *Wellington*” (*GRJ*, 13/02/1819),⁴¹ assim permanecendo para a posteridade.

Cabe ressaltar, no entanto, que, apesar de Wellesley ter sido transformado na grande face antagonista de Napoleão nas páginas da literatura anti-francesa, o trabalho de exaltação e heroicização em torno dele ocultava várias de suas atitudes caprichosas e arbitrárias em Portugal que, guardadas as devidas proporções, não o afastavam tanto assim do perfil negativado de Bonaparte. Basta lembrarmos que ele “vai empregar todo o seu poder para impedir qualquer interferência do governo de Lisboa na organização e funcionamento do próprio exército português, ameaçando demitir-se e

⁴⁰ “o Heroe de *Talavera*, e do *Bussaco*” (*GRJ*, 27/06/1811); “Vencedor do *Vimeiro*” (**LISBOA**, op., cit., p. 90, parte 2).

⁴¹ Arthur Wellesley, que viria a ser comandante em chefe das forças aliadas em Espanha e Portugal e que ganhara o título de conde de Wellington pelos serviços prestados, tendo expulsado o inimigo do território português, foi agraciado por d. João com o título de visconde do *Vimeiro* e com a *Grã-Cruz* da Torre e Espada. Após a entrada em Madrid, em 1812, recebe o título de marquês de Wellington pelo Príncipe Regente do Reino Unido (cf. *GRJ*, 11/11/1812). Durante esta campanha ele também recebe os títulos de marechal e generalíssimo do exército anglo-luso-espanhol, de duque de *Ciudad-Rodrigo* e Marquês de *Torres Vedras*. Aliás, sobre o combate de *Ciudad-Rodrigo* Perereca observa: “No dia 19 de janeiro [de 1812] as tropas anglo-lusas tomaram de assalto a praça de *Ciudad-Rodrigo* [sic], e a 6 de abril seguinte se apoderaram do mesmo modo da famosa praça de *Badajoz*. Conquistados estes dois baluartes espanhóis, que os franceses ocupavam, e que defenderam com grande obstinação, se lhes fechou a porta para não entrarem tão facilmente no nosso Portugal, e ao mesmo tempo se abriu a estrada para o nosso exército aliado penetrar pela Espanha até aos *Pirineus*” (**SANTOS**, op. cit., p. 397-398). Na *Gazeta* de 11/07/1812 noticia-se que, após a conquista de *Badajoz*, ele ganhara a *Grã-Cruz* da Ordem Nacional de S. Fernando pela Regência do Reino da Espanha. Esta condecoração premiava grandes ações de guerra. Ele passa a ser duque da *Victoria*, após a batalha nesta localidade contra José Bonaparte, ocorrida em 21 de Junho de 1813. Recebe por isso também da Inglaterra o título de marechal-de-campo, ao tempo só concedido aos príncipes. Continuou a avançar até a fronteira francesa em sua ofensiva e a atravessou no final do ano. Seu título de duque é recebido em 3 de maio de 1814, segundo a *Gazeta* de 30/07/1814. No entanto, este título aparece pela primeira vez no jornal na edição de 23/07/1814 quando, devido à primeira queda de Napoleão, noticia-se um baile dado em Paris em maio de 1814, onde Wellington compareceu. Em 1814, Soult e Suchet propuseram-lhe um armistício (18 e 19 de abril de 1814) que pôs fim à Guerra Peninsular. Na edição de 07/09/1814 ele aparece ainda como barão do Douro e, após derrotar definitivamente o imperador em *Waterloo*, tendo sido nomeado pelos soberanos aliados Comandante em chefe das tropas inglesas, prussianas, hanoverianas e holandesas, foi agraciado pela Holanda com o título de Príncipe de *Waterloo*.

aconselhar o ministério de Londres a pôr termo ao auxílio militar à península, quando esse governo interviesse”.⁴²

Outras grafias do sobrenome do imperador também circularam pela folha fluminense. A versão original de seu nome de família, Buonaparte, modificada pelo próprio Napoleão ao longo da carreira,⁴³ faz sua estréia na *Gazeta* em 13 de maio de 1809 e chega a ganhar outra versão um pouco mais afrancesada, Buonaparté, como se pode ler no exemplar de 29 de julho de 1809.⁴⁴ Aqui vemos mais um exemplo do alinhamento do periódico fluminense ao discurso antinapoleônico de matriz inglesa, pois se tratava de um de seus artifícios favoritos no combate ao imperador, que viria a ser também largamente utilizado em vários panfletos após a Restauração dos Bourbon no trono francês.⁴⁵ Chateaubriand, um dos autores de destaque da Lenda Negra de Napoleão na França, seria um dos ilustres divulgadores da grafia italiana em suas obras no lado continental da Mancha. Seu emprego na folha fluminense foi bastante acentuado em 1812,⁴⁶ reflexo, possivelmente, da cópia de extratos de periódicos ingleses que, por sua vez, assinalam com este expediente um reforço aos ataques ao chefe dos franceses que, como já posto, revigoram-se neste ano diante da atitude russa.

O “u”, que diferencia a grafia original daquela mais conhecida, serve, neste caso, para arredar Napoleão da França, apesar de todos os seus esforços para afrancesar-se, na medida em que a versão italiana remetia à sua origem corsa. Ainda que, em 1768, Gênova tenha cedido seus direitos sobre a Córsega à França e que Napoleão, assim sendo, nascera no ano seguinte já sob domínio francês, a lembrança de suas raízes italianas a fim de detrá-lo, por meio do sutil recurso do uso do seu nome de família, acentua sua caracterização como estrangeiro e forasteiro, ao fazer do afrancesamento de seu sobrenome mais um de seus ardis políticos.⁴⁷

Na já citada edição da *Gazeta* de 13 maio de 1809, localizamos um interessante exemplo do emprego negativo de “Buonaparte” no título que se dá a cópias de alguns documentos oficiais.⁴⁸ Trata-se da “*Carta de S. Magestade o Imperador de todas as Rússias e de Buonaparte a S. M. Britannica, datada em Erfurth, a 12 de Outubro de 1808*”. Embora o documento tenha como

⁴² ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 203.

⁴³ Para as polémicas acerca do nome e do sobrenome de Napoleão, e dos usos que ele faz das diversas grafias, cf. STOIANI, op. cit., item 2.1. “O Nascimento de Nicolas Buonaparte, o Corso ou o Evangelho Segundo Jean-Jacques”, p. 29-50.

⁴⁴ Englobamos na contagem do uso do termo “Buonaparte” as duas aparições (de 1809) de “Buonaparté” por considerar que, para fins de análise no contexto da propaganda antinapoleônica, ambas a grafias trazem o mesmo sentido detratador.

⁴⁵ TULARD, Jean. *L'Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965, p.45-46.

⁴⁶ Cf. Anexo, Gráfico 3.

⁴⁷ De fato, na primeira Campanha da Itália (1796-1797) Napoleão apresentar-se-ia como Buonaparte, fazendo da grafia italiana de seu nome uma estratégia pessoal a fim de angariar as simpatias dos italianos.

⁴⁸ GRJ, 13/05/1809: Sevilha, 11 de janeiro de 1809, cópia da Correspondência oficial com os Governos de Rússia e França, relativa às propostas recebidas de Erfurt, apresentada por ordem de S. M. Britannica a ambas as Casas do Parlamento em 20 de Janeiro de 1809.

assinaturas, ao final, “Alexandre”, o czar da Rússia, e “Napoleão”, que já era imperador dos Franceses, a referência a ele no título passa não apenas pelo uso de seu nome de família (e não pelo seu título oficial), tirando-o do pé de igualdade com os outros dois monarcas citados, mas, para dar mais peso à detratção, usa-se ainda sua versão italiana.

A imagem do estrangeiro seria igualmente reforçada na *Gazeta* pela utilização generalizada do adjetivo pátrio “corso” para caracterizar Bonaparte.⁴⁹ Notemos que, além de ser alojado em uma categoria pátria que o afasta das origens francesas – ele é um “estrangeiro à França no sangue” (*GRJ*, 27/11/1811)⁵⁰ –, em geral, a tentativa de relacioná-lo a seu lugar de nascimento é acompanhada de mais algum termo que o caracteriza negativamente, jogando-o, deste modo, para o lugar mais baixo entre os seus compatriotas. Mesmo o espaço reservado na *Gazeta* para anúncios não seria marcado pela neutralidade: no aviso de venda de uma obra antinapoleônica – *Confissão de Napoleão Bonaparte* – dizia-se que a ela “tem merecido a aceitação geral, tanto pela sua clareza em desenvolver o pessimo caracter daquelle infame Corso, como pela veracidade dos factos” (*GRJ*, 27/11/1811).

Ao seguirmos, na *Gazeta*, a ocorrência da palavra “corso”,⁵¹ observa-se um salto súbito em 1810, seguido de um contínuo decréscimo até 1813, uma pequena elevação em 1814, uma leve queda em 1815, quando atinge os mesmos níveis de 1813, desaparecendo a seguir. Vimos a importância do ano de 1810 na propaganda antinapoleônica, o que esclarece seu extensivo uso. Já a disposição que apresenta o ano de 1814 pode ser lida como reflexo da primeira abdicação do imperador, época em que uma das táticas empregadas por seus inimigos, especialmente aqueles ligados ao governo da Restauração, era apartá-lo da França, tirando dela qualquer responsabilidade pelas ações de um estrangeiro que a tomara como refém e ocupara seu trono, agindo, enquanto tal, contra os interesses dos franceses e indispondo-a compulsoriamente com o resto da Europa.

3.1.2. Napoleão versus França

⁴⁹ Nesta linha, ele seria apresentado ao público como o “usurpador Corso” (*GERJ*, 19/12/1808; *GRJ*, 19/12/1810), o “Déspota Corso” (*GRJ*, 31/01/1809), “O Tyranno Corso” (*GRJ*, 16/03/1811; *GERJ*, 23/07/1811), “o infame aventureiro da Córsega” (*GRJ*, 02/08/1815), “o infame corso” (*GERJ*, 21/02/1815); o “detestável Corso” (*GRJ*, 17/03/1810), o “bárbaro Corso” (*GRJ*, 29/07/1812; *GERJ*, 16/06/1814), “o monstro da Córsega” (*GRJ*, 02/08/1815), “[ua]. M[ajestade]. Corsá” (*GRJ*, 06/02/1811), um “feroz Corso” (*GRJ*, 01/12/1810), um “Corso sombrio, e insociável” (*GRJ*, 30/05/1810), um “Sultão Corso” (*GRJ*, 16/03/1811).

⁵⁰ “hum estrangeiro” (*GRJ*, 13/03/1811); “o estrangeiro” (*GRJ*, 08/07/1815). Esta mesma ênfase em seu estrangeirismo apareceria em conhecidas obras do período joanino editadas no Brasil: “O Corso” (LISBOA, op. cit., p. 47, 48 e 54, parte 1 e p. 182, parte 2); “pérfido Corso” (SANTOS, op. cit., p. 223); “vil corso” (Idem, p. 215, v. 1).

⁵¹ Cf. Anexo, Gráfico 3.

Assim sendo, embora, já em 1809, o periódico fluminense advirta o quanto Napoleão “tem contribuído a fazer [da França] objecto da detestação, e desprezo de todo o mundo” (*GRJ*, 31/01/1809), a transcrição das palavras de uma deputação de franceses que, em tom de alívio, escrevia, em 1814, ao czar russo e ao rei prussiano, provavelmente após a primeira queda do imperador, mostram com mais ênfase o apelo desvinculador ao qual fizemos menção no parágrafo anterior: “Ah! Ao menos, no meio de longos e culpáveis erros, ao menos se nos fará esta justiça, que *nenhum Francez ousou sentar-se no throno de Luiz XVI*” (*GRJ*, 29/06/1814). A tática da desvinculação, embutida na imagem do estrangeiro, muito utilizada, como veremos, pelas autoridades francesas após a queda definitiva de Bonaparte, ao tentar desatar a nação de qualquer parceria ou participação nos desconcertos napoleônicos, coloca-a, deste modo, como vítima.⁵²

Tudo em Napoleão ganha ares de exótico, falando-se até na sua “estrangeira ambição” (*GRJ*, 12/08/1812). Sua conexão com a França é colocada como artificial e artificiosa. Mas ainda que, apesar de seu local de nascimento (Córsega) e de sua língua-mãe (italiano), ele pudesse ser, de alguma forma, considerado francês pela cultura na qual se vira imerso desde os dez anos de idade, quando partira para o continente a fim de receber uma educação militar a expensas de Luís XVI, mesmo assim ele não apresentava as devidas qualificações, pois “falla mal a língua *Franceza*, e ainda a escreve peor” (*GRJ*, 30/05/1810) o que, possivelmente, deve-se à sua imagem de “não muito instruído” (*GRJ*, 24/02/1810).

A pequena Córsega, onde nascera, notabilizara-se, ao longo do século XVIII, por uma série de ruidosas contestações à dominação externa, o que lhe valeria, inclusive, uma menção honrosa de Rousseau em seu *Contrato Social*.⁵³ Para os homens ilustrados da época, apresentava-se ela como um exemplo “da tradição republicana e do renovado ideal de virtude”.⁵⁴ Se, segundo a máxima popular, quem sai aos seus não degenera, até que ponto a aproximação de Bonaparte da França, a senhora de sua ilha, não era alvitre premeditado de um íntimo desejo de vingança que ele sempre cultivara e que tentava disfarçar sob um nome afrancesado? Esta teoria despertava vários questionamentos acerca de seu verdadeiro sentimento de pertencimento e amor à pátria francesa. Assim sendo, o efeito colateral mais nefasto para sua representação de governante francês seria a idéia de que ele teria a França em conta de inimiga.

⁵² Esta questão será explorada no capítulo 4 da tese.

⁵³ “Ainda existe na Europa uma região apta à legislação: a ilha da Córsega. O valor e a constância com que esse bravo povo reconquistou e defende a liberdade, bem mereceriam que algum homem sábio lhe ensinasse a conservá-la. Tenho o pressentimento que, um dia, esta ilhazinha espantará a Europa” (**ROUSSEAU**, Jean Jacques. *O Contrato Social* (livro II, cap. 10). In: *Rousseau* (v. 1), São Paulo: Nova Cultural (Col. “Os Pensadores”), 1999, p. 125). O famoso *philosophe* ainda redigiria, a pedido de um aristocrata corso, o esboço de uma Constituição para a ilha, por volta de 1764, que, contudo, jamais seria aplicado.

⁵⁴ **VENTURI**, Franco. *Utopia e reforma no iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 170. Sobre a Córsega no contexto político da época e a admiração que causava, cf. p. 170-172 na mesma obra.

Se esta ligação a uma pátria que não era sua por nascimento tornava-o, no entanto, suspeito aos olhos de seus detratores, lembremos que Bonaparte compartilhava da mentalidade cosmopolita das Luzes que colocava em segundo plano a ligação com o Estado a que se pertencia para privilegiar o amor simultaneamente à terra natal (patriotismo) e à humanidade (cosmopolitismo). Neste sentido, patriota passa a ser sinônimo de libertador, de amigo da humanidade, em oposição a um poder absoluto cuja soberania delimitava a extensão do patriotismo. Com a Revolução, a França torna-se um emblema de cosmopolitismo, de luta contra o despotismo sem confins. Abraçar sua causa, independente da nacionalidade, é ser patriota. Como explica Venturi, começando por citar o pensador inglês Shaftesbury:

“O poder absoluto anula o público, e onde não há o público, ou uma constituição, não há na verdade uma terra mãe ou uma nação... Uma multidão unida pela força, ainda que sob uma única e mesma cabeça, não está verdadeiramente unida e não constitui um povo. É o vínculo social, a confederação e o consentimento mútuo, fundados em algum bem ou interesse comum que une os membros de uma comunidade e a transforma verdadeiramente em um povo”. Como se vê, a própria palavra patriotismo traduz em termos de paixão, de entusiasmo, de ética, exatamente o sentido de igualdade e de liberdade dos que se consideravam o povo, a nação...⁵⁵

Esta imagem do estrangeiro será bastante acentuada na *Gazeta* em 1810, na fase final de combate aos franceses em Portugal, e em 1814, após sua primeira abdicação.⁵⁶ O mesmo ocorre no momento de sua volta de Elba, em 1815, como forma de minar o apoio dos franceses a Napoleão, afinal lembrava-se que ele, enquanto estrangeiro, não teria nenhum interesse em olhar pela França. Deste modo, ele é apresentado à Guarda Nacional de Paris, em uma Ordem do Dia, após a fuga de Elba e antes de sua chegada à capital, como “o inimigo da França e da Europa” (*GERJ*, 29/03/1815; *GRJ*, 31/05/1815). É neste sentido que o prefeito da cidade de Bordeaux indaga aos cidadãos, em 22 de março de 1815 (época em que Napoleão acaba de reassumir o trono), ao referir-se a seu verdadeiro intuito ao deixar Elba: “E não he claro que he huma guerra civil que o inimigo da França deseja?” (*GRJ*, 08/07/1815). Trata-se de uma leitura conspirativa da História, tese que seria consagrada por Barruel em fins do século XVIII e utilizada, inclusive, contra a Revolução Francesa.

Dentro da lógica do estrangeiro dominado, seu governo é pintando como um ato de desforra, que ele concretizava pela guerra, sua maneira oficial e dissimulada de dizimar aqueles a quem chamava de concidadãos. Desbasta a França de seu povo seria o caminho mais rápido e eficaz para arruiná-la, estrago que repercutiria por várias gerações. Assim, frisa-se que ele a “despovoou e arruinou” (*GRJ*, 16/09/1815), tendo “esgotado todos os recursos da França” (*GRJ*, 30/08/1815), e que “pouco lhe importa despovoar” (*GRJ*, 04/02/1809) esta nação, pois, enquanto chefe de seus exércitos, ele não

⁵⁵ Ibidem, p. 142-143.

⁵⁶ Cf. Anexo, Gráfico 7.

passa do “carniceiro da França” (GRJ, 06/09/1815). Sob este ponto de vista, ele é um “homem fatal à França” (GRJ, 10/02/1816), sendo “hum conquistador, que se mostra indiferente a derramar o sangue *Francez*, porque não he seu sangue” (GRJ, 14/05/1814). Uma sequência de notícias de 1811 vem reforçar esta representação, ao divulgar alguns dos “excessos de *Bonaparte*” (GRJ, 27/05/1815):

Cincoenta mil homens [franceses] fôão enterrados na Ilha de *S. Domingos*, 200.000 em *Hespanha* e *Portugal*, 100.000 na *Prússia* e *Polônia*; e 150.000 nas duas campanhas de 1805, e de 1809 contra *Áustria*: tudo isso he nada aos seus [de Napoleão] olhos, porque [ele] conseguiu consolidar o seu throno, matando *Francezes*, seus inimigos jurados (GRJ, 23/03/1811).

...o que *Bonaparte* não póde levar à paciência, he ver sahir dinheiro dos seus cofres para *Hespanha*, e ouvirá com muito menos mágoa a morte de 100.000 *Francezes*, do que a perda de hum ou dois milhões de cruzados (GRJ, 16/11/1811).

...[Napoleão] he o inimigo jurado dos *Francezes*, e [...] salta de alegria quando passa por hum campo de batalha alastrado de cadáveres *Francezes*. Toda a *França* repete que elle he o author das matanças de *Toulon*, dos assassínios de 13 de *Vendemiaire* em *Paris*, das carnicerias d’*Arcole*, de *S. João d’Acre*, d’*Eislau*, d’*Essling*, etc., etc... (GRJ, 16/03/1811).

Nas duas primeiras passagens o poder napoleônico aparece construído sobre a carcaça do povo francês, que vem sendo sacrificado impunemente e de forma massiva em várias investidas militares por toda a Europa. A guerra na Península é um inquietante e despuddorado escoadouro de recursos financeiros e humanos do novo imperador, deixando de se auto-sustentar e até de trazer lucros e passando a demandar investimentos. Todos os sacrifícios ao altar da Fortuna parecem, no entanto, não surtir efeito: trata-se do início da grande derrocada. Finalmente o Destino resolvera castigar *Bonaparte*.

E é na última passagem que alguns dos episódios mais marcantes, e porque não dizer brilhantes em alguns casos, de sua carreira militar, são evocados, segundo os moldes da propaganda antinapoleônica cristalizada na Lenda Negra.⁵⁷ Nela vemos grandes vitórias serem pintadas como grandes “matanças”, “assassínios” e “carnicerias”. E, em meio à esta lista de horrores, os “assassínios de 13 de *Vendemiaire* em *Paris*” evocam, mais uma vez, Napoleão como inimigo da população francesa. Trata-se do episódio, de 5 de outubro de 1795, em que o jovem general *Bonaparte* mandara metralhar impiedosamente rebeldes realistas franceses que marcharam contra a Convenção Nacional. O acontecimento, que na Lenda Dourada é aquele que o faz cair nas graças do Diretório ao rebater a

⁵⁷ A Lenda Negra tem início, segundo Tulard, em 24 de junho de 1812, quando Napoleão atravessa o Niemen, no comando de mais de 700 mil homens, dando início à Campanha da Rússia, e cuja maioria será dizimada pelo frio e pela fome (TULARD, Jean. *L’Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965, p. 27).

ameaça de retorno dos Bourbon a Paris, é exposto por seus adversários sob um ponto de vista mais sombrio: o assassinato impune de franceses.

A recordação, aliás, dos pontos mais polêmicos ou obscuros da carreira napoleônica, que alimentariam as crônicas favoritas da Lenda Negra, seria também um dos recursos detratores de que a *Gazeta* lançaria mão. Dentre eles, os preferidos seriam os episódios relacionados à Jaffa, ocorridos durante a Campanha do Egito, e a morte do duque d'Enghien:

[Napoleão] faz envenenar [em Jaffa] muitos centenaes dos seus feridos, que terão sido salvos pela generosidade da Esquadra de *Sir Sidney Smith*; faz prender o Duque d'*Enghien*, o illustre descendente do Grande *Condé*, e o faz assassinar nos fossos do Castello de *Vincennes*; elle faz dar garrote nas torres do Templo a esse bravo *Pichegru*, o amigo dos soldados *Francezes*, o conquistador da *Holanda* (*GRJ*, 16/03/1811).

Bonaparte, cuja natureza matadora; no caso de ser conveniente às suas vistas, não teria escrúpulo em sacrificar o jovem Monarcha [da Suécia] à horrível sorte de hum *D'Enghien*, ou de hum *Pichegru*, ou ao das suas mesmas tropas doentes, envenenadas em *Jaffa* por ordem expressa do Monstro *Corso* (*GRJ*, 10/10/1810).

Depoimentos públicos, e testemunhas oculares attestaram que *Bonaparte*, embaraçado em suas marchas, ou talvez somente importunado pelo espetáculo de alguns milhares de doentes e feridos, que o seu exército do *Egipto* era obrigado a arrastar apoz si, ou a deixar nas mãos de seus inimigos, se livrou desta triste alternativa por hum expediente tão atroz, que só elle entre os maus bárbaros tyrannos pôde abalançar-se a tal horror, e que nos annaes do crime só a sua memória está carregada de hum semelhante; elle os mandou envenenar (*GRJ*, 8/04/1815: Extrato do *Jornal dos Debates Políticos e Litterarios*, em que o redator comenta uma obra chamada *Os Sepulcros do grande exercito ou quadro dos hospitaes na ultima campanha de Bonaparte*).⁵⁸

O duque d'Enghien, que se encontrava em território alemão, era um dos membros da exilada família real francesa. Napoleão, convencido de seu envolvimento em um complô cujo objetivo era raptá-lo, mandara deter o duque, levando-o para a França, e, após um breve interrogatório, ordenara seu fuzilamento sumário sob a acusação de ser um agente inglês. A cidade de Jaffa, no atual território de Israel, por sua vez, seria marcada por dois incidentes funestos durante a Campanha do Egito (1798-

⁵⁸ O trecho copiado na *Gazeta* continuava a lembrar que “Todos sabem que elle [Napoleão] transformou depois aquelle assombroso crime em hum sacrificio heróico, e que o gênio, enganado por mentirosas narrações, consagrou com huma obra prima aquella odiosa impostura”. A “obra prima”, no caso, é a pintura “Os Pestilentos de Jaffa” de Antoine Jean Gros (“o gênio”), a mais divulgada no *Salão* de 1804, em Paris. Nela, Napoleão é representado tocando um dos doentes, arriscando-se, portanto (“sacrificio heróico”). Mas, no quadro, há também todo um subtexto que liga este toque ao toque taumatúrgico dos reis franceses. Para a análise desta obra como elemento da construção simbólica do poder napoleônico, cf. **STOIANI**, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 82-87. Visto que a obra do inglês Wilson, *Histoire de l'Expédition Anglaise en Égypte*, foi a grande responsável por divulgar os envenenamentos de Jaffa (Cf. **LAS CASES**, Emmanuel de. *Le Mémorial de Sainte-Hélène*. Paris: Flammarion, 1951, v. 1, p. 148-149, nota 2), e tendo ela saído em 1803, não surpreende que o quadro de Gros seja exposto no ano seguinte. Para a leitura de alguns dos trechos da obra de Wilson, cf. **TULARD**, *L'Anti-Napoléon*, op. cit., p. 54-56.

1801), em que França e Inglaterra se enfrentaram fora do cenário europeu. No primeiro deles, datado de março de 1799, a guarnição local, que se rendera aos franceses depois da promessa de Bonaparte de que seria poupada, seria massacrada sob suas ordens. Tendo que prosseguir a marcha, o general justificaria sua decisão tanto pela falta de condições de alimentar os prisioneiros, quanto pela impossibilidade de enviá-los sob escolta para outra localidade. Em maio deste mesmo ano, os franceses voltariam a Jaffa, já sob seu controle, onde vários soldados seriam atingidos pela peste. Não podendo transportá-los e muito menos abandoná-los, correndo o risco de caírem nas mãos dos turcos, Napoleão teria resolvido eliminá-los, mandando administrar-lhes uma forte dose de ópio.⁵⁹ De onde, a *Gazeta* apresentá-lo como “o propinador dos venenos, e fuzilador de 5000 homens indefesos” (GRJ, 11/08/1810).

Vindimiário, *Jaffa* e *Enghien* eram sublinhados no jornal não apenas como acontecimentos trágicos mas, sobretudo, como emblemas da má conduta napoleônica. O que se procurava evidenciar neles era a contumácia de Bonaparte em demonstrar desprezo e indiferença para com o outro. Fosse esse outro um membro da realeza, o que jogava sobre ele a memória de uma Revolução regicida, ou um francês que se sacrificava nos campos de batalha, a pecha de estrangeiro-inimigo era realçada.⁶⁰

Quando, nas páginas da *Gazeta*, Napoleão é aproximado da França, é menos no sentido pátrio (de pertencimento a ou nascido na), do que de dominação. Ele é o “Déspota *Francez*” (GRJ, 16/05/1812; GRJ, 14/10/1812), “o usurpador *Francez*” (GRJ, 20/12/1809), o “homem, que nestes últimos 15 annos tem tido a direcção do destino da *França*” (GRJ, 14/05/1814).⁶¹ Após sua primeira abdicação, o governo provisório, ao dirigir-se aos franceses, lembraria que “Elle devia ao menos por gratidão fazer-se *Francez* com vosco. Elle nunca o foi. [...] Em poucos annos devorou a vossa riqueza, e a vossa população. [...] elle he surdo às nossas misérias” (GRJ, 15/06/1814). Dois dias depois, o Marechal Jourdan, que após ter servido Napoleão passaria a apoiar os Bourbon, seria categórico, ao afirmar, em uma ordem do dia à sua divisão militar:

⁵⁹ Sobre o episódio do massacre de Jaffa, a peste e a defesa da tese de envenenamento dos soldados na versão da Lenda Negra napoleônica, cf. CHATEAUBRIAND. *Mémoires d’Outre Tombe*. Paris: Flammarion, 1948, v. 2, p. 347-348, 351-352, 356-358. Sobre a contestação do envenenamento e a defesa de Napoleão segundo a Lenda Dourada cf. LAS CASES, op. cit., v. 1, p. 148-151.

⁶⁰ O próprio Cairu não deixaria de lembrar alguns dos famosos episódios da Lenda Negra napoleônica a fim de qualificar Bonaparte como o inimigo da França. Ao referir-se ao Vindimiário, coloca o imperador como “destruidor [...] até dos próprios Parisienses na sua terrível descarga d’artilheria sobre hum inteiro bairro da *Capital da Injustiça*” (LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 30, parte 1). Refere-se ainda a ele como o “Algoz de Jaffa” (ibidem, p. 31, parte 1). Ele também destaca um outro episódio da Campanha do Egito a ser usado na detração de Napoleão: o momento em que ele abandona seu exército, diante de uma série de derrotas, e parte rumo à França alegando que esta passava por um momento de crise política. Ele é representando, neste caso, como “O Desertor do próprio Exército no Egypto, que deixou meio destruído” (ibidem, p. 72, parte 2).

⁶¹ “Regedor *Francez*” (GRJ, 09/10/1813), “Tyranno *Francez*” (GRJ, 19/02/1812).

Luiz XVIII he Francez: elle não será estrangeiro a gloria de que os exércitos se tem coberto. Este Monarca vos concederá a recompensa, que haveis merecido por longos serviços, por vossas brilhantes façanhas, e honrosas feridas (*GRJ*, 18/06/1814).

Todas estas representações servem, em última instância, para inabilitar seu encaixe na imagem do soberano-pai que zela pelo bem estar de seus súditos-filhos, guiando-se por atos de justiça. Assim, redator da *Gazeta* o pinta como um homem “*cujo governo, tão longe [ilegível] de ser paternal e illustrado, [...] he tyrannico e perverso*” (*GRJ*, 20/04/1811). Porém, como vimos na caracterização da guerra na *Gazeta*, a simbiose súdito fiel-rei justo, firmada por laços de amor e consideração entre ambos e de onde desponta a imagem do rei-pai, é colocada como um dos fundamentos para a sustentação do poder real.⁶² É esta imagem que ganha destaque em 1811 em um apelo para a restituição de Luís XVIII ao poder na França. Desejava-se que tal ocorresse “não por 1400 annos de posse pela illustre familia dos *Borbões*, mas por causa do amor filial [dos franceses] para com os seus Reis” (*GRJ*, 16/03/1811).

Deste modo, não é fortuita a imagem de orfandade, que aparece em muitos textos da época, para se referir ao sentimento dos habitantes do Reino que se viram privados da presença da rainha e do príncipe regente.⁶³ Tanto que o recém criado Supremo Conselho do Reino do Algarve, em uma participação a d. João em que solicita dinheiro para munição de boca e pagamento de soldados, diz recorrer a ele “como a Pai e Soberano” e que sua súplica “merece a sua Real e Paternal atenção” (*GRJ*, 24/09/1808). Em uma proclamação dos Governadores do Reino de Portugal aos portugueses o príncipe era colocado como “Nosso Augusto Soberano e verdadeiro pai” (*GRJ*, 31/10/1810).

Assim, o descaso imputado a Napoleão para com os franceses, cria um gritante contraste que serve para exaltar ainda mais d. João. De um lado ganha relevo o “Seu Sceptro Paternal” (*GRJ*, 10/09/1817; *GRJ*, 21/05/1819),⁶⁴ de outro, o “sceptro férreo e despótico” (*GRJ*, 13/10/1810) de seu

⁶² Esta imagem seria consagrada nas *Ordenações Manuelinas* (1521): “e assi o bom Rey deve seer sempre hum e igual a todos, em retribuir a cada huu segundo seus merecimentos: e assi como a justiça he virtude nom pera si, mas pera outrem, por aproveitar somente áqueles a quem se faz dandolhes o seu e fazendo-os bem viver, os bons com premios, os maus com temor da pena donde resulta paz e asseguro [...] assi deve fazer o bom principe pois que per Deos foi dado principalmente nom pera si nem seu particular proveito, mas pera bem governar seo povo e aproveitar a seus subditos como a proprios filhos” (*Ordenações Manuelinas*, “Prólogo”. Apud **SERRÃO**, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 1, p. 11, verbete “Absolutismo”).

⁶³ Dois exemplos da época: “Como, enfim, não devíamos chorar a orfandade dos portugueses, que em Portugal ficaram sem a sua rainha, e seu príncipe, e sua real família...” (**SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 215, v. 1); “infelizes habitantes de Lisboa em aquelle dia tão lamentável, em que se considerarão Orphãos desditosos, vendo embarcar para longínquos Paizes [d. João]” (“Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, manuscrito original enviado à Mesa do Desembargo para se obter a licença de impressão, tendo sido a licença concedida em 16 de dezembro de 1816. ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 03, documento 72).

⁶⁴ Do príncipe destacam-se seus “Paternalis Sentimentos” (*GRJ*, 17/09/1817), a “Paternal Solicitude” (*GERJ*, 14/10/1808), a “Paternal Bondade” (*GRJ*, 20/01/1810), o “paternal Governo” (*GRJ*, 13/07/1811), “as paternalis, e luminosas Ordens” (*GRJ*, 13/07/1811).

inimigo.⁶⁵ Em Portugal, ao contrário da França napoleônica, o soberano consagra “os momentos de Sua vida à felicidade, e prosperidade dos Seus ditosos Vassallos” (*GRJ*, 20/01/1810).⁶⁶ Da mesma maneira, Luís XVIII é colocado para os franceses como “seu pai terno, e seu verdadeiro amigo” (*GRJ*, 16/11/1813) que “traz a todos os seus vassallos no seu coração, e não cessa de dirigir preces ao Ceo para que sejam livres do sceptro de ferro de *Bonaparte*” (*GRJ*, 16/11/1813).

Enquanto no final de 1812 as tropas napoleônicas eram dizimadas pelo frio e pela fome na travessia dos devastados e gelados campos russos, após a retirada de Moscou que finalizaria de maneira catastrófica para a França a Campanha da Rússia, na *Gazeta* do início deste mesmo ano os males causados pelas guerras napoleônicas eram usados como um interessante contraponto para enaltecer d. João e reforçar sua imagem paterna:

Feliz o Povo que é regido por um Monarca tão amável e compadecido! Não sei se é mais para admirar a grandeza dos males que a Pátria tem sofrido, ou a vigilância, diligência e ternura com que Sua Alteza Real acode, prontamente, a remediá-los. Que pai faria mais pelos seus Filhos? Nenhum (*GERJ*, 17/01/1812).⁶⁷

Após a primeira queda de Napoleão, uma Proclamação dos Governadores do Reino de Portugal e dos Algarves, datada de 10 de agosto de 1814, dizia ainda:

Os Soberanos de *Portugal* foram sempre os Pais de seu Povo; mas nenhum ganhou ainda tanta glória, nenhum conseguiu triunfos tão maravilhosos, nenhum teve tanto direito a

⁶⁵ Em uma carta do Conde Linhares ao Intendente Geral de Caiena, este último era elogiado por ter “obrado em beneficio do Real serviço e que muito agradou a S. A. R., pois que vio que por este modo lhe tinha ganho a afeição dos novos vassallos que as Suas Armas conquistarão, e que os tem convencido de que são mais felizes debaixo *do governo paternal de hum Príncipe Real e Justo, do que debaixo de hum iniquo e violento Usurpador*” (AHI, Coleções Especiais – Documentação do ministério anterior a 1822: Lata 179, maço 1, pasta 8 - Conde de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro)- correspondência recebida – Linhares, conde de (cópia) – 1811, Carta do conde de Linhares ao senhor José Severiano Manoel da Costa [João Severiano Maciel da Costa], Intendente Geral de Caiena, datada de 17 de julho de 1811, grifos nossos).

⁶⁶ “nosso augusto príncipe, que tanto se interessa pelo bem, e felicidade de todos os seus vassallos” (SANTOS, op. cit., p. 397).

⁶⁷ Perereca, na dedicatória de sua obra a d. João, fala no “seu Paternal Governo” (idem, p. 20, v. 1) e no “mais amável e piedoso príncipe do Universo” (idem, p. 198, v. 1); “tão bom pai” (FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Memórias políticas sobre os abusos geraes e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular. Redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 47, parte 1, p. 13, 1884); “á Sua Magestade o Senhor D. João VI, de Juro e Herdade, pertencem, não só os Títulos de *Pai da Pátria*, e *Salvador do Estado*, mas também de *Exemplar de Virtudes Políticas*, e *Bemfeitor da Humanidade*” (LISBOA, op. cit., p. 4, parte 1, grifos do original). D. João é elogiado como “Príncipe, q qual sol, q reúne em si os resplandores [sic] de todos os Astros, assim Elle reunindo em si as virtudes de todos os seos gloriosos antepassados Monarcas ajunta ao natalício Tronco novo lustre, e decora: Príncipe, q com espírito verdadeiramente magnânimo, e inalterável calcando aos pés todos os eventos humanos he só igual a si mesmo na sublimidade do seu ânimo grande. Príncipe que reputa mais q próprio o incalculável bem, q incessantemente prodigaliza á seos amados Vassallos. Vassallos, q em hum Príncipe tão justo, tão pio, tão grande, tão heróico achão ditosamente o Rei, o Conductor, o Cidadão, o Conselheiro, o Amigo, o Bemfeitor, o Pai” (“Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, op. cit.). Em um poema, recitado em janeiro de 1808, em Paris, e transcrito em 1813 n’*O Patriota*, afirmava-se sobre Napoleão: “Não he Pai de seu Povo, he seu Verdugo/ O Rei, que Marte adora” (*O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil, &c do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, n. 1, janeiro, p. 71).

reinar sobre os corações de seus Vassallos, como o nosso Adorado Príncipe, e Clementíssimo Soberano (*GRJ*, 19/11/1814).

Assim, à medida que Napoleão vai enfraquecendo enquanto figura pública, d. João vai sendo cada vez mais fortalecido nas páginas do periódico do Rio.

3.1.3. Legitimidade monárquica versus Revolução

O primeiro registro do nome “Napoleão” na *Gazeta* encontra-se no parágrafo que inicia sua segunda edição (17/09/1808), na cópia de um decreto assinado por ele referente à união das províncias do território papal ao Reino da Itália, então sob seu domínio, sendo utilizado aí também pela primeira vez pelo próprio redator do periódico em uma introdução feita por ele à transcrição de uma proclamação do imperador. O terceiro lugar que o termo ocupa entre aqueles mais utilizados para se referir a ele no impresso⁶⁸ explica-se mais pela cópia de documentos oficiais na *Gazeta* (como no caso da segunda edição), nos quais seu título de monarca aparece, do que pela intenção deliberada de assim o chamar, reconhecendo sua singularidade de dinasta. Neste caso, geralmente, a palavra aparece atrelada, assim como vimos para “corso”, com outra de cunho pejorativo. Ele é “o infame *Napoleão*” (*GERJ*, 21/04/1809), o “prepotente *Napoleão*” (*GRJ*, 22/08/1810), o “malvado *Napoleão*” (*GRJ*, 25/01/1809), “o intruso *Napoleão*” (*GRJ*, 30/08/1815), isso para citar apenas alguns exemplos.

Se, no que diz respeito à cópia de documentos oficiais, o mesmo é válido no periódico para o termo “imperador”, seu primeiro registro (“Imperador dos Francezes”), na edição inaugural de 10/09/1808, deve-se a palavras do redator escritas para reprovar a conduta de Napoleão para com o papa. Mas, nas páginas anteriores, vale lembrar, ele já havia sido evocado por seu sobrenome e como “tyranno”. Muitas vezes o vocábulo é usado com ironia, como quando ele é apresentado como “Imperador do Mundo, que assim consente *Bonaparte* que o intitulem os Poetas em públicos escriptos” (*GRJ*, 11/08/1810). Ou no trecho copiado do jornal *Leal Portuguez* em que se alude ao “embaraço do grande *Imperador*” (*GRJ*, 05/10/1808). Neste caso, a expressão “grande *Imperador*” havia sido retirada, por sua vez, do texto de uma carta de um agente francês interceptada pelos espanhóis.

Vemos que a mesma palavra que serve para elogiar e mostrar respeito em um documento é plagiada em outro, ganhando nesta transposição literária uma acepção completamente adversa, quando se deslustra a majestade do “grande *Imperador*” ao colocá-lo diante de um “embaraço”. Muda-se a palavra de campo de batalha e ela tem automaticamente seu sentido original desfigurado. Do mesmo

⁶⁸ Cf. Anexo, Gráfico 9.

modo, por mais que a transcrição de outra carta fale respeitosamente no “*Omnipotente Imperador Napoleão*” (*GERJ*, 05/05/1809), claro está que a ele só é permitido figurar desta forma nas páginas da *Gazeta* porque se supõe que quem vá lê-la esteja previamente alinhado com a opinião detratora do jornal e, portanto, não o considere nem “omnipotente”, nem “imperador” e nem “Napoleão”. Apesar disso, o recurso de deslustrar com adjetivos negativos um termo que, isolado, seria elogioso tem uso recorrente, como quando se fala no “cobiçoso Imperador” (*GRJ*, 26/04/1809) ou no “cruelíssimo Imperador” (*GERJ*, 08/03/1813). Após sua primeira queda, ele é o “Ex-imperador *Napoleão*” (*GRJ*, 03/09/1814), o “destronizado Imperador” (*GRJ*, 03/09/1814).

Outra representação que ajuda igualmente a desancá-lo nas páginas da *Gazeta* enquanto soberano, servindo, conseqüentemente, para desqualificar ainda mais seu título de imperador, é a de “usurpador”. Neste caso as duas palavras chegam, para o caso napoleônico, a serem consideradas, muitas vezes, praticamente sinônimos (“o grande *Imperador*, ou antes o *Usurpador* da Europa”, *GERJ*, 29/09/1808). No periódico, o termo é o quinto mais utilizado para se referir a Napoleão.⁶⁹ Assim, ele é caracterizado como o “usurpador dos thronos”⁷⁰ (*GRJ*, 02/08/1815), o “usurpador de todos os direitos” (*GRJ*, 20/03/1813), um “usurpador repentinamente elevado” (*GRJ*, 25/02/1809).⁷¹ Tributária desta imagem é aquela que o coloca como o “sacrílego ladrão da *Europa*” (*GRJ*, 26/04/1809), “o maior dos ladrões” (*GRJ*, 09/09/1809), “o salteador, que dessola [sic] a Europa” (*GERJ*, 14/12/1809) e “tem roubado todos os Povos” (*GRJ*, 04/07/1810). A “rapacidade de *Bonaparte*” (*GRJ*, 16/03/1811) ganha evidência.

Ser pintado como aquele que se apodera de algo que outrora alguém possuía legalmente, no caso o trono da França (“usurpou o poder supremo de *França*”, *GRJ*, 31/01/1809), arranha a legitimidade de seu poder, jogando-o na clandestinidade. Segundo esta lógica, “a conservação de huma Monarchia legítima seria huma monstruosidade no systema do usurpador” (*GRJ*, 08/12/1810). Trata-se de um golpe bem aplicado para um Napoleão que, tornado celebridade ao longo do processo revolucionário, ao ser coroado em 1804, busca incessantemente edificar seu lócus, sempre ambíguo, entre as cabeças coroadas da Europa.

⁶⁹ Cf. Anexo, Gráfico 9.

⁷⁰ “Usurpador do throno de *França*” (*GRJ*, 27/07/1811); “usurpador do Throno *Francez*” (*GRJ*, 13/07/1811). Sob este ponto de sua caracterização é que José da Silva Lisboa, resumindo o currículo napoleônico, coloca Napoleão como o “Regedor” dos “réos de lesa-humanidade”. (LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 43, parte 1, IEB).

⁷¹ “hum usurpador bárbaro” (*GRJ*, 04/02/1809), “usurpador desatinado” (*GRJ*, 10/09/1814), “abominável usurpador” (*GERJ*, 22/02/1810), “o mais caviloso ususpador [sic]” (*GRJ*, 27/05/1812), “*Usurpador do Continente*” (*GERJ*, 03/07/1810), “pérfido usurpador” (*GRJ*, 22/08/1810; *GRJ*, 02/05/1812). Em um drama escrito em 1811 para exaltar d. João, Napoleão aparece igualmente como “o monstro agrilhado, que he do mundo usurpador” (LEITE, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811, p. 11, dueto do Gênio Lusitano e do Gênio Americano, IEB).

Logo, no discurso que o combate, ele é mantido à parte, do lado de fora, aparecendo como um corpo estranho que força sua entrada e permanência neste meio monárquico, o que é reforçado por expressões como “o intruso *Napoleão*” (*GRJ*, 30/08/1815) ou o “pérfido e cruel invasor” (*GRJ*, 02/09/1812). E invadir, neste caso, não tem apenas o sentido de romper fronteiras geográficas e apoderar-se de um território alheio, mas de ultrapassar uma demarcação histórica, sagrada e simbólica que envolvia os monarcas de então. Assim, ele não é de direito imperador, “elle se fez Imperador: aquelle título nunca lhe foi legitimamente dado; elle o extorquiou com grande assombro de seus camaradas, dos quaes todos eram mais dignos do que elle” (*GRJ*, 08/07/1815). Seus domínios não passam de “Possessões usurpadas” (*GRJ*, 19/08/1809) ou, quando muito, de um “usurpado Imperio” (*GRJ*, 13/06/1812).⁷² Ele não se guia pela tradição, pois “elle tem huma política *própria sua*; e agora huma justiça” (*GRJ*, 22/08/1810), uma “política de tiros de canhão, ou embustes” (*GRJ*, 19/11/1808).

Eis como ele teria conseguido galgar os degraus para ocupar o lugar de supremo mandatário:

A impulsos da seducção, da fraude, e da força, foi aquelle filho dos partidos aclamado Imperador pelos povos de *França*, e favorecido pela fortuna da guerra, conseguiu ser reconhecido como Soberano pelos diferentes Estados da Europa (*GRJ*, 02/08/1815).

Este havia sido o modo pelo qual o “intrépido aventureiro”⁷³ havia conseguido a dignidade Imperial” (*GRJ*, 20/01/1813). Além do mais, ele “diz ter sido elevado ao Throno por escolha do Povo, [mas] trata a escolha do povo com desprezo, e escárneo” (*GRJ*, 31/01/1809). Na lógica conservadora a soberania não poderia emanar do povo, apenas do rei, não tendo, portanto, nenhuma legitimidade o governo napoleônico. Porém, ainda que fosse possível atribuir alguma legalidade à preferência política do povo francês, como reclamam os revolucionários, Napoleão seria o primeiro a solapar a própria base de seu poder ao desprezar e fazer troça dele.

O alicerce do governo de Bonaparte, tido como espúrio, à vista de seus opositores, é constituído pela violência e pela astúcia, por “sua política versátil, capciosas theorias, intrigas, e mentiras” (*GRJ*, 02/08/1815). Assim sendo, por “hum turbilhão de crimes usurpou o Throno [da França] [...]. Elle se mantém com rios de sangue, envenenando e atormentando a existência dos homens” (*GRJ*, 02/01/1811). Trata-se de um “poder colossal levantado pela fraude, prejuízo [sic], corrupção, e assassínio” (*GRJ*, 08/02/1812). O imperador é o “perverso, que levantou hum throno sobre os ossos de hum milhão de *Francezez*” (*GRJ*, 11/10/1815).

⁷² A imagem de usurpador e, portanto, de governante ilegítimo, também aparece em Lisboa: “Impostor Coroado, que impunemente se apoderou do Coração da Península”; “O intruso Dynasta da França” (**LISBOA**, op. cit., p. 136, parte 2); e em Perereca (**SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825]): “o trono dos seus maiores [dos antepassados de d. João], usurpado pela injustiça, e traição do Imperador dos franceses” (ibidem, p. 223), “um vil traidor, entronizado na sua Côrte pela perfídia, e as baionetas dos seus satélites, intitulados protetores” (ibidem, p. 225).

⁷³ “hum desprezível aventureiro pisa o Continente!” (*GRJ*, 26/12/1811).

Embora grande parte do poderio napoleônico e de sua legitimidade política se assentasse realmente sobre suas vitórias militares, mesmo isso é questionado na *Gazeta* quando se fala de “hum throno sustentado por compras, traições, e violências, muito mais que pela força effectiva das Armas” (*GERJ*, 30/09/1808). Mas a importância do esteio bélico para sua dominação chega a ser reconhecida, posteriormente, quando se recorda que os “direitos de *Bonaparte* ao throno, sobre que está levantado, são fracos e precários; pelo menos, elle não he mais do que hum usurpador; e só pode estar seguro em quanto possuir o apoio e confiança dos seus soldados” (*GRJ*, 14/04/1813). De fato, o próprio Napoleão colocaria a natureza do seu poder em termos militares. Ao dirigir-se a Metternich, ministro austríaco, em 1813, ele esclareceria:

Os vossos soberanos, nascidos no trono, não podem compreender os meus sentimentos. Podem voltar às suas capitais vencidos, sem que por isso joguem o trono; eu porém, sou um soldado e preciso de honra e de glória; não posso comparecer diminuído perante o meu povo; tenho que continuar a ser grande, glorioso, admirado.⁷⁴

Em contraste aos “Sagrados Direitos do Nosso Augusto Soberano, o Senhor D. João VI” (*GERJ*, 09/11/1820) e dos demais reis legítimos, pertencentes às antigas dinastias europeias, o “poder monstruoso, e ephemero de *Bonaparte*, cuja quéda parece inevitavel” (*GRJ*, 20/06/1812) escora-se em bases pouco confiáveis e ilegais, como “o direito da força, único, que elle reconhece” (*GRJ*, 02/08/1815) que, em caso de morte ou ausência, não tendo a tradição e a legitimidade a seu favor, irá esboroar-se em um piscar de olhos. Dentro desta lógica, adverte-se o imperador que quando ele “apenas chegar a falecer, virá ao chão toda a fábrica, que tem levantado, sem jamais se poder restabelecer” (*GRJ*, 31/01/1809), que “se desfará em poeira em hum momento sem deixar apoz si vestígio algum” (*GRJ*, 19/02/1812).

À brevidade e improvisação do governo do curso nota-se que “a memória dos Príncipes justos, como o nosso [d. João], se não extingue jamais, e que ele por isso, ainda que ausente, reinava nos corações de todos os bons Portugueses” (*GERJ*, 03/11/1808). Em contraste, ainda, com o caráter mortal e a finitude da glória de Napoleão, seu grande opositor nos campos de batalha, é citado como o “immortal *Wellington*” (*GERJ*, 21/02/1812; *GRJ*, 05/12/1812; 25/08/1813; *GRJ*, 10/09/1814).⁷⁵

Logo, ao ser tomado como monarca improvisado e ilícito, lhe é vetada a eternidade e um lugar fixo nos corações e na memória de seus súditos. É justamente este mecanismo sentimental e místico, que se anuncia como incompatível com a ilegitimidade de *Bonaparte*, que parece ter sido

⁷⁴ Apud **TARLÉ**, Eugueni. *Napoleão*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, v. 2, p. 76.

⁷⁵ “A victoria coroou de louros immortaes ao Grande *Lord Wellington*” (*GRJ*, 31/10/1810), “immortal Conde de *Vimeiro*” (*GERJ*, 06/04/1812), “immortal Duque da *Victoria*” (*GERJ*, 22/11/1813), “immortal Libertador da *Peninsula*” (*GERJ*, 24/09/1813).

desencadeado no íntimo dos franceses, após sua primeira abdicação, a crer na descrição que se faz que ao

nome sagrado de *Luiz* se apasiguarão, e largarão as armas, assim, *Luiz*, ausente, sem exercito, sem amigos, e sem mais força que a da virtude, e a preeminência do poder legítimo, alcançou da *Europa* armada a paz mais extraordinaria, de que faz menção a historia (*GRJ*, 02/08/1815).

Enquanto Napoleão é apresentado como um “fictício monarca” (*GRJ*, 28/05/1814), “hum aventureiro⁷⁶ que se tem feito poderoso por acaso, e que a Justiça Divina cedo póde humilhar, e reduzir a nada” (*GRJ*, 22/02/1809), o governante português é enaltecido como um “legítimo e amabilíssimo SOBERANO” (*GRJ*, 14/12/1808).⁷⁷ D. João é apresentado como “o mais virtuoso, e o mais digno de todos os Príncipes” (*GRJ*, 12/10/1808) pertencente a “huma eterna monarchia” (*GRJ*, 19/05/1810) consolidada por uma tradição que nada nem ninguém podia abalar.

Ressalta-se, igualmente, “a legitimidade dos *Borbões*” (*GRJ*, 16/03/1811) cujo “antigo sceptro, distinto por tantos séculos de gloria e de prosperidade” (*GRJ*, 29/06/1814), contrasta com a recente espada napoleônica que levava seu dono ao poder. Diante da negação da legitimidade de Bonaparte no trono francês, o discurso conservador (e, conseqüentemente, anti-liberal do ponto de vista político) acata, por um momento, a licitude da vontade do povo francês, mas apenas na medida em que esta dá peso ao argumento, que se coloca como inegável, que os antigos súditos de Luís XVI “desejam restituir à *França* o seu legítimo Soberano” (*GRJ*, 16/03/1811).⁷⁸ Não se trata, deste modo, da exaltação de uma soberania popular, mas da aceitação de um desejo cuja legalidade não se encontra em si, mas se atrela ao direito do soberano por quem se clama.

A falta de legitimidade do poder monárquico de Napoleão também passa por sua genealogia. Luís XVIII é um “illustre descendente de *Henrique* o Grande” (*GRJ*, 16/03/1811) e o “augusto irmão de *Luís XVI*” (*GRJ*, 16/03/1811) e isso já bastaria para torná-lo rei da França. O novo imperador, no entanto, não pertence a nenhuma família reinante do passado. É ele apenas um “digno successor de *Robespierre*” (*GRJ*, 16/03/1811), muito embora, “Ele sonhou, há alguns annos, que era successor de *Carlos Magno*, cujas doações antigas e sagradas tem destruído; que era herdeiro legítimo dos *Borbões* de quem roubou os despojos, e matou hum dos renovos [referencia ao duque d’Enghien]” (*GRJ*, 30/03/1810).

Ele forja vínculos dinásticos que não são válidos aos olhos dos conservadores, posto que não são sanguíneos, mas se dão por afinidade histórica ou por casamento. E se “elle não pertende que os

⁷⁶ “ousado aventureiro” (*GRJ*, 23/01/1813); “[Napoleão] Nunca deixou de emprehender, sem motivo, nem objecto, guerras injustas, similhante a hum aventureiro que se queria fazer famoso” (*GRJ*, 15/06/1814).

⁷⁷ “nosso legítimo Soberano” (*GRJ*, 03/10/1808), “nosso legítimo monarca” (*GRJ*, 12/12/1808).

⁷⁸ Luís XVIII ainda aparece como “o Soberano legitimo e idolatrado da *França*” (*GRJ*, 02/08/1815).

antepassados da virtuosa *Senhora Letícia* [mãe de Napoleão] são de sangue real, declara-se insolentemente a si, e aos seus, herdeiros das três dynastias, que tem reinado em *França*. Sem dúvida que por isso que elle conta *Carlos V* entre os seus predecessores he que elle quer reinar nas *Áustrias*, e nas *Hespanhas*” (*GERJ*, 30/03/1810). Chega-se ao ponto de retirar-lhe, até mesmo qualquer laço familiar. Assim, ele é apenas “verdadeiramente filho da fortuna, e não he maravilha que homens elevados, por huma feliz combinação de circumstancias, a postos de que por suas prendas não eram dignos, saibão conserva-los, e mesmo subir a maior altura” (*GRJ*, 31/01/1809). Ele é “filho das ervas” (*GRJ*, 24/01/1810), o “filho dos partidos” (*GRJ*, 02/08/1815), o “filho do Jacobinismo” (*GERJ*, 30/03/1810). Wellesley, por sua vez, é “*Wellington*, filho da victoria” (*GERJ*, 12/11/1810).

Ainda dentro da temática da ilegitimidade, lembra-se o imperador como aquele

que há 19 annos tem precipitado os Thronos, e assolado os povos, que tem feito o tráfico dos Impérios e dos homens [...], esse célebre *Napoleão*, que a vil adulação dos seus sequazes, ou mais propriamente o temor de suas tyrannias, tem elevado aos Títulos mais soberbos, e desmerecidos [...]. [...] Quem constituiu *Napoleão* Tutor Universal dos Reis e das Nações? Quem lhe devolveo a successão dos Thronos, expoliados pela tyrannia a seus legítimos Possuidores? (*GERJ*, 03/10/1808).

Nesta breve retrospectiva vemos que a referência aos “19 annos” dos seus desmandos e dolos vinculam Bonaparte a uma data: 1789, ano em que eclode a Revolução Francesa. Ainda que sua carreira militar, pela qual se notabilizaria durante o período revolucionário, já estivesse em curso anos antes da tomada da Bastilha, colocá-lo como produto da Revolução servia para reforçar sua clandestinidade política. Da mesma forma, a fala de Talleyrand a Luís XVIII, cerca de um mês depois da primeira queda do imperador, em 4 de maio de 1814, lembrava-lhe que “Tornando a subir ao throno, succedeis a vinte annos de ruína e infortúnios” (*GRJ*, 24/08/1814). Ou seja, período revolucionário e período napoleônico são tratados como um só acontecimento, uma massa indiferenciada de ocorrências que não se distinguem entre si na cronologia francesa conservadora.⁷⁹ O novo rei francês, por conseguinte, não sobrevém ao imperador, mas a uma sequência de fatos calamitosos e desordenados que afastaram a França de seu destino histórico natural. É ele que vem reconduzi-la ao rumo do qual se desnorteara.

Com este intuito o passado revolucionário de Napoleão é constantemente rememorado na *Gazeta*. A lógica é simples: se Napoleão é filho da Revolução, só pode puxar a ela.⁸⁰ Assim sendo, discorre-se sobre “*Bonaparte* e seu governo revolucionário” (*GRJ*, 23/02/1811), “*Napoleão Bonaparte*, e o systema revolucionário reproduzido na *França*, para promover seus progressos”

⁷⁹ Mais um exemplo neste sentido: “O flagello da Revolução *Franceza*, as guerras, que por vinte annos tem cavado até os alicerces a prosperidade dos Estados da *Europa*” (*GRJ*, 30/03/1814).

⁸⁰ Perereca, por exemplo, refere-se a Napoleão como o “leão coroado, filho da cruel leoa, a Revolução Francesa” (*SANTOS*, op. cit., p. 442, v.1).

(*GERJ*, 05/02/1816), sobre sua “carreira revolucionária” (*GERJ*, 31/01/1809).⁸¹ Ele é o “monstruoso parto da cruel revolução” (*GERJ*, 03/10/1808), um “atroz Revolucionário” (*GRJ*, 24/02/1810). Chama-se atenção “para a linguagem revolucionária, com que [Bonaparte] se declara protector da civilização” (*GRJ*, 24/02/1810).

Em vários momentos, identificamos em sua desqualificação no periódico fluminense ecos da desqualificação sofrida pela própria Revolução Francesa, criticada por muitos de seus contemporâneos como algo demoníaco, mentiroso, ludibrioso, nefasto, herético e ilegítimo. Os mesmos delitos imputados à ela são também os de Napoleão, como a execução do rei francês que faz dele um “membro Imperial do Instituto do regicídio, e do atheísmo” (*GRJ*, 27/11/1811).⁸² Sua administração aparece brotando de 1789 e sendo sua continuidade: “Sobre as ruínas de anarquia [revolucionária] elle edificou o despotismo” (*GRJ*, 15/06/1814). Desta maneira, Revolução e Napoleão aparecem muitas vezes como sinônimos. Tanto que, após sua queda, seu governo é referido como o “extincto Governo revolucionário de *França*” (*GRJ*, 09/03/1816). Não é fortuito, portanto, que Cairu, no seu lisonjeiro balanço geral do governo joanino lançado em 1818, endosse todo o comprometimento do monarca português em desvencilhar seus súditos da Revolução e seus perigos. Escreve ele:

Devemos confessar, com pureza da verdade, que, em vinte e seis anos do suave Governo de Sua Magestade, a Nação Portuguesa, sob os Reais Auspícios, foi, comparativamente, a mais feliz de todas as Nações, e a que menos sofreu do Mal Geral da Revolução e Guerra que atormentou a Europa e América [...] havendo progresso das luzes, Virtude Pública, e longa paz...⁸³

Outra tática que contribuiria em muito para dar maior peso negativo à sua vinculação revolucionária seria ligá-lo ao “abominavel sistema de 1793” (*GERJ*, 12/08/1816) e aos “funestos horrores do Reinado de *Robespierre*” (*GRJ*, 19/12/1810). No imaginário contra-revolucionário, Robespierre, líder jacobino, e seu governo do “Terror” (31/05/1793 a 27/07/1794) encarnariam o momento mais radical, caótico e criminoso da Revolução na França. Suas mãos jamais deixariam de estar tingidas com o sangue do rei sacrificado na guilhotina. Ainda que se tratasse de um breve período, se considerados os dez anos que decorreram entre a inauguração e o fechamento oficial do processo revolucionário (1789-1799), o “Terror” seria amplamente empregado para se lembrar a face mais sombria deste processo, sendo usado, muitas vezes, para caracterizar a Revolução como um todo. Embora “hum fiel cidadão” proclame aos habitantes do Porto que “O *Terrorismo Francez* expirou, esse tyrannico, e ambicioso poder fundado na illuzão, e na fantazia está calcado aos pés da

⁸¹ “horrenda carreira” (*GRJ*, 02/08/1815).

⁸² “o pavoroso Napoleão, aquele ímpio, [...] foi precipitado do trono, a que o elevava o parricídio, e o crime dos ‘sansculots’, e ateus” (*SANTOS*, op. cit., p. 421-422, v. 1).

⁸³ *LISBOA*, op. cit., p. 189, parte 2.

humanidade” (*GERJ*, 03/10/1808), as alusões da *Gazeta*, que deixam entrever os receios do governo joanino, sugerem que para ele o morto não estava tão morto quanto se imaginava ou se queria e que o líder jacobino deixara herdeiros.

De tal modo que Napoleão é visto como o “digno successor de *Robespierre*” (*GRJ*, 16/03/1811), isto quando não chega mesmo a ser considerado o “novo *Robespierre*” (*GRJ*, 11/08/1810).⁸⁴ E é esta mesma idéia que está presente no comentário de que “o author do assassínio de *Luiz XVI*, o primeiro *Robespierre*, foi punido, e pereceo sobre o cadafalso”, denotando-se que nesta genealogia de revolucionários Napoleão é sua segunda encarnação. Mas, assim como seu predecessor – que tivera, inclusive, um trágico fim semelhante a muitas das vítimas que condenara: o guilhotinamento –, Bonaparte, “qual *Robespierre* [...] vai tecendo o laço que o deve soffocar” (*GRJ*, 01/12/1810) e “há muito tempo que elle teria subido ao patíbulo, como os que o precederão na carreira dos crimes revolucionários” (*GRJ*, 16/11/1811).

Assim, o imperador é “filho do Jacobinismo” (*GERJ*, 30/03/1810) e, enquanto tal, é “um jacobino hipócrita e sem fé alguma” (*GRJ*, 24/01/1810). Enredá-lo no jacobinismo, embora pareça circunscrevê-lo em um rótulo preciso e de fácil definição (e acusação), no entanto, acabava por imergi-lo, sob a ótica conservadora portuguesa, em um dilatado e nebuloso grupo temido por ser formado por portadores de novidades (leia-se, as novas idéias liberais), responsáveis, por conseguinte, pelas forças que então trabalhavam contra a monarquia lusitana.⁸⁵ Uma definição, sem dúvida, muito conveniente visto sua elasticidade que a tornava apropriada para aglutinar, de maneira muito abrangente, elementos de vários matizes ideológicos, religiosos e sociais que eram acusados de ter se desgarrado da ortodoxia que deveria guiar o comportamento do súdito fiel. Uma definição que parecia determinar com precisão, mas que dava margem à indefinição: “O francês, o inimigo, o judeu, o jacobino são a mesma entidade a combater, o inimigo real ou imaginário que subverte a ordem política e religiosa e vai dar força à luta patriótica”.⁸⁶

Um rótulo de fácil uso, cuja amplitude foi muito eficaz em momentos em que o oponente precisava ser identificado, classificado e combatido, como no caso específico da Setembrizada e de toda o movimento popular contra o invasor e seus colaboradores em Portugal, a partir de junho de 1808, quando a reação conservadora por parte das lideranças portuguesas, que marcaria o processo de

⁸⁴ Lisboa compara Napoleão a Robespierre: “ainda mais pavoroso Espectro que a sombra de Robespierre” e “exercendo a cardeal virtude Jacobínica de *Ingratidão aos Bemfeitores*, que o engrandecerão” [referência ao golpe do 18 Brumário em que Bonaparte tira o Diretório do poder] (**LISBOA**, op. cit., p. 30, parte 1, IEB).

⁸⁵ Vicente observa o uso do termo “jacobino” em Portugal: “País de tradições conservadoras a designação ‘Jacobino’ ficou e permaneceu mas as ideias pouco vieram a significar. Os mais conservadores aceitam esse termo para classificar, de futuro, qualquer portador de novidades” (**VICENTE**, António Pedro. In: _____. *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 126).

⁸⁶ *Ibidem*, p. 129.

expulsão dos franceses, transformaria esta luta “numa guerra de religião contra o inimigo de Deus, o jacobino, o anarquista”.⁸⁷ Ao mesmo tempo em que dar um rosto conhecido ao adversário, como o de Napoleão, é um eficaz recurso pedagógico, apagar as distinções entre os diversos inimigos, ao colocá-los sob um mesma denominação, como vimos no uso do termo “jacobino”, é uma interessante técnica de combate no domínio do imaginário, onde uma única palavra basta para negativá-los de maneira absoluta e ligá-los aos males a serem combatidos.

Considerando que a carreira de Bonaparte, tanto do ponto de vista militar quanto político, é em muito devedora da conjuntura revolucionária, quer pela vacância dos altos postos militares, antes privilégio da nobreza, conjugada à uma nova preeminência do mérito sobre o nascimento, quer pela valorização do serviço à pátria e por um clima de expectativas e esperanças que auxiliariam seu encaixe no mito do herói salvador, sob este ponto de vista não há o que se discutir: Napoleão é filho querido da Revolução. Neste sentido, é correto referir-se a ele como um revolucionário.

Já do ponto de vista ideológico, indo um pouco mais a fundo na figura do soldado que combate por ela, encontramos um jovem Bonaparte que, por modismo ou por um sentimento de inconformismo mais profundo, se fascinaria pelos filósofos do século XVIII, apresentando certa preferência por “Rousseau, Raynal e Mably, aqueles que foram mais longe na crítica da sociedade”.⁸⁸ Sob este ângulo, não admira que fosse rotulado de Jacobino. Mas uma coisa é a teoria, outra é a prática e suas convicções políticas nunca extrapolariam para o radicalismo jacobino. Este rótulo ainda seria reforçado por sua vitoriosa estratégia no Cerco de Toulon contra os ingleses (dezembro de 1793), durante o governo de Robespierre, um dos marcos da Lenda Dourada Napoleônica. Tal episódio, além da estima e amizade do irmão de Robespierre, Augustin, também lhe valeria uma breve detenção (9 a 20 de agosto de 1794) depois da queda do líder do “Terror”. São nestes episódios que podemos buscar a origem da vinculação entre jacobinismo e Bonaparte feita por seus detratores. Mas vale lembrar que esta vinculação na contrapropaganda napoleônica seria reforçada, via Inglaterra, pelos *Tories* no início do século XIX que o viam como um “jacobino coroado”.⁸⁹

Em 1796, contudo, ele será o encarregado pelo Diretório de fechar o Clube do *Panthéon*, domínio dos Jacobinos. Ele o fará sem pestanejar, livrando-se das suspeitas de simpatia robespierrista que pairavam sobre si junto ao Diretório. Tanto assim que, após sofrer o atentado da Rua Saint-Nicaise, em 24 de dezembro de 1800, ele concluiria de modo precipitado pela culpabilidade dos Jacobinos que encabeçavam a oposição republicana ao seu regime consular. E, sem esperar por provas conclusivas, ele promoveria seu expurgo na França: uma centena deles seria presa e deportada sem

⁸⁷ Ibidem, p. 129.

⁸⁸ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 49.

⁸⁹ Idem. *L'Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965, p. 38.

juízo. Vários funcionários suspeitos de Jacobinismo seriam demitidos. Portanto, a aversão ao grupo em questão não era um privilégio dos críticos da Revolução, ela era compartilhada até mesmo por Napoleão. Tratava-se do medo da anarquia e da violência extrema, fora de controle, cujo fantasma, Robespierre, vinha assombrar até mesmo em pleno Rio de Janeiro.

Porém, entre o militar e o chefe político republicano e depois imperial da França as vinculações oficiais com a Revolução iriam perder cada vez mais força e ficar paulatinamente mais seletivas.⁹⁰ Napoleão I será o responsável por domá-la, abafá-la, controlá-la.⁹¹ O *Código Napoleão* (1804), código civil que seria aplicado em todos os seus domínios e alhures, é um dos grandes exemplos neste sentido. Ele seria produto de uma forte filtragem dos elementos revolucionários, ficando no meio do caminho entre Antigo Regime e Revolução. Nele restaria de revolucionário apenas o que Bonaparte achava caber dentro dos estreitos limites da ordem e da centralização do poder.⁹² Não obstante, apesar do seu despotismo, do seu desprezo pela soberania popular e seu distanciamento com relação aos princípios igualitários da Revolução, ao lidar com o resto da Europa, principalmente para justificar suas invasões, Napoleão apresentava-se como herdeiro ou como soldado da Revolução.⁹³ E, de fato, realizou ele

drásticas reformas políticas e sociais nos países que dominou – tanto porque achava isso útil para causar admiração aos camponeses e as classes médias como porque lhe convinha, como herdeiro da Revolução, transportar para toda a Europa aqueles princípios de 1789 que não fossem incompatíveis com a sua autocracia e com as suas necessidades militares.⁹⁴

No entanto, se ele cai é justamente porque, às vésperas da primeira entrada dos aliados em Paris (1814) que levaria à sua primeira abdicação, os franceses compreenderam que entre eles e seu chefe havia se colocado um fosso intransponível. Afinal, em sua maioria, eles “continuavam ligados aos ‘princípios de 1789’. Mas perceberam que Napoleão não era mais o homem da Revolução. Enganou os franceses, desfigurou o regime democrático”.⁹⁵

⁹⁰ No entanto, Lefèvre, um dos seus biógrafos modernos, coloca-o, sim, em seu âmago, como “l’homme de La Révolution”: “Soldat parvenu, élève des philosophes, il a détesté la féodalité, l’inégalité civile, l’intolérance religieuse; voyant dans le despotisme éclairé une conciliation de l’autorité et de la réforme politique et sociale, Il s’en fait le dernier et le plus illustre des représentants” (LEFÈVRE, Georges, *Napoléon*. Paris: PUF, 1953, p. 69).

⁹¹ Neste sentido, ecoando a imagem da filiação entre Bonaparte e a Revolução, Michelet escreveria na metade do século XIX: “o império tão cruelmente apagara a Revolução sua mãe” (MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da Federação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1846-1853], p. 121).

⁹² No discurso antinapoleônico da *Gazeta* comenta-se sobre “o Código Napoleão, que autorisa como justas as maiores iniquidades” (*GRJ*, 14/01/1809).

⁹³ RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária: 1783-1815*. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 221.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 216.

⁹⁵ GODECHOT, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p. 263.

Mesmo assim, durante a marcha que o levaria de volta ao poder e que daria início ao governo dos Cem Dias (1815), ele retomaria o vínculo filial com a Revolução.⁹⁶ Se, após o “18 Brumário”, ele principiara a arredar-se paulatinamente da barra da saia de Marianne à medida que rumava ao trono – sendo muito sintomática neste sentido a gradual perda de espaço representativo, durante o Império, da alegoria da Liberdade para a da Vitória –,⁹⁷ a rota Elba-Paris mostrar-lhe-ia a necessidade de um retrocesso representacional. A retomada da roupagem do general defensor dos interesses da Revolução ressoaria com profundidade, neste momento, no imaginário das camadas populares que voltavam a vê-lo como o opositor do *ancien régime*. Neste caso, aparecer como legatário da Revolução gerava em torno de si uma congregação de forças que repulsavam a Restauração bourbônica que o antecederia. Restauração esta que carregava consigo um conservadorismo comprometido com o movimento anti-revolucionário que, no senso comum daqueles que haviam tomado a Bastilha, efetivamente ou apenas no imaginário, cheirava à coisa feudal e à não garantia de posse dos antigos bens do clero e da nobreza aos seus atuais proprietários.

As construções irrestritamente opostas de Bonaparte e Luís XVIII, nos escritos que se seguiriam à notícia do embarque do imperador exilado rumo à França, expõem muito bem a tensão entre revolução e contra-revolução no plano do discurso. Na *Gazeta* a cópia de um extrato de um jornal francês, datado de 14 de março de 1815, seis dias antes da entrada triunfal de Napoleão em Paris, capta exemplarmente este conflito representacional e ideológico. Enquanto argumentava-se, com uma brevidade que parecia carregar consigo uma forte confiança, que “Luiz XVIII deu-nos a paz, a Constituição, e a liberdade” (*GRJ*, 27/05/1815), Napoleão, em um parágrafo em que as imagens se assemelham em muito àquelas usadas para caracterizar o “Terror” revolucionário, surge como portador de

Huma guerra civil e estrangeira, huma tyrannia inflexivel e cruel, cujo vigor se augmentará com os desastres e desgraças, que elle tem soffrido, annos de proscricção, carnagem, e inúteis, mas sanguinolentas, lutas contra os esforços combinados da *Europa*; e finalmente invasão, desmembramento, e total destruição da nossa pátria (*GRJ*, 27/05/1815).

Se, como já apontado, “Bonaparte” ocupa a primeira posição no vocabulário antinapoleônico da *Gazeta*, o fato do segundo lugar ser ocupado pela palavra “tirano”⁹⁸ dá bem a medida do quanto sua caracterização negativa era tributária de seu despotismo. A expressão “Tyranno do mundo” (*GRJ*, 10/09/1808), encontrada na edição número um do periódico, mostra seu primeiro uso e inaugura uma extensa lista de outras que fariam correr muito da tinta usada em suas páginas, em especial durante o

⁹⁶ TARLÉ, op. cit., p. 137, v. 2.

⁹⁷ STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 197.

⁹⁸ Cf. Anexo, Gráfico 9.

combate aos franceses em Portugal.⁹⁹ Esta lista mostra como a tirania do imperador é captada por seus inimigos e apresentada sob diversas formas, sendo, sempre que possível, amplificada. Para tal, vemos como o substantivo é acompanhado de um adjetivo que o macula ainda mais. A ponto dele, algumas vezes, ocupar o nível mais alto na escala despótica então conhecida, sendo apresentado como “o maior dos Tyrannos” (*GERJ*, 13/09/1810) ou o “Archi-Tyranno” (*GRJ*, 28/11/1810).¹⁰⁰

Assim, a tirania e o despotismo são dois dos rótulos que, na opinião de seus adversários, melhor definem de maneira imediata o poder que ele exerce. Menciona-se sua “tyrannia militar” (*GRJ*, 19/12/1810), o “sombrio, e cruel despotismo, que elle quer estabelecer” (*GRJ*, 04/04/1810), “seu exterminador, e iníquo despotismo” (*GRJ*, 21/02/1812).¹⁰¹ Ele é o “oppressor das Nações” (*GRJ*, 11/08/1810, *GRJ*, 15/08/1810) que “em quanto governa milhões de homens com hum sceptro férreo e despótico, como nunca se vio, está tão isento de todo o governo moral e saudável de si próprio, como os vassallos que tyranniza, estão longe da liberdade, e de serem senhores de si” (*GRJ*, 13/10/1810). Prova disso são seus “Decretos Tyrannicos” (*GRJ*, 01/05/1811) e “seu jugo¹⁰² de ferro” (*GRJ*, 02/05/1812). Ganha evidência, neste caso, o exemplo da Holanda onde “elle tem feito com que o povo beba a taça da amargura até às mesmas fezes” (*GRJ*, 18/01/1812).

Em contraste com este “império de hum chefe feroz” (*GRJ*, 08/04/1815), exalta-se o “Paternal, Justo, e Santo Império” (*GERJ*, 14/10/1808) do soberano luso, “um Governo o mais doce, e o mais suave regulado pelas justas Leis de um Príncipe, cujos Paternais cuidados não tinham outro fim mais do que a felicidade dos seus Vassallos [...] no feliz estado, em que se achava com os Povos, que a Providência lhe confiara” (*GERJ*, 29/09/1808). Ao despotismo napoleônico contrapõe-se o liberalismo e a ilustração de d. João. É claro que as Luzes do governo joanino e as liberdades que são permitidas a seus súditos são bem dosadas, não conflitando com seu absolutismo.¹⁰³ Mas, neste caso,

⁹⁹ Napoleão é, portanto, um “execrável tyranno” (*GERJ*, 22/02/1810), um “iniquo tyranno” (*GRJ*, 25/01/1809), “o hediondo tyranno” (*GRJ*, 13/10/1810), o “ímpio Tyranno” (*GRJ*, 07/09/1811), “hum tyranno embusteiro” (*GRJ*, 28/09/1811), um “inexorável Tyranno” (*GRJ*, 01/02/1812), um “abominável tyranno” (*GRJ*, 13/06/1812).

¹⁰⁰ “maior dos *Tyrannos* e *Usurpadores*” (*GERJ*, 30/09/1808), “mais pérfido Tyranno” (*GRJ*, 20/09/1809), “mais infame tyranno” (*GRJ*, 13/06/1812), “o mais monstruozo tyrano” (*GRJ*, 27/05/1812), “mais orgulhoso, e feroz dos tyranos” (*GERJ*, 30/03/1810).

¹⁰¹ Ele é “o feroz, e pérfido Déspota do Continente” (*GRJ*, 27/03/1811), o “Déspota mais turbulento, e immortal, que tem visto os Séculos” (*GERJ*, 08/08/1811), um “Déspota, que no delírio do seu orgulho, tem ousado appellar-se o Árbitro dos Povos, e dos Reis” (*GRJ*, 04/02/1809).

¹⁰² “seu jugo tirannico” (*GRJ*, 14/10/1812); “seu férreo jugo” (*GRJ*, 20/04/1811).

¹⁰³ Em um texto de Berenice Cavalcante (Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 53-66, jan./dez. 1995) a autora faz um breve levantamento, pela análise da documentação produzida pelas academias, das questões de “interesse desta elite intelectual reunida nestas academias” [p. 55], mostrando que o “estilo da cultura do Iluminismo” (ibidem, p. 57) se faz aí presente, ainda que com algumas singularidades moldadas pela tradição. Um exemplo destas singularidades são os escritos de elogio ao monarca português que, ao mesmo tempo em que apresentam a “adesão à concepção [iluminista] acerca do papel do príncipe iluminado e de sua intervenção no processo histórico” não deixam de lado a anti-iluminista “crença na intervenção da providência divina nos acontecimentos históricos” ((ibidem, p. 58, ambas as citações). Os ilustrados chamavam a atenção para o papel que “caberia ao monarca esclarecido na promoção do progresso e felicidade de seus

o importante é que este absolutismo não descambe descaradamente para a arbitrariedade e a opressão que tanto caracterizam o perfil político do inimigo. Para melhor encaixar o regente na imagem de um absolutista abrandado, o redator da *Gazeta* lembra, por exemplo,

o modo doce, e suave com que são acolhidos todos os Estrangeiros em todo o *Brazil*, a humanidade com que são tratados os de diferente Comunhão Religiosa, e a doçura dos princípios do Governo em que as Leis tem o mais livre exercício, não permitindo o Benigno Soberano, que felizmente nos governa, que haja um só ato de poder absoluto (*GERJ*, 07/04/1809).

O redator prossegue acrescentando as “muito sábias e luminosas resoluções” de Sua Alteza Real no Brasil: a facilitação de comunicações entre suas diversas partes pela abertura de estradas e pela facilitação da navegação de rios, a “civilização” dos índios, o estímulo à indústria do interior, sua busca por “estender as luzes do povo, dando princípios e estudos aos que se empregam na Marinha, Artilheria, e Engenharia”, assim como o favorecimento de novas culturas que introduziu no Brasil, como a pimenta, o cravo da Índia, o cânhamo, etc (*idem*). Diante disto é que, ainda segundo o redator, “se pode formar uma justa idéia do que a Monarquia *Portuguesa* deve ao Grande e Augusto Príncipe, que a governa, e dos justos motivos porque é tão devidamente adorado pelos seus Povos” (*idem*).

Em 1809, esta imagem liberal e esclarecida de d. João longe estava de justapor monarca e constitucionalismo, como viria a acontecer depois de 1820. De fato, ela era calcada na caracterização de seu governo como uma época de muitos avanços, prosperidade, progresso e largas concessões, enfim, de propagação da civilização principalmente no que dizia respeito aos melhoramentos conseguidos pelo Brasil com vistas a adequá-lo ao seu novo papel de sede da monarquia. Desta forma, o “liberal” que é utilizado para referir-se a d. João acaba por confundir-se com a generosidade/liberalidade (*liberalitas*) do monarca que, por sua vez, deságua na imagem do pai provedor e atento ao bem estar de seus filhos. Assim sendo, d. João “promulgou muitas, e saudáveis leis análogas ao liberal sistema político, que adotara, para favorecer, animar, e dar toda a extensão possível ao comércio, à agricultura, à indústria, às artes, e às ciências”.¹⁰⁴

súditos” (*ibidem*, p. 58). Assim, na *Gazeta*, este discurso continua, como vimos na parte sobre a guerra, em que Deus é o principal esteio dos combatentes portugueses, e na imagem de d. João e sua exaltação como príncipe governante ilustrado. Isto mostra mais um dos usos seletivos do Iluminismo em prol da Monarquia lusa. Para a análise das singularidades que o pensamento iluminista apresentou, mais especificamente, na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cf. ainda **KURY**, Lorelai Brilhante & **MUNTEAL FILHO**, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan./dez. 1995.

¹⁰⁴ **SANTOS**, *op. cit.*, p. 465-466, v. 2. Destaca ainda Perereca, “a iluminada política, e liberal sistema, com que sua Majestade principiou a abrir, e a fundar os alicerces de um grande império nesta parte da América Meridional, que forma a maior, e a mais preciosa porção da sua vasta monarquia” (*Ibidem*, p. 23, v. 1). Em 13 de maio de 1810 (aniversário de d. João) foi publicada a obra *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes princípios da nova Legislação do Brazil*, de José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, anunciada na *GRJ* de 16/05/1810. Seu anúncio no periódico dá bem conta de como, para o caso joanino, absolutismo misturava-se com ilustração, liberalismo e paternalismo: “o Autor com tanta filosofia, como facundia desenvolve, e manifesta os grandes, e

Neste momento o termo liberal, tomado neste sentido, não se contrapõe à sua identificação como monarca do Antigo Regime. Napoleão, portanto, enquanto déspota, é não-liberal. Sem dúvida, sob alguns aspectos, haveria mais liberdade no Brasil joanino do que no Brasil dos vice-reis, a começar pela abertura dos portos. O que não eliminaria, contudo, uma série de práticas “despóticas”, típicas do absolutismo mais arraigado, como os tradicionais monopólios e estancos e mesmo a “aposentadoria real” de que já falamos.¹⁰⁵ Se Napoleão mantivera dos ideais revolucionários o que não conflitava com o seu ordenamento imperial, d. João adotaria do Liberalismo apenas o que não colocasse em questão seu papel de monarca absoluto.

O mesmo recurso do uso dos opostos liberal-não liberal também seria usado contra o imperador e a favor do irmão de Luís XVI, na época do retorno de Napoleão de Elba. Argumentava-se, no extrato de um jornal francês, que

Na restauração da Monarquia deu-se o maior apreço á cultura de sentimentos liberaes. O Rei consagrou aquellas idéas, que constituem a salvaguarda do povo, e os *Francezes* começarão a ajuntar-se em roda delle com hum desatino enthusiastico. *Francezes*, que esperais dos sentimentos liberaes de *Bonaparte*? Estas palavras, que admira terem-se unido, são a mais impudente zombaria, que nunca insultou a humanidade.

Aqui os “sentimentos liberaes” que marcam a retomada do trono por Luís XVIII já não são apenas assinalados pela benignidade de seu coração régio que deve estar voltado para o bem de seus súditos, como aqueles pelos quais se elogiavam d. João em 1809, nos trechos acima citados. Trata-se já de um Liberalismo de cunho político, e não sentimental que se anda de mãos dadas com a monarquia é para mantê-la muito bem algemada a uma constituição, delimitando seus passos. Isto fica evidente no comunicado do Governo Provisional ao povo francês, após a primeira queda de Napoleão, datado de 6 de abril de 1814: “Temos conhecido os excessos da desenvoltura popular, e do poder absoluto: restabeçamos a real monarquia, limitando por leis sabias os diversos poderes que a compõe” (*GRJ*, 15/06/1814).

Neste caso, o foco da soberania encontrava-se agora no “povo” ou, ao menos, descentralizado do soberano. O interessante é ver como este discurso, que brotara no início do processo revolucionário francês como um dos argumentos para a implosão dos Estados Gerais em favor da Assembléia

benéficos efeitos das Reais e Iluminadas Determinações de S. A. R. sobre todos os Ramos de seu Paternal Governo, tanto pelo que toca à *Organização Civil*, como à *Polícia, Agricultura, Comércio, Navegação, Indústria, Defeza, Instrução, Finanças, Justiça, Religião*, etc”.

Notemos como Lisboa procura fazer de d. João um liberal: “elle soube bemfazer, harmonizando [...] o *Principado* e a *Liberdade*”; “hum Espírito Liberal”; “excelencia do seu Liberal Sistema no Brasil” (**LISBOA**, op. cit., respectivamente, p. 7, parte 1; p. 68, parte 2; p. 94, parte 2). A abertura dos portos é colocada por ele como “Liberal Expediente” de d. João (ibidem, p. 70, parte 2).

¹⁰⁵ Cf. capítulo 1 da tese.

Nacional¹⁰⁶ passa a ser tomado de assalto pelo discurso antinapoleônico em prol do elogio de um dos importantes articuladores da contra-revolução – Luís XVIII – no melhor estilo de que se não se pode combater o inimigo una-se a ele. Aqui vemos um indício de como os germes da Revolução, que tanto se buscava combater, já se encontravam entranhados no próprio corpo monárquico, debilitando-o a olhos vistos. Ao moribundo, sem cura à vista, só restava conformar-se.

A autoridade despótica napoleônica é apresentada assentada sobre “hum poder, que ameaça a paz, a tranqüilidade, a independência; e os direitos da nações” (*GRJ*, 27/09/1815), ou seja, sobre “hum systema, que a experiência mostrara ser o manancial de incalculáveis desgraças para a *Europa*” (*GRJ*, 11/11/1815). No outro campo político “o justo, o desejado dos povos, o conciliador e pacifico *Luiz XVIII*” (*GRJ*, 02/08/1815). Faz-se menção ao “sanguinário e detestável domínio de *Bonaparte*” (*GERJ*, 31/01/1814), não se esquecendo de completar que “a honra é incompatível com o seu systema” (*GRJ*, 01/12/1810). Este sistema de dominação do imperador é decomposto em cada uma de suas etapas, que consistem:

1º em desacreditar os Governos legítimos; 2º em comprar algum dos Ministros, ou fazer resignar aquelles, que não póde comprar, ou enganar; 3º em occupar com tropas, seja em guerra aberta, seja a título de auxiliares, ou protectoras o paiz, sobre que tem as suas vistas; 4º em pôr hum Rei novo, cuja força seja sempre dependente; 5º em abolir este novo Reinado, a título de ingratião, de má correspondência, &c., e incorporar em fim o pobre Paiz ao Império *Francez* (*GRJ*, 13/04/1811).

Cabe, no entanto, aclarar que, apesar da representação do seu governo como despotismo e tirania, à luz da História ele passaria como um déspota esclarecido.¹⁰⁷

Ainda dentro desta caracterização é possível apreender, em um nível geopolítico, a injustiça e crueldade da soberania de Bonaparte. Arranjadas as referências em um crescendo, do plano doméstico – “o detestável tyranno de França” (*GRJ*, 28/11/1810) –, ele passa a “Tyranno, que tinha avassallado todo o Norte da *Europa*, e lançado os ferros aos Povos da *Itália*” (*GRJ*, 04/02/1809), seguindo como “Tyranno do Continente” (*GERJ*, 19/12/1808; *GRJ*, 06/02/1811; *GRJ*, 27/02/1813) e “tyranno da Europa” (*GRJ*, 08/10/1808; *GRJ*, 25/01/1809; *GRJ*, 08/04/1809; *GRJ*, 04/04/1810; *GRJ*, 25/08/1810; *GRJ*, 04/05/1811; *GRJ*, 22/01/1812; *GRJ*, 02/05/1812; *GRJ*, 20/06/1812; *GRJ*, 31/08/1822), atingindo a condição de “tyranno, que opprime todas as nações” (*GRJ*, 04/02/1809) e “Tyranno do mundo”¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. MICHELET, op. cit. cap. 3, “Assembléa Nacional”, p. 111-121.

¹⁰⁷ “... Napoleon, in his mentality and his policy, had much in common with the enlightened despots of the eighteenth century. His claim to be the ‘Roi des Peuples’ rests on the legend, not the reality. On the day of his coronation he made the extraordinary but perhaps prophetic remark ‘I have come too late: men are too enlightened’ (MARKHAM, Felix. *The Napoleonic Adventure*. In: CRAWLEY, C.W. (ed.). *The New Cambridge Modern History: war and peace in an age of upheaval- 1793-1830* (vol. IX). Londres/NY/Melbourne: Cambridge University Press, c.1975, p. 336.

¹⁰⁸ “o tyranno geral, que o quis ser da Europa, e de todo o mundo” (*GRJ*, 16/11/1814); “tyranno usurpador do mundo” (*GRJ*, 24/09/1808).

(11/08/1810; 13/06/1812; *GRJ*, 30/08/1815), até, finalmente, chegar à categoria de “Tyranno do Universo” (*GRJ*, 13/05/1809).

3.1.4. Os diversos corpos imaginários de Napoleão

Outro interessante recurso difamador que aparece na *Gazeta* contra Napoleão pode ser detectado nas diversas tentativas de diminuir-lhe ou tirar-lhe completamente sua porção humana e, conseqüentemente, racional, brutalizando-o. Afinal, a “existência de *Bonaparte* implica com a existência dos homens; e a natureza fatigada grita que lhe apaguem esta asquerosa mancha, que lhe afea o semblante” (*GRJ*, 02/08/1815). Colocado do lado oposto do gênero humano, ele é representado como “o sacrificador inhumano” (*GERJ*, 22/02/1810), o “déspota inhumano” (*GERJ*, 22/02/1810). Faz-se referência também à “hipócrita humanidade de *Bonaparte* em perdoar a vida” (*GRJ*, 29/04/1809). Seria ele “morto a todos os sentimentos, despido dos humanos vínculos, e desconhecedor das meigas relações da nossa natureza” (*GRJ*, 27/11/1811).

As características brutais que lhe são atribuídas, como a “bestial, e abominável conducta, que tem seguido” (*GRJ*, 31/01/1809), não são dignas de um ser humano, mas sim da fauna mais selvagem e venenosa. De tal modo que ele aparece metamorfoseado em “féra, que tão atroz e barbaramente tem despedaçado com as suas ensangüentadas garras todos os direitos, toda a propriedade, para empunhar o sceptro de ferro” (*GRJ*, 14/01/1809), em “sanguinário tigre imperial, cuja alma [...] está, há 15 annos, habituada a devorar, e consumir a vida de tantos milhares” (*GRJ*, 20/01/1810),¹⁰⁹ em “serpente, que as Colônias transatlânticas de hum ânimo com a Metrópole da Hespanha, se esforçarão por calcar aos pés” (*GRJ*, 28/09/1808). E quando ele não é a própria fera, age como elas, como quando se lembra que “Elle não falla [...]. O lobo e o tigre também não fallão, e ninguém ignora os damnos que farão, porque todo o mundo conhece as suas propriedades, e maléfico instincto” (*GRJ*, 22/08/1810).

Com o mesmo intuito, ele adquire diversos contornos que o apresentam como um ser monstruoso que, em alguns momentos, enquadra-se na mitologia. Logo, ele é o “monstro dos monstros que encerra em si toda a espécie de perversidade” (*GRJ*, 19/02/1812).¹¹⁰ Um extrato do *Times*, de 8 de

¹⁰⁹ Lisboa fala das “garras do Tygre Corso” das quais d. João escapara ao zarpar para o Brasil e dos “olhos ferinos” de Bonaparte (LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818, respectivamente, p. 38 e p. 53, parte 1, IEB). Perereca refere-se a Napoleão como “sanguinário tigre” (SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 215, v. 1).

¹¹⁰ “monstro *Bonaparte*” (*GRJ*, 13/07/1811), “monstro das *Tuilherias*” (*GRJ*, 24/11/1810), “monstro de tyrannia, fereza, e ambição” (*GRJ*, 22/08/1810), “o monstro, que tanto tempo foi o açoite das nações” (*GRJ*, 03/06/1815), “monstro insaciável” (*GRJ*, 23/12/1812), “monstro, que no delírio da sua ambição, se julgou, e declarou, omnipotente, e invencível” (*GRJ*, 08/11/1809), “o Monstro, que em seus tenebrosos conselhos havia jurado sujeitar o Universo ao jugo de ferro, que

janeiro de 1814, explica que “chamamos-lhe monstro, não porque seja a expressão adequada ás nossas idéas; mas porque, na imperfeição da linguagem, parece em algum grau quadrar este nome com os sentimentos, que em nós imprime a contemplação de hum tal composto de perversidade” (*GRJ*, 28/05/1814).¹¹¹

Quando os referenciais mitológicos passam a ser usados, ele se torna o animal fantástico de múltiplas cabeças de serpente e hálito venenoso criado por Hera para matar Hércules: “O venenoso hálito dessa hydra fora capaz de destruir o universo, se ainda não subsistisse a formosa cadêa de ouro, que [o] prende no Ceo pelo primeiro anel”¹¹² (*GRJ*, 02/08/1815). Ele aparece transformado no “dragão de *Paris*” (*GRJ*, 22/08/1810).¹¹³ Ele ainda é descrito como a criatura meio peixe, meio mulher que arrebatava os homens com seu canto: “Infeliz da nação, que der ouvidos a esta *Serêa*, que só pertende allicia-la, e perdê-la” (*GRJ*, 02/12/1812). E se ele não chega a encarnar o ser mitológico de cabelos de serpentes e olhos que, quando mirados, transformavam o expectador em pedra, “Elle quereria poder produzir o effeito da cabeça de *Meduza*, e petrificar todos os seus inimigos” (*GRJ*, 16/03/1811).

Segundo a trilha da mitologia, não podemos deixar de ler, igualmente, nas entrelinhas de sua caracterização, algo que parece remeter ao toque de Midas. Mas, enquanto no campo oposto ao seu, o toque transformador do governante português traz frutos positivos, como o progresso, sendo taumatúrgico e regenerador, quando parte de Napoleão o contato fulmina, prejudica, arruína. Assim, referindo-se à América portuguesa, Padre Perereca lembra que “a mão do homem industrioso [d. João], [foi] que tornou em paraíso tão medonhos desertos!” e, do mesmo modo que o rei da mitologia que transformava em ouro o que tocava, foi o príncipe “que levantou a terra da objeção, e miséria em que jazia, mudando a ordem das coisas” e transformou o Novo Mundo luso em “um tesouro

lhe preparava” (*GRJ*, 31/10/1810), “hum monstro tyrannico á humanidade, sedento de sangue, e destruição” (*GRJ*, 07/04/1810), “monstro sanguinário [que] produz cada dia algum acto sempre mais atroz que o precedente, em despeito das leis aqui observadas entre as Nações cultas” (*GRJ*, 04/10/1809), “hum monstro que se nutre de sangue humano” (*GRJ*, 02/08/1815).

¹¹¹ Seguem alguns exemplos na literatura do período. Na *União Venturosa*: “O monstro enganador, que assola o mundo”; “o monstro agrilhoador”; “Este monstro, a quem nutre sangue humano” (LEITE, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811, respectivamente, p. 13 (fala da América), p. 11 (dueto do Gênio Lusitano e do Gênio Americano) e p. 15 (fala do Tempo), IEB). Em folheto encomiástico a d. João: “Monstro, que redobra atrevimento, E que sendo da Terra o vil flagello” (CAMARA, D. José Manoel da. A SUA. ALTEZA. REAL. O PRINCIPE. REGENTE. NOSSO. SENHOR. PIO. AUGUSTO. FELIZ. PAI. DA. PATRIA. Em perpetuo testemunho de gratidao. offerece d. José Manoel da Camara. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810, p. 8, 15^a oitava, IEB).

¹¹² Isso quando ele não é colocado no lugar da própria Hera: “A orgulhosa Hydra do continente de novo infesta as circumvisinhanças da antigamente ditosa Monarchia Prussiana: O hidiondo monstro da guerra, dirigido pelo ambicioso Imperador dos *Francezes*, atordôa com seu impuro hálito os nossos Alliados, e ameaça envenenar o puro sangue de vosso Governo” (*GERJ*, 14/12/1809).

¹¹³ Esta imagem do dragão também é retomada no texto de Lisboa: “Dragão Corso” (op. cit., p. 93, parte 2).

inexaurível de glória para si, e de felicidade para os brasileiros seus vassallos, tesouro mil vezes mais precioso que as minas de ouro e diamantes”.¹¹⁴

Do mesmo modo, na *Gazeta* fala-se das “benignas, luminosas, e pias Mãos do seu Soberano, que não descança um só momento de promover a felicidade dos seus Povos” (*GRJ*, 13/07/1811).¹¹⁵ Por sua vez, ao referir-se ao inimigo napoleônico, menciona-se sua “criminosa mão [que] se apoderava, e destruía as cousas mais sagradas, assim que achava alguma resistência a seu cioso e sanguinário procedimento” (*GRJ*, 25/05/1814). Desta forma, “*Bonaparte* destroe para conservar” (*GERJ*, 30/03/1810); “Para elle, superintender he conquistar assim como aperfeiçoar he arruinar” (*GERJ*, 30/03/1810) e “Em tudo que elle faz não há permanência alguma; elle he meramente hum destruidor” (*GRJ*, 19/12/1810). Por onde ele passa o cenário se converte em um espetáculo lúgubre, com “Cidades abrazadas, Villas destruídas, Campos cobertos de cadáveres” (*GRJ*, 04/02/1809), pois ele é “o homem, que dez annos successivos derramou sobre o mundo misérias indizíveis” (*GRJ*, 29/07/1815).

Outro ser híbrido da mitologia que ele também passa a encarnar é aquele com corpo de homem e cabeça de touro, que na Antiguidade habitava um labirinto na ilha de Creta e recebia jovens como sacrifício, quando se aponta a possibilidade de que

do seio dos seus festins impios, d’entre os rufiões vis que o adulão, e das imundas prostitutas que o acompanhão, [Napoleão] assinala com o dedo os templos que se hão de abraçar, as herdades que se hão de repartir entre os seus odiosos satellites, as virgens, e matronas que se hão de levar para o seu serralho, os mancebos que se hão de mandar em tributo ao *Minotauro Francez* (*GERJ*, 22/02/1810).

o exercício da sua [dos vassallos de Napoleão] soberania se limita a contar todos os annos os tributos de homens, e dinheiro, que lhes são impostos; a entregar a mocidade dos seus estados a esse Minotauro, que a devora á medida que ella chega á idade estabelecida para servir aos seus horrorosos banquetes; a abandonar-lhe para alimentar o seu fasto, e as suas guerras os fructos do trabalho, e da indústria dos seus vassallos (*GERJ*, 30/03/1810).

Esta caracterização pode ser vista ainda como eco de sua representação como o “Ogro”, que fazia dele um sanguinário monstro devorador de pessoas, uma espécie de bicho-papão. Originada em 1809,¹¹⁶ na contracorrente de suas imagens oficiais, ela seria fruto de uma crítica generalizada à exigência de um número cada vez maior de conscritos de pouca idade para suas tropas, pois ele é o “Exterminador dos jovens das choupanas, para os Exércitos, a fim de promover seus [...] projectos de

¹¹⁴ SANTOS, op. cit., respectivamente, p. 227 (primeira citação) e p. 288 (as duas últimas citações), ambas no v. 1.

¹¹⁵ “[Vão] receber mais este beneficio da Real Mão do Nosso Augusto, e Pio SOBERANO, que não cessa de vigiar um só momento sobre tudo o que pode interessar o bem público dos seus vassallos” (*GRJ*, 26/10/1808).

¹¹⁶ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 283. Um dos famosos textos da época que ajudaram a consolidar esta contra-imagem é “*L’Ogre de Corse*”, de Rougemâtre de Dieuze, datado de 1814, que aparece reproduzido em TULARD, Jean. *L’Anti-Napoléon*, Paris: René Julliard, 1965, p. 9-12.

senhorear o globo” (*GRJ*, 24/02/1810).¹¹⁷ Assim, adverte-se aqueles que estão submetidos ao domínio de Bonaparte que não lhes resta nada além de “jurar o usurpador e sacrificar vossos filhos á conscrição: já estão marcados nos regaços de suas mães para o matadouro” (*GRJ*, 22/08/1810). Sua “carreira matadora” (*GRJ*, 08/04/1815) constrói-se com a ajuda do “grande rebanho do Império Francez, do qual esse bárbaro Imperador he o carniceiro que trata os homens como bestas” (*GRJ*, 22/08/1810). Nesta mesma linha, ele é o “Canibal da Córsega” (*GERJ*, 18/12/1810).

Logo, para a imagem do ogro-Napoleão na *Gazeta* contribuem não apenas as referências diretas, como as vistas acima, mas várias notícias ao longo de suas páginas sobre a conscrição nos domínios napoleônicos e sobre a antecipação da convocação de jovens franceses para a guerra. Aliás, uma das famosas conscrições antecipadas seria a da classe de 1815 chamada à atividade em outubro de 1813 a fim de compensar as perdas humanas sofridas na Rússia e na Batalha de Leipzig.¹¹⁸ Tanto que é por volta deste ano que a lenda do Ogro corre solta pelos campos da França.¹¹⁹ Podemos pensar, ainda, como esta representação ecoa, de certo modo, a mortandade revolucionária, principalmente aquela massiva da época do “Terror” jacobino. No entanto, agora, a nova guilhotina, que ceifava vidas sem piedade, era a guerra acionada pelas mãos de Napoleão.

Seu corpo imaginário ainda ganha outras formas bem afastadas daquelas reais. Como quando o vemos transformado em “Gênio do mal” (*GRJ*, 02/08/1815), no “infame Colosso, que ameaça o Universo”¹²⁰ (*GRJ*, 04/11/1812), em uma “peste, que alagou a terra, e affogou todas as gerações” (*GRJ*, 10/09/1814), ou no “vulcão acceso em França [...] [que ameaça] abraçar e subverter o Mundo” (*GRJ*, 27/09/1815).¹²¹ Mas, independente de qualquer característica ou forma, ele era, por excelência, o maior “objecto de execração pública” (*GRJ*, 02/08/1815).

Algum desavisado, a crer piamente no conjunto caricatural e fantasioso que molda Napoleão na *Gazeta*, teria à sua frente uma criatura monstruosa, uma espécie de Frankenstein formado pelas piores

¹¹⁷ “mancebos [são] arrastados ás batalhas para estender o império do inexorável Tyranno que tem causado toda a sua [deles] miséria” (*GRJ*, 01/02/1812); “os gendarmes vão levando milhares de conscriptos armados do seio de suas famílias, e arrastrão-os [sic] á força, a servirem debaixo dos pendões desse homem ambicioso, que por sua falta de prudência e de cuidado para os manter, os deixa perecer miseravelmente” (*GRJ*, 14/05/1814). Bonaparte é “aquelle monstro, a quem pela sua elevação foi dado despovoar e destruir; que do *Báltico* aos *Pyreneos* arrancou os filhos aos pais para fazê-los instrumentos, ou victimas da *sua devorada tirania*” (*GRJ*, 29/06/1814). Seus “combates carneiros [...] [são] sanguinolentos matadoiros, que tanto agradavão á sua alma feroz” (*GRJ*, 08/04/1815). Portanto, basta “alistar os jovens conscriptos para saciar a ambição deste homem” (*GRJ*, 28/03/1810).

¹¹⁸ GIBBS, N. H. Armed Forces and the Art of Wars. In: CRAWLEY, C.W. (ed.). *The New Cambridge Modern History: war and peace in an age of upheaval- 1793-1830*. Londres/NY/Melbourne: Cambridge University Press, c.1975, p. 65.

¹¹⁹ TULARD. *L'Anti-Napoléon*, op. cit., p. 9.

¹²⁰ “Caia em pedaços pelo nosso valor esse *Colosso* formidavel, que esmaga a liberdade de todos os Povos da terra” (*GERJ*, 03/11/1808).

¹²¹ As metamorfoses pelas quais passa ao longo das páginas da *Gazeta* transformam-no também no “sceptro de ferro, que nos esmagava” (*GRJ*, 24/09/1808) ou em “hum obstáculo perpétuo á paz” (*GRJ*, 16/09/1815), em “hum maligno fenômeno” (*GRJ*, 07/04/1810), em uma “fúria, que abortou o abysmo para desordenar o globo, [e que] tem infringido leis e pactos, inficcionado os templos, e feito estremecer o mundo” (*GRJ*, 02/08/1815), em “huma fonte envenenada” (*GRJ*, 11/08/1810).

partes e características que se poderiam juntar. Ao experimentarmos conectar, como em um quebra-cabeças, algumas destas imagens, teríamos uma ser que bem poderíamos chamar de quimera napoleônica. Ele apareceria, neste retrato bizarro, como algo “inhumano” (*GRJ*, 05/05/1809), “Inchado pela sua fortuna” (*GRJ*, 12/03/1814) e dotado de “pérfidas intenções, e vistas” (*GRJ*, 27/03/1811), aliás, “vistas ambiciosas” (*GRJ*, 23/12/1812), “vistas usurpadoras” (*GRJ*, 08/03/1809). Um ente cuja nutrição viria de fontes muito particulares por se tratar de um ser “hydrópico de lágrimas e de mortes” (*GRJ*, 02/08/1815), com “sede insaciável de domínio e de conquistas” (*GRJ*, 16/09/1815) e ainda “sedento de roubos, e de sangue”¹²² (*GRJ*, 02/08/1815).

Este Napoleão quimérico, de “olhos funestos, tão inconstantes como o seu coração, cujas vistas parecem decretos de morte” (*GRJ*, 22/08/1810), teria “alma turbulenta” (*GRJ*, 21/10/1812), “alma feroz” (*GRJ*, 08/04/1815), uma “alma endurecida, e cadavérica” (*GRJ*, 20/01/1810). Notemos que mesmo no que tange ao incorpóreo, Napoleão é detratado. E ainda aí a rivalidade dos campos de batalha é reeditada quando aparece Wellington e a “energia e sublimidade, que adornão a sua alma” (*GERJ*, 05/09/1814).

Segundo a anatomia monstruosa deste ser estranho, além de uma “criminosa mão” (*GRJ*, 25/05/1814) e de outra “mão sanguinária” (*GRJ*, 11/04/1810) e um “pé sacrílego” (*GRJ*, 02/08/1815), encontramos também “garras tyrannicas [...] tão hostis a quanto he justo, livre, ou bom” (*GRJ*, 12/02/1812). Não bastasse isso, “seus abraços são laços de Serpente, que agrilhoão a innocente victima e a arrastão à caverna do captiveiro” (*GERJ*, 22/02/1810). Esta criatura, além de um “cérebro esquentado” (*GRJ*, 24/02/1810) possui um “louco cérebro” (*GRJ*, 29/05/1811). Este monstruoso Bonaparte traz dentro de si, igualmente, um “maligno coração” (*GRJ*, 22/08/1810), um “perverso coração, centro dos vícios” (*GRJ*, 20/04/1811).

Nas páginas da *Gazeta Bonaparte* também aparece como invólucro para a corporificação de várias figuras históricas. Contudo, o recurso de comparação com personagens notáveis do passado, um dos muitos mecanismos usados na construção simbólica de seu poder,¹²³ voltava-se contra ele. Assim como no caso da guerra em que se abre uma ponte imaginária passado-presente em busca de exemplos de heroísmo e de conduta patriótica para os súditos joaninos, o mesmo ocorre aqui. Mas as

¹²² “bebedor de sangue” (*GRJ*, 28/11/1810); “nutrindo-se de sangue” (*GRJ*, 24/09/1808).

¹²³ É o que chamamos de “mimetismo político” que se apóia na utilização de várias referências ao passado que apresentam implicações políticas: “‘vestir-se’ com qualidades de outrem, desencavadas do imaginário da época por causa de seus feitos militares e seus atos políticos, expressava tanto a admiração de Bonaparte pela célebre e lendária figura em questão quanto a expectativa de que seus súditos procedessem à essa identificação, agregando maior valor simbólico ao seu capital heróico. [...] portanto, [...] na construção de sua própria epopéia Bonaparte reativou e vinculou uma série de outras que faziam com que ele se apresentasse ao público sob diversas fantasias” (STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 98). Napoleão usou a mediação de personagens como Alexandre da Macedônia, Júlio César, Aníbal e Carlos Magno. Para o caso de Carlos Magno, cf. abaixo a parte em que falamos sobre o desejo napoleônico de reativação do império carolíngio.

figuras que são evocadas e aí surgem para serem comparadas a Napoleão são aquelas condenadas pelo tribunal da História. Deste modo, elas são espelhadas no seu corpo imaginário ainda com intuito didático: para adverti-lo que o fim trágico é o mesmo para aqueles que compartilham do mesmo mau caráter, no que fica patente uma visão providencialista da História. Tanto em um caso, quanto em outro, muitos dos exemplos usados evidenciam o fascínio exercido na época pela Antiguidade Clássica que a tornava uma fonte de modelos corretos de conduta que acabaram por irradiar para as artes e para a política.¹²⁴

Assim, por sua megalomania e crueldade, Napoleão recorporifica o famoso imperador romano incendiário e perturbado: “do palácio das *Tuilherias Bonaparte* (qual outro *Nero*, que depois de incendiar Roma se regosijava de vêr esta Cidade victima das chamas) está contemplando com alegria todas estas scenas de horror” (*GRJ*, 16/03/1811).¹²⁵ Note-se também que “Elle se lisongea talvez que a sua authority está agora perfeitamente consolidada e o seu despotismo seguro. Isto mesmo he o que fazem todos os tyrannos. *Calígula* nunca se julgou tão a salvo e firme, como no mesmo dia em que o despacharão para o outro mundo” (*GRJ*, 18/01/1812).

Já um extrato do periódico inglês *Courier* traz uma interessante comparação entre Júlio César e Napoleão:

Do caracter de *Bonaparte*, e da sua sorte provável, a história nos apresenta exemplos que bem merecem attenção. As suas façanhas e fortuna não são singulares, ainda que á multidão parecem nunca vistas, e espantosas. Há 40 annos que *Mons. Ophelot de La Panse* publicou em *Paris* huma Obra intitulada *Melanges Philosophiques*, do qual se extrahio para o Annual Register de 1772 hum retrato de *Júlio César*, que parece tanto com o de *Bonaparte*, que maravilha pelo seo espírito de profecia, e deixa esperanças consoladoras que nascem dos exemplos passados (*GRJ*, 19/12/1810).

Segundo esta obra, como Napoleão, César era o homem certo no momento certo, pois existira “em tempos de commoções e desordens civis”, em que “os talentos são tudo, e os que só tem virtudes são nada”. O César que é evidenciado aqui aparece como o alter-ego de Bonaparte: “*César*, o tyranno da sua pátria; *César*, que destruiu os agentes dos seus crimes se lhes faltava a habilidade; *César*, em fim, manchado de tantos crimes horrorosos contra a santidade do patrimônio”. Tendo vivido cem anos antes, assegurava-se, “não seria capaz de produzir nelle confusão alguma”. Mas a comparação com outras figuras do passado não pára por aí. O artigo inglês afirma ainda que a “Natureza formou em o mesmo molde a *Cesar*, *Mahomet*, *Cromwell*, e *Kouli Kan*”, deste modo, “todos nascerão vassallos, e

¹²⁴ Cf. **STOIANI, R.** e **GARRAFFONI, R. S.** Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade Clássica por Napoleão Bonaparte. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 6, p. 69-82, 2006.

¹²⁵ “*Bonaparte* deseja a todos os respeitos imitar *Nero*, o qual parece ser o seu principal prototypo; tanto que tem o busto deste monstro no seu quarto da câmara em *Malmaison*” (*GRJ*, 29/05/1811), “elle não he immortal; inda que assim se julgue no delírio dos seus planos. *Nero* também se julgava immortal” (*GRJ*, 07/09/1811), “*Nero* dos nossos dias” (**SANTOS**, op. cit., p. 308).

fôro afortunados usurpadores”. Eis, portanto, a genealogia política, tida como nada exemplar, na qual o imperador é encaixado por seus detratores.

Continuando na comparação com a Antiguidade romana, faz-se a denúncia do *Panem et Circenses* promovido por Napoleão na capital francesa quando dos festejos do batismo de seu filho que, não coincidentemente, havia sido contemplado por ele com o título de “Rei de Roma”. Comentava-se, assim, que,

Entre outras cousas devem haver distribuições de comidas por meio de loteria, o vinho deve correr das fontes nas ruas, e devem-se representar comédias em tablados descobertos. Tudo isto nos lembra o *panem e circenses* [sic] que os Imperadores *Romanos* erão obrigados a prodigalizar à populaça de *Roma*; e enquanto a discussão política de toda a espécie he tão estrictamente prohibida na Capital *Francesa*, taes cousas devem servir de algum modo para encher a falta de objectos de conversação, e de arredar o povo de pensar em matérias mais sérias (*GRJ*, 19/10/1811).

Como se vê, a indumentária de imperador romano, com a qual aparece vestido na Coluna Vendôme, não lhe é negada por seus inimigos. O problema são os negativos traços morais que acompanham cada uma das fantasias imperiais que lhe são atiradas por eles e que acabam por desdourar completamente seus louros.

Para o caso específico do conflito entre França e Inglaterra, Napoleão se utilizaria desta ponte Antiguidade-presente para transformá-lo em uma reedição das famosas guerras púnicas (264 a. C. a 146 a. C.) fazendo com que as disputas entre aquelas duas potências pela hegemonia comercial no XIX, encravadas no contexto da Revolução Industrial, se apertassem no imaginário da época na roupagem dos conflitos que haviam envolvido Roma e Cartago pelo controle do Mediterrâneo.¹²⁶ A Inglaterra, neste caso, era apresentada como a “Nova Carthago” (*GRJ*, 20/04/1811) a ser destruída pela França imperial que se quer herdeira de Roma. No entanto, o redator da *Gazeta*, ao usar de uma lógica simples que joga a França para bem longe da herdade romana, ao destituí-la dos pré-requisitos morais necessários para que fosse qualificada como tal, torce a seu favor a visão providencialista dos acontecimentos, ao lembrar que, “*Se Inglaterra he a Nova Carthago não he a França a Nova Roma: aquella Império foi consolidado por virtudes e prudência de muitos séculos*” (*GRJ*, 20/04/1811). Logo, “a sentença *Delenda est Carthago*, que elle [Napoleão] se compraz de applicar à Inglaterra, estará cada vez mais longe de realizar-se” (*GRJ*, 28/09/1808).

Nesta evocação de espíritos de outras épocas, Napoleão ainda é visto como o “*Machiavelo* [Maquiavel] dos nossos tempos” (*GRJ*, 20/03/1813), o “novo *Tamerlão*”¹²⁷ (*GERJ*, 22/02/1810) e um

¹²⁶ “O paralelo entre o conflito franco-britânico e o romano-cartaginês estava na mente dos franceses, cuja percepção política era em grande parte clássica” (**HOBSBAWM**, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 102).

¹²⁷ Conquistador turco-mongol que viveu entre os séculos XIV e XV.

“*César raptor*” (GRJ, 28/04/1810). Dentro da lógica providencialista, “o governo de Bonaparte terá tanta estabilidade como o de Alexandre, que não passou a terceira geração” (GRJ, 20/04/1811). Até mesmo seu divórcio de Josefina, sua primeira mulher, guarda comparações com o passado. Neste caso, ele aparece “repudiando sua esposa com a mesma pressa com que *Carlos Magno* deo divórcio à filha de *Desiderius*”¹²⁸ (GRJ, 28/07/1810).

Mesmo os mouros, conquistadores da Península, seriam chamados a colocar-se frente à frente com Napoleão, para serem novamente julgados, mas agora de maneira menos severa, a fim de pintar o caráter do imperador com cores mais negativas:

Os *Mouros* dominaram a *Hespanha*; mas nunca inteira, e pacificamente. Nunca levaram os seus moradores subjugados, ou por subjugar, captivos para *África*, como faz o tyranno *Napoleão*, levando prezos para a *França* os que não querem jurar seu execrável nome, ou aos que suspeita de patriotas. Também não se conta que os obrigassem a pegar em armas debaixo das suas bandeiras contra os mesmos *Christãos*. Desarmados e tributários os deixavam ao menos dentro da sua pátria chorando em paz sua desventura (GRJ, 22/08/1810).

Diante da acusação de que o imperador chamava de rebelião a insistência de alguns membros do clero francês em não o obedecer, evoca-se que “assim *Nero*, e *Diocleciano* chamavão rebeldes, e por isso fazião atormentar, e morrer os primeiros *Christãos*” (GRJ, 17/11/1810). Seguindo este mesmo raciocínio, ele é chamado de “*Herodes*” (GRJ, 10/12/1814). Ou seja, o mote aqui é revelá-lo como inimigo da Religião Católica. Para reforçar as críticas a ele, tanto nas suas relações com a Roma papal quanto no que toca a suas crenças religiosas, chega-se a pintá-lo como a reencarnação do próprio Maomé (Mafoma):

Mafoma derrubou os ídolos a bordoadas; e este [Napoleão] procura aniquilar o culto cathólico com malignidade muito hypócrita [...]. *Mafoma* de 3 religiões, formou a sua; mas este homem, que nem he *Christão*, nem *Judeo*, nem *Gentio*, porém só idólatra de si mesmo, que crença pregará, ou divindade invocará [...] ? (GRJ, 22/08/1810).

3.1.5. O inimigo da Religião Católica

A temática acerca da suposta irreligiosidade de Bonaparte apresenta profundas conexões com uma genealogia que o quer colocar como rebento da Revolução Francesa. Sem dúvida alguma, esta temática emerge com força na imprensa antinapoleônica quando ganham destaque as críticas ao tratamento afrontoso que vinha dando ao papa Pio VII e suas possessões, “vendo o Chefe da Igreja

¹²⁸ Trata-se de Ermengarda, filha do Rei dos Lombardos, cujo casamento com Carlos Magno durou de 768 a 771 e foi anulado, sem que tivessem filhos, assim como ocorria com Josefina que, apesar de dois filhos de seu primeiro casamento, não dera herdeiros a Napoleão.

precipitado do seu throno, despojado de suas dignidades, e carregado de insultos pelo salteador, que elle proclamou Ungido do Senhor” (*GRJ*, 09/12/1809). Embora Napoleão houvesse conseguido reatar as relações entre a França e Roma por meio da Concordata (assinada em 16 de julho de 1801 e promulgada em 8 de abril de 1802), relações estas anteriormente interrompidas durante o processo revolucionário,¹²⁹ e ele considerasse “a Igreja como um instrumento cômodo de polícia espiritual para a direcção das massas”¹³⁰ e, enquanto tal, não abrisse mão de sua utilização, investir contra o Santo Padre desqualificava-o enquanto cristão e colocava-o, conseqüentemente, como o inimigo de todo o seu rebanho.

Ao considerar-se seu passado revolucionário, esta atitude ofensiva contra o chefe do Catolicismo, de acordo com o discurso conservador, era algo a se esperar. Manter o papa cativo só servia aos olhos de seus opositores para fornecer mais argumentos a favor de sua condenação como um herdeiro legítimo da Revolução, ao dar continuidade às ações anticlericais e descristianizadoras desta.¹³¹ Assim sendo, ao seguir os comandos laicizantes, racionalistas e modernizadores de sua mãe política, ele é “o tyranno [que] vos tirou a inquisição da fé, e vos presenteou com a tremenda inquisição política; tirou os frades, e creou guardas cívicas; converteo os conventos em quartéis de soldados, fechou-vos as igrejas depois de as ter saqueado, e agora são armazéns de grão, ou cavalharices” (*GRJ*, 22/08/1810). Segundo ainda lembrava a *Gazeta*, os “religiosos são o alvo do maior rancor de *Bonaparte*” (*GRJ*, 01/02/1809).

Muito se questionava acerca da religião que o imperador professava, como vimos no trecho acima em que ele é comparado a Maomé, dúvida esta que não contava pontos no ranque das cabeças

¹²⁹ Schumpeter lembra o impacto da Concordata na França consular que tanto contribuiria para a popularidade do regime encabeçado por Bonaparte, quanto evitaria uma guerra civil entre franceses de tendências laicas e católicas, afinal, o “sentimento anticlerical não morrerá e de nenhuma maneira estava limitado aos derrotados jacobinos” e do “outro lado da balança, uma forte onda de furioso sentimento católico ganhava fôrça sem cessar (**SCHUMPETER**, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 311). O autor usa este exemplo justamente para mostrar que a pacificação religiosa na França jamais se daria pela via democrática, sendo que apenas uma decisão imposta poderia resolver o impasse entre estes dois grupos ao conseguir impôr um meio termo justo: “O impasse ou a luta interminável, criando e aumentando a irritação, teria sido o resultado mais provável de qualquer tentativa de resolver a questão democraticamente. **NAPOLÉÃO**, no entanto, conseguiu solucioná-la, sobretudo porque todos êsses grupos, que não cederiam por vontade própria, podiam e estavam dispostos a aceitar o acôrdo, se impôsto” (ibidem, p. 311-312). Este seria um exemplo de que quando “as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que *o povo deseja realmente*” (ibidem, p. 310).

¹³⁰ **TARLÉ**, Eugueni. *Napoleão*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 42, v. 1.

¹³¹ Só para recapitular, durante a Revolução o papa anterior, Pio VI, havia sido expulso pelos franceses de Roma em 1798 e fora deportado para a França, morrendo em Valence em 29 de agosto de 1799, sendo que fora criada a Igreja constitucional, separada do Estado após 1795, e a isso se acrescentava as pseudo-religiões racionalistas de bases não cristãs, como o “culto do Ser Supremo” inspirado em Rousseau (criado por Robespierre em 1794), o culto decadário e a teofilia (doutrina filosófico-religiosa baseada na crença de um Deus poderoso e bom, mas ao qual não se prestava culto), sendo também que, a partir de 1792, o clero romano aliara-se à contra-revolução e 1793 fora um momento de intensa descristianização na França (cf. **GODECHOT**, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p. 98-100). Lembra ainda Walsh que “in October 1793 France deliberately broke with her religious past when the Convention voted the most anti-Christian act of the Revolution, the replacement of the ancient Gregorian calendar, woven intricately into the whole cycle of national life, by the new calendar of the Revolution” (**WALSH**, John. *Religion: Church and State in Europe and the Americas*. In: **CRAWLEY**, op. cit., p. 147).

coroadas no qual ele procurava inserção e destaque. De fato, embora com a Concordata Napoleão tenha restabelecido na França a paz religiosa e a submissão da Igreja à autoridade do Estado, ele não primara pela restauração católica.¹³² Ele buscava, sim, fazer da religião uma aliada subordinada a ele, visando assentar sobre ela a autoridade de seu regime e angariar a simpatia dos católicos para si, desvencilhando-os dos Bourbon. Um pitoresco exemplo do uso do Catolicismo a favor do regime napoleônico era o fato de ser

ensinado um só catecismo na França, onde figuravam no meio dos deveres impostos por Deus “o amor, o respeito, a obediência e a fidelidade para com o imperador, o serviço militar e os tributos ordenados para a defesa do Império”. Os mandamentos, cartas pastorais ou ordens do episcopado ajudavam na elaboração do culto imperial: os exércitos de Napoleão eram assemelhados aos exércitos divinos, a nação transformava-se em povo eleito e a guerra passava a ser santa [...] e desejada por Deus.¹³³

A precaução de servir devidamente Napoleão, indo sagrá-lo em Paris em 1804, não renderia a Pio VII as salvaguardas esperadas. Além do mais, os desejos napoleônicos de reativação do “Império do Ocidente”, que implicavam em transformar Paris em sua capital temporal e espiritual, chocavam-se com a liberdade e a neutralidade política papais. O papa não se mostrava disposto a consentir que suas possessões se tornassem um protetorado francês e a submeter-se aos intuitos de Bonaparte. Sua recusa a fechar seus portos às mercadorias inglesas diante das exigências do bloqueio napoleônico ilustra bem isso. Como consequência deste conflito de interesses, os Estados Papais seriam assimilados ao Império e o papa preso, em 1809. Ele seria posteriormente conduzido à Savona, ao palácio episcopal, como prisioneiro, sob as ordens de Napoleão que planejava obrigá-lo a residir em Paris, a fim de fazer dela a nova sede papal, o que, de fato, jamais ocorreu.

É sob a pressão destes eventos que o Santo Padre lançaria, em 1809, uma bula de excomunhão (*Quum Memoranda*) a todos os que haviam cometido algum dano contra o Patrimônio de São Pedro. Ainda que faltasse a indicação explícita ao nome de Napoleão, não havia dúvidas de que ele era seu

¹³² “Bonaparte’s actions in the religious domain were designed to promote stability at home and curry favor abroad. An agreement with the church would dissociate Catholicism from royalism and undercut the counterrevolution, pacify the Vendée, and reassure the bourgeoisie and well-to-do peasants who had bought the nationalized lands of the Church. The Catholic world had stigmatized the Revolution as atheistic, and Napoleon concluded that concessions to Catholic sentiment could be made if they were carefully controlled by the state. He proceeded to negotiate the famous Concordat of 1801 with Pope Pius VII which recognized Catholicism as ‘the religion of the great majority of the citizens’ (not, as the Pope hoped, as the ‘established’ or ‘dominant’ religion) while also protecting the freedom of conscience and worship for other cults. Bishops were again instituted by the Pope, but they were nominated by the First Consul. Primary education was more or less turned over to the clergy but clerical salaries would be paid by the state. Napoleon intended to fill the clerical ranks with a view to retaining their allegiance through self-interest and persuaded them to produce loyal citizens. He was more concerned with developing faithful subjects than faithful Christians. To this end he managed to sustain one major revolutionary change but only with some hard bargaining: lands confiscated from the church and sold during the Revolution were to be retained by their purchasers” (BOÏME, Albert. *Art in an Age of Bonapartism: 1800-1815*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1993, p. XXIV).

¹³³ TULARD. *Napoleão: o Mito do Salvador*. op. cit., p. 294-295. Notemos que os últimos argumentos que aí são citados são os mesmos utilizados no discurso oficial joanino sobre o combate à França, como visto no capítulo anterior em que analisamos a temática da guerra na *Gazeta*.

principal alvo. Tanto assim, que a bula seria divulgada na *Gazeta* de 8 de novembro de 1809 sob o título de “Excomunhão de Bonaparte”. Ela havia sido extraída do *Times*, de 22 de agosto do mesmo ano, sendo a original redigida em Roma e datada de 10 de junho. O documento que o expulsava formalmente da comunidade católica, apesar de não o citar diretamente, dirige-se a “vós, e todos os vossos cooperadores no acto de violência que estaes commetendo” e que por conta da “violenta invasão desta Cidade [Roma] a 2 de fevereiro do anno passado se fizêrão reos dos actos de violência contra que protestamos em muitas declarações”.

É interessante verificar como a perseguição ao papa por Napoleão é explicada na *Gazeta*. Ela é colocada como um ato de vingança pessoal do imperador diante da recusa papal em anular seu primeiro casamento: “Sabia-se, há muito, que *Bonaparte* projectava dissolver o seu matrimônio com Madama de *Beauharnois* [sic]. Huma das causas das perseguições, que o Santo Padre supporta, há dois annos, foi a recusação que elle fez de dar o seu assesso [sic] a este acto ímpio, que por fim se acaba de realizar” (*GERJ*, 30/03/1810). No entanto, quando o imperador consegue seu intento, ele não passa pela anulação religiosa, mas apenas civil, por meio da figura do divórcio, presente no Código Napoleão.¹³⁴ Logo, o divórcio com Josefina, que havia sido anunciado em 16 de dezembro de 1809 e oficializado em 12 de janeiro de 1810, seria considerado como o “desprezo público de huma Religião”, visto que

as Leis revolucionárias [...] fôrão observadas, a fim de fazer parecer válida aos olhos do povo *Francez* a dissolução de hum laço sagrado, que não se lhe representa, em opposição a todos os princípios da Religião que elle professa, senão como hum contracto civil, sujeito às mesmas mudanças, ou modificações, que tem as outras promessas reguladas pelas leis civis. Mas como póde este povo, e todos os que seguem as máximas da Religião Cathólica considerá-lo [Napoleão] como desobrigado por hum vão simulacro de divórcio civil das obrigações religiosas, que o Sacramento do Matrimônio impõe aos que o recebem? (*GERJ*, 30/03/1810)

Vemos como a Revolução é colocada como inimiga da sacralidade religiosa católica e como Napoleão, ao se divorciar adotando práticas laicizadas dela resultantes, é colocado ao lado da primeira sendo do mesmo modo considerado. Assim sendo, seu segundo casamento equivaleria a “acrescentar a bigamia à violação das leis da sua Religião” (*GERJ*, 30/03/1810).

No mesmo exemplar da *Gazeta*, outra explicação era dada para se entender o comportamento napoleônico com relação ao papa. Esta explicação aparece sob forma de uma imaginada confissão do imperador:

¹³⁴ Em 1792 os revolucionários introduziram, em oposição à concepção católica sacramental do casamento como uma união perpétua, a idéia secular do casamento como um contrato civil revogável, admitindo o casamento civil e, conseqüentemente, o divórcio.

Eu reduzi o Papa à miséria, e ao desterro, porque nada mais pude obter delle além daquelle passo, que deo ao meu poder huma apparencia de legitimidade, e que fez menos revoltante a cerimonia da minha coroação; porque não pude sujeitar a sua consciencia, e porque em fim me foi necessário, pois que aquelle que me pode fazer hum serviço importante, tem a faculdade de me descarregar hum golpe funesto (*GERJ*, 30/03/1810).

Embora nela, ao contrário do visto anteriormente, as ligações com o passado revolucionário não sejam explicitadas na argumentação – as atenções se voltando para o status presente de Bonaparte sugerido pela sua “coroação” – ainda assim, dar destaque aos subterfúgios teatrais pelos quais ele procurava encobrir a difícil sustentação de sua legalidade imperial, como o uso do papa para sagrá-lo em 1804, aponta mais uma vez para este passado que o desqualifica, perante o olhar de seus críticos, para o exercício do título imperial. Sua instabilidade política, ao necessitar de fortalecimento constante, deixa-o à mercê de medidas extremadas, como a de reduzir “à miséria e ao desterro” o papa, fazendo com que nele não se possa confiar e que ele não confie em ninguém, afinal, se aquele que o ajudara, como Pio VII, tivera o fim que tivera pela desconfiança que ele pudesse gerar, imagine os que não o haviam auxiliado. Sob esta ótica, Napoleão jamais poderá ser aceito como imperador, pois se sustenta por uma “aparência de legitimidade”. Não se trata de algo verdadeiro, mas ilusório, superficial.

O Santo Padre, por sua vez, aparece caracterizado como um mártir que resiste heroicamente às maldades e desmandos de Napoleão que vê, justamente em sua resistência, motivos para castigá-lo com maior energia. O interesse do papa em ir a Paris coroar seu futuro verdugo, principalmente tendo em vista alguma modificação nos Artigos Orgânicos da Concordata, não é posto em nenhum momento. De fato, a presença papal na dita cerimônia teria um imenso impacto simbólico para o status do novo monarca francês pois, além de dar maior credibilidade ao evento, sugeria a existência de um apoio mútuo entre Pio VII e Napoleão, o que colaborava em muito para seu encaixe na imagem de “defensor da fé”.¹³⁵ Além do mais, esta imagem tirava-o do seio materno da Revolução e colocava-o entre os braços da Santa Madre Igreja.¹³⁶

A última parte da citação revela ainda como propaganda e contrapropaganda napoleônica batalhavam em torno dos mesmos elementos. Enquanto para a última, o papa apresenta-se como uma ameaça (alguém que “tem a faculdade de me descarregar hum golpe funesto”) que, portanto, leva Napoleão ao pânico e a medidas reprováveis, para a primeira, ao menos no que podemos deduzir da

¹³⁵ Para a análise da coroação de Napoleão em Nôtre-Dame, e a adaptação da antiga cerimônia monárquica às suas necessidades políticas, incluindo aí o momento em que toma a coroa das mãos do papa para se auto-coroar, à revelia deste, cf. **STOIANI**, op. cit., item 3.6. “A Coroação do Imperador ou o Funeral do Herói Revolucionário”, p. 160-184. O visconde de Cairu, ao comentar a cerimônia, embora erre na data (dia 2 de dezembro de 1804) fala no “famoso Dia 1º de Dezembro de 1804, que faz grande epocha nos Annaes da *Demência Democrática*, e da *Inconstância Francesa*” (**LISBOA**, op. cit., p. 50, parte 1).

¹³⁶ Em um extrato de um jornal parisiense reproduzido no *Rotterdam Courant* e copiado na *Gazeta* de 21/02/1810 Napoleão revela: “não he minha intenção que haja a menor mudança na Religião dos nossos Pais. Eu o filho mais velho da Igreja, não me apartarei do seu seio”.

representação oficial da coroação por Jacques-Louis David, a mensagem é outra, segundo a disposição dos atores: o “fato de [Napoleão] estar de costas para o papa pode ser lido tanto como um ato de afronta como de confiança; no primeiro caso, Napoleão o despreza, no segundo, o imperador dá a entender não temer um ataque pelas costas...”¹³⁷.

Embora sentimentos mesquinhos de vingança sejam usados para explicar a perseguição que Napoleão promove contra o papa, o que muito contaria para tal seria a não aceitação deste último dos artigos orgânicos da Concordata que seriam um subterfúgio usado pelo imperador para conseguir afirmar a preponderância do Estado francês nos assuntos católicos não deixando muita margem de manobra à autoridade papal.¹³⁸ A recusa de Pio VII em aderir ao bloqueio contra os ingleses daria o motivo final para a ofensiva. Sua subsequente prisão seria para os detratores de Bonaparte um prato cheio. Logo, na folha fluminense, encontramos várias caracterizações suas no que toca às suas relações com a religião, seja do ponto de vista institucional, político ou espiritual.

Napoleão é, portanto, um falso defensor do Catolicismo, sendo aquele “que tomou a máscara da Religião para a profanar mais impudentemente” (*GERJ*, 03/10/1808). Trata-se de um “ímpio Tyranno que se finge cuidadoso do bem da Igreja” (*GRJ*, 07/09/1811). A fim de realizar seus planos anticatólicos e completar “os males, que fez á Igreja o ímpio deste últimos tempos” (*GRJ*, 21/01/1815), “*Bonaparte* vai declarar-se chefe do catholicismo, ou para melhor dizer [...] vai introduzir na religião a mesma desordem, que introduziu na política, que vai corromper em vez de aperfeiçoar, e arruinar em vez de restabelecer” (*GRJ*, 09/12/1809).

Por conseguinte, ao contrário de um d. João pintado como um príncipe de “Virtudes Religiosas, e Políticas” (*GRJ*, 20/01/1810),¹³⁹ ele é “hum homem sem fé, e sem lei” (*GRJ*, 02/08/1815), um “homem, para quem nada he sagrado” (*GRJ*, 11/10/1815). A charlatanice religiosa imputada a ele explica-se pelo fato de ser ele “o inimigo de Deos e dos homens” (*GRJ*, 13/05/1809). E ele não parece muito preocupado em ocultar esse posicionamento, visto ser “hum homem manchado de crimes cujas blasfemas estão ainda retinindo em todo o Universo, que em tantas proclamações arrenegou do Deos de seos pais” (*GRJ*, 09/12/1809). Um perfil muito distante daquele de Luís XVIII, “hum Soberano, cuja lealdade era sem mancha, e cuja benevolência não tinha limites” (*GRJ*, 30/08/1815). Assim, ele é “o inimigo infiel” (*GRJ*, 02/08/1815) contra o qual se deve marchar. E sua infidelidade aqui é tanto religiosa, quanto política, recaindo na imagem do seu combate como uma nova cruzada.¹⁴⁰ No tribunal

¹³⁷ **STOIANI**, op. cit., p. 179. Para uma análise detalhada do quadro “Le Sacre de l’Empereur Napoléon I^{er} et le Couronnement de l’Impératrice Joséphine” (1805-1807), de Jacques-Louis David, cf. na mesma obra, p. 173-180.

¹³⁸ “Pius renounced the Concordat to which Napoleon responded by removing the pontiff to France and keeping him under house arrest” (**BOÏME**, op. cit., p. 77).

¹³⁹ Cairu exalta-o como uma “Alma tão religiosa e benévola” (**LISBOA**, op. cit., p. 9, parte 1).

¹⁴⁰ Cf. o capítulo anterior, item 2.3., “A guerra contra a França na *Gazeta do Rio de Janeiro*”.

da História, “cumpre acusá-lo da decadência da moral, e da religião, e de todas as infelicidades dos povos” (*GRJ*, 01/02/1809).

Ainda que ele possa ter adotado, mesmo que por interesse, o Catolicismo, acusam-no de ser “hum Déspota Ex-Atheo, e Ex-Musulmano”¹⁴¹ (*GERJ*, 17/10/1811), o que serve para dar a medida da pouca profundidade de suas crenças. Mas à superficialidade de sua fé opõe-se a profundidade de suas maldades. Neste sentido, sua aversão à humanidade faz com que ele queira lhe retirar até o último bálsamo que lhe resta frente aos flagelos a que está sujeita, afinal, “não contente de ser a origem das calamidades, quer que se sofram sem apoio, sem consolação, sem esperança de melhor sorte, e sem os socorros em fim da terna, officiosa, e compassiva Religião Cathólica” (*GRJ*, 02/08/1815).

A representação anti-religiosa de Napoleão também daria margem à sua demonização.¹⁴² Além dele surgir, em mais uma de suas várias manifestações imaginárias, como “o Demônio encarnado *Bonaparte*”¹⁴³ (*GRJ*, 30/01/1811), seus atos apresentam igualmente características mefistofélicas. Fala-se no seu “seu diabólico governo” (*GRJ*, 20/10/1810) e que ele pretende “encher de rapinas o thesouro diabólico-imperial” (*GRJ*, 24/11/1810). Atentos estejam todos, pois “suas diabólicas intenções aparecem onde quer que chega, ou influe” (*GERJ*, 14/12/1809). Noticia-se aqui mais “huma intriga infernal de *Napoleão*” (*GRJ*, 14/03/1810) e alertar-se ali sobre os “laços, que vos prepara o Tyranno para prender-vos nas redes de sua infernal Política” (*GRJ*, 03/05/1809).

Este Napoleão ímpio e diabólico, no entanto, ganha sua faceta mais extremada quando encaixado na imagem do Anticristo e da Besta apocalíptica,¹⁴⁴ dois grandes ícones da contrapropaganda que o vitima. É este Napoleão que atormenta Pedro Besukov, em uma das famosas passagens de *Guerra e Paz* de Tolstói.¹⁴⁵ É ele que é anunciado na obra *A Besta das sete cabeças e*

¹⁴¹ A referência a uma suposta filiação de Napoleão à religião muçulmana também é um dos pontos de sua Lenda Negra. Sua origem está na participação dele na Campanha do Egito, onde teria entrado em contato com adeptos dessa religião.

¹⁴² “as circunstâncias apontavam para a imbricação entre práticas políticas e religiosas, pois a resistência a Napoleão e aos revolucionários franceses fundamentou-se no discurso religioso, e o próprio poder Real, para combater o ideário da Revolução, buscou se afirmar na Religião Católica, demonizando seus adversários” (RODRIGUEZ LOPEZ, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 148). Lembra ainda Ana Cristina Araújo que a “imagem do satânico opressor, aplicada ao ocupante francês, desdobrou-se, internamente, na do jacobino e do judeu, ambos potenciais subvertedores da ordem política e religiosa. Naturalmente que o clero não foi alheio a este processo de clivagem social e cultural” (ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. *As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 5, p. 21-40, p. 35). Deste modo, o momento de oposição e combate aos franceses invasores reativava “ancestrais representações sócio-religiosas” (ibidem, p. 35).

¹⁴³ “Demônio da Guerra” (LISBOA, op. cit., p. 53, parte 1).

¹⁴⁴ A Besta e o Anticristo, segundo a interpretação católica, seriam equivalentes, visto ser “a *besta*, símbolo do anticristo, considerada como a encarnação do demônio – tal como Cristo era a encarnação de Deus” (CASTRO, Zília Osório de. Napoleão, “o anticristo descoberto”. *Ler História*, Lisboa, n. 17, p. 97, 1989).

¹⁴⁵ “as palavras ‘l’empereur Napoléon’ (imperador Napoleão) correspondem, pelas suas letras a uns números que, somados, davam o resultado 666. E aí estava como Napoleão era a Besta de que falava o Apocalipse. Além disso, ao escrever-se, com esse alfabeto, as palavras ‘quarante-deux’ (quarenta e dois), isto é, o limite que fora assinalado à Besta para ‘falar grandezas e blasfêmias’, a soma das cifras obtidas era de novo igual a 666. Resultava, pois, que o poder de Napoleão teria

*dez cornos ou Napoleão Imperador dos franceses. Exposição literal do Capitulo 13 do Apocalipse. Composta na lingua Castelhana por um presbítero andaluz, vezinho da Cidade de Málaga, editada em Lisboa em 1809.*¹⁴⁶ Sob este ângulo ele passa a ser a expressão teológica atualizada do mal, um contrapoder que “se concretiza em actos visando anular o poder de Cristo e substituir-se-lhe no domínio do mundo e da humanidade”.¹⁴⁷ Esta idéia fica muito explícita no periódico fluminense quando se afirma que “Nós estamos persuadidos que a guerra, que *Bonaparte* faz, não he só contra a Igreja Cathólica Romana, de que finge ser membro, mas contra todo o Mundo Christão” (*GRJ*, 27/11/1811) ou que ele é “o author, que forjou o ímpio plano de arruinar a obra de JESU-CHRISTO [sic]” (*GRJ*, 02/08/1815).

Vale lembrar que essa imagem da irreligiosidade de Napoleão, não obstante, ficaria muito longe, por exemplo, daquela exortada na Pastoral do Patriarca de Lisboa datada de 8 de dezembro de 1807, cerca de uma semana depois da partida de d. João, em que o imperador é colocado como defensor do Catolicismo. Nesta Pastoral fala-se em

Napoleão, o Grande, que Deus tem destinado para ocupar e proteger a religião e fazer a felicidade dos povos [...]. Confiai com segurança inalterável neste homem prodigioso, desconhecido a todos os séculos: ele derramará sobre nós as felicidades da paz, se vós respeitardes as suas determinações, se vós amardes todos mutuamente, nacionais e estrangeiros, com fraternal caridade.¹⁴⁸

Vicente liga o teor napoleônico desta declaração oficial em tempo de ocupação francesa em Portugal tanto a um possível “caracter de violência imposto para extorsão deste documento” quanto ao “clima geral de submissão, no prosseguimento das demais atitudes tomadas pelos dirigentes que o rei deixara a governar o país, ao afastar-se para o Brasil”.¹⁴⁹

o seu termo em 1812, data em que o imperador faria quarenta e dois anos. Esta profecia impressionara muito Pedro, que frequentemente perguntava a si próprio quem acabaria com o poder da Besta, isto é, de Napoleão” (**TOLSTOI**, León. *Guerra e Paz*. In: *Leão Tolstoi: Obra Completa* (v. I), RJ: Editora José Aguilar, 1960, p. 1.010).

¹⁴⁶ Zília Castro (op. cit.) faz uma interessante análise de uma obra antinapoleônica escrita pelo Padre Manuel Joaquim Rodrigues Rici intitulada *O mais importante desengano ou O Antichristo descoberto e indubitavelmente verificado em Napoleão. Exposição Literal do Apocalipse*. O interessante, neste caso, é a informação de que, apesar de seu ataque contra o inimigo do momento, ela nunca foi publicada pois seu requerimento para impressão (datado de 1810) é vetado. A questão que a autora discute é justamente porque, sendo um texto antinapoleônico, ele é vetado para impressão. Ela mostra como alguns elementos presentes no “Apocalipse” bíblico foram reinterpretados (e, portanto, de acordo com a interpretação ortodoxa da Bíblia, distorcidos) por Rici sob a luz da crença de Napoleão ser a Besta.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 97. Na p. 96 a autora lembra que, ao longo dos séculos, esta figura retórica observou uma grande maleabilidade ao ser utilizada por diversos grupos: Wicleff, por exemplo, o identificou ao papa, o que foi divulgado por Lutero e partilhado por ingleses, germânicos e franceses de várias seitas. Sobre a representação de Napoleão como Anticristo, ou melhor, como uma das evoluções históricas deste anticristo, cf. **TULARD**. *L’Anti-Napoléon*. op. cit., p. 12-15.

¹⁴⁸ Apud, **VICENTE**, António Pedro. A Igreja perante a ocupação de Portugal pelo Exército Napoleônico. In: _____. *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 224.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 224.

A dilatada definição bíblica que aponta que “todo espírito que não proclama Jesus não é de Deus, mas é o espírito do Anticristo”¹⁵⁰ serve, portanto, perfeitamente para envolver um Bonaparte de apregoados embustes com relação à crença católica, que usurpa o sagrado lugar de um monarca que se dizia ter origens divinas e delineia deliberadamente a ruína do Catolicismo. Porém, estas seriam apenas manifestações superficiais do grande plano que, a crer nas dimensões de seu adversário – Jesus Cristo –, terá implicações muito além das meras inversões e conturbações que o imperador andava a promover na dimensão política, religiosa, social ou econômica européias. Trata-se de algo com conseqüências cosmológicas, a reverter todo o espaço e matéria conhecidos: o muito temido fim dos tempos. Napoleão passa a encarnar o grande espírito opositor dos ensinamentos de Cristo, o princípio antiespiritual contrário a Deus que se identifica com tudo o que é maligno.

Visto que nesta ordem divina à qual ele se opõe estão o Trono e o Altar, primeiramente fustigados pela Revolução, esta última bem pode ser vista como a manifestação do momento apocalíptico que traz consigo a ameaçadora figura antimessiânica de Napoleão. Se ele é a nova encarnação do anjo caído Lúcifer,¹⁵¹ seu oponente, Wellesley, é, segundo o redator da *Gazeta*, o “nosso Anjo da *Victoria*” (*GRJ*, 17/11/1813), “o Anjo da Paz” (*GRJ*, 13/08/1814). Enquanto representante das forças do bem este tem suas tarefas militares convertidas em uma missão divina, como lembrava o padre que escrevera que “A Providência, que destinara Lorde Wellington para ser o primeiro, que abateu a arrogante invencibilidade dos franceses no Vimeiro em Portugal, destinou-o também para ser o último, que consumasse a total ruína do seu onipotente Imperador”.¹⁵²

Quando não era seu filho dileto e vitorioso, era a própria Inglaterra que aparecia como uma “prodigiosa Nação, a quem o Omnipotente destinou para abater o Monstro” (*GRJ*, 31/10/1810). Consequentemente, a vitória dos aliados sobre a França napoleônica é transformada em um conflito apocalíptico que se conclui com a vitória de Cristo sobre os seus perseguidores. Cairu faria uma apropriada releitura do Apocalipse bíblico, ao transformar a luta entre as forças divinas e as forças malignas na luta entre Inglaterra e França:

A adoravel Providencia nessa tremenda crise preparou os expedientes de transmutar o cháos em ordem: ella permittio que o Governo Britannico se mostrasse a Potestade Tutelar da Sociedade e Civilisação. Vio-se [...] o real Espectaculo da mystica figura do *Anjo Forte*, que estava sobre o Mar e sobre a Terra na visão apocalyptica, para combater o *Dragão Guerreador*, e exterminar os *Corruptores do Globo*.¹⁵³

¹⁵⁰ Primeira Epístola de São João, 4:3 (*Bíblia Sagrada*. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 1993, p. 1552).

¹⁵¹ Perereca retrata-o, nos moldes de seu equivalente maligno bíblico, como “aquele pérfido **decaído para sempre**” (*SANTOS*, op. cit., p. 287, v. 1, negrito do original).

¹⁵² *Ibidem*, p. 442.

¹⁵³ *LISBOA*, op. cit., p. 53-54, parte 1.

Se Napoleão é Lúcifer, cujo nome significa portador da luz, essa luz não é aquela filtrada pelo Despotismo Esclarecido e espalhada, de maneira ordenada, circunspecta e serena, de cima para baixo. São as Luzes radicais e descontroladas, que levaram à eclosão revolucionária e ao Terror, que ele emana sobre os franceses. Luzes corrompidas e corruptoras que, ao invés de iluminarem, atiram-nos nas trevas e os desencaminham para longe da monarquia e da religião:

Napoleão Bonaparte está em guerra com a illustração da natureza humana, porque não lhe apraz reger povos, que usando a razão se desfiação d'elle, e do seu systema. He seu intento espalhar densas trevas de ignorância e fazer dos homens uns estúpidos, que como outras tantas máquinas, obedeção a todas as suas impressões (GRJ, /01/06/1811).

Deste modo, o pensamento conservador da época dava uma roupagem místico-religiosa e super dimensionada ao fenômeno de oposição ao Antigo Regime colocando como seus agentes absolutos o ex-soldado revolucionário e o movimento que o catapultara. Esta imagem, longe de ser um excesso retórico para impressionar, era fruto da própria impressão intensa que muitos tiveram perante o surgimento de um e de outro:

Não é pois de admirar ter sido a figura do anticristo recuperada, nos inícios de Oitocentos, pelo pensamento contra-revolucionário. As mutações políticas, sociais, religiosas e ideológicas realizadas pela Revolução Francesa foram consideradas, por muitos, como o fim do mundo. E eram, de facto, o fim de *um* mundo. Baseavam-se num novo código axiológico que substituíu o teológico pelo antropológico, o eterno pelo terreno, a autoridade pela liberdade. Pressupunham uma perspectiva global da existência, irreconciliável, no todo ou em parte, com os valores cristãos tradicionais e que, em consequência dos sonhos imperialistas de Napoleão, adquiriu uma dimensão universal e transformou o próprio imperador na personificação do anticristo.¹⁵⁴

3.1.6. Napoleão: a soma de todo o mal

Circunscritas nesta caracterização de Bonaparte como o grande espírito maligno de oposição da época, muitas expressões ainda são encontradas na *Gazeta* que apresentam o mesmo sentido, mas sem conotações religiosas. Assim, no jardim maniqueísta do bem e do mal, não há dúvidas sobre o partido tomado pelo imperador, afinal, “Não há maldade de que elle não seja capacíssimo” (*GRJ*, 30/01/1811). Cita-se sua “refinada malignidade”¹⁵⁵ (*GERJ*, 14/09/1808) e seus “malvados desígnios” (*GRJ*, 14/01/1809). Comenta-se que “Este tyranno projecta, e determina *por si só*, porque *em si contém toda* a plenitude da maldade, e por isso unicamente precisa de executores” (*GRJ*, 22/08/1810, grifos nossos). Segundo uma proclamação do Conselho Geral do Departamento do Sena e do

¹⁵⁴ CASTRO, op. cit., p. 97.

¹⁵⁵ “a malignidade de sua alma” (*GRJ*, 13/10/1810), “a malignidade de *Bonaparte*” (*GRJ*, 18/09/1811).

Conselho Municipal de Paris aos habitantes da capital francesa, datada de 1 de abril de 1814: “vós deveis atribuir a hum homem todos os males, que vos oprimem”(GRJ, 22/06/1814).

Trata-se de um intenso trabalho de polarização que o torna muitas vezes ocupante exclusivo e solitário do lado oposto e que joga sobre ele a autoria e responsabilidade de tudo o que se condena. Deste modo, afirma-se, categoricamente, referindo-se a ele, que “Há só hum inimigo no mundo” (GERJ, 14/06/1814) e que ele é “o author de todos os males do Continente” (GRJ, 05/06/1811).¹⁵⁶ Nesta mesma linha representativa, ele é esboçado como “o flagello das Nações e dos Reis”¹⁵⁷ (GERJ, 30/03/1810). Por sua vez, Wellington é “o famoso Vencedor da tranquillidade do Mundo” (GRJ, 20/03/1813), “o eixo da grande maquina, que tinha operado o livramento do Mundo” (GRJ, 23/07/1814). Portanto, diante da primeira abdicação de Bonaparte, não havia dúvidas: “A *Europa* desde então não tinha mais inimigo que combater” (GRJ, 16/09/1815). Assim, quando de seu retorno de Elba, a mobilização dos aliados é intitulada a “liga contra *Bonaparte*” (GERJ, 11/08/1815).

Notemos, como nos exemplos acima, que a definição gramatical do artigo na construção de sua tipologia de adversário é um recurso simples, mas que dá a ênfase necessária que o coloca a dominar inteiramente o campo oposto. Ele não é “um”, ou “mais um”, mas “o perturbador da *Europa*” (GRJ, 11/02/1809),¹⁵⁸ “o bárbaro invasor” (GRJ, 12/07/1809), “o inimigo implacável da pública prosperidade” (GRJ, 30/08/1815). Por conseguinte, a glória dos aliados antinapoleônicos, a ser alcançada por sua derrota definitiva, implica no “triunfo da liberdade contra a escravidão, do patriotismo contra a usurpação, do Deus de bondade e de justiça contra o ímpio que o insulta opprimindo o gênero humano” (GERJ, 19/12/1808). Neste caso, Napoleão, pelo recurso de pares de opostos, torna-se o resumo da oposição e de todos seus subprodutos, como “escravidão” e “usurpação”. Da mesma forma, o lado que o combate torna-se o detentor de todos os aspectos positivos (“liberdade”, “patriotismo”, “Deus”). É esta a mesma fórmula que mostra a guerra contra Bonaparte como “a contenda da liberdade e do valor contra o inimigo da independência de todas as nações” (GRJ, 09/06/1813). De tal modo que, tanto de um lado quanto do outro, por vezes, a guerra parece se dar menos entre homens do que entre princípios universais em oposição.

E da mesma forma com que Bonaparte é reiteradamente responsabilizado por todas as tragédias européias, Wellesley passa a ser colocado como o único a vencê-lo, emprestando seu rosto para que a

¹⁵⁶ “o inimigo commum de todas as nações estabelecidas, e independentes” (GRJ, 17/09/1808), “o commum inimigo da *Europa*” (GRJ, 07/07/1813), “o inimigo da humanidade” (11/08/1810), “o inimigo da independência da *Europa*, e do Mundo todo” (GRJ, 22/07/1809), “o inimigo do socego universal” (GRJ, 18/12/1813), o “inimigo do descanso público” (GRJ, 23/12/1815), “perigo commum” (GRJ, 27/09/1815).

¹⁵⁷ “o flagello do mundo” (GRJ, 24/09/1808; GERJ, 03/10/1815), “o flagello da *Europa*” (GERJ, 13/11/1815), “flagello das nações” (GRJ, 29/06/1814), “esse Flagello da humanidade” (GRJ, 31/10/1810); “esse flagello da humanidade, o desalmado *Bonaparte*” (GRJ, 25/02/1811).

¹⁵⁸ “o perturbador do mundo” (GERJ, 03/10/1815; GRJ, 02/08/1815), “o perturbador da paz” (GRJ, 19/08/1815).

contrapropaganda napoleônica o transforme na face do inimigo do grande inimigo, símbolo encarnado da resistência. Quando o futuro duque é citado, já após a primeira abdicação de Napoleão, mas antes de Waterloo, como aquele “que exalçou a sua gloria, e deu o choque electrico, que derribou o Tyranno da *França*” (*GERJ*, 05/09/1814) ele passa a sustentar exclusivamente sobre seus ombros toda a gloriosa responsabilidade pela queda do imperador. Ele aparece, por vezes, como “o” guerreiro que sozinho ganha as batalhas e “que combatendo em novos campos derrotou os Generaes *Francezes*, e desfez essa Mágica, essa illusão, que assombrava os mesmos homens grandes, tanto de coração, como de espírito” (*GERJ*, 08/08/1811). Um discurso na Câmara dos Lordes, proferido em 10 de maio de 1814, feito por um de seus compatriotas, coloca bem esta imagem: “vejão-no livrar do oppressor, a *Hespanha e Portugal*, levar a guerra aos invasores no seu mesmo território, e finalmente plantar a bandeira *Ingleza* em *Bordeaux*” (*GRJ*, 31/08/1814). De tal modo que o sacrifício de milhares de anônimos soldados ou civis nas guerras esvaeem-se para dar lugar a um duelo entre dois gigantes apenas: “*Lord Wellington* opposto a *Bonaparte* na enchente de seu poder” (*GRJ*, 31/08/1814).

O corpo imaginário napoleônico algumas vezes chega a ser decomposto em várias energias que se apresentam desestabilizadoras da harmonia universal cuidadosamente arquitetada pelo Ente Supremo. Neste caso, “as forças colossaes de *Bonaparte*, que tanto aterrão a quem não as conhece [sic]” (*GRJ*, 20/01/1813) acabam por corporificá-lo como uma entidade avassaladora, com “destruidores projectos” (*GRJ*, 02/03/1814), “desgraçada influência” (*GRJ*, 28/05/1814) e “sinistros fins” (*GRJ*, 20/04/1814), que pulsa exclusivamente energias negativas, desagregadoras e corruptoras. Sob esse enquadramento, ele é “o maior mestre da destruição humana que tem existido” (*GRJ*, 25/12/1811) que “póde suspender hum tempo, mas nunca renunciar aos seus planos da perturbação do mundo” (*GRJ*, 04/01/1812).

Afirma-se que “se fosse possível encher os seus desejos, seria depois de correrem rios de sangue, e de haver feito a desgraça do Universo” (*GRJ*, 17/10/1812). Por consequência, o “mais seguro presságio da ruína de huma Nação continental, he cobiçá-la *Bonaparte*” (*GRJ*, 24/02/1810). Deste modo, a lembrança de suas “esplêndidas façanhas e brilhantes vitórias, de que não resultam mais do que mortes e ruínas sem fim” (*GRJ*, 28/11/1810), mostram muito bem como, por melhor que ele faça, sua natureza negativa e maléfica não permite que dele resulte algo bom.

A força corruptora que dele emana seria algo tão incontrolável e inerente à sua natureza que acabaria por atingir a ele mesmo, sob a forma de sua prole. Um filho, continuidade biológica deste corpo e mente deformados, herdaria as consequentes energias negativas e destruidoras que dele fluem, trazendo fatalmente consigo as mesmas características. Assim, sua propalada dificuldade em gerar um herdeiro natural, que o levaria ao divórcio de Josefina e às segundas núpcias com Maria Luísa da

Áustria, é colocada como um castigo divino ou, sob outro ponto de vista, uma dádiva superior à humanidade:

Que triste perspectiva para a raça humana, se a Providência favorecesse os seus desígnios, dando-lhe descendência com todos os seus sentimentos e vistas! Continuará sobre o globo o tropel de desgraças que o opprime, serão intermináveis os rios de sangue; e a guerra, e lucto jamais se ausentarião de entre os nossos vindouros (*GERJ*, 30/03/1810).¹⁵⁹

Na avaliação de José da Silva Lisboa ainda encontramos ecos deste Napoleão como força corruptora que, mesmo a caminho do seu exílio definitivo, deixava atrás de si um rastro contagioso que explicaria, de algum modo, as convulsões por que já passavam e por que passariam as possessões portuguesas e espanholas no Novo Mundo: “ainda depois de vencido em *Waterloo*, na passagem para o seu extermínio à Ilha de Santa Helena [...] parece com seu pestífero hálito ter inficionado o Oceano, e principais cabos e portos do Continente Americano”.¹⁶⁰

A caracterização de Bonaparte como força opositora absoluta e funesta abre espaço legítimo na *Gazeta*, e no discurso antinapoleônico como um todo, para a quebra do mandamento do “não matarás”, pois indulta “a vontade de eliminá-lo da face da Terra, visto que ele vive, [...] para opróbrio do nosso século, para desgraça das Nações, miséria das famílias, e ruína universal” (*GRJ*, 27/03/1811). Muitas são as passagens em que este desejo é explicitado na folha, como quando se lamenta a falha da “máquina infernal”¹⁶¹ que por desgraça do mundo não deo cabo delle nas ruas da *Capital Francesa*” (*GRJ*, 28/11/1810), ou quando se afirma ser “Feliz cem vezes, feliz o heroe que tiver a glória de exterminar o Usurpador; o monstro que, há 10 annos, faz a desdita da espécie humana” (*GRJ*, 23/03/1811). Se “sua vida criminosa e detestável” (*GRJ*, 02/08/1815) valida sua eliminação e seu combate a todo o custo, a “ditosa vida” (*GRJ*, 07/04/1809) do “amado PRÍNCIPE”¹⁶² (*GRJ*, 05/10/1808) d. João, por sua vez, justifica a defesa de seu governante por seus súditos e complementa a sentença de morte àquele que busca solapar seu poder na Europa.

A imaginação que cerca este ato tão ambicionado por seus inimigos chega a transformá-lo em uma espécie de cerimônia pagã de expiação, sem a qual não parece possível aplacar a divindade suprema e, ao compensar o delito praticado por Napoleão por meio de seu castigo e sofrimento, fazer a Europa voltar aos seus eixos:

¹⁵⁹ Trata-se de um comentário feito sobre a notícia do divórcio com Josefina a fim de ter filhos. Napoleão ainda não se casara com Maria Luísa, com quem teria, em 1811, seu único filho legítimo.

¹⁶⁰ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 112-113, parte 2, IEB.

¹⁶¹ A oposição interna contra Napoleão na França sempre foi latente e várias foram as tentativas de assassiná-lo, sendo a mais famosa a da Máquina Infernal da Rua Saint-Nicaise. Elas tiveram lugar, principalmente, durante o consulado napoleônico. Usadas na Lenda Dourada como exaltação da invulnerabilidade de Bonaparte, elas seriam o catalisador para a vitaliciedade do Consulado e para a implantação de uma monarquia hereditária a partir dele.

¹⁶² “o Nosso Amabilissimo Principe” (*GRJ*, 19/05/1810).

a execução de hum assassino tão atroz como *Bonaparte* he hum acto que se deve fazer com gravidade, e com solemnidade, á face do Sol, como sacrificio de propiciação ás nações. *Inglaterra* pede expiação pelo sangue de *Wright*; a *Allemanha* pelo de *Palm*; *França* pelo de *Enghien*; a *Rússia* pelas execuções de *Moscow*; *Hespanha* pela mortandade de *Madrid*; a *Itália* pelo arrazamento de *Binasco*; *Portugal* pela destruição de *Alpedrinha*, etc. (*GRJ*, 28/05/1814).

Seu assassinato é vaticinado na *Gazeta* como certo, visto ser apenas uma reação natural a todos os horrores e maldades a que ele tem submetido a Europa. Deste modo, ele “tem excitado contra si em todo o mundo taes sentimentos de ódio, e de aversão, que o dia da sua queda será hum dia de triunfo universal, ou a natureza ponha fim à sua carreira, ou bem como muitos tyrannos venha a ser victima da vingança humana” (*GRJ*, 31/01/1809). No entanto, o culpado não seria aquele que applicaria o golpe fatal contra ele, mas o próprio imperador, ao levar com seus maus tratos alguma das suas vítimas ao ponto culminante da intolerância. Como se lhe recorda, “os perseguidores nunca tiveram vida dilatada” (*GRJ*, 17/11/1810). Assim, em tom de ameaça, adverte-se-lhe:

Não tem já remédio a tua sorte, infame *Napoleão*, porque Deos e os homens se canção de soffrer as tuas maldades. Os próprios *Francezes*, teus escravos, serão os que antes de muito separem a tua cabeça dos hombros. Se elles o não fizerem, será por estar esta glória reservada para hum soldado das *Hespanhas* (*GRJ*, 14/01/1809).

Sua eliminação, como se percebe, acaba por transformar-se em um troféu da humanidade, um ato de legítima defesa. Estes sentimentos de ódio extremo e vingança passariam, como vimos, das páginas da contrapropaganda napoleônica para a realidade, tomando forma, de alguma maneira, nos ataques sofridos por sua estátua na Vendôme em 1814. Possivelmente, são resíduos destas emoções e anseios calcados na crença de um destino conduzido pela mão justa da Providência que envolvem sua morte em Santa Helena, em 1821, em teorias de envenenamento.¹⁶³

Podemos ainda ler as observações falsas sobre ele que circularam no jornal do Rio de Janeiro, mais do que como meras especulações, também como sintomas destes sentimentos antinapoleônicos. Trata-se de notícias equivocadas que refletem muito dos desejos de vingança contra Bonaparte. Exemplar neste sentido é uma das informações transcritas na segunda edição extraordinária da *Gazeta*, “dadas como Officiaes pela *Minerva Lusitana*”, de que Bonaparte teria saído de Baiona rumo à Paris e, à sua chegada, havia sido preso pelo Senado (*GERJ*, 29/09/1808). De fato, seus inimigos teriam que esperar mais seis anos para que ela se tornasse realidade.

Em meio a esse fluxo noticioso, para além da publicidade dada a um Napoleão que poderíamos chamar de oficial, chefe da França inimiga, que aparece junto às novidades sobre o transcorrer da guerra na Europa, é interessante notar o espaço dado a observações sobre sua vida pessoal, em sua

¹⁶³ Sobre as especulações acerca da morte de Napoleão, cf. **TULARD**, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 488.

maioria especulativas e, no geral, maliciosas e caluniadoras. Neste caso, é difícil não vermos aí os primeiros contornos de uma “Imprensa marrom” cuja alta vendagem e popularidade ligam-se à divulgação de pormenores picantes da vida de figuras públicas. Seu divórcio com Josefina ganha destaque (*GRJ*, 07/03/1810; *GERJ*, 30/03/1810). Especula-se sobre a primeira gravidez de sua segunda esposa (pois “Ainda não se tem anunciado publicamente”) na edição de 23/01/1811.¹⁶⁴ E, no mesmo ano, uma “segunda prenhez da Imperatriz *Maria Luíza*” é dada como certa (*GRJ*, 23/11/1811), o que se mostrará apenas um boato falso.

Embora este apelo sensacionalista vise, na maioria das vezes, desmoralizá-lo, não devemos desconsiderar o peso da curiosidade dos leitores da época acerca de uma figura que causava tantas polêmicas quanto Bonaparte. Em alguns momentos, o tom chega mesmo a ser abrandado. Como quando se comenta que “*Bonaparte* he notável por huma extraordinária singeleza, e simplicidade, em tudo o que respeita a commodo da sua pessoa” (*GRJ*, 17/03/1810), que “O *Mameluco Rustan* [um dos empregados de Napoleão] continua constantemente a acompanhar *Bonaparte*” (*GRJ*, 17/03/1810) ou que “Elle ainda visita *Josefina* de quando em quando” e que tais visitas são “de mera civilidade e amizade” (ambas em *GRJ*, 23/11/1811). Já isolado em Santa Helena, seu humor e sua teimosia em sustentar um status imperial fantasioso ganham destaque: “*Bonaparte* nada tem de divertido: quase sempre está de má catadura, atormenta todos os que o cercão, quer que o tratem como Imperador, e, geralmente fallando, impõe como tal para com toda a sua comitiva” (*GRJ*, 02/04/1817).

Mas, amenidades à parte, por trás da cobertura da imprensa dada à sua vida privada, a propaganda antinapoleônica continuava a agir buscando solapar as bases oficiais de sua imagem pública. Quando se noticiava, com relação à sua saúde, a “última indisposição de *Bonaparte*”, provocada por “hum novo ataque de epilepsia, tão violento, que causou bastante desasocego por alguns dias” (*GERJ*, 01/06/1810), como não deixar de ver aqui uma sutil crítica à fragilidade de seu poder, centrado exclusivamente em sua pessoa? Ao contrário de um rei legítimo, cujo corpo político-simbólico não morre jamais, o Napoleão considerado pelos contra-revolucionários como um ser politicamente bastardo e ilegal tem, na finitude do seu corpo físico, o limite do seu corpo político. Neste caso, a convulsão que sofre pode ser vista tanto como um indício de sua possível apreensão com relação à instabilidade de seu poder, quanto a própria expressão simbólica de sua inconstância política.

Do mesmo modo, os comentários sobre sua forma física: “*Bonaparte* tem engordado muito, a ponto do augmento do seu peso ter produzido huma diminuição sensível da sua actividade corpórea, e também, segundo se pensa, da sua energia mental” (*GRJ*, 23/11/1811). Embora esta mudança em sua

¹⁶⁴ O rei de Roma, filho único de Napoleão e da arquiduquesa austríaca, nasceria em 20/03/1811.

silhueta condizesse com a verdade, o que, aliás, seria incorporado até mesmo em suas representações oficiais, como no quadro “*Napoléon dans son Bureau*” (1812), de David,¹⁶⁵ mais uma vez a debilidade de seu corpo torna-se metáfora da debilidade de seu poder, o que é bastante significativo em um momento em que suas tropas estão sendo varridas da Península e estão prestes a sofrer a oposição dos russos do czar Alexandre.

No noticiário da *Gazeta* sobre os “magníficos preparativos para o seu casamento” com a arquiduquesa austríaca Maria Luísa, em 1810, depois da descrição dos “vestidos ornados de diamantes” de sua noiva e dos “arcos triunfaes” que compõem a paisagem festiva, conclui-se que “Elle [Napoleão] não poupará despeza para desbancar tudo o que se vio no tempo do Governo antigo. Os roubos do Continente lhe tem fornecido amplos meios para estas festas” (*GRJ*, 28/07/1810). Assim, o aparato da cerimônia que, por seu contrato matrimonial com a sobrinha de Maria Antonieta, o tornava “sobrinho” de Luís XVI, forçando sua entrada em duas das mais distintas casas reais da Europa (os Bourbon e os Habsburgo), é desdourado ao ser convertido em produto de uma pilhagem feita ao longo das guerras que vinha promovendo pela Europa. Trata-se, por conseguinte, de desmascarar um esforço de dissimulação, que busca sobrepujar por todo e qualquer meio – até o roubo – o “Governo antigo”, visando imputar a Napoleão uma grandiosidade e uma legalidade externas que, a crer na origem dos recursos das suas festas, tornam-no não um monarca, mas um reles ladrão, quase que um Ali Babá que adquire uma inesperada riqueza após ter acesso à caverna cheia de tesouros.

Seu divórcio é maliciosamente explicado porque “elle deseja livrar-se de huma velha, e casar com huma moça; e para que isso não pareça mal ao povo, diz que lhe custa muito, e que só para a prosperidade da *França* que o detesta, he que sacrifica as inclinações do seu coração” (*GERJ*, 30/03/1810). Portanto, é mais uma vez o homem embusteiro, interessado apenas em seus negócios particulares, que aparece e se utiliza das razões de Estado como disfarce para seus caprichos. Em 1810, um Napoleão recém-divorciado dava margem a especulações sobre quem seria sua próxima esposa: “ignora-se a quem destina para noiva, dizem huns que sua cunhada a Rainha da *Holanda*: outros a Princeza de *Saxônia*, ou a Grã-Duquesa de *Rússia*, e huns poucos dizem que está namorado de huma joven *Franceza*, filha de hum Senador” (*GRJ*, 07/03/1810). Ainda que antes da noiva austríaca, uma princesa russa tenha realmente sido cogitada pelo imperador, não se perde a oportunidade de explorar os boatos sobre um provável envolvimento dele com sua cunhada (aliás, sua enteada Hortense, filha de Josefina, que se casara com seu irmão Luís) ou achar-lhe um par mais à altura de um ex-general, a “filha de hum Senador”.

¹⁶⁵ Neste quadro Napoleão seria apresentado por seu pintor oficial na tradicional pose de mão posta dentro do colete. A calvície, o ar cansado e a corpulência marcam a representação que mostra, justamente, um homem isolado no poder e pelo poder. Para a análise deste quadro cf. **STOIANI**, Raquel. *Da Espada à Águia*: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 222-225.

Aliás, a temática das ligações entre ele e Hortense, mesmo durante seu casamento com Maria Luísa, ganharia lugar privilegiado nas intrigas divulgadas sobre sua vida na *Gazeta*: “hum boato escandaloso, que muitas circunstâncias concorrião a fazer crível, dizia que ella [Hortense] tinha mais intimidade pessoal com *Napoleão* do que com seu marido, residindo ella quasi sempre em *Paris*, enquanto *Luiz* estava na *Haya*” (*GRJ*, 23/11/1811).¹⁶⁶ Aqui reencontramos, algo diluída, a tradição panfletária pornográfica política francesa que fizera da rainha Maria Antonieta, em fins do XVIII, um dos seus alvos prediletos.¹⁶⁷ O desregramento sexual de Napoleão, clarificado na falta de respeito aos sagrados laços do matrimônio e de parentesco, põe em xeque sua moralidade e chega ao auge quando a isso se junta o incesto e o assassinato no seio de sua própria família, onde um suposto envenenamento traz ecos de Jaffa: “se he certa a voz que corre, he que elle ajuntou outro assassínio ao número dos muitos que contra elle pedem agora vingança no tribunal do Céu fazendo morrer com veneno a mulher de seu irmão *Luiz*, a Mãe de seus Filhos!!” (*GRJ*, 01/12/1810). Neste caso, perversidade sexual e arroubos de violência apenas são reflexos das mesmas atitudes tomadas por Bonaparte no campo político.

3.1.7. Perfil psicológico e comportamental

A abundância de referências a Bonaparte no periódico fluminense ainda nos possibilita montar, pelas lentes de seus opositores, um detalhado perfil psicológico e comportamental que explicaria suas ações. De modo geral, ele é “astuto” (*GRJ*, 08/03/1809), “bárbaro”¹⁶⁸ (*GRJ*, 04/02/1809; *GRJ*, 05/05/1809; *GRJ*, 02/08/1815), “cobiçoso” (*GRJ*, 26/04/1809), “hypócrita” (*GERJ*, 30/03/1810), “insaciável” (*GRJ*, 04/02/1809), “insensato” (*GERJ*, 03/10/1808; *GERJ*, 30/03/1810), “oppressor”¹⁶⁹ (*GERJ*, 03/10/1808; *GRJ*, 25/01/1809), “pérfido”¹⁷⁰ (*GERJ*, 10/01/1809), “perseguidor” (*GRJ*, 21/01/1815).¹⁷¹ Ele possui uma “insaciável cobiça” (*GERJ*, 03/10/1808) e “intenções perversas”

¹⁶⁶ “considera-se como muito possível, que elle case com huma pessoa da sua família, ou da de sua mulher; e que por meio de hum divórcio de mais, elle se faça marido da mulher de seu irmão *Luiz*” (*GERJ*, 30/03/1810).

¹⁶⁷ Cf. HUNT, Lynn. A Pornografia e a Revolução Francesa. In: _____. *A Invenção da Pornografia*. Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999, p. 329-371. Na p. 343, a autora lembra que a primeira esposa de Napoleão, Josefina, seria a vítima preferida da pornografia política entre 1799 e 1800.

¹⁶⁸ “*Napoleão* nos governava à maneira de hum rei de bárbaros” (*GRJ*, 15/06/1814).

¹⁶⁹ “Oppressor universal” (*GRJ*, 27/10/1810); “o Oppressor do Continente” (*GRJ*, 11/05/1811); “o oppressor da *Europa*” (*GRJ*, 16/09/1815).

¹⁷⁰ “mais pérfido de todos os homens” (*GRJ*, 04/02/1809); “pérfido com *Portugal*, com a *Hespanha*, com o *Papa*, a Rainha da Etrúria, etc.” (*GRJ*, 22/07/1809); “pérfido *Bonaparte*” (*GRJ*, 13/09/1809).

¹⁷¹ Há referências ainda à “petulância de *Bonaparte*” (*GRJ*, 30/05/1810), à “sua ambição, rapacidade, e arrogância” (*GRJ*, 31/01/1809), ao seu “capricho violento” (*GRJ*, 11/08/1810), ao “seu damnado gênio” (*GRJ*, 20/10/1810), “a sua tolice, a sua inépcia” (*GERJ*, 30/03/1810), aos seus “atrozes desígnios” (*GERJ*, 07/04/1809), à sua “pérfida conducta” (*GRJ*, 27/05/1812).

(*GRJ*, 13/06/1812), sendo “as armas mais poderosas de *Napoleão*, a compra e a intriga” (*GRJ*, 08/03/1809).

O redator lembra que “*Bonaparte he precipitado; não salva as apparencias*” (*GRJ*, 20/04/1811). Fala-se no “seu amor próprio, e altivez” (*GRJ*, 08/03/1809) e comenta-se “estar mais arrogante em razão do hábito do despotismo” (*GRJ*, 02/02/1811). Desta forma, quase às vésperas de sua primeira abdicção, que vai ocorrer no início de abril de 1814, ele se encontra

deslumbrado pela paixão – e seduzido pela baixa lizonja dos seus apaniguados, quer dentro, quer fora da *França*, atreveu-se a crer, que o seu gênio era irresistível – que as mesmas leis immudáveis [sic] da natureza não estavam fora da sua jurisdição – que os appetites, paixões, e prevenções da humanidade se podião modificar por seu capricho, e que todas as nações do mundo se podião reduzir ao seu absoluto império (*GRJ*, 12/03/1814).

De maneira mais pontual, encontramos referências mais diretas ao seu caráter. Lemos nas páginas da *Gazeta* que “Seu character impaciente, qual rio impetuoso, não soffre diques, seu orgulho sobre-exaltado pela prosperidade não admite demoras, nem a sua perversidade compaixão” (*GRJ*, 18/10/1809).¹⁷² Nutriam-se esperanças, contudo, que seu segundo casamento pudesse tocar seu coração e mudar sua atitude frente à Europa. O que se nota, entretanto, é que ele piora:

parecia que os laços do amor deverião prender-lhe os passos, abrandar a aspereza da sua índole, vencer a violência do seu gênio, e suavizar a fúria do seu character. Unido a huma das mais illustres e antigas famílias da Europa [Habsburgo], nada mais tinha que desejar o feroz *Corso* senão tornar-se amante da paz e concórdia, devendo do seu casamento com huma Archiduzza [sic] d’*Áustria* resultar a pacificação do mundo. Mas ¡baldadas forão taes esperanças! Desde que passou a segundas núpcias, tem o seu character tomado hum aspecto mais carrancudo e arrogante, que dantes, se possível he. Pensando que nada lhe pôde agora resistir, tem se tornado mais desaforado e caprichoso na sua tyrannia (*GRJ*, 01/12/1810).

A notícia ainda destaca, para comprovar a teoria de que o imperador não se regenerara após seu novo matrimônio, que foi depois dele que ele prosseguiu de forma mais cruel a guerra na Espanha e que ele tem tratado a Holanda com brutalidade e seu irmão Luiz (rei da Holanda) com insolência e dissimulação. Trata-se de um homem insensível e obstinado em suas maldades, que “tem jogado com vantagem todos os crimes sem que a mais remota sombra de moral o reprima, nem os remorsos o detenhão” (*GERJ*, 03/10/1808).

Seus atos são sempre pintados com cores fortes e negativas. Discorre-se sobre “suas sinistras, e sanguinárias ordens” (*GRJ*, 06/12/1809), seus “traidores projectos” (14/12/1809), os “Actos de

¹⁷² “impetuoso character” (*GRJ*, 15/08/1810), “hum homem, cujo character repelle a amizade, e a confiança” (*GRJ*, 30/05/1810), “[o] carácter de influencia, que exercita *Bonaparte*, he acrescentar o insulto à oppressão, e ultrajar quando golpea” (*GERJ*, 30/03/1810).

prepotência do execrável opressor da *Europa*” (*GRJ*, 20/04/1811).¹⁷³ Comenta-se também sobre “os insidiosos projectos de *Napoleão*” (*GRJ*, 14/10/1812).¹⁷⁴ Segundo um rápido resumo feito pelo redator da *Gazeta* acerca das intenções de Bonaparte, ele “deseja esmagar o espírito humano; extinguir o pensamento, agrilhoar a opinião, excepto se forem modificados segundo os princípios e sentimentos da sua Imperial vontade” (*GRJ*, 27/11/1811). Neste ponto, portanto, ele já começa a ser assinalado como um “famoso egoísta” (*GRJ*, 20/04/1811). Desta maneira, a “soberba, a arrogância, e vaidade do Tyranno *Francez* são illimitadas. [...] O certo he, que elle tem no maior desprezo as opiniões e sentimentos da humanidade, menos quando contribuem para ajudar as suas vistas” (*GRJ*, 19/02/1812). Não causa espanto, portanto, que ele jogue perversamente aqueles que ele subjuga uns contra os outros, a fim de dominá-los mais ainda. Assim, “Os conscriptos que se fizerem em *Hespanha* serão mandados a conter, ou massacrar os *Hollandezes* indignados, ou revoltados, em quanto a *Hollanda* a seu turno deve ceder os seus filhos para ajudar os seus tyrannos a devassar a *Hespanha* (*GRJ*, 27/10/1810).

Adverte-se sobre seu “modo aleivoso e vil” (*GERJ*, 22/02/1810) que faz com que ele esteja “sempre determinado a verificar pela espada as suas pertenções” (*GRJ*, 01/02/1812). Ele é “tão sanguinário como ridículo” (*GRJ*, 16/11/1811), “desattentado, e indiscreto [...] em todas as suas cousas” (*GRJ*, 16/11/1811), sendo, conseqüentemente, “bem difficil determinar de que *Bonaparte* tem mais, se de precipitado ou de charlatão?” (*GRJ*, 16/11/1811). Seus modos, vão da “pueril vaidade, [e] ridícula teima” (*GRJ*, 08/04/1815), passando pela “sua ignorância, a sua corrupção, e a sua injustiça” (*GERJ*, 30/03/1810), o “seu orgulho e vaidade” (*GRJ*, 22/08/1810) até a sua “bárbara imprevidência, [...] [e o seu] frio cálculo do orgulho, que não quer confessar suas humilhações” (*GRJ*, 08/04/1815). Se d. João aparece como “um Monarca Justo, que se preza sobretudo de ser o Pai dos Seus Vassallos” (*GRJ*, 27/09/1817),¹⁷⁵ no outro campo avista-se a “injustiça”¹⁷⁶ de Napoleão (*GERJ*, 30/03/1810).

Mesmo que, por um lado, ele possua uma “áspera e selvagem eloquência” (*GRJ*, 30/05/1810), uma “hypocrita arenga” (*GRJ*, 06/06/1810), por outro, “o seu silêncio é bem como o da bonança, que precede as tempestades” (*GRJ*, 19/10/1808). Sua retórica é formada por “hum rodeio çafado, e trivial, como tudo o que he seu nos discursos, que pronuncia” (*GERJ*, 30/03/1810). Ele “he homem escaço de palavras, porém fecundíssimo em insídias que encerra em seu maligno coração até ao dia de fazer o estrago” (*GRJ*, 22/08/1810). Sua expressão verbal, por consequência, apenas exterioriza o que o órgão

¹⁷³ “instrumentos pérfidos” (*GRJ*, 25/01/1809), “machinações” (*GRJ*, 15/07/1809), “suas nefandas empresas” (*GRJ*, 07/10/1809), “infâmias” (*GRJ*, 29/07/1812), “nefandas proposições” (14/12/1809), “empresas insensatas” (*GRJ*, 30/08/1815).

¹⁷⁴ “seus danados projectos” (*GERJ*, 07/04/1809), “seus projectos sanguinários” (*GRJ*, 26/08/1809), “malvados projectos” (*GRJ*, 02/04/1811), “seus tirânicos projectos” (*GRJ*, 19/08/1815).

¹⁷⁵ “Mais Justo e Mais Benigno dos Soberanos” (*GRJ*, 10/09/1817).

¹⁷⁶ “injustiça de suas pretenções” (*GRJ*, 14/04/1813).

central de seu corpo bombeia por todo o seu ser: “a perfídia de seu coração” (*GRJ*, 17/10/1812). Neste ponto, até a anatomia dos corpos napoleônico e joanino é apresentada em termos antagônicos. Ante o “coração cruel” (*GRJ*, 13/10/1810) do imperador dos franceses, pulsa “o compassivo e magnânimo Coração de Sua Magestade” (*GRJ*, 10/09/1817).¹⁷⁷

Contribuindo para reforçar o perfil maléfico do imperador, ganham destaque as notícias de suas atrocidades pela Europa afora. Anunciam-se a “violência,¹⁷⁸ e impetuosidade de *Bonaparte*” (*GRJ*, 19/10/1808), “as rapinas, tyrannias e usurpações perpetradas por aquelle perversíssimo”¹⁷⁹ (*GRJ*, 27/12/1809), e seus “assassínios¹⁸⁰ [assassinatos] legaes” (*GRJ*, 02/02/1811).¹⁸¹ Afirma-se que o “que por violência [ele] adquirio, por violência he que julga podê-lo conservar. A sua opinião he que o *que por sangue se alcança, por sangue he que deve manter*. O grande princípio do seu governo e reinado he nunca consentir que o gênero humano viva me paz” (*GRJ*, 01/12/1810).

Para melhor ilustrar para seus leitores o que vem sendo afirmado, a *Gazeta* anuncia que, “infundindo sentimentos de terror, que mantenhão o seu poder; elle fez arcabusear á luz do meio dia na planície de *Grenelle* a trez mulheres como espias dos *Inglezes*. Ellas fôrão processadas, ou para melhor dizer, condemnadas por huma commissão militar!” (*GRJ*, 02/02/1811). Segundo o retrata o Conselho Municipal da Cidade de Evreux, depois de sua primeira abdicação, ele é “Aquelle, que zombou dos juramentos e da vida humana – que dissipou a propriedade pública, que trouxe o fogo e o ferro ao nosso bello paiz, o mais cruel dos tyrannos, em huma palavra o assassino do Duque *d’Enghien*” (*GRJ*, 29/06/1814).

Ele, portanto, é um “esplêndido villão ruim” (*GRJ*, 19/12/1810), um “cruelíssimo oppressor” (*GRJ*, 17/04/1811), um “Chefe desapiedado e feroz” (*GRJ*, 08/04/1815) que “saquea, e destroe barbaramente” (*GRJ*, 26/04/1809): “Ninguém he mais engenhoso em planos de destruição do que *Bonaparte*” (*GRJ*, 17/04/1811). O “Déspota mais violento, que saquea os templos, profana as casas, e ataca a propriedade, e independência” (*GRJ*, 24/02/1810). Diante deste cenário “dá vontade de dizer que os menos desgraçados são aquelles, a quem a sua perfídia acabou mais depressa os sofrimentos, e que aquelles, que ele tratou menos deshumanamente, são os que envenenou” (*GRJ*, 08/04/1815).

E “he por sua ordem que, há três annos, a *Hespanha* he hum Theatro medonho de pilhagem, mortes, e incêndios” (*GRJ*, 16/03/1811). Aliás, dentre as “atrocidades, que tem dado tanta fama a *Bonaparte*” (*GRJ*, 31/01/1809), as que mais destaque ganhariam na Península seriam aquelas

¹⁷⁷ “um Amor de Pai, um Desvelo incansável, e uma Generosidade própria do Régio Coração” (*GERJ*, 17/01/1812).

¹⁷⁸ “violência usada por *Bonaparte* em todos os paizes” (*GRJ*, 14/07/1810).

¹⁷⁹ O “mais perverso dos mortais” (**SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 423, v. 1).

¹⁸⁰ “assassino” (*GRJ*, 28/12/1811).

¹⁸¹ “a vingança implacável de *Bonaparte*” (*GRJ*, 23/12/1812), seus “tão atrozes crimes” (*GRJ*, 03/03/1810).

cometidas pelas tropas napoleônicas na Espanha, em 1808. O episódio, que ficaria conhecido como “Dos de Mayo”, cristalizar-se-ia como importante lugar de memória enquanto monumento de oposição aos franceses.¹⁸² E é assim que ele já aparece na *Gazeta*, como o “dia 2 de Maio, que recorda a epocha memorável que deo principio na *Hespanha* á luta gloriosa da liberdade contra a tyrannia” (*GRJ*, 18/08/1810). O pintor espanhol Francisco Goya (1746-1828), cabe lembrar, seria o responsável, em 1814, por realizar em duas grandes telas a representação pictórica dos episódios deste dia e do dia seguinte que passariam para a História como emblemas da denúncia das arbitrariedades e crueldades das tropas napoleônicas, assim como da exaltação do heroísmo daqueles que lutaram contra elas.¹⁸³

Na primeira tela (Gravura 1) ficaria gravada para a posteridade o levantamento dos patriotas madrilenhos que tomaria corpo na capital diante da notícia de que os dois últimos membros da família real que ali se encontravam seriam enviados, como os demais, para Baiona a mando de Napoleão. Tendo em segundo plano uma Madri quase que desbotada pelas cores vivas das roupas dos combatentes, vemos um emaranhado de cavalos e homens flagrados com seus punhais e sabres em meio a um sangrento e encarniçado combate, onde os mamelucos que combatiam ao lado dos franceses aparecem encurralados por uma multidão de revoltosos.

O quadro relativo aos acontecimentos do dia seguinte (Gravura 2) mostra o resultado da violenta repressão dos franceses ao episódio: as execuções de várias pessoas que teriam se envolvido na rebelião. Entre os condenados ao fuzilamento, vemos alguns já mortos, outros em vias de serem fuzilados e alguns que esperam para serem os próximos. Alguns rezam, outros se desesperam, destacando-se, no entanto, a figura masculina de camisa branca, iluminada pela lanterna, que, com o olhar fixo em seus executores e com os braços abertos diante do pelotão de fuzilamento, além da coragem e dignidade, mostra-se como um crucificado sem cruz, um símbolo-mártir da luta pela independência da Espanha. Ao contrário das vítimas, cujos semblantes buscam marcar individualidades, no lado oposto, mergulhada nas trevas da noite e da História, uma massa compacta e sem fisionomia, representa os invasores que, flagrados na frieza, determinação e automaticidade da vingança e sem rostos que os humanizem, tornam-se mais uma das materializações daquele que lhe dá feições: Napoleão.

¹⁸² Para uma análise da comemoração, na época, do “Dos de Mayo” na Espanha, em que se procura captar como a data foi transformada em símbolo da resistência aos invasores, quais as imagens antifrancesas veiculadas inicialmente pelas autoridades civis e religiosas que se opunham à ocupação napoleônica e que promoviam sua celebração e como seu uso simbólico foi sendo modificado ao longo dos anos, cf. **GUEREÑA**, Jean-Louis. *Fête nationale, fête populaire? Les premières commémorations du 2 mai (1809-1833)*. In: **AYMES**, Jean-René & **FERNANDEZ SEBASTIÁN**, Javier. *L'Image de la France en Espagne (1808-1850)*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1997, p. 35-50.

¹⁸³ Ainda entre 1810 e 1815, Goya faria a série de gravuras (82 no total) chamada “Los desastres de la guerra” tendo como inspiração o horror vivido durante a ocupação napoleônica na Espanha. Outros famosos artistas, além de Goya, no decorrer do século XIX, ainda faziam de suas obras verdadeiros manifestos antinapoleônicos, como Beethoven em sua “*Eroica*” (1806), Tchaikovsky e sua composição “*1812*” (1880) e mesmo Tolstói e seu romance *Guerra e Paz* (1865-1869).



Gravura 1: Francisco Goya, “El dos de mayo de 1808 en Madrid” ou “La carga de los mamelucos en la Puerta del Sol” (1814, Museo del Prado, Madrid).



Gravura 2: Francisco Goya, “Los fusilamientos del 3 de mayo en la montaña del Príncipe Pío” (1814, Museo del Prado, Madrid).

De volta ao perfil napoleônico montado pela *Gazeta*, nele a falsidade e a mentira ganham realce. Logo, Bonaparte é descrito como um “famoso impostor” (*GRJ*, 05/11/1808) e um “embusteiro” (*GRJ*, 28/09/1811) que apresenta uma “hypochrisia ridícula”¹⁸⁴ (*GRJ*, 24/02/1810), uma forte “dissimulação” (*GRJ*, 24/11/1810), uma “enganadora conducta” (*GRJ*, 21/12/1811) e “má fé” (*GRJ*, 22/07/1809; *GRJ*, 08/07/1815), um “estúpido charlatanismo” (*GRJ*, 23/03/1811), não se esquecendo da “perfidia de seu coração”¹⁸⁵ (*GRJ*, 17/10/1812). De sua boca só saíam “pérfidas promessas” (*GERJ*, 25/05/1815). Desta forma, segundo o redator, “o seu partido [...] he o da mentira, e da maldade” (*GRJ*, 02/01/1811), sendo ele “mui capaz de forjar patranhas aos centos” (*GRJ*, 22/07/1809). Ele é um “falsário, que só finge horrorisar-se das desgraças da humanidade, quando não está em circunstâncias de agravá-las” (*GERJ*, 22/11/1813). Por conseguinte, isso explicaria, “o seu accostumado systema de mentir a olhos vistos” (*GRJ*, 24/02/1810).¹⁸⁶

Modelar, neste sentido, seria também sua ação na Espanha: “*Napoleão* tirou por fim a máscara, que apenas encobria seus desígnios, e audazmente resolveo a destruição da Família Reinante, e a desolação de huma Nação generosa, que se tinha sacrificado a favor da *França*” (*GERJ*, 07/04/1809). As inverdades atribuídas a Napoleão encontram-se evocadas, por exemplo, nos escritos do viajante e naturalista Freireyss, que veria no seu hábito recursivo de enganar os outros o principal responsável por sua derrocada.¹⁸⁷ Segundo a *Gazeta*, ele ludibria até mesmo os seus exércitos, a fim de amenizar a situação desfavorável que encontrarão, como quando

trouxe á *Hespanha* enganada a maior parte de suas tropas, tanto as dos contingentes do *Rhin*, como as de Itália; pois lhes disse que a Hespanha estava toda debaixo do seu Domínio, e que ellas vinhão governar povos conquistados, onde se acharião excellentes estabelecimentos, ordenando mesmo, que as diversas legiões trouxessem nos botões das fardas as letras, que dizião *Legião de Andalusia – Legião de Castella*, etc. O que se confirma não só pela confissão dos prisioneiros; mas pelos significados dos ditos achados nestes, e nos mortos (*GRJ*, 12/04/1809).

A imagem de mentiroso tem sérias implicações na confiabilidade de Napoleão. Não sendo à toa que ele seja visto como um homem “sem palavra de Rei, nem de homem, nem de ladrão” (*GRJ*, 22/08/1810), de “negras traições” (*GRJ*, 30/08/1815). Ele “muda de idéias com a mesma volubilidade com que revolve aquelles seus olhos funestos” (*GRJ*, 22/08/1810) e está fortemente “acostumado a

¹⁸⁴ “bem perceptível hypocrisia de *Bonaparte*” (*GRJ*, 13/04/1811); “sua profunda hypocresia” (*GRJ*, 22/08/1810); “elle he tão profundo na hypocrisia, quanto vil na dissimulação” (*GRJ*, 01/12/1810); “Este hypocrita famoso, insigne em todas as artes do embuste (*GRJ*, 20/04/1811).

¹⁸⁵ “execranda perfídia” (*GRJ*, 24/02/1810), “dobrada perfídia” (*GRJ*, 30/08/1815).

¹⁸⁶ Fala-se ainda nas “mentiras, que a impostura, e a malícia *Napoleônica* não deixara de formar para seus depravados intentos” (*GERJ*, 04/05/1810), nas “intrigas surdas de *Bonaparte*” (*GRJ*, 04/04/1810), “sórdidas intrigas” (*GRJ*, 20/04/1814), e nos seus “baixos artificios e enganos” (*GRJ*, 01/02/1809), “traição, e baixos artificios” (*GRJ*, 28/11/1810).

¹⁸⁷ Ele se refere à “frequência com que elle [*Napoleão*] mentia aos povos, o que finalmente lhe fez perder toda a sua magestade e poderio” (**FREIREYSS**, G. W. Viagem ao interior do Brazil nos anos de 1814-1815. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, v. 11, p. 210).

mudanças tão imprevistas, tão extraordinárias, e inverissimilhantes; que pelos cálculos da razão, e da experiência, não se podem calcular as que elle pode preparar” (*GRJ*, 11/08/1810). Adverte-se que na “sua política [...] há huma decidida aversão a estar em socego. No seu systema não há congruência alguma; tudo deve participar do character do seu ânimo, sempre em movimento, sempre em mudanças” (*GRJ*, 01/12/1810). Ele está “acostumado a caracterizar de Tratados, ao ajustes da fraude e da violência” (*GRJ*, 02/08/1815), agindo, deste modo, “contra todos os direitos, e sem esperar pretexto algum plausível” (*GERJ*, 30/09/1808). “A traição e os pérfidos desígnios” (*GRJ*, 23/12/1815) de Bonaparte ganham destaque.

Com intuito de dar mais peso à não confiabilidade que o imperador inspira por suas ações, o “Machiavelismo de sua política” (*GRJ*, 17/09/1808) também é ressaltado. A acusação que o coloca como discípulo do sistema político preconizado pelo florentino Maquiavel – que considerava lícito que o Estado, na pessoa do príncipe, utilizasse todos os meios, mesmo os mais pérfidos e inescrupulosos, para alcançar um determinado fim – era ainda agravada pelo fato de o autor fazer parte do *Index*. Alertava-se, portanto, que Napoleão “nos quer inculcar máximas de Machiavello, e transtornar as idéias do justo e injusto, bases sagradas da prosperidade das Nações” (*GRJ*, 20/10/1810), o que fazia dele, mais uma vez, um sacrílego político. Pelo que nos informa Tulard, esta caracterização não faltaria com a verdade, já que sua filosofia política era “mais próxima de Maquiavel do que de Rousseau, aliás renegado desde o Consulado”.¹⁸⁸

José da Silva Lisboa também colocaria em evidência o “Machiavellismo” de Bonaparte, chamando-o ainda de “Archi-Machiavellista”.¹⁸⁹ Em uma das passagens escritas por ele para contestar a acusação feita pelo imperador a d. João de que este último abandonara, em fuga, seu trono que, assim, encontrava-se vacante e à sua disposição, encontramos um interessante uso da imagem de Napoleão como discípulo de Maquiavel:

Bonaparte que se jactava de ter na mão direita a Espada de Alexandre, e na esquerda, o *Príncipe de Machiavel* [...] não teve outro recurso senão o de calumniador, arguindo ao Príncipe Regente de ter feito abandono do Estado. O desertor do próprio exército no Egypto, que deixou meio destroído, não se lembrou da lição do Seu Mestre Florentino [Machiavel]; o qual, posto, no seu dito Alcorão [*O Príncipe*], aconselhe aos Soberanos afrontarem a invasão de seus Estados, não deixando o Posto do governo, comtudo approva a Resolução dos Príncipes, que estiverão por muitos tempos em paz, de evitarem surpresa, retirando-se á presidio seguro; na certeza de que os próprios vassallos, insoffridos da insolência do conquistador, farão esforços para o exterminar.¹⁹⁰

¹⁸⁸ TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 249.

¹⁸⁹ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, respectivamente, p. 31 e p. 55, ambas na parte 1, IEB.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 72, parte 2 (IEB).

Encontram-se entre as “innumeráveis provas, que elle nos dá da inquietação, e rapacidade da sua ambição; [...] os diários exemplos que elle nos fornece do seu desprezo de todas as obrigações divinas, e humanas, e da sua desestimação da fé dos tratados, e direitos das nações independentes” (GRJ, 06/06/1810). Um exemplo, neste sentido, que falava mais forte aos súditos de d. João, era o da invasão, quando Bonaparte “fez entrar inopinadamente em *Portugal* as Tropas *Francezas* com o Sagrado nome de *Amizade e Protecção*, que depois converteu no de *Conquista*, praticando todo o gênero de vexames e oppressões” (GERJ, 29/09/1808). Eis aí a “protecção à francesa” ou seja, a protecção como entendida por Napoleão. Diante das crueldades e falsidades sofridas pelos países dominados pela França napoleônica, antes resistir do que se aliar: “Com razão se observa que as Nações que pegarão em armas contra a *França*, a pezar de soffrerem muito pela sua supposta temeridade, nunca tem soffrido tanto como as que se ligarão com ella em íntima alliança, e desta verdade offerecem irrefragáveis exemplos a *França*, e a *Hollanda*” (GRJ, 13/10/1810).

Este é um grave alerta que se faz a quem cogita reunir-se a ele ou apoiá-lo, afinal “*Bonaparte* deixou de praticar com os seus alliados as formas communs da decência” (03/10/1810). Ele “não cumpre sua palavra, e exige condições inadmissíveis e insolentes” (GRJ, 17/04/1811) e se “fizer paz com alguém he para melhor lhe fazer a guerra, e nisto já ninguém se illude” (GRJ, 17/04/1811). Trata-se de um “Alliado exterminador” (GRJ, 02/08/1815). Que ninguém se engane, portanto, com as “propostas capciosas de huma paz illusoria, antigo costume de *Bonaparte*” (GRJ, 14/10/1812). E o redator da *Gazeta* ainda adverte que

as vantagens bem se sabe quaes são as que desfructão os escravos de *Napoleão* [aqueles que se encontram sob seu domínio]: Guerra eterna, conscripção contínua, acabamento de indústria e commercio, e huma oppressão política em que [...] nem he lícito respirar (GRJ, 20/10/1810).

No entanto, essa mesma oppressão, que sustenta o controle napoleônico sobre os povos que busca dominar, igualmente pode vir a ser seu maior inimigo, apresentando-se, sob outro ângulo, como um catalisador para sua queda. Ou seja, os atos napoleônicos carregariam em si germes letais para a sustentação de seu poder. Deste modo, a “violência e ímpeto do seu character, a que talvez se devão em grande parte attribuir os seus successos e a extensão dos seus meios e poder, serão os principais instrumentos da sua destruição” (GRJ, 01/12/1810), visto que “como elle aflige mais os seus vassallos, também o faz mais e mais odioso, e pode accelerar a sua quédia” (GRJ, 18/01/1812).

Diante do aviso em uníssonos da Europa coligada contra o imperador, espera-se que ele “Em vão empregará de hoje em diante seus ardilosos sofismas, concebidos no furor de sua ambição para illudir os Povos ávidos sempre de hum novo mais afortunado futuro” (GERJ, 14/12/1809). Assim, suas ações devem sempre ser entendidas dentro de um jogo duplo, como quando ele trata com as “Nações

oprimidas [...]: ao mesmo tempo que as cinge de espíões, louva-as pelo seu *grande* caracter” (*GERJ*, 30/03/1810).

Antes de prosseguirmos na caracterização de Napoleão, e uma vez apresentado seu perfil psicológico sob a ótica de seus detratores, interessante é nos deslocarmos para o outro lado do campo e ver como seu arquiinimigo inglês é construído positivamente na *Gazeta*, no que toca às suas faculdades morais, intelectuais e comportamentais. Como em um jogo de espelhos, enquanto o imperador é distorcido e deformado sob todos os aspectos, caminhando para a bestialização, monstrosidade e malignidade, sua antítese em carne e osso é o grande exemplo de ser humano bem acabado, plasmado na virtude, na verdade, na perfeição e na confiança. Wellington “tem a felicidade de reunir às palmas da Victoria a coroa da virtude, defende a causa sagrada dos legítimos Soberanos, e a independência das Nações livres; he sem mancha a sua gloria, e por isso goza da estima, e veneração de todos os homens” (*GRJ*, 27/06/1811). Ele “tem sabido humilhar o orgulho de nossos pérfidos e cruéis inimigos, [e] desvanecer seus projectos” (*GRJ*, 05/12/1812).

Discorre-se sobre “a sagacidade, o valôr, e a constância do General *Inglez*, o imortal *Wellington*” (*GRJ*, 30/11/1811), que, assim, encontra-se na direção oposta da inconstância de Bonaparte gerada pela falta de confiabilidade a ele imputada. Enquanto este é o “hypocrita famoso, insigne em todas as artes do embuste” (*GRJ*, 20/04/1811), aquele é “tão justo apreciador do verdadeiro merecimento, como insigne guerreiro”¹⁹¹ (*GRJ*, 16/05/1812). Ao desarrazoamento, volubilidade e “imprudência de *Napoleão*” (*GRJ*, 02/08/1815) servem de resguardo o “consummado saber e prudencia, a denodada intrepidez e perseverança” (*GRJ*, 17/11/1813) do outro.¹⁹² Se o Corso engana seus soldados a fim de fazê-los marchar para onde sopra o vento da sua ambição pessoal, elogia-se, no Inglês,

Sua previsão profunda, a sabedoria e combinação dos seus planos, a sua firmeza imperturbável em leva-los ao fim, junto com a admirável disciplina que tem estabelecido entre seus Soldados, e a illimitada confiança que tem sabido inspirar-lhes, [que] lhe assignalão hum lugar mui distincto entre os Capitães mais celebres, e tem preza a Victoria ás suas bandeiras (*GRJ*, 16/05/1812).¹⁹³

O heroísmo ganha matizes muito diferentes na bipolaridade característica do discurso antinapoleônico. Se, na França, encontra-se “o heróe da perfídia, acostumado a atropellar todos os

¹⁹¹ “Insigne General Lord *Wellington*” (*GERJ*, 17/01/1812).

¹⁹² “consummado juízo, e saber patenteado” (*GRJ*, 09/05/1812); “o plano acizado, as medidas acertadas, e a intrepidez constante” (*GRJ*, 31/10/1812); “valôr e pericia consummada do immortal *Wellington*” (*GERJ*, 21/02/1812); “a habilidade e o juizo consumado, com que o Marquez de *Wellington* tem dirigido as operações” (*GRJ*, 27/02/1813); “valor e sabedoria” (*GRJ*, 20/03/1813); “o consumado saber e habilidade, que tem ostentado o Feld Marechal Marquez de *Wellington*” (*GRJ*, 09/10/1813); “consummada habilidade, activos esforços, e admiravel juizo” (*GRJ*, 23/02/1814).

¹⁹³ “brilhantes talentos da illustre personagem, que commandou os nossos exércitos; pela admirável habilidade com que elle empregou os meios postos em suas mãos” (*GRJ*, 31/08/1814).

direitos, e a mofar de anathemas” (*GRJ*, 02/08/1815),¹⁹⁴ da Inglaterra vem o “heroe do nosso século” (*GRJ*, 09/09/1815)¹⁹⁵ que era “recebido [...] com todos os sentimentos de respeito e veneração” (*GRJ*, 27/06/1811) que se contrapunham ao ódio, desconsideração e execração destinados a Napoleão. Como lembra Ansart, “Na linguagem amorosa ao herói, o grupo confirma a sua glória e a intensidade de suas relações internas: inventa uma nova forma sagrada através da qual se tranqüiliza. Inventa os heróis e os santos que ilustram sua própria glória”.¹⁹⁶ Inventa também, podemos acrescentar, os anti-heróis e os demônios, muitos deles reencarnados por Napoleão, subsidiário, ainda que de forma negativa, dessa mesma glória.

Wellington torna-se um herói coletivo, a serviço de uma causa que é “commum”, posto que fraterna. Consequentemente, ao contrário do imperador, não importa sua nacionalidade pois ele é modelado de maneira a acolher em seu corpo simbólico heroicizado, sem limitantes geográficos, todos os que se opõem à grande figura inimiga. Bem o demonstra o ocorrido em um banquete dado, no dia 30 de maio de 1811, pelo ministro inglês na Espanha, pelo dia de Fernando VII, monarca espanhol. Em meio aos brindes aos soberanos da Espanha e da Inglaterra e “à insurreição geral de todas as Nações da *Europa* contra *Bonaparte*”, foi brindado o “célebre Lord Wellington” (*GRJ*, 14/09/1811, ambas as citações). De tal modo que, com o inimigo por perto, a Europa rompe no discurso suas barreiras nacionais. Afinal, a glória de Wellesley não é apenas aquela da Inglaterra, mas a de todos aqueles que lutam contra a França.

Da mesma forma com que Napoleão rompe fronteiras com seu despotismo e a violência de seus exércitos, desagregando a Europa, Wellesley faz o trabalho inverso, restaurando-a a cada vitória sua ao subtrair do Império napoleônico mais um de seus adornos. Ele é o herói supranacional, assim como Napoleão é aquele que deve ser tomado indistintamente por todas as nações como o vilão. A adesão sentimental a ele é sempre resultado de uma espontaneidade e veracidade que se estranham com a artificialidade dos sentimentos apresentados pelos adutores de seu inimigo:

Os discursos que nesta ocasião se lhe [a Wellington] dirigirão, são huma expressão fiel dos sentimentos íntimos do coração: não são orações forçadas, ou fallas determinadas de propósito, que marcão, por hum lado o Septro ensanguentado da tyrannia, e por outro huma geração degradada e vil, que se prostra abatida, sem poder já levantar-se, diante do monstro, que a opprime. Taes são todos esses obséquios forçados, e servis, que se tributão ao tyranno da *França*! (*GRJ*, 27/06/1811).

¹⁹⁴ “o heróe da usurpação” (*GRJ*, 30/03/1810), “o heróe sanguinário, que dominou em *França*” (*GRJ*, 02/08/1815).

¹⁹⁵ “o Heroe Conquistador” (*GRJ*, 11/07/1812); “*Heroe Britannico*” (*GRJ*, 16/05/1812; *GRJ*, 11/11/1812; *GRJ*, 31/10/1812, *GRJ*, 23/07/1814); “Vosso Heroico General” (*GRJ*, 27/05/1812); “*Heroe Wellington*” (*GRJ*, 09/01/1811); “o herói Wellington” (SANTOS, op. cit., p. 398).

¹⁹⁶ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 140.

Ainda dentro dos contornos psicológicos e comportamentais de Napoleão apresentados na folha fluminense é possível até mesmo assinalar alguns sintomas patológicos. Um deles seria sua fixação com sua arquiinimiga. Assim, “Este homem vê a *Inglaterra* por toda parte; esta Potência o persegue como hum fantasma” (*GERJ*, 30/03/1810)¹⁹⁷. E, com “profundíssima perversidade, sempre imputa á *Inglaterra* as misérias, de que he causador” (*GRJ*, 24/02/1810). A paranóia também parece rondar-lhe, visto que “elle desconfia já de todos os que o cercão” (*GRJ*, 13/06/1812).

Além do mais, ele aparenta ter um enorme complexo de inferioridade, cujo fator ativo de compensação estaria na violência de seu comportamento para com os outros, sempre à procura de submetê-los e, por conseguinte, diminuí-los. Talvez isso possa explicar porque o “coração maligno de *Bonaparte* nunca está mais contente do que quando consegue humilhar as antigas *Dynastias*, e mostrar-lhes a sua superioridade” (*GRJ*, 30/01/1811) ou porque “todos os seus planos são atrozes, todos tendentes ao engrandecimento seu, e miséria dos homens do seu tempo” (*GRJ*, 17/04/1811). Logo, é por isso, que “ninguém póde ser amigo deste pestilento perturbador da terra, sem que seja seu vassallo” (*GRJ*, 25/01/1812), afinal, ele sempre “procurava pôr entre si, e os outros homens a immensa distância que separa hum Senhor dos seus escravos” (*GRJ*, 30/05/1810). Ao mesmo tempo, uma mania de grandeza o domina, sendo ele aquele “que se inculca por *todo poderoso*” (*GERJ*, 17/01/1809).

Talvez sua indiferença com relação ao sofrimento alheio, do mesmo modo que a “violência das suas maneiras, a presumpção de suas pretensões, o menoscabo da vida dos homens, a sua obstinação” (*GRJ*, 10/08/1814), tanto quanto indicar uma ausência total de sensibilidade, possam ser enquadrados como um sadismo exacerbado. Assim pelo menos o vemos quando ele é caracterizado como um “indivíduo, que se recreava com as calamidades das nações” (*GRJ*, 29/11/1815) ou como “hum scelerado, cuja felicidade consiste em dividir as famílias, tyrannisar os povos, e transtornar os Imperios” (*GRJ*, 16/03/1811). É este mesmo gosto por crueldades que seus inimigos colocam como sua principal motivação política, visto que “usurpou hum trono [...] que nunca elle occupara, que não fosse para desgraça da *França* e do mundo” (*GRJ*, 30/08/1815). Mencionemos, ainda, entre seus transtornos psicológicos que são assinalados na *Gazeta* uma persistente megalomania, pois ele, “não satisfeito de tyrannisar a *França*, pertende agrilhoar o mundo” (*GRJ*, 24/09/1808).

Sua maneira de sentir é igualmente envolta em uma aura negativa. Destacam-se “seus negros sentimentos” (*GRJ*, 21/09/1811), “o ódio, que elle tem a toda a instituição que elle não creou” (*GERJ*, 3/03/1810), “sua fúria sanguinosa” (*GRJ*, 19/10/1808), “as bárbaras efervescências das suas paixões” (*GRJ*, 13/10/1810). Lembra-se que “a ternura para a natureza humana não tem lugar no seu coração

¹⁹⁷ Ele “vê por toda a parte o oiro, e ameaças da *Inglaterra*; onde tal coisa não existe” (*GERJ*, 30/03/1810).

cruel” (*GRJ*, 13/10/1810). Se a ele cabe o papel de vítima é apenas aquele de “Victima das peiores paixões vingativas, [pois] não há espécie de afronta, ou exprobração, que não tenha diligenciado” (*GRJ*, 13/10/1810). Ainda que as notícias particulares digam “que elle tem grande paixão por sua *mulher*, [...] esta paixão não tem de modo algum abatido o seu orgulho, nem mitigado a malícia de sua natureza” (*GRJ*, 26/12/1811).

Mas dentre suas características idiossincráticas a que mais é destacada de modo negativo é sua ambição.¹⁹⁸ Há referências à “ambição illimitada, e os projectos gigantescos de *Bonaparte*” (*GRJ*, 15/02/1809) e aos seus “ambiciosos, e destructivos planos” (*GRJ*, 25/05/1814).¹⁹⁹ Quando ele não é, simplesmente, o “ambicioso Estrangeiro” (*GRJ*, 23/03/1811), ele é a própria “estrangeira ambição, que trabalha sem repouso por subjugar a desgraçada *Europa*” (*GRJ*, 12/08/1812). Por outro lado, exalta-se Wellington e o seu Estado-Maior, pois “são inacessiveis á chuva de ouro. Elles só combatem pela honra da sua patria, e felicidade dos seus alliados” (*GRJ*, 13/03/1811).

Como Elisabeth Badinter lembra, sob o ponto de vista alheio, “o maior erro do ambicioso é trabalhar por sua própria conta”, o que o torna “culpado de indiferença pela sorte dos outros” a fim de “escapar à condição comum e se colocar acima de seus semelhantes”.²⁰⁰ É por isso que “*Bonaparte* he devotado por huma ambição illimitada, que não tem outro objecto que não seja elle mesmo, sem cuidar do bem-ser, e permanência dos seus alliados; e que por consequência he um néscio, e miserável egoísta” (*GRJ*, 31/01/1809). Por conseguinte, se ele abriu mão de seus planos e abdicou pela segunda vez foi exclusivamente “para salvar os restos de sua existência” (*GRJ*, 30/08/1815) descurando de todo o resto. É este o julgamento moral que se lhe imputa quando se comenta que “sua ambição não tem coração” (*GRJ*, 29/04/1812). Esta mesma crítica é que faz com que este traço da sua personalidade apresente-se como uma encruzilhada em que outros momentos-chave da caracterização de sua contra-imagem – como aquele do ogro, do inimigo da França e do mundo – nele confluam.

Logo, está explicado que porque “Immensos milhares de homens têm morrido, e estão morrendo victimas da ambição que o devora” (*GRJ*, 26/12/1811) e “He incrível [...] que elle seja um homem que nem tem mais altura nem grossura que os outros, e vá mandando à morte homens [...] para satisfazer seus intermináveis planos de ambição” (*GRJ*, 27/03/1811).²⁰¹ Seus opositores perguntam-se: “qual he o Povo sobre que reina, que lhe importe, excepto em quanto póde contribuir para os seus próprios

¹⁹⁸ “ambicioso” (*GRJ*, 29/12/1810; 20/01/1813; *GERJ*, 08/03/1813).

¹⁹⁹ “delírio sacrílego de sua ambição” (*GRJ*, 19/02/1812), “sua ambição insaciavel” (*GERJ*, 25/05/1815), “annos em que saqueou e assolou a terra, para achar com que satisfazer a sua ambição” (*GRJ*, 30/08/1815).

²⁰⁰ **BADINTER**, Elisabeth. *Émilie, Émilie*. A ambição feminina no século XVIII. São Paulo: Paz e Terra/ Discurso Editorial/ Duna Dueto, 2003, p. 13 (todas as citações).

²⁰¹ “pouco lhe importa despovoar a *França*, só para saciar sua ambição” (*GRJ*, 04/02/1809), “elle sacrificou a *França* [...] à sua illimitada ambição” (*GRJ*, 22/06/1814).

intentos, e para consolidar o seu despotismo? Qual he na sua consideração a felicidade das Nações, quando se compara com os gigantescos planos da sua ambição?” (*GRJ*, 27/11/1811).

Assim sendo, toda a conjuntura bélica na qual a Europa se encontrava mergulhada torna-se produto exclusivo de sua exacerbada ganância: “He a sua ambição desenfreada a que unicamente causou a guerra actual, e ella só a perpetuará” (*GERJ*, 18/11/1811). Toda a desarmonia em que se encontra o Velho Mundo – que, segundo a retórica dos contra-revolucionários, primava pelo equilíbrio entre os Estados e fraternidade – deve-se apenas à cobiça napoleônica de marcar a História com sua memória: “vede todo o Continente da *Europa* coberto de montões de ossos dos *Francezes*, e do povo que nada tinha que exigir hum do outro, e que não devião aborrecer-se: cuja distância recíproca excluía todas as diferenças, e que elle só metteu na guerra, para encher o mundo do seu nome” (*GRJ*, 22/06/1814). Do mesmo modo, a perseguição implacável que promove aos ingleses: “o móvel mais activo da ambição d’esse homem, he o ódio à *Inglaterra*, que está tão profundamente gravado em seu coração” (*GRJ*, 21/10/1812).

Ao irmos um pouco mais a fundo na proeminência dada ao seu impetuoso desejo de glória e poder, encontramos, mais uma vez, o incômodo da velha ordem em ver quebrada a tradição que condicionava a elevação social ao nascimento, principalmente quando isto ainda implicava na invasão do sagrado território das personalidades monárquicas. Incômodo este que já observamos embutido no uso do sobrenome do imperador. Portanto, não é sem despeito que se comenta sobre “os triunfos e bárbara glória a que aspira” (*GERJ*, 14/09/1808) ou que “*Bonaparte* espera representar hum grande papel na história, nem duvida que ella apresente hum dia a epocha em que seus crimes, e character lhe dêrão huma grande influência, como a mais notável, e gloriosa de todas as que estão marcadas em seus annaes” (*GERJ*, 30/03/1810). É com ironia que ele é classificado como o “*Heroe do Século*” e o “*Árbitro dos destinos*” (ambos na *GRJ*, 28/01/1809).

Fato é que o imperador já era considerado por seus admiradores contemporâneos como o modelo mais bem acabado das novas possibilidades abertas pela “meritocracia” que ganhara lugar com a Revolução. A idolatria de Julien Sorel, o jovem socialmente desprivilegiado em busca de ascensão na França pós-napoleônica, personagem de *O Vermelho e o Negro* de Stendhal, por um Bonaparte vindo de baixo e que, com talento e garra, conquistara o poder, reflete muito bem como ele seria apropriado por uma juventude idealista ao longo do século XIX.²⁰² No entanto, se para os adeptos desse novo padrão a ambição apresenta aspectos positivos, para aqueles do Antigo Regime trata-se de uma forte

²⁰² O autor lembra que “Julien não passava talvez uma hora de sua vida sem dizer que Bonaparte, tenente obscuro e sem fortuna, se tornara o senhor do mundo com a espada. Essa idéia consolava-o de suas infelicidades, que ele julgava grandes, e dobrava-lhe a alegria, quando a tinha” (STENDHAL, *O Vermelho e o Negro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987, p. 28). Em um dado momento, Julien suspira: “Oh, Napoleão! como era belo, no teu tempo, chegar à fortuna através dos perigos de uma batalha!” (ibidem, p. 143).

ameaça à ordem estabelecida: “E que diremos da proposição de ser tudo neste Mundo governado pelo destino, sendo *Bonaparte* o intérprete deste destino?” (*GRJ*, 23/06/1810). O destino era algo imprevisível, subversivo e igualitário demais para mentes que viam a ordenação da sociedade como algo predeterminado pelo divino. Visto com essas lentes, o “ambicioso, porque procura mudar de condição, é geralmente considerado um perigo para a ordem social. Desafiando a natureza, o poder e Deus, a ambição se assemelha à loucura que subverte a ordem dos valores e do real”.²⁰³ Deste modo, é “no delírio da sua ambição, [que ele] se julgou, e declarou, onipotente, e invencível” (*GRJ*, 08/11/1809).²⁰⁴

Observa ainda Badinter que o “ambicioso arrisca sua vida num salto sem rede, com todas as chances de cair. E, se fracassa, não somente terá sacrificado tudo por nada [...], mas aparecerá aos olhos dos outros como um caricatura de si mesmo”.²⁰⁵ E é com esta incerteza, muitas vezes trágica, inerente à ambição que contavam os inimigos napoleônicos ao acreditarem que a principal vítima dela seria ele próprio, não demorando a chegar a ruína para aquele que desafiara a ordem “natural”. Ele não passava, conseqüentemente, de um “homem arrastado pela sua ambição” (*GRJ*, 31/01/1809), sendo que “os seus projectos de conquista só acabarão com sua existência” (*GRJ*, 24/02/1810).

Sua primeira abdicação, por conseguinte, é explicada nestes termos: “elle nunca soube reinar nem para interesse nacional, nem para interesse do seu próprio despotismo; destruiu quanto devia crear, e tornou a crear o que devia destruir: firmou-se unicamente na força: agora a força o suplanta – justa recompensa de uma ambição insensata” (*GRJ*, 15/06/1814; *GRJ*, 08/04/1815). Sua queda em 1814 deve-se à sua “ambição criminosa, que inundando a terra de sangue, abrio por suas próprias mãos o abysmo, em que veio ultimamente precipitar-se” (*GRJ*, 19/11/1814). Ainda que não se soubesse no Rio que ele já havia caído em definitivo, em 22 de junho de 1815, vaticinava-se que, após Elba, ele acabaria inevitavelmente por ser “Victima da sua louca ambição” (*GRJ*, 19/08/1815).

3.1.8. Monarquia Universal e Sistema Continental

²⁰³ **BADINTER**, op. cit., p. 14. Dentro desta lógica, ainda lembra a autora, “Na França do século XVIII a ambição só é permitida a poucos. É um privilégio de rico” (idem, p. 17).

²⁰⁴ E é sob este ângulo que a ambição de Napoleão é classificada como “louca” (*GRJ*, 17/02/1810; *GRJ*, 27/05/1815; *GRJ*, 19/08/1815), “insensata” (*GRJ*, 05/04/1809; *GRJ*, 15/06/1814), “desmesurada” (*GRJ*, 20/04/1811), “criminosa” (*GRJ*, 19/11/1814; *GRJ*, 27/05/1815), “devastadora” (*GERJ*, 07/04/1809), “desmarcada” (*GRJ*, 19/08/1809), “despótica” (*GRJ*, 27/12/1809), “frenética” (*GRJ*, 24/02/1810; *GRJ*, 20/10/1810; *GRJ*, 06/03/1813), “insaciável” (*GERJ*, 07/04/1809; *GRJ*, 14/03/1810; 14/05/1814), “cruel” (*GRJ*, 08/04/1815), “inquieta” (*GRJ*, 14/05/1814), “feroz” (*GRJ*, 27/12/1809; *GRJ*, 13/03/1811), “arrogante, e cega” (*GRJ*, 28/05/1814). Fala-se, ainda, nas suas “desmedidas pertencções” (*GRJ*, 25/09/1811), nas suas “arrogantes pertencções” (*GRJ*, 03/02/1810).

²⁰⁵ **BADINTER**, op. cit., p. 16.

Ligada à temática da ambição que põe em risco limites que deveriam permanecer intactos, ainda encontramos, além da crítica político-social à ascensão de Napoleão, a crítica aos seus projetos de hegemonia na Europa ou, na visão dos coligados, de “Despotismo universal, a que aspira o Tyranno da *Córsega*” (*GRJ*, 03/02/1810). Adverte-se que “*Bonaparte* quer abranger os poderes da terra, e mar, que a Providência tem sabiamente separado” (*GERJ*, 07/04/1809). Neste caso, as pretensões imperialistas da França chocavam-se com a teoria que então vigorava de “Balança de Poderes”: “This system assumed that European powers, while pursuing their particular national interests, would achieve a kind of spontaneous equilibrium through commercial and military competition”.²⁰⁶ Esta é a idéia presente no comentário de que “o equilíbrio político está perdido, e a bem dizer só há hum Soberano em o Continente da *Europa*, [que] não farto de Conquistas sobre Conquistas, quer avassallar tudo” (*GRJ*, 20/10/1810). Ou quando se observa que “o *Imperial Conquistador*, que maneja os destinos do Continente, intentava huma grande e radical mudança no estado da Europa” (*GRJ*, 08/08/1812). No entanto, havia a esperança de “que do seio de tantas victimas possa também nascer quem vingue tão atrozes crimes, e restabeleça o equilíbrio da Europa” (*GRJ*, 03/03/1810).

A concentração de poderes em uma única potência era vista como um retrocesso e é o próprio redator da *Gazeta* que lembra, indignado, que “no estado actual da civilização da Europa, a Monarchia universal he hum absurdo” (*GRJ*, 19/10/1808).²⁰⁷ Contudo, se um dos fortes argumentos contra Napoleão vinha do rompimento que ele promovia no “equilíbrio” europeu, ao querer concentrar em suas mãos o oceano e o continente, por sua vez, sua justificativa para a continuação da guerra contra a Inglaterra era elaborada justamente a partir da teoria da “Balança de Poderes”, ao frisar como o crescente poderio nos mares de sua inimiga, sem um devido obstáculo, como o que ele estimulava, viria a ter graves consequências neste equilíbrio.²⁰⁸ O trecho que segue revela muito bem as críticas à extensão que Napoleão pretende dar ao seu poder:

Tem-se attribuído por algum tempo a *Bonaparte*, o desígnio de tomar o título de Imperador do *Occidente*, e parece que elle agora se prepara para o effectuar. [...] elle affirmou quase em termos directos, que lhe pertencia de direito o vasto poder, que possuía *Carlos Magno*. [...] Onde parará a louca ambição deste homem? Que perversa política, que o induz a fundir o título de Imperador dos *Francezes* no de Imperador do *Occidente* [...]? (*GRJ*, 17/02/1810).

²⁰⁶ FONTANA, Biancamaria. The Napoleonic Empire and the Europe of Nations. In: PAGDEN, Anthony (ed.). *The idea of Europe from Antiquity to the European Union*. Washington, DC; Cambridge: Woodrow Wilson Center Press; Cambridge University Press, 2002, p. 127.

²⁰⁷ “He incrível que *Bonaparte* ataque tão visivelmente a Lei das Nações; que elle caminhe às claras a huma monarchia universal por huma série de usurpações mais e mais pérfidas” (*GRJ*, 27/03/1811).

²⁰⁸ Segundo a visão de Bonaparte, “A large France was beneficial to the Continent, as it would frighten England and offset its power” (HOLTMAN, Robert. *Napoleonic Propaganda*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1950, p. 24).

A imagem, da época, de que Napoleão ambicionava reconstituir o Império de Carlos Magno em seu proveito – o que fora assinalado tanto pela presença de Pio VII em sua coroação²⁰⁹ como pelo fato de que ele obrigara, em 1806, Francisco II da Áustria a abandonar seu título de imperador germânico – era realmente verdadeira, mas apenas enquanto recurso retórico de um Napoleão imperador.²¹⁰ Como explica Godechot, “se alguma vez [ele] teve essa idéia, ela foi logo ultrapassada. A partir de 1807, Napoleão quis fazer com que a Áustria e a Rússia entrassem no ‘sistema continental’, dominando assim toda a Europa e ultrapassando de longe os projetos de Carlos Magno”.²¹¹ Partindo desta afirmação vê-se que a consolidação de um predomínio sem concorrentes sobre o continente europeu, mediante o aniquilamento da Grã-Bretanha, era o que guiava seus objetivos no tocante ao “Grande Império”.²¹² Desse modo, a reativação do Império carolíngio aparece mais como uma estratégia de legitimação deste grandioso plano do que um fim em si. Basta lembrar que o título de imperador relacionado a Magno conectava Bonaparte ao passado francês, fazendo-o, entretanto, passar ao largo dos Bourbon, últimos reis da França, além de, do ponto de vista do status político, alçá-lo à uma condição jurídica superior em relação aos demais monarcas europeus que, enquanto reis e príncipes, teoricamente apareciam como seus subordinados, assim como o papa.

A intermediação simbólica de Carlos Magno também seria utilizada por Bonaparte como justificativa para destituir o papa de seus territórios. Colocando-se como herdeiro político do imperador carolíngio, reivindicava para si o restabelecimento de uma subordinação papal ao alegar que Magno, ao ser sagrado pelo antecessor deste último como imperador romano, considerava-o como

²⁰⁹ Enquanto, tradicionalmente, os reis de França eram coroados em Reims pelo arcebispo local, a presença do papa na coroação de um monarca apenas se justificava pelo seu estatuto imperial, como ocorrera com Carlos Magno, no ano 800, quando fora coroado o primeiro Imperador do Sacro Império Romano Germânico, restaurando assim o antigo Império Romano do Ocidente. Seguindo esta lógica é que Napoleão reclamava para si tal prerrogativa.

²¹⁰ “Il n’hésitait plus maintenant à se donner ouvertement pour le restaurateur de l’empire romain d’Occident et à s’arroger les prérogatives de Charlemagne, son ‘illustre prédécesseur’” (LEFÈBVRE, Georges. *Napoléon*. Paris: PUF, 1953, p. 227). Cf., para os usos políticos da identificação entre Napoleão e Carlos Magno, STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, passim.

²¹¹ GODECHOT, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p. 223. É justamente essa idéia de Napoleão sobre a monarquia universal que faz com que, por sua vez, Godechot separe o “Império francês” do “Grande Império”, o primeiro formado pelos departamentos franceses e que atingiria sua maior extensão entre 1810 e 1811 (130 departamentos), sendo que hoje a França conta com 100 departamentos, sendo 96 metropolitanos e quatro ultramarinos. O segundo, tendo o “Império francês” apenas como núcleo, espécie de federação chefiada por Napoleão (“sistema federal imperial”, *ibidem*, p. 219) formada por Estados vassallos/aliados (isso dependendo muito do ponto de vista) que se encontravam em mãos de parentes de Napoleão ou de príncipes estrangeiros, cujo número ia e vinha ao sabor das conquistas ou derrotas das tropas imperiais. Portugal, inclusive, chegou a fazer parte, em 1808, do “Grande Império”, sendo perdido em 1809 (*ibidem*, p. 217-219). Fontana, dá uma idéia das dimensões alcançadas pelo expansionismo napoleônico: “in 1812 (the moment of greatest expansion of Napoleon’s empire), France ruled directly over 44 million subjects (the population of France itself being about 28 million) to which must be added 33 or 35 million people in countries that had become France’s satellites: in all about 40 percent of the entire European population” (FONTANA, *op. cit.*, p. 119-120).

²¹² Para se entender a divisão estratégica deste Grande Império em três domínios e como esta divisão correspondia às direções possíveis da conquista francesa, cf. LEFÈBVRE, *op. cit.*, p. 428-429.

seu protegido e constituíra seu domínio temporal (Roma) como parte integrante de seu império.²¹³ Sob este ponto de vista, sua intervenção militar nos territórios papais era posta como legítima, uma vez que Pio VII, com sua recusa em indispor-se com a protestante Inglaterra, não cumpria seu histórico papel de defensor do rebanho católico ao colocar-se como cooptador de uma nação herege. Desta forma, ao esticar ao máximo o mimetismo político com o antigo imperador francês, o novo imperador fazia da guerra contra a ilha inimiga também uma guerra religiosa, santa e justa, que dividia a Europa entre católicos e hereges, buscando, com isso, reforçar também seu papel imperial de filho da Igreja, de defensor da fé e guardião do mundo católico-ocidental:

Publicou-se em *Roma* um Decreto em nome do Governo *Francez* pelo qual o Papa he privado de todo o seu território, porque S.[Sua] S.[Santidade] recusou declarar guerra a *Inglaterra* conforme lho requeria *Buonaparte*, e com o pertexto que os Estados da Igreja tinham sido concedidos por *Carlos Magno* para prosperidade da Religião Catholica Romana, e não para socorro dos Herejes. O Papa protestou contra este Decreto (*GRJ*, 08/07/1809).

Assim, monarquia universal, Sacro Império Romano Germânico e Império Romano do Ocidente são conceitos que apareceriam aglutinados na idéia de “Grande Império” que, segundo palavras atribuídas a Napoleão na *Gazeta*, resumia-se ao seguinte: “O tridente se unirá com a espada, e *Neptuno* cooperará com *Marte* para crear a magnificência do Império *Romano* dos nossos dias. Desde o *Rhim* até o Mar *Atlântico*, desde o *Escalda* até ao Mar *Adriático*, não haverá mais que huma Nação, huma vontade, e huma linguagem” (*GRJ*, 20/04/1811). Neste caso, o Código Napoleão teria a tarefa hercúlea de buscar homogeneizar, do ponto de vista jurídico, os diversos domínios franceses. Como recordaria, em 1818, Cairu, o “Soldado feliz [Napoleão], assoberbado com a Victória de *Marengo*, e a Paz de *Lunéville*, aspirou á Dictadura da Europa, como prelúdio do Império do Occidente”.²¹⁴

Esta última imagem deixa escapar um homem deslumbrado, quase que apalermado diante de algumas poucas conquistas militares e diplomáticas que o cegam com a ilusão de um poder universal. Aliás, a representação de Bonaparte como desprovido de sanidade mental, que ainda hoje faz dele uma figura caricata e que encontra diversas encarnações na população dos manicômios, pode muito bem ser considerada subsidiária de uma megalomania imputada a ele diante de seus planos de dominação ligados à reativação de uma monarquia universal.

Na própria *Gazeta* há várias alusões neste sentido que vão desde sua qualificação direta como “louco” (*GRJ*, 25/05/1814)²¹⁵ até referências à “demência do mais terrível tiranno que jamais

²¹³ Uma famosa frase atribuída a Napoleão, em um de seus diálogos com Pio VII, é bem reveladora de como ele, baseado na sua precedência imperial, considerava o papa seu vassalo: “Vous êtes le pape de Rome, mais j’en suis l’empereur”.

²¹⁴ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 30, parte 1, IEB.

²¹⁵ “loucas fanfarronadas” (*GRJ*, 08/04/1815), “loucas expedições” (*GRJ*, 08/04/1815).

oprimio a espécie humana” (*GRJ*, 22/06/1814). No entanto, percebemos que o aspecto de desequilíbrio emocional-mental na sua caracterização no jornal é realçado à medida que o combate a ele vai se mostrando eficaz e o final de sua carreira política se aproxima. Nas notícias de seu recebimento hostil por populares durante sua jornada rumo ao litoral francês para embarcar para Elba, após sua primeira queda, esta representação fica nítida:

Logo que via algum ajuntamento [Napoleão] chorava; alterava-se-lhe [sic] as feições; tinha sempre medo que o matassem. Se o tumulto augmentava, derramava torrentes de lágrimas; quando julgava passado o perigo, affectava grande segurança, tornava à conversação, fallava muito; mas as suas idéias não se ligavão. Parece que a sua cabeça sofre todos os dias desarranjo. Mostrava continuamente vontade de hir à *Inglaterra*; não testemunhou a mais leve pena de deixar a *França* (*GRJ*, 03/09/1814).

Depois de sua instalação na ilha dizia-se, inclusive, ter ele “perdido inteiramente o juízo, e os Médicos desesperavão de seu curativo” (*GERJ*, 05/09/1814).

O projeto por meio do qual Bonaparte buscou recriar a unidade política do mundo ocidental seria uma solução viável, encontrada por ele, para reconciliar a visão de uma pacífica irmandade de nações européias, ligada à tradição universalista da Ilustração, com a supremacia francesa.²¹⁶ E é dentro desta lógica que seus inimigos desmascaram suas aspirações quando afirmam que a “paz que *Bonaparte* quer he a monarchia universal. Seus planos estão claros, e isto he o que elle entende e seus Ministros, quando fallão da grande família” (*GRJ*, 17/04/1811). Godechot explica porque a idéia do “Grande Império” foi mal recebida na época:

Definitivamente, a tentativa napoleônica de unificação da Europa não encontrou mais apoio no mundo intelectual que nos meios políticos ou nas massas populares. Esta tentativa unificadora era improvisada e ambígua demais. Sem ser suficientemente liberal para satisfazer as massas, era excessivamente liberal para as classes dominantes, que temiam novas ameaças a seus privilégios tradicionais.²¹⁷

Cabe ressaltar que essa idéia cosmopolita, de uma Europa unida, que encontra suas raízes nos pensadores iluministas, acabaria por ser desvirtuada enquanto justificativa para as ambições militares/expansionistas dos governos revolucionários e pós-revolucionários. Neste caso, mais uma vez, Napoleão faz-se herdeiro da Revolução e se coloca como uma continuação dela. Contudo, avisa Lefèbvre, “l’unité créée par la conquête était la négation de cette libre union des peuples que la Révolution, à son aurore, concevait comme couronnement de son oeuvre”.²¹⁸ Consequentemente, essa imposição de uma hegemonia, que busca uniformizar, travestida, no plano discursivo, de uma fraternidade espontânea, ao não reconhecer particularismos locais, trabalhará a favor do

²¹⁶ FONTANA, op. cit., p. 122.

²¹⁷ GODECHOT, op. cit., p. 219.

²¹⁸ LEFÈBVRE, op. cit., p. 478.

exacerbamento do patriotismo nos lugares que se viram sob dominação napoleônica, aguçando os sentimentos nacionais que marcarão o Romantismo do século XIX.²¹⁹

Mas se, ao partirmos da caracterização negativa da ambição de Bonaparte, chegamos à questão da teoria do equilíbrio europeu, ainda temos mais uma camada a revelar, posto que o “próprio Grande Império não era mais que a armadura de um sistema mais vasto, o ‘sistema continental’”,²²⁰ que, por seu turno, assentava-se sobre o bloqueio econômico à Inglaterra. Assim, o alargamento dos domínios da França napoleônica objetivava, primordialmente, um maior controle dos portos continentais a fim de evitar a entrada de mercadorias inglesas e provocar o sufocamento econômico do inimigo mediante a perda de espaço no mercado do outro lado da Mancha.²²¹ Eis o que ficará conhecido na época como “sistema continental”. Este objetivo não escapava aos contemporâneos:

Esta voz continental adoptada, há tanto tempo pela política, e diplomacia *Franceza*, e tão constantemente repetida nos Decretos do Tyranno, nada mais significa que Império *Napoleônico*. Por tanto, systema continental he o plano de unir, e amoldar toda a *Europa* debaixo da sua dominação: guerra continental he a que faz, ou obriga a fazer as mais Nações para as subjugar depois, e paz continental he aquella quietação, e inimobilidade em que espera que fiquem todos os Estados da *Europa*, logo que os tiver aniquilado hum apoz outro: então livre de inimigos terá paz, menos comsigo (GRJ, 22/08/1810).²²²

Cita-se correntemente na *Gazeta* o bloqueio napoleônico em termos queixosos. Ele é um “anathema político de *Bonaparte*” (GRJ, 28/01/1809). Várias protestos são formulados sobre “os horríveis males do chamado Systema Continental” (GRJ, 20/06/1812)²²³ que é “hum systema que *Bonaparte* tantas vezes tem declarado como indispensavelmente necessário para a prosperidade do Continente” (GRJ, 18/01/1812). Fala-se em “todos os seus furiosos Decretos para destruição do commércio *Britânico*” (GRJ, 03/04/1811), nos “planos que, há muito, tem projectado para ruína da *Grã-Bretanha*, pela gradual construcção de huma Marinha que o habilite a arrancar o tridente da mão que o possui agora sem rival sobre as ondas, e que o tem preso na bastilha da sua própria costa” (GRJ, 25/12/1811). Vemos, portanto, como o Bloqueio Continental serve para cristalizar a oposição entre Napoleão e sua inimiga marítima, a ponto do redator do periódico fluminense afirmar que “ser inimigo de *Napoleão* he ser aliado da *Gran Bretanha*” (GERJ, 22/11/1813).

²¹⁹ Cf. neste sentido, as críticas de Madame de Staël e de Benjamin Constant aos planos de hegemonia napoleônica na Europa e suas propostas em FONTANA, op. cit., p. 125-126.

²²⁰ GODECHOT, op. cit., p. 219.

²²¹ Tulard frisa que o Bloqueio Continental contra a Grã-Bretanha não era uma idéia original de Napoleão, visto que o Diretório, à época da Revolução, havia pensado em aplicar algo parecido, não possuindo, contudo, meios para colocá-lo em prática (TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 167-168).

²²² Como uma imagem vai se embutindo na outra, as críticas à ambição napoleônica de criação de uma monarquia universal atrelam-se também àquelas do ogro que se ligam ao recrutamento cada vez mais numeroso de jovens para seus exércitos: “Os vastos projectos de império universal, contemplados por *Napoleão*, o induziram rigorosamente a infringir as leis da conscrição, e sem dúvida antecipá-la para os annos vindouros, o que arrancou a mocidade da *França* de suas famílias e suas cazas” (GRJ, 10/04/1813).

²²³ “opressão do systema continental” (GRJ, 28/12/1811).

No entanto, se a aspiração napoleônica de bloquear o continente aos artigos ingleses pudesse causar alguma forte impressão sobre a grandeza de seus domínios e poder, por outro lado seus inimigos viam-na como uma fantasia já que ele “tem alguns navios cujo número pôde aumentar, se quizer e tiver meios; mas não tem mares por onde naveguem. Este moderno Colosso está reduzido ao seu pedestal de terras” (*GRJ*, 13/06/1812). Esse falso alarde por parte do imperador, que ele promovia, segundo seus opositores, sabidamente sem chances de sucesso, possuía, não obstante, um propósito que ia além de uma retórica oca ou simplesmente megalômana que visava impressionar. Tratava-se de uma cortina de fumaça por meio da qual ele buscaria disfarçar seus interesses privados de domínio. Assim, denuncia o redator da *Gazeta*,

que huma só potência destituída de toda a experiência marítima, e de vasos, e cujos aliados estão em iguaes circunstâncias, queira obrigar todas as outras potências sem atenção ao seu local, relações, e precisões, a privar-se dos benefícios do commercio, a abandonar o que he necessário, e conveniente para a vida, a destruir as producções sobre-abundantes do seu paíz, e abrir mão de todas as vantagens provenientes da indústria, e navegação, he hum arbítrio extravagante, impracticável para com Reinos estranhos, injusto, e tyrannico para com a própria nação. [...] O projecto, era portanto, ridículo, e *Bonaparte* mui bem [o] sabia [...]; mas queria encher o continente de dynastias a seu modo, e imaginou este projecto de bloqueio para occultar aos *Francezes* o seu verdadeiro intento, isto he, o seu interesse privado com o público (*GRJ*, 28/01/1809).

Eis ecoando, mais uma vez, a imagem do homem dissimulado e egoísta. E esta imagem dá mais alguns passos até chegar àquela do Bonaparte indiferente com relação à França, pois para levar a cabo seus planos contra a Inglaterra não lhe interessa que ela sofra alguns de seus efeitos colaterais: “Os lucros do systema continental, esta boceta de *Pandora* que tem derramado tantos males, vão-se conhecendo em hum número considerável de bancarrotas em toda a extenção da *França* [sic]” (*GRJ*, 08/08/1811). Nada comparável ao esmero do rei português “em promover a felicidade de todos os Seus Fiéis Vassalos, já adiantando as fábricas, já favorecendo o comércio; e de passo atentando aos progressos da agricultura” (*GRJ*, 17/09/1817).

Mesmo o açúcar de beterraba, cuja extração industrial na França napoleônica seria um dos símbolos enaltecidos por seu governo da tentativa de não dependência com relação a produtos coloniais advindos dos domínios ingleses ou de seus aliados, como Portugal, ou carregados em navios ingleses (ou provenientes de qualquer porto inglês, independente da bandeira), seria utilizado na narrativa contra Bonaparte e seu bloqueio. Deste modo, afirma-se na *Gazeta* que o

trabalho que o Governo *Francez* tem tomado ultimamente para annunciar à *Europa*, pelo *Moniteur*, os progressos da Fabricação do assúcar de betteraves em *França*, só servirá, aos olhos das pessoas instruídas da marcha ordinária daquelle Governo, para disfarçar a urgente necessidade que a *França* e o *Continente* soffrem de gêneros *Coloniaes* (*GRJ*, 06/05/1812).

O trecho acima, retirado de um periódico londrino, fundamenta essa tese ao chamar atenção para várias licenças que Napoleão vinha concedendo para a importação de café e açúcar em troca da exportação de vinhos franceses. Sem dúvida, um forte sintoma de que a França não conseguia manter-se isolada dos produtos coloniais e de que a Inglaterra era necessária do ponto de vista comercial. Sinal mesmo de que o bloqueio marítimo imposto pela Inglaterra apresentara resultados. Ele que, ao contrário do continental, não visava reduzir o continente à fome, mas privá-lo de produtos coloniais e de matérias primas que haviam se tornado essenciais como café, chá, algodão, açúcar, índigo, especiarias, além do próprio maquinário de origem inglesa produzido a melhor preço que no resto da Europa.²²⁴ Posto isto, ainda sob este ponto de vista, não se perdia a oportunidade de colocar Bonaparte (e seu esforço contra a produção britânica) como opositor à ordem natural das coisas, imposta, segundo seus acusadores, pela onipotência divina e, deste modo, imutável:

era natural que elle [Napoleão] falhasse. Huma Providência sábia e benigna, determinou que os homens fossem dependentes dos homens. Que as nações não podessem existir humas sem as outras. Era natural, portanto, nós o repetimos, que ele falhasse, porque elle procura inverter a ordem da natureza, e as disposições da Providência (*GRJ*, 10/06/1812).²²⁵

Não obstante a divulgação das sequelas sentidas pela própria França diante do sistema continental venerado por Bonaparte, os domínios americanos de d. João não apareciam ileso a ele, a começar pelo próprio deslocamento do príncipe e de sua corte Atlântico abaixo. Mesmo a abertura dos portos do Brasil seria colocada pelo redator da folha fluminense como um dos efeitos colaterais mais imediatos dos decretos econômicos napoleônicos:

O Governo *Francez* em vez de conseguir delle [do Bloqueio Continental] os intentos a que se propunha, abriu novas, e incalculáveis fontes à indústria da *Inglaterra*, e a magnânima Resolução de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor foi o primeiro arrependimento, que *Bonaparte* se viu obrigado a ter do seu arbítrio. Nós viemos patentear mais e mais hum novo mundo ao comércio, e à civilização (*GRJ*, 28/01/1809).

Notemos, portanto, que a situação inicialmente calamitosa gerada pelos interesses napoleônicos é positivamente revertida a favor da Grã-Bretanha e de Portugal; o regente luso convertendo-a em um ato liberal e em um pesado golpe contra a França. No primeiro número da *Gazeta* “os sábios Atos do

²²⁴ **GODECHOT**, op. cit., p. 181-182.

²²⁵ Esta mesma imagem está presente na declaração de 20 de janeiro de 1814 do general von Blucher, do exército aliado, comandante do exército da Silésia, depois de sua entrada na cidade de Lorena: “somos nós os que combatemos por esta liberdade marítima, e não o chefe que vos governa, e que pelo contrário deseja fechar todos os portos, que a Providência deu ao gênero humano para seu benefício” (*GRJ*, 14/05/1814). Ela também aparece em Lisboa quando ele se refere ao “Systema do Continente, tão opposto ao Systema Cosmológico do Creador” (**LISBOA**, op. cit., p. 53, parte 1) e coloca que a “Theomachia” (guerra à Divindade) promovida por Napoleão e seus comparsas revolucionários não diz respeito apenas ao fato de “diffundirem a irreligião, como por vedarem o Commércio legítimo, fechando (quasi hermeticamente, se lhes fosse possível) os portos que a Providência abriera, compellindo os Europeos a privar-se dos mimos das outras regiões do Globo” (idem, p. 42-43, parte 1).

Governo do Nosso Amado Soberano” pelos quais o “Príncipe Regente Nosso Senhor imediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus Domínios ao livre Comércio de todas as Nações Amigas” (*GRJ*, 10/09/1808, ambas as citações) são o contraponto feito ao despótico Bloqueio Continental. Dez anos depois, o visconde de Cairu fará o elogio de d. João e a detração de Bonaparte nos mesmos termos, ao exaltar a adoção, por parte do príncipe português, de uma medida econômica de cunho liberal:

O Amigo da Humanidade [d. João] Ostentou a sua verdadeira Filantropia, não menos que iluminada Política, Mostrando em tudo contraste com o Inimigo do Gênero Humano [Napoleão], Invasor do Original Patrimônio da Monarquia Portuguesa, Estabelecendo no seu Principado um Liberal Sistema Econômico, que destruiu os antisociais efeitos do *Sistema do Continente*.²²⁶

As medidas de Bonaparte contra sua inimiga insular seriam denunciadas ainda como parte de um plano maior, extremamente ardiloso, por meio do qual ele visava aniquilar a autoridade dos príncipes aliados a ele, contando, a partir de então, com uma boa justificativa para a ocupação de seus tronos:

Todas as Folhas Continentaes andão agora cheias de decretos furiosos para destruir o commercio *Britannico*, e se puder ser o do Mundo todo. *Bonaparte* nas contorções da sua cólera, e delírios da sua raiva, he o Corifeo destas medidas desatinadas, e os insensatos Príncipes do Continente [...], unem-se a elle neste projecto, ignorando que se arruinarem o commercio de seus vassallos, causarão ódio a si mesmos, fomentarão a traição contra seus Thronos, e por fim aniquilarão sua mesma authoridade. *Bonaparte*, o maligno! regosija-se com esta consequência; porque desarraigado todo o respeito para com as antigas Dynastias, sua usurpação fica menos punível, e sua ignóbil família [que passaria a ocupar os tronos] menos odiosa. Os execrandos esforços deste feroz Tyranno contra o commercio são huma nova prova dos seus nenhuns remorsos, e da sua inimizade jurada ao gênero humano. Para faltar sua sanha contra *Inglaterra* trata de bagatella a ruína de seus próprios vassallos: para transtornar os recursos de hum inimigo, reduziria o Continente da *Europa* a hum estado de barbarismo, e suspendendo incansavelmente todo o systema commercial, destruiria a principal fonte da civilização (*GRJ*, 12/01/1811).

De fato, como bem o esperavam seus opositores, o Bloqueio Continental revelar-se-ia, paulatinamente, um dos grandes problemas de Napoleão, sendo mal visto, inclusive, pela nações aliadas à França, o que contribuiu para reduzir o prestígio do imperador nas terras por ele conquistadas. O desrespeito ao bloqueio – como aquele promovido por seu próprio irmão Luís quando ocupava o trono da Holanda – levaria o governo francês a tomar várias medidas extremadas contra as populações por ele administradas, incluindo-se aí ações de repressão militar, significando um grande dispêndio de recursos econômicos e humanos que, ao fim, acabou por mostrar-se fatal. Ilustram essas medidas os chamados “Decretos *queimadores* de *Bonaparte*” (*GRJ*, 26/01/1811), pelos quais o imperador ordenava a incineração de todos os tecidos ingleses proibidos encontrados em mãos de

²²⁶ Idem, p. 66, parte 2.

particulares, sendo os contrabandistas condenados a trabalhos forçados por dez anos e marcados com as letras V. D. (“voleur de droits”, ladrão de direitos).

3.1.9. Representações antinapoleônicas diante da Europa pós-1815

Napoleão e suas conquistas alertariam a Europa, primeiramente, para o alastramento do perigo revolucionário e, depois, para as ambições imperialistas que teriam ainda como efeito colateral o exacerbamento das nacionalidades. Mas, mais do que isso, o imperador colocaria a Europa frente ao desafio de articular o princípio da legitimidade com o equilíbrio europeu, devendo a estabilidade do continente ser controlada e monitorada, forjada à base de muitas manipulações restritas a um dado grupo. É esta a grande lição sobre a qual se fundamentam as negociações do Congresso de Viena e a justificativa da Quádrupla Aliança. É isto que explica a magnanimidade com a França após a queda de Napoleão, o que não ocorreria, por exemplo, com uma Alemanha após a Primeira Guerra Mundial.

Arelada a esse auto-exame e a essa mudança de estratégia no que toca aos assuntos geopolíticos do Velho Continente, a passagem de Napoleão e suas tropas ainda deixaria em seu rastro uma profunda mudança na própria auto-imagem do mundo europeu, ao descortinar o mito de uma Europa unida. A queda de Bonaparte ao não restaurar a suposta harmonia na Europa, como pleiteavam seus inimigos, causaria uma profunda desilusão diante da quebra do discurso que colocava todos os seus inimigos iguais em meio ao cenário tenebroso no qual estavam envolvidos. Desilusão esta aprofundada pelas atitudes que emanavam das decisões de Viena. Via-se que à quimera napoleônica, à qual se atribuíam todas as desgraças, ambições e desarmonias no tocante ao dilaceramento pelo qual passava a Europa, não se podia mais arregar uma culpa absoluta.

Esta percepção fica evidente na edição da *Gazeta* de 22 de março de 1815, na qual os arranjos que passam a efetuar-se no Congresso de Viena fazem com que ele seja comparado a Napoleão. Comenta-se sobre a “sorte da *Saxônia*” no Congresso, a partir de notícia da capital austríaca de 14 de dezembro do ano anterior. A Prússia recusava-se, então, a abrir mão da Saxônia, no que estava sendo apoiada pela Rússia. E, de fato, ao final das negociações, ela ficaria com a posse de parte dela. O interessante é vermos que a Prússia argumentava que a “honra da nação [...] requer que a *Saxônia* fique *Prussiana*, o que [...] na Monarquia Prussiana a voz da nação tem aclamado, voz em grita”. A respeito disso, comenta-se no jornal fluminense, em tom de reprovação: “Esta era outr’ora a linguagem de *Napoleão*, cujo tom e maneiras parece que são agora imitados de perto por alguns gabinetes”. As críticas continuam, e é com ironia que se fala no jornal do “livre Congresso de Estados independentes”. Ao final, comenta-se com amargor: “*Fez-se a guerra à pessoa de Napoleão, mas não*

aos seus princípios". Ou seja, a queda do imperador provocava um desencantamento da Europa com a própria Europa. Na edição de 8 de fevereiro do mesmo ano, o peso apresentado pela Inglaterra no quadro da rearticulação europeia também era criticado tendo como base, igualmente, a comparação com o inimigo de outrora:

Ao que parece, está-se no Congresso fazendo a guerra ao Gabinete de *Inglaterra*, como a *Inglaterra* a fez a *Bonaparte*. Queria este estender o seu despotismo sobre todo o Continente, e hoje pretende-se persuadir a *Inglaterra* a que renuncie á primazia, que exerce em todos os mares; porém conseguir-se-há isto? Os ministros trabalham mais do que nunca; mas o publico não tem conhecimento do resultado de suas discussões (*GRJ*, 08/02/1815).

Valentim Alexandre, em uma das passagens de seu livro, usa entre parênteses vários trechos de ofícios diplomáticos escritos por Palmela e Lobo da Silveira (representantes portugueses em Viena) a Aguiar, em 7 de outubro e 21 de novembro de 1815, buscando dar uma idéia das mágoas dos Estados que não estavam beneficiando-se com o Congresso. Eis o que escreve o autor:

ao longo de 1815 acentuara-se ainda a "tendência que já em Viena se patenteava para o estabelecimento do Directório das quatro potências" (com as respectivas zonas de influência, mais ou menos bem definidas), a um ponto tal que elas já não pensavam agora "haver por mais tempo mister de máscara", marcando uma preponderância que excedia "os limites até agora admitidos nas relações mútuas dos Estados independentes" e que ameaçava constituir "o resto da Europa em um estado de servidão".²²⁷

O que se percebe é o uso dos mesmos argumentos presentes no discurso antinapoleônico nas críticas às atitudes do Congresso. E os mesmos que há pouco acusavam incessantemente o imperador da quebra da Balança de Poderes na Europa promoviam esta mesma quebra. Um trecho da *Gazeta* do ano de 1810, que se refere a Bonaparte, aproxima-se, em muito, pelas imagens que traz, às acima usadas por Lobo e Palmela nas suas menções às negociações em Viena: "[Napoleão] para completar a escravidão da *Europa*, e o aviltamento das antigas família Soberanas, não julgará necessário tirar a máscara" (*GERJ*, 30/03/1810).

A amputação de Napoleão do cenário político deixa uma triste evidência: apesar de sua ausência o equilíbrio entre as nações europeias não havia sido restabelecido. Depois de construído como o grande culpado pelas mazelas do Continente, ao retirar-se, e deixar de ser o anteparo ideológico e imaginário de um discurso de suposta harmonia entre os Estados europeus, coloca-o frente à frente com o fato de que suas mazelas eram intestinas.

No Congresso de Viena a influência britânica mostrava-se imensa prometendo implicações no sistema internacional. A saída seria buscar reerguer a França e considerá-la enquanto potência de

²²⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 330.

primeira categoria nas negociações, usando-a como contrapeso da Inglaterra na Balança de Poderes. Rocha Loureiro, n' *O Português*, observava, em 1816, que

A Inglaterra como nação marítima pesa hoje mais do que todas as outras nações tomadas juntamente. A França, que lhe metíamos à cara e com a qual fazíamos o nosso jogo de defesa, está aniquilada. Portanto, não podemos contar por aliados os ingleses; antes pelo contrário, deles principalmente temos tudo a recear.²²⁸

Diante desta conclusão, o principal argumento usado para combater o ex-imperador mostrava-se oco, equivocado. Evidente estava que, apesar do grande inimigo ter caído, outro ocupava seu lugar. Com um Congresso de Viena que, de fato, mais segregava do que unia, com a deturpação da mensagem iluminista-revolucionária da fraternidade entre os povos usada para escamotear ações expansionistas e imperialistas, a idéia de Europa entrava em uma nova fase, sem volta: “From now on the European identity would no longer reside in shared traditions, in religious and cultural affinities. It had become a distinctive political reality, the privileged framework within which single nations had to find their place and a mode of coexistence”.²²⁹ E ecos dessa idéia ainda transparecem nas polêmicas centrais que têm acompanhado o cauteloso nascimento da União Européia, onde o apelo econômico serve como parâmetro de identidade e união.

O ano de 1821 traria, entre seus acontecimentos, a morte de Napoleão, em Santa Helena, no dia 5 de maio. Contudo, o destaque na *Gazeta* seria dado para dois acontecimentos anteriores a este. Um, anunciado na edição de 14 de março, sobre a participação, em caráter oficial, da volta de d. João à Europa e a permanência de d. Pedro no Brasil (decreto de 7 de março de 1821),²³⁰ e o outro, noticiado em 28 de abril de 1821, que trazia a descrição do embarque da Família Real para Lisboa. Embora, neste ano, Napoleão ainda aparecesse nas páginas do periódico como o “maior dos déspotas e dos tiranos” (*GRJ*, 20/09/1821), ele, há algum tempo, já não exercia suas funções despóticas – apenas na lembrança e no discurso dos seus inimigos – do mesmo modo como d. João, neste momento, já não era mais tão absoluto em suas decisões diante do movimento liberal português que estalara em 1820.

Se um suposto câncer carcomera aos poucos a existência do ex-imperador durante sua estada cativa na ilha do Atlântico e o vencera na suprema batalha pela vida, na margem oposta do mesmo oceano, o rei português via seu poder igualmente corroído progressivamente nas suas estruturas de Antigo Regime por uma moléstia surgida nas entranhas de uma Europa repensada por Rousseaus e

²²⁸ Apud, **ALEXANDRE**, op. cit., p. 440.

²²⁹ **FONTANA**, Biancamaria. The Napoleonic Empire and the Europe of Nations. In: **PAGDEN**, Anthony (ed.). *The idea of Europe from Antiquity to the European Union*. Washington, DC; Cambridge: Woodrow Wilson Center Press; Cambridge University Press, 2002, p. 128.

²³⁰ Cf. Decreto de 7 de março de 1821. Trata do regresso d'El-Rei para Lisboa ficando o Príncipe Real encarregado do Governo Provisorio do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_9.pdf).

Diderots e varrida pelos ventos das Luzes, do Liberalismo e de revoluções. Uma úlcera decorrente deste mal, que já se espalhara pela Europa e pelas Américas, que estourara recentemente no Porto, levaria à formulação de uma constituição liberal. Diante disto, o rei aclimatado aos trópicos ver-se-ia compelido pelos seus súditos europeus a retornar ao berço da monarquia lusa. O governo contratual triunfava sobre o mando paternal. O pai-monarca, que guiava sua família de súditos segundo o que ele achava que lhes traria a felicidade, deveria ceder lugar à mãe-nação guiada pela vontade geral do povo.

Esta ocasião daria ensejo, mais uma vez, para o aparecimento de Napoleão na *Gazeta* como parâmetro comparativo para exaltar o governante português. Enquanto o primeiro surge como aquele que buscara “Dilatar, e segurar os limites d’hum vasto Imperio á força d’armas, juncando campos de cadáveres, envolto em pó e sangue dos miseráveis venoides, e elevar sobre este montão de ruínas, e de cinzas hum Throno forçado, e por isso mesmo pouco seguro”, o representante dos Bragança

arrojou, dilacerou a venda, que offuscava suas vistas penetrantes e rectissimas; separou de si aquelles que a seu lado entorpecião a santidade, e vigor das Leis, e lhe substituião o arbítrio, o capricho, e talvez o interesse, alimentando assim o negro e infernal despotismo, inimigo implacável de todo bom governo; e restituído em fim aos seus naturaes sentimentos de justiça, piedade, e santo temor de DEOS, que tanto esmaltão, e caracterisção sua boa alma, se desce algum gráo do seu antigo Throno, jurando-se Rei Constitucional, he só sómente para elevar-se em muitos da gloria sua, e felicidade nossa, única mira de suas vistas, alvo único dos dezejões e cuidados do rei, que he digno de o ser (*GRJ*, 20/09/1821: Lisboa, 10 de julho de 1821, discurso que a S. M. dirigio o Excellentissimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo da Bahia no dia 4 de Julho, a bordo da Nao D. João VI, à frente da Deputação das Cortes, ambos os trechos do parágrafo).

Napoleão absolutista e despótico versus d. João liberal e constitucional. O ex-imperador aparece cristalizado em seu perfil negativo de homem público moldado pela contrapropaganda. Não obstante, d. João é o governante maleável, conectado e subordinado de coração aos interesses de seus súditos e que, mesmo tendo tido um cerceamento no caráter absoluto de seu poder pela Constituição, não deve tomar isso como um rebaixamento, mas como uma elevação.

Neste ponto, gostaríamos de chamar atenção para o tradicional papel estratégico que a figuração pictórica do rei apresentava para seu poder. De acordo com o costume, “a ausência física do monarca era compensada por representações e especialmente por seu retrato, o que permitia sua presença simbólica, elemento fundamental na idealização da unidade social e no fortalecimento dos laços de pertencimento à Nação portuguesa”.²³¹ Seguindo esta lógica podemos pensar como, apesar da presença física do monarca português nos trópicos, um outro retrato passa a ser usado com esta mesma função: o retrato (negativado) de Napoleão. É ele que, simbolicamente, ao ser reconstruído e

²³¹ **RODRIGUEZ LOPEZ**, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 (Série Teses), p. 44.

exposto, por meio da palavra escrita, passa a ter este apelo centrípeto, ao reforçar o rei como ponto em torno do qual se busca reorganizar os laços que unem o Império Português. Se antes, quando o rei estava ausente, tentava-se soldar a América à Europa, agora, com a mudança do eixo de poder para cá, parece se tentar transplantar parte da Europa para a América, com o intuito de mitigar a posição geográfica marginal da Monarquia Portuguesa, reencaixando-a no circuito europeu, e para dar ares de Europa, de civilização, aos trópicos, daí também a importância de transplantar Napoleão e suas guerras para cá.

Além do mais, notamos que na *Gazeta* a figura de d. João não se faz tão presente nas suas páginas até sua Aclamação em 6 de fevereiro de 1818. A partir de então, ele começa a aparecer com mais frequência e a ser maciçamente exaltado. Assim, quando ele surge com força no periódico, Napoleão praticamente já desaparecera de suas páginas. Logo, a figura de Bonaparte no discurso do jornal fluminense parece preencher de certo modo muito do silêncio em torno de um monarca que ainda não se definira de direito como tal, visto ser ainda regente. Ainda que até 1816 o príncipe não se faça tão presente quanto seu inimigo, ao considerar-se a frequência de menções a um e outro, sua imagem vai sendo exaltada pela detração do inimigo, como vimos, sua figura sendo construída, deste modo, nas entrelinhas do discurso negativo sobre Bonaparte. Trata-se da elaboração de uma imagem por comparações, onde se Napoleão é o “bandido”, ainda que d. João não apareça a toda hora para se contrapor a ele não há dúvida de que ele seja o “mocinho”.

Na despedida oficial do rei rumo a Portugal, a “Divina Providencia”, que tanto auxiliara o combate a Bonaparte e aos ideais que ele alastrava pela Europa afora e que concedera, finalmente, “após uma tão devastadora guerra o suspirado beneficio da paz geral entre todos os Estados da Europa”, curiosamente passava a ser posta como favorecedora destas mesmas idéias. A mudança rumo à uma nova conjuntura política portuguesa, de cunho liberal, aparece, no plano da retórica, no movimento brusco que retira as idéias liberais da mira de perseguição desta Providência e as coloca sendo acarinhadas e protegidas em seus braços. Deste modo, é Ela que em seus altos desígnios permitiu

que se comesçassem a lançar as bases da felicidade da Monarchia Portugueza, mediante o ajuntamento das Côrtes Geraes, extraordinariamente congregadas na [...] Cidade de Lisboa, para darem ao todo o Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves uma Constituição Política conforme os princípios liberaes que pelo incremento das luzes se acham geralmente recebidos por todas as Nações.²³²

Ou seja, o que antes era visto com grande temor na prática política pela monarquia portuguesa – “os princípios liberaes” –, agora aparece como uma das “bases da felicidade” desta monarquia. O rei

²³² Decreto de 7 de março de 1821. Trata do regresso d’El-Rei para Lisboa ficando o Príncipe Real encarregado do Governo Provisorio do Brazil, op. cit, todas as citações do parágrafo.

partia, declarando com certo pesar, “que Me impõe o prestado Juramento, que Eu faça ao Bem Geral de todos os Meus Povos um dos mais custosos sacrifícios, de que é capaz o Meu paternal e Regio coração, separando-me pela segunda vez de vassallos, cuja memória Me será sempre saudosa”.²³³ O lamento que parecia ligado exclusivamente ao distanciamento com relação aos seus súditos dos trópicos que o haviam acolhido em um momento tão adverso, ao deixar evidente sua gratidão para com eles, calava, sem dúvida, uma outra lamentação. O d. João que crescera em status político na sua Liliput tropical via seus momentos de gigante chegarem ao fim. Sua volta à Europa devolvia-lhe suas dimensões políticas originais, como quando Gulliver voltara para a Inglaterra. Sua volta, na condição de monarca constitucional, achatava ainda mais estas dimensões, como quando o viajante de Swift se vira na terra dos agigantados habitantes de Brobdingnag.

Ainda que o Napoleão de carne e osso, que definhava em frente à costa ocidental africana, não fosse mais o elemento que o constrangia com suas tropas a sair de um dos seus reinos, não obstante, era o Napoleão quimérico, símbolo das várias ameaças e temores que agora iam tomando forma cada vez mais concreta em Portugal desde a Revolução do Porto, que se fazia presente na razão de seu reembarque. Embora, como muito se afirmou contra um Bonaparte carente de legitimidade política em meio a uma Europa de cabeças coroadas, seu corpo simbólico estivesse fadado à morte junto com seu corpo físico, o que se vê aqui é o oposto. Se ele morria em Santa Helena, seu corpo simbólico, enquanto resumo dos novos tempos que buscavam substituir os antigos regimes, permanecia, apesar de sua ausência física.

Sua passagem pelo cenário político seria devastadora e deixaria como sequelas, para a Europa, o receio dos movimentos populares, mas também do despotismo monárquico. Se Napoleão abdica e morre as coisas não voltam absolutamente ao lugar. Os medos que ele passou a carregar em seu corpo imaginário, sob o olhar contra-revolucionário, conduziram a uma nova formatação do poder, à monarquia de poderes limitados, já inaugurada com a Revolução em 1789. Neste ponto, a Europa pós-napoleônica, em sua nova face liberal e constitucional, mostrar-se-ia mais revolucionária que o próprio Napoleão o fora do ponto de vista político:

Napoleão decahio do throno. A pátria já não está com elle. *Outra ordem de cousas só pôde salvá-la.* Temos conhecido os excessos da desenvoltura popular e do poder absoluto: restabeçamos a real monarquia, limitando por leis sábias os diversos poderes que a compõem (GRJ, 15/06/1814: Paris, 6 de abril, Adresse do Governo Provisional ao Povo francês, grifos nossos).

Uma das últimas referências pejorativas aos franceses e a Napoleão na *Gazeta* aparece em 1822, em um manifesto de d. Pedro, às vésperas do rompimento com Portugal, em que ele rememora as

²³³ Idem (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_10.pdf).

circunstâncias da vinda de d. João, ao exaltar a boa acolhida que seu pai e sua corte tiveram. Neste documento o ex-imperador da França é lembrado como o “Déspota da Europa” e os franceses como “invasores” (*GRJ*, 20/08/1822: Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas datado de 6 de agosto de 1822). Alguns dias depois, ele volta a aparecer nas páginas do periódico, na cópia de um trecho de um jornal português que o aponta como a razão do fim da situação colonial da América portuguesa:

a perseguição geral de *Bonaparte* foi realmente a primeira causa da condição política de *Brasil*. A não ser a invasão *Francesa* em *Portugal*, nem a Corte de *Portugal* atravessaria os mares, nem o *Brasil* seria Reino por huma Lei (*GRJ*, 31/08/1822).

O trecho acima que, a princípio, poderia ser tomado como uma atitude positiva do ex-imperador – sua contribuição, ainda que imprevista, ao novo status que adquiriria o Brasil mediante a vinda de d. João para cá, o que viria a ser sancionado por sua elevação a Reino – quando lido, prestando-se atenção a quem escreve – um português reinol em meio às tensões entre as Cortes de Portugal e o governo provisório de d. Pedro no Brasil –, revela um uso ideológico diferente da figura napoleônica. Uso este que deixa entrever essas tensões entre a ex-colônia e a antiga metrópole. Aqui ele é utilizado no jornal luso para criticar e esvaziar a nova condição do Brasil, colocando-a como algo circunstancial, produto de uma exceção (a invasão do Reino pelos franceses) e, enquanto tal, ligada a um caráter emergencial e transitório que, deste modo, tem legitimidade para ser desfeito. É a fala de um Portugal que busca restaurar seu papel metropolitano. O redator da *Gazeta*, por sua vez, nos comentários a este extrato discorda que a elevação do Brasil tenha se dado por um acaso, apenas pela pressão napoleônica e a consequente vinda da Corte, ao argumentar que ela, mais cedo ou mais tarde, teria lugar. Não se tratando, portanto, de algo circunstancial.

Note-se que, se em 16 de dezembro de 1815, o Brasil é oficialmente elevado a Reino, em 10 de dezembro deste mesmo ano²³⁴ Napoleão instalava-se em Longwood (Santa Helena), que seria seu último lar, tendo lá chegado em 16 de outubro na ilha. Isso parecia indicar que a vitória sobre a França e a prisão definitiva de Napoleão realmente correspondiam ao fim de uma ameaça e traziam a paz e a união e permanência da coesão do Império luso a ponto de d. João decidir-se por fazer do Brasil um reino. A elevação do Brasil podia fazer supor um reflorescimento do poder joanino e da ultrapassada estrutura monárquica dos Bragança. Contudo, as idéias liberais/revolucionárias que passaram a ecoar com a Revolução Francesa e que haviam feito de Napoleão seu mártir não estavam presas em Santa Helena e tão pouco seriam enterradas com ele, em 1821, naquela ilha. Elas já estavam por toda a parte

²³⁴ Segundo cronologia de TULARD, Jean. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996, p. 499.

e reapareceriam, como mais uma assombração, em 1817 em Pernambuco²³⁵ e em 1820 no Porto. Deste modo, o que parece duas vitórias para a consolidação do poder joanino (prisão de Napoleão e Brasil elevado a reino) seria apenas outro duro golpe ao seu poder dentro dos moldes do Antigo Regime. O primeiro, sem dúvida, havia sido sua vinda, pois embora mantivesse seu território íntegro e a soberania de sua casa reinante criava diferenças insuperáveis entre Portugal e Brasil. O outro, a abertura dos portos do Brasil. A pá definitiva de cal seria sua Aclamação no Rio de Janeiro que tanta polêmica causaria em Portugal.

Após o desastre da Rússia, o inglês Canning diria: “O grande dilúvio [Napoleão], que inundou o Continente, principia agora a sumir-se: a Pomba soltou-se, e pode ser que volte com o bem vindo ramo d’oliveira” (*GRJ*, 06/11/1813). É verdade que o d. João-Noé, que para aqui viera, em sua arca real, construir um novo império, não demoraria muito a ver o tal ramo concretizar-se na saída de cena do imperador. Contudo, a tempestade revolucionária que o impulsionara ao poder mostraria que não havia se dissipado de todo. Ele, que era um corpo, um nome, um rosto dado a todos os males do seu tempo, sai de cena, mas as novas idéias, a nova maneira de se analisar e organizar o mundo que vinha sendo gestada desde fins do século XVII e durante o XVIII, e que ganharia corpo sob a Revolução, em um parto de dores violentas, continuava viva, nas mentes e ações dos homens. E tentará renascer ao longo de todo o século XIX, em 1830, em 1848, em 1871, apenas para citar alguns marcos da História francesa.

Em 1814, a notícia da primeira queda do Napoleão da Coluna Vendôme também seria divulgada na *Gazeta*: “Esta estátua foi muito modificada pelos que, para a fazerem cahir, tentarão serrar-lhe as pernas, e tirarão a cruz, que estava em cima do globo, que elle tem na mão” (*GRJ*, 02/10/1814). Se os aliados antinapoleônicos davam combate ao inimigo nos campos de batalha, buscando eliminá-lo fisicamente, eles também lhe davam combate em seus discursos, como aquele da *Gazeta*, procurando eliminá-lo simbolicamente. A cada página em que se divulgavam as derrotas de seus exércitos – que lhe davam mobilidade pela Europa – era como se serrassem suas pernas imaginárias, como se daria posteriormente com sua estátua. A cada palavra que o caracterizava como a grande força maligna da época, tentava-se arrancar a cruz que se encontrava em cima do globo que segurava na Vendôme, globo este que significava a monarquia universal, contribuindo para o arruinamento de seus sonhos imperiais na Europa. É bem verdade que, segundo descrições e representações desta estátua, o globo seria encimado não por uma cruz, mas por uma alegoria da vitória. E talvez a confusão da cruz com a vitória, na descrição acima, possa ser vista como indício de como os aliados antinapoleônicos e seu

²³⁵ Cf. a “Conclusão” da tese.

inimigo concebiam a base do poder: os primeiros, sob o signo da tradição, o segundo, sob o signo da inovação tendo suas vitórias como esteio.

Capítulo 4

As outras faces do inimigo: a França e os franceses

Os Francezes infieis, e amigos de novidades, presumidos de Mestres de Universo, e havendo por tres lustros atroado a Terra com os seus arbitrarios *Direitos do Homem*, e Constituições Contradictorias, prostarão-se ante o Idolo das proprias mãos: e a que se disse a *Grande Nação*, e o *Povo Regenerado* que tinha sofrido a vil compulsoria de prestar o absurdo juramento de *Odio á Realeza*, confirmou com novo perjurio os horrores da Revolução, com servil lisonja adorando ao paizano de *Ajaccio*.

José da Silva Lisboa. Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI.¹

No pequeno trecho acima referido, o futuro visconde de Cairu, funcionário da Coroa e entusiasta enaltecedor de d. João, reúne fortes e categóricas opiniões sobre os inimigos portugueses. Embora sua *Memória* tenha sido lançada posteriormente ao fim da guerra com a França, nela encontramos registros, como o citado, a respeito dos oponentes da época dos conflitos que, pela característica áulica de seus escritos, reproduzem com fidelidade a visão do governo luso sobre eles. Interessante é que junto com aquelas opiniões negativas, Lisboa também deixa vir à tona outras que mostram o conceito que os próprios revolucionários tinham de si e de seu papel no contexto da época, ou ao menos o conceito como entendido por aqueles que viram a Revolução de fora e que queriam marcar seu distanciamento dela. Tudo o que leva a pecha de francês é revolucionário, adepto das idéias liberais e ilustradas, ligado à violência e à quebra da tradição. A adoração, pelos franceses, do “paizano de Ajaccio”, Napoleão, é uma idolatria que renova o comprometimento deles com a grande heresia revolucionária.

As palavras de Cairu trazem várias camadas representacionais que foram sendo depositadas no imaginário português ao longo dos últimos conflitos de fins do XVIII e início do XIX. Se, no capítulo anterior, a grande figura inimiga apresentada foi Napoleão, neste vamos tratar basicamente da França e dos franceses. Assim, daremos continuidade à reconstrução das faces do inimigo. Mas, antes de voltarmos novamente as nossas vistas para o conteúdo do jornal da Corte, resolvemos, com o mesmo intuito, fazer um rápido recuo para antes de 1808, a fim de captarmos outras imagens sobre eles. Então, passaremos para a documentação da Mesa do Desembargo do Paço, vendo como mesmo a censura joanina ecoava idéias negativas sobre a França, e para a documentação da Intendência de Polícia. Nossa

¹ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 49-50, parte 1, IEB.

proposta, portanto, é fornecer um panorama da situação dos franceses antes e depois da queda de Bonaparte, atentando para as medidas governamentais em relação a eles.

4.1. Os franceses no imaginário da América portuguesa antes de 1808: de piratas dos mares a piratas das idéias

*Das mãos do teu Estêvão vem tomar
As rédeas um, que já será ilustrado
No Brasil, com vencer e castigar
O pirata francês, ao mar usado
Camões. Os Lusíadas²*

O mês do desembarque de d. João no Rio em 1808 – março – foi o mesmo em que, em 1565, a cidade havia sido fundada. Quase 250 anos após sua fundação, o centro urbano que, com a instalação da Corte, vira seu status colonial modificado pela necessidade de ser transformado na nova sede governativa do Império luso, mais uma vez, tinha seu destino alterado devido à política internacional da França. Basta lembrarmos que o surgimento daquela que, à época do desembarque real, era a capital da América portuguesa “atendeu à necessidade imperiosa de se exteriorizar o domínio português nas águas da Guanabara, para se contrapor às guerrilhas francesas e tamóias”.³

Frente a ingleses, holandeses e, principalmente, franceses,⁴ que beliscavam ilegalmente as costas atlânticas do império colonial dos lusíadas em busca de vantagens comerciais, era preciso impor marcos de posse e ocupação da terra e de defesa militar. De tal modo que, na estrofe em que Martim Afonso de Sousa é imortalizado por Camões nos fastos heróicos dos lusos devido ao fato de, no Brasil, “vencer e castigar / O pirata francês, ao mar usado”, vemos um poético resumo de um dos muitos episódios das disputas colonialistas européias. E a julgar pela opção da Coroa, em 1807, pela preservação da posse da América e não do Reino, estas disputas ainda se faziam presentes na época das guerras napoleônicas.

² CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002 [1572], p. 299, canto décimo, estrofe 63.

³ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 65, nota II (nota de Noronha Santos).

⁴ “Os franceses, freqüentes na costa brasileira desde os inícios do Quinhentos, sempre deixavam marinheiros nas regiões que visitavam, para que se amiassem com as índias e aprendessem sua língua. Na Guanabara e no Maranhão, havia intérpretes do tupinambá, sobre o qual André Thevet e Jean de Léry fizeram observações gramaticais, publicadas em 1575 e 1578. No Maranhão, verteram-se para essa língua a oração dominical, a saudação evangélica, o símbolo dos apóstolos, os mandamentos e os sete sacramentos. O contato lingüístico além disso, teve mão dupla: alguns indígenas, como um chefe que viveu na França por um ano aprenderam francês” (VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (v. 1), São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 342-343.

Notemos como a retórica joanina de vir dar combate a Napoleão no Rio, ao delinear sua vinda como uma missão estratégica para a sobrevivência de seu Império, e o propósito do surgimento da cidade, em 1565, para a defesa das posses lusitanas na América dos ataques franceses, aproximam-se. Se a São Sebastião do Rio de Janeiro surgira no século XVI, na última fase da peleja contra a “França Antártica”,⁵ no século XIX, o novo Sebastião desembarcava em solo fluminense com o mesmo intuito de apagar de vez a França, agora napoleônica, da lista de suas preocupações.⁶

Entre 1612 e 1615 a “França Equinocial”, fundada por La Ravardière, em São Luís do Maranhão, seria mais um lembrete da cobiça dos franceses sobre as possessões lusas. Não muito longe dali, em 1626, eles instalariam uma feitoria em Caiena, na Guiana. A partir de 1688, o governo de Caiena apresentaria pretensões ao território atual do Amapá, à margem esquerda do Amazonas, onde os portugueses haviam estabelecido algumas fortificações. Nove anos depois, ele chegaria a tomar os fortes de Macapá e de Paru, que seriam logo reconquistados, o que daria início à questão de limites entre Brasil e Guiana que se estenderia até o século XIX.

Mas o que ajudaria a cristalizar no imaginário colonial da América portuguesa, ao longo do século XVIII e do início do XIX, o terror com relação aos franceses, mesmo antes de Robespierre pensar em existir, seria a tentativa de Jean François du Clerc de invadir o Rio, em 1710, com seis navios e mil homens e, principalmente, aquela de René Duguay-Trouin que, no ano seguinte, o faria com uma esquadra de dezoito naus e mais de cinco mil homens zarpados de La Rochelle.

Estes dois episódios refletiam os realinhamentos que vinham tendo lugar com a Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) que se desenrolava na Europa e que colocara de um lado da arena França e Espanha e do outro Portugal e Inglaterra. O conflito levaria à abertura de hostilidades entre os dois países ibéricos que transbordariam para as porções coloniais do Atlântico, como exemplificam as duas investidas francesas acima citadas. Isto, bem antes daquele outro apoiado por um Godoy simpatizante de Napoleão. Como principal consequência, diante das muitas vantagens coloniais e comerciais que a Inglaterra obteria nas negociações do Tratado de Utrecht (1713) que remataria a guerra,

⁵ Estabelecimento colonial francês estabelecido na Baía da Guanabara, entre 1555 e 1567, e fundado por Nicolas Durand de Villegagnon.

⁶ As informações sobre a presença francesa no Brasil que se seguem, salvo quando houver a citação de algum outro autor, foram retiradas de **MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 34-36. A autora também cita vários relatos de viagem de franceses que aqui estiveram antes de 1808.

a influência francesa nos mares ver-se-ia abalada.⁷ A posse britânica do cetro marítimo seria consolidada, por conseguinte, ao longo do restante do século.

É aqui que começa a ser esboçado o quadro internacional em que flagramos a Família Real portuguesa pronta para rumar para a América. Mas, se até o início da Guerra de Sucessão Espanhola a cana-de-açúcar e o Pau-Brasil já davam margem a sérias investidas estrangeiras, o que não fariam os concorrentes quando o que passava a estar em jogo eram também metais e pedras preciosas? Esta deveria ser a dúvida crucial que pairava então sobre as autoridades portuguesas, ainda mais em um momento de confronto. Laura de Mello e Souza elucida a questão no que toca aos franceses naquela conjuntura. Segundo a historiadora, eles,

em particular, sentiam-se alijados das vantagens comerciais que Portugal vinha, desde a Restauração, concedendo a holandeses e ingleses, e não conseguiam ganhar terreno nas práticas ilegais, então freqüentemente acobertadas por acordos diplomáticos. A fome de metais nobres [...] era então intensa, seja porque, na ausência de papel-moeda, eles sustentassem o sistema monetário seja, numa época de guerra ininterrupta, por constituírem o principal meio de pagamento dos soldados. Prova cabal desse estado de coisas é a *Memória* que o francês Ambroise Jauffret escreveu em 1704 e dirigiu ao conde de Pontchartrain, ministro de Luís XIV, no intuito de facilitar um ataque francês ou, caso este não se viabilizasse, espanhol à porção sul da América portuguesa.⁸

No momento em que o Rio torna-se a nova sede do vice-reinado, em detrimento de Salvador, em 1763, além de sua maior proximidade com o ouro e os diamantes que haviam sido descobertos na região das Minas, em fins do século anterior, e que para ali eram escoados, a preocupação em preservar tais riquezas da cobiça estrangeira, principalmente da francesa, também se fazia presente. A esta altura, a Europa encontrava-se mergulhada em outro conflito de grandes proporções, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que, mais uma vez, a dividia em dois blocos antagônicos. Nele já se sobressaía a disputa entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial e marítimo das colônias das Índias e do norte da América.

Para a decisão da mudança da sede colonial deve ter pesado, em muito, o episódio em que entraram na barra do Rio, em 23 de julho 1757, seis navios franceses carregados de regimentos e armas,

⁷ “o Rio de Janeiro tornara-se capital num momento delicado para Portugal e seus domínios no quadro das relações internacionais; dentro do qual, acirrada a disputa ultramarina entre os demais Estados europeus, colocava-se o problema da preservação dos territórios coloniais, ou da ‘defesa do patrimônio’ luso no ultramar” (BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 85). No capítulo 2 da obra, “As guerras e os Impérios” (p. 49-80), a autora reconstrói o contexto das disputas relacionadas à Guerra de Sucessão Espanhola. Na p. 53, ela lembra que, além do Rio, existiram outros focos de assédio dos franceses no Império português enquanto durou o conflito: “Corsários franceses queimaram a cidade de Benguela em 1705, saquearam a Ilha do Príncipe em 1706, São Tomé em 1709, e, em 1712, Santiago do Cabo Verde. Mas nenhum desses empreendimentos foi tão lucrativo quanto a invasão e o saque da cidade do Rio de Janeiro em 1711 pela esquadra de Duguay-Trouin”.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 257-258.

a serviço do rei francês Luís XV e da Companhia das Índias Orientais. De fato, esta esquadra armada seguia em direção dos entrepostos da Ilha de França e Coromandel na Índia, de onde deveriam atacar os ingleses. Mas, apesar da posição neutral de Portugal no conflito naquele momento, enquanto a esquadra manteve-se defronte ao Rio, a cidade foi assolada por um “terror pânico”.⁹

A reação da população fluminense, não obstante, mostraria ter algum fundamento: diante da posterior opção lusa pela aliança com a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos, planos de uma nova invasão francesa ao Rio, em 1762, seriam arquitetados e quase estiveram na iminência de acontecer, não chegasse a paz antes da partida da esquadra do porto de Brest. Luís XV, além de retaliar a quebra da neutralidade de Portugal em favor de sua inimiga inglesa, planejava usar os territórios conquistados na América portuguesa como trunfo nas negociações que fechariam o conflito.¹⁰

Um episódio relatado pelo comerciante inglês Luccock, ocorrido no ano da chegada da Corte no Rio, guardaria muitas semelhanças com aquele de 1757. Embora a declaração de guerra aos franceses desse reais motivos para uma nova onda de pânico diante da bandeira inimiga, possivelmente, o que vemos são ainda cidadãos reféns do fantasma de Duguay-Trouin. Refere-se ele ao

pânico que se estabeleceu quando, em novembro de 1808, um pendão francês surgiu ao largo do pôrto, embora houvesse apenas um navio à vista e que não demonstrava nenhuma hostilidade. O alarme, é verdade, não se propagou aos círculos navais e militares e muito menos ao Gôverno; mas o povo estava cheio de ansiedade, mostrando o que dêle se poderia esperar, no caso de um ataque sério. Verificou-se tratar de um navio parlamentar que transportava presos da Ilha de França.¹¹

Deste modo, dos Quinhentos até o momento do desembarque de d. João em solo fluminense – antes, portanto, que ele aqui aclimatasse o conflito com a França napoleônica – o cotidiano da futura Corte tropical seria marcado por várias medidas preventivas tomadas pelas autoridades locais contra o assédio estrangeiro. Estas medidas iam desde a legislação, como a lei de 8 de fevereiro de 1711 que proibia qualquer comércio dos súditos lusos com a tripulação de navios estrangeiros,¹² até a construção de fortes que marcariam o urbanismo da cidade. Segundo Bicalho, o

Rio de Janeiro viveu, até o alvorecer do século XIX, a experiência de um constante estado de sítio. O temor diante de possíveis invasões ou da simples proximidade de navios

⁹ BICALHO, op. cit., p. 60-61. Sobre o episódio, cf. item 2.3. da obra, “Terror Pânico na Colônia”, p. 60-68. A autora, na p.65, acrescenta que “essa experiência demonstrou o quanto estavam arraigados nos corações e nas mentes dos moradores e das autoridades do Rio de Janeiro a suspeita e o medo em relação à abordagem de naus estrangeiras, sobretudo francesas”.

¹⁰ Sobre esses planos, cf. BICALHO, op. cit., item 2.4., “A Suprema Ameaça”, p. 69-77.

¹¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 59.

¹² BICALHO, op. cit., p. 34.

estrangeiros marcou o cotidiano e o imaginário social da cidade, de seus governantes e moradores...¹³

Iniciada a Revolução e decapitado Luís XVI, a Campanha do Rossilhão (1793-1795), primeiro enfrentamento entre Portugal e a França republicana, daria aos corsários franceses nova justificativa para que voltassem a assombrar de maneira reiterada as costas do Brasil. Entre 1794 e 1801, calcula-se que Portugal tenha sofrido prejuízos avaliados em mais de 200 milhões de francos, quase que em sua totalidade em cargas vindas do Brasil.¹⁴ Constatam ainda, na época do Diretório e do Consulado, vários projetos de expedição e ataque às costas do Brasil: um em 1796 e outro em 1797, três em 1799 e dois em 1800.¹⁵ Um deles contra a cidade de Salvador. Tanto assim que, em Recife, no ano de 1799, seria aberta uma contribuição para a compra de uma fragata pelos comerciantes da cidade que seria usada, segundo o bispo Azeredo Coutinho, “para a defesa daquela Costa até então infestada de piratas, que com a bandeira francesa tomavam e roubavam os navios de comércio à vista mesmo da terra”.¹⁶

A eclosão do processo revolucionário na França não demoraria a impactar as representações sobre ela e os franceses nas possessões portuguesas do Atlântico.¹⁷ O estado de guerra na Europa voltava a reforçar os temores de possíveis ameaças às colônias por parte dos ex-súditos de Luís XVI. Agora, no entanto, eles pareciam não almejar apenas vantagens comerciais: tanto quanto contrabandear mercadorias ou tomar navios de assalto, queriam tomar de assalto as idéias dos vassallos e contrabandear-lhes mente adentro seu incendiário ideário. Suas opiniões e exemplos, tanto ou mais do que suas

¹³ Idem, p. 176. Para a lei de 8 de fevereiro de 1711, cf. p. 34. Nesta obra a autora explora em detalhes estas medidas preventivas contra os estrangeiros e como isso afetou o cotidiano colonial fluminense sob diversos aspectos, como o urbanístico e o das relações entre a Coroa e as autoridades coloniais.

¹⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 25.

¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para professor titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 47-48. Para um episódio, de 1800, que demonstra o receio das autoridades portuguesas durante cerca de seis meses acerca de boatos sobre um plano que três fragatas francesas tinham de fazer o curso no litoral do Brasil, cf. BICALHO, op. cit., p. 142.

¹⁶ Apud BERNARDES, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: ANDRADE, Manuel Correia de & FERNANDES, Eliane Moury (orgs.). *O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1992, p. 76.

¹⁷ Ana Cristina Bartolomeu Araújo, comenta, acerca do temor que atinge as elites portuguesas a partir de 1790 com relação à França revolucionária, que os “rigores da Intendência-Geral da Polícia, dirigida pelo filantrópico e esclarecido Pina Manique, atingem o paroxismo. São frequentes os apresamentos de navios franceses, os impedimentos de desembarque de soldados republicanos, insistentes as rusgas dentro e fora da alfândega em busca de livros proibidos e o encarceramento ou expulsão de vários franceses residentes em Lisboa. Neste domínio, os casos mais célebres foram os do tesoureiro da feitoria francesa em Lisboa, do pintor Noël, de d’Orquigny, acusado de ligação a uma loja maçônica na Madeira, de Dupethouars, capitão do barco *Le Diligent*, e do ‘cidadão Darbault’, enviado pela Convenção, em 1792, para secretário da legação francesa em Lisboa” (ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. *As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 5, p. 23). Ainda para o temor acerca da difusão das idéias revolucionárias em Portugal na última década do século XVIII e a atuação do intendente de Polícia Pina Manique para reprimir esta difusão, cf. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 63-65. No item 4.4. deste capítulo trataremos sobre a ação da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro relativa aos franceses.

ofensivas, passariam a ser vistas como perigosas ameaças aos súditos das majestades do Antigo Regime que não haviam caído em desgraça com *Madame La Guillotine*. Afinal, o vírus da Revolução poderia convulsionar corações e mentes de vassalos leais nos quais germinava a insatisfação, levando-os a questionar o que deveria ser inquestionável e romper a ligação com o rei-pai.

Sob esse ponto de vista, o elemento externo/estrangeiro com sua ação desestabilizadora era utilizado para justificar uma maior vigilância sobre o elemento interno/súdito buscando resguardar o governo da ameaçadora possibilidade de desequilíbrio no interior de suas possessões. Ao analisar a repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco entre fins do XVIII e início do XIX, Denis Bernardes mostra como os franceses eram, então, o alvo primordial da ação preventiva do governo:

Diversos avisos vindos da Corte, recomendavam que uma atenta e severa vigilância fosse exercida continuamente ao longo da costa, que se cuidasse das fortificações, dos armamentos e do estado da tropa de linha e das forças auxiliares. Especial atenção devia ser dispensada quanto à presença de franceses, e o aparecimento de qualquer vela suspeita devia ser de imediato comunicado. O receio de corsários, arvorando bandeira francesa tornou-se real e generalizado e não poucos alarmes, alguns falsos foram dados.¹⁸

É de 10 de março de 1793, menos de dois meses após a execução do rei francês, uma carta enviada da metrópole ao governador da Bahia, d. Fernando José de Portugal, com a finalidade de alertá-lo sobre uma possível incursão francesa ao portos do Brasil. Ele, que quinze anos depois, seria nomeado para o primeiro gabinete ministerial do recém-chegado príncipe regente, no momento crítico da invasão do reino por Napoleão. A preocupação demonstrada não se restringia mais à uma possível invasão. Advertia-se sobre “um ponto que seria insistentemente abordado pela correspondência ultramarina dos últimos anos do século XVIII: o perigo de disseminação nas colônias dos princípios revolucionários franceses, as *abomináveis doutrinas de liberdade e igualdade*”.¹⁹

Recentemente, possessões inglesas do norte da América haviam declarado sua independência. Este sucesso inédito, aliado às críticas que vinham tendo lugar sobre as iniquidades crônicas no exercício do poder e das práticas comerciais advindas da condição colonial, fazia deste meio pólvora seca para a qual os valores revolucionários apareciam como rastilho. Cabe recordar que o “movimento filosófico do iluminismo teve na França a sua expressão mais coletiva e organizada através da Enciclopédia”.²⁰ Ele seria o esteio ideológico da Revolução. Sua eclosão, mostrara, assim como no caso das Treze Colônias inglesas, como as novas teorias podiam levar a novas práticas que se distanciavam daquelas do Antigo

¹⁸ BERNARDES, op. cit., 1992, p. 75.

¹⁹ BICALHO, op. cit., p. 154, grifos do original. Para a análise da carta enviada a Fernando José de Portugal, datada de 1793, e outra datada de 1792 advertindo o conde de Resende sobre os planos de divulgação da doutrina revolucionária, cf. idem, p. 153-155.

²⁰ BITOUN, Jean. Atualidade da Revolução Francesa. In: ANDRADE & FERNANDES, op. cit., p. 14.

Regime e do tradicional sistema colonial. Lente de aumento para a nova forma de pensar o mundo, a Revolução Francesa iria captar os raios destas Luzes e produziria muitas faíscas que ela planejava compartilhar com todo o gênero humano.

Se essas faíscas, ao influenciarem os espíritos liberais residentes nas colônias, acenderam o rasilho e fizeram a pólvora explodir, para alguns a simples faísca já deveria trazer encantamento. Talvez esse fosse o caso do advogado Sampaio que, em 1817, ano em que o fantasma revolucionário francês voltaria a assombrar o rei português na Revolução Pernambucana,²¹ encontraria com Auguste de Saint-Hilaire. Segundo o viajante francês, o morador da Vila do Fanado, nas Minas Novas, causou-lhe admiração pois “Tinha instrução, e, coisa admirável em região tão afastada, conhecia, nos menores incidentes a revolução francesa”.²²

As inquietações da Coroa, contudo, não provinham apenas do ritmo, que parecia incansável, da marcha das tropas revolucionárias que iam se espalhando pelo Velho Mundo, batalha após batalha, embebidas no fervor de suas novas convicções. Para elas muito deve ter contribuído a existência, em Paris, de uma organização propagandística: *Le Cercle Social*. Encarregada da tradução de proclamações, documentos e constituições, em todas as línguas conhecidas na Europa, entre as quais o português, ela seria um dos instrumentos utilizados para concretizar a vocação messiânica e universalista que os franceses atribuíam à sua revolução.

Em uma carta de 25 de novembro de 1791 o embaixador de Portugal em Paris escrevia para Lisboa noticiando os “clubes denominados cercos Sociais” que, a seu ver, encarregavam-se “especialmente da conversão dos estabelecimentos do Novo Mundo”. Sua principal munição para tal, ainda segundo ele, eram os “exemplares impressos da Constituição francesa e [da] declaração dos direitos do homem”, além de “comentários aos horríveis princípios que professam, como sobre a legitimidade da insurreição, a que chamam o mais santo dos preceitos e a primeira das obrigações do homem que deseja ser livre”.²³

De acordo com mais uma informação, agora remetida de Lisboa ao governo de Salvador, datada de 1796, a espionagem lusa descobrira planos de que o *Cercle* “enviaria um expedição por mar no sentido de que seus propagandistas viessem a ‘introduzir nas colônias estrangeiras, o mesmo espírito de liberdade que reina neste país (França) e dividir as forças dos soberanos do Novo Mundo’”.²⁴ Navios

²¹ Cf. a “Conclusão” da tese.

²² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1830], p. 223.

²³ Apud SANTOS. *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 30 (todas as citações do parágrafo).

²⁴ BERNARDES, op. cit., p. 92. As informações que seguem, inclusive no parágrafo seguinte, são relativas às p. 92-93 da obra.

foram denunciados, assim como a condução de uma constituição traduzida em português e espanhol que depois de ser desembarcada em Salvador seguiria para o Rio.

A ação do conde de Resende, em 1794, contra quatro franceses que haviam sido encontrados, durante uma inspeção, em um navio negreiro que seguia para Angola, indica bem como a desconfiança a tudo que se relacionasse com a França fazia-se forte diante da eclosão do processo revolucionário e do conhecimento sobre os Círculos Sociais. Ainda que os franceses tivessem apresentado passaportes, o vice-rei os enviaria para prisões apartadas, sem direito à comunicação alguma, enquanto se investigava a razão de estarem indo para Angola. O próximo passo seria enviá-los para Lisboa.²⁵

Fato é que, em 30 de novembro de 1796, aportava em Salvador o navio “La Preneuse”. Seu comissário, Monsieur Larcher, acompanhado de quatro marinheiros e de uma senhora, Madame d’Entremeuse, ficariam hospedados em Salvador, seguidos de perto por oficiais que, a mando do governador, escoltavam-nos. Isso não impediria que Larcher, em conversas com os ditos oficiais, expusesse-lhes suas doutrinas, cativando-os, e que estes o colocassem em contato com o padre Agostinho Gomes, cuja biblioteca estava recheada de autores franceses proibidos, como Rousseau, Voltaire e Diderot. Este contato mostrar-se-ia muito frutífero: Larcher os induziria a fundar uma loja maçônica, a “Cavaleiros da Luz”. Nela proclamações revolucionárias e livros de autores iluministas franceses seriam lidos e divulgados. Em 1798, esta loja seria um dos focos de difusão das idéias que desembocariam na Conjuração Baiana.

Sobre este último episódio d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, em carta de 4 de outubro do mesmo ano ao governador da Bahia, comentaria que “as principaes pessoas d’essa cidade, por uma loucura incompreensível, e por não entenderem os seus interesses, se acham infectas dos abomináveis princípios francezes, e com grande afeição a absurda pretendida constituição franceza”.²⁶ Notemos que o elemento francês já não aparecia mais como um estrangeiro contraventor a espreitar nossa costa, pronto para o ataque, para o saque, para o apresamento. Ele já se encontrava instalado, sob a forma de nova cultura política, na própria colônia, a pautar atitudes contestatórias que não se encontravam mais restritas a encontros secretos. Como no caso do alfaiate pardo João de Deus do Nascimento que, ao explicar a um homem branco tratar-se sua vestimenta de um traje “francês”, previa que “muito brevemente verá Vossa Mercê tudo francês”.²⁷ Logo, motivos haviam

²⁵ Tal caso está relatado em uma carta de Resende a Martinho de Melo Castro, datada de 28 de dezembro de 1794, e que é citada por SANTOS, *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 65-66.

²⁶ VIGILANCIA DO GOVERNO PORTUGUEZ CONTRA OS PRINCIPIOS JACOBINOS NO BRASIL. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. LIX, p. 406, 1896.

²⁷ Apud JANCÓS, Istvan. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA. *História da Vida Privada no Brasil...*, op. cit., p. 419.

para que as autoridades se preocupassem não apenas com a defesa externa, mas, principalmente, com a vigilância e a repressão internas. A pirataria da França já não trazia mais só prejuízos físicos e materiais. O grande perigo agora era ideológico, com consideráveis implicações nos destinos políticos lusos.

Como apontamos, o elemento francês estaria presente em 1798, na Bahia. Mas este seria apenas um dos cenários de sua aparição dentre os muitos motins ocorridos na América portuguesa bafejados pela influência dos princípios franceses e pelo exemplo da América inglesa. A documentação oficial resultante da repressão feita na Bahia, assim como aquela a que se procedeu na Conjuração Mineira (1789), na Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794), e na Conspiração dos Suassunas (1801) possibilita-nos divisar, ainda que pelo olhar tendencioso dos repressores, algumas imagens da França e dos franceses antes que o rei aqui viesse e numa fase em que eles deixam de ser representados apenas como piratas e contrabandistas.

Assim, antes de partirmos para o levantamento e análise dessas imagens no período joanino, por meio da *Gazeta do Rio de Janeiro*, faz-se interessante determo-nos um pouco nos episódios acima. Esclarecemos, todavia, que nosso intuito não é o de esmiuçar padrões sociais, econômicos ou políticos presentes em tais movimentos ou suas implicações futuras, ou mesmo fazer análises comparativas mas, tão somente, vislumbrar algumas cristalizações no imaginário de seus participantes e das autoridades que os reprimiram acerca da presença francesa em tais ocasiões.

De qualquer forma, começemos por notar algumas similaridades entre 1789, em Vila Rica, e 1798, em Salvador, que Russel-Wood expõe. “Nos dois casos”, diz o autor, “houve o suporte de uma corrente intelectual, slogans de liberdade e igualdade foram professados e rumores do estabelecimento de uma república e autogoverno foram comuns”.²⁸ Todas essas características, vistas por cima, cheiram à influência francesa, sem dúvida. Mas uma das distinções primárias entre os dois acontecimentos é o fato de o primeiro ter ocorrido antes da deflagração do movimento revolucionário na França e o outro quando ele ainda se desenrolava. Embora a Conjuração Mineira e a Revolução Francesa tenham compartilhado o mesmo ano no calendário, quando, em Vila Rica, os conjurados foram denunciados (15 de março), na França, a Bastilha ainda teria que esperar alguns meses até ser tomada (14 de julho).²⁹ Assim sendo, o

²⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América portuguesa. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 458. Para o caso da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1794), “Silva Alvarenga e alguns outros membros são objeto de denúncias, que os acusam de professarem contra a religião, a monarquia, e a favor da República Francesa” (KURY, Lorelai Brilhante & MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 112, jan./dez. 1995).

²⁹ O fato de ocorrerem no mesmo ano e terem motes similares acabaria por gerar alguma confusão cronológica, como aquela feita por Spix e Martius, que, ao comentarem sobre Tomás Antônio Gonzaga, um dos participantes da Conjuração em Minas,

grande exemplo a criar esperanças para Tiradentes e seus companheiros seria aquele que havia dado a jovem nação Norte-americana.³⁰ O que não tiraria, no entanto, a França do rol de influências possíveis, apesar de, neste caso, o conteúdo revolucionário ainda não poder ser relacionado a ela, ficando limitado simplesmente àquele filosófico, que seria a base das leituras e discussões do grupo mineiro.³¹

Notemos, entretanto, que, depois de 1789, Ilustração e Revolução passariam a ser praticamente sinônimos no linguajar conservador contra-revolucionário.³² Isso justificaria, por exemplo, a devassa à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, cujos membros seriam presos em 1794. Ainda que guiados pelos princípios Ilustrados, norteavam-se, ao menos segundo os artigos dos estatutos da academia, pela obediência à religião cristã e à fidelidade às práticas governamentais, promovendo a comemoração dos aniversários dos monarcas portugueses e produções que os louvassem.³³ Comportamento este muito distante do republicanismo e da laicização que marcariam as mentalidades dos revolucionários franceses.

Entretanto, a denúncia feita contra eles, com indícios que apontam motivos pessoais para a delação, dizia que “exaltavam as liberdades e as repúblicas, faziam a apologia da nação francesa, metiam a ronca nos reis, menoscabavam o governo português, zombavam das escrituras e divertiam-se com

afirmam que ele, “ao estalar a revolução francesa, deixou-se arrastar a um movimento sedicioso, e foi banido para Angola, onde morreu” (SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], v. 1, livro terceiro, cap. 3, p. 202).

³⁰ Independente dos dados cronológicos, Carlos Guilherme Mota, ao analisar as diferenças sociais entre os participantes dos acontecimentos em Minas e Bahia, liga o fato de o movimento mineiro, formado em sua maior parte por homens de posse, ter buscado nos Estados Unidos seu modelo de ação, onde a classe dos proprietários dominara o processo de quebras dos laços coloniais com a Inglaterra. Ali, portanto, o “problema é mais colonial que social” (MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d, p. 124), ocorrendo na Bahia o contrário, relacionado à orientação do movimento por camadas não-proprietárias. Assim, enquanto o grupo de Minas buscou um modelo em outra área colonial, o modelo dos baianos será o da França, uma área não colonial.

³¹ “Porém, se a revolução das colônias americanas inglesas foi o exemplo sempre próximo a seguir, exportando as idéias de democracia e federalismo, era o exemplo francês, filosófico e revolucionário, que dominava a mentalidade brasileira da época. Dessa influência das idéias francesas não ficaram isentos nem mesmo homens ligados a altos cargos administrativos” (GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. A influência francesa nos movimentos políticos das elites brasileiras (1789-1822). In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990, p. 287). Sérgio Adorno reitera a idéia de Gadelha: “Razões históricas diferentes fizeram com que a América espanhola conhecesse uma decisiva influência das idéias revolucionárias norte-americanas, ao passo que a América portuguesa, nesse mesmo período, esteve mais vulnerável à penetração das idéias revolucionárias francesas” (ADORNO, Sérgio. *Nos Limites do Direito, nas Armadilhas da Tradição: a Revolução Descolonizadora na América Latina*. In: COGGIOLA, op. cit., p. 188).

³² “Os autores da França tiveram influência decisiva nos eventos que culminam com a Revolução de 1789 [...]. A Enciclopédia [...] como outras obras dos seus principais autores (Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Diderot e outros), tem raiz em idéias políticas bem formuladas pelo inglês John Locke, no qual tanto beberam os franceses [...]. Poder-se-ia lembrar ainda ser a Enciclopédia decorrência da prédica do racionalismo, que vem do Renascimento” (IGLÉSIAS, Francisco. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 8, jan.-jun. 1989). Sobre o racionalismo, prossegue o autor, “com a pregação da liberdade em todos os campos, notadamente no do pensamento; com a superação do dogma religioso e o culto do livre exame, e a recusa de supostas verdades universais [...] ganha corpo a contar do século XVI, no chamado antropocentrismo medieval. Com os nomes de Racionalismo, Ilustração, Iluminismo, Idade das Luzes, Aufklärung, Enlightenment ou Enciclopedismo, afirma-se o convencional sentido moderno, marcador de novos tempos, com outro universo ideológico, outra política, economia, sociedade”.

³³ KURY & MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 114-115.

versinhos contra os religiosos em geral”.³⁴ Mesmo que pudesse haver um comportamento de fachada, nada se provou contra o grupo que os caracterizasse como um foco de insurreição. A adesão às Luzes européias, que dava o tom a suas atividades intelectuais, e que, por isso mesmo, colocaram-nos na mira das autoridades, não parecia sugerir um norteamento revolucionário, mas a “confiança na possibilidade de uma monarquia esclarecida”,³⁵ não impedindo, porém, que pensassem criticamente a ordem política na qual viviam.

A devassa de 1794 é um exemplo de como a sugestão de qualquer aproximação com a França e com o comportamento dos revolucionários europeus passa a servir para comprometer os súditos portugueses. Os acontecimentos na pátria da Revolução para uns motivavam uma visão mais crítica do mundo em que viviam, mesmo que isso não implicasse em uma prática contestatória, e, para outros, davam bons argumentos para vinganças, vigilâncias, prisões e banimentos, auxiliando na manutenção do *status quo* por meio da “administração do medo”.³⁶ Se lembrarmos que, na propaganda antinapoleônica/antifrancesa da *Gazeta*, uma das mais significantes mensagens de fundo é o entalhe ideológico do vassalo leal, temos várias indicações que, antes de 1808, o componente francês já ajudasse nesta missão.

Considerando-se que “a delação faz parte dos mecanismos de defesa do regime que a vê como uma obrigação dos súditos fiéis, como uma consequência da fidelidade ao monarca”,³⁷ na medida em que, para se administrar o medo, as autoridades a estimulavam e que o elemento francês, por essa época, já fazia parte obrigatória deste tipo de denúncia como um dos grandes indícios de dolo, eis mais uma vez a utilização política da França e dos franceses pelo governo português. Resta pensar até que ponto as autoridades na colônia revestiram certas críticas ou práticas vistas com maus olhos por elas, por contestarem a ordem estabelecida, com o rótulo de “revolucionárias”, tingindo-as assim com tonalidades ideológicas, que poderiam não chegar a ter, e justificando, desta forma, a necessidade de combatê-las.

Mas, entre as semelhanças e diferenças no tocante aos eventos de 1789, 1794, 1798 e 1801 na América portuguesa, no que diz respeito à representação da França e dos franceses, encontramos neles uma sintonia básica: o elemento que o governo bragantino queria manter longe, seria tomado como um

³⁴ RIZZINI, Carlos. O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822). São Paulo: Kosmos, 1945, p. 274.

³⁵ KURY & MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 115. Na p. 117, os autores acrescentam que os membros daquela Sociedade “lançam mão do arsenal intelectual oriundo das Luzes européias para refletirem sobre a condição do homem que vive em contato quase direto com a natureza”.

³⁶ SANTOS. *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 67.

³⁷ *Ibidem*, p. 79.

auxílio providencial por seus participantes.³⁸ Para estes que foram enquadrados como conspiradores, os franceses não eram mais piratas ameaçadores, mas irmãos a quem queriam unir-se pela causa da liberdade e da igualdade. A possibilidade de sua presença nas redondezas já não gerava pânico entre eles, mas sim esperanças de um mundo novo, livre da tutela portuguesa. Os homens de Minas deviam ter na lembrança o auxílio que a monarquia francesa, mesmo antes da Revolução, dera às colônias inglesas em seu processo de emancipação. Aos outros, pesava a mensagem de liberdade que os republicanos, que se instalaram no governo da França, espalhavam pela mundo afora, mostrando-se, ao menos na teoria, dispostos a auxiliar os governos que aderissem aos seus princípios.

Cipriano Barata, um dos famosos nomes de 1798 na Bahia, desaconselhando seus conterrâneos a procederem a um levante naquele momento, ao considerar que a existência de escravos tirava a capacidade de ação de grande parte da população local, achava que o “melhor era esperar que viessem os Franceses, os quais andavam nessa mesma diligência pela Europa, e logo cá chegarão”.³⁹ O padre José Lopes de Oliveira, interrogado em Minas, declarava que ouvira do Coronel José Ayres Gomes “que se esperava no Rio de Janeiro uma Armada Francesa, e que muitos moradores do Rio de Janeiro estavam de animo a seguir aquelle partido Francez”.⁴⁰ O próprio conde de Resende, ao resumir algumas das opiniões que pesavam como acusações sobre os literatos do Rio, lembrava que, para aqueles “as leis, porque hoje se governa a nação francesa, são justas, e que o mesmo que aquela Nação praticou, se devia praticar neste continente. Que os franceses deviam vir conquistar esta cidade”.⁴¹

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao apontar para o mal estado das tropas na Bahia em 1798, comentava que ouvira dizer que “se ahí aparecessem algumas forças francezas, nem a tropa rezistiria, e que as pessoas principaes se uniriam aos Francezes”.⁴² O denunciante daquela que ficaria conhecida em Pernambuco, em 1801, como a Conspiração dos Suassunas, mencionava duas cartas enviadas de Lisboa recheadas de idéias revolucionárias. Quando, após a leitura da segunda delas, um dos Suassunas, Francisco de Paula, cujo irmão era o autor das missivas, teria dito “que era preciso procurar a liberdade, ao que respondendo o denunciante que só no caso de convir toda a América, replicara [Francisco de Paula] dizendo: nem havendo socorro de nação estrangeira como a França?”.⁴³

³⁸ “Nos horizontes mentais dos sectores subversivos da Colónia dominavam os franceses, quando se tratava de pensar em auxílio externo” (MOTA, Carlos op. cit., p. 117).

³⁹ Apud, MOTA, op. cit., p. 75.

⁴⁰ *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936/1938, v. 1, p. 157.

⁴¹ Apud, SANTOS. *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 80.

⁴² Carta de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 4 de outubro de 1798, ao governador da Bahia. In: VIGILANCIA DO GOVERNO PORTUGUEZ CONTRA OS PRINCIPIOS JACOBINOS NO BRASIL, op. cit., p. 406.

⁴³ Apud, QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, p. 212.

Aos poucos, também na América portuguesa, a figura de Napoleão começava a confundir-se com aquela da França, enquanto referencial revolucionário. Em 1798, antes mesmo do golpe do “18 Brumário”, brindes levantados ao general Bonaparte, em Salvador, já seriam considerados provas circunstanciais de infidelidade à Coroa na sindicância sobre a Conjuração Baiana.⁴⁴ As inquirições sobre a Conspiração dos Suassunas apontavam para o desejo que o, na época, Primeiro Cônsul apadrinhasse a independência de Pernambuco. Um emissário dos conspiradores teria ido a Paris, mas Napoleão não teria se mostrado interessado no projeto, por não desejar, naquele momento, confrontar-se com a metrópole portuguesa.⁴⁵

Essas expectativas de apoio externo vindo da França espelham, sem dúvida, como o imaginário sobre a Revolução estava saturado pela mensagem universalista e messiânica dos homens que dela participaram, que faziam ecoar a temática da cidadania, dos direitos universais e da democracia. Ainda que, em um primeiro momento, isto pudesse ser considerado mais que palavras ao vento por esses homens, com o desenrolar dos anos, a não concretização destas esperanças para aqueles que contavam com alguma ajuda denota tanto uma mudança de objetivos no processo da Revolução, quanto o uso apenas retórico desta mensagem a fim de justificar o expansionismo revolucionário e, posteriormente, napoleônico.

Dentre as devassas do período, é interessante também destacar a fala do pardo forro Manuel Faustino dos Santos Lira, alfaiate, participante do movimento baiano de 1798, Nela, essa imagem providencial da nação francesa aparece sobreposta àquela da pirataria. Segundo o depoente, cujo posicionamento revolucionário longe estava do radical, “os Francezes erão huns ladroens, que só viviam de piratarem roubando os navios”.⁴⁶ Nessa sobreposição, o uso do tradicional recurso de negatização dos franceses pela lembrança de atos ilícitos nos mares reaparece como uma crítica no discurso de Lira, que não via nos acontecimentos revolucionários da França, ao contrário de muitos de seus outros companheiros, um modelo válido para o movimento de que participava. Podemos ver aí uma alternativa à negatização por meio de referências ideológicas que vem aparecendo com mais frequência, afinal, neste caso, o anunciante é alguém que compartilha com os franceses revolucionários a mesma base de pensamentos democráticos.

⁴⁴ MOTA, op. cit., p. 51, nota 3.

⁴⁵ BERNARDES, op. cit., p. 94. A lógica dos conspiradores pernambucanos seria a seguinte: “A ameaça do lançamento do peso de seus [de Napoleão] exércitos sobre Portugal impossibilitaria a remessa, pela metrópole, de forças armadas para combaterem o levantamento pernambucano. E a paz, imposta pela espada, que já tanto pesara em Campo Fórmio, forçaria o fraco regente D. João a reconhecer o fato consumado” (QUINTAS, op. cit., p. 210).

⁴⁶ MOTA, op. cit., p. 74.

Observemos que, sob o ponto de vista das autoridades coloniais que atravessavam este momento de turbulência internacional e nacional, o medo dos ataques da França, ainda que carregados agora pela questão do inflamado ideário que de lá se exportava, continuava na mesma ordem com que vinham acontecendo desde os Quinhentos, ou seja, o receio do desembarque e da dominação de territórios da Coroa. Invasão ideológica e invasão territorial aparecem quase como sinônimos diante das expectativas que alguns súditos portugueses na América, imbuídos de um posicionamento mais crítico com relação à sua condição colonial, passam a apresentar:

o processo de internacionalização atinge largos sectores da sociedade colonial, estimulando a procura de vias de superação do *status* colonial. Em Minas Gerais (1789) tinha-se consciência da possibilidade de auxílio externo, através da interferência dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra, na eventualidade de uma revolução; no Rio de Janeiro (1794), na Baía (1798) e em Pernambuco (1801), a imagem da França excitou os revolucionários brasileiros, que esperaram – em vão – seu auxílio.⁴⁷

O caso de Madame d'Entremeuse – “uma das mais famosas contrabandistas da época e uma das únicas mulheres neste ofício ou profissão”⁴⁸ – é exemplar por expor como, no imaginário sobre os franceses anterior a 1808, à acusação do exercício de atividades ilícitas ligadas ao comércio começam a se sobrepor, após a eclosão da Revolução, a do exercício de práticas políticas censuráveis, o que é bastante sintomático do receio da Coroa portuguesa de que a ideologia dos revolucionários alcançasse seus domínios. Sua prisão data de 1799:

A francesa fazia parte de uma rede internacional de contrabando que tinha como rotas o Rio de Janeiro, Montevidéu e a África. Pina Manique, intendente-geral da Polícia em Portugal, ao apreender-lhe alguns papéis suspeitosos que continham detalhadas informações sobre destinos de comboios e embarcações portuguesas na América, comentara que aquela “curiosidade não deixa[va] de ser suspeitosa em uma Republicana, como a mesma é”.⁴⁹

A questão a ser colocada é: seria ela mesmo republicana (partidária da Revolução) ou este seria apenas um adjetivo pejorativo imputado a ela pelo simples fato de ser nascida em uma França que deixara de ser monárquica? E, apesar, das várias suspeitas das autoridades portuguesas acerca de suas atividades desonestas, até onde, no comentário do intendente, o simples fato de ser francesa tornava-a mais suspeita ou alvo preferencial de qualquer suspeita?

Mais uma vez verifica-se que tanto quanto o temor de que suas mercadorias e riquezas fossem apropriadas ilegalmente, temia-se o roubo de súditos, na medida em que a adesão aos princípios

⁴⁷ SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, v. 1, p. 381, verbete “Brasil, a idéia de revolução no (século XVIII)”.

⁴⁸ BICALHO, op. cit., p. 142. Para algumas peripécias envolvendo-a, incluindo sua prisão em 1799 pelas autoridades portuguesas, cf. na obra p. 141-144.

⁴⁹ Idem, p. 144.

revolucionários implicaria em sérias críticas tanto ao Antigo Regime, no tocante à situação colonial em que viviam. Assim, o que se observa é que no “principal centro urbano da Colônia, à hipotética invasão francesa as autoridades acrescentaram o medo à penetração das idéias que, pelo porto do Rio de Janeiro, circulavam com as mercadorias”.⁵⁰

Posto isto, o clima psicológico do Rio à época da chegada da Corte deveria ser bastante favorável para a propagação de novas imagens negativas e aterrorizantes sobre a França. A eficácia destas imagens assentam-se primordialmente na sua coincidência com os referenciais internos do público. Tais referenciais, como vimos, vinham sendo marcados por vários sobressaltos que, por séculos, espalharam inseguranças, apreensões, temores e pânicos muitas vezes gerados por simples boatos, e pela frequente identificação dos franceses como piratas perigosos e ousados que apresavam navios e saqueavam as populações da costa, sempre em busca de se apossarem das riquezas da terra.⁵¹

Muito bem escolhida, por conseguinte, seria a notícia, divulgada na primeira edição da *Gazeta* (10/09/1808), de que alguns franceses teriam desembarcado no Pará e que ali ou no Maranhão, devido ao bloqueio de Caiena por duas fragatas inglesas, um corsário francês teria vindo à terra com cerca de vinte homens a fim de procurar mantimentos. Aqui, o francês-pirata começa a ser confundido com o francês-inimigo napoleônico. A transição deveria ser feita, no imaginário, de modo suave, sem interrupções. Não admira, do mesmo modo, que se tenha divulgado que a morte ou prisão dos suspeitos foram o fim que lhes couberam. Tratava-se, no entanto, de uma notícia não confirmada. De qualquer modo, mesmo se confirmada, seria apenas mais uma das muitas ofensivas da França que há séculos a América portuguesa sofria. Mas – o mais importante –, confirmado ou não, este era mais um ataque que o imaginário dos colonos lusos sofria e que poderia implicar em uma fragilização do “eu” que passa, por isso, a sentir-se mais propenso a aderir ao “nós”, à comunidade de súditos fiéis ao rei, defensores do Império e inimigos da França.

Logo, podemos concluir que a propaganda antifrancesa aqui oficialmente promovida ou estimulada durante o período joanino não era algo inédito em sua temática. O ineditismo permanecia, contudo, na intensidade e frequência com que ela passava a ter lugar, contando com o reforço de uma tipografia e uma gazeta, em um empenho sistematizado surgido em um contexto bélico específico. E esta

⁵⁰ SANTOS. *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 124.

⁵¹ Assim, havia “a possibilidade de perturbações da ordem e, no limite, de motins, diante do simples boato ou da efetiva presença de estrangeiros no porto” (BICALHO, op. cit., p. 263). A palavra “motim”, neste caso, esclarece a autora, não tem conotação política ou de subversão da ordem. Trata-se tanto de uma “cumplicidade transgressora que inúmeras vezes os colonos estabeleceram com os mesmo estrangeiros” quanto de um “esquecimento das obrigações de bons vassallos [...], fosse por não estarem dispostos a defender a praça, fosse por contradizerem a memória das glórias e a pujança da metrópole e da própria Coroa portuguesa” (idem, p. 265, ambas as citações), o que colocava em risco “a manutenção do domínio colonial e a soberania do rei e da metrópole” (idem, p. 268). Cf. cap. 9 da obra, “Invasões e motins: uma aliança perigosa”, p. 257-298.

constante ameaça, como bem observam os já citados Maria Fernanda Bicalho e Afonso dos Santos para o ambiente fluminense do XVIII, teria um forte impacto na dinâmica colonial. O medo, por meio da proposta de combate ao inimigo, justifica medidas de exceção. Gera, por conseguinte, controle, ou melhor, um excesso de controle. Na época do conde de Resende, por exemplo,

o espectro da conjuração de Minas Gerais [...] passava a ser um artificioso instrumento nas mãos do vice-rei que agora administrava também o medo, alimentando o horror às idéias revolucionárias, de um lado, e intimidando os seus opositores e inimigos por outro.⁵²

Há séculos pirateando as costas brasileiras, os franceses foram, como vimos, parte essencial da promoção deste medo. Primeiro, por seus ataques e contrabandos, depois, pelas idéias e exemplos perigosos de que pareciam, no olhar das autoridades, inoculados simplesmente pelos vínculos pátrios com uma França revolucionária. No início do XIX, as cabeças de Tiradentes e de Luís XVI ainda se encontravam colocadas lado a lado pelo Antigo Regime português, ambas como lembrança do que os franceses com sua filosofia e suas ações podiam fazer. Estes dois ícones mutilados, com aspirações tão distantes, ainda balizavam as reações da Coroa na época em que d. João passa a viver nos trópicos. Mas agora, qual seria a imagem dos franceses e da França neste Rio de Janeiro que se tornava Corte?

4.2. Os franceses na livraria do Cônego: censura de livros e representações sobre a França no período joanino

Da pirataria dos mares à pirataria das idéias, as representações da França e de seus nacionais na colônia pelas autoridades e por aqueles por elas acusados, sinalizam como a filosofia ilustrada e a Revolução lá originadas fizeram eco por aqui. Muitas dessas imagens chegam a nós como resultado do processo pelo qual “in the late eighteenth and early nineteenth centuries royal officials sought to carefully limit, and in certain cases criminalized, engagement with French political thought and interest in French revolutionary politics and its spheres of influence”.⁵³

Antes da chegada do rei, as devassas promovidas na América portuguesa pela Coroa mostrariam que muitos dos acusados nelas arrolados, tanto quanto planos subversivos, possuíam obras consideradas subversivas. Em sua maioria eram caracterizadas como tal as obras de autores que norteariam a

⁵² SANTOS. *No Rascunho da Nação...*, op. cit., p. 51. Tendo passado pela Devassa de Minas e seu dramático desfecho e a devassa da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, não admira que “Até o final de sua administração, cumpriria o conde de Resende a gestão mais repressiva e violenta, dentre todos aqueles que ocuparam o mesmo posto de governação no Rio de Janeiro na condição de vice-reis” (ibidem, p. 31).

⁵³ SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/London: Routledge, 2001, p. 256.

Revolução Francesa. Muitas das bibliotecas dos supostos implicados nas conjurações, ao serem esquadrihadas, revelariam, entre outros, escritos de Raynal, Diderot, Mably, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, etc. Se, como afirma o título de Frieiro, no qual se refere à biblioteca de um religioso implicado como inconfidente em Minas,⁵⁴ o Diabo estava na livraria do cônego, muito desta feição demoníaca devia-se à presença de escritores ilustrados franceses em suas prateleiras. Este era um sintoma da mudança que paulatinamente vinha ocorrendo do XVII para o XVIII no que diz respeito à posse de obras pelos colonos:

Se, no geral, a tendência foi a continuidade do predomínio de obras devocionais e, de resto, religiosas, em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração.⁵⁵

A preocupação com o que era lido na colônia também denotava como as novas idéias e propostas reformistas, que antes haviam sido acolhidas moderadamente pelo governo no interior do reformismo ilustrado, passavam, com a Revolução, a serem suspeitas de “revolucionárias” e “jacobinas”,⁵⁶ e, conseqüentemente, desagregadoras do antigo sistema colonial mercantilista, caindo na mira da repressão, por meio do controle da entrada de pessoas e publicações. O que em Portugal ficaria a cargo de Diogo Inácio Pina Manique, chefe da Intendência Geral de Polícia.⁵⁷

O importante era evitar o contato dos súditos portugueses com as Luzes européias. No entanto, este contato dava-se, algumas vezes, quando eles, saídos da colônia por falta de opção, iam estudar no Velho Mundo e se deparavam com as novas idéias. As devassas haviam demonstrado, não obstante, que muitos daqueles que jamais haviam atravessado o Atlântico, conseguiam, por meios ilícitos, estar em contato com as obras ou, ao menos, com as opiniões dos autores considerados subversivos: “Na colônia, com efeito, jornais e livros proibidos como a gazeta francesa *Mercúrio* e a incendiária obra do abade Raynal,

⁵⁴ **FRIEIRO**, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. São Paulo; Belo Horizonte: EDUSP; Itatiaia, 1981.

⁵⁵ **VILLALTA**, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: **SOUZA**, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 361. Para um apanhado geral sobre bibliotecas particulares entre os séculos XVII e XVIII na colônia, incluindo a composição de algumas delas, no caso de alguns implicados nas devassas entre fins do XVIII e início do XIX, onde fica evidente a presença constante de livros franceses, cf. o mesmo texto.

⁵⁶ Um bom exemplo, neste sentido, é o linguajar presente na correspondência entre d. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e o governador da Bahia ao tratarem sobre as suspeitas que levariam à devassa sobre a Conjuração Baiana. Enquanto, em carta de 4 de outubro de 1798, Coutinho acusava o padre Francisco Agostinho Gomes de ser afeiçoado aos “princípios francezes” e de ter dado um banquete de carne na sexta-feira da Paixão para “seus amigos sectarios dos mesmo principios”, pedindo ao governador que isto fosse apurado, o governador responderia, em 13 de fevereiro de 1799, que procederia às investigações sobre “essas varias pessoas sectarias dos principios jacobinos” (VIGILANCIA DO GOVERNO PORTUGUEZ CONTRA OS PRINCIPIOS JACOBINOS NO BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LIX, p. 406-407, 1896).

⁵⁷ **FALCON**, Francisco J. C. Da ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço-tempo setecentista. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 59-60, jan./jun. 1989. Cf. também **NOVAIS**, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979], p. 162-163.

eram facilmente contrabandeados. E, com eles, vinham idéias que questionavam a Fé, a Lei e o Rei, estimulando, se não sedições, ao menos tertúlias literário-políticas que tinham por alvo a ordem colonial”.⁵⁸ Na América portuguesa, alguns exemplos de grupos que debatiam as novas idéias podem ser evocados neste sentido: desde os estudantes de medicina de Montpellier ou Coimbra, até lojas maçônicas ou o Seminário de Olinda e o Areópago de Itambé.

Já no Brasil joanino, muitas destas imagens iriam desaguar na documentação da Mesa do Desembargo do Paço, nos pareceres sobre livros proibidos. Nestes, por exemplo, qualquer menção positiva à situação política da França ou a mínima proximidade com o Enciclopedismo que aí teve lugar já atraíam desconfianças. Logo, neles vemos espelhadas algumas das cristalizações que formam o imaginário sobre a França sob o olhar governamental do período. A linguagem dos pareceres mostra como essas cristalizações podem ser vistas como ramificações da imagem francesa ligada à pirataria de idéias subversivas. É esse o medo que escora as censuras feitas a certas obras e autores. Elas assinalam, por conseguinte, o prosseguimento com a preocupação, que já tinha lugar antes da vinda da Corte, com as ações difusionistas da Revolução, como aquelas imputadas aos Círculos Sociais surgidos em Paris.

Como, ao contrário da independência norte-americana, que ocorrera em território colonial, o incêndio revolucionário francês havia tido lugar no coração da Europa, no seio de uma tradicional monarquia, isso, assim como o caráter universal de suas proposições, deve ter ajudado a amplificar, no imaginário contra-revolucionário da época, o temor com relação à França:

A sua propagação para além das fronteiras, a publicidade dada aos princípios e práticas revolucionárias, as declarações de guerra a todos os despotismos e o incentivo aos povos de libertarem-se da opressão do Antigo Regime, fazem com que a França pós-revolucionária seja percebida como uma enorme ameaça para as demais monarquias européias. Contra o contágio francês, forma-se um verdadeiro “cordão sanitário” dos Estados monárquicos e conservadores.⁵⁹

Tudo o que apresentasse qualquer conexão com a França, fosse em termos de produção literária, nacionalidade ou notícias passava, sob a ótica desses Estados monárquicos, a ser taxado de revolucionário e, como se fosse uma doença, aqueles que se expunham de alguma forma ao contato com estes elementos, viam-se irremediavelmente contaminados e, por conseguinte, rotulados como conspiradores, independente de qualquer ato subversivo público. Até mesmo porque, muitas vezes, como vimos, as tentativas de insurreição só ficaram no plano das idéias e conversas portas adentro, não se

⁵⁸ VILLALTA, op. cit., p. 368.

⁵⁹ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 62.

concretizando em ações rebeldes, visto que a delação sempre tendia a chegar antes, deixando sem confirmação as reais possibilidades de algum levante.

No entanto, algumas exceções são encontradas, principalmente quando se tratava de literatura científica, a ser usada para instrução dos súditos joaninos, como evidencia o anúncio da venda da tradução de um livro de um matemático francês, em 1810, quando as tropas napoleônicas ainda ameaçavam Portugal. A “interessante Obra” é o “*Tratado elementar da Analyse Mathematica, por J. A. J. Cousin, Membro do Instituto Nacional, e Professor no Collegio de França, traduzido do Francez, de Ordem de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, por Manoel Ferreira de Araújo Magalhães, etc.*”, no valor de 640 réis (GRJ, 17/01/1810).⁶⁰ A criação, com a chegada da Corte, da Academia Militar e de cursos de cirurgia e medicina no Rio e na Bahia traria o problema da falta de material didático impresso para os alunos. É por este motivo que várias obras de grandes nomes franceses ligados às ciências exatas e à medicina seriam traduzidas, conseguindo romper a aura da inimizade e o preconceito advindos do confronto bélico.⁶¹ Interessante como neste ponto a França era bem vinda, ainda que muito da modernidade e importância das obras escolhidas fosse decorrente da ligação dos autores em questão com o movimento científico ligado às idéias da Ilustração.

A publicidade dada a obras francesas mostra que, embora com restrições, estas eram vendidas na Corte durante o período da guerra. Tudo leva a crer, porém, tratar-se de títulos que circulavam legalmente, tendo previamente sido liberados na alfândega após a inspeção da Mesa do Desembargo do Paço. Vemos nas páginas do periódico fluminense diversos anúncios. Na própria loja da *Gazeta* era possível achar “hum copioso surtimento de livros *Francezes* em diversas materias” (GRJ, 08/06/1811). Na rua Direita, nº 56, era vendida uma coleção de livros chegados de Lisboa onde se encontravam alguns de literatura francesa (GRJ, 08/12/1810). Mesmo a Impressão Régia, atendendo ao modismo de ler romances, que se instalaria na nova Corte com a trasladação de nobres e ricos burgueses lisboetas, publicaria mais de vinte, entre 1810 e 1818, sendo quase todos reimpressões de obras francesas já traduzidas e publicadas em Portugal.⁶²

⁶⁰ Só no ano de 1810 encontramos, saídas dos prelos da Impressão Régia, várias outras obras científicas de origem francesa traduzidas para o português, como o *Tratado Elementar d'Arithmetica* por Lacroix, traduzido do francez por ordem de Sua Alteza Real o príncipe Regente Nosso Senhor, para uso da real Academia militar (anunciado na GRJ de 05/09/1810); dois tomos do *Tratado Elementar de Physica* pelo Abbade Haiüy (sendo seu autor, inclusive, membro da Legião de Honra criada por Napoleão) e ainda o *Tratado de inflamação, feridas e ulcers extrahido da nosographia cirurgica* de Anhelmo Richerand (CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, v. 1, p. 66 e 67, respectivamente doc. 195, 196, 197 e 198). Para outros títulos, cf, também, GRJ, 15/01/1812 e GRJ, 29/02/1812.

⁶¹ Ibidem, v. 1, p. XXIII-XXIV. Nestas páginas encontramos vários títulos.

⁶² Ibidem, v. 1, p. XXIX. Os autores listam algumas dessas obras nesta página.

Como os escritos dos filósofos ilustrados em muito haviam contribuído para a formação do espírito crítico que seria a alma da Revolução de 1789 e os nomes mais afamados da época ou eram nascidos em França e/ou apresentavam alguma ligação com o Enciclopedismo francês, junte-se a isso a imagem ameaçadora da França pós-revolucionária e temos a seguinte fórmula: França = Revolução = Ilustração = subversão = perigo. Aqui não importando a ordem dos fatores e podendo aí também ser incluído o nome de Napoleão Bonaparte, após sua ascensão ao poder. Do ponto de vista ideológico, isto apareceria muito bem resumido na expressão “abomináveis princípios franceses”, notabilizada pelo ministro anglófilo d. Rodrigo.⁶³

A preocupação com a constituição de um “cordão sanitário”, durante a estadia joanina no Rio de Janeiro, a tudo que fosse considerado subversivo e, por extensão, francês, iria permear o cotidiano da América portuguesa, assim como aquele do Reino. A abertura dos portos, que dava azo a uma maior circulação de pessoas e de obras estrangeiras pelos portos da colônia, havia tornado estas partes atlânticas do Império luso mais expostas às temidas influências inimigas. É esta a apreensão que se depreende do edital da Intendência de Polícia de 30 de maio de 1809. Segundo o texto,

importando muito á Vigilância da Polícia que cheguem ao seo conhecimento todos os avizos, e notícias impressas, q se affixão ao Público á cerca de livros, e obras estrangeiras, q se procurão divulgar muitas vezes sem procurarem a aprovação das Authoridades, aquem o Príncipe Regente Nosso Senhor tem confiado esta primeira inspeção, fica de hoje em diante prohibida a liberdade, q se tem arrogado abuzivamente os q fazem semelhantes publicaçãoens e todos os que tiverem de dar notícia de obras, ou escritos estrangeiros impressos ou não impressos, deverão primeiro trazer estes avisos, ou anúncios à Secretaria da Intendência Geral da Polícia para nela serem vistos, examinados, e se lhes permittir esta liberdade, e conhecer-se se tem ou não obtido a aprovação indispensavelmente necessária. E os que o contrário fizerem, ou sejam nacionais, ou estrangeiros, serão presos na Cadea pública e pagarão de pena duzentos mil réis além das mais que se impõem aos que procurão quebrantar a Segurança Pública, para o que haverá inquirição aberta, em que se conheça dos impressores, e se admitirão denúncias em segredo.⁶⁴

Assim, embora no que toca aos escritos que aqui circulavam, o órgão responsável seria a Mesa do Desembargo do Paço, criada em 22 de abril de 1808,⁶⁵ a Intendência, além da vigilância dos estrangeiros, também se encarregaria de fazer a vigilância sobre o que poderia ser colocado à disposição do público leitor. Afinal leitura e “Segurança Pública”, como vemos no final do edital, mantinham-se em estrita relação neste momento.

⁶³ Carta de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 4 de outubro de 1798, ao governador da Bahia, apud, **NOVAIS**, op. cit., p. 164.

⁶⁴ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 1, Edital da Intendência de 30 de maio de 1809 referente à circulação de impressos ou escritos estrangeiros impressos ou não impressos, f. 85-85v.

⁶⁵ Decreto de 22 de abril de 1808. Crêa o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_7.pdf).

Uma Consulta da Mesa, de 12 de setembro de 1808,⁶⁶ na qual se arrazoa sobre a nomeação de Censores Régios, que viria a resultar no decreto de 27 de setembro do mesmo ano,⁶⁷ deixa transparecer não apenas a preocupação com a infestação do espaço colonial pelos “abomináveis princípios franceses”, mas como essa apreensão há muitos anos vinha tendo lugar em Portugal. A Consulta inicia-se com uma referência ao alvará de 1794. Por ele se havia estabelecido que “na Meza do Desembargo do Paço se tornasse a exercer a Jurisdição sobre a censura dos livros, tanto a respeito daquelles que novamente se dão ao Prélo, como a respeito daquelles que se introduzem no Paiz”. Vemos, portanto, que tal alvará revertera uma interrupção nas funções de controle de livros em Portugal por parte do Desembargo.

A Consulta, depois de fundamentar, no âmbito da legislação, a função do órgão, denuncia “que consta terem já vindo a Alfandega, e despachado nella alguns caixotes sem a licença da Meza”. Este interregno nos procedimentos de vigilância das obras que estavam entrando nos portos coloniais explica-se basicamente pela súbita vinda do rei, e a transferência e acomodação da Corte para a América, assim como pela recente criação da Mesa do Desembargo nos trópicos. O que antes era feito no Reino, agora passava a ser feito aqui. No documento, a censura de escritos é defendida como algo que “tem sido sempre considerado como precaução muito importante; porque a lição dos livros, que as Leis de Vossa Alteza tem prohibido nem pôde frequentar-se sem culpa, nem também tolerar-se sem perigo”. Para isto, colocava-se como necessária a nomeação de Censores Régios, ao que se seguia uma listagem daqueles que “são dignos desta nomeação”.⁶⁸

Uma vez devidamente remontado o aparato oficial de controle de escritos na nova Corte, muitos seriam os pareceres contrários a que certas obras fossem liberadas nas alfândegas. O norteamento básico dos censores, ao examinar as listas das obras que lhe eram encaminhadas, era que nelas não se encontrasse “couza alguma que se oponha á Fé, e bons costumes”.⁶⁹ É o que traz desconfianças, por exemplo, sobre o livro *O Amigo das Mulheres*, em 1820, até se chegar à conclusão de que “Ainda que esta obra seja de título suspeito, só contém cartas de Medicina sobre as doenças das mulheres,

⁶⁶ ANRJ, Desembargo do Paço, Empregos Diversos, Caixa 153, pacote 01.

⁶⁷ Decreto de 27 de setembro de 1808. Approva a nomeação dos Censores Regios (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_39.pdf).

⁶⁸ Os nomes ali listados são os mesmos que aparecem no decreto de 27 de setembro de 1808. Na mesma caixa 153, pacote 01 (ANRJ), encontram-se ainda dois pedidos para aumento do número de Censores Régios. Em um, de 26 de setembro de 1814, “Parece á Meza necessário nomear mais alguns: propõem por isso ao P^e M^e D^{or} Fr. Innocencio Antonio das Neves, confessor da Sereníssima Senhora Princeza Donna Maria Francisca Benedicta; ao P^e M^e D. Antonio de Nossa Senhora da Graça; ao P^e M^e Fr. Manuel do Loreto Bastos; D^{or} Manuel Luiz Álvares de Carvalho; e ao [ilegível] Fr. Antonio de Sancta Ursula Rodvalho”. No outro, datado de 5 de julho de 1819, “Sendo conveniente, que o despacho dos livros, q com muita freqüência vem de fora, se não demore pela censura, e exame recommendado pelo Alvará de dezeseite de dezembro de 1794. Parece á Meza necessario nomear mais algum censor: Propõe para isso ao Doutor Jozé Feliciano de Castilhos”.

⁶⁹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 02, doc. 37.

principalmente as procedidas de seu abuso em modas e comidas”.⁷⁰ E que o título *Theatro de Amor* traga a “suspeita de ser collecção de estampas indignas contra a Moral Publica”.⁷¹ Ou o que leva, em 1819, a que outra seja vetada porque nela seu autor “declara [...] professar o Atheismo, acrescentando mais q quanto a Jesus de Nazareth duvidava [...] da sua Divindade, ainda que reconhecia ser o systema da Moral e a Religião que nos deixou a melhor, que o Mundo vio, ou há de ver jamais”.⁷² É claro, que pesava contra esta última obra o fato ser ela a *Correspondência do D^{or} [Benjamin] Franklin*, julgado pelo censor como “hum dos principaes cooperadores e Agentes da Rebelião da América Ingleza”.

Notemos, no entanto, que a fé e os bons costumes a que se fazem referência não se limitariam a contornos religiosos e morais, extravasando para os comportamentos políticos. Na simbiose Monarquia-Igreja, que marcava os governos do Antigo Regime, o respeito à religião e a virtude de costumes eram fortes traços indicativos de fidelidade ao monarca. Por outro lado, Ilustração e Revolução faziam ataques tanto ao quadro político das monarquias tradicionais, quanto ao quadro religioso. Diante disto, e da imagem negativa da França, não surpreende que autores franceses e/ou ilustrados, assim como obras editadas originalmente em francês ou traduzidas para este idioma, tenham sido alvos constantes de censura. O que era francês ou cheirava a francês era colocado imediatamente sobre a mira de prejulgamentos. Revelador, neste sentido, é um parecer do Censor Régio Mariano José Pereira da Fonseca, datado de 21 de janeiro de 1819, no qual insistia no perigo das obras francesas. Afirmava ele, categoricamente, que

*Poucos livros modernos compostos em Francez podem resistir a huma censura rigorosa Portugueza, e o mesmo posso afirmar dos livros Inglezes, com a differença somente de que a leitura dos primeiros he popular e vulgar, e a dos outros só privativa de poucas pessoas pela difficuldade da Lingoa e gravidade das matérias, devendo porém dizer em obséquo da verdade a favor destas, q ainda não vi huma obra ímpia ou obcena na Lingoa Ingleza: os seus defeitos consistem a nosso respeito na diversidade do seu systema Político Religioso. Há porém na Lingoa Franceza livros ímpios, sediciosos, inflamatórios, e de huma execranda obcenidade directamente compostos e destinados para abalar e subverter o Throno, o Altar e os bons costumes. He contra estes particularmente que deve exercer-se a severidade censória, e tomar-se medidas mais austeras e rigorosas do que contra a peste, cujo dano me parece muito menor, q o do moderno contagio Mental e Moral.*⁷³

⁷⁰ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 75.

⁷¹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 04, doc. 82.

⁷² ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 04, doc. 82.

⁷³ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 43, grifos nossos. Um exemplo de obra inglesa, que aparece traduzida em francês, e é censurada é a *Histoire de Charles Quint*. O parecer de Mariano José Pereira da Fonseca, de 21 de janeiro de 1819, diz que “he traducção da Ingleza com o mesmo título composta por William Robertson, famoso Historiador Escocoz. Ainda que esta obra seja importante pelas notícias históricas, vistas políticas, sábias reflexões e pensamentos profundos q contem, e sobretudo pela sua excellent Introdução, obra prima no seu gênero, todavia não deve ser admitida nos Estados Catholicos porque professando o seu Author a Religião Anglicana ou Presbiteriana he hum panegirista e admirador exaltado de Martinho Lutherio e seus erros e consequentemente adversário da Santa Igreja Catholica Romana.

Passemos rapidamente as vistas sobre algumas apreciações negativas de obras feitas pela Mesa do Desembargo do Paço. Em algumas delas, não é difícil achar traços do prejulgamento exposto acima. Uma delas nos informa que a “obra traduzida do Alemão em Francez com o título ‘Les Malheurs du Jeune Werther’ [...] foi proibida pelo Régio Tribunal nos despachos de 28 de novembro de 1808 e 19 de janeiro de 1809”.⁷⁴ O famoso romance de Goethe, lançado na Alemanha em 1774, e que causara uma onda de suicídios entre jovens da época que reproduziam a atitude do jovem Werther que se matara levado por uma paixão impossível,⁷⁵ sem dúvida poderia gerar apreensão pelos efeitos colaterais inesperados que causara na Europa. Mas, o fato de estar “traduzida do Alemão em Francez” pode ter contribuído mais ainda para que a obra caísse com mais facilidade nas malhas da censura portuguesa.

Por sua vez, a obra *Abelard et Heloise* seria exprobrada porque “contem passagens licenciosas e lascivas, e hum complexo monstruozo de sensualidade e devoção, sentimentos mundanos e religiosos que a fazem perniciosa á mocidade”. Já a *Histoire du Brésil*, de Beauchamp, era comprometida por “huma passagem em que a Sagrada e Augusta Pessoa de Vossa Magestade he gravemente desacatada pela impudência, leviandade e ignorância do seu Author”.⁷⁶

Mas se assim se procedia em obras mais gerais, e quando as obras em questão eram aquelas de filósofos ilustrados franceses? Vejamos a apreciação feita por José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, em novembro de 1820, da listagem de livros que o francês Carlos Robillard⁷⁷ havia mandado vir de Paris “para seu próprio uso”.⁷⁸ Sobre o primeiro título da lista, *Ouvres [sic] de Jean Baptiste Rousseau*, o censor explicitava a necessidade de “examinar na Alfândega se são deste mesmo author, ou de Jean Jacques Rousseau que he prohibida” (grifos do original). *Le Conservateur*, a obra seguinte, leva Lisboa a afirmar que “não convém correr, por ter fragmentos de Voltaire, e de outros escriptores suspeitos, ainda que [...] tem curiosidades interessantes de Literatura”. Com relação a um título de Beaumarchais, autor de teatro francês e adepto ferrenho da Revolução, alertava que “Não convém correr, pelas immoralidades”. Já sobre a *Histoire du Commerce des Europeens*, Lisboa proferia que “Se he do Abbé Raynal, he prohibida”.

Como a História do Lutheranismo se acha implicada essencialmente com a do Imperador Carlos Quinto, o dito Author manifesta em toda a extensão da sua obra huma parcialidade execrável a favor da sua Seita e contra a verdadeira Religião, o que dá sobejos motivos para a total exclusão de semelhante obra” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 43).

⁷⁴ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 02, doc. sem número.

⁷⁵ GOETHE, J. W. *Fausto-Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002 [1808/1774], suplemento à edição (“Vida e Obra”), p. 308-309.

⁷⁶ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 43 (parecer de Mariano José Pereira da Fonseca, datado de 21 de janeiro de 1819, sobre *Abelard et Heloise* e a *Histoire du Brésil*).

⁷⁷ Aparece como “Robillard, Charles Joseph” no *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 262, IEB.

⁷⁸ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 07.

Dois anos antes, em outro parecer de novembro de 1818, o mesmo Lisboa era mais prolixo sobre as obras de Mably que constavam da lista de livros de outro francês, Cláudio João Baptista Loyseleur.⁷⁹ Apontava o censor que nelas encontravam-se “várias partes que, não obstante o mérito literário do Author, tem junto descrédito; por ter muito contribuído para a Revolução da França pelas doutrinas anárquicas e extravagantes, da igualdade e liberdade das Democracias, e pelos falsos princípios de Moral”.⁸⁰ Em outra apreciação sobre escritos do referido autor, o mesmo Censor afirmava que “A sua História da França, a obra Direito Público, e Arte da Negociação, tem merecimento. Mas he detestável o seu Ensaio ou *Diálogo de Stanhope*, que muito concorreu para a Revolução da França”.⁸¹

A respeito dos *Contes e [sic] romans de Voltaire*, é ainda Lisboa quem escreve, em novembro de 1817, que “Não convém a sua lição, pelas más doutrinas e indecências Moraes”.⁸² Segue ele sendo categórico sobre o título *Pensées de J. J. Rousseau*: “As obras deste escriptor são prohibidas. Não as conheço debaixo desse título”. Como se vê, o simples fato do nome do filósofo constar da capa levava à proibição sem qualquer exame. O Frei Inocêncio Antonio das Neves Portugal, em junho de 1820, em comentário a um rol de livros que lhe chegara às mãos, manda que haja veto caso a edição de Montesquieu que ali aparece contenha as “Cartas Persanas”.⁸³

Neste mesmo documento, segue um parecer (sem data e sem assinatura) onde se pede ao Juiz da Alfândega que não se admita o despacho do *Esprit de Loix [sic]* de Montesquieu e do *Siecle de Louis XIV*, de Voltaire.⁸⁴ Na análise do título *De la Liberte [sic] des mers*, de Barreres, por Lisboa, fica clara a tendência oficial de prejulgamento negativo ao que vinha da França ou apresentava alguma ligação com os fatos que lá vinham ocorrendo:

Ainda não li esta obra, conhecendo outras do author. Tenho-a por suspeita; pois foi hum dos maiores botafogos da Revolução Franceza, membro da Junta de Robespierre e Marat e [...] panegyrista das victórias e matanças na guerra civil e estrangeira, depois o servil escrevinhador de Bonaparte contra o governo inglês.⁸⁵

Do mesmo modo, a suspeita acerca da *História da Europa Moderna*, de Bonneville. Sobre esta obra, Lisboa diz ter alguma dúvida, afinal, embora ele julgue que seu “objecto directo não seja o ataque da

⁷⁹ Aparece como “Loyseleur, Claude Jean Baptiste”, no *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 192.

⁸⁰ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 08.

⁸¹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 101.

⁸² ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 03, documento 101.

⁸³ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 02, documento 47. Nesta mesma caixa, mas no pacote 03, documento 93, um parecer de 1821 adverte que a lista de 69 volumes de livros importados da França por um negociante francês, “contem a obra – *Lettres Persannes [de Montesquieu]* – que he prohibida”.

⁸⁴ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 02, documento 47.

⁸⁵ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 03, documento 101.

Religião e da boa ordem dos Estados, contudo o escriptor he dos admiradores de Voltaire e Rousseau, e he de opinião de geral tolerância, ainda dos Athêos, bem que condemne o Atheismo”.⁸⁶

Esta mesma tendência é seguida em outra consulta, de novembro de 1817, do mesmo censor que, desconfiado de uma lista, pelo fato dos nomes das obras estarem todos em português, declara: “Não posso formar juízo sobre alguns dos livros, de que se não declara o author, ainda que estejam os títulos na língua Portugueza [...]. Perece-me serem todas [obras] francezas; e só vendo-as, posso dizer o meu parecer”.⁸⁷ E é assim que a suspeita de estarem editadas em francês faz com que sejam verificadas diretamente por ele, não se levando apenas em consideração a listagem enviada.

Deste modo, em 1^o de abril de 1818, após examinar as obras, ele concluiria que, de fato, todas elas eram escritas em língua francesa.⁸⁸ Ainda que esse dado não fosse suficiente para a censura sumária de um livro, como se vê ele pesava como suspeita. Mas se o “Tratado da Verdadeira Religião” que “He obra em francez, de doze volumes, do insigne Abbé Bergier”, constando da listagem acima, passa no crivo de Lisboa, deve ter pesado o fato de o autor ser considerado um “piedoso apologista da Religião Christã contra os falsos philósofos da França”. Não é o caso, contudo, de outra que “He obra em francez, de dois volumes, contendo fragmentos inéditos de escriptores da França, e, entre elles, de Rousseau, Helvécio, Voltaire”.

Ainda nas apreciações feitas, em março de 1819, às *Formosuras da História de Portugal* presente em uma lista de livros vindos da França, Mariano José Pereira da Fonseca observava que

Nos últimos tres capítulos da terceira obra se achão muitas invectivas contra a Inquisição, o Monarchismo, Política e Administração Publica na Nação Portugueza, tudo exposto com aquella falcidade e leveza privativas do character dos Authores Francezes.⁸⁹

Nesta mesma lista, nem mesmo uma série de estampas escapariam à censura, não apenas pela temática, mas também pela autoria comprometedora, visto que nelas estavam representados os

acontecimentos mais notórios da Revolução Francesa nos seus primeiros annos. A descripção ou explicação das ditas Estampas he trabalho de hum Jacobino exaltado, q celebra como actos de virtude e sabedoria os desatinos dos seus consócios, e os furores de hum povo leviano, corrompido, e fascinado pella novidade, de opiniões atrozes, e subversivos de toda a ordem religiosa, moral e política.⁹⁰

⁸⁶ ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 170, pacote 03, documento 75, grifos do original.

⁸⁷ ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 02, documento 63.

⁸⁸ ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 02, documento 63.

⁸⁹ ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 170, pacote 04, documento 82.

⁹⁰ ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 170, pacote 04, documento 82.

No entanto, os esforços oficiais para impedir os assaltos do inimigo às mentes dos súditos joaninos muitas vezes esbarravam em algumas tentativas de serem driblados. Listas mal elaboradas enviadas para exame dos censores, ainda que pudessem ser atribuídas ao desmazelo de algum escrevente, eram vistas como suspeitas. Nas queixas de Mariano José Pereira da Fonseca a uma delas, em junho de 1819, ficamos a par de alguns possíveis ardis para confundir a vigilância da Mesa do Desembargo. Reclama ele que

A lista de livros francezes exhibida por Carlos Durand he tão defeituosa e informe, q merecia ser rejeitada, e obrigado o supplicante a apresentar outra que fosse exacta, ou menos imperfeita. Achão-se títulos truncados, outros q se não podem ter por mal escriptos, muitos repetidos mãis de duas vezes; faltão os nomes dos Authores e o número dos volumes de cada obra. Semelhantes defeitos não só difficultão a censura dos livros, como tãobem suscitão desconfianças e perplexidades no espírito do Censor, que attribue á malícia e dolo o q muitas vezes he effeito da imperícia ou negligência dos escreventes.⁹¹

Contudo, em diversos momentos os indícios de que o “cordão sanitário” havia sido rompido, colocando em perigo a saúde cívica dos vassallos portugueses, vinham a conhecimento das autoridades tarde demais. O que demonstrava que, ao largo dos olhares da censura, muita coisa proibida circulava, aparecendo somente quando a intimidade da pessoa via-se devassada pelas praxes da lei. Como no caso dos livros proibidos encontrados ao se proceder a um inventário na Vila de São Salvador dos Campos.

⁹¹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 04. Carlos Durand aparece como “Durand, Charles” no Códice 372 (ANRJ, impresso) - *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 15. Em outra apreciação do mesmo Fonseca, mas datada de janeiro de 1819, há queixa sobre outra lista mal feita. Neste exemplo o censor deixa entrever um pouco da metodologia de seu trabalho investigativo: “Há na sobredita relação alguns livros, de que não tenho notícia, e de que fiz huma lista separada. Não posso dar sobre elles o meu parecer, nem julgar da sua innocencia, ou malignidade sem os ler e examinar. Na maior parte dos títulos falta o nome do Author, de que se pode ás vezes concluir á favor ou contra a obra, e sendo este falecido, achar-ia nos Dictionários Históricos e Biográficos notícias da sua Pátria, Religião, character, opiniões, e ainda a enumeração e analyze das suas composições” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 43). Em janeiro de 1818, encontramos reclamação sobre outra listagem, que mostra a importância de se ter títulos na língua em que o livro é editado: “Na Lista juncta ao requerimento incluso de Bento José Labre apenas há uma só obra indicada com o título todo em Francez; algumas q eu sei são Francezas, e de q não há traducção, estão com título Portuguez; e a respeito de muitas não se póde conhecer, se são Portuguezas, ou Francezas, ou traducções destas, como por exemplo ‘Bíblia explicada’ q sendo em Francez ‘Bible expliquée’ he uma obra impiíissima, se não há outro do mesmo título. Para se satisfazer pois plenamente ao Despacho de 23 do mez próximo passado, q manda expedir providências suspendendo a Licença para os Livros Portuguezes impressos fora do Reino até o Supplicante apresentar a necessária faculdade para tal impressão, parece fazer-se indispensável q haja huma exacta declaração a respeito de todos os Livros com os seus verdadeiros títulos e lugar da Impressão” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 168 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 76). Em 24 de março de 1819, o censor Francisco de Borja Garção Stockler, mostrava a necessidade, além do título original (não aportuguesado), de dados mais completos nas relações de livros enviadas para apreciação. Comenta ter-lhe chegado uma relação “por extremo resumida, e imprópria para facilitar o juízo dos Censores. Semelhantes relaçãoens não devem ser huma simples indicação dos títulos das obras nellas comprehendidas, sem declaração dos seus Autores, e do logar e anno das Ediçoens, por que tendo os mesmos assumptos sido tratados por diversos autores de baixo de títulos idênticos, e tendo muitos também corrigido, acrescentado ou mutilado as suas obras depois de impressas pela primeira vez, d’aquí resulta que entre as obras de hum mesmo título, e entre as diversas ediçoens de huma mesma obra haja algumas que devam ser permitidas, e outras que mereçam ser vedadas e he evidente que por meio de relaçãoens em que estas circuntâncias se não especificam não pode o juízo dos Censores deixar de ficar incerto, e de retardar-se em consequência a expedição deste gênero de negócios” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 83).

Em dezembro de 1814, informava o Juiz de Fora dos Campos dos Goitacazes que achara, em meio aos bens que constavam do dito inventário, “essa Constituição Massônica, que tenho guardado até agora, assim como os livros proibidos constantes da Relação incluza, para de tudo fazer entrega [sic] na Meza do Desembargo do Paço pessoalmente”.⁹² Nesta relação o Juiz destacava “Vários tomos truncados das obras de Rousseau –vinte e dois tomos; [...] *Mémoires pour servir a l’Histoire du Jacobinismo* [sic] – três tomos truncados; [...] Nove tomos da História do Reinado de Luís 14 [possivelmente seria *O Século de Luís XIV* de Voltaire] por nella se lerem algumas passagens revoltantes”. Um detalhe chama atenção e mostra como o imaginário conservador apresentava certos vícios, além de uma certa ignorância ou excesso de zelo por parte do Juiz: *Mémoires pour servir a l’Histoire du Jacobinisme*, de autoria do abade Barruel, era uma notória obra contra-revolucionária. Sem dúvida o *Jacobinismo* presente no título fazia dela um perigo em potencial aos olhos daquele que elaborara o arrolamento das obras a serem recolhidas.

A insistência na importação de leituras consideradas inadequadas seria ato de má fé à espreita de uma desatenção qualquer por parte dos Censores ou assinalava a crença na limitação da fiscalização? Denotava um real desconhecimento geral, por parte da população, das obras que eram proibidas? Até que ponto este desconhecimento era usado como justificativa? Difícil chegar a uma conclusão. Mas vejamos algumas ocorrências que, mesmo não nos ajudando a solucionar tais indagações, são sugestivas.

Começemos pelo caso que envolveu Jozé Balbino de Barboza e Araújo, em janeiro de 1818.⁹³ Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, alega ele, no documento que enviara ao Desembargo do Paço, que havia requerido despacho para quatro caixas que lhe vieram da França pelo Navio Dauphin, mas que só soube depois que continham “alguns livros para os quaes não poderia obter licença de admissão”. E que diante disto, enviou “para fóra deste reino” as ditas caixas, tornando seu despacho desnecessário junto à Mesa.

A medida sumária, tomada pelo oficial, de desembaraçar-se imediatamente das caixas, talvez demonstre seu receio de se ver implicado com obras censuradas, ainda mais sendo funcionário da Coroa. Tanto que no verso deste documento acrescenta-se que ele “desiste da sua pertença, e espéra da grandeza de V. Magestade.” De fato, dentre os títulos comprometedores que vinham endereçados a Balbino, encontravam-se

hum exemplar das obras de Voltaire, edição de Beaumarchais, setenta volumes em oitavo; e de Rousseau, edição de Poinçon, trinta e três volumes em oitavo; e das obras intituladas

⁹² ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 34.

⁹³ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. sem numeração.

“Théorie des Révolutions”, quatro volumes em oitavo; “Des Colonies” de Pradt, dous volumes em oitavo...

Diante disto, vemos como um pedido de despacho de José da Silva Lisboa, ele próprio Censor Régio, datado de 16 de janeiro de 1809,⁹⁴ mostra-se exemplar. Na lista de livros que lhe haviam chegado para ele da Inglaterra, “pela cidade da Bahia”, encontramos apenas obras em inglês, de autores ingleses. Nada que tivesse qualquer conexão com a França.

Outro caso que dá o que pensar, diz respeito às providências tomadas pelo Conde de Palma (governador e capitão geral da Capitania da Bahia) sobre a venda de obras proibidas na loja da Gazeta na Bahia (*Idade d’Ouro do Brazil*).⁹⁵ A partir de uma provisão assinada por d. João, datada de 3 de agosto de 1820, Palma expediu em 7 de setembro do mesmo ano, ao Ouvidor do Crime da Relação da Cidade de Salvador, ordem relacionada à apreensão dos tais livros proibidos. O ouvidor, por sua vez, cumprindo a ordem, promoveu uma diligência à loja. Ali confiscaria duas obras. Após a diligência, foi publicada, por edital, “a Real Determinação de Vossa Magestade pela qual he servido declarar prohibidas as mencionadas obras de Pigault Lebrun, de Louvet de Couvray, de Lacos, e limitei o prazo de trinta dias para serem entregues na secretaria deste governo, debaixo de penas declaradas na Regia Provisão”. No entanto, segundo a documentação, Palma declara que até o momento nenhuma obra havia sido entregue e dá para isso, e para o fato de as obras proibidas (que foram apreendidas no estabelecimento) ainda se acharem à época da apreensão à venda, a explicação de que “nesta cidade há mui poucas pessoas, que entendão Lingoas Extranjeiras, e muito menos que gostem de occupar o tempo em ler Livros”. Por sua vez, o ouvidor diria que o administrador da loja da gazeta teria alegado

estarem os dittos livros naquella sua Loja tão-bem á muito demorados por falta de compradores, e q. não erão todos da dita casa, e sim de hum terceiro e que tinha obrado em tudo de boa fé, por se persuadir de q. taes livros não erão prohibidos; e não duvido, por me parecer não haverá difficuldade em comprar os ditos livros nas Lojas dos livreiros de Lisboa.

E o que dizer do anúncio em que um particular apregoa a venda, em 1812, da “elegante e excellente Obra da Encyclopedia em *Francez* com Estampas, contendo 170 volumes” e “em muito bom uso” (*GRJ*, 18/03/1812), chegando a anunciá-la novamente, possivelmente por não ter encontrado algum comprador (*GRJ*, 01/04/1812)? Causa espanto que esta obra, onde foram colaboradores as mais notáveis figuras da Luzes francesas, como Voltaire, Rousseau, e Montesquieu, fosse apregoada publicamente e estivesse a circular livremente. E a publicação, na Impressão Régia, neste mesmo ano, da *Henriada*,

⁹⁴ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 61.

⁹⁵ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 170 – Licenças (1808-1822), pacote 04, doc. 83.

poema épico de Voltaire,⁹⁶ que aparece à venda na loja de Paulo Martin filho (*GRJ*, 29/08/1812)? Segundo Hipólito José da Costa, esta obra “entrava no numero dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por atheo, pelo menos por Jacobino.”⁹⁷ No entanto, o autor do *Correio Braziliense*, de maneira otimista, vê nisso “indício, de que o terror inspirado pela revolução Francesa, que fazia desattender a toda a proposição de reformas, principia a abater-se”. Ainda que, seguindo a lógica do discurso da *Gazeta* na análise que fizemos sobre Napoleão Bonaparte, 1812 aponte para uma atitude de retomada de confiança da parte dos inimigos dos franceses, ou esses dois episódios indicam falhas de fiscalização ou um abrandamento dela. E, neste caso, podemos começar a concordar com Hipólito.

Na documentação anteriormente exposta o temor causado pelos atos revolucionários na França parecem reavivar-se a cada título suspeito, seja pela colaboração efetiva do autor a eles ou pela desconfiança que a nacionalidade ou a língua francesas carregam consigo. A França é tomada como uma aberração política e social, criada pela contaminação dos ideais de Liberdade e Igualdade advindos da Filosofia das Luzes, e que busca com seus diversos tentáculos espalhar sua ideologia corruptora. Tanto quanto o empenho para barrar a entrada de autores tidos como perniciosos, o zelo dos pareceristas demonstra os medos de uma monarquia conservadora que quer proteger-se frente aos novos ventos democráticos e liberais que sopram com vigor cada vez maior do coração da Europa e atingem maiores distâncias.

Mesmo obras acima de qualquer suspeita eram examinadas e deveriam obter a liberação pela Mesa do Desembargo do Paço. Como deixa claro a licença, dada em 1820, a um calendário. Segundo o parecerista, o “Calendário incluzo para o anno de 1821 que o P. Fr. Arcanjo dos Querubins pretende imprimir nada contém contra o Estado, Fé ou pureza dos costumes da Nossa Santa Religião e por isso julgo se pode imprimir”.⁹⁸ Há que se imaginar que a rotina burocrática deveria ver-se bastante sobrecarregada por conta dos alarmes da Coroa que se refletiam na ampla vigilância por ela estabelecida.

Mesmo escritos, com temáticas favoráveis, não escapavam à censura, como no caso de um parecer negativo de Lisboa, datado de fevereiro de 1818, para o pedido de impressão de um elogio escrito ao

⁹⁶ CAMARGO & MORAES, op. cit., v. 1, p. 101-102, doc. 303.

⁹⁷ COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), vol. XI, n. 67, dezembro de 1813, p. 924 (esta e a citação seguinte).

⁹⁸ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 168 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 73.

recém aclamado rei português por ocasião do fim da Revolução Pernambucana.⁹⁹ Declarava o Censor que

Tenho dúvida se convém tal licença, como obra oferecida á V. Mag^e não só por ser em si tênue composição poética, á que não he devida a importância solicitada, pelas incorreções literárias; mas também, e principalmente, porque obras [...] [sob] os Reaes Auspícios carecem de mais atenção e lhes convém mais que ordinária decência, delicadeza e circunspeção, o que não posso considerar no dito Elogio, ainda que nada tenha contra o Estado, e manifeste o patriotismo e engenho do Author (grifos do original).

O censor, de maneira minuciosa, justificaria sua decisão ao colocar em destaque pequenos deslizes do escritor: “Pacificação de Pernambuco – Phrase imprópria em si, e por não ser attribuída expressamente também á V. Mag^e. Esse termo supõe antes ‘estado’ de guerra entre Potências, e não he applicável á mera suplantação, por Força Militar, da rebeldia de insurgentes contra um governo legítimo” (grifos do original). Em outra parte do elogio, Lisboa reparava: “Eis o Author tratando por Tu a Real Pessoa” (grifo do original). Tais minúcias podem ser tomadas como indícios do grau que as sensibilidades governamentais apresentavam em um momento em que se vira abalado por agitações internas. Lembremos que 1817 seria um ano complicado para d. João no Brasil que veria o temido espírito revolucionário grassar entre seus súditos em Pernambuco. Portanto, todo o cuidado era pouco.¹⁰⁰

A suma atenção e cuidado relativos ao elemento francês, no que toca as obras circulantes no período joanino, não se explica apenas pelo estado de guerra, embora entre 1808 e 1815 assim possam ser justificados. Esta atitude se dá como continuidade de outra que já vinha sendo manifestada há tempos na colônia e que evoluiu da apreensão e precaução à pirataria e contrabando franceses para a inquietação e vigilância sistemáticas acerca dos franceses e de seu ideário ilustrado e revolucionário. Tanto que, mesmo após a queda definitiva de Napoleão e a volta dos Bourbons, a preocupação do controle do

⁹⁹ Trata-se do “Elogio a Sua Magestade, e á Nação, que por ocasião de celebrar-se a pafeificação de Pernambuco, recitou no dia 2 de Julho de 1817, seu Author. Diogo Duarte Silva Thezoureiro Geral Deputado da Junta da Real Fazenda no Theatrinho particular de Santa Catharina”. O manuscrito e o parecer se encontram em ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 19.

¹⁰⁰ Sobre 1817 cf. a “Conclusão” da tese. Um parecer de Fr. Inocêncio das Neves Portugal, datado de 9 de setembro de 1820, mostra mais uma vez como essas sensibilidades estavam aguçadas. O Fr. Francisco de Assis, religioso dos Menores Reformados, pedia licença para imprimir a obra intitulada “O Dever do Homem Segundo os seus Differentes Estados”. O censor observava que “Nesta obra não trata o Autor das obrigações dos Superiores Regulares para com os Subditos; nem das dos Subditos para com elles; mas trata no cap^o. 3^o das obrigações dos Soberanos para com os Vassallos” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 168 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 76). Em uma época em que se falava a favor da soberania popular de maneira a tolher a soberania real, esta temática era vista como algo perigoso, que poderia fragilizar ainda mais as já fragilizadas bases da monarquia absoluta portuguesa. O mesmo se verifica no parecer negativo sobre uma obra de Hobbes (ao que tudo indica, *Leviatã*) a ser despachada da alfândega da Bahia para a Corte. Teme-se que ela possa ser perigosa. Embora, escreva o censor, “ella hoje de nenhuma consideração seja e pode ser indifferente a sua lição, comtudo he radicalmente de máos princípios, por não suppor original direito nas instituições dos governos, e só o direito da força; sustentando que o original estado do homem he guerra de todos contra todos” (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 168 – Licenças (1808-1822), pacote 04, doc. 82). Levando-se em consideração que estas observações são feitas em 1817, após a Revolução Pernambucana, não podemos deixar de tomá-las como mais um indício dos temores governamentais.

elemento francês nas leituras continuaria presente na documentação da Mesa do Desembargo do Paço, sem alterações significativas, como demonstram pareceres aqui citados datados entre 1816 e 1821.

Deste modo, a França vai sendo construída pela censura joanina, da mesma maneira que Napoleão: como uma grande figura negativa que engloba em si tudo o que ideologicamente é vetado ao vassalo português. Antes de 1808, as conjurações que aqui tiveram lugar e que espelhavam o quadro tempestuoso do norte da América, da França e de São Domingos, e sem dúvida o imaginário de uma França que parecia estar à espreita para uma nova invasão, justificaram o maior controle sobre os súditos bragantinos. Em tempos de guerra a constância deste controle vê-se facilmente explicada pela representação negativa da França enquanto inimiga implacável e que a tudo quer degenerar. E, depois da queda do imperador francês, a crença de que o ideário revolucionário grassava por toda parte, exemplo disto sendo o episódio de 1817 em Pernambuco, dá continuidade à vigilância por parte das autoridades.

Apenas com a eclosão de outra Revolução, a do Porto, em 1820, é que a imagem demonizada da França, baseada nas idéias e ações de Liberdade e Igualdade, começa a esmorecer em território português. Este acontecimento colocaria o constitucionalismo na ordem do dia e muitos autores da ilustração francesa passariam a ser publicamente citados. Em 1821, a *Gazeta* anuncia que o “Contracto Social de *Rousseau* em *Francez*, se acha de venda na loja de *Paulo Martin*, hum vol., com rica encadernação por 4:000; esta obra que outr’ora era prohibida, nas actuaes circumstancias se torna mui interessante” (*GRJ*, 10/11/1821). Alguns meses depois, divulga-se que na mesma loja é possível achar “*O Contrato Social de Rousseau traduzido em Portuguez*, por 2\$880. Esta obra que mesmo em *Francez* era prohibida antes da nossa Regeneração, presentemente se torna indispensavel a todo o *Portuguez*” (*GRJ*, 02/04/1822).¹⁰¹

Em 1822, na loja de J. G. Guimarães, na rua do Sabão, podia ser encontrado o *Esprit des Lois*, de Montesquieu, em 5 volumes, por 4\$800 (*GRJ*, 18/05/1822). Dois anos antes era oferecida a subscrição de um jornal político e literário publicado em Paris que podia ser feita na loja da *Gazeta*.¹⁰² Mas observemos que, pouco antes da chegada das notícias dos acontecimentos do Porto, um anúncio dessa

¹⁰¹ Na edição da *Gazeta* de 01/01/1822, em um artigo extraído do Diário do Governo, Rousseau é usado para reforçar a argumentação a favor da eleição ampla para representantes nas assembléias legislativas. Já na semana seguinte (08/01/1822), o mesmo autor é criticado pelo redator da *Gazeta* a partir do que havia sido escrito no artigo citado. Eis aí um exemplo de como o governo joanino ainda tentava impor sua visão política conservadora. O redator, apesar de assumir que, do *Contrato Social* “he preciso aproveitar d’elle o que póde contribuir para a nossa prosperidade no feliz systema que temos adoptado”, chama atenção para o fato de que Rousseau, na sua obra, referia-se a “pequenos Estados” o que poderia invalidar a aplicação integral de sua idéias em Estados com grande número de habitantes.

¹⁰² Sobre o jornal, dizia-se que “seu plano he dar a conhecer os successos do tempo, assim como offerecer o exame da litteratura nacional e estrangeira, e das obras de economia e administração publica juntando reflexões imparciaes sobre os differentes artigos” (*GRJ*, 23/08/1820).

mesma loja exprimia em um dos títulos que lá estava à venda – *As idéias liberaes, último refugio dos inimigos do Throno e da Religião* –¹⁰³ o posicionamento conservador do governo joanino.

Outro indício da mudança da representação da França junto às autoridades portuguesas está na decisão das Cortes de que d. Pedro deixasse o Rio de Janeiro e que “viaje por alguns Paizes illustrados, a fim de obter aquelles conhecimentos, que se fazem necessarios, para hum dia occupar dignamente o Throno Portuguez” (*GERJ*, 11/12/1821, artigo de ofício n. 125, datado de Lisboa em 6 de outubro de 1821). O herdeiro dos Bragança deveria ir “acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes, e adhesão ao systema Constitucional”. No itinerário que se desejava que o príncipe fizesse, além de Espanha e Inglaterra, estava a França, há tão pouco tempo local vetado aos portugueses fiéis ao seu monarca.

4.3. A França e os Franceses na *Gazeta do Rio de Janeiro*

E por ventura não estão ainda presentes á vossa imaginação estas scenas horríveis de carnagem, com que o inimigo pertendia abater os vossos animos, espalhando assim o terror para consummar a obra do seu infame Despotismo: O sangue de vossos Concidadãos, barbaramente derramado, não deslumbra já as vossas vistas com seu vapor fumegante? Os gritos dolorosos de tantas victimas innocentes, sacrificadas todos os dias, e por todos os modos, ao Idolo da Irreligião, e da Immoralidade de nossos perversos [sic] Aggressores, não vos espantarão, não vos aturdirão? Vossa Patria envolta em pó ensangüentado, muribunda, e já reclinada sobre o tumulto, que lhe prepara o Governo Francez, já não provoca a vossa indignação, e as vossas lágrimas?
Proclamação do General Comandante do Exército Português, Bernardim Freire de Andrada, aos seus soldados, proferida no quartel general de Coimbra aos 11 de agosto de 1808¹⁰⁴

Bernardim Freire, poucos dias antes da ação que poria término à primeira invasão francesa em Portugal, a Batalha do Vimeiro (21/08/1808), dirigira-se, de maneira inflamada, aos seus compatriotas que compunham as forças luso-britânicas sob seu comando e de Arthur Wellesley (futuro duque de Wellington). No discurso, o inimigo francês é utilizado como uma grande alavanca moral para os

¹⁰³ Anúncios na *GRJ*, de 17/06/1820 e de 15/07/1820. No primeiro anúncio ela é chamada de “modernissima obra”, no segundo, “mui moderna e estimada obra”. Embora haja diferença de preços entre os dois anúncios (1\$920 e 2\$240, respectivamente), e que no primeiro a palavra “Religião” venha, no título, antes da palavra “Throno”, estamos convencidos tratar-se do mesmo escrito.

¹⁰⁴ *GRJ*, 23/11/808.

combatentes. Cada palavra sobre as atrocidades por ele cometidas em solo pátrio objetiva fazer fermentar o ódio e a revolta contra o invasor que, em última instância, deveriam ser convertidos em entusiasmo, patriotismo e força moral para derrotá-lo. O mesmo cenário com que “o inimigo pretendia abater os vossos animos”, como advertia Freire, era exposto com as cores mais cruéis e funestas a fim de exaltar os ânimos portugueses.

Neste quadro, os franceses são os agressores, os algozes, os elementos ativos. Do outro, a passividade e o sofrimento dão o tom e clamam pela defesa e pela justiça: o sangue dos concidadãos lusitanos é derramado, as vítimas inocentes sacrificadas, a Pátria aparece “envolta em pó ensangüentado, muribunda, e já reclinada sobre o tumulto”. Portugueses e Portugal devem amalgamar-se no sofrimento, assim como franceses e França (“Governo Francez”) devem ser combatidos por causarem este sofrimento. Vemos duas grandes massas em choque e, dentro de cada uma delas, não há relativizações. Os bons estão de um lado e os maus de outro. Portanto, não há português que não venha sofrendo ou francês que não venha atacando.

A fala de Freire é apenas uma pequena peça no imenso mosaico da época que, sob vários suportes, buscou edificar um “nós” português em meio à guerra, ao montar um contraponto coletivo discursivo, e muitas vezes bastante utópico, para fazer face à desagregação real pela qual Portugal e suas possessões passavam tanto antes quanto durante as invasões napoleônicas. Trata-se do apelo centrípeto ao qual já fizemos menção. Como indica Ansart,

a prática conflitual é geradora a um tempo de estruturação interna, de reorganização perceptiva e afetiva, de estruturação dos comportamentos e também dos significados. O conflito acarreta uma discriminação precisa entre as partes presentes [...]. Quanto mais se intensifica o conflito, mais os grupos envolvidos tendem a erguer uma separação simbólica brutal entre os adversários, a produzir uma super-avaliação do grupo a que cada qual pertence e uma representação desvalorizante do grupo adverso. A produção de uma imagem exaltante do eu coletivo participa das necessidades do empreendimento, assim como a produção de uma imagem desfavorável do inimigo pode enfraquecer os hesitantes. Esse processo de categorização que opõe num esquema simplificador os amigos e os inimigos participa do processo competitivo, garantindo a um tempo a coesão do grupo e a conservação da distância entre os grupos presentes.¹²⁹

A cada parágrafo, pontuação e letra da *Gazeta* o grande inimigo napoleônico será construído, ganhando corpo por entre suas linhas. Mas, subsidiário deste Napoleão imaginário encontramos ainda dois outros inimigos que ora se confundem entre si, ora se confundem com o próprio Napoleão: a França e os franceses. A seguir daremos continuidade à reconstrução das outras faces do inimigo no periódico,

¹²⁹ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 117.

ao analisar como os grupos em conflito são ali representados e, conseqüentemente, organizados na geografia do universo mental.

4.3.1. França: detração geral

Algumas vezes, nas páginas da *Gazeta*, a nação francesa e aqueles lá nascidos aparecem de forma indistinta nas referências ao elemento hostil. Encontramos, neste caso, várias expressões genéricas, as quais parecem demonstrar não ter importância a diferenciação entre indivíduos e governo. Há várias menções ao “*Inimigo*” (*GRJ*, 05/10/1808), ou, o que é mais frequente, ao “*Inimigo commum*” (*GERJ*, 03/10/1808),¹³⁰ sem que fique claro tratar-se do país ou de seus cidadãos. Esta última expressão reforça tanto a necessidade de isolar o oponente, quanto de fazer o apelo para que o combate a ele congregue todos os que não estão no campo do opositor. Essa generalização, carregada de prejulgamentos negativos a tudo e a todos os que venham da França, apresenta como efeito colateral principal o preconceito e a desconfiança. Estes comportamentos, como veremos, estarão na base das ações da Intendência de Polícia no período joanino, podendo mesmo ser vislumbrados no que diz respeito à Missão Francesa de 1816.¹³¹

Ao continuarmos a correr os olhos pelo periódico fluminense, encontramos outras formas pelas quais França e franceses são referidos de modo indistinto: o “*inimigo feroz, e insolente*” (*GERJ*, 04/01/1811), o “*inimigo o mais deshumano, que tem visto a Europa moderna*” (*GRJ*, 13/07/1811), “*hum inimigo temerário, que á custa de muito sangue se tem entranhado até o centro da Nação para fazer mais inevitável a sua ruína*” (*GRJ*, 08/02/1809).¹³² Trata-se de um vocabulário que guarda muita semelhança com aquele usado para atacar Napoleão. Assim, extraídos dos trechos em que aparecem, poderíamos até dizer desavisadamente que tais termos aludem ao imperador. De fato, em alguns momentos é realmente difícil dizer se são alusões a ele, aos soldados franceses, aos habitantes da França ou à França de modo geral.

Nos exemplos acima, é interessante notarmos que, do mesmo modo como é aplicada contra Bonaparte, a palavra “*inimigo*” usada para o povo e para a pátria franceses vem no singular. Deparamo-

¹³⁰ *GERJ*, 14/10/1808; *GRJ*, 14/12/1808; *GERJ*, 15/12/1808; *GRJ*, 07/01/1809; *GRJ*, 04/02/1809; *GRJ*, 12/04/1809; *GRJ*, 29/04/1809; *GRJ*, 03/06/1809; *GRJ*, 26/05/1810; *GERJ*, 27/10/1810; *GRJ*, 15/06/1811; *GERJ*, 18/06/1811; *GERJ*, 20/07/1811; *GRJ*, 21/08/1811; *GRJ*, 15/01/1811; *GERJ*, 13/09/1813.

¹³¹ Cf. na tese, respectivamente, item 4.4., “A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas” e item 5.4., “Imaginário napoleônico na América portuguesa após 1815: a Missão Francesa”.

¹³² “*hum inimigo ferós*” (*GRJ*, 23/11/1808), o “*bárbaro inimigo*” (*GRJ*, 19/11/1808; *GRJ*, 16/01/1811; *GERJ*, 17/01/1811), “*hum implacavel inimigo*” (*GRJ*, 14/12/1808), “*o nosso cruel inimigo*” (*GERJ*, 20/05/1811), o “*monstruoso inimigo*” (*GRJ*, 21/08/1811), “*perfidio inimigo*” (*GRJ*, 16/01/1811).

nos aqui com o recurso da uniformização que, ao recorrer à indiferenciação de quem está no campo oposto, pretende não deixar muita margem para relativizações. Relativizar, neste caso, é titubear, e hesitações não são bem vindas quando se está imerso em um contexto de confrontos militares. Este mesmo recurso vale tanto para o “nós” quanto para “eles”, o outro, o inimigo. E o uso de termos no singular para aludir a uma imensidão de pessoas, se no primeiro caso – “nós” – visa a coesão, no segundo – “eles” – tende ainda reforçar esta coesão do grupo “nós” na medida em que se não se faz parte do grupo antagônico, compulsivamente deve-se fazer parte do grupo que se opõe a ele.

A representação geral da França no jornal coloca-a como um “monstruoso Imperio” (*GRJ*, 28/01/1809). Discorre-se sobre “a atrocidade sem exemplo da França”, sobre o “Governo sanguinario de França que pretende reduzir o Continente á barbaridade dos seculos para assentar seu pesado throno em a ignorancia e estupidez” (*GRJ*, 26/01/1811). A “desgraçada França” (*GERJ*, 03/10/1808) é, por conseguinte, uma “nação barbara desprezando os direitos mais sagrados, que no mundo se conhecem” (*GRJ*, 01/02/1809), em oposição às “Nações civilizadas da Europa” (*GRJ*, 14/01/1809).¹³³ Disso advém “seu deshumano espirito de conquista” (*GRJ*, 09/10/1813) que se choca com a “humanidade Nacional” (*GRJ*, 05/10/1808) dos portugueses. Portugal, por sua vez, é “Nação espirituosa, e forte” (*GERJ*, 30/09/1808)¹³⁴ e sobre sua histórica aliada destaca-se a “nobre constancia e energia da Nação Inglesa” (*GRJ*, 14/01/1809). Ela, sim, é uma “Illustre Nação” (*GRJ*, 23/11/1808), uma “Nação magnanima que sabe vencer, e perdoar” (*GRJ*, 14/12/1808).

Quando as referências não deixam dúvidas de que a crítica está voltada pontualmente para a França, fica evidente como sua caracterização, muitas vezes, se dá nas mesmas bases vocabulares que aquela de Bonaparte. Ao lermos sobre a “detestável Nação *Franceza*, que immolou ao seu louco entusiasmo tantas innocentes victimas” (*GERJ*, 03/10/1808), difícil é não perceber ecos da imagem do ogro ou do minotauro utilizadas para negativar o imperador. E ao referir-se à “*França*, [como] o terror, e tormento da humanidade, grande somente pela sua maldade, e infamia, pela sua crueldade, e crimes, [que] ataca a independência das Nações, que a não offendem, calca os mais sagrados Tratados, e continua a sua carreira de insaciavel ambição sem cansaço, e sem remorsos” (*GRJ*, 30/08/1809)? Como não enxergarmos aí uma sobreposição quase que perfeita entre Napoleão e a nação que ele governa? Na descrição que segue, ela aparece quase como um *alter ego* de Napoleão, quando se discorre sobre “A

¹³³ No entanto, como recorda Holtman, mesmo em sua fase pós-Revolução “France could also be proud of being the most civilized country. Its pre-eminence was illustrated in several ways – the encouragement of the fine arts in celebration of victory, the choice of officials in quiet, truly representative elections, and the constitution given to Spain, which allowed colonial representatives in the legislature” (HOLTMAN, Robert. *Napoleonic Propaganda*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1950, p. 31).

¹³⁴ “huma Nação valerosa” (*GRJ*, 04/02/1809), “huma Nação briosa” (*GRJ*, 04/02/1809).

forte fábrica de poder despotico, que a *França* trabalha por estabelecer desde os primeiros annos da revolução – para o que tem posto em obra força, talento e intriga de toda a casta – e ao que tem sacrificado seus recursos e sua população com a profusão mais inaudita” (*GRJ*, 12/03/1814).

Essa coincidência torna-se até mesmo um pouco incoerente quando nos lembramos que, ao mesmo tempo em que a França e seu imperador apresentam tantas semelhanças no discurso detrator dos aliados, a imagem de estrangeiro seja usada para deslegitimá-lo. Mas isto não seria exclusivo dele. Ela também seria tratada como “huma potencia estrangeira [que] destruiu o publico alicerce da prosperidade geral” (*GRJ*, 23/04/1814). Neste caso, o expediente de caracterizá-la como elemento exótico ajuda a reforçá-la como invasora, intrusa, que enquanto forasteira apresenta interesses diversos dos nacionais, não tendo, por conseguinte, nenhum direito de subjugar ou governar. Assim sendo, ela é “huma Nação, que com arrogancia do que hoje se chama *illustração*, e policia, vem a querer-nos dar as suas leis, os seus desvarios, e tyrannicas reformas, pertendendo que rasguemos as entranhas com as nossas proprias mãos!” (*GRJ*, 22/08/1810). Seu domínio não prevê e não garante a felicidade de nenhuma pátria. Além do mais, quando se apela ao civismo na defesa da nação portuguesa, a fronteira básica e imediata que divide grosseiramente o patriota do não patriota é a nacionalidade.

Na detratção da nação francesa na *Gazeta* a tendência a assemelhar governante e governada leva a extrapolar-se, em alguns momentos, sua condição de mera entidade geopolítica, ao atribuir-lhe certos predicados tipicamente humanos. Um exemplo: a ambição. Ela é usada para criticar a França da mesma forma com que fora colocada como um dos traços de personalidade proibitivos em Bonaparte. Trata-se de “huma Potencia, cuja arrogância, e ambição paixão em provérbio” (*GRJ*, 15/07/1809).¹³⁵ Ao mesmo tempo em que se reconhece que “a *França* he mui poderosa; o seu orgulho, e ambição inda são maiores que o seu poder” (*GRJ*, 30/11/1811).

E assim como se apregoava que a ruína da carreira napoleônica, como visto, decorreria de suas pretensões ilimitadas, do mesmo modo, “o systema da *França* [que] he saciar a ambição de seus Generaes, com o sangue das desgraçadas nações opprimidas; he hum fogo devastador nutrido no crime, que se espalha por toda a parte, e que há de acabar pela destruição da mesma *França*” (*GRJ*, 27/05/1812). Do outro lado do campo, surge a “generosa *Inglaterra*” (*GRJ*, 04/02/1809) cujos “auxilios generosos e desinteressados”¹³⁶ (*GRJ*, 14/01/1809) estão longe dos anseios egoístas e escusos da inimiga

¹³⁵ “a ambição e violência da França” (*GRJ*, 28/04/1810); “ambição Franceza” (*GRJ*, 30/11/1811); “todas as potencias que tem sido sacrificadas á ambição da França” (*GRJ*, 26/02/1814); “as vistas ambiciosas da França” (*GRJ*, 12/03/1814); “a desenfreada ambição da França” (*GRJ*, 09/10/1813).

¹³⁶ “o generoso soccorro da Nação Britannica” (*GRJ*, 17/04/1811); “Que generosidade tão subida! Que benevolencia tão amavel! Que humanidade tão meiga! E que politica tão profunda!” (*GERJ*, 25/06/1811).

continental. Dádívosa com relação aos seus recursos e magnânima em suas ações, comenta-se sobre ela: “Nenhumas vistas de interesse ou engrandecimento Nacional, poderão imputar-se á liberal politica da *Grãa-Bretanha*” (*GRJ*, 14/12/1808).

A generosidade da nação inglesa surge com peso no discurso da *Gazeta*: “no meio da dissolução da *Europa*, a *Inglaterra* não prodigalisou os seus thesouros; e o sangue dos seus soldados para proteger a legitimidade, e salvar a independencia das Nações” (*GERJ*, 30/03/1810).¹³⁷ E não se trata de uma atitude ocasional, mas de uma função que desempenha desde longa data, pois “quando os ressentimentos, e a vingança armão as grandes Potencias, quando o ciume, e a ambição rasgão a *Europa*, ella tem invariavelmente acodido aos mais fracos, e sustentado a balança na guerra como na paz” (*GRJ*, 19/11/1808). Lembra-se sua importância naquele contexto, visto que a “*Inglaterra* não combate só pela sua propria existencia, mas para livrar-nos de sermos escravos do poder da *França*” (*GRJ*, 08/08/1812).¹³⁸ Se esta última “he inimiga de toda a independência política da *Europa*” (*GRJ*, 19/07/1809), “*Inglaterra*, e *Hespanha*, [são] amigas e protectoras da dignidade do homem” (*GRJ*, 14/09/1811).

A perfídia, que aparece com destaque na imagem napoleônica na *Gazeta*, também é compartilhada pela França na sua caracterização negativa no mesmo jornal. Na sua primeira edição, o redator colocava a mentira, o engodo e a má-fé como fazendo parte da “doutrina *Franceza*” (*GRJ*, 1/09/1808). Ela aparece ainda como “pérvida nação” (*GERJ*, 14/09/1808)¹³⁹ e censuram-se “*as manobras da sonsa e dissimulada politica Franceza*” (*GRJ*, 26/01/1811).¹⁴⁰ Segundo o redator, “o destino das nações he hum jogo no systema da *França*: enganar e aterrar, eisaquí [sic] o seu fito” (*GRJ*, 17/10/1812).¹⁴¹ Por sua vez, a Grã-Bretanha é celebrada por ser “fiel aos principios da honra e boa-fé” (*GRJ*, 14/12/1808). Ao contrário de sua arqui-rival, a “*Inglaterra*, [é] fiel á sua palavra, e amizade, e interesse da causa commum” (*GRJ*, 22/08/1810).

O destaque dado à “tyrannia e usurpação da *França*” (*GRJ*, 17/09/1808; *GRJ*, 03/06/1809)¹⁴² ajuda mais uma vez a aproximá-la do perfil napoleônico. Ganham destaque ainda a “opressão *Franceza*”

¹³⁷ “ella nos subministra armas, ella faz caminhar os seus Exercitos ao campo de honra, ella franquea, e liberalisa os seus thesouros” (*GRJ*, 04/02/1809); “generosa Nação Britannica [...] que sem poupar genero algum de auxilios, se empenha em nos socorrer” (*GRJ*, 31/10/1810); “A Grã-Bretanha nos deo tropas, armas, munições, soccorros pecuniarios, e nos deo hum Chefe illustre para commandar o Exercito combinado” (*GRJ*, 31/10/1810).

¹³⁸ “a grande Protectora da independencia da *Peninsula*, [é] a *Inglaterra*” (*GERJ*, 10/09/1811).

¹³⁹ “hum inimigo pérvido, e destruidor” (*GRJ*, 11/07/1810).

¹⁴⁰ “maquinação *Franceza*” (*GERJ*, 31/01/1809), “as machinações do inimigo commum” (*GRJ*, 15/01/1812), “*os embustes daquelle damnado Gabinete*” (*GRJ*, 26/01/1811).

¹⁴¹ “pouca segurança, que se póde colher da sujeição ás usurpações e á tyrannia do Governo Francez” (*GRJ*, 17/10/1812).

¹⁴² “a usurpação e a tyrannia da França” (*GERJ*, 21/04/1809); “tyrannia *Franceza*” (*GRJ*, 19/10/1808; *GRJ*, 18/07/1810; *GRJ*, 15/04/1812); “Nação usurpadora” (*GERJ*, 19/12/1808); “as usurpações da França” (*GRJ*, 04/03/1812).

(*GRJ*, 28/09/1808; *GRJ*, 15/10/1808; *GERJ*, 29/03/1811) e seu “tyrannico jugo” (*GERJ*, 03/10/1808).¹⁴³ O período em que Portugal é dominado por ela é visto como “o império da força e da opressão” (*GERJ*, 03/10/1808). Denuncia-se “o projecto do exterminio do *Tyranno e Sanguinario Governo Francez*” (*GERJ*, 31/10/1808). Portanto, a favor da histórica aliada portuguesa, dizia-se que, “Huma nação livre soccorre outras nações para recobrar a sua independencia. Nunca a *Grã-Bretanha* representou hum papel mais honrado e glorioso” (*GRJ*, 19/10/1808).

Se a França é “a inimiga commum de todas as Nações” (*GRJ*, 10/09/1808), a Grã-Bretanha é a grande aliada comum, aquela com que todas as nações que pretendem resistir a Napoleão podem contar. E, no caso português, é incontestável que seu apoio financeiro e militar tenham sido decisivos para a derrota dos franceses. O reconhecimento de seu papel na luta contra o inimigo acaba por ser um indicativo de lealdade do súdito bragantino: “Nenhum verdadeiro *Portuguez* deixará de fazer justiça á sabedoria, e generosidade da Nação, e Governo *Inglez*, por ter prestado ao Governo de *Portugal* todos os meios de que tinha precisão” (*GRJ*, 06/06/1812). Enquanto “a *França*, como todos sabem, he a que se tem sempre oposto à paz da *Europa*” (*GRJ*, 11/01/1809), a Inglaterra é “pacificadora; pois que sendo huma Nação comerciante, só pode com effeito fazer bem os seus negocios, quando a *Europa* está em paz” (*GRJ*, 19/11/1808).

A vizinha peninsular, ainda que tenha se juntado tardiamente ao combate antifrancês, após se coligar com Bonaparte e pagar um alto preço por esta atitude, também é exaltada como aliada. Mas, diante das limitações econômicas e militares de que padece igualmente, não apresenta o mesmo status da Inglaterra. Assim, a “*Hespanha*, paiz tão caro aos nossos interesses [...], porque da sorte daquelle depende igualmente a da nossa Patria” (*GRJ*, 05/04/1809), apresenta uma importância mais estratégica que logística, militar e financeira, como é o caso da Grã-Bretanha, na assistência que presta a Portugal. Ter o território espanhol invadido é ter os franceses às portas. Basta lembrarmos que a passagem das tropas de Junot pelo país vizinho a Portugal, após o Tratado de Fontainebleau, possibilitou a invasão do Reino luso.

Como já comentamos, na análise da guerra na *Gazeta*, a figura do Estado espanhol, no discurso antinapoleônico joanino, é envolto em contradições. Seu anterior alinhamento com a França e sua entrada posterior no bloco encabeçado pela Inglaterra acabam por deslustrá-la. Contudo, a forma encontrada para reabilitá-la e louvá-la, enquanto associada antifrancesa, é colocá-la como vítima da perfídia de Bonaparte:

¹⁴³ “o jugo tyrannico do despotismo Francez” (*GRJ*, 15/02/1809); “o jugo da França” (*GERJ*, 30/03/1810).

ella nunca perderá o seu valor heroico, se bem que quasi extincto pela traição e apathia da languidez, e depravação, ella levantará a sua cabeça, e mostrará a sua antiga côroa de ouro, em despeito do feroz ataque do Tyranno, e arrojará de si a indolencia a que o mais infame artificio a tinha reduzido com socapa de estreita amizade, e alliança (*GRJ*, 07/04/1810).

Do mesmo modo com que Napoleão, enquanto super entidade opositora, é colocado como a causa de todos os males por que passa a Europa, da mesma maneira “Quem espalha tormentas, e derrama venenos pelo Continente he a intoleravel oppressão, os roubos, e insultos perpetrados pela *França* contras as Nações, a que alcança o seu poder” (*GRJ*, 18/10/1809). Por mais que Portugal seja sua vítima e sua inimiga, é significativo que, nos discursos lusos, a Inglaterra seja colocada como a grande força combatente. Esta verificação apenas endossa a dependência portuguesa com relação à aliada, pois, como vimos, a vinda de d. João e a falta de recursos financeiros e militares colocaria a ofensiva portuguesa quase que totalmente em mãos inglesas. Assim é “a Grão-Bretanha [que vai] opperar a salvação do mundo” (*GRJ*, 10/09/1808).¹⁴⁴ É ela quem vai “contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa” (*GRJ*, 10/09/1808). Afirma-se, igualmente, que “o grande baluarte, que se oppoe a quêda total da independencia das Nações he a sabedoria e actividade do Governo *Britannico*, que penetra os preversos [sic] designios do que aspira a Monarchia Universal, e os vai contraminando [sic] quanto lhe he possivel com huma luta infatigavel” (*GRJ*, 13/05/1809).¹⁴⁵

Assim, na utilização do recurso de pares de opostos, mais do que Portugal versus França, vemos na *Gazeta* a preponderância do par Inglaterra versus França. Um trecho da folha de 1811 elucida bem em que termos esta oposição era colocada:

Que differença de conducta entre o Governo *Britannico*, e o Governo *Francez*! O primeiro tão recommendavel pelos seus auxilios de todo o genero, pelos seus grandes subsídios para as nossas tropas, e ultimamente pelos soccorros mandados em beneficio dos habitantes, que o systema de roubo universal, organizado pelos *Francezes*, reduzio à última indignicia: o segundo tão conhecido á Nação *Portugueza* (assim como ás outras do Continente) pelas chamas, que inda fumegão [...]: pelo sangue, e pelos cadaveres inda insepultos de todos os paisanos, e mulheres que na sua retirada encontrárão [...]: e finalmente pelos roubos e saques tão contínuos, e rigorosos que fizerão morrer de pura necessidade muitas victimas das terras invadidas. [...] não há salvação senão em reunir-nos aos *Inglezes*, e combater em massa esta raça degenerada de exterminadores, e de incendiarios (*GERJ*, 18/06/1811).

Outro fragmento do periódico mostra como o governo francês usaria dos mesmos termos utilizados contra ele, pelos seus inimigos, para atacar a Inglaterra. O que comprova como os mecanismos de

¹⁴⁴ Ela é o “apoio das outras Nações, e o grande propugnaculo da liberdade do mundo” (*GRJ*, 29/04/1809).

¹⁴⁵ Ela é “a unica Potencia, que o demora [Bonaparte] em sua carreira victoriosa” (*GERJ*, 30/03/1810); que “sustenta com gloria a mais terrivel luta contra esse Flagello da humanidade, tendo mais que huma vez abatido o vôo de suas Aguias orgulhosas” (*GRJ*, 31/10/1810), “a Unica Barreira da Universal Monarchia” (**LISBOA**, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 53, parte 1, IEB).

detração e exaltação presentes na construção do “nós” e do outro, em tempos de guerra, eram compartilhados por ambos os lados. Temos aqui reproduzida a fala de um ministro francês ao Senado, de 13 de setembro de 1808:

Tendes visto prosseguir feliz e gloriosamente a luta honrosa em que a *França* pejeja pelos direitos das Nações e pela independência da Europa contra a *Inglaterra*, que usurpa o domínio dos mares, e o commercio exclusivo do mundo.

Por huma parte, o Imperio *Francez*, unido com os seus aliados, ostenta a força do seu character, a energia da nação, o valor de seus exercitos, e os sacrificios, e esforços do povo. Por outra, o Ministerio *Inglez* apura a actividade da intriga, a astucia da má fé, o odioso da corrupção, e toda a crueldade de que he capaz o coração humano.

Por estes meios retarda a *Inglaterra* a união geral do Continente, e a liga universal da Europa, que ameaça a sua tyrannia marítima, e deve finalmente destruilla (*GRJ*, 14/01/1809).

Cabe notar, ainda, que na arenga da *Gazeta* a questão da cooperação e congraçamento entre ingleses e portugueses no combate aos franceses e do elogio aos ingleses neste combate encobriu várias tensões existentes entre o alto comando de ambas as tropas e entre os ingleses e as juntas governativas portuguesas. Tensões estas que ganhariam evidência, por exemplo, nas críticas à “Convenção de Sintra”.¹⁴⁶ Valentim Alexandre comenta que a preocupação do governo luso de “conciliar a boa vontade do governo de Londres, [...] retirava qualquer eficácia às pressões que sobre ele se pretendessem exercer”.¹⁴⁷ Do mesmo modo, a carência de meios para organizar rapidamente um exército regular no Reino, que criava uma dependência com relação aos britânicos para armar e municionar as tropas, levariam a uma verdadeira “tutela britânica sobre o exército português”.¹⁴⁸ A própria conduta de Wellington seria fruto dessa tutela e buscava reforçá-la ao mesmo tempo. Se a crítica à “proteção francesa” era feita, a “proteção inglesa” também se mostrava onerosa para os portugueses. Logo, se o discurso de posituação da *Inglaterra* encobria, no plano da representação do conflito, essas dissensões, devemos imaginar que ele se prestava também a um trabalho de convencimento para a aceitação do auxílio inglês, ainda que sob formato tutelar.

¹⁴⁶ Para exemplos destas tensões cf. ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, parte III, cap. 1, subcapítulo 2, “Das juntas à regência: a partilha do poder em Portugal”, p. 180-209, onde também se vêem essas tensões no que toca ao sistema de governo no Reino na ausência de d. João.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 184.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 201. O autor, nas p. 202-203, observa “um processo que vinha dando à Grã-Bretanha um direito de tutela sobre Portugal: após o comando do exército português nas mãos de Beresford, do comando das forças unificadas, que cabia a Wellesley [Lord Wellington], também o comando da marinha passava a um súbdito britânico; enquanto que todos os negócios militares e de fazenda teriam de obter o acordo do representante inglês em Lisboa”.

4.3.2. A França, os franceses e a Revolução Francesa

Uma das acusações da qual dificilmente a França e seus nacionais conseguiam escapar, na época, era serem vinculados à Revolução que lá começara em 1789. Como vimos, esta vinculação já povoava o imaginário sobre eles na América portuguesa antes que a Corte aqui se estabelecesse e, muitas vezes, emergia nos pareceres dos Censores Régios sobre algumas obras. Do mesmo modo, a *Gazeta* não se furtaria à função de deixar cair no esquecimento o fato de que houvera uma revolução no coração da Europa e que seu sobrenome era “Francesa”.

Ao apreciar-se o conteúdo do periódico e sua maneira de expressar-se como indícios do conjunto de opiniões ou preconceitos de um dado grupo – que, no nosso caso, é o grupo governativo – o que fica primeiramente evidente na leitura do jornal é como a Revolução Francesa parece ter se fixado na mentalidade das pessoas a ele pertencentes como um grande divisor de águas. Ela marca o imaginário de maneira peculiar, pois mostra a situação limite pelo qual passou uma das mais tradicionais monarquias da época ao ter o poder de seu rei contestado e sua cabeça guilhotinada. Portanto, ela terrifica os outros monarcas e seus adeptos na medida em que abre um precedente e se coloca como modelo que pode ser seguido.

Na *Gazeta* isto é avistado no modo como o acontecimento é colocado como um ponto a partir do qual a França perde seu ancestral brilho cultural e político. Como se a Revolução fosse carcomendo aos poucos a glória do tempo dos Luíses e o status de que usufruía a nação na Europa. No final de 1808, a referência na qual se afirmava que “A Patria dos *Fenelons*, e dos *Racines* inteiramente desfigurada, tem lançado o terror, e o estrago em toda a *Europa*” (*GERJ*, 03/11/1808) demonstra bem esta idéia. Fala-se da “em outro tempo ditosa *França*” (*GRJ*, 14/05/1814). Antes de iniciado o processo revolucionário, lembrava-se com pesar, reinava o “amor filial para com os seus Reis, que em todos os tempos foi a virtude, que a Nação *Francesa* teve mais a peito” (*GRJ*, 16/03/1811).

A Revolução cria, deste modo, no imaginário conservador, duas Franças separadas pela tomada da Bastilha. Em uma, a integridade da prisão-fortaleza corresponde à integridade do respeito ao poder absoluto do rei-pai. Na outra, sua ruína não simboliza apenas a ruína de fato do Antigo Regime francês e o parricídio político, mas o arrasamento de toda uma maneira de se perceber a França. É esta linha divisória que Cairu evoca ao comentar sobre “a desenfreada Libertinagem, e sanguinaria carreira da

Nação Francesa, *até então* distinta por devoto Christianismo, amor de seus Reys, e sentimentos cavalleiros”.¹⁴⁹

Sob esse olhar, o processo revolucionário, iniciado em 1789, não chegara ao fim com a ascensão de Bonaparte, após o “18 Brumário”. As denominações mudam, mas os desígnios nefastos e sub-reptícios dos revolucionários, não. Afirma-se que “as transformações do Governo *Francez*, [...] lhe mudarão o nome, e não a essência da sua ambição, e systema destruidor, tanto no tempo do Directorio, e do Consulado, como por fim no do Imperio” (*GRJ*, 05/04/1809) e que “a *França*, [...] há desanove annos nada mais tem feito do que mal à Europa” (*GRJ*, 28/01/1809). Portanto, “as palavras, as esperanças de felicidades, e as máximas de 1795, até a época presente, tem sido sempre as mesmas sem differença” (*GRJ*, 19/08/1809).

Os nascidos no solo de onde brotara o perigoso movimento regicida são rotulados de “Revolucionarios de *França*” (*GRJ*, 24/02/1810).¹⁵⁰ Fala-se nas “imaginações exaltadas dos visionários *Francezes*” (*GRJ*, 28/01/1809) e no “hálito pestífero desse bando de salteadores revolucionarios, que nem a DEOS respeitão” (*GERJ*, 21/02/1812). Chovem acusações de que os “*Francezes fizerão desde a Revolução huma conspiração geral contra todas as Nações, amigas, inimigas, alliadas*” (*GERJ*, 05/11/1810). O apelo é no sentido de que “Cubrão-se de vergonha os *Francezes* ao ver o que tem feito desde o anno de 1788 [sic]. Regicidios, homicídios, latrocínios, revoluções, e todo o gênero de maldades as mais execráveis” (*GRJ*, 13/06/1810).

4.3.3. Franceses: detração geral

A iniciar o perfil detrator dos franceses na publicação fluminense, nenhuma novidade. A fim de destacá-los como oponentes, eles são intitulados de “infames inimigos” (*GERJ*, 14/09/1808; *GERJ*, 12/11/1810; *GERJ*, 08/08/1811), “nossos implacáveis inimigos” (*GRJ*, 11/12/1811).¹⁵¹ Cada adjetivo ajudando a carregar com cores mais negativas o grupo opositor. Mas não se trata apenas de uma indisposição entre portugueses e franceses, a luta ganha contornos universais, afinal estes são “os inimigos do gênero humano” (*GRJ*, 08/05/1811), os “inimigos da Religião, dos bons costumes e da ordem social” (*GERJ*, 15/12/1808). Como esta inimizade atravessa fronteiras, não só no sentido

¹⁴⁹ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818, p. 23, parte 1, IEB, grifos nossos.

¹⁵⁰ “Revolucionarios da França” (*GRJ*, 20/10/1810).

¹⁵¹ “pérfidos inimigos” (*GRJ*, 08/11/1809), “barbaros inimigos” (*GRJ*, 13/11/1811), “odiosos inimigos” (*GERJ*, 21/02/1812).

figurado, eles são, além disso, reiteradamente lembrados como “invasores” (*GRJ*, 21/01/1809; *GRJ*, 09/01/1811).¹⁵² Muito diferentemente do modo com que, por exemplo, so soldados ingleses – “valentes, e honrados hospedes” (*GRJ*, 25/01/1809) – são vistos na Espanha na época em que lá combatem para varrer os ocupantes franceses, como revela a cópia de um trecho da *Gazeta de Madri*.

Aqui também nos deparamos com a tendência à uniformização daqueles que estão do outro lado do conflito pelo uso do singular nas referências a eles, como já destacado anteriormente na parte sobre a França. Todos seus habitantes, independentemente de suas crenças políticas ou de seu engajamento militar na guerra, são despojados de suas subjetividades e transformados em um único e temido ente imaginário que parece apresentar uma coesão inquebrantável de objetivos opostos.¹⁵³ Todos que compõem a massa anônima antagonista passam a ser rotulados de “inimigo(s)” ou “francês(es)”. A importância da atribuição desta coesão, no plano das palavras, ao grupo rival está no fato de que impõe, para que haja sucesso na demanda, uma união efetiva do grupo nacional.

Sendo a antipatia visceral a base sobre a qual se estrutura primariamente a reação ao outro que ameaça, provindo este sentimento muitas vezes do medo e das ameaças, supostos ou reais, que ele provoca, várias são as menções a como os portugueses se sentem com relação aos adversários. Afirma-se que “[em] Portugal o povo tem jurado ódio aos Francezes” (*GERJ*, 14/09/1808).¹⁵⁴ Afiança-se que “Depois que os Francezes estiverão em Portugal, e que se observou o seu orgulho, a sua insolencia, avareza, e todos os vícios emfim [sic], nada há tão odioso para nós como o nome Francez” (*GERJ*, 05/11/1810).

Um exemplo de como a promoção da animosidade aos nascidos na França surtiria efeito nas opiniões dos súditos joaninos, levando-os a visões detratadoras e preconceituosas sobre eles, pode ser visto em uma das cartas escritas pelo bibliotecário Marrocos. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin, ali citados por ele, são classificados como “Francezes e traidores nos ossos”, o primeiro sendo ainda chamado de “tratante” e “desavergonhado” pelo fato de que, tendo Marrocos sido encarregado por uma

¹⁵² “pérfidos invasores” (*GRJ*, 05/09/1810; *GRJ*, 17/11/1813), “ferozes invasores” (*GRJ*, 10/10/1810), “cruéis invasores” (*GERJ*, 21/05/1811).

¹⁵³ “hum inimigo poderoso, e vigilante” (*GRJ*, 04/12/1809), “hum invasor bárbaro e remoto” (*GRJ*, 13/02/1811), “o inimigo, que pertende calcar a Peninsula, [e que] não he hum inimigo ordinário” (*GERJ*, 08/06/1810).

¹⁵⁴ Garante-se que o “ódio mais pronunciado se declarou no coração de todos os *Portuguezes*” (*GERJ*, 03/10/1808). Fala-se no “ódio geral com que a Nação abomina a tyrannia *Franceza*” (*GRJ*, 31/10/1810). No “ódio, que os habitantes da *Peninsula* tem ao jugo *Francez*” (*GRJ*, 13/02/1811). Enfim, comenta o redator, “os *Francezes* além de odiosos são desprezíveis” (*GERJ*, 25/06/1811).

pessoa em Lisboa de lhe entregar uma carta e receber a resposta, teria Bourgeois alegado já ter, de antemão, enviado sua resposta a Lisboa, no que não iria responder novamente.¹⁵⁵

Segundo o redator da *Gazeta*, são “suas barbaridades costumadas, que tão odiosos os tem tornado a toda a *Peninsula*” (*GRJ*, 08/04/1812). Dentre estas barbaridades estão a “opressão e tyrannia dos Francezes” (*GERJ*, 14/10/1808) cada vez mais presentes em seu modo de agir enquanto ocupantes do território português. Notório vai se tornando “o detestável jugo do invasor” (*GERJ*, 30/10/1810).¹⁵⁶ Eles são “pérfidos opressores” (*GRJ*, 08/10/1808).¹⁵⁷ Fala-se na “malignidade da tyrannia *Franceza*” (*GRJ*, 31/10/1810)¹⁵⁸ e um dos gritos emblemáticos contra os ocupantes é “*Fóra tyrannos*” (*GRJ*, 11/07/1812). Em um extrato de folhas inglesas, a justificativa do amparo dos aliados pela Grã-Bretanha é feita justamente opondo seu comportamento à tendência despótica dos franceses: “Não he talvez o Governo da *Inglaterra* o que *Bonaparte* aborrece tão fortemente, como o Povo *Inglez*, e os sentimentos de que elle está animado. O nosso [dos ingleses] amor à liberdade he que causa pavor ao Tyranno, e lhe inspira pôr em movimento todas as molas para a nossa destruição” (*GRJ*, 11/12/1811).

Sobre os franceses, trata-se de “péssima gente” (*GRJ*, 30/11/1808), de “gente detestável” (*GERJ*, 27/06/1811), de um “povo vão, e superficial” (*GRJ*, 31/01/1809). Os “insensatos e loucos *francezes*” (*GRJ*, 07/04/1810) são notórios “despresadores dos direitos mais sagrados” (*GRJ*, 21/01/1809).¹⁵⁹ Os portugueses, por sua vez, são colocados como “sensatos” (*GERJ*, 30/09/1808), como um “bom e grande povo” (*GERJ*, 30/03/1810),¹⁶⁰ cujo “apego sincero [...] o tem afferrado ao interesse da Patria, honra do Principe, e manutenção do Culto” (*GRJ*, 02/01/1811). São “fieis *Portuguezes*, que gloriosamente restaurão o Reino” (*GRJ*, 05/10/1808).¹⁶¹

¹⁵⁵ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 70-71, carta n. 18, para o pai, escrita em 3 de abril de 1812. Outros exemplos podem ser vistos em opiniões expressadas pelo Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, no item 4.4. deste capítulo, “A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas”.

¹⁵⁶ “o pezado jugo dos Francezes” (*GRJ*, 08/10/1808); “o terrível jugo dos Francezes” (*GRJ*, 11/10/1809); “infame jugo Francez” (*GRJ*, 07/07/1810); “o jugo Francez” (*GERJ*, 29/10/1812).

¹⁵⁷ “opressores da humanidade” (*GRJ*, 11/11/1812); “os opressores do Continente” (*GRJ*, 12/01/1814); “Opressores” (*GERJ*, 27/10/1808; *GRJ*, 05/12/1810; *GRJ*, 13/06/1812); “os criminosos Opressores” (*GERJ*, 27/10/1808); “nossos cobardes opressores” (*GERJ*, 27/10/1808); “Nossos Opressores” (*GRJ*, 30/11/1808); “infames opressores” (*GRJ*, 04/02/1809); “opressão dos Francezes” (*GRJ*, 21/03/1810).

¹⁵⁸ “tyrannia e extorsão dos *Francezes*” (*GRJ*, 10/10/1810); “Tyrannia *Franceza*” (*GRJ*, 30/11/1808); “aquelles tyrannos” (*GRJ*, 03/05/1809); “os tyrannos *Francezes*” (*GERJ*, 16/05/1811); “cruies [sic] tyrannos” (LEITE, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811, p. 4, dedicatória feita a d. João, IEB).

¹⁵⁹ “povo degenerado e corrupto, tendo quasi inteiramente perdido o senso moral, e principio religioso” (LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 45, parte 1, IEB).

¹⁶⁰ “hum povo honrado” (*GRJ*, 19/10/1808), “povo fiel” (*GRJ*, 12/11/1810).

¹⁶¹ “os fieis e valerosos *Portuguezes*” (*GERJ*, 03/10/1808).

Os “heroicos *Portuguezes*” (*GERJ*, 03/10/1808),¹⁶² os “illustres e esforçados *hespanhoes*” (*GRJ*, 14/01/1809), assim como “os nossos bravos e fieis Aliados, Generaes, Officiaes, e Soldados de S. M. *Britannica*” (*GERJ*, 23/07/1811) devem ter confiança na vitória final, posto que lutam contra “Cobardes” (*GRJ*, 01/10/1808; *GERJ*, 27/10/1808). Enfraquecer o outro física ou moralmente é, em última instância, uma maneira de fortalecer-se sem precisar de mais reforços. Mas se ainda esses reforços se fizessem necessários, mesmo sem o aumento do número de combatentes, mais uma vez entrava em ação a ponte passado-presente e conclamava-se: “Sejamos o que sempre fomos, *valentes*, intrepidos, invencíveis” (*GRJ*, 04/12/1809).

Estes trechos revelam com bastante clareza o conceito freudiano do “narcisismo das pequenas diferenças” que Bhabha retoma para falar da “identificação ambivalente de amor e ódio que une uma comunidade”.¹⁶³ Ao citar Freud, ele explica que “‘É sempre possível unir um número considerável de pessoas no amor, desde que restem outras pessoas para receber a manifestação de sua agressividade’ [...]. Enquanto um limite firme é mantido entre os territórios e a ferida narcísica está contida, a agressividade será projetada no outro ou no Exterior”. Portanto, a estruturação no imaginário, por meio da retórica, de um grupo externo que passe a ser o alvo preferencial dos ódios e agressões, acaba por envolver a nação em um temor coletivo e a absorver todos os esforços em torno dele visando tanto recrudescer o patriotismo quanto legitimar a perseguição a tudo o que possa ser enquadrado como ameaça.

Neste caso, o sujeito retórico “nós”, forjado em contraposição ao “outro”, é uma das “estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome ‘do povo’ ou da ‘nação’”.¹⁶⁴ Forjar este “nós” no momento em que a sede do poder do Império português é impelida para os trópicos é importante para sua reformulação imaginária em um momento de desequilíbrio gerado pela mudança geográfica e agravado pelo contexto de ataques bélicos e ideológicos. O discurso sobre o “outro” auxiliaria, neste momento, a traçar a idéia “de muitos, um”, a qual se refere Bhabha, que vemos como um mecanismo que ajuda a reequilibrar, no plano das representações, o medo do esfacelamento do império ameaçado. Daí a importância da formação discursiva “de um povo unitário”, de uma “comunidade homogênea, consensual”, “convertendo território em Tradição, convertendo o Povo em Um”.¹⁶⁵

¹⁶² “os nossos valentes compatriotas” (*GERJ*, 23/07/1811), os “valorosos Estudantes de Coimbra” (*GRJ*, 05/10/1808), o seu “bravo Corpo Academico” (*GERJ*, 03/11/1808).

¹⁶³ BHABHA, Homi K. *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. In: _____. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 211 (ambas as citações do parágrafo).

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 199.

¹⁶⁵ *Ibidem*, a citação da frase anterior encontra-se na p. 203, assim como a primeira desta frase, enquanto as duas últimas aparecem, respectivamente, nas p. 207 e 211.

A fim de apartar os franceses mais ainda do “nós” luso, a distância que separa os grupos antagônicos no conflito é reforçada não apenas pelo recurso geográfico (pertencimento à França) e bélico (“o inimigo”). Chega-se ao ponto de construir-se uma diferenciação biológica ao encaixá-los, segundo as más atitudes de que são acusados, em uma subespécie humana muito peculiar. Eles não passariam de uma “raça nefanda de homens, estranha a todos os sentimentos, e a todas as virtudes” (*GERJ*, 16/05/1811). Adverte-se sobre a “conducta atroz desta raça degenerada de homens, que, semelhantes aos *Volcões*, parecem querer reduzir tudo ao primitivo cahos” (*GERJ*, 21/05/1811). Trata-se, pois, de uma “raça degenerada de exterminadores, e de incendiarios” (*GERJ*, 18/06/1811), uma “raça de *Hottentotes*, e algozes carneiros, que com o nome de *Francezes* exterminão os viventes, e assolão os terrenos” (*GERJ*, 18/06/1811). Assim, “essa raça, inimiga dos progressos da Nação” (*GRJ*, 30/11/1811) deve ser combatida para o bem da Humanidade. Embora não se apresente aqui ainda formatado por bases científicas, imperialistas e eugênicas, o racismo, neste caso, não deixa de ser utilizado para mostrar hostilidade ao grupo antagônico e abonar o direito de se exercer a violência e o domínio sobre o outro.

Neste duelo pela salvação do Universo, coligados contra os franceses, estão “os bravos *Lusitanos*, que pugnão pela independencia, e pela sua liberdade; os generosos, e esforçados filhos do *Albião* [ingleses]; e o *Hespanhol* constante a quem revéz algum he capaz de desviar do grande proposito que huma vez tomou. As tres Nações, que conservão ainda o seu caracter” (*GRJ*, 26/12/1810).¹⁶⁶ O redator, deixando cair no esquecimento o anterior alinhamento da vizinha peninsular a Napoleão, que seria fatal para Portugal, afirma generosamente que “Em outras muitas ocasiões tem mostrado os *Hespanhoes* a cordialidade, com que dão as mãos aos *Portuguezes* e *Inglezes*, para varrerem da *Peninsula* os barbaros invasores, que a tem alagado em sangue generoso” (*GERJ*, 13/09/1813).

A Inglaterra e “seus valentes filhos” (*GRJ*, 10/09/1814), os “intrepidos *Inglezes*” (*GRJ*, 04/12/1809) são exaltados como “hum povo isolado a quem hum inimigo encarniçado tem procurado fechar as avenidas do Continente” (*GERJ*, 30/03/1810). Se dos franceses a conduta com que se deve contar é a pior possível, “Tudo quanto he superior e grande se deve esperar do caracter *Britannico*, e daqui póde a Nação *Portugueza*, e as mais Nações concluir a confidencia, que devem ter em huns tão sinceros e fiéis Alliados, que sympathisão com os infelizes, e os soccorrem com tantos thesouros e até o que he mais com o seu sangue, e com as suas vidas” (*GERJ*, 25/06/1811).¹⁶⁷ Já sobre os “valerosos

¹⁶⁶ Aparecem “estritamente unidos o generoso *Britanno*, o *Lusitano* valente, e o denodado *Hespanhol*, [que] sellarão a independencia das suas Nações” (*GRJ*, 31/07/1811).

¹⁶⁷ “Heroes *Britannos*, que escolheo Mavorte [Marte],/ Modelos de valor, e de amizade [...]” (*LEITE*, op. cit., p. 4, dedicatória a d. João).

vizinhos” (*GERJ*, 03/10/1808)¹⁶⁸ da Península – os “Hespanhoes, cujo caracter sério e persistente he bem conhecido” (*GRJ*, 10/09/1808)¹⁶⁹ – sublinha-se o “zelo, entusiasmo, e constancia ardente, que dominão toda a povoação daquelle grande, e valorozo paiz” (*GERJ*, 31/01/1809). Afirma-se que será “o nobre entusiasmo desta briosa gente, pronostico seguro da ruina de *Napoleão*” (*GRJ*, 14/01/1809).

Há que se levantar a hipótese de que a divulgação e glorificação do tradicional consórcio entre os súditos de d. João e do rei George, em torno da causa antinapoleônica, ao reafirmarem publicamente uma aliança histórica, deveria ajudar na crença de que a monarquia lusa possuía um pesado lastro que lhe diminuía a sensação de incerteza e aumentava o caráter de imobilidade em um mundo em que tudo se apresentava movediço. Reafirmar tradições, neste momento, poderia servir para fincar, ainda que no terreno do imaginário, a monarquia lusa e diluir um pouco a percepção de que se encontrava solta em meio ao vendaval revolucionário e antimonárquico. O mesmo vale para o recurso da ponte passado-presente, tão explorada na *Gazeta*, afinal lembrar fatos é reafirmar uma imobilidade, um status quo, um lugar cristalizado que não dá margem à mobilidade que caracteriza a Revolução.

Ao se representarem ingleses e portugueses fraternalmente voltados para a “causa commum” que defendiam em nome do mundo inteiro, fraternidade esta que parecia implicar, diante da vitória, em uma igualdade não só de objetivos mas de status, acabava-se por criar para os portugueses também a ilusão de que essa união formava “uma base para a projecção do país a uma posição mais elevada no concerto europeu das nações”.¹⁷⁰ Era como se a participação na guerra contra a França, uma vez bem sucedida, pudesse reabilitar Portugal, do ponto de político, pela gratidão das grandes potências, e a retirasse da condição em que vivia de reino marginal na estrutura européia. É esta a idéia que parece estar contida nas palavras de Cairu, ao afirmar que

Por incognitos Juizos de Deos, estava reservada a principal honra aos Soberanos, Amigos e Fidelissimos Alliados, de Portugal e Inglaterra, inspirando-lhes o Animo de, Primeiros, Darem ao Mundo o Espectaculo e Exemplo de Heroica Resistencia ao Inimigo do Genero Humano, e de huma Policia Philantropica e Liberal, que immortalisasse os seus governos, deixando Memoriaes de Agradecimento até a ultima Posteridade.¹⁷¹

¹⁶⁸ “nossos honrados e valorosos visinhos, os Hespanhoes, que com tanta glória quebrarão os grillhões do tyranno Corso” (*GERJ*, 23/07/1811); “honrados e valentes Hespanhoes nossos visinhos” (*GRJ*, 30/11/1808); “valerosa gente” (*GRJ*, 01/02/1809).

¹⁶⁹ “os nobres *Hespanhoes*” (*GERJ*, 03/10/1808), “honrados *Hespanhoes*” (*GRJ*, 04/12/1809).

¹⁷⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime* Português. Porto: Afrontamento, 1993, p. 384.

¹⁷¹ LISBOA, op. cit., p. 39, parte 1.

Como vimos, no entanto, ao analisarmos as representações sobre a guerra na *Gazeta*, esta imagem não teria nenhuma contrapartida no status português no Velho Mundo, como ficaria comprovado pela pouca importância que seria dada aos interesses lusos no Congresso de Viena.

Assim como Napoleão, os franceses também passariam por vários mimetismos ao longo dos parágrafos do periódico. Eles são considerados os “*Vandalos do Sena*” (*GRJ*, 05/09/1812)¹⁷² e se tem confiança que “*estes Vandalos hão de ser, como os Mouros, arrojados da Península*” (*GERJ*, 05/11/1810). Aqui a comparação ao povo bárbaro, que no século V se notabilizaria pelo saque de Roma, guarda não só a representação da violência que seria atribuída às tropas napoleônicas em Portugal e Espanha,¹⁷³ mas também a idéia de sua falta de civilidade. Esta última imagem, sem dúvida, buscava dar mais peso à acusação de que a França, a partir da Revolução, perdera todo o brilhantismo cultural e político que, segundo seus críticos, lhe fora arrancado junto com a cabeça de Luís XVI. Com o mesmo intuito, eles são classificados pelo redator como uma “*raça de Hottentotes*” (*GERJ*, 18/06/1811). São ainda taxados de “*os novos Godos*” (*GRJ*, 04/06/1812). E, dando continuidade ao padrão histórico apresentado pelos anteriores, “*estes Godos do Seculo decimo nono tem vindo proteger-nos, saqueando os nossos templos, profanando as nossas cazas, atacando a nossa propriedade, e a nossa independencia*” (*GERJ*, 03/11/1808).

Sobre eles, comenta-se também sobre “*o barbaro procedimento, que sempre os tem caracterizado*” (*GRJ*, 09/11/1811),¹⁷⁴ o que é explorado, do ponto de vista didático, por meio da ponte presente-passado, em que os exemplos de outras épocas são evocados a fim de demonstrar o padrão de comportamento que se espera do súdito-patriota. Assim como fizeram os antepassados lusos, é preciso “*repellir a invasão ferocíssima dos barbaros*” (*GERJ*, 08/06/1810). Além do mais, a comparação com outros grupos invasores ainda é usada para mostrar em que estágio de barbaridade os franceses encontram-se, ao criar, por afinidade de ações, uma genealogia de inimigos cujo exemplo mais bem acabado em termos de atrocidades é aquele dado pelos antagonistas napoleônicos:

¹⁷² *Vandalos* (*GERJ*, 08/06/1810; *GRJ*, 16/06/1810); “*os modernos Vandalos*” (*GRJ*, 22/08/1810; *GRJ*, 01/09/1810; *GRJ*, 05/09/1810; *GRJ*, 16/02/1811; *GRJ*, 10/04/1811; *GRJ*, 31/07/1811; *GERJ*, 05/08/1811; *GRJ*, 07/08/1811; *GRJ*, 13/11/1811; *GRJ*, 30/11/1811; *GRJ*, 07/12/1811; *GRJ*, 16/01/1811; *GERJ*, 04/01/1811; *GRJ*, 18/07/1812; *GRJ*, 21/04/1813, LISBOA, op. cit., p. 73, parte 2); “*Vandalos modernos*” (*GERJ*, 01/06/1810; *GRJ*, 06/03/1813), “*nuvem de Vandalos*” (*GRJ*, 13/03/1811).

¹⁷³ Cf. item 4.3.5. da tese “*O comportamento do exército francês*”.

¹⁷⁴ “*barbaros*” (*GERJ*, 22/02/1810; *GERJ*, 27/06/1811; *GRJ*, 27/07/1811; *GRJ*, 04/11/1812; *GRJ*, 13/01/1813; *GRJ*, 31/10/1810), “*barbaros Francezes*” (*GRJ*, 07/04/1810, *GRJ*, 21/08/1811; *GRJ*, 23/03/1814), “*bárbaros, que practição horrendas maldades, e espesinhão quanto he santo e justo*” (*GERJ*, 18/12/1810), “*povo barbaro*” (*GERJ*, 14/09/1808), “*barbaro invazor*” (*GRJ*, 05/07/1809), “*barbaros insolentes, e exterminadores*” (*GRJ*, 26/12/1810), “*gente barbara, e exterminadora*” (*GRJ*, 16/02/1811), “*barbaros roubadores*” (*GRJ*, 15/05/1813) que possuem uma “*barbaridade raras vezes igualada e nunca excedida*” (*GERJ*, 25/06/1811).

A Nação *Hespanhola* tem estado continuamente em guerra; tem sido invadida pelos *Vandalos*, e *Godos* menos deshumanos que os de hoje [...]. Foi depois invadida pelos *Mouros*, gente mui affavel, comparados com os *Francezes* desta era [...]. [...] estes *Mouros* guerreiros, affaveis, industriosos, tratavão muito melhor os habitantes, que quizerão viver com elles, do que os *Francezes* tratão os Póvos, que dominão (GRJ, 13/06/1812).

Pouco mais fizerão os *Sarracenos* a *Tarragona* em 719, arrazando-a, sem deixarem pessoa alguma com vida: esta ultima circunstancia he a única, que diferenciou os barbaros da *Mauritania* dos do *Sena*” (GRJ, 04/12/1813).

O corpo imaginário dos franceses também passa por metamorfoses fabulosas e bestiais ao longo dos anos na *Gazeta*. Diante dos terríveis relatos de guerra que abundam na publicação sobre o comportamento das tropas inimigas em retirada, eles são “feras, que tem produzido a humanidade com horror da mesma humanidade” (GERJ, 08/06/1810).¹⁷⁵ Aparecem ainda como “viboras venenosas” (GRJ, 02/05/1811) e “legiões de harpias, que devastão nossa Península” (GRJ, 21/07/1810). Eles “tem hum odio de tigre a todos os Peninsulares” (GERJ, 08/06/1810). Comenta-se que “Quem representasse o Governo *Francez* estabelecido em qualquer Reino, ou Provincia conquistada, por huma grande sanguisuga, que absorvesse todo o sangue, dinheiro, e mantimentos da Provincia, tinha dado sem engano, nem escuridade a melhor idéa, que se póde dar do domínio *Francez*” (GRJ, 06/07/1811). Eles não passam de “horrendos Canibaes!!!” (GRJ, 03/03/1810). E aqui, vemos respingos da imagem do ogro napoleônico.

Assim como no caso das imagens sobre a França, seus nacionais compartilham nas páginas do jornal fluminense de várias das caracterizações atribuídas àquele que os lidera. Eles aparecem como “Usurpadores” (GERJ, 29/09/1808; GERJ, 30/09/1808; GRJ, 01/10/1808; GERJ, 03/11/1808; GRJ, 03/03/1810),¹⁷⁶ “inconstantes e frivolos” (GRJ, 10/04/1813), enquanto é destacada “a determinação leal, e varonil do Povo de *Portugal* para restabelecer o Governo do seu legitimo PRINCIPE, e libertar o seu Paiz” (GRJ, 15/10/1808) e a “nobre resolução em que está [a Espanha] de vencer ou morrer na defesa de seu Rei, de sua Religião e de seus Direitos” (GRJ, 14/01/1809).

Do ponto de vista comportamental, todo um perfil desfavorável e, digamos, bastante “napoleônico” é montado. Esta negatificação reforça a idéia de que o ataque ao oponente é legítimo, ao considerar-se que o Universo é idealizado, no discurso bélico, como dominado por dois grupos opostos e inconciliáveis, onde o bem providencialmente deve predominar sobre o mal. Neste caso, “os malvados *Francezes*” (GERJ, 10/01/1809),¹⁷⁷ “únicos malvados que há muitos séculos tem saqueado as nossas

¹⁷⁵ “fêras” (GERJ, 19/12/1808), “ferocidade inaudita” (GERJ, 30/09/1808).

¹⁷⁶ “usurpação dos Francezes” (GRJ, 05/10/1808); “sua usurpação e perfidia” (GRJ, 28/02/1810); “invasão dos bárbaros usurpadores do Reino de Portugal” (GERJ, 14/10/1808).

¹⁷⁷ “malvados” (GERJ, 29/09/1808; GRJ, 11/10/1809; GRJ, 05/05/1813).

ciudades” (GRJ, 01/10/1808), devem ser batidos. Eles são “scelerados” (GRJ, 01/10/1808) e possuem uma “vileza miserável” (GRJ, 26/04/1809). São homens em cujos “corações degradados não há mais que vilania, quando são fracos, e atrocidade, quando fortes” (GERJ, 22/02/1810).¹⁷⁸

Os franceses ainda são acusados de serem “Ladrões” (GRJ, 30/11/1808; GERJ, 05/12/1808; GRJ, 05/12/1810). Afinal, “o que só lhes tem visto fazer he roubar, mentir, e pôr-se em fugida” (GRJ, 11/01/1809). A propósito, também eles, do mesmo modo que Bonaparte, são acusados de fuga ao perceberem a maior disposição das tropas inimigas. Esta representação, como já frisado, de alguma maneira estaria a voltar contra eles as acusações feitas por Napoleão ao regente português de que ele teria abandonado Portugal, evadindo-se furtivamente para salvar a própria pele. Assim, o redator, ao comentar sobre a entrada das tropas portuguesas e inglesas em Madri, tacha o exército francês de “fugitivo” (GRJ, 31/10/1812). Em 1808, eles “fogem debandados” (GERJ, 30/09/1808). Na retirada da Campanha da Rússia os franceses aparecem como “os restos fugitivos dos *Vandalos* modernos” (GRJ, 06/03/1813).

A “brutalidade dos *Francezes*”¹⁷⁹ (GRJ, 06/05/1809) é igualmente destacada. Eles são tomados por “perdidos agressores”¹⁸⁰ (GRJ, 05/08/1809), “vis assassinos”¹⁸¹ (GRJ, 30/09/1809), “*verdugos*” (GRJ, 28/03/1810). Eles “tem em fim huma perversidade de coração superior ainda, se he possível ao seu ódio e ao seu poder” (GERJ, 08/06/1810).¹⁸² Denuncia-se que “O procedimento atroz e escandaloso do inimigo tem chegado ao ultimo ponto de iniquidade. Constante em seu projeto de usurpação, tem seguido hum systema de horror, sangue, e devastação” (GRJ, 22/07/1812). Fala-se na “insolência e crueldade *Franceza*”¹⁸³ (GRJ, 28/11/1810), na sua “desenfreada avareza” (GERJ, 08/06/1810), na “desesperação, raiva, e pérfidos planos dos *Francezes*” (GRJ, 20/04/1811).¹⁸⁴

Enquanto a ambição portuguesa posta a serviço dos aliados é vista de modo positivo (“nobre ambição de nossos valentes guerreiros”, GRJ, 11/07/1812) fala-se pejorativamente da “frenética e orgulhosa ambição” (GRJ, 15/05/1813) dos franceses. A diferença entre uma e outra sendo a atenção que cada um dos grupos dá ao destino alheio, pois enquanto a França visa apenas seu próprio benefício, Portugal combate pela coletividade. Portanto, outro traço que distingue os aliados dos franceses é a liberalidade. Daí a importância de realçar “o procedimento generoso dos Voluntarios de *Navarra*” (GRJ,

¹⁷⁸ “homens tão atozes” (GRJ, 30/09/1809).

¹⁷⁹ “brutalidade *Franceza*” (GRJ, 03/03/1810).

¹⁸⁰ “agressores despiedados” (GRJ, 02/01/1811).

¹⁸¹ “assassinos” (GRJ, 26/12/1810).

¹⁸² “tão perversos, e sanguinários inimigos” (SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 274).

¹⁸³ “os crueis *Francezes*” (GERJ, 25/06/1811).

¹⁸⁴ “*danados e perfidos Francezes*” (GRJ, 17/04/1811).

22/07/1812), os “generosos *Inglezes*” (*GRJ*, 14/01/1809), os “generosos aliados, [que] fallão sómente a linguagem da honra, da justiça, e da humanidade” (*GRJ*, 15/06/1814). Lembra-se que para o inimigo “tudo he indifferente, porque tudo segundo a sua imaginação, e o seu orgulho, deve ser devorado” (*GERJ*, 05/11/1810).¹⁸⁵ Os franceses são pintados como “*pérfidos*” (*GERJ*, 30/09/1808; *GRJ*, 01/10/1808; *GRJ*, 07/04/1810; *GRJ*, 17/04/1811), visto estarem “usando sempre da traição (sua arma favorita)” (*GERJ*, 30/09/1808).¹⁸⁶ Adverte-se com relação a “esses aleivosos” (*GERJ*, 22/02/1810) que “a sua autoridade he hum jugo vergonhoso, suas promessas são laços, seu osculo de paz, he morte” (*GRJ*, 30/09/1809).

Por conseguinte, “devemos desconfiar daquelles que são tidos por *Francezes*, ou seus Partidistas” (*GERJ*, 16/05/1809). Diante disto, a coesão de interesses no bloco dos aliados é fundamental para o sucesso da empreitada visto que “os *Francezes* se servem da fraqueza e pequenas paixões dos Gabinetes para lançarem a discórdia no Mundo, e aproveitarem elles o fructo destas intrigas” (*GRJ*, 04/07/1810). Logo, pede-se cuidado com os “machiaveis dos *Francezes*” (*GRJ*, 28/02/1810) e com suas “perversas, sinistras, e odiosas intenções” (*GRJ*, 01/02/1809). Mas, embora agentes inveterados da má fé, por um lado eles são muito verdadeiros, pois não conseguem mais disfarçar sua verdadeira natureza maligna, afinal

tem chegado a tão refinado gráo a ferocidade e perversidade *Franceza*, que a pesar de conhecerem a necessidade absoluta de se fingirem menos máos, não podem: novas Medeas vem o melhor, e fazem o peor. Tal he o effeito do habito inveterado de roubarem, de matarem, e de atropellarem todos os direitos” (*GERJ*, 08/06/1810).

Para completar ainda a fama de pouca confiabilidade, mostra-se como os “*Francezes*, [são] costumados a dominar reinos inteiros por meio de enganos e traições” (*GRJ*, 18/07/1810). Os Governadores do Reino de Portugal e do Algarves numa proclamação aos portugueses, datada de 13 de agosto de 1810, notavam como “os *Francezes* tem feito mais Conquistas pela intriga, pelo suborno, e pela traição, do que pela espada. As suas armas mais válidas no momento actual são, o terror, as promessas enganosas, e a desconfiança” (*GRJ*, 31/10/1810). Eles são “abundantes em machinações as mais aleivosas e tyrannicas, e verdadeiros inimigos de todo o continente. A paz com elles he a peor das guerras” (*GRJ*, 17/04/1811).

¹⁸⁵ “o orgulho de nossos perfidos e crueis inimigos” (*GRJ*, 05/12/1812), “o orgulho dos barbaros; que nos julgavão já seus escravos” (*GRJ*, 31/10/1810).

¹⁸⁶ “pérfidas maquinações de nossos infames inimigos” (*GRJ*, 31/10/1810), “oppressiva maquinação dos nossos invazores” (*GRJ*, 05/10/1808), “pérfidos intentos dos *Francezes*” (*GERJ*, 27/10/1808), “sua usurpação e perfídia” (*GRJ*, 28/02/1810), “perfídia, e [...] iniquidade *Franceza*” (*GERJ*, 05/06/1810), “perfídia do inimigo” (*GRJ*, 31/10/1810), “perfídia dos *Francezes*” (*GRJ*, 23/05/1812), “illusorias patranhas” (*GRJ*, 07/04/1810), “vulgares estratagemas” (*GRJ*, 04/07/1810).

Da mesma maneira, a “Amizade com *Francezes* he muito peor do que guerra aberta” (*GRJ*, 21/11/1810) pois eles “Não trazem a qualquer Povo senão os grilhões da escravidão, porque he o que jurarão no delírio da sua vaidade” (*GERJ*, 05/11/1810).¹⁸⁷ Seguindo esta lógica, com a França não deveria haver acordo nem diálogo, o único fim aceitável sendo sua derrota bélica. Do outro lado, aparecem os aliados, “valentes defensores da liberdade da *Europa*” (*GERJ*, 20/07/1811), “a *Inglaterra*, em cuja sinceridade não há que hesitar” (*GRJ*, 19/10/1808) e “Portugal constantemente fiel á letra dos seus Tratados” (*GRJ*, 28/09/1808).

No quadro apresentado contra os franceses, o maior exemplo, tanto de sua perfídia, quanto dos flagelos aos quais eles expunham os povos que dominavam, seria, sem dúvida, a chamada “proteção à francesa”, “esta famosa Protecção, com que os bens, e propriedades se roubão; e os direitos, e prerrogativas se calcão, e tudo se destroe, se confunde” (*GERJ*, 03/10/1808).¹⁸⁸ Como vimos, no primeiro capítulo, ela seria a base da proclamação inicial feita por Junot aos habitantes de Lisboa, logo em seguida à sua chegada em 1807. Esta “proteção”, um dos recorrentes mecanismos da retórica do dominador francês contra a Inglaterra, o qual busca legitimar sua invasão territorial, que traz a promessa de assistência deveria, sem dúvida, mexer com a expectativa daqueles que haviam se impressionado, positiva ou negativamente, com o discurso messiânico e universalista da França da época da Revolução. No entanto, para a maior parte da população, este suposto amparo se mostraria como um grande embuste, atraindo ainda mais ódio sobre os franceses e seus sequazes nacionais:

Even in those countries where the French troops were welcomed at first as liberators by the local patriots, this initial enthusiasm soon gave way to bitter disappointment when French conquest showed its true colors in the practice of systematic pillage and repression as well as in the ruthless surrendering of territories to the enemy – the “exchange” of Lombardy and Venice sanctioned by the Treaty of Campoformio that left the Venetian patriots who had supported the French at the mercy of the Austrians.¹⁸⁹

Muitas das referências à assistência apregoada pelo invasor se dão de maneira sarcástica. Esta não passaria de “chiméricos projectos promettidos pelos nossos *Protectores*” (*GRJ*, 05/10/1808).¹⁹⁰ É neste sentido que eles são chamados de “protectores”, não havendo aí nenhuma aceitação, mas sim contestação. Em uma proclamação da Junta Suprema do Governo Espanhol, datada de Sevilha, em 30 de maio de 1808, denunciava-se, nos mesmos moldes do discurso antinapoleônico português, que

¹⁸⁷ “a aliança com os Francezes he a escravidão [...] [como] provão evidentemente a humilhação e a miseria, a que estão sujeitos os seus mais fieis amigos” (*GRJ*, 22/08/1812).

¹⁸⁸ “a infame protecção destes bandidos” (*GRJ*, 17/04/1811).

¹⁸⁹ FONTANA, Biancamaria. The Napoleonic Empire and the Europe of Nations. In: PAGDEN, Anthony (ed.). *The idea of Europe from Antiquity to the European Union*. Washington, DC; Cambridge: Woodrow Wilson Center Press: Cambridge University Press, 2002, p. 123.

¹⁹⁰ “nossos tyrannicos Protectores” (*GRJ*, 16/02/1811); “intrusos protetores” (SANTOS, op. cit., p. 272).

Junot prometteo fazer-vos felizes, e a vossa felicidade tem consistido em vos tratar com maior crueldade que os mais ferozes conquistadores jamais mostrarão aos povos que vencerão á força de armas, e depois da mais obstinada resistencia. Despojarão-vos de vossos Principes, leis, usos, costumes, bens, liberdade, e até de vossas vidas, e de vossa Santa Religião, a qual vossos inimigos nunca respeitarão, ainda que segundo o seu costume promettessem protegella, e affectassem conhecella. A vossa Nobreza foi aniquilada, e os seus bens confiscados em castigo da sua lealdade. Tendes sido vilmente arrastados a paizes estrangeiros, e obrigados a prostarvos aos pés do author de todas as vossas calamidades, o qual uzurpou vosso governo com a mais horrivel perfidia, e reina sobre vós com hum sceptro de ferro (*GERJ*, 14/09/1808).

Sir Carlos Cotton, almirante inglês, dirigindo-se aos habitantes de Portugal, em 4 de julho de 1808, advertia, em especial aqueles que ainda não se encontravam persuadidos do contrário, que “Alguns mezes de experiência ter-vos-hão convencido dos efeitos da amizade Franceza” (*GRJ*, 15/10/1808). Sublinhava-se que “com visos de *protectores*, tão oprimidos nos trazião” (*GRJ*, 14/12/1808). Os franceses são classificados como “infames traidores” que se mostram sob a capa de amizade (*GRJ*, 25/01/1809). A protecção por eles encenada chega a ser comparada pelo redator a um espetáculo teatral no qual “Os actores apparecêrão em scena, e começando a peça representarão no primeiro acto amizade, protecção, e comedimento; e no segundo, arrojando a máscara, representarão extorções, fraudes, e infamias” (*GRJ*, 28/01/1809).

A irreligiosidade aqui também ganha destaque como recurso detrator.¹⁹¹ Os franceses, sob este ângulo, são “aquelles, que não tem religião, nem boa fé” (*GRJ*, 28/12/1808), são “parricidas com os homens, sacrílegos com os Templos, ímpios com Deos [...] carregados da maldição do Ceo, e da terra” (*GRJ*, 05/08/1809).¹⁹² Mesmo assim, “os Francezes não puderão desnaturalizar d’entre nós a moral, e a Religião” (*GRJ*, 03/12/1808). Posto que, “os Portuguezes, firmes no exercicio do seu culto, se mostram sempre gratos aos favores da Providencia, que nunca se lhes tornárão mais evidentes do que em livrallos dos Francezes, cujas abominaveis maximas tão destructivas são de toda a piedade e moral *Christã*” (*GERJ*, 19/12/1808).

Ainda que este traço de negatificação, como vimos nas análises sobre a contra-imagem napoleônica, apresente-se como resquício do processo de laicização levado a cabo durante o processo revolucionário na França, não podemos nos esquecer da possibilidade de sua maior eficácia em um ambiente onde a Igreja, tradicionalmente, sempre teve importância e agiu com mão pesada, marcando há séculos as

¹⁹¹ Maria Beatriz Nizza da Silva nota que “Sobretudo a partir do séc. XIX a irreligiosidade assumiu uma forma específica através da acusação de pertencer a seita dos ‘pedreiros-livres’. No Brasil, tal como na metrópole, as denúncias sucederam-se. Passa-se assim quase insensivelmente da acusação mais ampla de ‘libertinagem’, que incluía vários tipos de descrença e atitudes negativas em relação ao clero e ao Papa, para a especificidade de uma seita com matizes políticos” (*SILVA*, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e de D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 305).

¹⁹² “ímpios” (*GRJ*, 07/04/1810).

mentalidades portuguesas. Mas o uso reiterado da caracterização anti-religiosa na propaganda contra os invasores em Portugal ainda expressa, neste caso, a participação que o elemento clerical apresentou no combate aos franceses: “O clero não só agiu como pensou a ‘Restauração’, dando um conteúdo ideológico à luta que então se travava. A religião católica, baluarte da ordem ético-social, funcionou na parenética da Igreja como elemento de coesão ideológica e travão do espírito sedicioso”.¹⁹³

As acusações de irreligiosidade feitas ao inimigo ganham ampla divulgação a cada relato sobre os atos ilícitos praticados por eles. Como nos exemplos abaixo, começando por um comentário feito ao trecho de uma proclamação em que Junot diz ter respeitado a religião dos portugueses e refere-se aos ingleses, que prestam ajuda aos portugueses, como “hereges”:

Digão-no as nossas Sagradas Imagens, que vós tendes queimado, digão-no os nossos próprios olhos, que virão os Francezes com o chapeo na cabeça, e sentados a merendar á janella ao tempo, em que passava o Santíssimo Sacramento, etc., etc. (GRJ, 01/10/1808, análise de uma proclamação do general Junot aos portugueses pela Minerva Lusitana).

Os Templos fôrão horriavelmente porfanados [sic], por estes malvados; mutilarão as Imagens, e até se suppõe que queimarão algumas, porque senão achão, e só deixarão os Crucifixos. As Igrejas servirão-lhes de Cavalherices, não para recolher simplesmente os cavallos, mas servindo-se dos Altares para deitarem a palha, centeio, e cevada, tudo junto, rasgarão os ornamentos, e creio que não ficou hum só em estado de poder servir para o Culto Divino (GRJ, 11/10/1809).

...destruirão todas as Igrejas, Capellas, e Conventos; queimarão, e despedaçarão todas as imagens, arrombarão os sacarios, e roubando os vasos sagrados, lançarão por terra, e pizarão as sagradas particulas (GRJ, 08/06/1811).

Uma curiosa notícia, extraída do *Diário de Madrid* via *London Chronicle*, afirmava igualmente que, na Espanha, “se farião varias cerimônias religiosas [...] para applicar a cólera Divina por causa das profanações perpetradas pelos *Francezes*” (GRJ, 22/02/1809).

Assim sendo, os poderes régio e sacerdotal, que eram tidos como as bases que fundamentavam a sociedade do Antigo Regime, ocupam lugar de destaque enquanto elementos a serem defendidos, como vimos na caracterização da guerra. Consequentemente, contra “os irreconciliaveis inimigos do Sacerdócio e do Império” (GRJ, 24/09/1808) é feita “huma guerra *Nacional e de Religião*” (GERJ, 21/03/1809). O que se espera do súdito é “a fidelidade, e o patriotismo” (GERJ, 30/09/1808), pois a “causa he nossa, he da Religião, he da Patria” (GERJ, 30/09/1808), como proclama o Governador de Coimbra aos portugueses, em 8 de julho de 1808.

¹⁹³ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 5, p. 35.

Se, por um lado, “Morte, desolação, e captiveiro he quanto vos promete a invasão dos barbaros, honra, gloria, e independencia he quanto vos promette o vosso heroismo” (*GRJ*, 04/02/1809). Neste panorama em que o grande divisor de destinos é a ação patriótica levada ao seu extremo – o heroísmo – o combate ao inimigo justifica-se pela justiça da causa em questão. Como nota Ansart, o “conflito acarreta a explicitação das finalidades e a legitimação dos fins imediatos por uma representação global da sociedade justa”.¹⁹⁴ E, vale lembrar, em meio a esta representação, o grupo que se coloca como vítima sempre se apresenta como detentor da verdade e de aspirações legítimas.

4.3.4. O exército francês

No interior do conjunto inimigo francês, ainda que, como visto, houvesse uma tendência à indiferenciação na sua caracterização pelos adversários, um grupo é destacado com muita frequência devido ao contexto bélico: aquele formado pelas tropas sob o comando de Napoleão. A importância de se caracterizar especificamente o exército oponente de forma negativa não se deve apenas à obviedade de ser ele o inimigo, mas por ser ele o notório espraizador dos novos princípios que se revelaram possíveis a partir dos eventos da Revolução Francesa. Como nota Hobsbawm,

Sabia-se agora que a Revolução num só país podia ser um fenômeno europeu, que suas doutrinas podiam atravessar as fronteiras e, o que era pior, que seus exércitos podiam fazer explodir os sistemas políticos de um continente. [...]. Os soldados franceses que guerrearam da Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria [...] estenderam a universalidade de sua revolução mais eficazmente do que qualquer outra coisa.¹⁹⁵

Segundo lembra Lefèbvre, “Aucun pays n’imita spontanément la France: ce furent ses armées qui propagèrent les principes de la Révolution”.¹⁹⁶ E eis nas palavras de Rudé a importância destes soldados: “os exércitos de conquista de Napoleão tinham abalado a estrutura da antiga ordem social e lançado os alicerces do moderno estado burguês”.¹⁹⁷ Interessante é verificar que estes historiadores do século XX apenas reiteram a percepção que as pessoas da época já demonstravam acerca do papel dessas tropas ao referirem-se, por exemplo, aos “principios revolucionarios [...] [que os] exercitos *Francezes* havião espalhado por toda a parte” (*GRJ*, 10/02/1816).

¹⁹⁴ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 118.

¹⁹⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 109.

¹⁹⁶ LEFÈBVRE, Georges. *Napoléon*. Paris: PUF, 1953, p. 6.

¹⁹⁷ RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária: 1783-1815*, Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 221.

Mesmo para o caso deste grupo específico, o recurso à indistinção também se apresenta, visto que o exército francês era composto, quando das Guerras Peninsulares, por pessoas que muitas vezes nem francesas eram ou que jamais haviam estado na França, tendo sido recrutadas nos países que se encontravam sob dominação napoleônica. Um exemplo é a própria “Legião Portuguesa”, à qual já nos referimos no primeiro capítulo. Mas encontramos momentos na *Gazeta* em que essa multiplicidade interna é destacada, como quando se aponta a “soldadesca desenfreada, composta de varias Nações, a que elles chamão *Francezes*” (*GRJ*, 26/12/1810) ou quando se comenta que “apenas terça parte dos mercenarios que tem vindo á *Hespanha* huns por força, e outros com a esperança de fazerem rápida fortuna, são *Francezes*” (*GRJ*, 13/06/1812).

Neste caso o intuito é mostrar como do lado do opositor, ao contrário de uma tropa formada por pessoas de uma mesma nacionalidade, prevalece o desacordo e a desunião e não o patriotismo. E que sem esta força que blinda os espíritos é difícil vencer, o que enfraquece de antemão o adversário. Seguindo esta lógica, o estímulo das tropas francesas para o combate não vem, portanto, de seu amor à pátria ou a um chefe, mas sim do “costume de muitos Generaes mandarem dar aos soldados no principio das acções huma dose de agoa-ardente, tal que produza a alegria, e a audácia, e não a embriaguez; este costume tem estado muito em uso nos Exercitos *Francezes*”.¹⁹⁸ Em um dos artigos da *Gazeta*, copiado de um jornal inglês, essa pluralidade de nacionalidades, agora na Marinha francesa, é mais uma vez ressaltada para explicar porque a França não conseguirá derrotar a Inglaterra nos mares:

Segundo o que pensamos, não será fácil fazer operar com unanimidade e concerto estes vassallos de todas as Nações [que compõem a Marinha francesa]. A cada hum se deve fallar na sua propria lingua, e o Official deve ter a cabeça quebrada por hum tijolo da Torre de *Babel*, se acaso se poder fazer entender de todos. Que confuzão de linguas não haverá ali em huma peleja naval! O *Alemão*, oppondo-se ao *Dinamarquez*; e o *Russo*, misturando-se com o *Sueco*. – O palrador *Francez*, procurando fazer-se entender do tardio *Hespanhol*, e o fleumatico *Hollandez*, recebendo ordens do astuto *Italiano*. – E para completar a scena, concebão os nossos Leitores esta extravagante mistura, empenhada contra os Senhores do *Oceano* [ingleses] sobre o seu proprio elemento, contra *Bretões*, que fallão huma só lingua, e são Mestres consumados da sua Arte (*GRJ*, 25/12/1811).

Apertadas pela denominação de franceses ou exército francês/napoleônico, apresentavam-se, portanto, diversas nacionalidades e línguas que demonstravam o alcance das conquistas de Bonaparte. De fato, para aqueles que viveram a guerra de perto, cada soldado destes era o “francês”; o medo e o calor do momento do conflito não deixando muita margem para a percepção de que nem a língua francesa poderiam dominar. De qualquer forma, eram essas tropas, independente da nacionalidade, que

¹⁹⁸ *GRJ*, 14/04/1810, Extractos das Gazetas de Lisboa de 3 até 5 de janeiro de 1810; Lisboa, 4 de janeiro de 1810, Reflexões sobre a origem do valor, ou da coragem.

davam feições ao que se lia e ao que se ouvia em tempos de guerra. Assim, esses homens que haviam se espalhado rapidamente por toda a Europa sob a bandeira francesa, revolucionária e depois imperial, e que haviam entrado na Península, eram generalizados como o “Exercito de *Bonaparte*” (*GRJ*, 23/09/1809), “essas hostes do Tyranno, que são o terror de todas as outras Nações” (*GRJ*, 30/11/1811), “a invelicida turba de Satelites do Despota do *Sena*” (*GRJ*, 02/05/1812).¹⁹⁹

Sobre “estes intrusos” (*GRJ*, 13/05/1812) dizia-se serem “*Janissaros* de hum Sultão *Corso*” (*GRJ*, 16/03/1811). Era contra estas várias manifestações do inimigo, resumidas sob o epíteto de “abominavel Exercito *Francez*” (*GERJ*, 17/01/1812), que se batiam as “nossas valerosas Tropas [portuguesas]” (*GRJ*, 05/01/1811) e o “immortal *Wellington* e suas bravas tropas” (*GERJ*, 21/02/1812). Sua descrição na *Gazeta* se dava também de forma ampla e pouco lisonjeira. Em sendo uma extensão do poder napoleônico, estes homens não deixavam de ser caracterizados ao moldes de seu chefe. Fala-se no “*bando de Traidores e de Ladrões, que nella [Portugal] entrarão como amigos*” (*GRJ*, 01/10/1808), nos “homens mais perversos, que tem feito a desgraça da Europa inteira” (*GRJ*, 05/10/1808), no “Exercito dos *Usurpadores*” (*GERJ*, 03/11/1808).²⁰⁰

Eles são vistos, além disso, como uma “quadrilha de salteadores” (*GRJ*, 08/02/1809)²⁰¹, “mestres de dar saques” (*GRJ*, 16/02/1811), “bandidos sanguinários” (*GRJ*, 26/04/1809) guiados não pelo patriotismo mas apenas pela “avareza e rapina” (*GERJ*, 29/09/1808) e por “sua rapacidade, crueldade e irreligiosidade” (*GRJ*, 26/10/1808). Conclui-se que “nada abranda estes verdugos que folgão de nos ver perecer” (*GERJ*, 17/01/1812). Mas, se em alguns momentos eles são apresentados como agentes das ações, em outros eles são colocados como meros marionetes do poder napoleônico pelo qual se vêem subjugados. Neste caso, eles são os “servos de *Bonaparte*” (*GERJ*, 22/02/1810), um “bando perfido de foragidos escravos” (*GRJ*, 28/04/1810), “Instrumentos da ambição de um tyranno” (*GRJ*, 15/11/1809).²⁰²

¹⁹⁹ *os soldados do Tyranno*” (*GRJ*, 17/11/1810), os “satellites do tyranno” (*GERJ*, 20/07/1811), “os bandos do Tyranno” (*GRJ*, 07/11/1810), “hostes immundas do ursupador [sic] de todos os direitos” (*GRJ*, 20/03/1813), “tropas aguerridas do Tyranno” (*GRJ*, 07/12/1811), “tyrannicas tropas do perverso *Buonaparte*” (*GERJ*, 21/02/1812), “legiões da *França*” (*GRJ*, 26/02/1814), “Exercitos de hum perfido invasor” (*GERJ*, 09/11/1820), “tropas do tyranno do Continente” (*GRJ*, 27/01/1813), “tropas do Tyranno” (*GERJ*, 22/11/1813).

²⁰⁰ “Exercitos devastadores” (*GRJ*, 04/02/1809), “Exercitos malignos” (*GERJ*, 21/02/1812), “exterminadoras phalanges” (*GRJ*, 28/02/1810), “soldadesca barbara, e desenfreada” (*GRJ*, 16/02/1811), “esta gente barbara, e exterminadora” (*GRJ*, 16/02/1811), “vis instrumentos de todas as nossas calamidades” (*GRJ*, 24/09/1808), “huns homens destinados a espalhar a desolação por toda a parte” (*GERJ*, 19/12/1808), “a canalha, que nos quer opprimir” (*GRJ*, 13/06/1810), “polidos selvagens” (*GRJ*, 26/12/1810), “huma tropa de *Vandalos* insolentes e desenfreados” (*GRJ*, 31/10/1810), “homens encanecidos na barbaridade, e no crime, e que não respeitão lei alguma da civilização, ou da humanidade” (*GRJ*, 16/02/1811), “homens desalmados” (*GRJ*, 31/10/1812).

²⁰¹ “bando de Salteadores” (*GRJ*, 31/10/1810); “salteadores” (*GERJ*, 12/11/1810; *GRJ*, 07/12/1811).

²⁰² “instrumentos pérfidos do oppressor do Continente” (*GRJ*, 25/01/1809), “escravos do tyranno” (*GRJ*, 04/02/1809), “indistincta massa de seus [de Napoleão] vis escravos, que por huma conducta inexplicavel se vai sacrificando a troco do

Quase a fazer sentir piedade, mas querendo, isso sim, reforçar como os inimigos eram mais frágeis e, por consequência, mais fáceis de derrotar do que se imaginava, eles são classificados como as “famintas, e sacrílegas tropas” (*GRJ*, 24/09/1808), as “estropeadas tropas Francezas” (*GRJ*, 24/09/1808), “os restos do seu [de Napoleão] exército disperso” (*GRJ*, 02/09/1815). Da mesma maneira, coloca-se em evidência a inexperiência destas tropas, denunciando-se como, a cada conscrição, a idade dos recrutas baixava devido à antecipação da turma de convocados. Como vimos, esta caracterização do exército francês como formado em sua maior parte por novatos, cada vez mais jovens e inexperientes nos conhecimentos da guerra, teria como contrapartida a imagem do ogro napoleônico, o monstro das fábulas que se alimenta de crianças. Ressalta-se, assim, como “estes [exércitos franceses] constarão pela maior parte de conscriptos bisonhos” (*GRJ*, 19/10/1808), chamados popularmente de “galuchos” (*GRJ*, 01/10/1808). Apregoa-se que “*Portuguezes* sensatos derão por pedida a causa *Franceza*: 15000 ou 16000 homens pela maior parte crianças de 16 annos, e dispersos em differentes pontos de *Portugal* era toda a sua força.” (*GERJ*, 30/09/1808).

Na propaganda contra o invasor, muito do incentivo às tropas na Península se apoiaria, igualmente, na desconstrução do mito de invencibilidade dos exércitos napoleônicos. No imaginário da época, os homens da *Grande Armée*, lembra o redator da *Gazeta*, eram conhecidos como “os afamados Heroes de *Marengo*, e de *Austerlitz*” (*GERJ*, 20/05/1811). A notoriedade de suas vitórias grassava pela Europa afora e aparecia como algo incontestável. No entanto, ela passaria a ser abalada durante as Guerras Peninsulares, principalmente, diante das *guerillas*, ações de pequenos grupos armados, formados em sua maioria por civis, que se notabilizariam no combate aos franceses na Espanha.

Faz-se interessante notar o uso recorrente destas alcunhas elogiosas nas referências aos soldados de Napoleão no periódico da Corte. Embora, em um primeiro momento elas pareçam encerrar algum reconhecimento, ao trazerem à lembrança suas vitórias mais famosas, muitas vezes são usadas com ironia, procurando ridicularizar o oponente, como quando se enaltece “o nobre arrojo com que os *Portuguezes* tem arrostrado as suas [dos franceses] legiões victoriosas, fazendo murchar os louros de *Marengo*, de *Jena* e de *Austerlitz*, diante do *Vimeiro*, de *Albuera*, e de *Barrosa*” (*GRJ*, 18/07/1812). Ouvir, em 1812, quando as tropas imperiais estavam sendo desapiedadamente varridas da Península, sobre a “pericia, e disciplina das hostes aguerridas do despota ambicioso” (*GRJ*, 11/07/1812) ou que seus soldados que permaneciam na Espanha eram chamados de “os *invenciveis*” (*GRJ*, 23/09/1812) já não podia convencer tratar-se de um elogio, mas de um grande deboche.

roubo, e pilhagem, a que os Soldados tem licença de se abandonar” (*GRJ*, 18/02/1809), “vis escravos do Usurpador” (*GRJ*, 14/02/1810), “hum Exercito de escravos, a quem a miséria, e a deserção destroe continuamente” (*GERJ*, 12/11/1810).

Se, para Napoleão, vários temas da Lenda Negra foram usados para realçar ainda mais a sua representação enquanto entidade opositora, no caso dos exércitos napoleônicos, ao menos neste ponto, é a Lenda Dourada que é utilizada. Assim, muitas vezes, não há dúvida de que o soldado inimigo é exaltado, mas isso só ocorre com o propósito de valorizar aqueles que o combatem. Afinal, engrandecer o elemento a ser derrotado é trazer mais engrandecimento àquele que o derrota, principalmente quando o realce ainda é dado levando-se em conta a notória inferioridade militar dos portugueses: “faça conhecer aos vencedores de *Jena*, e *Austerlitz*, que *Portugal* não succumbe” (*GRJ*, 09/05/1810). É preciso “desbaratar os bravos de *Austerlitz*” (*GERJ*, 29/09/1808), pois, mesmo que eles sejam bravos, mais bravos são os portugueses que os vencerão. Dá-se como certo que “Cedo veremos as forças Navaes da *Grande Nação* reduzidas a alguns barcos de pescadores” (*GRJ*, 10/03/1810). Sobre uma revolta popular que teria arrasado a parcela da *Grande Armée* que invadira Portugal, dizia-se que

Resultou destes diferentes ataques ser livre a Capital do Porto, pôr-se em fuga hum General experimentado, que commandava esses chamados valerosos vencedores de *Marengo*, *Austerlitz*, e *Jena*, sendo acossados por Paisanos descalços, armados pela maior parte de fouces, chuços, e páos (*GRJ*, 02/11/1808).

Seis moços sem experiencia fazem tremer 20 heroes de *Marengo*, e de *Jena*” (*GERJ*, 07/11/1808).

Como se vê, o heroísmo de populares, sem outras armas além de seus instrumentos de trabalho, seu ódio pelos franceses e sua lealdade à mãe-pátria e ao pai-rei, é amplificado por ser o elemento opositor formado pelos “valerosos vencedores de *Marengo*, *Austerlitz*, e *Jena*”. A desmoralizante derrota dos franceses é usada na propaganda como reforço para a moral portuguesa, ao mostrar que a lenda não corresponde à realidade e que qualquer um, até mesmo um bando de “Paisanos descalços” ou “moços sem experiencia”, pode vencê-los.

Aos poucos o mito da invencibilidade dos soldados de Bonaparte ruía para, com seus escombros, ajudar a erguer o ânimo das tropas que os combatiam. Em 1808, já se comentava sobre “a convulsão e o susto dos famosos *Vencedores de Jena*, e d’*Austerlitz*” (*GERJ*, 30/09/1808). Em 1811, o redator do jornal fluminense, ao mencionar as tropas napoleônicas derrotadas na Península, referia-se a elas como os “restos de Exercitos, que já fórão formidaveis” (*GRJ*, 27/07/1811). No ano seguinte, o mesmo redator, ao noticiar a entrada das tropas portuguesas e inglesas em Madri, assinalava que “o soberbo exercito, que devia (segundo as expressões do seu Chefe) dissipar os *Inglezes* da *Peninsula*, como o temporal espalha

a poeira, e como o raio, tudo aterrar e consumir; os nossos o virão destroçado, fugitivo e quase aniquilado” (*GRJ*, 31/10/1812).²⁰³

Em 1813, ele é o “*ci-devant* grande exercito” (*GERJ*, 08/03/1813) formado pelos “decantados vencedores de *Austerlitz*, e *Marengo* (*GRJ*, 25/08/1813). O redator ressaltava que “reduzirão[-se] os valentes de *Jena* a salteadores” (*GERJ*, 24/09/1813). A seguir, notava-se que “o grande exercito de *Bonaparte* – aquelle exercito, do qual elle confiava o restabelecimento de sua fortuna, e a subjugação do Continente, não só foi derrotado, mas disperso, e quase aniquilado” (*GRJ*, 12/03/1814). Enquanto, de um lado, temos a força militar dos franceses diminuída por meio da contrapropaganda e de batalhas perdidas, do outro, há

o heroísmo que se desenvolve em toda a Peninsula, as façanhas que se admirão, a disciplina militar que se melhora em tantos Exercitos [...], ao que deve acrescentar hum grande pezo na balança os combinados de *Portugal*, e *Grã-Bretanha*, que a nenhum cedem. Todas estas massas bem organizadas, e valorosas, desconcertarão os planos ambiciosos de *Bonaparte* (*GRJ*, 15/08/1810).

Exalta-se “a persistencia do immenso numero dos habitantes armados das *Hespanhas*, [e] os poderosos socorros *Inglezes* de toda a especie” (*GRJ*, 21/01/1809). Como afirma o redator, “os verdadeiros *Pyreios* da *Hespanha* são os elevados sentimentos de seus habitantes” (*GRJ*, 21/09/1809). Face à *Grande Armée* francesa está Wellington e “suas valorosas e invenciveis legiões” (*GRJ*, 05/12/1812), “os seus triunfantes exercitos” (*GRJ*, 10/09/1814). São colocados em evidência o “valor e constancia dos Illustres Generaes e esforçadas tropas do seu commando, [que] derrotou as barbaras divisões, guiadas pela ambição a usurparem alheio throno, assolarem estranhos paizes, levarem o estrago e a devastação a povos, que briosamente engeitarão os ferros” (*GRJ*, 31/10/1812).

As tropas francesas também passam na *Gazeta* por um intenso processo de brutalização que os despojam de suas características humanas. Elas são referidas como o “monstruoso inimigo” (*GRJ*, 21/08/1811),²⁰⁴ afinal, como observa Cairu, provêm ou estão sob o comando de um “paiz desmoralizado, e fertil em Monstros”.²⁰⁵ Enfatiza-se que “Nos dias de seu furor o Inferno não tem jamais vomitado monstros iguaes a estes monstros” (*GERJ*, 03/11/1808). Não é por coincidência que eles aparecem neste

²⁰³ “a muito grata e aplaudida notícia da total derrota do soberbo exército francês, junto da cidade de Vitória” (SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 413).

²⁰⁴ “Monstros Francezes” (*GRJ*, 19/05/1810), “os monstros que tem perpetrado [sic] tantos crimes, e causado tamanhos males á nossa infeliz Pátria” (*GERJ*, 07/05/1811), “monstros” (*GRJ*, 26/04/1809; *GRJ*, 03/03/1810; *GRJ*, 19/08/1809; *GRJ*, 07/08/1811; *GRJ*, 09/11/1811; *GRJ*, 27/05/1812; *GRJ*, 13/01/1813; *GERJ*, 30/09/1808), “como monstros de outra espécie, parece que tratão sómente de insultar e offender a humanidade” (*GRJ*, 29/05/1811).

²⁰⁵ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818, p. 38, parte 1, IEB.

formato anormal em um decreto da Junta Governativa espanhola, datado de 7 de fevereiro de 1809, em que se trata sobre a execução de militares franceses (*GRJ*, 26/04/1809). Afinal, transformá-los em criaturas não humanas e de ferocidade anômala implica em uma imediata quebra de qualquer possível laço que leve a alguma benevolência com relação a eles. Como é realçado em outro trecho, que mostra bem a diferença (e a indiferença) que deve prevalecer entre os grupos antagônicos, “O *Hespanhol* he humano e generoso; porém com semelhantes monstros parece hum crime sê-lo” (*GRJ*, 07/08/1811).²⁰⁶ Colabora, ainda, para isto a carta de um oficial inglês pertencente ao exército britânico em Portugal que afirma

Que quando se encontrão os piquetes dos Exercitos, *Francez*, e Alliado, tão longe estão os nossos de tirar partido dos seus inimigos meios mortos de fome, que abrem as suas mochilas, e repartem com elles das suas provisões [...]. [...] os *Francezes* se tem aproveitado muitas vezes desta communicacão sem suspeita para surprender [sic] e assassinar os seus antagonistas, que punhão confidencia nelles, ou para saber as particularidades da força que se lhes opunha (*GRJ*, 02/01/1811).

Denuncia-se “a crueldade do inimigo” (*GERJ*, 08/08/1811), a “sua agressão escandalosa” (*GERJ*, 22/02/1810), o seu “bárbaro tratamento” (*GERJ*, 08/08/1811).²⁰⁷ Acusa-se que “as extorsões, e violências dos *Francezes* tem crescido a hum ponto inaudito” (*GRJ*, 13/02/1811).²⁰⁸ A “petulante e selvagem barbaridade exercitada pelos Exercitos *Francezes*, na sua recente retirada” (*GRJ*, 17/07/1811) ganha destaque, assim como “a atrocidade, inhumanidade, e villezia do Exercito inimigo” (*GRJ*, 07/08/1811).

Os soldados franceses também têm seus corpos imaginários animalizados. Fala-se, por exemplo, na “hórrida satisfação com que os tigres *Francezes* bebião na idéa o sangue, que ião derramar” (*GRJ*, 30/09/1809). Mas, muitas vezes, em recordação do símbolo que Napoleão escolhera para seu Império e que adornava a ponta da haste das bandeiras que eram carregadas pelos batalhões, eles eram chamados de “suas Aguias orgulhosas” (*GRJ*, 31/10/1810), “as suas espúrias Aguias” (*GRJ*, 21/12/1810), “as infames Aguias, que tudo empestão” (*GRJ*, 26/12/1810). Após a entrada das tropas anglo-portuguesas em Madri, recordava-se que “As aguias que se devião plantar em *Lisboa*, fugirão de *Madrid* espavoridas” (*GRJ*, 31/10/1812) e que os ingleses “contemplavão as águias, que assombrarão o Universo, então humildes e abatidas” (*GRJ*, 11/11/1812).

²⁰⁶ “monstros, com os quaes a humanidade he hum crime!” (*GRJ*, 15/01/1812).

²⁰⁷ “a barbara conducta dos *Francezes*” (*GRJ*, 20/07/1811); “os estragos de hum tão barbaro inimigo” (*GERJ*, 17/01/1812).

²⁰⁸ “os seus inauditos furores” (*GRJ*, 16/01/1811), “extorsões, e crueldades das tropas *Francezas*” (*GRJ*, 06/04/1811); “as devastações e crueldades, que tem commettido em Portugal” (*GRJ*, 05/01/1811); “as rapinas, e as crueldades dos *Francezes*” (*GRJ*, 21/08/1811).

Ao falarmos das forças militares francesas, cabem algumas considerações sobre as forças lusas. De fato, elas eram limitadas e pouco organizadas à época em que d. João para aqui se deslocara. Valentim Alexandre lembra²⁰⁹ que nas decisivas batalhas de Roliça e Vimeiro (17 e 21 de agosto de 1808), que levariam à primeira expulsão dos franceses do Reino, entraram em combate apenas cerca de mil portugueses que haviam sido previamente integrados aos corpos britânicos. Da parte dos lusos não havia um exército nacional e a baixa participação dos súditos de d. João nos momentos decisivos da expulsão do inimigo, motivada principalmente por desentendimentos e rivalidades entre oficiais britânicos e portugueses, faria os ingleses sentirem-se autorizados a negociar com o inimigo sem qualquer intervenção dos nacionais, o que teria como decorrência mais imediata sua exclusão das medidas tomadas na “Convenção de Sintra”.

O redator da *Gazeta* apresentava, por conseguinte, uma incrível sinceridade ao comentar sobre “os prodígios de valor, que obrarão os *Portuguezes poucos quanto fortes*” (*GRJ*, 31/10/1812). Embora Portugal contasse com seus “Soldados valorosos” (*GERJ*, 12/11/1810) para se opor aos “vis soldados” (*GERJ*, 19/12/1808) inimigos, era impossível deixar de admitir que apenas “com o poderoso, e decisivo auxilio dos Exercitos *Britannicos* fôrão felizmente calcadas as orgulhosas Aguias do Tyranno, que vos queria impôr hum jugo de ferro” (*GRJ*, 04/02/1809). Conquanto, em uma carta régia para os governadores do Reino de Portugal e Algarves, d. João sublinhasse a “energica resistencia, que encontrou [o exército francês] em todos os Meus Fieis Vassallos, coadjuvados pelas bravas Tropas do Meu Antigo e Prezado Alliado El-Rei da Grã-Bretanha, e commandadas pelo Insigne General Lord Wellington” (*GERJ*, 17/01/1812), cabe ressaltar que a limitada participação de portugueses nas tropas que oficialmente combateram os franceses deve ter sido agravada por deserções ocasionadas por fugas do regimento ou licenças excedidas. Essas deserções sinalizam, de alguma forma, as limitações do discurso centrípeto joanino. Seus súditos não se mostravam, portanto, tão fiéis na realidade como na projeção retórica que se fazia deles. Na legislação brasileira esta mesma contradição entre o modelo proposto e esperado e aquele vivido é bem exemplificado nas diversas concessões oficiais de perdão aos desertores e na preocupação recorrente com este assunto.²¹⁰ Neste caso, a “paternal beneficencia”²¹¹ do

²⁰⁹ ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993, p. 185.

²¹⁰ Cf. Decreto de 13 de maio de 1808. Concede perdão aos Desertores que no prazo de seis mezes se recolherem aos seus corpos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf); Decreto de 13 de novembro de 1808. Prorroga o prazo da amnistia aos desertores de primeira e segunda deserção simples (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_41.pdf); Decreto de 16 de junho de 1809. Declara como serão os desertores processados em Conselho de Guerra (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_23.pdf); Decreto de 27 de junho de 1809. Manda suspender a execução do decreto de 16 deste mez sobre julgamento de desertores (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_25.pdf); Decreto de 28 de fevereiro de

príncipe encobre um desacordo de interesses entre ele e seus súditos e a necessidade que se tem deles no momento da guerra.

4.3.5. O comportamento do exército francês

Nesta parte, mais do que qualquer análise, gostaríamos de expor trechos da *Gazeta* que denunciam, de maneira bastante detalhada, o mau comportamento dos franceses por onde passavam. Neles, cruzam-se várias das imagens negativas que foram sendo expostas acima. Estes trechos mostram, em cores vivas e cruéis, como a guerra foi vista na época. Não temos condições de afirmar se dizem a verdade mas, ainda que não o digam, representam-na sob a ótica do grupo que faz as denúncias. Nesta verdade representada, condizente ou não com a realidade, vemos a pretensão de detratar e diminuir o adversário, a fim de promover a revolta, a ação e a coesão do grupo nacional.

Diante de várias destas narrações fica fácil conceber a que grau deve ter chegado o ódio aos franceses, à França e a Napoleão e como seria difícil anulá-lo pelo simples anúncio do fim dos conflitos com a queda de Napoleão. No Reino e nas colônias portuguesas aonde relatos como os da *Gazeta* chegaram as imaginações deveriam ver-se inflamadas pelas atrocidades neles expostas. Como já afirmamos, este compartilhamento de informações ajudava a criar, pelo sofrimento, uma conexão emocional entre as diversas partes do Império luso. E, para aqueles que se viam apartados dos conflitos reais, como os que viviam na nova Corte, auxiliavam a modelá-lo e introjetá-lo no cotidiano.

Começamos, por meio de pequenos fragmentos, dando a palavra ao Governador de Coimbra que, em uma proclamação aos portugueses, de 8 de julho de 1808, pintava os franceses como “*Monstros!* [que] transportados de huma ferocidade inaudita assassinão os *Sacerdotes*, as *Mulheres*, e os *Meninos*, queimão nossas *Villas*, e *Searas*, e devastão nossos *Campos*” (*GERJ*, 30/09/1808). Os negociantes dessa mesma praça reclamavam, em 3 de agosto de 1808, ao Comandante em Chefe das tropas britânicas auxiliares de Portugal, do “esgotamento universal, a que nos reduzirão as rapinas dos nossos *bárbaros hospedes*” (*GRJ*, 23/11/1808). Quase três anos depois, nas considerações feitas sobre a retirada de Masséna de Portugal ao final da terceira invasão, sublinhava-se de modo muito semelhante o “gráo de crueldade, e de degradação a que tem chegado as hostes *Francezas*” (*GERJ*, 27/06/1811). Após um ano, afirmava-se que “Nem os sentimentos de humanidade, nem as leis da Guerra admittidas entre os

1810. Concede perdão aos desertores que se apresentarem no praso de um anno (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_23.pdf).

²¹¹ Decreto de 28 de fevereiro de 1810. Concede perdão aos desertores que se apresentarem no praso de um anno, op. cit.

Militares civilizados [...] tem podido conter o espirito sanguinario, e desolador dos Generaes *Francezes*” (*GRJ*, 22/07/1812).

Lembrava-se ainda que “a guerra dos Francezes he contra a nossa independência, contra a honra, a propriedade, e contra todos os direitos mais sagrados do homem” (*GERJ*, 05/11/1810). Observava-se que o exército napoleônico “pelo direito da força se apossou do Paiz; opprimindo-o com todo o genero de rapina, e profanando as couzas mais sagradas” (*GRJ*, 24/09/1808). Na cópia de uma “Carta do real Compromisso do Lugar d’Olhão a S. A. R”, de 2 de julho de 1808, ressaltava-se que

Em observancia do Real Decreto de 26 de Novembro do anno passado acolhemos os Francezes, dando-lhe [sic] promptamente tudo quanto querião; e em retribuição elles nos atropellarão por todos os modos, impondo-nos contribuições avultadas humas sobre outras, sendo obrigado só este lugar a dar para prato do General Francez do Algarve a quantia de 88:000 reis por mez, a fim de impetrar licença para que os pescadores fossem ao mar. Pertendêrão também recrutar sem excepção de pessoa, ou estado todos os da idade de 15 até 40 annos, promulgárão decretos ameaçando-nos com a morte, e declarando que tinham conquistado Portugal; perpetrarão toda a qualidade de roubos, e aniquilárão todas as authoridades constituídas (*GRJ*, 24/09/1808).

Na “Resposta do Excellentissimo senhor Capitão general da Província e Governador desta Praça à carta, que lhe dirigio o General Dupont por causa do que aconteceu no dia 13 de Agosto no Porto de Santa Maria” (Espanha), na qual o francês reclamara os seus pertences e os de seus colegas saqueados pela plebe do dito porto, denunciava o primeiro que general comandava

hum Exercito, que entrou em hum Reino alliado, e amigo sob pretextos capciosos, e fallazes; que se apoderou de seu innocente, e amado Rei, e toda a Familia Real com igual engano; que lhes arrancou violentas, e impossiveis renunciias a favor do seu Soberano; e que com ellas se julgou authorisado a saquear os seus palácios, e os seus povos; e porque estes não se submeterão a tão iníquo proceder, profanão seus Templos, e os saqueão, assassinão os seus Ministros, deflorão donzellas, estuprão a seu barbaro prazer, e levão, e se apoderão de quanto podem transportar destruindo tudo a que não podem fazer o mesmo (*GRJ*, 26/10/1808).

No final de 1808 um extenso e terrível relato seria feito por autoridades espanholas, do comportamento, na Espanha, dos soldados inimigos em retirada:

O Supremo Conselho de *Castella* mandou que se fizessem públicas as seguintes notícias do execrável comportamento das tropas *Francezas* na sua retirada por *Buitrago* e outros lugares, como também em *Medina de Rio-Seco*, quando entrárão naquella Cidade: “A Justiça de *Buitrago*, em data de 10 de Agosto próximo passado, relata os sacrilégios, abominações, ultrajes, mortes, incêndios e saques que commeterão as tropas *Francezas* [...]. Em *Braojos* profanarão os Templos, roubando os seus vasos sagrados, lançando pelo chão as fórmulas consagradas, e levando as vestimentas e ornamentos: em *Buitrago* destinárão huma das Ermidas para cavalharia dos seus cavallos, depois de lhe roubarem as alfaias e destruírem as imagens: em outro lugar visinho matárão 2 homens e huma mulher; fizerão correr pelo chão o vinho que não puderão beber, quebrando as medidas e vasilhas; saquearão várias casas, matando as gallinhas e porcos, e roubando os cavallos e eguas, com

todo o gado vacuum e lanigero, derão saque a todos os povos das visinhanças, e queimarão 9 casas...”

“O Regente da Jurisdicção de *Rio Seco*, na data de 10 de Agosto, refere que depois do ataque de 14 de Julho entrarão naquella Cidade as tropas *Francezas*, matando indistinctamente todas as pessoas que encontravão nas ruas e praças, e até mesmo as que fugião de tão horrorosos procedimentos pelos caminhos e sahidas da povoação: arrazarão as casas, os Templos, e Conventos de Religiosos e Religiosas, saqueando e roubando quanto nelles havia; tirarão a vida a muitos dos donos daquellas propriedades, Religiosos, e Presbyteros, como também a algumas mulheres, forçando a todas sem distincção de idades nem de estados, em presença de seus maridos, pais e parentes, e até mesmo as Religiosas que pozerão de todo nuas nas ruas e casas, fazendo alarde da indecencia até com os cadaveres, e o que he sobremaneira horrível, com os principaes objectos do nosso Culto: levarão ao acampamento muitas moças solteiras, inclusas algumas da primeira qualidade, das quaes estiverão abuzando até que tornarão a pôr-se em marcha; e daqui resultou haverem fallecido algumas dellas: despojarão os Templos, destruindo as imagens a golpes de bala; [...] lançarão fogo a mais de 40 casas, e derão cabo de quantos porcos, ovelhas e gallinhas encontravão, roubando toda a casta de bestas e carruagens” (*GERJ*, 19/12/1808).²¹²

Diante destas cenas, monocromaticamente recriadas pelos tipos de uma prensa pelo contato da tinta preta com o papel pardo, somos tentados, por seus personagens humanos e animais, e pela barbaridade e inumanidade que apontam, a vê-las como parte de um *Guernica* do século XIX. Ajudando a compor este mural formado pela “serie de atrocidades gratuitas, e sem exemplo” (*GERJ*, 22/02/1810) do inimigo, um extrato da *Gazeta de Lisboa*, de 19 de outubro de 1809, que circulara na edição de um jornal de Londres de 14 de novembro deste mesmo ano, prosseguia:

Mulheres insultadas, virgens violadas, mancebos assassinados! Há poucos dias ouvi eu mesmo, que hum rapaz de 19 annos foi arcabuzeado, e o seu Corpo horrivelmente esmagado, simplesmente, porque não quis entrar no serviço *Francez*; [...]. Huma rapariga, filha de hum homem do campo, chamada *Joanna*, e que morava junto a *Alcalá*, não quiz admittir á sua amizade hum Official *Francez*; seus pais sustentavão a sua resolução. No meio da noite, 5 Soldados entrarão na sua cabana, matarão o pai, e levarão a filha, a qual, depois de ter satisfeito o monstro, foi outra vez mandada para os trapos e miséria de sua mãe! Este não he exemplo único. Eu vos poderei referir muitos outros igualmente revoltosos à humanidade; [...]. Commetem-se assassínios todas as noites pelas ruas, e os que não fazem mal algum não estão livres de ser ultrajados.

Nada porém excede o que o Exercito de *Lefevre* fez no *Tyrol* para espalhar o terror por toda a parte – queimou Cidades e Aldêas, e não dava quartel. As pessoas erão suspendidas nas arvores, e ahí arcabuzeadas; as mulheres peçadas erão abertas pelo ventre, seus peitos cortados, e os seus embriões empurrados á força pelas suas gargantas para suffocar os gritos, e gemidos destas desgraçadas victimas. Se algum *Tyrolez*, ou *Voralberguez* tinha a desgraça de ser achado com armas na mão, arrancavão-lhe immediatamente a língua. Os meninos erão cortados sem misericórdia, e muito frequentemente levados á roda atravessados nas bayonetas. Huma porção destes innocentes, que por acaso voltava da escola, foi encontrada, e lançada por estes monstros em alguns palheiros, e queimados vivos (*GRJ*, 03/03/1810).

²¹² Para relato dos danos causados pelos franceses em um povoado português durante sua retirada, cf. *GRJ*, 08/06/1811, assim como a descrição de Wellington sobre os mesmos episódios (*GRJ*, 20/07/1811). Para o relato do comportamento dos soldados napoleônicos em sua retirada na Espanha, cf. ainda *GRJ*, 31/10/1812.

Um decreto da Junta Governativa espanhola, datado de 7 de fevereiro de 1809, sobre a execução de militares franceses, não pouparia detalhes sobre seu mal comportamento, dando com isso mais peso às justificativas para o cumprimento da pena capital contra o inimigo:

...os Francezes não guardam principio algum de direito das gentes na guerra injusta e barbara, que fazem á *Hespanha*; [...] faltão descaradamente ás Convenções mais solemnes, [...] continuão em todas as partes a atropellar o sagrado dos Templos, os foros da honra domestica, e os direitos da humanidade, que cada dia se ouvem cousas horríveis, que estremezem a natureza, como a morte de huma Religiosa, que se arrojou a hum poço por fugir da brutalidade *Franceza*, o desastre de huma mai, á qual, estando a dar de mamar a seu filho, cortárão estes monstros os peitos, e retalhárão depois a criança a cutiladas (*GRJ*, 26/04/1809).

Em outros relatos dizia-se que

Há poucos dias que passou por *Tours* [...] huma partida de Officiaes *Inglezes* aprisionados em *Hespanha*, os quaes testeficão repetidos exemplos de terem os *Francezes* empalado em diferentes ocasiões algumas mulheres em estado de nueza; de terem crucificado monges, e ecclesiasticos do mesmo modo; de terem degollado inhumanamente crianças de mama, e varios outros exemplos de barbaridade proprios de selvagens; e cannibaes mais deshumanos” (*GRJ*, 20/01/1810).

Poderíamos prosseguir por muitas outras páginas com os tenebrosos testemunhos das ações das tropas napoleônicas retirados da *Gazeta*.²¹³ Afinal, retomando a idéia de Midas às avessas e de força maligna que tudo aniquila, presentes na caracterização de Napoleão,

Por toda a parte, onde vão os *Francezes*, desaparece o numerario, e as alfaias, profana-se o culto, aniquila-se o commercio, e o que he mais, diminue-se a povoação: ficão as mãis [sic] sem filhos, as esposas sem maridos, resultados fataes das conscripções, que todos os annos se vão succedendo (*GERJ*, 07/04/1809).

No entanto, notemos que nestes depoimentos tanto quanto o inimigo que aflige sofrimentos e gera ódios aparecem “os leaes *Portuguezes* victimas das crueldades horríveis dos bárbaros *Francezes*” (*GRJ*, 21/08/1811); os “*Infelizes Portuguezes*, que nas suas pessoas e bens fôrão victimas da ferocidade das tropas *Francezas* nas Províncias por elles invadidas, roubadas, e assoladas” (*GRJ*, 27/11/1811). Portugal surge como uma “desolada Nação” (*GERJ*, 03/10/1808), “huma nação tão innocente, como opprimida, e insultada” (*GRJ*, 12/10/1808). Mas, após 1812, segundo um extrato da *Gazeta de S. Petersburgo*, de 11 de dezembro deste ano, retirado de uma gazeta inglesa, o feitiço estaria começando a se virar contra o feiticeiro, como a assinalar o que viria a acontecer em futuro próximo com a França napoleônica: “A estes malvados [franceses] segue tão pronto castigo, que cahem victimas das chammas nas habitações a

²¹³ Cf, entre outros, *GERJ*, 21/10/1808; *GRJ*, 26/10/1808; *GERJ*, 19/12/1808; *GRJ*, 04/02/1809; *GRJ*, 31/10/1812.

que posarão fogo, e morrem regelados nas mesmas cazas, que elles destruirão, quebrando portas e janellas” (*GRJ*, 05/05/1813).

Nas descrições acima, as atrocidades atribuídas às tropas francesas dão mostra de sua desumanidade e de seus sentimentos anti-religiosos sob a ótica dos oprimidos. Como vimos, muitas das imagens do horror por elas perpetradas mostram semelhanças entre um relato e outro. O que pode ser indício de um comportamento violento contumaz destes soldados já transtornados pelo cotidiano da guerra também pode sugerir que várias dessas imagens possam igualmente ter sido produzidas ou reforçadas tanto pelo imaginário amedrontado de suas vítimas, quanto por boatos que criam ou aumentam certos fatos. Mas, verdadeiros ou não, a questão de várias representações serem recorrentes – ataques a religiosos, mulheres e crianças, desrespeito aos lugares e objetos sagrados, saques de animais e plantações – revelam os valores, as crenças, as preocupações cotidianas e as condições materiais e mentais em que a maioria dos súditos reinóis de d. João vivia.

Bem definidos nos relatos a figura dos algozes e das vítimas reforçam, mas uma vez, a “antinomia entre ‘nós’ e ‘eles’, isto é, duas representações que traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os conflitos e os ressentimentos”, onde “‘Eles’ significa os estranhos e os traidores à comunidade; ‘nós’ designa os membros da comunidade por nascimento, residência e destino”. No cerne destas “representações globalizantes e unificadoras”, seja no que toca os grupos que se enfrentam ou as narrações dos conflitos, o lado que aparece em posição defensiva, a ostentar “a violência enquanto autodefesa”,²¹⁴ faz sua ação, diante das brutalidades recebidas, ser lida não como agressão, mas como um legítimo revide (“lavaremos no seu sangue nossas mortaes injurias”, *GERJ*, 30/09/1808). A violência e a barbaridade sempre aparecem como apanágio do outro.

O “nós” faz parte de um imaginário social que corresponde, no discurso joanino, a toda a comunidade portuguesa (metrópole e colônias) que traz em si embutida a questão da renovação imperial. Este “nós” é o termo principal que dá o cunho centrípeto da fala governamental, ainda que muitas vezes ele não apareça com todas as letras, mas seja apenas sugerido em contraposição aos exemplos do mal comportamento das tropas napoleônicas na Península. Logo, o difícil é saber até que ponto, na transposição da realidade para o relato, estes exemplos foram mais carregados de cores calamitosas, posto que exagerar este mal comportamento, dando por conseguinte um maior peso ao “eles”, implica em reforçar o “nós”. Quanto maior a ameaça, maior deve ser a coesão que implica, por sua vez, segundo

²¹⁴ **BACZKO**, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 316, todas as citações do parágrafo.

a lógica monárquica absolutista, em uma maior conexão súdito-rei, essência da estruturação simbólica do império luso.

4.3.6. A imagem da França e dos franceses na *Gazeta* ante a queda de Napoleão

Com a primeira abdicação de Bonaparte, fácil seria, no plano do discurso, fazer a França e os franceses readquirirem o crédito perdido. Afinal, como coloca o padre Perereca, via-se agora uma “França tornada a si do frenético delírio da liberdade, e fraternidade do filosofismo revolucionário”.²¹⁵ Muito contaria para essa nova imagem a volta do legítimo herdeiro dos Bourbon ao trono francês. A entrega do poder usurpado por Napoleão a um novo Luís, em maio de 1814, parecia assinalar a volta da nação aos antigos trilhos da História que haviam sido desviados pelos revolucionários. É bem verdade que estes trilhos já não eram mais os originais: Luís XVIII voltava na condição de aceitar ser um monarca constitucional. A nação francesa parecia regenerar-se, os inimigos de ontem eram redimidos e toda a violência que lhe era atribuída na retórica da guerra dava lugar a que se elogiasse “aquella amigavel generosidade, que he natural dos *Franceses*” (*GRJ*, 15/06/1814).

Livrar-se da influência política e militar bonapartista e jogar o manto real sobre os ombros de um Bourbon, como que a abafar a Revolução, sinalizavam para a Europa conservadora que o povo francês e sua pátria voltavam a seu estado natural. No entanto, o conteúdo da *Gazeta* demonstra como o retorno do imperador criaria um momento de tensão nas representações sobre a França e seus habitantes. Afinal, se ela, há pouco, mostrara-se bourbônica, como voltar a atacá-la diante da ocorrência dos Cem Dias?

A saída encontrada seria reforçar o desvinculamento entre França/franceses e Napoleão. Eles, que durante anos haviam sido apresentados quase como entidades gêmeas na caracterização negativa que receberam na folha fluminense, eram agora drasticamente arredados um do outro. Ao contrário do que vinha acontecendo, a Revolução deixava de ser, a essa altura, o grande fator de ruptura da França com o restante da Europa, para dar lugar ao imperador, o único culpado por suas catástrofes. Interessante é verificar que esta tática de desvinculação deixa de ser, entre a sua primeira e a sua segunda abdicação, um discurso dos outros aliados, para tornar-se nacional (francês). Uma auto-representação importante, do ponto de vista estratégico, para a reabilitação da França no continente, perante o concerto das demais nações e, principalmente, perante o Congresso de Viena.

²¹⁵ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 422, v. 1.

Cerca de dois meses antes de Bonaparte ser forçado a rumar em exílio para Elba, observava-se que “Na mesma *França*, a excepção de hum individuo [Napoleão], ninguem há, que não dezeje anciosamente [sic] a paz” (*GRJ*, 26/02/1814). Vemos como os interesses do governante corso e de seus governados aparecem completamente dissociados, imagem esta bem diferente de outra que encontramos, por exemplo, em 1808, quando o termo “*Francezes*” aparece como um sinônimo Napoleão:

Houve tempo, em que pensámos, que os *Francezes*, fechando o Continente, queriao fazer a guerra aos *Inglezes*, a quem chamavão inimigo commum; porém estamos bem enganados á nossa custa. Os *Francezes* querem dominar o Continente, para o roubar, para o devastar, para pôr nos seus *Thronos* *Dynastias* *Francezas*, e em fim, para fazer a todos escravos de Paris. Hoje todos conhecem, que o inimigo commum não só da Europa, e da Inglaterra, mas do Mundo inteiro são os *Francezes*; e só delles nos póde vir huma ruína inevitável (*GRJ*, 01/10/1808).

Agora, a lealdade dos franceses àquele que era seu chefe desde 1799 não deveria ser entendida como apoio incondicional, mas como uma debilidade que os havia tornado reféns das aspirações megalômanas de Bonaparte. Esta tendência discursiva, aliás, já começa a despontar com mais força em 1812, ano em que, diante do retorno do czar Alexandre para o bloco dos aliados e do aniquilamento das tropas napoleônicas na Campanha da Rússia, ganhava reforço a crença de que a dominação do imperador chegaria brevemente a um fim. Momento, portanto, em que não se fazia mais tão necessário negatizar a França e seus habitantes com vistas a dar maior peso aos ataques a Napoleão, ao colocá-los como seus comparsas. Ao contrário, era preciso apartá-los das atrocidades cometidas sob o seu comando a fim de positivá-los, já que o próximo passo, após a retirada de Bonaparte, seria reintegrá-los ao grupo das tradicionais nações, que contavam com uma política aceitável, ao restaurar o governo dos Bourbon.

Embora Napoleão devesse ser varrido do mapa, a França, uma vez liberta de suas garras, deveria, como filha desobediente mas amada, ser reincorporada a ele. Fazia-se necessário, para isso, “distinguir entre o promotor de tantos males, e o povo, de que elle fez uso para opprimir o mundo” (*GRJ*, 16/09/1815). Uma das estratégias usadas para não comprometer o povo francês quando da surpreendente volta de Napoleão ao poder seria colocar o ocorrido como obra de apenas uma parte da sociedade francesa, no caso, os militares. Assim, a fala do príncipe regente da Grã-Bretanha em Sessão do Parlamento, datada de julho de 1815, denunciava a “usurpação da Suprema Authoridade em *França* por *Bonaparte*, em consequencia da rebellião dos exercitos *Francezes* contra o seu legitimo Soberano [Luís XVIII]” (*GRJ*, 11/11/1815).

Durante a ocupação de Portugal, a França é apresentada como “a Nação, que com o mais servil abatimento se submetteo a hum tyranno tão odioso” (*GRJ*, 31/01/1809). Esta imagem, embora guarde uma atitude servil, ainda assim, dá alguma ação à França (ela “se submetteo” e não “foi submetida”). Ela também aparece aterrorizada: “*França* tão abatida, e envilecida como está pelo medo, e pela terrível

lembrança de seus males durante o governo, que precedeo ao reinado de *Bonaparte*” (*GRJ*, 31/01/1809). Em 1810, ela é colocada como

huma Nação que [Napoleão] tem reduzido ao derradeiro grão de escravidão, a quem trata, a quem dizima, a quem esfalfa; a quem rouba a honra, e fructo das suas primeiras victorias, e que hoje mesmo [ele] subjuga com mais segurança, porque faz reobrar contra *França* os povos, que ella venceo (*GERJ*, 30/03/1810).

Aqui a estratégia de Bonaparte para manter a nação calcada sob seu poder chega às raias do maquiavelismo: ao conquistar e tyrannizar outros Estados estes se voltam contra os franceses que, para se defenderem, colocam-se sob seu comando. Um ardiloso ciclo vicioso. Os trechos acima citados mostram uma França vitimada, prostrada, sem ação. Mas somos da opinião que, embora o intuito aqui também seja o de desvencilhá-la dele, esta atitude parece ser menos motivada pela necessidade de reabilitá-la, como passa a acontecer a partir de 1812, do que pelo intuito de detratar Bonaparte enquanto inimigo da própria nação que governa, como já visto no capítulo anterior.

O mesmo podemos dizer sobre outro trecho em que a França é colocada como “huma Nação, que, antes de ser victima da sua [de Napoleão] insaciavel ambição, e da sua feroz politica, renascia para a honra, e para a sociabilidade” (*GERJ*, 30/03/1810). Esse raciocínio colide com outras citações expostas anteriormente que mostravam que, antes de ser vitimizada por Bonaparte, ela aparece, senão vitimizada, ao menos contaminada e convulsionada pela Revolução. Logo, como afirmar que ela “renascia” antes de Napoleão se a imagem que se construía dela era exatamente a de que ela definhava e se corrompia? Mas, como dissemos, trata-se de uma tática discursiva e, neste caso, muitas vezes o apelo sentimental fala mais alto do que a congruência da preleção. O importante é fazer da França uma das presas napoleônicas. Ainda em 1810, o panorama que se tem dela é que “está sem commercio, sem industria, sem commodo, e além disso, tão miseravel, e mais opprimida, que os povos vencidos” (*GRJ*, 11/08/1810).

Do mesmo modo, em 1812, ela aparece, como uma “Nação escrava, consequencia necessaria do mais desenfreado despotismo” (*GRJ*, 13/06/1812), chamando-se atenção para o “Governo tyrannico, a que está sujeita a França” (*GRJ*, 26/02/1812). Ela, que até então fora referida muitas vezes como sendo este próprio governo tirânico, vê-se destacada dele, e é realçada enquanto vítima como as demais partes da Europa conquistadas por seus exércitos. Porém, como já observado, a partir deste ano, começamos a enxergar na ventilação deste tipo de representação outro desígnio que é o de restituí-la à estima pública, diante da possibilidade, que se mostrava cada vez maior, que um monarca legítimo voltasse a ocupar seu trono. Tanto assim que, após o primeiro afastamento de Napoleão, “o pranto da *França* se converteu em alegria; e aos dolorosos gemidos de hum povo consternado succederão os festivos e alvoraçados vivas de

huma nação libertada” (*GERJ*, 14/06/1814). Diante disto “a causa da *França*, e da humanidade” (*GRJ*, 15/06/1814) passavam a coincidir. No plano da oratória esta é a maneira de dizer que ela se encontra readmitida pelas potências aliadas.

Ao referir-se à volta do imperador ao poder, lemos na cópia de uma das minutas do Congresso de Viena, datada de 2 de maio de 1815, a acusação dele estar “chamando sobre a *França* feliz e tranquilla todos os flagellos da guerra interna e externa” (*GRJ*, 30/08/1815). A ação tem um agente exterior e o comprometimento dos franceses para com ele aparece como nulo. Neste mesmo contexto, ela é “a oprimida nação *Franceza*” (*GRJ*, 19/08/1815) e seus habitantes são classificados como “hum povo bravo e infeliz” (*GRJ*, 15/06/1814). Quando Napoleão parte para Santa Helena ela é vista como a “sangrada *França*” (*GERJ*, 13/11/1815). Ao comentar o posicionamento amistoso do governo joanino em relação à recente inimiga, após a queda de seu imperador, Cairu demonstra como esta imagem de passividade havia sido cristalizada ao comentar seu intento de “congrajar-se com a espirituosa Nação *Franceza*, dando perfeita amnistia *do que soffrera dos Governos Usurpadores*; logo que veio a noticia da Paz Geral”.²¹⁶

Ainda à época em que Napoleão está tentando equilibrar-se no poder, depois de sua primeira abdicação, ele é pintado como o “Dominador da *França*” (*GRJ*, 26/02/1814), “o homem, que tomou a redeas do Governo *Francez*” (*GRJ*, 27/09/1815), “O tyranno da *França*” (*GRJ*, 02/09/1815). Interessante é observar que, neste momento, ele se encontra isolado, pois nenhum outro país estrangeiro está sob seu domínio. Mesmo assim, embora ele tire apenas a França, ele continua inimigo de toda a Europa.

Deste modo, se antes da queda de Napoleão, a imagem de algoz da Europa domina igualmente as representações sobre a nação francesa, a tendência, diante do fortalecimento na crença da sua eminente saída do poder, é torná-la sua maior vítima. Podemos dizer que ele é usado como um bode expiatório a fim de redimi-la de seus pecados revolucionários e imperiais. É por intermédio de sua imagem negativada que se positiva a França. Neste ponto, é possível afirmar que, uma vez mais, imagem e contra-imagem napoleônicas partilham dos mesmos elementos. Afinal, se considerarmos que o mito do Salvador da Pátria foi uma das figuras em que Bonaparte foi encaixado no início de sua carreira – sendo, por conseguinte, um dos importantes pontos de apoio de sua Lenda Dourada –, quando, na Lenda Negra, ele é colocado como aquele que é sacrificado para a redenção da França, ele acaba por ser revestido pelo mesmo mito, ainda que sob uma roupagem mais bíblica e sem a finalidade de exaltá-lo:

²¹⁶ LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818, p. 131, parte 2, grifos nossos.

Os exercitos Aliados entrarão em *Paris* como amigos. Tantos annos de infortunio, a expoliação de tantos paizes, a morte de milhões de bravos, que cairão no campo da batalha, ou victimas dos flagellos inseparaveis da guerra, tudo se sepultou em esquecimento. *Bonaparte* solememente abdicou (*GRJ*, 16/09/1815, Proclamação do Príncipe Schwartzemberg, Commandante em Chefe do Exercito Imperial Austríaco, e dos Exércitos Aliados sobre o Alto Reno, datada do Quartel General em Hiedelberg, em 23 de junho de 1815).

Com os Cem Dias e a tensão gerada na tendência a amenizar o discurso antifrancês, a estratégia adotada para contornar esta dificuldade é concentrar toda a culpa em Napoleão, ao tirar da França a co-participação em suas perversidades, tornando-a completamente passiva na situação. Ela perde, deste modo, as características ativas que lhe eram anteriormente atribuídas, aliás, as mesmas arrogadas a Napoleão, e passa apenas a sofrer o que lhe é imposto. O inimigo comum deixa de ser a nação francesa e é apresentado exclusivamente como sendo Napoleão. Este discurso é bastante reforçado próximo da primeira abdicção e logo após a segunda. Lembremos que, em cada um destes episódios, o território francês ficaria sob ocupação militar dos exércitos aliados.

Logo, poderíamos ver também nesta estratégia discursiva uma forma dos aliados justificarem suas intervenções militares na França, visto que, ao ser representada como uma nação explorada e prostrada pelo jugo napoleônico, estaria ela à espera de que os aliados a salvassem. Em uma proclamação de Lord Wellington aos franceses, de 21 de junho de 1815 (logo em seguida à batalha de Waterloo), ele dizia: “Eu annuncio aos *Francezes* que entro no seu territorio á frente de hum exercito já victorioso, não como inimigo (excepto do Usurpador, do inimigo da especie humana, com quem não póde haver nem paz, nem tregoa) mas para ajuda-los a sacudir o jugo de ferro, que os opprime” (*GRJ*, 09/09/1815) Mas fica a pergunta: guerra por guerra, ocupação por ocupação, o que diferenciava Bonaparte dos seus inimigos coligados no momento em que o território francês via-se invadido por estrangeiros? Assim se explicam os aliados:

não he uma guerra contra sua [dos franceses] liberdade, e independencia, ou excitada por algum espirito de ambição, ou dezejo de conquista [como fora a de Napoleão], mas huma guerra filha da necessidade, estribada nos principios da conservação propria, e fundada no legitimo e incontestavel direito de obter justa seguridade, pela sua própria tranquillidade e independencia (*GRJ*, 26/08/1815).

Em 1813, era ressaltado, na *Gazeta*, “dirigir-se a guerra não contra a nação *Franceza*, mas sim contra o Tiranno” (*GRJ*, 30/10/1813). Ao referir-se ao consórcio militar formado por Rússia, Prússia, Áustria, Suécia e Inglaterra, depois da declaração de guerra à França feita pela Áustria em 12 de agosto de 1813, sublinhava-se que “Esta grande alliança não se levanta contra a *França*, mas contra a potencia dominante da *França* fóra dos seus limites” (*GRJ*, 27/11/1813). Nesta fala vemos traços da representação que dividia a nação francesa em duas: uma anterior e outra posterior à

Revolução/Napoleão. No ano seguinte, garantia-se que os “Alliados não tem intentos contra a *França*; amão, e respeitão os *Francezes* [...]. Se os *Francezes* de agora forem dignos deste glorioso nome, deixarão de pelear por huma causa, que tantas calamidades tem já derramado sobre o genero humano, e que expõe a sua reputação a tanto perigo” (*GRJ*, 12/01/1814). Reiterariam meses depois: “fazemos a guerra só contra aquelle, que a dezeja fazer eterna” (*GRJ*, 14/05/1814).

Do mesmo modo, em 23 de junho de 1815, o Comandante em Chefe do Exército Imperial Austríaco e dos Exércitos Aliados sobre o Alto Reno afirmava que a “*Europa* dezeja paz com a *França*; [e] só faz guerra ao usurpador do throno *Francez*” (*GRJ*, 16/09/1815). Mesmo quando do retorno do imperador, afiançava-se que os “allidados não tem tenção de fazer [guerra] á *França*, ou dar-lhe leis. [...] elles fazem guerra só a *Napoleão*” (*GRJ*, 26/07/1815). Este mesmo argumento seria usado por Cairu, mas deslocando-o para o período que se seguiu à eclosão revolucionária: “Hespanha e Inglaterra depois declararão Guerra, não á França (que se fez lacuna no Mappa da Europa), mas aos infieis perturbadores da Sociedad”.²¹⁷ Já durante o Congresso de Viena, o extrato de uma das minutas de conferências das potências que assinaram o Tratado de Paris, asseverava que “Ellas respeitarão a liberdade da *França* de todo o modo, que não for incompativel com a sua propria segurança, e a geral tranquillidade da *Europa*” (*GRJ*, 30/08/1815).

Este afastamento, no plano da retórica, da França e dos franceses com relação imperador ainda se daria no campo militar. Como lembra Tulard,

Il fallait donc dissocier l’armée de son empereur, présenter d’un côté un général médiocre, incapable de l’emporter sans des sacrifices considérables en hommes et en matériel, et de l’autre, des soldats admirables de bravoure, plus attachés em réalité à leur pays qu’à leur chef. A la France revenait le mérite des victoires, à Napoléon la responsabilité des défaites. Sans tenir la gloire de la Grande Armée, on détruisait le mythe du génie militaire de l’empereur em soulignant les pertes considérables que sa fureur guerrière avait coûtées à la France.²¹⁸

Exemplo disto é a afirmação, sobre Bonaparte, de que “o seu character como hum grande Chefe militar, tem sido marcado por huma serie de erros, que não se podem explicar adequadamente” (*GRJ*, 12/03/1814). Sobre a Campanha da Rússia, diz-se que, ali, Napoleão “sacrificou hum dos mais bellos exercitos” (*GRJ*, 12/03/1814). Ainda que a morte e o sacrifício possam redimir, em 1814, os soldados franceses, afinal inimigo bom é inimigo morto, o interesse aqui é criticar o comando militar de Napoleão. Os soldados franceses, depois de pronunciada pelo Senado a queda de Bonaparte, em 1814, eram colocados como “tão valentes soldados, cujo sangue tanto tempo derramado em defeza da patria,

²¹⁷ LISBOA, op. cit., p. 24, parte 1.

²¹⁸ TULARD, Jean. *L’Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965, p. 185.

daqui em diante sómente correria pela desesperação da espirante tirania e ambição, e que alistando se debaixo das bandeiras da sua querida patria, presagião o proximo complemento da grande obra da geral pacificação e da felicidade do mundo” (*GRJ*, 15/06/1814). Do mesmo modo que a França, eles passavam a ser positivados no discurso por meio do realce dado a sua exploração e passividade. Eram eles despidos da imagem de bárbaros, bestas, demônios e demais seres perversos para restarem como as “deploraveis victimas de huma ambição insensata” (*GRJ*, 08/04/1815).

4.4. A França e a vigilância na América portuguesa durante as guerras napoleônicas

Em tempos ordinarios Senhor, bastão providencias ordinarias; mas nas extraordinarias, e sobre maneira criticas circumstancias, em que se acha Portugal, a Europa, o mundo inteiro, são precisas grandes e extraordinarias providencias, para assegurar a integridade da monarchia, sustentar a dignidade do throno, e manter o socego e a felicidade dos povos.

Silvestre Pinheiro Ferreira. Memórias políticas sobre os abusos geraes e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular.²¹⁹

Vimos até agora várias das representações sobre Napoleão, a França e os franceses, antes e depois da vinda do regente. A *Gazeta do Rio de Janeiro* tendo sido a nossa principal fonte para captá-las durante o governo joanino. Nossa proposta, agora, é levantar nosso olhar das páginas do periódico em questão e voltá-lo para o gabinete de trabalho do intendente geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, Paulo Fernandes Viana. Neste movimento, queremos apreender como estas imagens negativas extravasaram o exercício da eloquência e repercutiram nas práticas de vigilância na nova Corte.

Fica difícil afirmar se os escritos influenciaram com mais vigor as práticas ou vice-versa. Preferimos visualizar o processo de influências em termos de circularidade, ao considerar a existência de um centro decisório – o rei e seus ministros – de onde partem as diretrizes de como e contra quem agir, que são transmitidas aos canais competentes – a redação do jornal fluminense ou a Intendência, por exemplo – dos quais, por sua vez, informações são enviadas ao centro, onde acabam por repercutir na tomada das novas diretrizes. O tempo todo viemos em busca de revelar estas diretrizes em meio ao conjunto de imagens divulgadas em um periódico, tentando capturar igualmente o que essas orientações

²¹⁹ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Memórias políticas sobre os abusos geraes e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular. Redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 47, parte 1, p. 2, 1884.

podiam revelar sobre os temores governamentais. Neste momento, queremos ver como o discurso antifrancês/antinapoleônico foi instrumentalizado no cotidiano da América portuguesa, gerando, por parte das autoridades policiais, condutas preventivas, baseadas, muitas vezes, em simples preconceitos, e dando lugar, em alguns momentos, a procedimentos abusivos.

Em maio de 1808, Paulo Fernandes Viana assumiria formalmente o cargo de intendente geral de Polícia na Corte do Rio, logo em seguida à sua criação. Nele permaneceu até 26 de fevereiro de 1821.²²⁰ Em sendo mais um dos órgãos administrativos transplantados por d. João, a Intendência, aqui, seguiria o modelo daquela que já existia, em Lisboa, desde o reinado de d. Maria I, criada pelo alvará de 25 de junho de 1760 e chefiada pelo famoso e temido Pina Manique. Famoso e temido, principalmente, devido às perseguições que promovia a suspeitos de heterodoxia política, adeptos dos “abomináveis princípios franceses”, como maçons e jacobinos.

A Intendência do Rio contava com ramificações nas diversas províncias da América portuguesa, todas elas subordinadas à autoridade de Viana, que se estendiam aos ouvidores, juízes de fora, desembargadores do Crime e governadores de Capitânicas.²²¹ Em um resumo de seu mandato, feito de próprio punho, Paulo Fernandes informa-nos sobre a variada gama de afazeres em que se via envolvido em sua função de intendente: “Os meus serviços foram o de creador da intendencia, arranjo de livros, matricula de estrangeiros, estabelecimento de rendas e correspondencia com as provincias”.²²² Mas, ao longo do documento, o chefe da intendência esmiúça seus afazeres no cargo, mostrando como a Polícia, na época, contava com uma série de atribuições que extrapolavam em muito aquelas a que estamos

²²⁰ Alvará de 10 de maio de 1808. Crêa o Logar de Intendente Geral da Policia da Corte e do Estado do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_9.pdf). Seria, então, substituído por Antônio Luís Pereira da Cunha. Viana, anteriormente, havia ocupado outros cargos públicos como o de intendente de capitação de Sabará (1789), e de desembargador dos Tribunais da Relação do Rio de Janeiro e do Porto (1799 e 1804) (GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, p. 724, nota 60). Ele seria agraciado com o título de conselheiro e desembargador do Paço e da Mesa de Consciência e Ordem em 17 de janeiro de 1809, com a comenda de Cristo e a doação da Estância de São Simão em 12 de outubro de 1810, assim como com a comenda de N. S. da Vila Viçosa a 6 de fevereiro de 1818 e com o título de barão de São Simão em 5 de fevereiro de 1818 (MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, passim). Paulo Fernandes Viana, natural do Rio de Janeiro, viria a falecer em 1^o de maio de 1821.

²²¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 39, parte 2, p. 65-76, 1876. Um exemplo do grande reforço dado à execução das ordens expedidas pelo intendente de Polícia nas demais esferas administrativas, que em muito demonstrava seu poder junto ao rei e a amplitude de suas competências, é a Decisão n. 16 – Brazil – Em 23 de junho de 1808 – Determina aos Governadores e Capitães Generaes das Capitânicas que façam executar as ordens que forem expedidas pelo Intendente Geral de Polícia aos Magistrados das suas Capitânicas (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_6.pdf). Sobre as redes de comunicação montadas por Viana no interior do império luso-brasileiro e os assuntos que aí eram reportados, cf. GOUVÊA, op. cit., p. 724-725.

²²² VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo em que a servio o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LV, parte 1, p. 373, 1892.

acostumados. Isso porque, além da parte policial, propriamente dita, sua administração contava também com tarefas municipais, ligadas à Corte.²²³

Assim, além da “segurança e tranquilidade publica”,²²⁴ com o patrulhamento e realização de prisões pela Guarda Real da Polícia,²²⁵ onde entram também a construção de quartéis para abrigar seus membros²²⁶ e a reforma e ampliação de cadeias, como a do Aljube, a Intendência seria responsável pelo “melhoramento de couzas que interessavam ao bem publico” voltado, especialmente, para o cotidiano urbano da cidade do Rio. Aí se incluíam o desentulhamento e o aterramento de pântanos, “com utilidade do transito e da saude publica”; a construção de pontes, que “enobrecem a cidade, e facilitam o transito em toda ella”, e de estradas “para facilitar a conducção dos viveres, e promover a abundancia na côrte”;²²⁷ o suprimento e distribuição de água com a construção de chafarizes públicos e a contratação de condutores para levá-las para determinados lugares; a iluminação da cidade, assim como a realização de obras públicas, como a do “caes do Valongo”.

²²³ Sobre o trabalho da Intendência, Elysio de Araújo fala “em duas phases perfeitamente distintas – a municipal e a policial” (ARAÚJO, Elysio de. *Estudo histórico sobre a policia da capital federal de 1808-1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 51, IEB).

²²⁴ VIANA, op.cit., p. 373.

²²⁵ Decreto de 13 de maio de 1809. Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_16.pdf). Sua criação seria sintoma de uma cidade que crescia e precisava ser controlada e vigiada, tendo ainda em vista a numerosa presença de escravos. Tratava-se da força pública da Polícia. Para um apanhado sobre a legislação que implementaria a Guarda Real ao longo do período joanino, cf. GOUVÊA, op. cit., p. 733-734. A Guarda Real seria comandada por um coronel, José Maria Rebello, “mas seu verdadeiro chefe, o homem da particular confiança do intendente, chamava-se [Miguel Nunes] Vidigal [1745-1843], e tinha apenas a graduação de Major” (PINHEIRO, Joaquim, op. cit., p. 74). “Vidigal, o cruel major” (ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003 [1854], p. 70), seria imortalizado por Manuel Antônio de Almeida nas *Memórias de um Sargento de Milícias* ganhando até mesmo o título de um dos capítulos (ibidem, cap. 5, “O Vidigal”). Ali ele seria retratado como um “rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas” (ibidem, p. 91). Portanto, ali estaria retratado, ainda que sob a linguagem romanceada, “o seu tino e perspicuidade de vistas em rastrear os delictos e apoderar-se dos culpados. Dispensava na môr parte dos casos a acção solemne e lenta da justiça, applicando uma penalidade mais simples e não menos proveitosa. Tornaram-se legendárias as cêas de camarão [surras de chibata], que pelos seus granadeiros mandava ministrar aos valdivinos, quasi sempre aproveitados para engrossarem o numero de defensores da patria” (PINHEIRO, Joaquim op. cit., p. 74). Por tudo isso passará Leonardo, o personagem principal do romance, sob a acusação de vadiagem.

²²⁶ VIANA, op.cit., p. 373. Os dados que seguem neste e nos demais parágrafos sobre os afazeres da Intendência foram retirados desta mesma obra.

²²⁷ Lenharo lembra que o crescimento da população na Corte agravaria o problema de abastecimento que chegaria a se tornar crônico. Para a análise destas crises e a busca de soluções, cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1979], p. 33-46 (cap. 1, “O abastecimento da Corte após 1808”).

O trabalho da Intendência deveria ser imenso, visto que a cidade do Rio, entre 1808 e 1822, teria sua área triplicada.²²⁸ Mesmo a parte estética da Corte, visando dar-lhe ares menos coloniais e mais conforme sua nova função de centro do poder português, seria tarefa do intendente que, em 11 de junho de 1811, exigiria por um decreto a abolição das rótulas e gelosias de madeira. Além disso, “á custa das rendas da intendencia”, casais de ilhéus viriam dos Açores a fim de “augmentar a povoação branca d’este paiz”.

A Intendência seria responsável até mesmo pela organização de solenidades públicas que ocorriam na Corte, como aquelas por ocasião do casamento da princesa d. Maria Teresa, a Aclamação de d. João e a chegada de d. Leopoldina. Segundo informava Paulo Fernandes, “era um dever da policia entrar n’estes objectos, não só pela utilidade que se tira em trazer o povo alegre e entretido, como promovendo ao mesmo tempo o amor e respeito dos vassallos para com o soberano e sua real dinastia”. Viana mostra ainda todos os seus esforços para captação de recursos para a realização de diversas obras, solenidades e projetos governamentais, como a criação do Banco do Brasil e a construção do Real Teatro São João.²²⁹

Diante de sua “demonstração”, comprovamos a largueza do conceito de Polícia,²³⁰ entendida à época enquanto “governo, e administração interna da República, principalmente no que respeita ás commodidades, i. e., limpeza, aceyo, fartura de viveres, e vestimenta; e à segurança dos Cidadãos”; policial, apresentando tanto o sentido de “introduzir a Policia” quanto o de “Polir”.²³¹ Vemos, por conseguinte, como a ordem urbana não é a única finalidade do controle policial, mas faz parte da

²²⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 26.

²²⁹ Joaquim Pinheiro destaca que “Guarda a tradição lembrança da pompa ostentosa com que no tempo de el-rei se celebravam as solemnidades publicas; mas o que poucos sabem é que semelhantes festas não custavam um real ao erario, sendo os fundos fornecidos por subscrições agenciadas pelo zeloso e popularissimo intendente-geral da policia, que dir-se-ia possuir o dom que a mythologia grega attribua a Midas” (op. cit., p. 72-73). Muito contribuiria para isto seu casamento com a irmã de Fernando Carneiro Leão, um dos mais ricos comerciantes de grosso trato do Rio, pois suas relações familiares e pessoais facilitavam a captação de recursos para a Coroa. Segundo Riva Gorestein, seu abastado cunhado “Adiantou a Paulo Fernandes Viana os recursos necessários ao bom andamento das obras públicas sob sua responsabilidade” (MARTINHO & GORENSTEIN, op. cit., p. 201). Os constantes e vultosos auxílios dados ao Estado ajudariam a firmar a posição dos Carneiro Leão na Corte joanina. Por sua vez, cabe ainda lembrar, seus interesses se veriam beneficiados pelas ações do parente intendente, como quando da construção da estrada da Polícia cujo traçado, antes de chegar ao sul de Minas, passaria junto a várias propriedades da família (LENHARO, op. cit., p. 55).

²³⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva, ao estruturar um de seus artigos, revela, pelos títulos dados às diversas partes do texto, as várias atribuições da Intendência, mostrando algumas competências que não aparecem na “demonstração” de Viana: “Polícia Política”, “Segurança Pública”, “Controle de espetáculos e festejos populares”, “Fichamento dos moradores da cidade”, “Interferência em conflitos conjugais e familiares”, “Depósito de mulheres” (enquanto esperavam sentença de divórcio ou quando não se encontravam sob a proteção de um marido ou parente), “Devassas e sumários”, “Perseguição aos marinheiros desertores”, “colaboração com o recrutamento”, “Urbanização do Rio de Janeiro”, “Colaboração com os ministros de Estado”, “Imigração de Ilhéus” e “Matrícula de Estrangeiros” (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1822*. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, julho-dezembro 1986).

²³¹ MORAIS SILVA, Antônio de. *Diccionario da língua portugueza*: recopilado dos vocabularios impressos até agora. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813 [1789], verbetes “Polícia” e “policar”, v. 2 (IEB).

dinâmica do “processo civilizador”²³² por meio do qual o Rio de Janeiro dos vice-reis deveria tornar-se a nova Corte portuguesa.²³³ Cabe ressaltar, contudo, que esta amplitude das jurisdições da Intendência na América portuguesa liga-se à “ambivalência estabelecida entre a sobrevivência do Império e a da Corte portuguesa no Rio de Janeiro”.²³⁴ Esse, portanto, é um dado que mostra como o discurso sobre a criação de um novo império diante da vinda de d. João, que se via na dependência do reflorescimento de seu poder em sua nova sede, deixa a teoria e passa a refletir no funcionamento da administração portuguesa nos trópicos. Não esqueçamos que isto também teria implicações na “hierarquização das regiões a partir da Corte”,²³⁵ para a qual muito contaria a ação do intendente. O processo de ordenamento, pacificação e estabilidade do Rio joanino, pela atuação da Intendência, torna-se fundamental neste momento, pois simboliza a possibilidade de regeneração do Império português a irradiar poder da nova Corte em direção a suas demais peças constituintes, ao demonstrar que a autoridade real poderia ser reestruturada.

Mas o que nos interessa mais especificamente neste processo é uma parte da atividade de Polícia ligada à segurança pública: a vigilância sobre os estrangeiros. Atividade esta que ganharia muita relevância no contexto dos conflitos napoleônicos. Ela ainda se impõe como parte do trabalho civilizacional da Intendência que liga muitas vezes a desordem urbana ao que é tradicional, no caso, “colonial”, mas também a vários aspectos inovadores do presente, rotulados de “liberal”, “revolucionário”, “jacobino”, “napoleônico”, “francês”. Nosso argumento é que a França, Napoleão e os franceses e suas idéias são utilizados para cultivar o medo tendo sua importância neste processo de busca de reestruturação imperial, na medida em que cultivá-los como ameaça tem como fim a intensificação da imposição da ordem (e, conseqüentemente, da unidade e da estabilidade) pela repressão.²³⁶ Como justificaria o intendente,

²³² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 2 v.

²³³ Cf. PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Lembra o autor que “corte, não se trata somente da quantidade de novos moradores, mas da qualidade desses moradores” (idem, p. 39), daí a necessidade de que fossem “polidos” – contidos, enquadrados – pela ação policial, principalmente quando esta corte européia vem se emaranhar em uma sociedade escravista e bastante voltada para o campo. Para Pechman, o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, é uma excelente representação do processo civilizatório no Brasil e da tentativa de ruptura com a “civilização colonial”.

²³⁴ GOUVÊA, op. cit., p. 713. Essa esfera de ação mais ampla do intendente Viana seria considerada “muito maior do que a outrora exercida pelo célebre intendente de Lisboa, Pina Manique, dada a especificidade do contexto imperial luso-brasileiro no início do século XIX” (ibidem, p. 724). A autora ainda lembra que esta amplitude de jurisdições da Intendência fluminense faria com que elas se chocassem com aquelas das instituições governativas até então existentes na cidade, como o Senado da Câmara do Rio. Neste texto a autora trata justamente dessa colisão de jurisdições. Para exemplos destes conflitos cf. ibidem, p. 745-751. Andréa Slemian, por sua vez, recorda que o “incremento da atuação da polícia quanto à manutenção da ordem [na nova Corte] vale também para evidenciar os temores do governo, em meio a um período de explosões revolucionárias” (SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 83).

²³⁵ GOUVÊA, op. cit., p. 723.

²³⁶ Como salienta Pechman, “Lugar do trono, a cidade é, também, o lugar do medo, pois ali ele funciona como um dos elementos constitutivos do imaginário social, na medida em que a experiência da ameaça desencadeia todo um conjunto de reações que podem ter forte impacto, seja político, social, cultural e até econômico. Na cidade, o medo é uma verdadeira

Chegado [d. João] a este paiz em criticas circunstancias, em que a França aterrava todas as potencias da Europa e mesmo mandava por via da America do Norte emissarios a perturbar a tranquillidade do Brazil e a fomentar a desordem das Americas espanholas, que despezas e que fina vigilancia não foi necessario empregar para baldar todos estes esforços, segurando assim a tranquilla residencia de Sua Magestade n'este paiz?²³⁷

Notamos nas palavras de Paulo Fernandes como a conjuntura bélica é usada para abonar gastos e medidas de controle. Vemos, inclusive, como no discurso dos burocratas joaninos até mesmo a semelhança dos termos usados parece apontar para uma visão coesa sobre os perigos que se corre e que devem ser enfrentados. Assim, Viana fala em “criticas circunstancias”, do mesmo modo como Silvestre Pinheiro Ferreira, estadista e conselheiro de d. João, no trecho por nós utilizado como epígrafe, refere-se às “extraordinarias, e sobre maneira criticas circunstancias”. Se o intendente discorre sobre a necessidade de uma “fina vigilancia”, Ferreira defende a obrigação de “grandes e extrordinarias providencias”. Se este diz que a excepcionalidade da ocasião que, por sua vez, leva à excepcionalidade de ações, é “para assegurar a integridade da monarchia, sustentar a dignidade do throno, e manter o socego e a felicidade dos povos”, o outro coloca o imperativo de, com a ajuda delas, zelar pela “tranquilla residencia de Sua Magestade n'este paiz”.

Antes de prosseguirmos, vale a pena dar a palavra ao famoso padre Perereca. Em suas *Memórias*, ele dedicaria algumas palavras elogiosas à criação da Intendência de Polícia:

Como não seriam as armas assás suficientes para debelar os franceses, se não houvesse toda a cautela de preservar o Brasil de tão danadas harpias que aonde chegam tudo corrompem com o pestífero hálito das suas revolucionárias, e irreligiosas doutrinas, pelo alvará de 10 de maio determinou o Príncipe Regente Nosso Senhor criar nesta Côrte do Brasil o lugar de intendente geral da polícia, o qual fôsse um vigilante sentinela da segurança pública, fazendo arredar dos nossos lares os espíões, e partidarios dos franceses; e também velasse sôbre os crimes secretos que, forjados nas trevas em clubes, e lojas, arrebatam com explosão terrível com manifesta ruína do Estado, e da Religião, ou dos mesmos autores da explosão; sendo mais prudente, e do interêsse público prevenir antes o mal do que castigar os malfeitores; e da mesma sorte impedisse a intrusão de pessoas suspeitas, purgasse a cidade de vadios, e mal procedidos, castigasse os perturbadores da ordem civil, e das tranquillidades das famílias, e os corruptores da moral pública. Tão importante, e delicada missão foi dada por Sua Alteza Real ao nosso honrado patricio, o desembargador Paulo Fernandes Viana.²³⁸

virtude, pois serve à qualificação/requalificação do mundo, tornando-o mais compreensível, na proporção em que o divide entre o bem e o mal, a ordem e a desordem, o ócio e o negócio, o trabalho e a vadiagem etc. É na cidade, enfim, que o poder, diante daquilo que lhe parece ameaçador, atualiza-se, redimensiona-se em suas várias instâncias e se prepara para enfrentar o medo” (PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 108-109).

²³⁷ VIANA, op. cit., p. 379.

²³⁸ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 251, v. 1, grifos nossos.

Interessante em seu apanhado é verificar o destaque dado por ele ao combate aos franceses e seu ideário subversivo no conjunto das atividades do intendente. Isso nos leva a pensar a importância dada na época a este controle e como ele se fazia presente no dia-a-dia da América portuguesa depois da chegada da Corte. Transborda o preconceito contra os franceses, colocados como os grandes inimigos do Trono e do Altar e contagiadores de todas as atitudes de contestação à Coroa. Como se vê, Perereca denuncia uma série de atividades sub-reptícias e perversas, letais à monarquia, que se completam com as manifestações corriqueiras da quebra da ordem na cidade – os vadios, os mal procedidos, os perturbadores. Sem dúvida o trabalho da Intendência é visto como um grande dique às ameaças do inimigo (interno e externo) e para a preservação da idoneidade ideológica e física dos súditos joaninos.

Retornemos, agora, a 1808: ano da chegada da Corte ao Rio, ano da abertura dos portos, ano da declaração oficial de guerra aos franceses, ano da criação da Intendência de Polícia. Todos estes acontecimentos, ocorridos entre os meses de março e maio, entrecruzam-se na dúvida que o intendente Viana remete ao ministro Fernando José de Portugal, em 17 de junho:

Procurão nesta Intendencia alguns Extranjeiros Passaportes para se passarem a Minas, e a outras povoaçoens do Interior; e ainda das Capitancias Marítimas. Antes da Corte se achar aqui estabelecida, [...] era vedado isto [emitir passaportes a estrangeiros], mas agora bem q deva já conciderar por outro modo este negocio, preciso q V. Ex^a me declare se devo ou não dar passaportes aos estrangeiros, que querem ir procurar a sua vida neste Paiz, ou que já se entram nele não sendo Franceses com quem a Guerra está declarada.²³⁹

À primeira vista, salta a constatação de um dos principais efeitos colaterais da abertura dos portos: o aumento do fluxo de estrangeiros a circularem pela América portuguesa. Muitos deles não só de passagem, mas procurando nela fixar-se. Se antes a presença estrangeira era oficialmente restringida, um novo problema surgia: como controlar devidamente sua entrada, saída e permanência? Em meio a esta questão percebe-se que a preocupação do governo não se voltava apenas ao aumento da vigilância na nova Corte, mas, principalmente, ao impedimento da entrada de “Franceses com quem a Guerra está declarada”. Tratava-se de reforçar o “cordão sanitário” às idéias revolucionárias que eles poderiam trazer na bagagem e às atividades de espionagem correntes em época de conflitos bélicos.

Em 29 de março de 1808, Viana abria, mediante uma recomendação do ministro d. Rodrigo datada do dia anterior, um livro “para a legitimação dos estrangeiros na Polícia”. Nele eram registrados o dia em que se apresentara, o nome, a naturalidade, o porquê de aqui ter vindo, assim como a declaração de quem ali conhecia.²⁴⁰ Fazia-se importante saber se vinham de países suspeitos ou em guerra com

²³⁹ ANRJ, GIF1 6J78 (1) - Viana a Fernando José de Portugal em 17 de junho de 1808.

²⁴⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822). *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, nº X, p. 299-300, 1995.

Portugal. E, nesse ponto, os franceses já entravam em desvantagem. Mas o problema do controle mais efetivo sobre a movimentação dessas pessoas pelo interior da América portuguesa continuaria. Ao seguirmos a legislação do período vemos que apenas em 1820 um decreto regularia com maior rigor a fiscalização da apresentação e emissão de passaportes para a circulação de estrangeiros.²⁴¹ É ainda o intendente Viana quem nos esclarece sobre como esse controle era feito, ainda que com restrições:

Os que entrão nesta Corte, ou sejam Nacionaes, ou Estrangeiros são de bordo conduzidos por exemplo a diversas estaçoens, e huã dellas he esta Intendencia: aqui há Livros em que assentão, ou declarão seus nomes, e as pessôas que os conhecem, ou aquem vem recomendados, e a Caza para onde vem rezidir, e como pela maior parte no mesmo dia em que desembarção, muitas ainda não sabem onde devem ficar, promettem tornar, e de ordinario não voltam. Fica por tanto inutilizado o fim para q isto se faz, por que o Intendente vendo este Livro huma vez por outra, torna a procurar por esta falta, que não ficou sanada, e humas vezes se remedeia, e outras não, por que já tem o homem entrado para o interior do Paiz, ou tem sahido: o Intendente dividido em outros cuidados, não vê por tempos este Livro, e de ordinário hé só quando se faz preciso procurar o homem por alguma circumstancia, e por algua informação que delle se exige...²⁴²

O artista francês emigrado Debret recorda-se que, após haver entrado na Baía da Guanabara, em 1816, antes do desembarque de qualquer um dos passageiros, o navio em que chegara esperara “as visitas das comissões sanitária e militar da cidade, encarregadas de visar nossos passaportes, e finalmente da alfândega que colocou guardas a bordo a fim de impedir o desembarque de quaisquer mercadorias”.²⁴³ Mas, além dos registros escritos relativos à entrada de estrangeiros e da emissão de autorizações para que eles se deslocassem pelo interior do Brasil (que eram vendidas e chamadas de passaportes),²⁴⁴ havia também uma rede de informantes da Intendência que eram responsáveis por um controle não declarado daqueles que aqui entravam provenientes de outras nações: os “moscas”, como eram vulgarmente chamados. O viajante prussiano Leithold, ao fazer um trocadilho entre o inseto que abundava na Corte tropical e os agentes que frequentavam os espaços de convivibilidade públicos da Corte em busca de novidades comprometedoras, escreveria:

Devido às nuvens de môscas que se encontram nos Cafés, nenhum estrangeiro pode nêles demorar-se. Mais familiarizados com êsses insetos, os brasileiros suportam-lhes melhor o incômodo; pelo visto estão conformados com sua presença diária, entra ano sai ano, ao

²⁴¹ Cf. Decreto de 2 de dezembro de 1820. Manda exigir passaporte das pessoas que entram e sahem deste Reino do Brazil (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_27.pdf e http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_28.pdf).

²⁴² ANRJ, GIF1 6J83 (1) - Viana a d. João em 24 de novembro de 1816.

²⁴³ **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 118.

²⁴⁴ No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro os códices 386 (Receita da venda de passaportes e passes na Polícia) e 371 (Matrícula de Estrangeiros - apresentação de Passaportes na Polícia) guardam exemplos destes registros de estrangeiros feitos pela Intendência no período joanino.

passo que entre nós [...] tratamos por todos os modos de lhes evitar o zumbido e as picadas.²⁴⁵

Este informantes eram, sem dúvida, uma alternativa para driblar os pontos falhos dos registros causados pela sobrecarga de serviço ou pelo descaso, intencional ou não, daqueles que aqui entravam. Uma forma de se imbricar com mais eficiência na massa de habitantes e visitantes da capital de maneira “permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível”.²⁴⁶ Sobre o serviço de “espionagem sobre estrangeiros para se ter pleno conhecimento da sua conducta”, Viana diria que “consume grandes somas, e sem ella se anda sempre às escuras”.²⁴⁷ A justificativa para que esta tarefa fosse tão “dispendiosa”, acrescenta o zeloso funcionário de d. João, viria do fato de que

não se pode encarregar senão as pessoas mais limpas, que saibão as lingoas, que frequentem os seus [dos estrangeiros] jantares, e concorrão com elles nos Theatros, nos passeios, divertimentos publicos, que os brinde nessas mesmas occazioens, e nos convites que lhes devem fazer para adquirirem mais a sua confiança, e poderem chegar aos seus fins.²⁴⁸

A criação, em 1814, do cargo de intérprete de línguas estrangeiras junto à Intendência,²⁴⁹ mediante um ofício do intendente de 26 de janeiro do mesmo ano, para o qual seria nomeado Eusebio Querino Procopio Ricão Salgado, demonstra como os assuntos relativos aos não-nacionais deveriam ser constantes na repartição, implicando em inquéritos e ações judiciais, visto que tal intérprete, além de servir na Secretaria da Intendência, deveria também “assistir aos processos e diligencias em que entervenham estrangeiros”.²⁵⁰

Em abril de 1808, o intendente era alarmado por um aviso de d. Rodrigo. Exigia o ministro a averiguação e, se necessário, a prisão de um genebrino e de um português desembarcados na Corte, de um navio vindo da capital do Reino. Segundo consta da apreciação do caso feita por Viana, o genebrino declarara “que se occupava na fabrica de tabaco de Lisboa” e que havia vindo “para aqui fazer rapé”, enquanto seu companheiro de viagem afirmara que “nascera no Porto e estava em Lisboa com loge [loja]

²⁴⁵ **LEITHOLD**, Theodor von & **RANGO**, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821], p. 21.

²⁴⁶ **FOUCAULT**, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 188.

²⁴⁷ ANRJ, GIF1 6J83 (1) - Viana a d. João em 24 de novembro de 1816, ambas as citações.

²⁴⁸ Idem. Schultz lembra que Viana, no fim década de dez, ou seja, quando Napoleão já havia deixado o poder, chegaria a trabalhar com informantes de nacionalidade francesa, como Geine de Cailhé e Tremeau. Este último, por exemplo, sendo responsável por reportar as atividades de hispano-americanos residentes no Rio suspeitos de ligações com a Maçonaria (**SCHULTZ**, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal court in Rio de Janeiro (1808-1821)*. New York/London: Routledge, 2001, p. 138, nota 53).

²⁴⁹ Decisão n. 4 – Brazil – em 3 de fevereiro de 1814. Crea um Interprete de linguas estrangeiras na Intendencia geral da policia (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_47.pdf).

²⁵⁰ Idem.

aberto d'ourives e hera ali muito conhecido de pessoas que aqui se achão”. Ficamos sabendo ainda que, mesmo antes do aviso do ministro, ambos já haviam se apresentado à Intendência após o desembarque, o que contava positivamente para a avaliação de Paulo Fernandes que, em seu ofício, concluía que não lhe “pareceo conveniente depois desta voluntária appresentação proceder a prizão delles... nada entendo que haja de recear”.²⁵¹

Mesmo não tendo acesso ao aviso original, mas apenas à ponderação feita por Viana, é possível perceber que o eixo central da apreensão do ministro é a França e seus “abomináveis princípios”. É o que se infere das observações do intendente sobre serem “elles fabricantes de que precisamos e *desligados de principios revolucionarios*, hum nacido em Portugal, e outro em *Genebra bem que hoje seja da proteção da França*” e que, completava ele, “não há com estes nem com outros *motivo algum nem sequer provável de pôr S. A. R. em susto ou em desgosto*”. Qualquer leve ligação com a nação inimiga causava desconfiança e poderia levar à cadeia. Tanto que Viana admite que, caso d. Rodrigo queira, “será facil prendelos”.²⁵² Isto demonstra que a Intendência, de acordo com o interesse do governo, poderia agir de forma discricionária, ainda que ele afirme, em seguida, que “os nossos procedimentos devem sempre partir dos principios de Justiça”.²⁵³ No entanto, fácil é, em tempos de guerra, justificar medidas de exceção e, desta forma, torcer da maneira que convém os tais “principios de Justiça”, principalmente quando o que está em jogo é a segurança da monarquia.

Reparemos também na menção de Viana ao fato de os suspeitos serem “fabricantes de que precisamos”. Ela demonstra a necessidade, em meio à escravidão que imperava, da entrada de profissionais qualificados, brancos, no momento em que se estabeleciam a total liberdade para manufaturas e fábricas no Brasil e a presença da Corte que trazia consigo padrões mais elevados de consumo e, portanto, maior necessidade de atividades especializadas para atender este consumo.²⁵⁴ Sem dúvida, no trabalho policial de triagem dos imigrados a serem admitidos, deveria ser constante a tensão causada pela demanda de mão-de-obra interna, visando o incremento das atividades mecânicas e da agricultura na América portuguesa, e pela suspeita, como nos deixa entrever Viana. Neste caso,

Importava munir-se de aperfeiçoados cadinhos que extremassem o ouro do cascalho, ou, deixando figuras, que lhe fizessem distinguir o hospede util, de cujos braços ou

²⁵¹ ANRJ, Polícia, Códice 318, Registro de Avisos, Portarias, Ordens da Polícia da Corte, v. 1 (1808-1809), Registo do Officio dirigido ao Ministro d'Estado dos Negócios de Guerra por Paulo Fernandes Viana em 27 de abril de 1808, f. 11 ou 5v (todas as citações do parágrafo).

²⁵² Idem, f. 11 ou 5v, grifos nossos.

²⁵³ Idem, f. 12 ou 6.

²⁵⁴ Cf. nesta tese item 5.1., “A corte fluminense e sua face cosmopolita”.

intelligencia o paiz tanto carecia, do emissario de occultos inimigos, ou aquelles que por propria iniciativa aprazem-se em propagar perniciosas doutrinas.²⁵⁵

Assim, a conveniência que o padre Perereca vê na abertura dos portos – pois “de todas as partes do globo habitadas por homens civilizados, industriosos, e comerciantes, concorrem tão grande cópia de estrangeiros”²⁵⁶ – torna-se uma ameaça para a segurança da monarquia portuguesa. Mas Luccock, que aqui esteve, ao analisar a situação com as lentes de comerciante inglês que era, ao voltar sua preocupação para a competitividade do mercado internacional, advertia que, ainda que fosse a favor que o governo devesse “manter com firmeza a rígida administração da justiça”, sabia bem ele que

muitos dos seus homens influentes temem êsses recém-vindos, não apreciando os princípios que muitos dêles trazem consigo. Todavia é preciso que êsses fiquem sabendo que cada emigrante que êles recusarem receber, estarão assim mandando para outro estado que afinal se tornará rival do Brasil...²⁵⁷

No período de aproximadamente cinco meses que separa suas palavras a d. Rodrigo, a que fizemos referência, de um ofício expedido ao Ouvidor do Crime da Bahia, datado de 19 de setembro de 1808, ficaria visível a mudança de Viana ao tratar de suspeitas sobre estrangeiros. Dizia ele, sobre um tal Paulo Mahon: “he necessário estar alerta sobre elle e outros [sic] de que lhetendo [sic] exemplo [sic] e em geral sobre todos os Francezes e Italianos chegados depois que S[ua]. Alt[eza]. R[eal]. sahio de Lisboa pois que consta andarem m[ui]tos disfarçados como espias a serviço do Imperador dos Francezes propagando as suas máximas”.²⁵⁸ Lembremos que a menção aos italianos, como potencialmente perigosos, devia-se ao fato de Napoleão ter sido coroado Rei da Itália em 1805. Realmente, a apreensão com estes “espias” não era tão desligada da realidade, como lembra Grieco ao comentar sobre as agitações independentistas na América Espanhola:

Napoleão se preocupou em incentivar êsses movimentos emancipadores, remetendo para estas terras ultramarinas inúmeros agentes e emissários, com instruções precisas, encarregados da difusão de prospectos e proclamações políticas; êsses agentes eram recrutados no Ministério da Polícia – na fauna variadíssima da espionagem secreta no estrangeiro.²⁵⁹

A figura do espião napoleônico seria uma das mais recorrentes rotulações que recairiam sobre o indivíduo que inspirava desconfianças nas autoridades joaninas no que dizia respeito a comportamentos políticos considerados desviantes, especialmente quando se tratava de pessoas de origem francesa. A

²⁵⁵ PINHEIRO, Joaquim, op. cit., p. 75.

²⁵⁶ SANTOS, op. cit., p. 453, v. 1.

²⁵⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 398.

²⁵⁸ ANRJ, Polícia, Códice 318, Registro de Avisos, Portarias, Ordens da Polícia da Corte, v. 1 (1808-1809), Registo do Officio expedido ao Ouvidor do Crime da Bahia por Paulo Fernandes Viana em 19 de setembro de 1808, f. 153.

²⁵⁹ GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 75.

Gazeta também ajudaria na cristalização desta representação no imaginário da época, referindo-se às “tentativas de *Bonaparte* para inundar o Hemispherio Occidental com seus detestaveis espias e emissarios secretos” que “damnados como toupeiras vão solapadamente trabalhando” (GRJ, 21/11/1810, ambas as citações). Mesmo os habitantes da França não escapariam à sua ação, afirmando-se “que em *Paris* de cinco homens hum he espia” (GRJ, 29/05/1811). Uma anedota seria divulgada no periódico para demonstrar a que grau chegara a espionagem na capital do Império napoleônico. Conta-se que Fouché, chefe da Polícia de Bonaparte,

recebeo a denuncia da conversa de quatro differentes pessoas, que estavam jantando em huma salla particular de huma casa de café de *Paris*; succedeo que todos erão espias, mas não se conhecião: e tendo todos fallado contra o Governo, com o fim de faze cahir os outros, todos se denunciarão mutuamente!!! (GRJ, 29/05/1811).

Mas, voltando ao documento de 19 de setembro de 1808, de maneira categórica o intendente assevera que “todos os que se acharem suspeitosos se devem prender e com papeis e tudo o quanto nelles for, virao remetidos a esta Corte para me serem entregues”.²⁶⁰ Como se vê, a tranquilidade e brandura demonstradas anteriormente por ele dão lugar à intolerância e extrema suspeição. Não nos esqueçamos que deveria pesar para o acirramento de sua conduta a declaração oficial de guerra a Napoleão, de 1º de maio deste mesmo ano. O líder da França aparecia para o governo português como uma criatura que procurava lançar seus tentáculos – “espias” – sobre a América portuguesa e a mera desconfiança de ser um destes prolongamentos da malignidade napoleônica deveria levar ao cárcere preventivo. A apreensão era tamanha que tais suspeitos contavam até com um status maior que os outros, pois, ao invés de serem interrogados localmente, deveriam ser remetidos ao Rio, ao próprio Viana.

Este seria o caso do francês João Jacques Le Piyer que havia sido enviado, em cumprimento a essas recomendações, pelas autoridades da Paraíba, e se encontrava preso na Fortaleza de Villegagnon a fim de, só então, “se decedir se elle está no Cazo de ser esempto de suspeita e obter a sua liberdade”. Segundo “os papéis inclusos com que elle se legitima”, teria chegado o indiciado há cerca de dez anos no Brasil, portanto, “quando estávamos em boa intelligencia com a França”, na qualidade de cirurgião de um navio. Uma vez aqui instalado na povoação de Mamangoape, teria se casado (e depois enviuvado) e ali servido, inclusive, como Procurador do Conselho, “ainda q foi depois removido pela qualidade de

²⁶⁰ ANRJ, Polícia, Códice 318, Registro de Avisos, Portarias, Ordens da Polícia da Corte, v. 1 (1808-1809), Registo do Officio expedido ao Ouvidor do Crime da Bahia por Paulo Fernandes Viana em 19 de setembro de 1808, f. 153 (ambas as citações).

extrangeiro”. Ultimamente, tinha uma “loge aberta de fazenda sempre bem quisto e sem nota em contrário”.²⁶¹

Como se pode perceber, trata-se de pessoa de ocupação e reputação comprovadas, contando aparentemente com respeito e boas referências locais que lhe teriam valido até um cargo público. Todo este quadro fazia dele alguém, a princípio, acima de qualquer suspeita, não fosse sua nacionalidade e a indisposição entre sua nação e Portugal. Diante das qualificações apresentadas a seu favor, é Viana mesmo quem confessa estar persuadido de que “Tudo isto me faz crer que só veio pela qualidade de Extrangeiro, e extrangeiro Francez”.²⁶² Vemos que o ônus da prova não cabia ao acusador mas ao acusado, sendo ele culpado (e preso) até que se provasse o contrário. Tanto que Viana conclui, ao dirigir-se ao ministro d. Rodrigo, que tendo sido informado, por aviso imediatamente posterior à declaração de guerra contra a França,

q S.[ua] A.[lteza] não considerava os Francezes existentes no Pais como presioneiros de Guerra, antes não queria contra elles procedimento algum senão quando se fizessem suspeitos, devo por estes princípios dizer q o suplicante nem o está, nem por tal me consta que viesse em taes atestações da Câmara da terra em q esteve [...]. [...] pode ser relaxado e mandado outra vez para ali [Paraíba], donde nenhum mal pode fazer...²⁶³

Embora a conduta geral do governo joanino para com os franceses residentes na América portuguesa, segundo as palavras de Viana, aparecesse na teoria colocada em termos amistosos e não discricionários, mesmo a partir do reconhecimento oficial da indisposição entre as duas nações, não sendo eles considerados de antemão prisioneiros de guerra, fato é que o preconceito aliado aos temores da guerra e ao cumprimento de ordens superiores devem ter ocasionado muitas medidas arbitrárias como a acima relatada. Em Pernambuco, por exemplo, por avisos datados de 11 e 22 de maio, 31 de julho e 10 de setembro de 1808, as autoridades recomendavam a vigilância quanto à entrada de franceses e italianos.²⁶⁴ Mesmo antes de 1808, encontramos franceses arrolados em uma devassa, como aquela relativa à Inconfidência do Rio de Janeiro (1794). O professor de língua João de Sezaron e o negociante Jacob Meunier seriam os únicos estrangeiros a constarem da tal devassa, ainda que na qualidade

²⁶¹ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 1, Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra datado de 28 de março de 1809 (escrito por Viana), f. 15v, todas as citações do parágrafo.

²⁶² Idem, f. 15v.

²⁶³ Idem, f. 16.

²⁶⁴ **BERNARDES**, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: **ANDRADE**, Manuel Correia de & **FERNANDES**, Eliane Moury (orgs.). *O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1992, p. 83, nota 5.

testemunhas e não de acusados. No entanto, “foram arrolados por razões óbvias”,²⁶⁵ ou seja, porque sua condição de nascidos na França fazia com que estivessem sob a mira das autoridades.

O “senão quando se fizessem suspeitos”, colocado por Viana, era o que dava margem a que o discurso liberal e amigável se transformasse em desconfiança e arrestamento imediatos pelo simples fato de ser francês. A nacionalidade, neste caso, acabava por gerar prejulgamentos sem maiores fundamentos além das representações negativas que, como vimos, circulavam nestes tempos, fermentadas no imaginário pela pressão do momento de conflito. É uma destas cristalizações que transparece nas palavras do intendente, quando ele afirma “a respeito da gente desta Nação [França] [...] [que] desde que se mostrarão tão pérfidos, e nos forçarão para lhe declararmos guerra, [...] nem de todos em Geral, nem de cada hum em particular confio couza alguma q moralidade e honra tenha”.²⁶⁶

Talvez seja este mesmo preconceito que se faz presente em outro ofício redigido pelo intendente ao Juiz do Crime do bairro de São José a respeito do relojoeiro francês João Baptista Pletie. João Baptista Hugon, professor de língua francesa de mesma nacionalidade,²⁶⁷ acusava-o de lhe ter entregado um relógio seu para consertar, o que Pletie negava. No entanto, mediante uma busca, fora achado com o relojoeiro o tal relógio que ele continuava a negar ser de Hugon e dizia, sem comprovar, ter comprado no Juízo de Ausentes da Bahia. Assim, solicitava Viana que se procurasse saber de sua “vida e costumes” e “conhecer-se da sua conducta aqui e na Bahia por q sendo *Francez Ladrão* não se deverá tolerar com elle”.²⁶⁸ O fato de se realçar aqui tanto sua origem quanto o crime de que era acusado faz-nos pensar até que ponto o fato de ser da França aumentava a desconfiança das autoridades policiais contra Pletie.

Ainda que 1811 se apresentasse como um ano mais tranquilo em Portugal – visto que Masséna havia sido derrotado pelo exército coligado comandado por Wellington na Batalha do Buçaco (setembro de 1810) e que as tropas napoleônicas já haviam praticamente deixado o Reino –, este seria um ano tenso para o intendente a contar por sua correspondência. Revela ele que “pelas noticias publicas [...] se deve recear q. por via dos Americanos o Imperador dos Francezes faça passar ao Brasil espias revolucionarias”.²⁶⁹ Diante disto, requeria ele ao Intendente do Ouro

²⁶⁵ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 88.

²⁶⁶ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 1, Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra datado de 28 de março de 1809 (escrito por Viana), f. 16-16v.

²⁶⁷ Cf. “Hugon, João Baptista” no *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 161.

²⁶⁸ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 2, Registro de Officio expedido ao Juiz do Crime do Bairro de S. Jozé (por Viana) datado de 5 de dezembro de 1810, f. 6v e 7, respectivamente, grifos nossos.

²⁶⁹ ANRJ, Polícia, Códice 329, Registro dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminaes dos Bairros emais Ministros da Corte, Comarcas e Camaras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812), Registro do Officio expedido ao Intendente do

empregar a maior vigilancia no exame da tripulação e passageiros não só examinando os seus passaportes, mas tão-bem as suas caixas e baús, para q. não suceda q. passem proclamas, e manifestos revolucionarios, tendo em vista q. elle [Napoleão] emprega nisto Italianos, Alemães, e gente de outras nações ainda mesmo Hespanhoes adidos ao partido de Jose Bonaparte...²⁷⁰

Possivelmente, este momento de alarme para as autoridades tenha colaborado para a prisão de Luiz Nicolao, no Rio, e José Marenier, na Villa de Alagoas, ambos por “serem Francezes, e ter-se suspeitas de q. poderiam ser espias”.²⁷¹ Mas, segundo o intendente, ao admitir que tais suspeitas estariam “desvanecidas ou ao menos não são bem fundadas”, é ele da opinião de que

não devem aqui estar, e entendia q. em algum Brigue de Guerra ou nos Correios deverião ser mandados para Portugal para seguirem para Inglaterra e *limparmos o Brazil desta raça que julgo aqui muito prejudicial* por q. assim se tem mostrado em toda parte não parecendo humano nem prudente q. sem culpa apodreção na Cadeia...²⁷²

Ainda que sem provas conclusivas sobre a culpa dos dois francezes, Viana parecia não estar convencido de que não fossem espões napoleônicos. Talvez por querer se ver livre de elementos tão indesejáveis por suas possíveis ligações subversivas ou visando mesmo que fossem definitivamente incriminados a partir de outra investigação, daria ele ordens ao Juiz do Crime do bairro da Candelária, datadas pouco mais de um mês depois, de embarcá-los, “juntos ou separados nos próximos navios q.

Ouro [da Corte e Comarca do Rio de Janeiro] por Paulo Fernandes Viana em 5 de abril de 1811, f. 29. Grieco comenta que “os Estados Unidos, advogados em toda linha dessa independência americana, no mais curto prazo e da maneira mais completa possível, auxiliariam os passos desses espões francezes, favorecendo-os de todas as maneiras, a ponto de afirmarem convictamente os agentes consulares espanhóis em Filadelfia e Baltimore que todas as autoridades americanas haviam sido compradas pelo ouro de Napoleão...” (GRIECO, op. cit., p. 77). Por sua vez, Oliveira Lima afirma que, enquanto defensor das idéias absolutistas, o ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho nutria fortes suspeitas acerca de espões francezes e repúblicas. Mediante insinuações de Strangford e Casa Irujo, representantes da Inglaterra e da Espanha na corte joanina, essas suspeitas se acirriariam, levando d. Rodrigo a implementar medidas mais severas para o controle de embarcações vindas dos Estados Unidos, ainda que sob o pretexto do resguardo da saúde pública, visando impedir a entrada clandestina de emissários napoleônicos, do que muito se ressentiu o ministro americano aqui chegado em 1810 (LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 140-141).

²⁷⁰ ANRJ, Polícia, Códice 329, Registro dos Offícios e Ordens expedidas aos Ministros Criminais dos Bairros e mais Ministros da Corte, Comarcas e Cameras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812), Registro do Offício expedido ao Intendente do Ouro [da Corte e Comarca do Rio de Janeiro] por Paulo Fernandes Viana em 5 de abril de 1811, f. 29v.

²⁷¹ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 3, Registro de Offício expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Extranjeiros e da Guerra (por Viana) datado de 30 de julho de 1811, f. 60. Grieco reproduz em sua obra um relatório de Alexandre José Curado de Figueiredo Albuquerque sobre um “interrogatório a que submeteu um certo José Marinier, cirurgião dentista, que se dizia italiano, mas de quem se suspeitava fosse francês e espão a soldo de Fouché” (GRIECO, op. cit., p. 82), comentando que este documento não trazia data. Não nos parece haver dúvidas, contudo, de tratar-se da mesma pessoa que aparece na documentação de Polícia citada. Grieco transcreve o relatório na íntegra (idem, p. 82-87) e por ele vemos que além da mentira acerca de sua nacionalidade, Marenier se complica em seu depoimento ao mostrar “assentir ao sistema mais ímpio contra a nossa verdadeira religião e contra o trono” (apud, idem, p. 82), não deixando ainda “de dar noticias grandes de Volter (Voltaire), Rossó (Rousseau), Pirão (Piron) e Bossuet” (apud, idem, p. 86-87).

²⁷² ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 3, Registro de Offício expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Extranjeiros e da Guerra (por Viana) datado de 30 de julho de 1811, respectivamente, f. 60 e f. 60-60v, grifos nossos.

sahirem deste Porto para o de Lisboa”,²⁷³ devendo lá, por sua vez, serem eles entregues ao Intendente Geral da Polícia. A importância que dava ao caso (e uma certa afobação em encaminhá-lo) revela-se quando Paulo Fernandes recomenda ao Juiz, no início do mês seguinte,

fazelos embarcar ou no Navio Indiana, ou no S. Tiago ou em qualquer outro q. primeiro haja de sahir para Lisboa. O Capitão deve assignar recibo de os receber para entregar com o Officio incluzo em Lisboa ao Intendente Geral da Policia. Na occazião do embarque lhe darei escolta para serem postos a bordo com toda a segurança.²⁷⁴

Mas os nacionais também não escapavam da suspeita de “espias” de Bonaparte, como revela Istvan Jancsó que recorda que Domingos Borges de Barros, membro de uma ilustre família do Recôncavo baiano, que “notabilizou-se como diplomata e homem público, vindo a ser agraciado com o título de visconde da Pedra Branca durante o Primeiro Reinado”, seria igualmente “tomado por agente revolucionário da França napoleônica quando de seu retorno ao Brasil em 1811”.²⁷⁵

Ainda em 1811, encontramos os tripulantes da Galera “Alegria Constante”, vinda de Liverpool, na mira das investigações da Intendência de Polícia. Sobre ela havia sido feita uma denúncia de que “uzou sempre de Bandeira Ingleza no mar, e só a barra içou a Portugueza, e tras hum *Espanhol Cozinheiro q. constou ser Francez*, tres Suecos, e varios outros de que so se apresentou aqui hum irmão do Porteiro da Casa Inglês q. está a servisso de S. A. R”.²⁷⁶ Por esta suspeita vemos que deveria haver casos de pessoas vindas da França que, mesmo de passagem, para evitarem ver-se comprometidas, possivelmente alertadas da tendenciosa vigilância policial na América portuguesa com relação àqueles de nacionalidade francesa, mentiam sobre seu real local de origem.²⁷⁷

Como vimos, o número de pessoas em circulação nas cidades, principalmente aquelas maiores e portuárias, como Rio e Salvador, aumentara desde a abertura dos portos. Visitações aos barcos que

²⁷³ ANRJ, Polícia, Códice 329, Registo dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminaes dos Bairros emais Ministros da Corte, Comarcas e Camaras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812), Registo de Officio expedido ao Juiz do Crime da Candelária por Paulo Fernandes Viana, em 7 de setembro de 1811, f. 89.

²⁷⁴ ANRJ, Polícia, Códice 329, Registo dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminaes dos Bairros emais Ministros da Corte, Comarcas e Camaras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812), Registo do Officio ao Juiz do Crime do Bairro da Candelária por Paulo Fernandes Viana em 3 de outubro de 1811, f. 96 v

²⁷⁵ JANCÓS, Istvan. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 411-412.

²⁷⁶ ANRJ, Polícia, Códice 329, Registo dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminaes dos Bairros emais Ministros da Corte, Comarcas e Camaras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812), Registo de Officio expedido ao Intendente do Ouro desta Cidade por Paulo Fernandes Viana em 28 de agosto de 1811, f. 85v, grifos nossos.

²⁷⁷ O Intendente então coloca que “he absolutamente necessario q. [...] renovando os exames q. nella fes, verifique se he Ingleza, ou Portugueza, *aprehenda o Cozinheiro intitulado Hespanhol, quando seja Francez*, e mo remetta a esta Intendencia com os Suecos, e inquirá por hum sumario quem foi o Inglez Piloto q. pizou aos pes a bandeira Portugueza, e saiba a razão por q. uzou no mar da Ingleza, com quaes quer outras miudezas q. lhe declararao os marinheiros Portuguezes q. nella vierão de forma q. possamos fazer hum seguro juízo de todo este negocio capaz de reproduzir em publico se for necessario” (idem, f. 85v, grifos nossos).

aportavam, registro de estrangeiros, emissão de autorizações para se deslocarem pelo interior do Brasil (passaportes), tudo era feito para controlar de perto estes forasteiros, estando as autoridades sempre à espreita de algum francês que mostrasse alguma conduta suspeita ou de alguém que se suspeitasse ser desta mesma nacionalidade.²⁷⁸ Outra medida para acirrar este controle seria tomada em 1809 pelo intendente. Escrevendo ao Juiz do Crime do bairro de São José, o que se estendia aos Juizes dos bairros de Santa Rita e Candelária, todos na Corte, Viana mandava “formalizar huma rellação dos Médicos, Boticários, Cirurgiaens, Cazas de Pasto, Botequins, e Caza de jogos e estalages q tem no seu Bairro, acuzando o nome rua, endereço da propriedade, e ma remetterá com a maior [...] brevidade”.²⁷⁹ Ainda solicitava ele que se registrassem as

ocupações de todos os que morão em seo bairro para descobrir as pessoas sem officio e suspeitosas, e sobre estas mande proceder a prizão pondo-as na Cadea [...] enviando-me a Rellação de seos nomes e o conceito em que as tem. Deve na conformidade da Lei da Polícia proceder contra todos os q dão estalage, ou agazalho por dinheiro q lhe não derem parte imediatamente da gente q recebem para deste modo ser mais fácil estar Vossa Mercê em dia no conhecimento individual que deve ter de todos e poder melhor ter o seo bairro

²⁷⁸ Com o início dos movimentos independentistas na América espanhola, a partir de 1810, as suspeitas da Intendência passariam a recair também sobre os espanhóis, em especial aqueles vindos de Montevidéu e Buenos Aires, o que se agravaria com o envolvimento da Coroa na guerra com a Região do Prata. Como no caso de José Paulino da Mota Lagrita, boticário preso na Ilha das Cobras sob a acusação de ser “Hespanhol [...] contente de espírito revolucionário q ali [em Buenos Aires] tem tratado” (ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 3, Registo de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Extranjeros e da Guerra por Viana datado de 17 de junho de 1811, v. 3, f. 54v). Segundo o intendente “convinha fazelo prender e sahir destes Estados por festejar e mostrar regosijo por todos os procedimentos dos q figurão na escandalosa cauza de Buenos Aires [...] de modo q não he por correspondências perigosas com os de Montevideo q elle foi prezo mas por conter conversações indiscretas q na sua botica tinha com louvor e regozijo de q se passava em Buenos Aires cujo sistema nem por nós nem por algum vasalo honrado de qualquer Nação q seja pode ser louvado” (idem, f. 54). Em agosto do mesmo ano, Viana vetaria o pedido de Lagrita para que ele, apesar de preso, tivesse permissão para ir à cidade arranjar suas contas e vender sua botica antes de partir para Montevidéu, alegando o intendente que agia assim conforme instruções recebidas de d. Rodrigo “para não fructificar aqui bem o espírito de revolução de Buenos Aires” (ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 3, Registo de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Extranjeros e da Guerra (por Viana) datado de agosto de 1811, f. 63v), afinal o acusado era “bem suspeitozo de folgar aqui com as revoluçoens de Buenos Aires, de espalhar as notícias dali, gostando de se entreter em conversações e louvores dos seos mais acérrimos faccionários” (idem, f. 64). Viana arrematava: “eu entendo que nada se lhe deve conceder, porq aos suspeitozos de revolução ella se não concede, nem em casos de Polícia, e este no cazo não he de outra ordem. Se esta medida se não adopta, como poderei eu mostrar q desaprovo este espírito revolucionário, e procuro daqui afastar os propagadores daquelle sistema. Não hé esta sempre, e mais nesta ocazião hua das minhas principais obrigaçoens? Não he isto o q V. Ex. me tem recomendado?” (idem, f. 64). Um aviso do marquês de Casa Irujo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do rei da Espanha junto à Corte do Rio, feito na *Gazeta (GRJ)*, 10/01/1810, “Aviso do Marquês de Casa Irujo a todos os espanhóis que se encontram no Rio de Janeiro”, datado de 1 de dezembro de 1809, denuncia que “varios Hespanhoes são detidos, e presos pelas Rondas desta Cidade, muitas vezes, e sem mais causa que ser Estrangeiros”. Para contornar esta situação, Casa Irujo propõe que os súditos de Fernando VII registrem-se junto à Secretaria do Ministério espanhol, “escrevendo os seus nomes por inteiro, os lugares donde vem, e onde morão, e as mais circunstancias, que se julgarem opportunas, em hum livro” a partir do qual receberiam uma declaração de serem vassallos do rei da Espanha. Ainda solicitava ele que todos estes vassallos trouxessem no chapéu o laço espanhol que deveria servir como “distinção decorosa [...] que concorrerá para a segurança que com tanta justiça desejo”, ficando privados de sua proteção quem não se conformasse a estas prevenções. Para a questão da desagregação do império colonial espanhol na América, cf. **PIMENTA**, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002. Para mais exemplos de perseguição a espanhóis na América portuguesa diante deste contexto, cf. **SLEMIAN**, op. cit., p. 85-87.

²⁷⁹ ANRJ, Polícia, Códice 323, Registro da correspondência da Polícia, v. 1, Registo do Officio expedido ao Juiz de Crime do Bairro de S. José datado de 15 de março de 1809 (escrito por Viana), f. 1v.

limpo de vadios, e pessoas de suspeita o que importando muito ao sossego público lhe-hei desde já por muito recomendado.²⁸⁰

Neste exemplo percebemos o empenho da Intendência para fazer da cidade do Rio uma cidade policiada, o que implicava tanto na manutenção da ordem e da lealdade quanto em torná-la, em modos e aparência, uma verdadeira Corte, polida, civilizada. Mas não vemos neste controle sobre seus habitantes e sua população flutuante apenas uma forma de impedir a proliferação de vadios e desocupados e coibir a violência, de modo geral, garantindo um cenário pacífico para a sede monárquica. Ao fundo dele enxergamos também a necessidade de vigília ideológica da Corte e do Império português como um todo por meio da detecção de condutas potencialmente suspeitas. Chama-nos atenção, portanto, a referência às “pessoas de suspeita”, fórmula genérica onde poderiam encaixar-se espias napoleônicos e demais indivíduos que propagavam os ideais franceses. Cabe observar que o controle exacerbado sobre estrangeiros, em especial os franceses, não cessaria com a queda de Napoleão, em 1815, e a retomada pela França do status de nação amiga. 1817 mostrar-se-ia, como veremos em nossa “Conclusão”, um ano de muito trabalho para o intendente, diante dos distúrbios que ocorreriam em Pernambuco.²⁸¹

Assim, após a exposição destes casos, o que fica é como a França fora motivo de alarme por parte das autoridades portuguesas instaladas na América e como este sentimento de insegurança deixaria suas marcas no dia-a-dia do Brasil joanino por meio de denúncias, prisões, investigações e muitas desconfianças. Como se pode perceber, este temor não era novidade do século que vira a Corte aportar no Rio, mas tomava cada vez mais tonalidades ideológicas, ao ligar-se ao controle dos “abomináveis princípios franceses”. Aqui, a ação contra o inimigo, em um cenário deslocado dos combates europeus, era assunto de polícia, e não de exército, feita por meio de acusações e investigações, e não de canhonadas. E este combate acabava por imbricar-se na vigilância interna das cidades.

Mesmo que o número de franceses detidos possa ser considerado reduzido e as comprovações de culpa praticamente nulas,²⁸² estas ocorrências denunciam uma hipersensibilidade do olhar da Coroa para

²⁸⁰ *Idem*, f. 2

²⁸¹ Neste sentido, Oliveira Lima lembra, ao falar sobre a imigração no Brasil joanino, que entre os estrangeiros aqui aportados havia “elementos pouco desejáveis que a polícia arbitrária, quando não abusiva, de Paulo Fernandes Viana e Vidigal trazia sob a sua rigorosa fiscalização, sobretudo depois do inesperado se bem que explicável rebentar da revolução de 1817 e da descoberta de numerosas sociedades secretas” (LIMA, op. cit., p. 553). O autor, em nota na p. 741 a esta frase, comenta que em Pernambuco havia uma loja maçônica desde 1809.

²⁸² Segundo Slemian entre 1809 e 1811 aproximadamente dez franceses seriam detidos para averiguações na América portuguesa, embora não se tenha comprovado a culpa de nenhum deles (SLEMIAN, op. cit., p. 84). Lembremos, contudo, que estando Portugal e França em guerra, nenhuma possessão lusa deveria ser, naquele momento, um local muito acolhedor para os franceses que para cá não afluíam, por isso mesmo, com tanta frequência. Já Leila Algranti, a partir de dados retirados do Códice 403 do ANRJ, “Relação de presos feita pela polícia, 1810-1821”, considerando o local de nascimento dos indivíduos presos pela polícia do Rio de Janeiro neste período, mostra que em oito casos (correspondentes a 0,2% de um total de 4.102) a origem era a França (ALGRANTI, op. cit., p. 211).

a existência de heterodoxias que, temia-se, pudessem corroer mais ainda a estrutura de poder vigente. Como nota o inglês Luccock, ao resumir as várias ameaças que rondavam o Estado português instalado na América, na nova Corte o clima era tenso:

ficaram muito alarmados com os perigos que o Estado corria, aguçando-se-lhes a ansiedade pela geral disseminação dos princípios revolucionários, pela situação das províncias hispânicas, onde o clero perdera por completo a influência, pelas vacilações da Família Real, cujo regresso a Portugal se aguardava, pelo desabrimento rancoroso com que o contingente preto da população se exprimia. Durante êsse período a guarda policial foi aumentada, conferiu-se-lhe poder mais amplo, exercendo ela vigilância mais estreita.²⁸³

Estas observações fazem-nos pensar até que ponto as medidas implementadas diante do combate ao inimigo auxiliaram o acirramento do controle interno, buscando-se reforçar o princípio da autoridade joanina. Até que ponto, por conseguinte, a promoção e a ampliação do medo ao outro, com o cultivo no imaginário da periculosidade do elemento hostil, é utilizada, propositadamente, para deixar em alerta a própria população que, apesar de ver suas garantias individuais cada vez mais limitadas pela vigilância, tenderia a questionar menos estas restrições por serem elas impostas em nome da segurança nacional. Como o temor ao outro passa, conseqüentemente, a abonar medidas arbitrárias. Senão vejamos o caso do Irmão Joaquim.

Ele, que já fundara um hospital em Santa Catarina e um seminário para órfãos pobres na Bahia, com o auxílio de esmolas, encontrava-se na capitania de São Paulo a dar prosseguimento ao seu pedido de ajuda para a construção de outra instituição. Um dia, quando descansava à beira da estrada em um local deserto, fazia ele um esboço grosseiro do seminário que pretendia criar, quando soldados e caipiras que ali passavam, julgando-no suspeito, entenderam seu desenho como um plano de marcha de algum exército invasor em riscos topográficos. Por conta disto, seria ele preso e conduzido a Paulo Fernandes, no Rio, na qualidade de espião e agente de Bonaparte. Ao ser apresentado ao intendente, que deveria aguardar o implicado com certa ansiedade, dada a acusação, a surpresa: Viana não só o conhecia, como imediatamente desatou-lhe as cordas que traziam suas mãos amarradas. Sem proceder a qualquer interrogatório, como seria de praxe, ele seria liberado imediatamente.²⁸⁴ Este episódio, ainda que cheire a anedota, mostra como o zelo poderia dar lugar ao abuso e como qualquer suspeita de ligação com a França, por mais imaginativa que fosse, poderia dar lugar a sérias suspeitas.

Muito modelar neste sentido é ainda a atribuição da pecha de agente do inimigo a todos aqueles que, de algum modo, não compactuavam com as medidas da Coroa. Suspeitas que, neste caso, podiam

²⁸³ LUCOCK, op. cit., p. 166.

²⁸⁴ ARAÚJO, op. cit., p. 78-80. O autor não coloca o ano em que o fato ocorre.

forçar o modelamento dos vassallos aos padrões desejados pelo governo. Este expediente seria usado, por exemplo, na época em que se requisitava moradia para os emigrados vindos com a Família Real. Os donos dos imóveis que não auxiliavam de bom grado o vice-rei acabavam alvo de medidas arbitrárias, mas acabavam submetendo-se a elas sem maiores queixas, pois antes disso do que se virem envolvidos em sérias intrigas que os colocavam como

amigos do Ogre de Corsega, do monstro Napoleão, desse tyranno, que tantos desastres occasionara á familia do santo principe D. João, e assim a lei de aposentadorias se transformou em poucos dias numa finissima rêde de arrastão, dentro da qual cahiram todos quantos não se mostraram identificados com o gênio da adulação do conde d' Arcos...²⁸⁵

Um pequeno trecho de uma das cartas de Marrocos escrita ao pai deixa entrever tanto seu receio da vigilância policial quanto dos elementos considerados perigosos pelas autoridades. Dizia ele que “aqui ha m.^{to} velhaco encoberto, e na nossa fraze da moda, jacobinos: não me quero prolongar neste artigo, q. julgo arriscado, apesar da fertilid.^o de ideas, q. elle offerece”.²⁸⁶ Percebe-se como o termo “jacobino”, à parte a conotação política, ainda carrega consigo a idéia de enganador, de traiçoeiro. Fruto ou não da imaginação do bibliotecário, o Rio em que vive aparece povoado por estes seres e o fato do termo ser “frazee da moda” indica como o imaginário social da época havia sido marcado pelas medidas tomadas para combater os inimigos. Ele apenas toca no assunto, não se aprofundando nele, por ser “arriscado” visto que o mínimo indício que levasse à desconfiança da Intendência tinha como destino primeiro a cadeia e, depois, os interrogatórios e até mesmo a expulsão. Fica também a sugestão de que mesmo a correspondência privada poderia ser devassada, passando pelo controle das autoridades.

Debret, ao traçar o perfil do intendente Viana colocá-lo-ia como um “homem fino, ativo, enérgico e mesmo déspota, [que] organizou bem seu ministério, nêle introduzindo entretanto alguns abusos herdados da antiga tirania portugûesa”, acrescentando que “seu poder era tanto maior quanto gozava da inteira confiança do soberano”.²⁸⁷ Se estas denúncias podem ser lidas como meras críticas tendenciosas de um europeu esclarecido à antiga forma monárquica que ainda imperava nos domínios portugueses da época, não podemos desconsiderá-lo como um observador arguto do cotidiano da Corte fluminense. Deste modo, chamam atenção as referências ao despotismo e aos abusos de poder por parte do intendente de Polícia. Há que se imaginar que talvez o próprio Debret, estrangeiro, ainda que não tivesse sofrido nenhuma violação enquanto tal por parte das autoridades joaninas, guardasse consigo, pelo ouvir dizer, a imagem de um Viana que durante o conflito entre França e Portugal vigiava de maneira

²⁸⁵ Idem, p. 53-54.

²⁸⁶ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 232, carta n. 84 de 29 de junho de 1815.

²⁸⁷ DEBRET, op. cit., t. 2, v. 3, p. 81.

insistente e tendenciosa os franceses. Mas, prejulgamentos e mexericos à parte, somos levados a dar crédito às observações do artista francês sobre a ação prepotente do intendente, não apenas pelos exemplos a que tivemos acesso na documentação policial, mas porque as circunstâncias de ameaça externa davam plena margem à imposição de medidas internas abusivas de controle. Como lembra Slemian,

ao mesmo tempo que o controle social era reforçado em função da Corte e de seus temores em relação a qualquer ameaça revolucionária, os limites da legítima ação policial tornavam-se cada vez mais indistintos diante do que se configurava, então, como um emaranhado de novos comportamentos políticos.²⁸⁸

Uma monarquia absolutista joanina, ainda que procurando se recriar nos trópicos sob a roupagem liberal, não abriria mão de práticas despóticas quando o que estava em jogo era sua sobrevivência em um momento de crise. Não seria, portanto, mera coincidência que o modelo usado para a Intendência aqui fosse aquele da época de Pombal, marcado por “procedimentos arbitrários, com a necessidade de calcar aos pés uma facção, que se oppunha a todos os melhoramentos uteis que elle meditava”.²⁸⁹ Este era o comentário pesaroso de Hipólito José da Costa, ele mesmo vítima de perseguições pela acusação de ser adepto da Maçonaria, tendo caído nos cárceres inquisitoriais. Temia ele que no Brasil a criação da Polícia trouxesse consigo a mesma tendência, que apresentara em Portugal, de violação da liberdade civil. Segundo ele,

Nem o Monarcha, nem o *povo*, podem ter algum interesse, em que a administração da Justiça seja violada, a *liberdade do cidadão* atacada, nem pessoa alguma punida, sem as formalidades das leis. Quem pois tem interesse nos processos arbitrarios chamados de policia?²⁹⁰

Respondia ele mesmo: ministros temerosos de pessoas que pudessem denunciar seus erros. No entanto, “povo”, “liberdade”, “cidadão” eram palavras do discurso de Hipólito que encontravam seus limites em uma monarquia absoluta como a joanina por meio da ação policial. Elas representavam perigos potenciais a serem evitados e, diante disto, sim, o monarca tinha interesse em fazer vista grossa a medidas de exceção no que dizia respeito à justiça, desde que visassem o bem de seus súditos, o que, em sua visão paternalista, significava o reforço da autoridade real que, por sua vez, zelaria por seus filhos-vassallos.

²⁸⁸ SLEMIAN, op. cit., p. 103. Elycio de Araújo diria que a ação policial de Viana tivera “fecundos resultados sob o ponto de vista da manutenção da paz e ordem publica, mas [seria] digna de censura por taes violencias e arbitrariedades” (ARAÚJO, op. cit., p. 51-52).

²⁸⁹ COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), vol. II, n. 13, junho de 1809, p. 639.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 639.

As palavras do redator do *Correio Braziliense*, apesar de escritas a léguas daqui, não deixavam de refletir as críticas que a ação da Intendência sofreria. Em 1821, a queima do Judas, tradição colonial que seria abolida depois da chegada da Família Real em nome da ordem, seria realizada sem permissão e com algumas alterações. Ao invés do traidor bíblico, haveria o enforcamento e incineração em efígie de algumas personalidades da burocracia joanina, entre elas a do intendente e a do comandante militar da polícia.²⁹¹ Sinal dos tempos: dali a três dias d. João embarcava para Portugal para, forçosamente, dar início à sua carreira de monarca constitucional.

Já em 1816, versos divulgados em um pasquim, que seria fixado em uma das ruas da corte fluminense, colocavam em evidência o descontentamento de populares com Viana e o rei. Não bastasse a gravidade das pessoas atacadas, o grande inimigo era exaltado: “O Intendente em Andarahi/ E El Rei em Santa Cruz/ So tu, o Grande Bonaparte/ Que para reinar nasceste/ E para providencias o primeiro/ Estas em Santa Helena prisionado!!”.²⁹² Um pequeno pasquim e seus versos nada elaborados, ao sinalizarem as fronteiras da eficácia da tenaz ação policial ao serem destemidamente trazidos ao público, mostravam que mais uma trinca aparecia no edifício monárquico.

Mais uma vez não conseguimos resistir ao impulso de comparar d. João a um dos personagens das *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, no caso o rei de Laputa, a ilha flutuante, cujos Estados ficavam em terra firme. Segundo somos informados o método mais radical usado por este monarca para reprimir insurreições, no caso de “qualquer cidade se rebelar ou amotinar, caindo em facções violentas ou recusando-se a pagar o tributo costumeiro” era “fazendo a ilha descer diretamente sobre as cabeças dos revoltosos, o que destruiria universalmente homens e casas”.²⁹³ Contudo, ciente de que este ato extremado lhe traria o ódio de seus súditos e danos a suas próprias possessões, optava ele, sempre que possível, por outro recurso para tornar seus vassalos à obediência: “manter a ilha flutuando sobre a dita cidade e as terras ao seu redor; deste modo, ele a priva do benefício do sol e da chuva, conseqüentemente afligindo os habitantes com morte e doenças”.²⁹⁴

Parece-nos que do mesmo modo agia também d. João, ao privar das Luzes, por meio da vigilância, os habitantes de seus territórios. Sob este ponto de vista, a questão do controle e do combate aos franceses e ao que é napoleônico pode ser considerada como uma das peças do jogo de controle colonialista português, onde a criação de um inimigo comum, propagador destas Luzes, e de intrigas em torno dele procuram dividir, para melhor vigiar, e criar temores, para gerar coesões.

²⁹¹ LIMA, op. cit., p. 599.

²⁹² ANRJ, GIF1 6J83 (3) - Viana ao conde de Aguiar em 26 de setembro de 1816.

²⁹³ SWIFT, Jonathan. *As Viagens de Gulliver*. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 207.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 207.

Capítulo 5

E a França “invade” o Brasil

No Tridente que empunha o Deos dos Mares
 T' off' rece o Numen generozo, e grato,
 As vantagens, que ostenta singulares,
 No venturozo azilo ao humano trato:
 Remotas Regiões deixando os Lares,
 Transplantar-se virão de Sólo ingrato,
 No dôce territorio Brasileiro,
 Que o peito lhes off' rece lizongeiro.
 Poema a d. João escrito por d. José Manoel da Camara¹

5.1. A Corte fluminense e sua face cosmopolita

Um dos primeiros indícios da abertura dos portos da América portuguesa para as mercadorias e para as gentes estrangeiras seria a modificação de uma tradição que vinha desde 1775: o sistema de aviso de entrada de embarcações na Baía da Guanabara localizado no morro do Castelo. A multiplicidade de nacionalidades que passariam a ser aí assinaladas, após 1808, levaria a um aumento tal do “serviço do pau da bandeira” que mapas nos quais vinham, impressas ou manuscritas, as figuras dos sinais para compreensão do público começariam a circular.²

Spix e Martius colocariam em 50.000 almas a população do Rio antes da vinda do regente, supondo-a em mais de 110.000, em 1817, crescimento devido, segundo eles, basicamente aos cerca de 24.000 portugueses para cá vindos, ficando o restante a cargo de ingleses, franceses, holandeses, alemães e italianos que aí teriam se instalado como comerciantes ou operários.³ De acordo com a

¹ CAMARA, D. José Manoel da. A SUA. ALTEZA. REAL. O PRINCIPE. REGENTE. NOSSO. SENHOR. PIO. AUGUSTO. FELIZ. PAI. DA. PATRIA. Em perpetuo testemunho de gratidão. oferece d. José Manoel da Camara. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. 6, 9^a oitava (IEB).

² SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 57, nota 3 e p. 73, nota XI, v. 1.

³ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 51, v. 1. Rugendas copia fielmente os dados apresentados pelos autores (RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora/ EDUSP, 1972 [1835], p. 107). Lilia Schwarcz afirma, por sua vez, com base em um apanhado das cifras apresentadas por alguns autores, que o aumento da população da cidade do Rio durante o governo joanino teria sido de 60.000 para 90.000 habitantes (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 459, nota 3). Cf. também MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 317-318, nota 2. Luccock apontava igualmente que, entre 1813 e 1818, o aumento populacional no Rio seria reforçado por “muitos estrangeiros, [que] também, chegaram das províncias hispânicas, ou, conforme agora lhes chamam, dos Estados

percepção de Luccock, dentre a população estrangeira ali fixada durante o governo joanino, o maior número seria de ingleses e, depois, franceses.⁴

O intendente Viana assinalava, no entanto, que antes da Paz Geral (1815), mesmo com os portos liberados, “não era grande a concorrência de estrangeiros, aos portos do Brasil”, mas que diante dela “tem concorrido de todas as Nações tanta gente, q suposto não seja quanto se deseja, e quanta se precisa neste vasto Continente, todavia hé muita”.⁵ Revela ele, portanto, como a queda definitiva de Napoleão e os rearranjos políticos daí advindos levariam, do mesmo modo, a rearranjos populacionais que iriam impactar a composição demográfica da Corte. De fato, várias circunstâncias faziam do Rio (e do Brasil de um modo geral) um atrativo pólo de migração: portos francos, a distinção de abrigar a Corte portuguesa, os deslocamentos de pessoas forçados pelos conflitos bélicos em várias partes do mundo, assim como o restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas.⁶ Além do mais, os estrangeiros contavam, desde 1808, com a política joanina de concessões de sesmarias,⁷ o que pesaria, sem dúvida, para aqueles que contavam com restrições de acesso à terra em seus países de origem.

Mas, Independentemente do interesse privado de cada um, enquanto centro político-administrativo, “a Corte constituía-se no mais importante entreposto comercial de todo o Centro-Sul e,

Independentes da América do Sul e alguns, ainda, da América do Norte, França, Inglaterra, Suécia e Alemanha” (LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 363).

⁴ Esta parece ser a mesma impressão de outros viajantes. Cf. RUGENDAS, op. cit., p. 107 e LEITHOLD, Theodor von & RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821], p. 133. Mas, como veremos, o número de franceses chegaria a ser superior àquele dos ingleses.

⁵ ANRJ, GIF1 6J83 (1) - Viana a d. João em 24 de novembro de 1816.

⁶ Luccock explicaria o aumento do afluxo de pessoas ao Rio pela junção da abertura dos portos com a desordem em Portugal e na Europa, como um todo, devido às perturbações da guerra. Diante desta conjuntura, muitos súditos bragantinos, incluindo-se aí até pessoas de outras capitanias do Brasil, e de outras nações teriam se interessado em partir para a nova Corte: “Vinham uns atraídos pelas perspectivas de lucros comerciais; outros, mais numerosos talvez, pelo desejo de presenciar o esplendor crescente de sua pátria, fazer relações novas, aprender novas maneiras e partilhar da admiração de que a riqueza e a influência vulgarmente se fazem acompanhar. Não poucos eram os que vinham em busca de favores das mãos dos novos governantes, ou apelar para eles, a que reparassem injustiças e opressões, ou ainda para, prestando-lhes serviços, conseguir um quinhão das boas cousas que distribuíam” (LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 162). Daqueles que se consagrariam na literatura dos viajantes deste período, o próprio Luccock, comerciante inglês, poderia ser encaixado no primeiro atrativo que aponta (“lucros comerciais”). Por sua vez, o interesse do capitão de cavalaria prussiano Leithold pelo Brasil estaria ligado à “busca de favores”. Cunhado do eminente estadista Silvestre Pinheiro e aqui desembarcado em 1819 com a filha e o sobrinho, Rango (cuja mãe, que vivia em Lisboa em 1807, para cá viera com o marido junto à comitiva real), “animava-o a esperança de se estabelecer nos arredores da cidade como fazendeiro de café, contando com o parentesco influente para alcançar do rei, terras e o necessário financiamento” (LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. XI). Não suportando o clima e o meio em que se encontrava, Leithold regressaria após quatro meses sem ao menos esperar pelo despacho à sua petição. E como não nos lembrarmos dos artistas da chamada “Missão Francesa”, aqui chegados em 1816, quando o inglês refere-se à prestação de serviços aos novos governantes?

⁷ Pelo decreto de 25 de novembro de 1808 (“Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil”) os estrangeiros que aqui se fixassem poderiam receber terras que não se encontravam em cultivo, o que visava aumentar a lavoura e a população na América portuguesa (cf. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_42.pdf).

portanto, era ponto de atração e repulsão de população”.⁸ Tal atração explicava-se, em grande parte, pelas oportunidades que pareciam acenar aos estrangeiros diante da presença de um monarca europeu nos trópicos. Dentre os quatorze passageiros da embarcação que trazia Leithold, este relatava que “Havia vários comerciantes, dois mestres-carpinteiros com suas mulheres, um ex-tenente dinamarquês e alguns rapazes, que também iam tentar o futuro no Brasil”.⁹

Luccock, aqui chegado em junho em 1808, notava que a cidade estava cheia de novos residentes, inconveniente que lhe dificultava até encontrar um lugar decente para passar a noite. Porém, seu olhar de comerciante fazia-o enxergar além e vê-los, sob um ângulo positivo, como promessa, em um futuro muito próximo, de boas perspectivas de negócios. Afinal, pensava ele, um dia “todos seriam consumidores”.¹⁰ De fato, a instalação ali da burocracia reinol, das delegações diplomáticas e de altos comerciantes instituiria novos padrões sociais (mais refinados) e, conseqüentemente, novas necessidades de consumo. Além do mais, “tratava-se de uma sociedade estamental, onde se identifica o indivíduo pelos signos do que ostenta em seu corpo-manequim”.¹¹ Isto, aliado ao aumento do número de habitantes, levaria a uma rápida “dilatação do consumo urbano”.¹² Deste modo, a dinamização das atividades comerciais no Rio teria implicações tanto na variedade e qualidade das mercadorias ali vendidas, quanto na ampliação da competitividade e da demanda de mão-de-obra especializada e qualificada.

No entanto, a tradição laboral da colônia colocava empecilhos ao consumo, assim como à indústria, às artes e às ciências. De um lado, o quase monopólio das atividades mecânicas por escravos e, do outro, o preconceito dos libertos e dos colonos brancos por este tipo de trabalho, considerado degradante pela concorrência dos cativos. Abriam-se, desta forma, muitas oportunidades aos estrangeiros,¹³ visto que o acolhimento dado a eles apresentava uma finalidade prática e estratégica na

⁸ **LENHARO**, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1979], p. 33.

⁹ **LEITHOLD & RANGO**, op. cit., p. 6.

¹⁰ **LUCCOCK**, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 26.

¹¹ **MALERBA**, op. cit., p. 167.

¹² **LENHARO**, op. cit., p. 38.

¹³ **ALGRANTI**, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 85. A autora coloca ainda, nesta página, que “a presença da corte na cidade encorajou portugueses e demais europeus a se estabelecerem como artífices, fazendo com que grande parte do trabalho não qualificado ficasse a cargo dos escravos e libertos”. Sobre a relação entre trabalho escravo e ofícios mecânicos no Brasil colônia e como muitos libertos e brancos evitavam este tipo de ofício para não se igualarem aos cativos, cf. também “Ofício do Conde de Resende a Luís Pinto de Sousa, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1796” transcrito por **SANTOS**, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 153, “Apêndice”. Neste documento, Resende chega a propor que os mestres não ensinassem mais aos escravos qualquer ofício mecânico, e admitissem para a realização destas tarefas apenas oficiais libertos ou brancos.

América portuguesa: o desenvolvimento técnico do país. Mas, como frisamos ao tratar da vigilância sobre eles feita pela Intendência de Polícia, apesar da necessidade de mão de obra qualificada havia um espaço entre o que se propagava oficialmente sobre a recepção aos imigrantes na América portuguesa e o que era de fato, algumas vezes. E é neste espaço que se espremiavam as suspeitas, perseguições, inquirições, prisões e expulsões já mencionadas.

Com o mercado nacional sendo ocupado por aqueles que vinham de fora, rápida seria a difusão da moda e do gosto europeus, em especial na Corte carioca. Isto ainda seria reforçado com as novas trocas comerciais advindas da quebra do exclusivo colonial de 1808. O luxo tornava-se não só emblemático da posição social ocupada, mas daquela que se desejava ocupar.¹⁴ Deste modo, a expansão do comércio de artigos luxuosos no Rio se favorecia pela busca de inserção social. Devido a essa demanda, como veremos, em muito se beneficiarão os artífices franceses aí instalados. A Corte evadida, por meio do consumo, reconectava-se à distante Europa e tentava corrigir sua desarticulação com relação ao Velho Mundo. A sensação de exílio buscava atenuação também nos produtos importados. O mesmo se daria do ponto de vista artístico e cultural, onde uma “nova concepção de sociabilidade conduziu ao aumento de festas e saraus da elite, que copiava o modelo europeu, sobretudo francês”.¹⁵ Spix e Martius eram categóricos sobre o Rio joanino: “seus modos de vida [...], depois da vinda da côrte, eram os mesmos dos europeus”. A nova sede da monarquia não era apenas

¹⁴ Ao analisar os comerciantes de grosso trato no Rio joanino e sua relação com o luxo, Riva Gorenstein comenta: “o negociante abastado e com pretensões sociais procurou adotar um estilo de vida semelhante ao da nobreza do Paço. Passou a adquirir imóveis e objetos de luxo (valores de uso) compatíveis com um gênero de vida condizente com a posição social a que aspirava na sociedade carioca” (GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, p. 189). No entanto, nota a autora, “Este luxo ostentado pelos ricos negociantes do Rio de Janeiro era mais para assegurar, junto às outras pessoas conceituadas da Corte, o reconhecimento do seu *status* e da fortuna que possuíam. Em sua vida diária, no aconchego da família, reverteriam aos hábitos a que estavam acostumados antes da vinda da Família Real [...]” (idem, p. 190-191). Esta é a mesma situação descrita por Machado de Assis no episódio do jantar que o pai de Brás Cubas oferece em comemoração à primeira abdicação de Bonaparte, como já exposto no capítulo 3. Os artigos mais caros e luxuosos são dispostos à mesa para causar impressão, visto que era necessário “persuadir os outros da nossa nobreza” (ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1881], cap. XII, “Um episódio de 1814”, p. 28). O mesmo se dá no batizado do pequeno Leonardo Patata, em 1808, quando, apesar de seu pai querer dar ao evento “ares aristocráticos”, propondo aos convidados que o minuete da corte fosse dançado ao som da rabeca, aos poucos a dança cerimoniosa vai sendo deixada de lado para dar lugar à viola. Na cena final do evento, os hábitos refinados, ostentados portas afora, simbolizados pela roupa pomposa do pai de Leonardo, são desbancados por atitudes bem menos refinadas que, porém, revelam seus hábitos mais íntimos: “Fazia um belo efeito cômico vê-lo, em trajes de ofício, de casaca, calção e espadim, acompanhando com um monótono zunzum nas cordas do instrumento o garganteado de uma modinha patria” (ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003 [1854], p. 68, primeira citação, e p. 69, segunda citação. Tudo isto indica uma sobreposição de novos hábitos, mas não a substituição dos antigos na sociabilidade íntima.

¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 37 (1999), p. 96.

um núcleo irradiador de decisões políticas, mas um centro difusor de novos “modos de vida” pautados no gosto pela ostentação e nos modelos cortesãos de conduta.¹⁶

Neste ponto, faz-se interessante retomar uma questão levantada por Pechman. Ao mencionar que a Europa passava a ser tomada como a grande referência civilizatória do Rio joanino, balizando os novos costumes e comportamentos, ele explica que o termo “referência” deve ser aqui entendido em seu sentido dinâmico. Assim, teria havido, segundo ele,

uma *adesão* ao projeto civilizatório que ocorria na Europa, portanto, uma opção política, e, também cultural, e não uma simples importação de idéias. [...] a adesão a essas idéias, longe de ser uma mera cópia de modelo, faz parte de um conjunto de escolhas que aqueles países, à margem da “civilização”, fazem no sentido de dialogar com as idéias que melhor respondem à indagação que seus intelectuais fazem a respeito de seu destino.¹⁷

Vista sob esta perspectiva, em que a influência européia na América portuguesa liga-se a “escolhas” e “adesão”, claro está que um dos limites impostos à adoção plena dos parâmetros europeus de civilização no Brasil é a opção pela não interferência no sistema escravocrata (e, conseqüentemente, pela manutenção do perfil agro-exportador e não industrial). É ele que impõe uma barreira ao desenvolvimento científico-tecnológico. No entanto, ao não se abrir mão dele é que são criadas as diversas oportunidades para os artífices europeus aqui chegados. Eles passam a preencher, com seus conhecimentos técnicos e experiência, os ofícios mecânicos mais especializados que as novas necessidades de consumo tornavam necessários, embora muitos deles tivessem escravos como auxiliares. Dois anúncios da *Gazeta* são muito significativos neste sentido. Em um deles, um italiano, dono de uma padaria na Corte,¹⁸ que “fabrica pão de luxo, *Francez, Inglez, Italiano e Hespanhol*”, gabava-se deste ser “amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão de obra de pretos, que

¹⁶ **SPIX & MARTIUS**, op. cit., p. 51, v. 1. Na mesma página, explicavam como este processo de difusão ocorria: “Nota-se [...] sobretudo nas condições dos ricos negociantes da capital e mesmo do interior das vizinhas Províncias de Minas Gerais e de São Paulo, como a civilização, as necessidades da vida e as indústrias tomaram novo desenvolvimento com os imigrantes. [...] fazendeiros e donos de minas, possuíam, antes da vinda do rei, por assim dizer, a primazia de todos os direitos e distinções de nobreza. A concessão de títulos e cargos doados pelo rei atraía uma parte deles à capital, onde, tomando o gosto pelo luxo e modo de vida do europeu, começaram a influir nas classes cujos costumes eram muito diversos. Também as províncias afastadas do novo reino, cujos habitantes vinham passear no Rio por curiosidade, ou por interesses particulares, acostumaram-se a considerar esta cidade como a capital e adotar os seus modos de vida...”.

¹⁷ **PECHMAN**, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 90. Malerba diz preferir o termo “aburguesamento” àquele “europeização”, ainda que admita que este último é mais amplo e pode ser mantido. Ele explica que é “preciso reconhecer a fragilidade da expressão, que emprego para designar o empenho dos nativos em imitar as modas e costumes europeus que viam chegar com os estrangeiros [“europeização”] (...). Outro elemento de fraqueza do conceito é que ele não dá conta do fato de que a população residente no Rio de Janeiro passou a imitar também os gestos e as modas da burguesia imigrada, sobretudo de Inglaterra e França, que tinha todo o interesse comercial em disseminá-los. Nesse sentido talvez fosse mais apropriado falar em “aburguesamento” do que em “europeização” (op. cit., pp. 187-188).

¹⁸ *Registro de Estrangeiros, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 211.

infecção a massa com o suor que largão, enquanto amassão” (*GRJ*, 25/09/1816). Em outro, um padeiro, só que francês, procurava por um escravo fugido (*GRJ*, 05/08/1820).

Assim, a inclusão dos europeus no mercado é uma das peças que contribuem para a expansão cultural, técnica e comercial do Rio de Janeiro durante o período joanino, apesar do trabalho escravo. Como veremos, a seguir, esta europeização vai tomar cada vez mais um sentido francês e “diverso do português” como nota Emília Viotti.¹⁹ Produtos franceses, cultura francesa, modas francesas: pode-se falar em afrancesamento de hábitos. A França, cuja imagem, durante anos, havia sido denegrada, no vácuo do antibonapartismo, passaria por um processo de reabilitação com a queda de Napoleão pelo qual se tornaria parâmetro de bom gosto e de refinamento. Para entender este processo, primeiro analisaremos a reaproximação comercial entre França e Portugal, para, então, considerarmos a presença humana francesa no Rio.

Saídos dos navios de Sua Alteza, que nos trouxeram à América em 1808, passando pela leitura da *Gazeta* para nos interarmos sobre a guerra e os inimigos ali promovidos, após visitarmos o gabinete do intendente Viana e dos censores do Desembargo do Paço, iremos às ruas da nova Corte. Entre mercadorias e pessoas buscaremos na documentação por alguns fragmentos desse dia-a-dia no que toca à cultura material, às práticas sociais e profissionais, procurando perceber como o elemento francês fez-se presente no cotidiano do Rio joanino após a saída de cena do imperador.

5.2. O restabelecimento das relações comerciais com a França

Um decreto de 18 de junho de 1814, surgido dois dias após o anúncio, na *Gazeta*, da primeira queda de Napoleão, permitiria, diante do cessar das hostilidades com os franceses e da ascensão à pasta da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar do francófilo conde da Barca, que os vassalos joaninos podessem “gozar quanto antes do grande bem e vantagens de uma franca comunicação com todas as nações”.²⁰ Finalmente a abertura dos portos de 1808 atingia sua plenitude diante da admissão de embarcações francesas e de seus aliados em qualquer porto sob domínio português.²¹ Apesar disso, há

¹⁹ **NOGUEIRA**, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo, na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 16, p. 318, outubro-dezembro 1953.

²⁰ Decreto de 18 de junho de 1814. Permite a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos dos Estados Portuguezes e sahida dos nacionaes para portos estrangeiros (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_41.pdf). Este decreto seria divulgado na *GRJ* em 16/07/1814.

²¹ A reaproximação comercial e diplomática do governo português após a queda de Napoleão, cabe frisar, não se deu apenas com a França, mas com os aliados desta, como a Rússia e a Áustria. A Expedição Langsdorff, que contava com o apoio do czar Alexandre, seria fruto desta reaproximação. Do mesmo modo, como lembram Spix e Martius, na comitiva da

que se imaginar que as reviravoltas políticas na França, entre a primeira e a segunda abdicação do imperador, talvez não tenham permitido que o sinal de navio francês fosse dado com tanta frequência no morro do Castelo neste período conturbado.²²

De qualquer forma, em julho de 1814, a reforçar a iniciativa unilateral de d. João de restaurar imediatamente os contatos comerciais com a França liberada da dominação napoleônica, o conde de Palmela, representante português, e Talleyrand, secretário de Estado de Luís XVIII, assinariam um acordo para o restabelecimento diplomático e comercial entre Portugal e França, cuja portaria, de 16 setembro de 1815, seria publicada em um jornal de Lisboa em 19 de outubro do mesmo ano e na *Gazeta do Rio de Janeiro* em 17 de janeiro do ano seguinte.

Em 30 de maio de 1816, vinda de Brest, aportava na Guanabara a fragata francesa *Le Hermione*.²³ Transportava ela um ilustre personagem: o duque de Luxemburgo Montmorancy, embaixador extraordinário de Sua Majestade Cristianíssima Luís XVIII.²⁴ Em 9 de junho seria ele recebido por d. João, com toda a pompa, diante da Corte. No abraço que o duque daria na irmã, a duquesa de Cadaval, que não via há anos por ser esta moradora do Rio desde a vinda da Família Real, o sinal de que Brasil e França voltavam também a enlaçar-se.²⁵ No entanto, sua estadia nos trópicos seria breve.

Em 21 de setembro de 1816, Luxemburgo retornava à Europa, levando consigo a irmã viúva e o sobrinho, mas não sem antes indicar um *Chargé* e um Cônsul-Geral, Maler.²⁶ Bergatins e galeras

arquiduquesa Leopoldina, que aqui aportaria com ela em 1817, encontravam-se, além dos componentes de uma expedição científica organizada pelo rei da Baviera (que incluía Spix, Martius, Pohl e Thomas Ender, que deixariam relatos de suas excursões pelos trópicos), diplomatas e enviados que tinham a incumbência de carregar os navios de artigos austríacos e de realizar transações comerciais com o Brasil (SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 25, v. 1).

²² Marrocos lembra os entraves para o comércio e para os correios causados pelo retorno de Napoleão à França. Fala ele na “demora dos Navios promptos a sahir, q. produzio a inesperada notícia da traição de Bonaparte, e q. por isso se suspendeo a sahida dos Navios, principalm.^{te} os q. se dirigião á Costa d’Africa, pela razão de se affirmar haverem tomado essa m.^{ma} direcção as Esquadras de Brest e Toulon” (Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 231, carta n. 84 de 29 de junho de 1815). Ele se refere ainda na mesma carta à formação de “comboy” (comboio) de navios, escoltados por embarcações de guerra, para navegarem de maneira mais segura daqui para a Europa em momentos de conflitos.

²³ Cf. *GRJ*, 01/06/1816, “Notícias Marítimas – Entradas”.

²⁴ Outro ilustre passageiro, que acompanhava o duque, era o naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Ele aqui permaneceria entre 1816 e 1822 e revelaria ao mundo detalhes de suas expedições em vários relatos como a *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Belo Horizonte: Itatiaia, 2000), realizadas entre 1816 e 1817.

²⁵ Dados retirados de SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 521, v. 2.

²⁶ Maler imigrara da França revolucionária em 1792 e se oferecera ao serviço de Portugal (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822)*. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, nº X, p. 301, nota 5, 1995). Enquanto cônsul da França no Brasil, ele, que tinha sob sua responsabilidade todo o território brasileiro, solicitaria ao governo francês a nomeação de cônsules ao menos na Bahia e Pernambuco, a exemplo de outras nações, dada a importância destes portos, a fim de auxiliarem os comerciantes franceses que aí necessitassem de ajuda. Contudo, tais

franceses passavam a frequentar, sem entraves, os portos da América portuguesa, assim como as páginas da *Gazeta* que anunciavam a chegada e a partida de embarcações. Havre de Grace, Nantes, Marseille e Bordeaux, nomes que até pouco tempo marcavam o noticiário do periódico fluminense como pontos de partida de navios de guerra, iam aos poucos se conectando pacificamente com os portos do Recife, Salvador e Rio de Janeiro pelo transporte de cargas e passageiros, firmando contatos comerciais que se tornariam cada vez mais regulares. Como aponta Perereca, referindo-se aos navios franceses, voltava a tremular na Guanabara “o pavilhão tricolor [que] por tantos anos assombrou os mares, e tantos danos causou ao nosso comércio”.²⁷ A pressão econômica desencadeada pelo capitalismo industrial europeu ajudava a exorcizar os fantasmas de Duguay-Trouin e du Clerc. Os franceses, sob a ótica comercial, deixavam de ser vistos como piratas dos mares, muito embora, politicamente, as desconfianças ainda não tivessem sido de todo dispersadas.

Apesar da brevidade, a passagem do duque de Luxemburgo pelo Rio deixaria marcas duradouras e profundas na economia do, já agora, Reino do Brasil. Marcas estas que transbordariam rapidamente das margens dos negócios comerciais, vindo a inundar a cultura e os hábitos da população da Corte. O comércio entre Brasil e França, segundo informa Valentim Alexandre, seria reinaugurado com um carregamento de algodão despachado para Havre de Grace, porto ao norte do país, localizado na Mancha.²⁸ A forma direta e legal com que seria feito refletia as intensas mudanças na condição colonial da América portuguesa, desencadeadas pela quebra do monopólio dos comerciantes portugueses reinóis, e no status da nação francesa cujo acesso sem entraves às matérias-primas das possessões portuguesas americanas dera-se, até ali, pelo contrabando ou por saques. Deste primeiro carregamento de algodão até o Primeiro Reinado, o Brasil ganharia cada vez mais importância para a França enquanto mercado consumidor em expansão, fornecedor de matérias-primas e agrícolas (compensando a diminuição de suas possessões coloniais advinda da perda do Haiti e das disposições do Congresso de

nomeações esbarravam na contenção de despesas pela qual passava o governo bourbônico na França. Maler, então, sugeriria, ao invés de cônsules, a nomeação de agentes consulares, solução menos dispendiosa. Aceita a proposta, Henri Plasson ficaria com o cargo em Salvador, Etienne-Paul Germain em Pernambuco e Antoine Joseph Guillon no Maranhão (ibidem, p. 308-309). O francês Ferdinand Denis que esteve na Bahia, conhecido que era de Plasson, escreveria sobre o assunto em carta a seu pai datada de 09/03/1818: “Je sais que les dernières révolutions ont laissé peu d’argent au Gouvernement. Toutefois, s’il [o governo francês] ne prend pas des mesures pour entretenir des consuls dans les différents ports où ils sont nécessaires, ses finances diminueront encore davantage avec la ruine du commerce qui est à présent notre plus grande ressource. Tu ne saurais t’imaginer combien de services Monsieur Plasson a déjà rendus aux négociants français de cette ville et ceux qu’ils en eussent reçu s’il eût eu les pouvoirs d’un consul confirmé” (BOURDON, Leon (ed.). *Lettres familières et fragment du journal intime mes sottises quotidiennes de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Brasília, Coimbra, v. X, p. 227, carta 20, 1958).

²⁷ SANTOS, op. cit., p. 425, v. 1.

²⁸ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 386. A informação parece referir-se ao ano de 1814. Possivelmente, o carregamento deve ter sido despachado diante do decreto de 18 de junho deste mesmo ano, acima citado, e antes do conhecimento da volta de Bonaparte de Elba.

Viena) e base de apoio para sua navegação marítima, facilitando-lhe o acesso à costa ocidental da América, à região platina e aos mercados do Pacífico.²⁹

Voltando à época dos conflitos europeus no final do XVIII, lembremos que, entre 1793 e 1795, diante da Campanha do Rossilhão, quando as forças de Portugal e Espanha estavam em guerra com a nação francesa revolucionária, as relações mercantis franco-lusas seriam praticamente nulas. Esta situação só seria revertida com o Tratado de Madri, em 1801, que põe fim à “Guerra das Laranjas” e pelo qual Bonaparte reconhece a neutralidade portuguesa nas indisposições que vinham ocorrendo entre ele e a Inglaterra.³⁰ Se muito destas indisposições advinham da competição comercial entre estas duas nações, em breve, entre 1804 e 1807, a França tomaria a dianteira como maior importadora de produtos brasileiros vendidos a ela por intermediação portuguesa, desbancando a Grã-Bretanha.³¹ Esta situação perduraria até a invasão de Junot que marcaria o rompimento das relações mercantis diretas com Portugal. Muito embora separados por conflitos bélicos, de origem ideológica e econômica, quando se tratava de importações de gêneros brasileiros, França e Inglaterra aproximavam-se, apresentando, neste caso, o algodão como base.³²

As indisposições com Napoleão não implicaram, contudo, no total banimento dos artigos franceses das possessões portuguesas. Vemos que, apesar do apoio propalado à causa comum européia, uma vez varridas as tropas imperiais do Reino, a importação indireta de certos artigos teria lugar, como atestam alguns avisos da *Gazeta* de 1813. Em um se anunciava que, na rua do Ouvidor, vendiam-se “toalhas de linho e guardanapos de fabrica *Franceza*” (*GRJ*, 17/07/1813). Já no número 9 da mesma rua, ao lado das conservas inglesas, era comercializado “vinagre engarrafado de *França*” (*GRJ*, 18/12/1813). Outro apregoava que em um armazém na rua Direita achava-se “humã porção de gesso de *França* em pedra, que se vende por preço comodo” (*GRJ*, 20/11/1813). Mesmo na loja da *Gazeta* eram encontradas cartas de jogar francesas, além de portuguesas e alemãs, todas elas podendo ser adquiridas pelo mesmo valor (*GRJ*, 08/05/1813).

²⁹ **MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 172-173.

³⁰ Novais nota como a neutralidade portuguesa em conflitos europeus, visando principalmente preservar-se economicamente, não era novidade, retroagindo à segunda metade do século XVII, após o fim da União Ibérica que, até então, comprometia Portugal forçosamente nas pendências internacionais. As guerras napoleônicas não seriam também o primeiro conflito a fazer Portugal tomar partido da Inglaterra e quebrar esta neutralidade. Basta lembrar da Guerra de Sucessão Espanhola, no início do século XVIII. Por sua vez, os Tratados de Methuen tornariam o posicionamento neutro português cada vez menos sustentável (**NOVAIS**, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979], p. 23-24).

³¹ **MALERBI**, op. cit., p. 113.

³² **ALEXANDRE**, op. cit., p. 35. Nesta mesma página o autor dá cifras destas importações. Cf. também **FRAGOSO**, João & **FLORENTINO**, Manolo. Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812. In: **FURTADO**, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 155-180.

Algumas destas mercadorias também chegavam à Corte devido ao apresamento de embarcações francesas em meio ao desdobramento dos conflitos europeus nos mares, como no caso da fragata *Ceres*. Divulgava-se que as fazendas de algodão, lã inglesas, sedas cruas, canela, vinhos, vinagre e demais produtos nela apreendidos seriam leiloados em hasta pública (*GRJ*, 12/02/1814; *GRJ*, 26/02/1814). Não deixa de ser interessante notar que a casa comercial inglesa Cunningham, Bourdon, e C.^a se encarregava do evento, mostrando como a guerra naval entre França e Inglaterra não terminava nas águas, mas continuava com seus desdobramentos mercantis em terra firme.

Mas voltemos ao momento em que d. João respirava mais aliviado diante da ida de Napoleão para seu último exílio. É John Luccock quem afirma: “Quando a última guerra terminou, a influência da Inglaterra sobre o Continente Brasileiro tornou-se, como era de esperar, menos decidida”.³³ Havendo aqui permanecido entre 1808 e 1818, sendo inglês e negociante, não tendo, portanto, interesse algum em maquiagem a situação, nada põe em descrédito suas palavras. Chama-nos atenção a expressão “como era de esperar”. Ela dá a entender que já se contava que as grandes vantagens obtidas pelos ingleses e seus produtos no Brasil, principalmente mediante os acordos assinados em 1810, teriam uma data de validade que se ligava ao estabelecimento da Paz Geral que permitiria a plena reinserção dos franceses no mercado internacional. Assim, uma das decorrências da queda de Napoleão seria a diminuição da influência inglesa no Brasil, do ponto de vista comercial, diante da concorrência imposta por comerciantes e produtos franceses que passavam a ter livre acesso aos portos daqui. E isto soa de modo um tanto irônico visto que uma das idéias fixas do ex-imperador era justamente antepor comercialmente a França à Grã-Bretanha.

Deste modo, as numerosas mulas que o naturalista Freireyss via passar todos os dias na Fazenda Sumidouro, entre Rio e Minas, em 1814, em direção às “Geraes”, carregadas de “sal, ferro e mercadorias inglesas de toda espécie”,³⁴ em breve também começariam a distribuir a passos lentos, mas firmes, o que começaria a chegar da França. E há possibilidade que o “vinho de *Champagne*”, “de *Bordeaux*” e “de *Borgonha*” e demais “licores de *França*” que se achavam à venda na loja de confeitaria de José Angelini, na rua do Ouvidor (*GRJ*, 06/08/1814), pudessem já ter sido importados diretamente da antiga inimiga, muito embora o decreto de 18 de junho ainda não tivesse completado dois meses.

³³ **LUCCOCK**, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 397.

³⁴ **FREIREYSS**, G. W. Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 11, p. 164.

Se Luccock, porém, apontava para a queda da preponderância comercial inglesa nos trópicos bragantinos, como efeito da concorrência de outras potências, ele também a coloca como obra de “um forte partido no Rio que deseja vê-la cerceada, senão aniquilada”.³⁵ Poderia estar ele se referindo à volta da influência dos francófilos na Corte ou àqueles que, afiliados ou não ao circuito político, viam os ingleses com maus olhos desde os Tratados de 1810. A França, apesar de toda a campanha negativa que havia sofrido ao longo dos conflitos napoleônicos – que, como vimos, fez com que alguns franceses fossem até mesmo parar na prisão – teria suas gentes e mercadorias bem recebidas pela população brasileira a partir da Paz Geral. Além do mais, diante dos ingleses com “sua sobrançeria um tanto humilhante, pelo desdém tão seu de se associarem com estrangeiros, os que consideram sobretudo inferiores”, seriam “os franceses reputados mais civis e afáveis”.³⁶

Sob a ótica econômica governamental do momento – sem contrapartida política, vale lembrar – o mundo até podia ser liberal, cosmopolita e pautado em pelo menos dois dos lemas que a Revolução consagrara: a liberdade e a fraternidade. Neste sentido, as rusgas e preconceitos recentes contra o que era adjetivado de francês deviam ser deixados de lado em nome do progresso das trocas mercantis. Muito desse comportamento explicava-se porque a “introdução do comércio francês, representava uma possibilidade de quebrar o domínio britânico no mercado nacional”.³⁷ Mas isso não queria dizer que os preconceitos cristalizados pela campanha antifrancesa sumissem automaticamente da mentalidade dos súditos joaninos. Um dos trechos escritos pelo emigrado Marrocos, em 10 de abril de 1815 (portanto, quando ainda não se sabia do retorno de Napoleão ao trono), à sua irmã que ficara em Portugal, mostra como estas cristalizações persistiam, muito embora fosse grande o desejo dos nacionais de competição francesa à predominância comercial inglesa no Brasil. Dizia ele que,

De alguns dos portos de França tem aqui chegado alguns Navios, com muitas modas, enfeites, e bugiarias, mais baratas q. as Inglezas, de que estes [os ingleses] desesperão, pois querião só p^a si o interesse; [...]. Já vão apparecendo aqui muitos Francezes q. são conhecidos pelo tópe branco; *mas eu não sei pelo que ainda lhes conservo tal aversão, q. não posso olhar direito para elles; e para mim ficou sendo Nação detestavel*.³⁸

A amistosa disposição governamental com relação à recente inimiga demonstra como a retórica oficial mostra-se maleável, indo ao sabor das conveniências. Se havia interesses econômicos, a propagada imagem do inimigo era abandonada uma vez que o pavilhão tricolor desse lugar à bandeira branca com flores de liz que simbolizava a volta dos Bourbon ao poder. A França, principal foco até ali

³⁵ LUCOCK, op. cit., p. 397.

³⁶ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 85 (todas as citações da frase).

³⁷ MALERBI, op. cit., p. 62.

³⁸ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 223, carta n. 80 de 10 de abril de 1815, grifos nossos.

das idéias consideradas subversivas que vinham quebrantando com insistência as bases da autoridade dos Bragança, era redimida de seus pecados revolucionários e napoleônicos diante do interesse de neutralizar as concessões feitas até ali à Inglaterra. Mesmo assim, o princípio da igualdade aqui não tinha lugar quando o assunto era o comércio: a Grã-Bretanha continuava à frente devido ao favorecimento advindo dos Tratados de 1810. Leithold e Rango notavam que, em 1819,

Os ingleses [se] beneficiam de um prêmio de exportação nos panos grosseiros e ainda ganham no câmbio. Estão, assim, em condições de baixarem os preços, fazendo nestes artigos uma concorrência ruínosa às demais nações que não gozam da mesma vantagem.³⁹

Como se pode perceber, as prerrogativas britânicas continuavam, ainda que ameaçadas pela concorrência francesa. Elas seriam quebradas apenas em 1826, por um tratado realizado entre a França e o já Império de d Pedro I. Mas, apesar das regalias comerciais inglesas, no relato dos dois prussianos lemos que no “Rio de Janeiro, como nas outras praças do Brasil, os artigos franceses têm preponderância sobre os produtos da indústria inglesa.”⁴⁰ E era com despeito que Luccock, quando da reinserção comercial da França na América portuguesa diante da Paz Geral, notava a boa recepção de seus produtos pelos brasileiros:

Por essa ocasião era divertido, para um espectador, observar o quanto os negociantes do Brasil ficaram alegres, a maneira como, em altas e sabedoras vozes, discorriam das manufaturas francesas e das modas de França; como profetizavam a rápida expulsão dos sombrios e monopolizadores ingleses de seus mercados; quão cedo corrigiram suas noções, quão francamente reconheceram seu desaponto e em que profundo descrédito caíram os franceses, como comerciantes.⁴¹

A França, antes combatida pelo governo joanino, tornava-se arma de combate econômico à Inglaterra. Ela que, à época do Congresso de Viena, já era vista pelo governo português como um possível “pólo de aglutinação e de resistência das potências menores”⁴² frente à preponderância das quatro principais potências⁴³ que vinham monopolizando as negociações sobre o destino da Europa e de suas colônias no Congresso e que dificultavam a libertação de Portugal da tutela britânica. Mesmo na peleja das autoridades joaninas contra Artigas, um dos líderes que se batiam pela independência da América espanhola e que entrara em guerra com o exército luso-brasileiro quando da invasão da Banda

³⁹ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 141.

⁴⁰ Idem, p. 141.

⁴¹ LUCCOCK, op. cit., p. 397. O inglês não esclarece as razões para este descrédito. E ainda que ele possa ter ocorrido, não nos parece ter sido generalizado pois, a julgar pelos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, encontramos negociantes franceses que se estabeleceram com firmeza na Corte, como veremos na próxima parte do capítulo. É claro que não podemos desconsiderar, assim como no caso dos ingleses vindos para cá em 1808 diante da abertura dos portos, que muitos aventureiros franceses aqui tenham aportado em busca de enriquecimento a qualquer custo, o que pode ter dado margem a más ações por parte destes e gerado alguma difamação.

⁴² ALEXANDRE, op. cit., p. 331.

⁴³ Grã-Bretanha, Rússia, Prússia e Áustria formavam a “Quádrupla Aliança”.

Oriental, os franceses teriam sua serventia. Em setembro de 1818, por exemplo, dois brigues de guerra seriam equipados no Brasil para dar caça aos piratas do líder insurreto. Além do comandante, grande parte da tripulação seria composta de franceses recrutados no próprio Rio de Janeiro.⁴⁴

Do lado francês, a oportunidade de acesso comercial ao Brasil em um momento de enfraquecimento econômico causado pelo desgaste das incessantes guerras napoleônicas, mostrava-se essencial, principalmente diante do processo de industrialização na França que então se consolidava. Além de promissor mercado consumidor para seus produtos industrializados, o Brasil joanino era igualmente um importante fornecedor de matérias-primas que ajudava a compensar o encolhimento das possessões coloniais francesas.⁴⁵ Assim, na parceria franco-brasileira iniciada após a queda de Bonaparte, um interesse comum: ambos usavam o outro como antídoto à influência econômica maciça da Inglaterra no Brasil. É verdade que os franceses não contavam com o protecionismo dado aos produtos ingleses, nem com grandes capitais e técnicas comerciais mais aperfeiçoadas, como seus concorrentes. De modo geral, a estratégia da França no nosso mercado, segundo esclarece Eneida Malerbi, com base na documentação consular francesa relativa ao período joanino,

sugere que o comércio de mercadorias francesas e o estabelecimento de cidadãos franceses foram intencionalmente estimulados para provocar o conhecimento e o gosto dos consumidores brasileiros por costumes e produtos da França. Diferentemente dos ingleses, porém, os franceses utilizaram-se de [...] estabelecimento de vínculos comerciais de pequena envergadura, com base na iniciativa individual e nos pequenos negócios...⁴⁶

A guerra direta contra Napoleão cessara, mas a luta anglo-francesa pela hegemonia mundial que ele abraçara prosseguia e, mais do que na época da vinda da Família Real, o mercado latino-americano, agora praticamente liberado da dominação metropolitana diante dos processos de independência da América espanhola, mostrava-se muito atrativo e de fácil penetração para os países de economia capitalista.⁴⁷ A possibilidade aberta à França de impor concorrência, no Brasil, à influência britânica era, portanto, estratégica, visto a força que esta última já vinha apresentando sobre a economia da América do Sul.

⁴⁴ BOURDON, op. cit., p. 249, nota 6.

⁴⁵ Cabe lembrar que a França, buscando refazer seu comércio exterior, primária pela restauração do seu sistema colonial e por uma política protecionista. Deste modo, o liberalismo joanino muitas vezes não encontraria contrapartida na França borbônica, as exportações para lá de açúcar e de café brasileiros sendo prejudicadas pelo sistema aduaneiro francês e pela proibição de ali serem consumidos, devendo ser reexportados para outros mercados, a fim de não criar conflitos com a produção colonial francesa (TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1995, p. 60).

⁴⁶ MALERBI, op. cit., p. 15.

⁴⁷ “No processo de reorganização das nações européias subsequente à queda de Napoleão Bonaparte, um aspecto logo se evidenciou: ao tradicional antagonismo franco-britânico, juntou-se a rivalidade imperialista” (ibidem, p. 2).

Os franceses, afastados que estavam de nosso mercado há anos pelos desmandos napoleônicos na Europa, mercado este que se encontrava bastante afeito aos produtos ingleses, também se veriam no início com dificuldades para se adequar à demanda dos súditos americanos de d. João. Vários pontos ainda contavam contra a concorrência comercial da França à Inglaterra nos trópicos portugueses a partir da queda de Napoleão. A começar pela navegação marítima francesa, mais dispendiosa do que a britânica. A Inglaterra, conseqüentemente, saía na frente com sua superioridade industrial, comercial e marítima e com a diferença aduaneira que privilegiava aqui seus manufaturados, saturando o mercado, sendo difícil competir com produtos similares aos seus.⁴⁸ Não bastasse isso, a falta de cônsules que defendessem, junto aos principais portos brasileiros, os interesses dos comerciantes franceses ainda dava margem a muitos abusos nas aduanas, onde as avaliações das mercadorias eram feitas, muitas vezes, de maneira arbitrária e os direitos de entrada a serem pagos chegavam a 40% no lugar de 24%.⁴⁹

Diante do predomínio inglês, a saída seria apostar em produtos diferenciados, como os artigos de luxo em mobiliário e moda, uma das especialidades da indústria francesa muito incentivada durante o Império napoleônico.⁵⁰ Malerbi esclarece que

A boa qualidade dos produtos industriais franceses – característica perseguida pela indústria daquele país e reconhecida pelos consumidores – bem como sua diversificação foram fatores importantes na consideração desses artigos, na sua diferenciação no mercado, no seu preço e finalmente na sua conformação como “artigos de luxo” [...]. Observa-se que, à medida em que essa diferenciação da produção francesa tornou-se tradicional no mercado brasileiro, a França passou a ter as melhores condições de competir comercialmente com outras nações européias.⁵¹

Enquanto as primeiras mercadorias apropriadas ao meio, aqui chegadas em 1808 dentro do comércio legal direto da Inglaterra com a colônia, já eram em grande parte conhecidas, tendo entrado antes da vinda de d. João por intermédio de firmas portuguesas, quando não por contrabando, os artigos franceses que aqui começavam a aportar traziam em sua grande maioria sabor de novidade.⁵² Isto, aliado ao requinte de muitos deles e ao uso do consumo na Corte como símbolo de status, sem dúvida,

⁴⁸ MALERBI, op. cit., p. 138-139.

⁴⁹ Esta denúncia seria feita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, com relação à Bahia, pelo capitão de um navio, e seria reportado a Maler, cônsul-geral da França no Brasil em missiva de 17 de março de 1819 (BOURDON, op. cit., p. 227, nota 4).

⁵⁰ Para o incentivo dado por Napoleão à indústria francesa de artigos de luxo, em vista da competição comercial franco-inglesa, e como isso se refletia na decoração e no vestuário da corte imperial napoleônica, cf. STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, item 4.5.1, “Objetos do Cotidiano: a Águia versus a Flor-de-Lis”, p. 279-292. Cabe salientar que as exportações francesas de artigos de luxo para o Brasil continuariam por todo o século XIX. Cf os quadros das principais mercadorias importadas da França pelo Brasil em ordem de importância de 1847 a 1856 e de 1887 a 1896 em TAKEYA, op. cit., p. 57.

⁵¹ MALERBI, op. cit., p. 107.

⁵² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. XIII (prefácio de Sérgio Buarque de Holanda).

deve ter contado em muito para que tais artigos caíssem rapidamente no gosto da elite fluminense. Após a primeira abertura dos portos, o Rio de Janeiro sofreria uma nova inundação de mercadorias, agora francesas. Marrocos testemunha, em 1816, este fenômeno que ele chama de “enxorrada perniciosa”, deixando ainda transparecer um arraigado preconceito contra tudo o que dissesse respeito à França. Ao escrever à irmã, ele observa:

Não posso explicar-te a abundancia e fartura das fazendas e quinquilherias Francezas, q. tem inundado esta Cid.^e, fazendo negaças ao dinheiro: já se não vê fazendas Inglezas, q. todas tem sido abandonadas, e toda a gente se vê ataviada ao gosto Francez, menos eu que sou Portugal Velho, e ninguem me tira desta cisma. Este porto se vê coalhado de Navios Francezes, que só mez passado entrarão 29 carregados de bugiarias...⁵³

Também é muito interessante notar que estes produtos começavam a chegar justamente em um momento de estabelecimento de novos hábitos na Corte, afinal, é “sobretudo a partir de 1816 que as modas européias começam a impor-se no Rio de Janeiro em matéria de mobiliário e decoração”, o mesmo se dando com relação à moda, especialmente aquela influenciada por Paris, fazendo com que enfeites e adornos importados caíssem no gosto do público consumidor.⁵⁴ Tanto assim, que Debret, neste mesmo ano, em uma das primeiras oportunidades que teve de percorrer as ruas do Rio, reparava que as vestimentas femininas obedeciam à época “a uma moda anglo-portuguesa, muito pouco graciosa, importada pela Côrte de Lisboa e na qual há oito anos nada se mudara, como que por apêgo à mãe pátria”. Teria buscado ele desenhar o que via, julgando ter captado, de maneira definitiva, um dos hábitos da terra. Mas admitiria em breve a inutilidade deste intento em particular visto que “o habitante do Brasil tem-se mostrado, desde então, [...] [um] entusiástico apreciador da elegância e da moda francesa”.⁵⁵

Em 1819, Leithold também dá seu testemunho neste sentido, notando que, entre os seletos frequentadores das cerimônias de beija-mãos da Corte, as “senhoras ostentam brilhantes e vestem-se à moda francesa”.⁵⁶ E em suas andanças por Minas, Spix e Martius comentavam sobre as mulheres que “vestem-se à moda de França”.⁵⁷ Ainda é Debret quem nota que esta influência de sua pátria na Corte

⁵³ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 231, carta n. 184, sem data, e p. 444 (respectivamente a citação anterior e esta). Por haver na carta referência ao falecimento do filho de Marrocos (nascido em 8 de setembro de 1816 e falecido onze dias depois) assumimos este ano para a correspondência.

⁵⁴ SILVA, Cultura e sociedade no Rio de Janeiro..., op. cit., p. 51.

⁵⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 126 (as duas citações). Na p. 110 ele também comenta acerca do habitante do Brasil: “O luxo europeu o seduz: compraz-se em adotá-lo e, nas capitais das províncias, não é mais estranho a nossos costumes. Nas reuniões brasileiras a dança e a música brilham entre elegantes ‘toilettes’ imitadas da moda francesa mais recente”.

⁵⁶ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 64.

⁵⁷ SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 210, v. 1.

não se limitava ao modo de vestir, pois, de “alguns anos para cá, a imitação da moda francesa tornou elegante darem os homens no passeio, o braço às senhoras casadas ou viúvas”.⁵⁸

Hábitos de consumo e comportamentos, como se percebe, estavam em mutação, e o propalado “apêgo à mãe pátria” iria se diluir gradualmente frente à intensificação da presença comercial francesa na Corte. Não podemos, por conseguinte, desprezar o impacto dos artigos importados da França no reforço desta tendência europeizante da elite. Além do mais, a recente elevação do Brasil a reino deve ter pesado igualmente para apurar gostos mais sofisticados de consumo e, desta maneira, possibilitar a rápida absorção deste novos produtos franceses que aqui entravam. A necessidade, neste caso, de adoção de parâmetros europeus culturais e de consumo não deve ser apartada da procura de reconexão da elite joanina no Brasil com a Europa a fim de corrigir a inferioridade de status que contava, aos olhos do Velho Continente, uma monarquia nos trópicos.

A menção de Spix e Martius às “inúmeras firmas comerciais inglêsas e francesas” encontradas em São Luís do Maranhão, durante sua estadia, nos dá uma pista de como a concorrência da França ia se fazendo presente.⁵⁹ Essa concorrência iria se acentuar cada vez mais, principalmente entre 1815-1860, refletindo ao longo do século XIX, no Brasil, a evolução da indústria e do comércio exterior franceses. Neste contexto ganhariam cada vez mais importância as casas comerciais importadoras-exportadoras francesas aqui estabelecidas, como a Boris Frères instalada no Ceará.⁶⁰ A França chegaria a ocupar, sobretudo na segunda metade do XIX, a segunda posição no movimento de importação e exportação de mercadorias brasileiras, em seguida à Grã-Bretanha.⁶¹ Mas já na primeira metade do século o panorama comercial no Brasil revelava diversas firmas de franceses, sendo que Pernambuco era, após o Rio, o lugar de maior concentração destas.⁶²

Da Inglaterra, em especial Londres e Liverpool, e de suas colônias chegavam ao Rio de Janeiro joanino, entre outros produtos, variados tecidos de lã, chitas, linhos finos, porcelanas e louça de barro, ferro, chumbo, cobre, zinco em estado bruto e trabalhado, âncoras, cordame, pólvora, cerveja, queijos, manteiga salgada e aguardente.⁶³ Diante da intensa entrada das mercadorias francesas e de sua boa aceitação pelo público, comerciantes ingleses estabelecidos na Corte passariam também a

⁵⁸ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 127.

⁵⁹ **SPIX & MARTIUS**, op. cit., p. 299, v. 2.

⁶⁰ A atuação comercial da casa Boris Frère é analisada por **TAKEYA**, op. cit.

⁶¹ *Ibidem*, p. 175.

⁶² **MALERBI**, op. cit., p. 95. Nesta mesma página a autora fornece vários exemplos de firmas francesas em Pernambuco, lembrando que todas elas operavam com algodão. Ela ainda lembra que, ao contrário da Corte, em Recife, apesar do intenso comércio, era restrito o consumo de artigos de luxo. Para outros exemplos de “casas francesas” na Bahia, no Maranhão e no Pará na primeira metade do XIX, cf. *ibidem*, p. 96-97.

⁶³ **SPIX & MARTIUS**, p. 69, v. 1. Para a lista de outros produtos enviados ao Rio, para reexportação, provenientes de várias nações da Europa e do restante das possessões portuguesas, cf. esta mesma obra, p. 69-71.

comercializá-las. Um exemplo é o de Robert B. Rigg, inglês aqui chegado em 1808,⁶⁴ que anunciava ter para vender “25 aparelhos de chá *Francezes*” (*GRJ*, 09/10/1816).

Uma pequena mostra da competição comercial entre França e Inglaterra é relatada por Leithold, que nos informa que um “bom par de sapatos ingleses custa nove patacas, ao passo que os franceses somente quatro ou cinco”.⁶⁵ Deslocando-nos da Corte para o interior junto aos viajantes, somos informados pelo pintor alemão Rugendas, que aqui permaneceu entre 1821 e 1825, que no Arraial do Tijucu, em Minas, lugar onde havia muitos funcionários da Coroa e negociantes, o “comércio é grande, principalmente de artigos de luxo e modas de Paris”.⁶⁶ Spix e Martius relatavam a abundância de mercadorias européias nas lojas em Salvador, em 1818. Nelas se podiam encontrar “fazendas inglesas, chapéus, cutelaria, artigos franceses de modas, linhos alemães, ferragens, produtos de Nüremberg, e tecidos de algodão grosseiro, portugueses”,⁶⁷ além de gêneros alimentícios, como bacalhau norte-americano. Em suas andanças pelo Pará, em 1819, encontraram “vinho, azeite, rendas, artigos de sêda, aguardente, frutas em conserva, artigos de joalheria [sic], papel, farinha, velas de cêra, artigos de vidro, brinquedos, pinturas, chapéus, tecidos de lã e cordame”,⁶⁸ tudo de procedência francesa.

Os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um dos suportes utilizados pelos negociantes da praça do Rio para divulgar ao público seus artigos, permitem um verdadeiro inventário das “fazendas”⁶⁹ remetidas da França aos trópicos joaninos desde a primeira abdicação de Napoleão. Correr os olhos por eles equivale quase a entrar nos vários estabelecimentos comerciais da época e remexer suas prateleiras, tal a variedade e a minúcia com que são noticiadas as mercadorias. E vale a pena nos determos um pouco neles a fim de observarmos como a cultura material do Rio joanino viu-se impactada pela chegada destes artigos franceses, o que nos dá oportunidade igualmente de deduzirmos como o cotidiano, especialmente dos grupos mais abastados desta sociedade, foram refinando-se não só no que diz respeito aos objetos de uso, mas também aos hábitos e conhecimentos.

⁶⁴ Cf. “Rigg, Robert” no *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 260, IEB.

⁶⁵ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 48.

⁶⁶ RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora/ EDUSP, 1972 [1835], p. 40.

⁶⁷ SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 156, v. 2.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 45, v. 3.

⁶⁹ O termo “fazendas” é usado tanto para se referir especificamente a panos feitos de lã, quanto como sinônimo de mercadorias em geral, como vemos no seguinte anúncio: “se há de fazer leilão de varias fazendas chegadas proximamente de *França*, [...] onde se achão trastes de sala do primeiro gosto como são proçolanas [sic], alabastro, quadros de gosto mais exquisito e moderno” (*GRJ*, 13/07/1816). Cf. também *GRJ*, 07/06/1815; *GRJ*, 10/07/1815; *GRJ*, 17/08/1816; *GRJ*, 25/09/1816; *GRJ*, 23/10/1816; *GRJ*, 13/11/1816; *GRJ*, 04/01/1817; *GRJ*, 18/01/1817; *GRJ*, 15/03/1817; *GRJ*, 22/03/1817; *GRJ*, 26/03/1817; *GRJ*, 26/03/1817; *GRJ*, 05/04/1817; *GRJ*, 23/04/1817; *GRJ*, 19/07/1817; *GRJ*, 24/09/1817; *GRJ*, 08/10/1817; *GRJ*, 07/01/1818; *GRJ*, 31/01/1818; *GRJ*, 15/07/1818; *GRJ*, 07/10/1818; *GRJ*, 31/07/1819; *GRJ*, 29/09/1819; *GRJ*, 20/10/1819; *GRJ*, 20/11/1819; *GRJ*, 29/12/1819; *GRJ*, 29/01/1820; *GRJ*, 19/02/1820; *GRJ*, 24/06/1820; *GRJ*, 28/10/1820; *GRJ*, 30/12/1820; *GRJ*, 03/01/1821; *GRJ*, 31/01/1821; *GRJ*, 23/05/1821.

Apesar da concorrência inglesa, percebemos que muitos eram os tecidos de origem francesa que passaram a ser aqui comercializados. São anunciadas “cambraias” (*GRJ*, 17/12/1814), “sedas” (*GRJ*, 20/07/1816), “pannos de linho” (*GRJ*, 23/10/1816), “chitas, [...] tafetás de todas as cores” (*GRJ*, 02/11/1816), “crêpes” (*GRJ*, 15/10/1817); “setins, [...] sarjas” (*GRJ*, 31/07/1819), “veludo preto de *Lyão* superfino; [...] rendas de seda pretas, e brancas da famosa fábrica de *Chantilly*” (*GRJ*, 03/04/1819).

Mas se a preferência fosse por roupas prontas, fartas eram as opções, principalmente para as “Senhoras”. As últimas modas femininas de Paris em vestuário, sapatos, enfeites e acessórios cobriam as páginas de anúncios da *Gazeta*. São “chapeos de palha [...], tanto pretos como brancos, plumas e flores, brincos, collares, pentes, chales, lenços” (*GRJ*, 07/08/1816); “diamantes, [...] perolas finas e falsas, [...] bijoterias, bordaduras reaes” (*GRJ*, 10/08/1816); “joias de toda a especie, vestidos das ultimas modas” (*GRJ*, 23/10/1816); “leques, [...] botas, çapatos [...], [...] luvas” (*GRJ*, 02/11/1816); “toucas bordadas de ouro e prata” (*GRJ*, 08/10/1817); “ornamentos de cabeça, gargantilhas” (*GRJ*, 15/10/1817). À disposição do público feminino encontravam-se ainda “camizas de cambraia bordadas” (*GRJ*, 07/03/1818); “ligas elasticas [...], [...] mangas de filó bordadas” (*GRJ*, 25/03/1818); “corpinhos de renda” (*GRJ*, 27/01/1819); “chapéos de algodão feitos segundo o ultimo gosto de *Paris*, guarnecidos de rendas, plumas brancas e pretas” (*GRJ*, 13/02/1819); “chales de lã á imitação de camelo” (*GRJ*, 07/04/1819); “meias de seda” (*GRJ*, 06/09/1820) e até mesmo “leques para luto” (*GRJ*, 02/10/1819).

Os homens também se beneficiavam do comércio com a França. Para eles, aqui aportavam “relogios [...] de algibeira” (*GRJ*, 07/08/1816); “caixas de tabaco, de muitas sortes” (*GRJ*, 07/08/1816); “botas, çapatos [...], [...] chapeos” (*GRJ*, 02/11/1816); “espadins dourados” (*GRJ*, 08/10/1817); “floretes” (*GRJ*, 08/10/1817); “camizas de cambraia bordadas” (*GRJ*, 07/03/1818); “suspensorios” (*GRJ*, 25/03/1818); “abotoaduras de pedras falsas” (*GRJ*, 10/10/1818); “tudo necessario para topes, e cabelleiras para homem” (*GRJ*, 31/07/1819); “lenços de *Rouen* para tabaco” (*GRJ*, 03/05/1820), “meias de seda” (*GRJ*, 06/09/1820) e “coletes” (*GRJ*, 17/01/1821). Para o público infantil ofereciam-se “barretinas para meninos” (*GRJ*, 18/06/1817), “brincos de crianças” (*GRJ*, 24/09/1817), “botins [...] para [...] meninas” (*GRJ*, 03/01/1818), “vestidos de cassa e cambraia bordados [...], bonnés de renda” (*GRJ*, 03/06/1820), “çapatos e botins” (*GRJ*, 30/12/1820; *GRJ*, 03/01/1821).

Os produtos vindos da França marcariam também os cuidados pessoais com um “grande sortimento de todas as qualidades de cheiros, banhas, oleos da melhor qualidade” (*GRJ*, 19/07/1815), “pomadas, [...] e aguas de cheiro, vinagres simples aromáticos de toucador” (*GRJ*, 07/08/1816), “perfumerias” (*GRJ*, 25/01/1817), “esponjas finas” (*GRJ*, 25/03/1818), “navalhas de barba” (*GRJ*, 15/07/1818); “agoa de *Colonia*” (*GRJ*, 30/12/1820; *GRJ*, 03/01/1821), “sabonetes superfinos” (*GRJ*,

31/01/1821). “lavatorios, com todos os pertences” (*GRJ*, 03/01/1818); “toucadores [...] portateis” (*GRJ*, 07/08/1816) e “estojos para homem e para Senhora guarnecidos de peças de ouro, prata e madre perola” (*GRJ*, 15/07/1818).

As residências podiam ganhar ares de Europa com os “espelhos de todos os tamanhos e qualidades” (*GRJ*, 19/07/1815), o “papel pintado *Francez* para forrar salas” (*GRJ*, 15/05/1816); os “vazos de alabastro, commodas, escrivaninhas, mezas, louça, pendolas, figuras, e outros generos do melhor gosto” (*GRJ*, 29/06/1816); as “camas” (*GRJ*, 20/07/1816); as “secretarias portateis do ultimo gosto, relógios [...] de meza, roupa de meza adamascada, panno para lençóis” (*GRJ*, 07/08/1816); os “lustres” (*GRJ*, 18/06/1817); os “soffas” (*GRJ*, 26/08/1817); os “castiçaes” (*GRJ*, 08/10/1817) e as “ricas alcatifas aveludadas para tapeçar salas” (*GRJ*, 31/10/1818).

Mesmo os utensílios domésticos que poderiam parecer ao nosso olhar os mais triviais eram importados da França. Havia os “candieiros de toda a qualidade” (*GRJ*, 10/08/1816), as “caffeteiras para fazer caffè em hum minuto” (*GRJ*, 19/11/1816); um “sortimento completo de chicaras e pires” (*GRJ*, 30/07/1817); “mezas de costura para senhoras” (*GRJ*, 26/08/1817); “copos para agoa, [...] galões” (*GRJ*, 25/10/1817); “lamparinas aperfeiçoadas, [...] muito commodas e muito economicas para a noite” (*GRJ*, 06/12/1817); “facas de desert, com a folha de prata, e de ouro e cabo de madre perola” (*GRJ*, 03/01/1818); “candeias para aquecer agoa” (*GRJ*, 07/03/1818); “canivetes, tezouras, raspadores” (*GRJ*, 15/07/1818); “tijelas de lavar, assucareiro, [...] bandeijas de prata fina, compoteiras e garrafas de cristal” (*GRJ*, 27/01/1819); além de “galhetas, [...] saleiros de prata” (*GRJ*, 24/02/1819); “bules” (*GRJ*, 03/04/1819), “cera” (*GRJ*, 30/08/1817) e “azeite para lamparinas” (*GRJ*, 07/03/1818).

Podiam-se beber, produzidos na França, “licores engarrafados muito superiores” (*GRJ*, 08/07/1815); o “moscatel de *Frontignan*” (*GRJ*, 02/10/1819); a “agoardente de *França*” (*GRJ*, 27/09/18120), além dos tradicionais vinhos de Champagne e Bordeaux. Era possível saborear, igualmente, “conservas de frutas” (*GRJ*, 31/05/1817); “pasteis de *Perigueux*” (*GRJ*, 04/06/1817); “charope de vinagre *franboise*, doces de diversas frutas da *Europa*” (*GRJ*, 07/03/1818), “confeitos e amendoas de todas as especies” (*GRJ*, 14/08/1819), assim como “vinagres simples aromáticos [...] de meza” (*GRJ*, 07/08/1816).

Alguns artigos franceses aqui comercializados dão pistas sobre os divertimentos e passatempos dos habitantes da Corte, como os “oculos de opera” (*GRJ*, 25/10/1817) e os “oculos para theatro e para o circo” (*GRJ*, 14/10/1818); os “jogos de crianças” (*GRJ*, 15/10/1817) e os “jogos de xadrez” (*GRJ*, 29/09/1819). A caça seria um deles a julgar pela venda de “armas de luxo de todas as qualidades dos feitios mais modernos; [...] pistolas de coldre e de algibeira de todos os calibres e de todos os preços; espingardas de caça de hum ou dois canos, espingardas de segurança de nova invenção todas

guarnecidas de cobre; espingardas, que podem servir de bengala; polvarinhos, cartucheiras, pederneiras” (*GRJ*, 06/12/1817).⁷⁰ No que diz respeito às armas de fogo, não se pode descartar também a necessidade de proteção pessoal.

Ainda com relação aos objetos franceses, do popular ao clássico, o gosto musical se deixa entrever como entretenimento para além das idas ao teatro nos anúncios de “instrumentos de muzica” (*GRJ*, 23/10/1816), como “pianos, violas” (*GRJ*, 25/01/1817) e “huma bella harpa” (*GRJ*, 12/09/1818). Oferecia-se um “grande surtimento de muzica [...] dos melhores Autores, para instrumentos de todas as qualidades e para cantoria; entre a qual tambem se acha muita diversidade de obras instructivas para os mesmos” (*GRJ*, 13/11/1816), assim como “cordas para viola, rebeca [sic], e forte piano, [...] [e] papel pautado para escrever musica” (*GRJ*, 21/10/1818).

E o hábito dos passeios ou a necessidade de circulação pela cidade ou pelo campo, usando-se tração animal, são sugeridos pelos anúncios de “sellas para serviço de homens e senhoras” (*GRJ*, 02/11/1816); de “lanternas para carrinho” (*GRJ*, 25/03/1818) ou de “huma carruagem nova de quatro rodas com todos os seus pertences” (*GRJ*, 15/03/1817). O apelo à origem francesa no que toca ao transporte era encontrado em anúncios como o de “huma carruagem á *Daumont*, feita no ultimo gosto, mui bem acondicionada com arreios para quatro cavallos: carrinhos para dois cavallos, e para hum só, cobertos e descobertos, feitos com a maior perfeição” (*GRJ*, 03/10/1818) ou de “seges ao uso de *Paris*” (*GRJ*, 03/05/1820).

Muitos são os livros de origem francesa divulgados para venda. Alguns títulos, no entanto, chamam atenção por revelarem temas que denotam um apuro maior de interesses, como no caso da “elegante obra, intitulada *Musée Français*, em cinco volumes em folio, que comprehende huma collecção completa de quadros, estatuas, e baixos relevos, que compõe a Compilação Nacional, com a explicação dos Objectos, e Discursos Historicos sobre a Pintura, Escultura, e Gravura” (*GRJ*, 25/04/1818) ou o “*Repertoire général du Theatre Français*, 51 vol. 80:000” (*GRJ*, 21/11/1818). A tendência ao refinamento observado nas roupas, nos objetos pessoais e nos móveis parece seguir, do mesmo modo, em direção à cultura geral a ser adquirida e ostentada em sociedade. A prática da escrita, privada ou de cunho comercial, por sua vez, é sinalizada na comercialização de “lacre, obreas, sandaraca, pennas, lapis, carteiras com fechadura, [...] tinteiros, papeis de todas as qualidades” (*GRJ*, 15/07/1818) e “livros em branco” (*GRJ*, 30/12/1818).

⁷⁰ “espingardas boas, seguras e leves de hum e dois tiros, carnivoros para recolher a caça, sacos para o chumbo, polvarinhos e tudo quanto he necessario para caçar” (*GRJ*, 02/12/1818).

Observamos também uma série de artigos franceses voltados para públicos bastante específicos, determinados pela ocupação do indivíduo. Assim, estavam à venda “instrumentos de vidro, e productos de Chimica e Pharmacia” (*GRJ*, 07/08/1816); “huma prensa para encadernar livros com todos os instrumentos necessarios” (*GRJ*, 25/03/1818), “pesalicores de diferentes gradações e uzos” (*GRJ*, 23/10/1816); “çapatos para dançarinas” (*GRJ*, 05/12/1818); “vasos de porcelana proprios para ornar os altares das Capellas” (*GRJ*, 06/09/1820) e mesmo “calças grossas de linho para pretos” (*GRJ*, 02/11/1816). A pedido de oficiais engenheiros eram trazidos “estojos completos de Mathematica com o calibre das bocas de fogo” (*GRJ*, 25/03/1817). Para os negociantes de diversos ramos, estavam à disposição “livros para comercio, a singular tinta doble de *Guyot*, tintas vermelhas de todas as côres do mesmo author, [...] e finalmente tudo que serve para provisão dos escritorios” (*GRJ*, 15/07/1818). Para os artistas “brochas, pinceis, tintas em grão e pães, papel e lapis de todas as cores e qualidades, pastas, estojos ricamente guarnecidos para pintar, palhetas, vidros e marfim para retratos, vidros grandes para quadros, etc.” (*GRJ*, 15/07/1818).

A carreira das armas apresentava-se, igualmente, como um lucrativo nicho de mercado para a França, a julgar pelos “fusis fosforicos”; “sabres e espadas militares ricas, punhaes de marinha” (*GRJ*, 06/12/1817); “penachos de todos os tamanhos e de todas as cores, plumas para guarnecer chapeos d’Officiaes Generaes” (*GRJ*, 12/09/1818); “dragonas de General” (*GRJ*, 27/01/1819) e “gravatas pretas para militares” (*GRJ*, 06/09/1820). Eram comercializados “florete com punho de madre perola, e os pertences convenientes, espadas da forma *Turca e Ingleza* com bainha de ferro, espadas de Caçadores *Francezes* com bainha dourada” (*GRJ*, 02/12/1818), estas últimas mercadorias anunciadas “para os Senhores Officiaes de Infantaria e de Cavalaria” (*GRJ*, 02/12/1818).

Alguns anúncios da *Gazeta* de produtos franceses demonstram, poucos anos após a admissão da França borbônica como parceira comercial do Brasil joanino, o pleno conhecimento das necessidades de nosso mercado por alguns experientes comerciantes. Eles também sugerem que este conhecimento, unido aos lucros advindos deste comércio, poderia levar alguns fabricantes na França a modificarem seus artigos visando melhor adequá-los a estas necessidades e melhorar a receptividade pelos consumidores daqui. É o que revela um aviso de venda de “çapatos envernizados para homem e Senhora, botas, e botins feitos por hum dos mais famosos *Çapateiros* de *Paris*.” (*GRJ*, 14/11/1818; *GRJ*, 28/11/1818). Nele, afirmava-se ser o “couro muito macio e de primeira qualidade a *uso da America*, tudo feito de encomenda á *moda, e ao gosto do paiz*” (grifos nossos). O mesmo pode-se dizer de um anúncio de “panno de superior qualidade para cazacas, azuis ferretes, pretos, inclusivas muitas cores, modas, e qualidades, *fabricadas de proposito para este paiz*” (*GRJ*, 31/10/1818, grifos nossos).

Em meio às “quinhilarias” (*GRJ*, 20/07/1816) vindas da França ainda encontramos “pregos” (*GRJ*, 02/11/1816); “lampadas austras” (*GRJ*, 25/10/1817); “caixas de papelão” (*GRJ*, 25/10/1817); “papelões” (*GRJ*, 15/10/1817); “Bilhetes de visita, e papel bordado para escritinhos” (*GRJ*, 15/07/1818); “lencinhos de pescoço de 6 a 20 patacas” (*GRJ*, 12/09/1818); “carteiras de marroquim” (*GRJ*, 27/01/1819); “palha para chapeos” (*GRJ*, 03/04/1819); “phosphoros” (*GRJ*, 14/08/1819); “almofadas para o pescoço, [...] mantos de seda bordados muito ricos de corte” (*GRJ*, 14/08/1819); “fitas de ordem para relajo” (*GRJ*, 29/09/1819); “cordões de seda de todas as cores” (*GRJ*, 30/12/1820; *GRJ*, 03/01/1821); “estojos com musica dentro” (*GRJ*, 15/07/1818) e até “varias sementes bem conservadas” (*GRJ*, 18/01/1817). E a lista ainda vai longe. Chama atenção, no entanto, um outro produto fabricado em solo francês, voltado para o tratamento de um mal que, muitas vezes, pode ter tido origem no contato com alguma meretriz⁷¹ da mesma nacionalidade: a sífilis. Assim, informava-se que o “Armazem *Francez* na rua do Rosário n. 60 acaba de receber o verdadeiro *Robanti-syphilitique* de M. *Laffecteur*, remedio muito excellente para curar todos os males venereos” (*GRJ*, 28/03/1818; *GRJ*, 10/06/1818).

Sérgio Buarque de Holanda é categórico ao afirmar que as modas européias aqui estabelecidas, principalmente a partir de 1816, “só impõem entre a gente rica: o grosso da população mal chega a ser tocado por sua presença”.⁷² De modo geral, poucos deveriam ser aqueles que conseguiam transpor com comodidade a distância entre o anúncio e a compra, principalmente quando se tratava de consumir produtos de luxo, como em sua maioria eram aqueles vindos da França. Pelos cálculos do cônsul francês Maler apenas um oitavo da população urbana do Rio consumia estes objetos.⁷³ Mas não podemos nos esquecer que esta cidade, enquanto centro das possessões bragantinas, abrigava um número maior de pessoas cujos cabedais possibilitavam um acesso mais amplo a esses produtos diferenciados. Contrariando a afirmação de Holanda, Leithold apresenta-nos indícios de hábitos de consumo voltados às mercadorias estrangeiras espalhados pelas várias camadas da sociedade, sem distinção de cor ou posses, em uma de suas descrições sobre as vestimentas dos moradores da cidade do Rio. A tendência à europeização dos costumes fica clara na menção que ele faz à inadequação ao clima tropical dos tecidos utilizados nas roupas e dos usos à mesa:

Apesar do calor e mesmo com tempo bom, a gente do povo, brasileiros e mulatos, usa uns casacos pesados e felpudos. O mesmo fazem as mulheres, que ainda se cobrem de véus prêtos. Doutro modo, vestem-se elas, brasileiras e portuguesas, de sêdas e tafetás; enquanto

⁷¹ Sobre as meretrizes observadas por Leithold na corte joanina, cf. LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 32.

⁷² SILVA. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. XIV (prefácio de Sérgio Buarque de Holanda).

⁷³ Idem. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e de D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 239.

que as negras e mulatas usam tecidos grosseiros de lã em côr preta. Mesmo num clima tão quente, muitas famílias tomam chá e ainda comem às onze da noite.⁷⁴

O mesmo viajante dá outras pistas sobre o consumo naquela capital, o que se torna interessante para termos uma idéia da saída que as mercadorias anunciadas realmente tinham. Ele começa por afirmar haver “relativamente muito mais luxo aqui do que nas mais importantes cidades da Europa”, palavras essas que ganham credibilidade quando sabemos tratar-se de um militar europeu, possivelmente viajado, e que, enquanto estrangeiro, poderia apresentar a tendência a depreciar os usos e costumes do país que visitava. Completa ele: “Com dinheiro compram-se artigos da moda, franceses e inglêsses, em suma, tudo”. O “mundo elegante”, observa Leithold, veste-se “como entre nós, segundo os últimos modelos de Paris”.⁷⁵ Os homens usando “casaca e capas das mais finas telas e meias brancas de sêda” e até mesmo, para se protegerem da poeira e da chuva, “as chamadas capas escocesas importadas da Inglaterra”. Muitos comerciantes eram adeptos de “casacas [confeccionadas] com panos prêtos de uma qualidade por mim nunca vista, igual à sêda”.⁷⁶

Sobre as senhoras abastadas que frequentavam a Corte o militar prussiano relatava: “O luxo das mulheres é indescritível”. Chama ele atenção para as “pedras preciosas e pérolas de extraordinária beleza” que ostentavam nas cerimônias oficiais e nos espetáculos teatrais, assim como para os leques, alguns também “ornados de brilhantes e pérolas, e um até provido de pequeno relógio verdadeiro”. Segundo ele, “Seguem o gôsto francês, ousadamente decotadas”, usando “vestidos [que] são bordados de ouro e prata”, “plumas francesas, de dois pés de comprimento”, que em número de quatro ou cinco utilizam para adornar a cabeça, “diademas incrustados de brilhantes e pérolas, alguns de excepcional valor”.⁷⁷ E, assim como na descrição anterior acerca das vestimentas masculinas, no trajar feminino observado por ele vemos muitas coincidências com os produtos anunciados.

Deste modo, desde a aceitação da França como parceira econômica do Brasil, a latente rivalidade franco-inglesa pela dominação do mercado brasileiro falaria mais alto, apesar das dificuldades enfrentadas. Grande, conseqüentemente, seria a pressão feita pela França para receber tratamento ao menos igual àquele dispensado à Inglaterra. Contudo, apenas em 8 de janeiro de 1826 a balança

⁷⁴ LEITHOLD & RANGO, op. cit. p. 28. Referindo-se tanto às mulheres brancas quanto às de cor, comenta ainda que aos domingos “vestem-se tôdas de prêto, na maior parte de sêda, com meias de sêda branca, sapatos correspondentes e sobre a cabeça um véu prêto de fino crepe que cobre a metade do corpo” (ibidem, p. 30).

⁷⁵ Esta tendência se acentuará cada vez mais: “Entre os seis primeiros fornecedores da Corte Imperial, entre 1840 e 1854, por exemplo, constavam quatro firmas parisienses: Dordet, fabricante de facas; Laurencot, de trabalhos em marfim; J. P. Ailland Moulon e Cia, livreiro; Mme Victor Delahegue Domere, bordadeira. Até 1860, foram fornecedores parisienses da Corte brasileira: Boussart, alfaiate; Marchais e Irmãos, flores artificiais; Beaufour Lemmonier, adornos para cabelos; Leroy e Filhos, artigos religiosos; Chevalier, construtor de aparelhos de economia doméstica; Rodel e Cia, conservas” (MALERBI, op. cit., p. 92).

⁷⁶ Todas as citações deste parágrafo encontram-se em LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 29-30.

⁷⁷ Ibidem, p. 30-31 (todas as citações deste parágrafo).

penderia para o lado dos franceses. O contexto político enfrentado pelo recém criado Império do Brasil daria o argumento para que a França conseguisse seu objetivo de ser favorecida comercialmente nos mesmos moldes dos privilégios outrora concedidos aos britânicos: em troca do reconhecimento de nossa independência ela demandava taxas preferenciais para seus produtos, equiparando-as às dos artigos ingleses, e tratamento especial para os súditos franceses aqui fixados ou de passagem. O que o pai-rei fizera em favor da Inglaterra sob a pressão da invasão dos franceses em Portugal, o filho-imperador desfazia em busca de legitimação internacional.

Contudo, em 1827, um novo tratado com a Grã-Bretanha conseguiria assegurar-lhe, ao menos, que nenhuma outra nação seria mais privilegiada do que ela, até que, em 24 de setembro de 1828, foi estabelecida a taxa de 15% para todas as mercadorias de qualquer nação entradas no Brasil.⁷⁸ Em termos de política alfandegária e fiscal de cunho liberal o Brasil chegava ao auge de um processo que se iniciara em 1808 e, com ele, a drástica diminuição dos obstáculos ingleses aos interesses franceses no Império brasileiro. Finalmente, a igualdade comercial entre as nações chegava aos nossos portos. A partir desse momento, porém, a tendência, apesar do princípio de igualdade, seria de aumento destas taxas o que seria concretizado com a Tarifa Alves Branco (1844) que estabeleceria alíquotas de 30% para a maior parte dos produtos importados, chegando a 60% em caso de se tratar de similares aos produzidos no país.

Assim como o governo joanino fizera, ao torcer rapidamente o discurso raivoso contra os franceses em mensagem de boas vindas, as conveniências econômicas também falariam mais alto para a França em 1826. Afinal, ao reconhecer o Império de d. Pedro ela deixava de lado a defesa do princípio de legitimidade na Europa, com a qual se via comprometida após a queda de Bonaparte, para privilegiar a defesa de seus interesses comerciais na América.⁷⁹ Mas ironia do destino, mesmo, é perceber que o que Napoleão sempre buscara no poder – impor-se à influência econômica inglesa – ele conseguiria fazer na América portuguesa, mas só após renunciar em 1815, visto que o restabelecimento das relações comerciais com a França é que possibilitaria a esta fazer frente, do ponto de vista comercial, à Inglaterra. Assim, o que se percebe é que as batalhas anglo-francesas por hegemonia mercantil não chegam ao fim com o fenecimento do poderio napoleônico.

⁷⁸ TAKEYA, op. cit., p. 53, nota 2.

⁷⁹ MALERBI, op. cit., p. 18-20 e p. 62. Esta aparente contradição entre defesa da legitimidade e interesses comerciais na América Latina também era bastante recorrente no comportamento da Grã-Bretanha já desde a vinda da Corte para o Brasil.

5.3. E os franceses “invadem” o Brasil

O fechamento dos portos brasileiros à França, durante grande parte dos conflitos napoleônicos, e as vantagens econômicas adquiridas pelos ingleses, a partir de 1810, levariam, nos primeiros anos após a trasladação de d. João, à ascendência da Grã-Bretanha, em algumas regiões do Brasil, tanto no que diz respeito ao consumo quanto aos costumes.⁸⁰ Tanto assim que Rugendas, aqui chegado em 1821, assegurava que, por esta época, ainda era “de bom-tom, na alta sociedade, imitar os costumes ingleses”.⁸¹ Esta situação deixava-lhe a impressão de artificialidade que, segundo ele, não combinava com o clima carioca ou com a vivacidade dos habitantes do Rio. Acrescentava também que “nenhum aspecto agradável apresenta ao artista o transeunte que, como é aqui de praxe, atravessa o Passeio Público vestido à última moda de Paris ou Londres”.⁸² Este depoimento de um europeu, recheado de lamentações no que toca à tendência de europeização da flor da sociedade carioca, é perfeitamente compreensível. Ficamos a imaginar como para um pintor estrangeiro que ansiava por captar com sua arte um mundo tropical e exótico, que por longo tempo mantivera-se fechado à curiosidade de outras nações devido às práticas defensivas da coroa lusa, nada mais desapontador do que descobrir-se, em pleno Rio, cercado de tanta Europa, fosse ela continental ou do outro lado da Mancha.

No entanto, ainda que influências britânicas se tenham feito sentir na América portuguesa no início do XIX, este seria o século por excelência da ascendência da França no Brasil. Se em muito pesava o predomínio comercial inglês, do ponto de vista cultural a nação francesa iria ganhando a dianteira. Não obstante,

Essa influência não se manifestou nem com igual intensidade, nem simultaneamente em todo o Brasil. Sua ação foi maior em alguns núcleos como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, São Paulo onde vários agentes colaboraram nesse sentido. No Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia essa influência já estava amadurecida e manifestava-se em tôda sua plenitude desde a primeira metade do século XIX. Nessa mesma época, em São Paulo, ela apenas se esboçava e só alcançaria igual importância, cinquenta anos mais tarde.⁸³

⁸⁰ Cf. **PANTALEÃO**, Olga. A presença inglesa. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, livro 1, cap. 3, p. 64-65.

⁸¹ **RUGENDAS**, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora/ EDUSP, 1972 [1835], p. 108. O artista completava este depoimento lamentando-se ao ver esta elite contaminada “com as mesquinhas, as bobagens, e os preconceitos da alta sociedade européia e, principalmente, inglesa”.

⁸² *Ibidem*, p. 108.

⁸³ **NOGUEIRA**, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo, na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 16, p. 321, outubro-dezembro 1953. A citada pouca influência européia em São Paulo na primeira metade do XIX seria atestada por Spix e Martius em 1818: “Entre os moradores de São Paulo, o gosto pelo luxo europeu ainda não se desenvolveu tanto como entre os ricos baianos, pernambucanos e maranhenses. Cuida-se mais do asseio e da comodidade na disposição da casa do que da elegância e suntuosidade [...]. No tom da sociedade nota-se ainda

Já no período joanino esta influência começaria a fazer-se presente, propiciada pela queda de Napoleão, reforçando-se paulatinamente até chegar ao período republicano, quando o lema do Positivismo de Comte apareceria estampado em nossa bandeira. Assim, diante da Independência e ao longo do Segundo Reinado, se “no plano econômico a Inglaterra representava o principal interlocutor para a jovem nação, no plano das idéias, a França asseguraria os modelos com os quais se buscava pensar e viabilizar um modelo de organização nacional para o Brasil”.⁸⁴ Lembremos que, mesmo antes da carta constitucional e da República começarem a ser incorporadas nas práticas políticas luso-brasileiras, a França já se apresentava por aqui, às mentes mais avançadas, como referencial cultural.

Na época do rei, se antes de 1815 o tom da influência estrangeira puxava bastante para a Inglaterra, a partir de então, tonalidades francesas começariam a fazer-se cada vez mais presentes. Em parte, devido à liberação da entrada de mercadorias vindas da França que passaram a abundar no mercado e foram se espalhando nos diversos rincões do cotidiano dos vassalos joaninos. Contudo, não devemos nos esquecer que o aumento da afluência de súditos de Luís XVIII, principalmente ao Rio, seja de passagem ou buscando estabelecer-se, reforçaria igualmente a faceta francesa do processo de europeização de costumes da Corte:

Foram êles fontes de novos modos de vida para tôda uma sociedade. Agiram como centro de propagação da cultura francesa com a irradiação comercial de produtos, intelectual de idéias e principalmente social de costumes, usos e estilos de vida.⁸⁵

Dentre os motivos primordiais que estimulariam e intensificariam estes deslocamentos para cá, após o fim do Império napoleônico, temos a própria mudança na chefia do governo francês que colocaria em situação desfavorável vários dos antigos colaboradores de Bonaparte, o que em alguns casos chegaria mesmo à perseguição política. Tanto assim que, na fase que se seguiu imediatamente ao desastre de Waterloo, muitos bonapartistas foram massacrados em Marselha, Nimes, Avignon e Toulouse, no que como ficaria conhecido como “Terror Branco”. Além disso, políticos foram desligados de seus cargos, generais condenados à morte, vários acadêmicos seriam excluídos do *Institut*, como David, pintor oficial de Napoleão, e muitos dos que haviam aderido ao governo dos Cem Dias seriam banidos enquanto se impunha a “lei da proscricção”.⁸⁶

pouca influência da Europa (SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 148, v. 1).

⁸⁴ SALGADO, Manuel Luiz. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, v. 4, n. 1, p. 135, jan.-jun. 1989.

⁸⁵ NOGUEIRA, op. cit., p. 329.

⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas – Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 182.

Outro atrativo para os franceses no Brasil seria o restabelecimento das relações franco-portuguesas que permitiriam mais fácil acesso entre os portos de ambas as nações, do mesmo modo que a presença de agentes consulares franceses, que tinham a função de auxiliar seus compatriotas na América portuguesa. Isso sem falar no surgimento de oportunidades de trabalho, de acesso à terra e de desenvolvimento de atividades comerciais ocasionadas pelo processo de urbanização e de intensificação de negócios em lugares como o Rio de Janeiro. Para aqueles franceses, cujas perspectivas encontravam-se limitadas de alguma forma por esta época, partir para a América era perseguir a miragem de emprego, ascensão social e paz.

A seguir, usando registros da Intendência da Polícia, anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* e depoimentos de viajantes, procuraremos montar um sucinto painel da presença francesa na América portuguesa, com a intenção de ilustrar como um dos efeitos imediatos da queda de Bonaparte seria a intensa inclusão do elemento francês no cotidiano do Brasil, tanto do ponto de vista demográfico, quanto comercial e cultural. Nosso desígnio é quebrar com a impassibilidade de nomes, datas e cifras, ainda que os utilizando com insistência, buscando dar a estas informações um invólucro mais humano, tornando-as homens e mulheres de carne e osso, e não apenas dados, cujas pegadas podem ser, vez por outra, seguidas e cujos sentimentos, reveses e interesses podem ser intuídos.

Se no item anterior, adentramos os estabelecimentos comerciais da Corte, à procura da presença francesa em suas prateleiras e em cima dos balcões, agora queremos travar conhecimento com os franceses aqui chegados. Para tal, além de continuarmos a folhear os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, usaremos o *Registro de Estrangeiros* e o registro de franceses residentes no Rio de Janeiro.⁸⁷ Ainda que ambos apresentem certas limitações em seus dados, o primeiro ajudar-nos-á a ter uma idéia melhor sobre a movimentação destes franceses que aqui desembarcavam, o segundo a traçar um perfil geral da população francesa na Corte.

5.3.1. Os franceses na América portuguesa (1808-1822)

O *Registro de Estrangeiros*, publicado pelo Arquivo Nacional em 1960, traz uma compilação de diversos códices, datados entre 1808 e 1822, que fazem parte do acervo do ANRJ. Nele são assinaladas pessoas de várias nacionalidades (não nascidas em domínio português) para quem a América

⁸⁷ *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46 (IEB) e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960 (ANRJ).

bragantina seria rota de passagem ou local de residência. De acordo com a publicação, calcula-se em 4234 o número de estrangeiros aqui entrados neste período, segundo fontes oficiais, sem contar familiares e criados.⁸⁸ Destes, mais de 1500 eram espanhóis, cerca de 600 eram ingleses, por volta de 200 eram alemães, outras duas centenas italianos, quase 100 suíços e norte-americanos, cerca de 50 suecos, 30 holandeses, 25 irlandeses, 13 austríacos e 11 dinamarqueses e escoceses. Por ela ainda somos informados que perto de 24000 portugueses aqui entraram no mesmo período.⁸⁹

Os súditos de Sua Majestade Britânica, apesar de sua preeminência econômica, aparecem em terceiro lugar, sendo precedidos pelos espanhóis e pelos franceses, estes em número de 993.⁹⁰ Isto não quer dizer que existissem mais franceses ou espanhóis do que ingleses residindo aqui, afinal várias destas pessoas eram registradas em trânsito, a caminho de outros países, ou mesmo no momento em que deixavam o Brasil. Mas todos estes números indicam como as convulsões políticas e as guerras, sejam aquelas ocorridas na Europa no combate a Napoleão, sejam as de independência nas colônias espanholas, tiveram o poder de movimentar pessoas ao redor do mundo. E como, neste momento, a América portuguesa seria impactada por estas movimentações em caráter permanente ou não. Assim, após a febre do ouro nas Minas, no século XVIII, e a chegada abrupta da Corte no início do XIX, a abertura dos portos seria outro momento de *boom* populacional na América lusa, posteriormente intensificado pelo restabelecimento das relações com a França.

Este fluxo migratório entre 1808 e 1822, sem dúvida, explica-se pelo contexto internacional de instabilidades políticas e econômicas. Contudo, independente do motivo da partida, muitos para cá se dirigiram com o intuito definido de buscar um recomeço mais promissor e rearranjar-se na vida, como Prospero Solon Chanmette, vindo de Havre de Grace, em 1816, para a Bahia para “procurar um emprego”.⁹¹ Outros, no entanto, não passavam de aventureiros e oportunistas que arriscavam suas

⁸⁸ *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 6, IEB. Este número também guarda certa imprecisão pois muitas pessoas eram citadas em mais de um código e, muitas vezes, até mesmo por erros de grafia no documento original, eram consideradas como pessoas diferentes. Além do mais, de alguns registros constavam acompanhantes e parentes que muitas vezes nem tinham seus nomes assinalados.

⁸⁹ *Idem*, p. 7.

⁹⁰ A emigração francesa ainda se fazia constante ao longo do século XIX no Brasil, sendo que entre 1820 e 1907 os dados apontam para a entrada de um total de 19.269 franceses, perdendo, contudo para italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos e russos, mas apresentando-se em número superior aos ingleses. Em 1864, 1876 e 1891 o número anual de franceses migrados para cá ultrapassariam um milhar, sendo que em 1890 atingiria o auge, com 2.844 (TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1995, p. 84-85). Sobre a grande afluência de espanhóis no período joanino, Holanda comenta: “eram em grande parte, senão em regra, visitantes em trânsito para Montevidéu e Buenos Aires. Se algum se deixava ficar, fazia-o com medo das incertezas que anunciavam a instabilidade política platina” (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, t. 2, v. 1, livro 1, cap. 1, p. 11).

⁹¹ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 78.

fichas no sonho de enriquecer rapidamente a qualquer custo e que acabavam por arranhar de alguma forma a imagem da comunidade francesa aqui instalada.

Um destes casos ficaria famoso na Bahia. Em 1818, o francês Alexis Martin teria feito uma falência fraudulenta e fugido do Brasil em um navio português, com um carregamento de Pau-Brasil contrabandeado. Ao chegar à Holanda, fazendo-se passar pelo principal associado da conhecida casa comercial francesa “Martin e Bournichon” e por comprador da Corte do Rio, ele conseguiria, junto a alguns fabricantes dos Países Baixos, a remessa de uma considerável quantidade de tecidos de renda que levaria para Hamburgo, com planos de embarcar de volta para a Bahia para aí escoar a mercadoria. O ministro joanino em Hamburgo alertaria as autoridades do Rio e da Bahia e Martin seria preso antes mesmo de saltar em solo brasileiro.⁹² O jovem Ferdinand Denis que deixara a França rumo à Bahia para tentar a sorte, lamentava em uma carta ao pai: “La banqueroute frauduleuse et la fuite d’un Français nommé Martin, négociant à Bahia, nous a fait un peu de tort dans l’esprit des Portugais. Maintenant on paraît y songer beaucoup moins”.⁹³

A última frase de Denis assinala como estes imigrantes vinham para cá carregados de sonhos: queriam “fazer a América” pressionados pelo desfazer de suas próprias pátrias. É claro que, na opção pela nova morada, não se pode retirar a influência dos vários relatos edênicos sobre os trópicos que deveriam agir como fermento na imaginação de muitos deles, fazendo inchar suas fantasias de grandeza perdida ou jamais conquistada. Mas a vida não seria fácil para a sua maioria. Poucos seriam os que aqui iriam destacar-se. Um deles seria Demoiselle Jolie, harpista francesa de Paris que encantaria o público fluminense com seu instrumento e se aproveitaria do fato de ser a única pessoa que dava lições de harpa na Corte. Segundo Leithold, “Pelo que ela mesma me disse, pensa em ficar ainda alguns anos no Rio de Janeiro a recolher os altos proventos de sua habilidade, para depois virar as costas aos favores de portugueses e brasileiros”.⁹⁴

Já alertados pelo intendente Viana, sabemos que imensa era a dificuldade encontrada para registrar (ou registrar adequadamente) essas pessoas que aqui entravam e que não eram nascidas em possessões portuguesas. Aliás, muitas delas, por motivos diversos, devem ter preferido ficar à margem do conhecimento das autoridades. Ainda no caso daquelas cuja presença seria oficializada, várias são as lacunas nas informações fornecidas pela publicação em questão, seja devido ao não preenchimento

⁹² BOURDON, Leon (ed.). *Lettres familières et fragment du journal intime mes sottises quotidiennes de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. *Brasília*, Coimbra, v. X, p. 157-158, nota 77, 1958, introdução de Bourdon.

⁹³ *Ibidem*, p. 248, carta 31, escrita da Bahia para seu pai em 25 de agosto de 1818.

⁹⁴ LEITHOLD, Theodor von & RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821], p. 42-43.

original dos dados solicitados ou ao preenchimento incompleto pela falta de informações da parte do estrangeiro ou pelo não detalhamento de quem as recolhia. Além do mais, há o fato de que a documentação compilada tem origem em códices variados, sendo que em alguns deles não era praxe constar certos tipos de dados. Para dificultar, o *Registro* algumas vezes não dispõe todas as informações encontradas nos códices, como podemos observar ao compararmos o códice 372, que consultamos em sua versão impressa lançada pelo Arquivo Nacional,⁹⁵ com os dados retirados dele que aparecem no *Registro*. Mesmo entre estes silêncios, em maior ou menor grau, é possível extrair alguns elementos acerca dos franceses que para cá se dirigiram, buscando com isso captar sua presença na América portuguesa entre 1808 e 1822.

De acordo com os dados dispostos na publicação, vemos aportar franceses nascidos em cidades como Paris, Orléans, Lion, e Montpellier, sendo Nantes a cidade mais citada. Há algumas ocorrências de pessoas nascidas também nas colônias de Guadalupe e da Martinica. Aqueles que aqui se fixaram encontravam-se espalhados por diversas localidades. Além do Rio, são citados Pernambuco (Recife), Vila de Cachoeira, Maranhão, Porto Alegre, São Pedro do Sul, Bahia (Salvador), Vila Rica e Barbacena.⁹⁶ Como não sabemos onde o registro foi feito, embora saibamos, por exemplo, que todos aqueles que aparecem no códice 372 eram residentes do Rio, levamos em consideração apenas a declaração explícita raramente feita no documento. Assim, não considerando os residentes no Rio, que eram a maioria, temos, pelo *Registro*, mais franceses declarados como residentes no Maranhão e em Pernambuco, aparecendo empatado em terceiro lugar Bahia, Minas e São Paulo.

As informações acerca da procedência destes franceses, por vezes, indicavam apenas o local em que a pessoa encontrava-se antes de aqui aportar (não sendo necessariamente o lugar em que habitava ou de onde partira originalmente). Deste modo, tem-se acesso ao nome de um país ou ao porto onde se embarcara ou à cidade ou região onde a pessoa vivia antes de se dirigir para cá. Nos poucos casos em que a publicação revela estes dados, ganham destaque alguns portos franceses como o de Havre de Grace, Bordeaux, Marseille e Nantes, nesta ordem de importância. No entanto, certos franceses aqui desembarcados vinham também de outras partes da Europa como Amsterdã, Gotemburgo, Liverpool e Lisboa, esta última cidade sendo uma das mais citadas fora da França. Havia ainda os que vinham de Montevideú, Buenos Aires, Caiena, Nova York, Costa da Mina, Moçambique e Cabo da Boa Esperança. Aqueles que aqui já se encontravam partiam de Pernambuco, Pará, Bahia, Rio Grande, Rio

⁹⁵ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, ANRJ.

⁹⁶ Os dados sobre localidade podiam referir-se apenas ao nome da capitania, mas outras vezes a cidade era especificada, por isso explicitamos seu nome entre parênteses quando era citada.

de Janeiro, Ilha Bela, Porto Alegre, Paraíba e Espírito Santo rumo a outras localidades no interior do país ou no exterior.

Dentre os destinos para fora do Brasil declarados pelos franceses que por aqui tiveram sua presença documentada encontramos Lima, Buenos Aires, Rio da Prata, Montevidéu, Chile, Maldonado Filadélfia, Ilha de Bourbon, Gibraltar, Manila, França (Havre de Grace, Paris, Nantes, Marseille, Bordeaux, Ilha de França), Lisboa, Porto, Gênova, Antuérpia, Inglaterra (Portsmouth/Londres), Índia e Macau. São mais citados os destinos franceses, enquanto dentro da América, Buenos Aires e Montevidéu aparecem com mais frequência, muito possivelmente por estarem localizadas na região do Prata, de intenso fluxo de pessoas e de mercadorias. O fato de muitos franceses indicarem sua saída para a França não necessariamente implica no retorno definitivo deles para seu país, assinalando uma má experiência nos trópicos (ainda que em muitos casos ela tenha ocorrido), pois alguns deles ainda voltavam a ser registrados posteriormente no Brasil.

Mesmo quando vemos, como última informação sobre determinado estrangeiro, a indicação de sua saída para alguma localidade, sem nenhuma informação subsequente de retorno, não se pode afirmar categoricamente que ele não retornara. Neste caso, a saída pode indicar apenas uma viagem momentânea e não um movimento migratório, visto que havia limitações neste controle. Assim, ficamos a curiosidade acerca do porquê das movimentações do confeitiro Amable Labatut que, antes de aqui desembarcar, sendo registrado em 1820, vinha de Nova York e, em 1821, partia para Montevidéu. Retornaria ele para cá ou, diante de uma perspectiva melhor, para lá carregava sua aspiração de “fazer a América”? Muitos comerciantes, por exemplo, viviam a perambular a fim de vender seus estoques ou renová-los. Podemos citar, entre outros, o negociante Alexandre François Charpentier, registrado em 1818, que apresenta saídas para a França, Buenos Aires e Montevidéu,⁹⁷ assim como Francisco Daimbaur, cujos seis deslocamentos para Minas, no período entre 1819 e 1821, justificam-se perfeitamente pela sua profissão de ourives.⁹⁸ Nestes casos, para viabilizar e legalizar estes deslocamentos, eles se dirigiam às autoridades competentes a fim de solicitar uma licença, os chamados passaportes. Vários estrangeiros que aparecem no *Registro* são flagrados neste momento.

Mas se muitos deles tiveram suas partidas documentadas, com o intuito ou não de regressar, indo em busca de novas oportunidades que aqui se frustraram ou de reforço de seus negócios que aqui prosperavam, notemos que grande parte dos destinos declarados eram dentro do Brasil. Este pode ser

⁹⁷ Registro de Estrangeiros, op. cit., p. 78.

⁹⁸ Idem, p. 93.

um reflexo do grande número de comerciantes franceses que por aqui passaram.⁹⁹ Como vemos, nos locais mais entranhados das possessões portuguesas na América era possível encontrar pessoas de nacionalidade francesa. Spix e Martius, em suas andanças pelo nosso interior, em 1818, atestam terem encontrado no início da viagem pelo sertão um barqueiro francês, o que eles consideraram como algo “de bom agouro” ante a entrada de um território tão mal afamado. E no norte de Minas, na localidade de São Domingos, que eles dizem ser um empório do comércio de algodão, os mesmos se depararam com dois rapazes de nacionalidade francesa que faziam compras para sua firma no Rio e, por sua vez, vendiam alguns artigos europeus de lá trazidos, “parecendo muito satisfeitos com o andamento dos negócios”.¹⁰⁰

Diante do número de homens, poucas são as mulheres de nacionalidade francesa que aparecem no *Registro*, estando seu número abaixo de 100. Deve ter colaborado para isso a prática de, em muitos casos, não contarem elas com registros separados, aparecendo indicadas nos assentamentos de maridos ou parentes masculinos como esposas, familiares ou acompanhantes, não havendo indicação, algumas vezes, nem do nome delas. O mesmo ocorrendo com os filhos e filhas que chegavam aqui acompanhados pelo pai. Nos apontamentos em separado destas francesas raros são os dados a respeito do estado civil, embora haja uma minoria que apareça como casada ou viúva. Algumas vezes, ao cruzarmos os dados de pessoas com um mesmo sobrenome encontramos, por coincidência ou não, inscrições na mesma data e/ou declaração de partida para o mesmo local que nos fazem imaginar serem parentes, ainda que nada o indique.

Utilizando-se deste recurso, notamos que algumas francesas aqui se encontravam acompanhadas de um familiar ou cônjuge. Como Marie Orianne desembarcada no Rio com seu esposo, o ourives Jean Diendomme Orianne, onde passariam a viver a partir de 1818.¹⁰¹ Ou Marie Louise Delebois e sua filha Louise que partem juntas para Campos.¹⁰² Mas, algumas vezes, o mais comum é que elas viessem depois do marido ou parente aqui ter se estabelecido. Este é o caso de Julie Rose Anet Beaulieu. Ela tem seu primeiro registro assinalado na mesma data que Pedro Constante Rime Beaulieu, 12 de janeiro

⁹⁹ Os lugares mais assinalados são, por ordem decrescente, os atuais estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro; Campos e Vila Rica sendo as localidades especificadas com mais frequência. Menciona-se também Pernambuco (Recife), Ubatuba, Santos, Rio Grande (Porto Alegre), Minas (São João del Rei, Barbacena, Sabará, Campanha), Salvador (Bahia), Cantagalo, Campos, Resende, Rio Macacu, São João Marcos, Parati, Cabo Frio, Macaé, São Paulo, Ubatuba, Ilha Grande, Inhomirim, Paracatu, Espírito Santo, Santa Catarina (Desterro), Goiás, Nova Friburgo, Imbuauçu e Santo Amaro.

¹⁰⁰ **SPIX**, Johann Baptist von & **MARTIUS**, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 78, v. 2 e p. 74, v. 2. Aproveitando-se da falta de meio circulante no sertão, estes comerciantes obtinham boas vantagens na troca direta de seus produtos por matérias-primas nas regiões produtoras (**MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 94).

¹⁰¹ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 230 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 28.

¹⁰² *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 96 e p. 97.

de 1819, e ambos declaram ir para Pernambuco, sendo que ele já apresentava registro em 1818.¹⁰³ Ainda que sejamos informados não ser ela sua esposa, o mesmo sobrenome, data de registro e destinação declarada levam-nos a imaginar terem eles algum parentesco. Por sua vez, Sophie Barbara Mallet, que partia para Campos, segundo declaração de 4 de março de 1820, ia alcançar seu marido, Jules, que para lá se dirigira no ano anterior.¹⁰⁴

Poucas também declaram alguma profissão, aparecendo referidas, por vezes, só como “esposa de fulano de tal”. Acharmos apenas 6 indicações de ocupação destas mulheres. Encontramos uma professora de música, uma criada, uma costureira, duas modistas e uma ama de crianças. Destas, apenas a que se declara criada aparece como casada. Algumas aparecem em trânsito, como a costureira Celeste Flocard que, tendo sido registrada pela primeira vez em 18 de abril de 1818, declara estar de partida para Buenos Aires em duas ocasiões, 19 de junho e 23 de dezembro do mesmo ano.¹⁰⁵ Temos notícia, em 2 de maio de 1821, de que a modista Julie Anne Alexandra tomava o caminho de Pernambuco¹⁰⁶ e que a ama Rose Lefrancq, tendo o primeiro registro em 11 de setembro de 1820, pedia passaporte para ir à Ubatuba em 19 de fevereiro de 1821.¹⁰⁷

Encontramos no *Registro* alguns franceses residentes na América portuguesa antes da primeira abdicação de Napoleão. A contar por esta fonte, tal presença é tímida, como já se deveria esperar, pois encontramos apenas 20 casos. Dentre estes, o que há mais tempo se tem notícia de que se encontrava por aqui era o médico João Guilherme Jaques, vindo em 1774 para São Pedro do Sul. Ele também é exemplo de como a data do registro e a data da chegada não coincidiam, pois aparece em documentação do período entre 1814-1818, mesmo tendo chegado no século anterior.¹⁰⁸ Somos informados que um dos primeiros negociantes de nacionalidade francesa instalados no Rio joanino, Ambroise Bourdon, aqui havia chegado no mesmo ano que o rei, vindo de Londres.¹⁰⁹

Em 1811, Jean Laurence Calvet teria saído do Cabo da Boa Esperança para se estabelecer na nova corte tropical.¹¹⁰ Bem poderia ter ouvido ele que aqui seus conhecimentos seriam mais bem aproveitados e remunerados. Talvez esse tenha sido o caso de outro francês que se arriscaria a vir para cá quando ainda Portugal e França estavam em guerra: François Augustin Guillobel. Vindo de Lisboa e

¹⁰³ Idem, p. 45 e p. 46; *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 36.

¹⁰⁴ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 199.

¹⁰⁵ Idem, p. 123.

¹⁰⁶ Idem, p. 171.

¹⁰⁷ Idem, p. 184.

¹⁰⁸ Idem, p. 166.

¹⁰⁹ Idem, p. 56. Cf. Também *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 11.

¹¹⁰ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 64 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 11.

estabelecido no Rio em 1811, aí trabalharia como maquinista e fiel da Casa da Moeda.¹¹¹ Já Carlos Maria Deschamps, cirurgião-mor reformado da Praça de Santos é citado quando oficializava sua partida para Buenos Aires, em 5 de setembro de 1809.¹¹² Não sabemos se ia ele de mudança para lá, temendo que alguma suspeita recaísse sobre si pelo fato de ser francês, ou se estaria ele apenas em viagem, para cá retornando em seguida. Afinal, em abril deste mesmo ano, tomamos conhecimento pela documentação que o cirurgião João Jacques Le Royer vinha preso da Paraíba. Poderia ser ele um dos vários suspeitos enviados ao Intendente Viana no Rio?

O conde de Gestas, monarquista fiel aos Bourbon, é exemplo, dentre muitos, de nobre francês emigrado ante as convulsões políticas e econômicas de sua pátria iniciadas com a Revolução. Teria vindo para o Rio, em 1808, junto com sua esposa.¹¹³ No Brasil, passaria a se dedicar à produção de café junto a alguns outros de seus compatriotas que acabariam por reunir-se em uma espécie de colônia agrícola. Assim, acima da queda do Maracanã, encontrava-se a propriedade da Baronesa de Rouan, logo abaixo a dos Taunay, adiante a do príncipe de Montbéliard, a do conde de Scey, a do conde de Gestas e de sua tia, madame de Roquefeuil, entre outros. Todos eles estariam obtendo algum êxito com a cafeicultura. E o nome do café que plantavam – Bourbon – indicava as recomendadas (e fora de quaisquer suspeitas) ligações ao legítimo monarca da França.¹¹⁴ Já do outro lado da pirâmide social, mas demonstrando como o processo migratório era bastante democrático, encontramos o criado Toussaint Mecher, proveniente de Caiena no mesmo ano que o conde. Muito possivelmente estaria tentando distanciar-se das instabilidades causadas pela interferência anglo-portuguesa na colônia francesa.¹¹⁵

No entanto, se alguns para aqui se dirigiam por escolha própria, mesmo que compelidos pelas más circunstâncias da vida, outros não contavam com a mesma liberdade, como René Marie Valente. Chegaria ele na América portuguesa, no mesmo ano que a Família Real, como prisioneiro de guerra de uma nau francesa.¹¹⁶ Mas, ao que tudo indica, ele aí refaria sua vida à sombra do trono português e das palmeiras, pois somos informados que acabaria por tornar-se dono de uma loja de pasto. Este caso ilustra bem o fato de que, ainda que em situação desfavorável, o migrante podia conseguir uma melhora de situação desde que soubesse aproveitar adequadamente as oportunidades surgidas com a

¹¹¹ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 150. Cf. Também *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 19.

¹¹² *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 98.

¹¹³ *Idem*, p. 138 (p. 268 para sua esposa) e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 21.

¹¹⁴ TAUNAY, Afonso de E. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956, p. 181.

¹¹⁵ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 209 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 37 (cf. com o nome de Tussin Mecker).

¹¹⁶ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 301 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 36.

instalação da Corte. Outra circunstância que chama atenção é a de Felix Janner que, registrado em 2 de agosto de 1820, aparece como náufrago.¹¹⁷

O cruzamento de alguns registros dá pistas de que nem sempre os homens franceses aventuravam-se para a América portuguesa sozinhos. O negociante Miguel Arziola, por exemplo, e Jean Jacques Lapeire, ambos naturais de Carcassonne e procedendo de Bordeaux, são registrados no mesmo dia 2 de maio de 1817.¹¹⁸ Ainda que o local de nascimento e de partida e a data de oficialização de entrada possam ser apenas coincidências não podemos descartar a hipótese de que fossem conhecidos que resolveram compartilhar o desafio de “fazer a América”. Ou, mesmo que não o fossem, há que se imaginar que na situação em que se encontravam, os elementos em comum deveriam falar forte ao longo da travessia para o Brasil podendo levá-los a fazerem planos conjuntos para a empreitada.

Nossa hipótese é a mesma para Guilherme Bouliech, François Dumas e Philipe Thor, todos registrados na mesma data de 14 de abril de 1821 com partida para o Rio Macacu. Coincidentemente iam para o mesmo lugar ou já tinham um projeto em comum antes de para lá se dirigirem? Mas aventurar-se acompanhado nem sempre implicava em maior segurança frente ao desconhecido em que se jogavam esses migrantes. François Armand, aqui chegado em 1818,¹¹⁹ havia se associado a um compatriota e aplicara seu capital na compra de artigos franceses buscando a sorte no Brasil. Pouco tempo depois de desembarcado no Rio, seu sócio venderia toda a mercadoria às escondidas, sumindo em seguida com o dinheiro.¹²⁰

Antoine Blanc e Pierre Blanc, ambos registrados em 22 de dezembro de 1818, o primeiro com 12 anos e o outro contando 15 bem podem ser irmãos ou primos.¹²¹ A questão é: viriam atrás de algum familiar ou conhecido que aqui já se encontrava estabelecido? E Jules e Pierre, ambos Mallet, registrados no dia 1 de dezembro de 1819 tendo como mesmo destino Campos? Também não seriam aparentados, assim como um Antoine, de mesmo sobrenome, que declara sua partida para o mesmo lugar em 1820?¹²² Se nestes casos falta confirmação do parentesco, em outros temos certeza. Assim, registrados em 10 de abril de 1820, encontramos os irmãos Buliech, um comerciante, o outro alfaiate. No entanto Cesar, o alfaiate, já se encontrava estabelecido no Rio pelo menos desde 1819.¹²³ Em junho

¹¹⁷ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 166.

¹¹⁸ *Idem*, p. 34 e p. 178.

¹¹⁹ *Idem*, v. 46, p. 33.

¹²⁰ **LEITHOLD & RANGO**, op. cit., p. 67.

¹²¹ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 51 e p.52.

¹²² *Idem*, p. 198 e p. 199.

¹²³ *Idem*, p. 55 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 31.

de 1818 desembarcava no Rio Desiré Lambert. Neste caso, vinha ele para a companhia do pai, Jean André Lambert, fabricante de rapé ali instalado desde 1816.¹²⁴

Se o *Registro*, como apontamos, apresenta muitas lacunas nas informações acerca dos franceses na América portuguesa, quando se trata das suas profissões ou ocupações ele se mostra um pouco mais revelador. Em 520 entradas, portanto, mais da metade do número total delas, foi possível identificar este tipo de dado, sendo 6 relativas ao sexo feminino, como já anteriormente citado.¹²⁵ Neste imenso rol de atividades dos franceses que por aqui circularam no período joanino salta à vista a grande quantidade de ofícios mecânicos e a especificidade de algumas delas, como no exemplo dos douradores e do espingardeiro. Embora o número daqueles declarados como militares não seja tão expressivo assim, neste caso sendo identificados como tais apenas os oficiais de maior patente¹²⁶, é necessário frisar que durante as Guerras Napoleônicas muitos foram os homens afastados da França para cumprirem seus deveres nos campos de batalha. Há que se imaginar que, com a Paz Geral, um considerável contingente deles não tenha conseguido se reestabelecer nas funções que ocupavam anteriormente e que sua volta para casa tenha causado um aumento na oferta de mão-de-obra que o mercado não conseguia absorver de imediato, o que deve ter repercutido em desemprego e baixa de salários.

Além do mais, seriam eles negligenciados na distribuição de socorro aos veteranos da *Grande Armée* pelo regime bourbônico. Diante deste cenário, muitos, já acostumados com as andanças impostas pela ambição do imperador quando a ele serviam como soldados, devem ter se decidido por aventurar-se mais uma vez para onde o vento parecia favorecê-los. Não há dúvidas de que a América portuguesa teria oportunidade de conhecer de perto alguns dos lendários e anônimos heróis que

¹²⁴ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 177 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 18 e p. 23.

¹²⁵ Em apenas 4 casos encontramos declaradas duas ocupações ao mesmo tempo: 1 engenheiro e comerciante; 1 negociante e lavrador; 1 pintor e surrador, 1 negociante e ourives. Assim, entre 514 franceses, encontramos 1 abridor (oficial que abre estampas a buril); 1 administrador; 4 agricultores; 5 lavradores 11 alfaiates; 2 alveitares; 1 arenador; 1 armador; 1 armeiro; 1 arquiteto; 3 artistas; 2 atores; 1 barbeiro; 1 boticário; 1 cardeiro; 1 cordoeiro; 1 carnicero (açougueiro); 4 carpinteiros; 1 chanceler de consulado; 3 cirurgiões; 1 clérigo; 50 comerciantes; 1 dono de loja de fazendas; 2 mercadores; 174 negociantes; 1 mascate; 23 caixeiros; 1 compositor de dança; 2 confeiteiros; 1 correio; 1 corretor da alfândega; 13 cozinheiros (estando dois deles a serviço da diplomacia francesa instalada no Rio); 15 criados; 1 criador; 1 cuteleiro; 1 dançarino; 3 destiladores de licores; 1 doméstico; 2 douradores; 1 engenheiro; 1 ensaiador da casa da moeda; 1 escriturário; 4 escultores; 1 esmaltador; 1 espingardeiro; 1 estudante; 1 fabricante de cigarros; 1 fabricante de luvas; 4 fabricantes de rapé; 1 farmacêutico; 1 ferrador; 2 ferreiros; 1 florista; 1 fundidor; 1 funileiro; 2 industriais; 6 jardineiros; 1 ligeiro; 1 livreiro; 1 maquinista e fiel da Casa da Moeda; 17 marceneiros; 1 marinheiro; 5 médicos; 1 mestre de fornalha; 10 militares; 8 músicos; 1 naturalista; 6 oficiais de diversos ofícios; 1 operário; 20 ourives; 8 padeiros; 1 pasteleiro; 7 pintores; 1 praticante de piloto; 7 professores (sendo 1 de música, 2 de francês, 1 de esgrima, 1 de matemática e física, 1 de medicina e 1 da academia de pintura); 4 químicos; 1 refinador de açúcar; 3 relojoeiros; 1 reposteiro; 1 sapateiro; 1 secretário; 1 segeiro; 11 serralheiros; 1 sócio de uma quitanda; 1 surrador; 4 tanoeiros; 1 taverneiro; 2 torneiros; 1 vendedor de fazenda; 2 viajantes e 1 presidente da Academia (artes).

¹²⁶ Dentre os 10 militares citados no *Registro* há 3 tenentes de cavalaria, 2 capitães de cavalaria, 1 tenente dos reais exércitos de S. M. C., 1 oficial do Serviço de França, 2 capitães de infantaria e 1 capitão de artilharia.

chegaram a ser considerados invencíveis na Europa e que seriam transformados em ateus e monstros cruéis nas páginas da *Gazeta*. Aqui travariam eles uma nova batalha: a de recomeçar a vida e procurar tranquilidade.

Notemos que as cifras de franceses aqui aportados que se apresentavam envolvidos em atividades mercantis mostram-se muito expressivas. Seja pela denominação de comerciantes, negociantes, caixeiros, mascates ou mercadores, encontramos 251 registros que correspondem a mais de 1/3 do total do número de franceses informados. Isto, contudo, já era de se esperar, visto a mencionada concorrência comercial que a França passará a fazer à Inglaterra a partir de sua admissão nos portos brasileiros. Além do mais, as atividades comerciais mostravam-se bastante atrativas diante das oportunidades surgidas com o restabelecimento de relações entre Portugal e França. Deste modo, muitos podem ter sido os franceses que devem ter se declarado envolvidos nestas atividades pelo simples fato de para cá terem trazido uma pacotilha.¹²⁷

Diante dos dados apresentados, ainda chama atenção aqueles que são colocados como nobres. Em um total de 27, somente 6 são identificados no *Registro* apenas por sua condição nobiliárquica, sem qualquer menção a algum tipo de ocupação. Porém, dentre os demais, encontramos 1 capitão de cavalaria, 1 chanceler do consulado, 7 comerciantes, 1 agricultor, 6 negociantes, 1 músico da Casa Real, 1 padeiro, 1 professor da academia de pintura, 1 químico e 1 viajante. Para além daqueles que se dedicam a ocupações mais esperadas para um aristocrata, como as armas ou a diplomacia, percebemos como a maioria deles que por aqui foi flagrada encontra-se voltada para práticas laborais próprias da nascente burguesia do século XIX, o que nos revela uma mudança significativa de padrão posto que a

Nobreza (na sua dimensão tradicional) é uma camada que apropria sem contrapartida econômica, recebendo prebendas, sem interferir diretamente no processo produtivo, sem preocupar-se com investimentos, rentabilidade, etc. Já a burguesia, configura-se como uma classe de empresários por excelência, onde a concepção de riqueza assume um caráter dinâmico, sempre se recompondo através de investimentos e realizando a apropriação do trabalho de forma radicalmente diversa da nobreza...¹²⁸

Este fenômeno, sem dúvida, pode ser considerado um reflexo das convulsões de uma França revolucionária que aboliu privilégios e que marca a ascensão definitiva dos burgueses. Ele sugere uma

¹²⁷ Muitos destes migrantes desavisados e apressados em enriquecer rapidamente viam-se vítimas da falta de informação ao adquirirem as chamadas pacotilhas, lotes fechados de mercadorias, comprados a bom preço, com os quais embarcavam para cá. Como consequência da pressa e da ganância, “Muitos aqui ficavam vivendo como párias, outros mais enérgicos conseguiam vencer, outros voltavam metendo a bôca no país. Muito livro escrito contra o Brasil tem sua origem numa ‘pacotille’ mal escolhida” (LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. XII, introdução de Rubens Borba de Moraes).

¹²⁸ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 23.

nobreza tradicional em declive econômico e que busca meios de sobrevivência, arruinada pelas dilapidações e sequestros de seus bens promovidos pelos governos pós 1789, ou uma nobreza que se mostra impregnada por uma mentalidade burguesa.¹²⁹ Do mesmo modo, não podemos descartar a hipótese de se tratar de elementos provenientes da recente *noblesse d'Empire*.¹³⁰ Urdida por Napoleão, nela o extrato social de onde provinham, a fortuna ou a profissão não eram empecilhos. Formada por muitas pessoas cujas raízes familiares ligavam-se ao Terceiro Estado, vários membros desta *noblesse* ver-se-iam em maus lençóis, inclusive financeiros, com a queda do Império e poderiam muito bem ter buscado rearranjar a vida fora da pátria. Ao contrário da antiga nobreza, apresentavam uma visão mais empresarial e menos resistente à questão laboral e comercial.

Encontramos, por exemplo, um Jean Baptiste Pascal, que aparece como nobre e negociante, cujo registro data de 1817. Este nome muito se aproxima daquele de Jean Baptiste Pascalis, feito *chevalier de l'Empire* em 24 de agosto de 1811, e que ocupara sob o governo napoleônico o cargo de *Comissaire ordonnateur des guerres*.¹³¹ E seria o francês Jean Pierre, que partia para Nova Friburgo em 1820, o capitão, seu homônimo, que era *baron de l'Empire*?¹³² Dentre estes nobres migrados para cá, como vimos, vários são os comerciantes e negociantes, mas a figura que mais causa surpresa é a do nobre padeiro, Nicolau Masson, um exemplo que sugere um sintomático processo de desclassificação, ainda que, como veremos, alguns desses padeiros, no Rio, tenham conseguido fazer fortuna.¹³³

Sem dúvida aqueles franceses que aqui se fixaram colaboraram para um importante incremento na qualidade e na diversidade do mercado profissional até então existente, enriquecendo-o também do ponto de vista técnico. A recente liberdade de indústria, os empreendimentos iniciados pelo governo joanino como a Fábrica de Ipanema e os Arsenais do Rio, as novas necessidades de consumo chegadas junto com a Corte, os estabelecimentos de ensino criados por d. João como o curso de medicina e a Academia de Artes, tudo isso demandava novas habilidades dos profissionais aqui disponíveis. Habilidades estas que muitos destes estrangeiros já apresentavam quando aqui desembarcavam, por já as desempenharem no Velho Continente nas muitas ocupações que se ligavam, em maior ou menor grau, aos processos de industrialização pelos quais seus países de origem passavam. Mas havia aqueles

¹²⁹ Cf. o texto de LA PARRA LÓPEZ, Emilio. Godoy en el París de Luis Felipe. La atracción de una imagen de prosperidad. In: AYMES, Jean-René & FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. *L'Image de la France en Espagne (1808-1850)*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1997, p. 79-86. Nele o autor mostra a “aventura burguesa” do ex-ministro do ex-rei da Espanha, Godoy, em atividades imobiliária e industrial em Paris durante a Monarquia de Julho e como ele e sua esposa, ao migrarem para a capital francesa, buscaram reconstruir suas vidas seguindo o caminho da nova gente de negócios, o que redundaria, entretanto, neste caso, em fracasso diante do habitual excesso de gastos na vida diária.

¹³⁰ Cf. TULARD, Jean. *Napoléon et la noblesse d'Empire*. Paris: Tallandier 2001.

¹³¹ Idem, p. 340 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 235.

¹³² Cf. *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 242 e TULARD. *Napoléon et la noblesse d'Empire*, op. cit., p. 269.

¹³³ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 207 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op.cit., 1960, p. 33.

que, aqui chegados, mudavam seus rumos profissionais, como o já citado René Marie Valente que, abandonando seu ofício mecânico, viria a ter uma casa de pasto no Rio.¹³⁴ Sendo que alguns eram a isso forçados por acharem ocupações abaixo das suas capacidades. Isso quando, simplesmente, após uma longa viagem, não encontravam colocação alguma e partiam para um novo destino incerto.¹³⁵

Seja nas artes liberais, mecânicas, belas ou metalúrgicas, muitas foram as contribuições feitas pelos nascidos na França que aqui aportaram após 1815. Spix e Martius notam os numerosos operários, especialmente franceses que se estabeleceram no Rio.¹³⁶ O pintor Debret, ele mesmo participante da “Missão Francesa” que tanto impactaria as Artes no Brasil, afirma que a chegada de seus compatriotas traria um “progresso sensível no que concerne às construções”. A fim de atestar como, devido a este acontecimento, “a rapidez, o bom gosto e a economia de mão de obra se acham agora reunidos”, observava que, a partir de 1822, “sempre houve um número considerável de franceses empregados nos trabalhos do Imperador”.¹³⁷ Esta presença francesa na construção civil ainda é atestada por Marrocos que menciona como sendo desta nacionalidade o arquiteto e os mestres contratados para a obra do palácio da duquesa de Cadaval, em 1816, nas Laranjeiras.¹³⁸

Até mesmo a arte da carpintaria, acrescenta Debret, progrediria sob a direção de arquitetos vindos de seu país.¹³⁹ Ele ainda atribui o incremento da fabricação do tabaco na capital a um conterrâneo cozinheiro que trabalhara na embarcação que o trouxera para o Brasil e que o artista qualificava como “péssimo” neste ofício. No entanto, ao desembarcar, teria o mestre-cuca dos mares se afirmado fabricante de tabaco e tido muito êxito nesta atividade.¹⁴⁰ O pintor afirma, igualmente, que a melhoria progressiva da cultura de legumes no Rio era devedora, em grande parte, às experiências de um padeiro francês que possuía uma chácara e que comerciava sementes deste gênero vindas da Europa.¹⁴¹ E mesmo a adoção do pinheiro nas construções, o que aqui era proibido por esta madeira ser considerada combustível, seria uma prática de marceneiros franceses em obediência às ordens de Debret e seus colegas que estavam envolvidos nos projetos e confecção de decorações de festas e do teatro na Corte.

¹³⁴ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 301 e *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 36.

¹³⁵ **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822). *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, nº X, p. 315, 1995. Nesta mesma página a autora dá alguns exemplos dos contratemplos encontrados por alguns franceses no Recife.

¹³⁶ **SPIX & MARTIUS**, op. cit., p. 77, v. 1.

¹³⁷ **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 226 (todas as citações).

¹³⁸ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 289, carta n. 105 de 21 de setembro de 1816.

¹³⁹ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 248.

¹⁴⁰ *Ibidem*, t. 1, v. 2, p. 251.

¹⁴¹ *Ibidem*, t. 1, v. 2, p. 140.

De acordo com ele, a partir de então, o pinheiro seria largamente utilizado nos vigamentos internos das casas particulares.¹⁴²

5.3.2. Os franceses no Rio de Janeiro (1817-1820)

O *Registro de Estrangeiros* nos permitiu ilustrar, mesmo com certas limitações, a presença e circulação do elemento francês pelo Brasil entre 1808 e 1822. Muitos deles se estabeleceriam na capital e ali influenciariam o cotidiano dos súditos joaninos. Portanto, agora nossa proposta é observar mais de perto a Corte à procura destes franceses aí instalados. Para tal empreitada contamos com o códice 372 do ANRJ, um daqueles compilados no *Registro*. Mas, ao contrário deste último, na coleção citada achamos dados mais completos. Nela são enumerados os franceses moradores do Rio fichados entre 1817 e 1820.¹⁴³ Na maioria das entradas temos acesso a dados como residência, local de nascimento, idade, estado civil, qualidade de nobre ou mecânico (não nobre), o local de procedência, a data de chegada, a profissão exercida, os acompanhantes e, ainda, os deslocamentos comunicados por estes indivíduos. Sem dúvida, informações menos lacônicas do que as compiladas no *Registro*.

Além do mais, a precisão temporal e geográfica da coleção permite-nos realizar uma espécie de raio-x da comunidade francesa presente na Corte logo após o fim do Império napoleônico. As cifras totais já demonstram como ela ali se concentrou: diante do número total de franceses presentes no *Registro*, a cifra população francesa da cidade do Rio, encontrada no códice 372, corresponde a quase 1/3, estando por volta de 300 indivíduos.¹⁴⁴ A minúcia das informações e sua atualização demonstram também que os franceses, mesmo que não mais qualificados como inimigos, continuavam a ser seguidos de perto pelas autoridades joaninas. Como veremos no nosso capítulo de conclusão, alguns acontecimentos no ano de 1817 viriam reanimar o zelo destas autoridades acerca da divulgação dos princípios revolucionários pelo Império português, o que acabaria por trazer à tona a arraigada desconfiança sobre a gente francesa, demonstrando como a analogia subversão-revolução-França ainda não se desenraizara por completo da mentalidade daqueles cujo propósito era zelar pela integridade e

¹⁴² *Ibidem*, t. 1, v. 2, p. 172.

¹⁴³ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 7, “Introdução”, ANRJ. Esta é a versão do códice 372 impressa em revista.

¹⁴⁴ Mais uma vez devemos lembrar que os registros da Polícia não davam conta da totalidade dos estrangeiros que por aqui passaram ou se instalaram, devido a algumas limitações para a realização do trabalho já apontadas no capítulo anterior. No entanto, somos informados que, por um memorial datado de 1834, o ministro francês no Brasil, conde Saint-Priest, registrava para a cidade do Rio de Janeiro a presença de 3.800 franceses (MALERBI, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 39).

pelo sossego dos domínios lusos. Sem dúvida, os elementos que se encontravam mais próximos do coração do poder, na cidade do Rio, seriam assistidos com redobrada atenção, daí proceder-se a seu registro a partir do fatídico ano de 1817.

Começamos, então, por divulgar o que os números do código nos revelam de antemão. Encontramos um total de 305 entradas, não obstante algumas delas se refiram à mesma pessoa.¹⁴⁵ Destas, 182 pessoas registram de onde são naturais, havendo a indicação de 101 locais diferentes de nascimento, dentre eles Bordeaux, Brest, Caiena, Dijon, Lion, Marseille, Martinica, Montpellier, Nantes, Orléans, Toulon, Toulouse e Versailles, entre outros lugares. Porém, cerca de um quarto deles (47) são parisienses.

Na maioria dos registros (261) também é possível tomar conhecimento se são nobres ou não (“mecânicos”). A presença desta distinção nesta fonte documental espelha como a hierarquização social na América portuguesa firmava-se nos tradicionais moldes do Antigo Regime em vigor, segundo os quais a condição nobiliárquica subentendia a interdição às profissões manuais ou mesmo àquelas tidas como burguesas. Mas, como já visto na análise do *Registro*, a nobreza, em grande parte dos casos destes migrantes, não implicava em ócio, mas em negócio. Assim, temos que cerca de 78% (204) de plebeus declarados e 22% (57) de indivíduos que se dizem pertencentes à nobreza evocam suas ocupações. Apesar disso, no interior do grupo não nobre, por volta de 30% (62) estão envolvidos em atividades comerciais, contra quase 65% dos nobres (37).

Em pouco mais de 70% dos registros (221) temos acesso à procedência da pessoa. Notamos que dentre os franceses que se fixaram na Corte quase 84% (185) vêm do exterior, sem escalas. Neste caso, a maioria (156) vem da França, dentre os quais mais da metade (99) relatam terem vindo do Havre de Grace, importante porto francês.¹⁴⁶ Além da França continental há pessoas provenientes de Caiena (2) e da Ilha Maurícia de França (2). Já fora dos domínios franceses, encontram-se Holanda (9), Inglaterra (5), Buenos Aires (3), Cabo da Boa Esperança (3), Montevideu (3), Nova York (2) e Canárias (1).

Dentre aqueles vindos do exterior com escala, temos cerca de 5% das pessoas (13). Saíam elas da França para a Inglaterra; assim como da Espanha, da França, de Guadalupe ou da Inglaterra para Lisboa; ou mesmo de Gotemburgo para as Ilhas Canárias. Quase 11% (23) chegam à Corte provindo do

¹⁴⁵ Encontramos no código 372 ao menos 8 franceses que aparecem em duas entradas diferentes. Cf. Augusto de Saint Hilaire, p. 13; Avrial Colombier e Colombier, p. 11 e 15; Barbaroux e Alexandre Barbaroux, p. 14 e 13; Francisco Dembourg, p. 20 e 26; João Felipe Nolin e M. Nolin (João Felipe), p. 28 e 33; Luís Francisco e Luís Francisco Frémont, p. 29; Marcial (Martial) Tibile, p. 32 e Pedro Pontel, p. 35. No entanto, consideramos que esta duplicação não compromete a análise dos números do código.

¹⁴⁶ Bem abaixo desse número surgem outras localidades francesas como Nantes (15), Bordeaux (12), Marseille (9), Paris (8), Rochefort (6), Toulon (1), Rouen (2) e Brest (1), entre outras.

interior do próprio império português. A maioria destas (por volta de 60%, 14 pessoas), neste caso, vem diretamente de Lisboa.¹⁴⁷

Somos informados que 231 dos 305 franceses residentes no Rio entre 1817 e 1820 (portanto, cerca de 75% deles) chegaram após a primeira abdicação de Bonaparte. Dentre o total, 9 apenas teriam desembarcado antes dela. Neste último grupo, 4 entraram no mesmo ano que o príncipe regente, sendo três deles já nossos conhecidos do item anterior, ao aparecerem no *Registro*: o comerciante Ambroise Bourdon; Valente, o prisioneiro de uma embarcação francesa que se tornaria dono de uma casa de pasto na capital; e o criado Toussaint Mecher, vindo de Caiena.¹⁴⁸ O outro é Luís Diopa, que se fixaria em Santa Teresa.¹⁴⁹ Para 1809, temos 1 entrada, assim como para 1810 e 1812, e 2 em 1811. François Augustin Guillobel teria vindo de Lisboa em 1811, se naturalizado e conseguido o posto de maquinista e fiel da Casa da Moeda.¹⁵⁰ Já em 1812, André Rozapeny teria vindo do Havre de Grace a comerciar, instalando-se na rua da Quitanda,¹⁵¹ demonstrando como, do ponto de vista dos negócios, a saída das tropas francesas de Portugal permitia uma certa transigência para com eles e seus produtos, como já vimos ao falarmos das mercadorias vindas da França.

No que toca às ocupações dos franceses na capital, a lista, muito semelhante àquela vista no *Registro*, é extensa e variada. Dos 294 homens, 257 registram alguma profissão (quase 85% do total das entradas).¹⁵² Vemos aqui a mesma tendência encontrada no *Registro*, onde fica claro que um expressivo número de franceses dedicava-se às atividades comerciais. Também nos deparamos com

¹⁴⁷ Sendo 2 oriundas ainda de Moçambique, 1 do Espírito Santo, 2 de Porto Alegre, 1 da Bahia, 1 da Ilha Grande, 1 de Ilha Bela e 1 de Pernambuco

¹⁴⁸ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 11, 36 e 37 e *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 56, 301 e 209.

¹⁴⁹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 29.

¹⁵⁰ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 19 e *Registro de Estrangeiros...*, op. cit., p. 150.

¹⁵¹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 12 e *Registro de Estrangeiros...*, op. cit., p. 150.

¹⁵² Em 12 casos encontramos declaradas duas ocupações ao mesmo tempo: 1 comerciante e engenheiro; 1 cozinheiro e dono de casa de pasto; 1 cozinheiro e mestre de jogar espada; 1 cozinheiro e vendedor de carnes; 1 ferrador e dono de casa de pasto; 1 negociante e dono de fazenda de lavoura; 1 ourives e negociante; 1 pintor e sócio em uma fazenda de lavoura; 1 professor de francês e inglês e músico do teatro; 1 seleiro e dono de casa de ferreiro; 1 serrador e pintor; 1 serralheiro ou cuteleiro. Assim, temos 2 agricultores; 8 alfaiates; 1 alveitar; 2 armadores; 1 arquiteto; 1 artista; 2 barbeiros; 1 cardeiro; 1 carnicero (açougueiro); 1 carpinteiro; 1 chanceler de consulado; 1 engenheiro; 11 cozinheiros, 1 mestre de jogar espada; 4 criados; 1 cuteleiro; 1 dançarino; 1 despachante ou corretor da alfândega; 2 destiladores; 1 doméstico; 1 dourador; 1 empregado pelo museu da França; 4 escultores; 2 espingardeiros; 1 ex-militar; 1 fabricante de canos de chumbo; 1 fabricante de licores; 1 fabricante de luvas; 2 fabricantes de rapé; 1 feitor de fazenda; 1 ferrador; 1 ferreiro; 1 fundidor; 1 funileiro; 4 jardineiros; 1 latoeiro; 2 lavradores; 1 maquinista e fiel da Casa da Moeda; 11 marceneiros; 1 médico; 1 mestre carpinteiro; 2 militares; 1 moleiro; 3 músicos; 1 naturalista; 1 oficial a serviço da França; 1 oficial da Legião de Honra; 14 ourives; 5 padeiros; 1 pedreiro; 9 pintores; 1 presidente da Academia de Artes; 5 professores (sendo 1 de música, 2 de francês, 1 de desenho, e outro de francês e inglês); 5 químicos; 1 refinador e fabricante de tabaco; 3 relojoeiros; 1 reposteiro; 1 sapateiro; 1 secretário; 2 segeiros; 2 seleiros; 2 serradores; 7 serralheiros; 1 cuteleiro; 1 torneiro e 1 viajante. Mais uma vez, o destaque vai para aqueles que se dedicam às atividades mercantis como proprietários ou empregados: 22 caixeiros; 36 comerciantes; 6 donos de casa de pasto; 1 dono de fábrica de rapé; 1 dono de venda; 1 mascate de quinquilharias; 42 negociantes; 1 dono de casa de ferreiro e 1 taverneiro.

peessoas que, aqui chegadas, diante das novas oportunidades, ou da falta delas, mudaram de ocupação, como José Ernante que, vindo em 1817 com destino de ser caixeiro, tornara-se feitor de fazenda,¹⁵³ ou Pier Guillant que, de cozinheiro em um brigue inglês, passaria a trabalhar no ofício de barbeiro.¹⁵⁴ E não nos esqueçamos das famosas pacotilhas trazidas por muitos dos estrangeiros que procuravam “fazer a América”. Possivelmente era uma delas que trazia o parisiense Pierre José Phierry, aqui chegado em 1819, que, apesar de mestre carpinteiro, declarava ter trazido consigo fazendas para negociar.¹⁵⁵

Por sua vez, em meio às 10 mulheres que são registradas e saem, desta maneira, do anonimato em que a prática de serem incluídas nas informações sobre seus maridos ou parentes as mantém, apenas 4 indicam uma profissão: professora de música, costureira, criada e modista.¹⁵⁶ Dentre 7 declarações nas quais encontramos a extração social, 2 aparecem como nobres (uma delas diz ter vindo para se estabelecer pelo seu ofício de costureira) e as demais como “mecânicas”. O estado civil é declarado em 8 dos 10 registros, sendo 3 solteiras (2 delas nobres), 3 casadas e 2 viúvas (respectivamente 30%, 30% e 20%). No grupo das solteiras, 2 apresentam ocupação (aí se enquadra a nobre costureira e a professora, as outras duas sendo casadas) e é interessante notar que ambas revelam morar no mesmo número 19 da rua São José. Como se percebe, aqui, na condição de migrantes, a pirâmide social achata-se e o que há poucas décadas na Europa do Antigo Regime pareceria algo impensável – duas mulheres, uma aristocrata e outra plebéia, morando em um mesmo endereço e apresentando a aristocrata um ofício mecânico – torna-se uma realidade ante as necessidades do momento.

Já entre as casadas, uma delas vem acompanhar as filhas dançarinas, tendo deixado o marido na França, e outra diz ser casada com um português. No caso das viúvas, uma chega acompanhada de uma irmã e a outra de um filho, vindo ela para a companhia de um outro filho que aqui já se encontrava. Ainda que possamos considerar que o deslocamento das não casadas fosse fruto de uma suposta liberdade ou de um desamparo maior por não contarem com algum familiar ou marido que as sustentasse, forçando-as a irem em busca de melhores oportunidades, nas fichas masculinas, contudo, encontramos casos de solteiras que se deslocavam seguindo os passos de pais e irmãos. Como Melânia e Virgínia Durand, que haviam vindo em companhia do irmão comerciante Carlos Durand.¹⁵⁷ No caso das casadas, não podemos nos esquecer que muitas vezes a migração do marido levava à migração da

¹⁵³ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 27.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 34.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 35.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 15 (Clementina); p. 20 (Fragoso, Carlota); p. 32 (M. David); p. 38 (Madame Zelie).

¹⁵⁷ *Idem*, p. 15.

companheira, como no caso de Felicidade Eulália, vinda em 1817, ou a mulher de Jacinto Himonet, desembarcada neste mesmo ano.¹⁵⁸

Dentre o total de homens, 234 revelam seu estado civil (quase 80% deles), sendo 56 casados (perto de 24%), 5 viúvos (pouco mais de 2%) e 173 solteiros (cerca de 74%). Como vemos, homens sem vínculos matrimoniais pareciam acorrer com mais frequência para cá a fim de “fazer a América”, mas isso não quer dizer que para cá viessem sem levar em consideração a família, pois justamente para aqui podiam se dirigir sonhando com a melhoria de vida dos seus parentes que haviam ficado na França em caso de sucesso em sua empreitada nos trópicos. Um exemplo disto seria o de Ferdinand Denis cuja motivação principal ao despencar Atlântico abaixo era juntar um dote para sua irmã solteira.¹⁵⁹ No que toca aos casados, como já vimos no *Registro*, embora houvesse aqueles que vinham desacompanhados e, se fosse o caso, só depois de estabelecidos eram seguidos pelo restante da família, encontramos pais que desembarcam com todos os seus dependentes. Como exemplo do primeiro, temos o ferreiro Guilherme Lamoth que deixara em Baione esposa e 6 filhos.¹⁶⁰ Já Antônio João Gabriel aqui chegaria, em 1816, com sua mulher e a mesma quantidade de rebentos.¹⁶¹ Cantillons, que ganharia a vida como ourives no Rio, trazia consigo, de Paris, a mulher Joana e 3 filhos menores¹⁶² e Dupton vinha acompanhado, em 1819, da esposa Madalena Juli, de um filho de 10 anos e de uma filha, de apenas 2 meses.¹⁶³

Para aqueles que haviam sobrevivido ao cônjuge, o pequeno número de homens nesta condição que aqui arriscam seu destino com relação às viúvas (que mesmo em pequeno número em termos absolutos representam 20%) demonstra como a sorte feminina sofria mais instabilidades com a perda do parceiro, levando-as a seguirem novos rumos, ainda que para a América, atrás de oportunidades, contando algumas vezes com parentes que aqui já se encontravam ou que para cá se deslocavam. João Batista Borneille, por exemplo, vindo de Paris em 1817 para comerciar, dá entrada com uma sobrinha viúva de nome Maria Rippel.¹⁶⁴

Dentre as 305 entradas, 271 informam o local de residência. A maioria dos franceses encontrava-se fixada no triênio 1817-1820 na região central da Corte, marcada pela presença de estabelecimentos comerciais e pela intensa movimentação de pessoas. Sua maior concentração é percebida na rua do

¹⁵⁸ Idem, p. 29 e 24.

¹⁵⁹ BOURDON, Leon (ed.). *Lettres familières et fragment du journal intime mes sottises quotidiennes de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Brasília, Coimbra, v. X, p. 175, 1958, introdução de Bourdon.

¹⁶⁰ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 21.

¹⁶¹ Idem, p. 11.

¹⁶² Idem, p. 14.

¹⁶³ Idem, p. 18.

¹⁶⁴ Idem, p. 24.

Ouvidor onde quase 1/6 (50) do total indica ali ter habitado.¹⁶⁵ Era ela uma das principais artérias da malha urbana do Rio joanino, próxima ao seu coração, o Paço. No entanto, outras ruas adjacentes são igualmente ocupadas por eles como a rua da Ajuda (19), a rua da Quitanda (19), a rua Direita (12) e a rua do Cano (10). No total são 66 logradouros indicados.¹⁶⁶

Esta preferência pela região central, como veremos, explica-se pelo fato de muitos deles dedicarem-se no Rio aos negócios. Como, neste caso, habitação e local de trabalho geralmente coincidiam, esta opção é indicativa também da presença comercial francesa pela cidade. Assim, entre as 50 pessoas que dizem residir na rua do Ouvidor, 31 apresentam-se declaram-se envolvidas em atividades comerciais.¹⁶⁷ O padre Perereca, que nela deveria circular vez por outra, relata que nesta via “se vêem muitas casas ocupadas por negociantes estrangeiros: franceses e ingleses”.¹⁶⁸ Esta rua simbolizava tanto a rivalidade comercial franco-inglesa em terras brasileiras quanto o fenômeno de contato cultural entre França e Brasil. Sua fama no comércio de modas e de luxo seria consolidada ao longo do século XIX, quando frequentá-la passaria a ser um dos passatempos das pessoas elegantes do Rio, o que justificaria a empreitada de Joaquim Manoel de Macedo de escrever suas memórias.¹⁶⁹

Por volta de 1844, a listagem de uma subscrição para o calçamento de um dos trechos da famosa via, para a qual concorreram moradores, proprietários e negociantes que ali haviam se estabelecido, revelava ser a maioria de nacionalidade francesa.¹⁷⁰ Já Debret notava, em 1831, que aquela que se tornaria uma similar da famosa rua Vivienne em Paris, pelo luxo dos artigos vendidos, beleza das vitrines e pela nacionalidade dos comerciantes, “era quase inteiramente constituída de lojas francesas

¹⁶⁵ Pelo cruzamento de dados entre um anúncio da *Gazeta* relativo a um alfaiate francês e seu registro no Rio vemos que “a rua do Ouvidor” e a “rua nova do Ouvidor” são usadas como sinônimos (cf. também *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 22, “Guclin”, e *GRJ*, 04/08/1817, anúncio feito por Gudín). Se não se trata de um engano em um dos documentos, pode ser que a denominação “nova” se referisse a um trecho recente da via. No código 342, encontramos 4 franceses residentes no Rio que dizem morar na “rua nova do Ouvidor”. No entanto, nesta porcentagem que acabamos de apresentar no texto levamos em consideração apenas as entradas que apresentam a denominação de “rua do Ouvidor”.

¹⁶⁶ Eis os demais logradouros (como citados) com o número de ocorrências no código: caminho do saco dos alferes (1), Gamboa (1); ladeira da Glória (1), lagoa da Sentinela (1), ponta do Caju (1), praia de Botafogo (1), praia de São Cristóvão (1), praia do Flamengo (1), rua da Glória (1), rua da Praia Grande (1), rua das Laranjeiras (1), rua do Passeio (1), rua do Príncipe (1), rua dos Inválidos (1), rua dos Lateiros (1), Santa Teresa (1), São Cristóvão (1), travessa da Candelária (1), travessa de São Pedro (1), Cosme Velho (2), freguesia de São Gonçalo (2), Laranjeiras (2), pedreira da Glória (2), Praia Grande (2), rua da Alfândega (2), rua da Candelária (2), rua da Moeda (2), rua da Princesa (2), rua da Vala (2), rua do Lavradio (2), rua do Sabão (2), rua dos Arcos (2), rua São Domingos (2), travessa do Núncio (2), barreira de Santo Antônio (3), embaixo da rua da Glória (2), rua embaixo da Glória (1), rua das Violas (3), rua de São José (3), rua de São Pedro (2), rua de São Pedro da cidade nova (1), rua do Fogo (3), rua dos Ourives (3), rua dos Pescadores (3), rua São Pedro (3), rua São Pedro da cidade nova (1), rua da Prainha (4), rua das Mangueiras (4), rua de Mata-Cavalos (4), rua Mata-Cavalos (4), rua do Catete (4), rua nova do Ouvidor (4), rua São José (5), rua São Lourenço (5), largo do Rocio (6), rua do Conde (6), rua da Cadeia (7), rua Santo Antônio dos Pobres (7), rua atrás do Hospício (8), a rua Mãe dos Homens (14).

¹⁶⁷ Consideramos aqui os que se dizem comerciantes, negociantes, donos de estabelecimentos e caixeiros.

¹⁶⁸ **SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 61, nota 38, v. 1.

¹⁶⁹ **MACEDO**, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Editora Nacional, 1952.

¹⁷⁰ **SANTOS**, op. cit., p. 126, nota CX, v. 1 (nota de Noronha Santos).

de todo tipo, mantidas pela prosperidade de seu comércio”¹⁷¹ que muito se devia à entusiástica apreciação dos habitantes da cidade pela elegância e pela moda francesas.

Como em muitos dos registros a numeração da residência é informada, é possível verificar que alguns deles ocupavam o mesmo endereço. Neste caso, poderia se tratar de uma casa de família, ou mesmo de uma pensão ou outro estabelecimento em que se podia alugar quartos, ou quem sabe um imóvel com vários andares. Pelo cruzamento destes dados, vemos que 22 pontos diferentes da rua do Ouvidor foram ocupados por pessoas de nacionalidade francesa, do nº 3 ao nº 197. Pela média, a cada 8 ou 9 números era possível deparar-se com alguém de sotaque francês, e este seria o acento que predominaria por ali até meados do século XIX.¹⁷²

Os números 28 e 174 da mesma rua aparecem, cada um, em 6 registros diferentes. No número 28 vemos a presença de 4 caixeiros e de 2 comerciantes, o que nos leva a pensar que poderia se tratar mesmo do local de trabalho destas pessoas. Da mesma forma, encontramos, no número 8, um caixeiro e um indivíduo que diz ter vindo a comerciar.¹⁷³ Na altura do 174, somos informados que aí havia se estabelecido o francês Pharroux, com uma casa de pasto.¹⁷⁴ Ao verificarmos as outras pessoas que também informam este endereço como o de sua moradia, podemos deduzir que Monsieur Pharroux também deveria alugar acomodações e que, possivelmente, deveria ser procurado por seus conterrâneos, tanto por sua nacionalidade quanto por sua localização. É aí que possivelmente moram Pedro Labatut e Martial Tible que, apenas informando o nome da rua em que residiam, dão-nos a pista de que viviam em uma casa de pasto francesa.¹⁷⁵

Ainda no número 3 da rua do Ouvidor, dois músicos da Casa Real, desembarcados também em 1816, afirmam residir.¹⁷⁶ Na altura do 108, dois jovens nobres, parisienses e solteiros, tentavam a sorte como negociantes.¹⁷⁷ Outros dois, de extração não nobre, chegados em 1819 no mesmo navio que partira de Marselha, encontravam-se em casa de um tal Chevalier, no número 66, com destino de

¹⁷¹ **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 126. Para trechos de relatos de viajantes franceses acerca da rua do Ouvidor nos anos 30 e 40 do oitocentos, cf. **MALERBI**, op. cit., p. 92-93.

¹⁷² **SANTOS**, op. cit., p. 133, nota CX, v. 1 (nota de Noronha Santos).

¹⁷³ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 24 e 37.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 35. Em um anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 02/11/1816 e de 07/12/1816 o número 174 do Ouvidor também aparece como local de venda da carga de um brigue francês, indicando que Pharroux aproveitava a circulação de pessoas em sua casa de pasto para diversificar seus negócios ou que algum conhecido seu ali também comerciava, como poderia ser o caso de Carlos Durand. A carga deste mesmo brigue era anunciada em 23/10/1816, no mesmo periódico, sendo que os interessados deveriam se dirigir a Durand, que poderia ser encontrado na rua do Ouvidor 28 ou 174, este último o endereço do comércio de Pharroux. No anúncio de dezembro de 1816, anteriormente citado, M. Gervais é quem aparece no mesmo endereço responsável por receber fretes e passageiros para o brigue.

¹⁷⁵ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 35 e 32.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 12 e 34.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 13 e 27.

comerciar.¹⁷⁸ Seria esse apenas um conhecido de ambos ou o dono do negócio para quem eles haviam vindo trabalhar?

Continuando a perambular pelas ruas da capital, na rua da Ajuda, o número 22 aparece em 8 registros como ponto onde residiram franceses das mais variadas profissões, sugerindo tratar-se de prédio ou local onde era possível alugar cômodos. Interessante é verificar que 7 deles aqui chegaram no ano de 1817, todos embarcados no porto de Havre de Grace, sendo que 3 chegaram no mesmo dia. Isso nos leva a pensar se este endereço já seria conhecido no porto de onde partiram ou se passaria a ser conhecido pelos franceses durante a viagem, em conversas. De fato, a rua da Ajuda seria ocupada por comerciantes franceses e profissionais liberais, sendo tal sua afluência que seria conhecida também como “Dajoude dos franceses”.¹⁷⁹

Na rua da Quitanda 90,¹⁸⁰ entre outros residentes, encontramos Jaques Simão e Gaspar Deschamps,¹⁸¹ este último nobre, vindo para estabelecer-se com negócios de quinquilharias e louças. Ambos chegados em 1817 e vindos de Nantes por Lisboa. Diante da coincidência de endereços, lugares e datas, o fato de Simão ter passado de criado de servir a mascate de quinquilharias pode ter sido fruto de projetos em comum com Deschamps, surgidos, quem sabe, antes do desembarque no Rio.

Na rua Mãe dos Homens das 14 vezes em que é apontada como residência de franceses, metade diz respeito à altura do número 1. Daqueles que assinalaram este endereço, 6 são nobres, solteiros e procedentes de Havre de Grace, sendo que 4 deles dedicam-se a atividades comerciais. Encontramos, inclusive, dois rapazes de mesmo sobrenome, um de 15 e outro de 24 anos, chegados em 1817, o que sugere algum grau de parentesco entre eles.¹⁸² Já o número 30 da rua do Cano seria indicado por dois padeiros: seriam eles sócios ou apenas moravam por coincidência no mesmo endereço?¹⁸³ Por sua vez, quatro franceses vindos do Havre de Grace, em 2 de setembro de 1817, sendo 2 deles marceneiros, 1 jardineiro e 1 negociante (nobre), naturais de diversas partes da França, teriam seu destino ligado à rua

¹⁷⁸ *Idem*, p. 14 e 21.

¹⁷⁹ SANTOS, op. cit., p. 163, nota CLI, v. 1 (nota de Noronha dos Santos).

¹⁸⁰ Por um anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro*, somos informados de que aí, em 1815, existia uma “loja de Confeitaria” (GRJ, 08/07/1815), onde, além de jantares, vendiam-se muitas variedades de licores importados e de fabricação própria. A partir de 1817, ela é anunciada como uma “loja *Franceza*” (GRJ, 04/10/1817) que, pelo cruzamento de dados, deveria pertencer a Alexandre Coichet (*Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 12). Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que, no entanto, os italianos imperavam neste tipo de comércio” (SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 17).

¹⁸¹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 27 e 21.

¹⁸² *Idem*, p. 20 e 14.

¹⁸³ *Idem*, p. 30 e 11.

Santo Antônio dos Pobres, 17.¹⁸⁴ Além deles, mais 3 outros conterrâneos que partiriam do mesmo porto que aqueles indicariam este local como de residência.

A rua das Violas, número 13, serviria de habitação a 3 franceses, sendo dois de mesmo sobrenome, todos eles envolvidos em atividades comerciais.¹⁸⁵ Além de terem vindo de Nantes no mesmo ano e declararem o mesmo domicílio, todos eles seguiriam posteriormente para Buenos Aires. Na altura do número 33 da rua dos Pescadores encontramos três franceses, provenientes de Marselha, sendo dois ourives e um couteleiro, possivelmente pertencentes à mesma família a julgar pelo sobrenome.¹⁸⁶

Cruzando alguns registros vemos que os dois conterrâneos que chegam ao Rio e vão morar na freguesia de São Gonçalo, ambos nobres, vindos por Havre de Grace em 1816, um pintor e o outro negociante, tornam-se sócios em uma fazenda em Imbuauçu.¹⁸⁷ E talvez os laços de amizade e/ou profissionais tenham levado dois nobres franceses, ambos químicos, chegados em Havre de Grace, em outubro de 1816, a estabelecerem-se na rua da Princesa, quem sabe até no mesmo número.¹⁸⁸

Na rua das Mangueiras, 8, ainda encontramos dois ilustres moradores que fizeram parte da “Missão Francesa”: Augusto Maria Taunay e Marcos Ferré, ambos escultores.¹⁸⁹ Já as referências à família Taunay indicam a Glória.¹⁹⁰ Na rua do Catete, dois outros membros da mesma missão artística residiriam: o arquiteto Grandjean de Montigny e o escultor Zéfiro Ferré.¹⁹¹ Aliás, Grandjean ainda dera residência em sua casa a dois discípulos que haviam vindo com ele.¹⁹² Dillon, primeiro secretário da Academia de Artes e Lebreton, chefe da missão, escolheriam ambos a rua da Vala para viverem.¹⁹³

No total de entradas, em 25 casos temos notícia de que houve mudança de residência. Notamos, em pelo menos 10 deles, um deslocamento para a parte mais central (e mais movimentada) da capital. Assim, encontramos um alfaiate deixando a praia do Botafogo e indo para a rua da Quitanda; um outro francês, que já vivera em São Gonçalo, passando a morar na rua do Cano (vindo da rua do Conde); um torneiro, um fabricante de canos de chumbo e um ourives que se mudam para a rua da Ajuda, tendo morado o primeiro na rua de São Pedro, o segundo na rua do Passeio e o último na rua dos Pescadores;

¹⁸⁴ Idem, p. 12, 15, 17 e 34.

¹⁸⁵ Idem, p. 12-13 (Antônio Dreys); 33 (Nicolau Dreys) e 18 (Estêvão Amonier).

¹⁸⁶ Idem, p. 27 (José Maria Richaud e João Batista Richaud) e 31 (Luciano Fábio Filipe Richeau).

¹⁸⁷ Idem, p. 15 e 26.

¹⁸⁸ Idem, p. 12 e 26.

¹⁸⁹ Idem, p. 12 e 32.

¹⁹⁰ Idem, p. 16, 20, 22, 33 e 37.

¹⁹¹ Idem, p. 22 e 38.

¹⁹² Idem, p. 30 (Levasseur) e 32 (Marnier).

¹⁹³ Idem, p. 17 e 30.

e um espingardeiro que resolvera habitar na rua do Rosário, tendo antes vivido na rua Mãe dos Homens.¹⁹⁴ Este pode ser um indicativo tanto de que os negócios iam bem, o que possibilitaria a ocupação de um ponto comercial melhor, quanto de uma busca por melhores oportunidades no ramo. Não é, portanto, acaso o fato de nos depararmos com 3 comerciantes franceses que conseguem estabelecer-se na badalada rua do Ouvidor, tendo dois deles antes se fixado na rua Direita e o outro na rua do Rosário.¹⁹⁵ Mas encontramos, ao mesmo tempo, aqueles que se viram obrigados a distanciar-se do coração comercial da Corte, dando a entender que ali não era o lugar adequado para exercerem seus interesses comerciais. Falta de clientes, má administração, aluguéis abusivos, estes podem ter sido alguns dos motivos que tenham tornado insustentável permanecer em ponto tão privilegiado. Nesta situação encontramos 2 comerciantes e 1 dono de casa de pasto.¹⁹⁶ Um iria para a rua da Quitanda, outro para a travessa do Ouvidor e o outro para o Saco do Alferes e depois para a Prainha.

Após todos estes exemplos, notamos a ocorrência de “bolsões” de migrados franceses na cidade do Rio, que podiam ser encontrados tanto em determinadas ruas da Corte, quanto em certos números de alguns logradouros. Isto parece indicar a existência de uma rede de solidariedades e contatos que podem ter surgido antes da partida da França, durante a travessia do Atlântico ou depois de estabelecerem-se na América. Se são estrangeiros é justamente esta condição, aliada àquela de migrantes e da vontade de obter vantagens com a mudança, que alinhava pessoas de diferente extração social, profissão e sexo.

Podia bem acontecer de um francês, que desocupava uma casa ou um quarto alugado, indicar um outro compatriota para ficar em seu lugar. Um conhecido que partia para cá ou já aqui se estabelecera poderia sugerir o mesmo para algum compatriota em dificuldades, até juntando-o em sua empreitada, como podemos ver no caso de Leonerle e Legrand, ambos vindos para cá de Nantes em fevereiro de 1817, um na companhia do outro, como vemos declarado¹⁹⁷ ou Marius Riveste que vivia de comércio, havia chegado em 1818 e, não coincidentemente, achava-se em casa de Bourdon na rua Direita, possivelmente trabalhando para ele, visto que era um dos célebres comerciantes franceses instalados na Corte.¹⁹⁸

¹⁹⁴ Idem, p. 32 (Miguel Vila Sêca); p. 15 (Carlos José Planete); p. 19 (Francisco Chabre); p. 12 (Augusto Petti); p. 27 (José Maria Richaud); p. 34 (Pedro José Pirart).

¹⁹⁵ Idem, p. 17 (Dalbin); p. 24 (João Batista Borneille); p. 23 (Imbert de Nanges).

¹⁹⁶ Idem, p. 15 (Colombier); p. 15 (Antonio Chevalier); p. 24 (João Parett).

¹⁹⁷ Idem, p. 29.

¹⁹⁸ Idem, p. 32. Embora sua ficha no códice indique que morava em casa de “Mr. Bondon”, o fato de declarar ser residente na rua Direita e viver de comércio nos faz pensar tratar-se de um erro e que Bondon deveria ser Bourdon.

Alguém que embarcava com alguma indicação sobre o Rio transmitia ao companheiro de viagem da mesma nação onde seria melhor se hospedar. Um conhecido ou parente cedia a um francês recém-chegado algum cômodo em sua residência, como Michel, o irmão de Paul Avrial que aqui viera negociar,¹⁹⁹ ou autorizava-o a vir depois de aqui ter conseguido uma oportunidade, como faria João Lambert com seu filho de 18 anos.²⁰⁰ E as conexões entre aqueles que vinham e aqueles que já haviam feito a travessia valiam menção nos registros e, possivelmente, significavam a chance de um começo mais confortável. Assim, o jovem Duval, que desembarcara no Rio em 1819, trazia em sua bagagem algumas cartas de recomendação para dois franceses aqui já estabelecidos.²⁰¹ Lourenço Auchois era negociante e seu assentamento indicava ser conhecido de diversos compatriotas que viviam na Corte.²⁰² Vermantoy, sapateiro, partira de Paris e se dizia conhecido do arquiteto da “Missão Francesa” aqui chegado três anos antes dele.²⁰³

Temos, deste modo, várias pistas da solidariedade entre os franceses migrados para a Corte, seja pela coincidência de números e nomes de ruas que indicam as residências, seja por referências como as feitas por Chaudon e Boisson, ambos vindos por Marselha no mesmo navio e na mesma data, com o destino de comerciar, declarando um ficar na casa de César, alfaiate, e o outro na moradia de Chevalier.²⁰⁴ João Batista Bompar, que indicara ter vindo em 1818 para ser caixeiro na casa de Paulo Martin Filho, seu compatriota, poderia bem estar em busca de oportunidade junto a um antigo conhecido ou havia sido indicado ao negociante. Isso nos faz pensar se era prática corrente os comerciantes franceses empregarem pessoas de mesma nacionalidade, fosse por terem neles mais confiança ou para buscarem remediar a situação de novos migrantes. Monsieur Dalbin, negociante na rua do Ouvidor, bem poderia ter acolhido Antônio la Route, que vinha trabalhar para ele por seu ofício de ourives, por este motivo,²⁰⁵ assim como os donos franceses da casa Lezan Vial, que viriam a ocupar o mesmo endereço, devem ter feito para com o caixeiro Valettin.²⁰⁶

5.3.3. Profissionais franceses na Corte joanina

¹⁹⁹ Idem, p. 35.

²⁰⁰ Idem, p. 18.

²⁰¹ Idem, p. 18.

²⁰² Idem, p. 31.

²⁰³ Idem, p. 38.

²⁰⁴ Idem, p. 14.

²⁰⁵ Idem, p. 36.

²⁰⁶ Idem, p. 38.

Com o intuito de ampliar um pouco mais o quadro sobre a presença francesa na América portuguesa entre a chegada do príncipe regente e sua volta para Portugal, após analisarmos as informações inscritas no código 372 e no *Registro de Estrangeiros*, passaremos aos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, complementado-os com os relatos de viajantes, a fim de captarmos a atuação destes franceses no cotidiano daquela cidade.²⁰⁷ Entre os muitos que aqui entraram, principalmente a partir da brecha surgida com o restabelecimento das relações com Portugal, alguns, como vimos, estiveram de passagem, e outros aqui se estabeleceram. Ao disponibilizarem produtos, mão-de-obra ou conhecimento aos habitantes da capital, eles foram fazendo-se cada vez mais presentes. Um reflexo de como os interesses franceses passariam a enraizar-se por aqui está no aumento de anúncios, no periódico fluminense, de profissionais migrados da França. Mas, após as guerras napoleônicas, como eles contornariam a imagem estigmatizada de inimigos portugueses? Como seria a recepção a estes profissionais? É este processo de regeneração pública destes migrantes que buscaremos trilhar, com a ajuda da *Gazeta*.

Assim sendo, o primeiro francês que encontramos em um anúncio do dito jornal, após a queda de Napoleão, já é um conhecido nosso: um nobre que aqui vivia como comerciante desde 1808. Sete anos depois, demonstrando que seus esforços haviam frutificado, divulgava ele, sob o nome de “Ambrosio Bourdon e Cia” (rua Direita, nº 18), um leilão de fazendas que recebera de sua pátria (*GRJ*, 07/06/1815; *GRJ*, 10/06/1815).²⁰⁸ Contudo, lemos avisos seus em que leiloa ou vende outros artigos, como móveis, vidros lapidados e aparelhos de porcelana (*GRJ*, 22/05/1816; *GRJ*, 25/05/1816; *GRJ*, 29/06/1816; *GRJ*, 13/07/1816; *GRJ*, 19/02/1817). A partir de 1817, seu negócio aparece como “Bourdon e Fry” apregoando a venda de artigos franceses e o recebimento de cargas ou passageiros para embarcações de mesma nacionalidade (*GRJ*, 14/06/1817; *GRJ*, 14/10/1818; *GRJ*, 10/05/1820).

Seria ele, aliás, apenas o primeiro de uma longa lista, visto que começaríamos a encontrar um número cada vez maior de seus compatriotas a fazer-lhe concorrência na Corte, muitos deles voltados para o setor mais significativo do comércio francês no Rio de Janeiro: o de modas e tecidos.²⁰⁹ De qualquer modo, entre 1817 e 1827 o número de negociantes franceses presentes na cidade do Rio

²⁰⁷ Para anúncios de profissionais franceses no jornal baiano *Idade d'Ouro do Brasil* no mesmo período, cf. o artigo de **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822). *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, nº X, p. 299-316, 1995.

²⁰⁸ *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 56. Cf. também *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 11.

²⁰⁹ **MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 91.

subiria de 8 para cerca de 20.²¹⁰ Carlos Durand²¹¹ seria um dos grandes nomes do tipo de comércio acima citado e, de fato, dentre seus compatriotas, ele seria o que mais faria uso do espaço de anúncios da *Gazeta*. A variedade de artigos comercializados em seu estabelecimento é imensa, contando também com bebidas, objetos para casa, tecidos, assim como livros e instrumentos musicais.²¹² Tendo começado na rua do Ouvidor, nº 28 (*GRJ*, 07/08/1816; *GRJ*, 23/10/1816; *GRJ*, 19/11/1816; *GRJ*, 27/11/1816; *GRJ*, 04/12/1816), aparece, a partir de 1817, no primeiro andar da rua Direita, nº 9. Este é o endereço que consta em sua ficha na Intendência²¹³ e que Dalbin, outro francês negociante que se mudará para o Ouvidor, também assume como lugar onde mora. Durand deveria ser tão conhecido na cidade que, algumas vezes, seus anúncios, quase sempre extensos devido à variedade de produtos que vendia, aparecem sem qualquer referência à localização de seu estabelecimento (*GRJ*, 25/03/1818; *GRJ*, 04/04/1818; *GRJ*, 01/04/1820).

Os anúncios ainda nos permitem deduzir que, provavelmente, após a saída de Durand, o ponto do Ouvidor seria ocupado por Lezan Vial e Cia (*GRJ*, 21/06/1817; *GRJ*, 08/07/1818) que aparecem aí intermediando fretes e passageiros. Francisco Vial e Pedro Francisco Lezan haviam vindo de Bordéus em 1817.²¹⁴ Explica-se, portanto, o fato de encontrarmos quatro caixeiros franceses que declaram aí também viver.²¹⁵

Vários são os nobres comerciantes que anunciam na *Gazeta*. João Augusto Bellard,²¹⁶ natural de Bordeaux, de apenas 21 anos, chegaria em 1816, e por um aviso do mesmo ano viemos a saber que ele havia aberto seu estabelecimento no primeiro andar do nº 8 da privilegiada rua do Ouvidor (*GRJ*, 13/11/1816), onde revendia artigos dos mais variados que iam desde vestidos de Corte bordados em

²¹⁰ Ibidem, p. 87. Para as firmas francesas que comerciavam com o Brasil, na primeira metade do século XIX, confira neste mesmo trabalho, o capítulo IV, “A França industrial e comercial e o mercado brasileiro”, p. 74-76. Sobre os comerciantes franceses no Brasil, nesta mesma época, cf. capítulo V, “Comerciantes franceses no Brasil”, p. 86-102.

²¹¹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 15.

²¹² Encontramos vez por outra Carlos Durand na documentação da Mesa do Paço. Como em dois pareceres de José da Silva Lisboa. No primeiro, datado de 03 de setembro de 1816, o francês solicitava o despacho para um caixote com 197 livros, chegado de Havre de Grace e que se encontrava na alfândega, que muito possivelmente seriam vendidos por ele (ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 01, doc. 04). Em outro, de 17 de junho de 1819, o censor reclamava da lista mal elaborada de livros apresentada para exame pelo mesmo comerciante (idem).

²¹³ O anúncio de mudança de endereço é feito na *Gazeta* de 26/03/1817 e reproduzido em versão reduzida nas edições seguintes de 02 e 12 de abril deste mesmo ano. Neles Durand “faz saber que elle mudou o seu armazem sito na rua do Ouvidor N.º 28, e que mora actualmente na rua Direita N.º 9” o que demonstra a coincidência entre habitação e local de trabalho muitas vezes observada nesta época. Cf. também *GRJ*, 04/06/1817; *GRJ*, 26/08/1817; *GRJ*, 03/09/1817; *GRJ*, 03/01/1818; *GRJ*, 14/01/1818; *GRJ*, 07/03/1818; *GRJ*, 25/03/1818; *GRJ*, 04/04/1818; *GRJ*, 30/05/1818; *GRJ*, 05/09/1818; *GRJ*, 03/10/1818; *GRJ*, 14/11/1818; *GRJ*, 25/11/1818; *GRJ*, 27/01/1819; *GRJ*, 03/04/1819; *GRJ*, 14/08/1819; *GRJ*, 16/10/1819; *GRJ*, 29/01/1820; *GRJ*, 12/04/1820; *GRJ*, 03/05/1820; *GRJ*, 10/05/1820; *GRJ*, 06/09/1820; *GRJ*, 23/11/1820; *GRJ*, 06/01/1821; *GRJ*, 17/01/1821.

²¹⁴ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 19 e 34.

²¹⁵ Idem, p. 15, 18, 19 e 38.

²¹⁶ Idem, p. 24.

ouro até vinhos de Bordeaux (*GRJ*, 07/12/1816; *GRJ*, 11/12/1816; *GRJ*, 22/02/1817; *GRJ*, 26/02/1817; *GRJ*, 01/10/1817; *GRJ*, 15/10/1817; *GRJ*, 22/10/1817). Possivelmente, Virolt Tibol, residente no mesmo endereço que Bellard, sendo caixeiro, trabalhasse para ele.²¹⁷ Outro jovem nobre, Antônio Dreys,²¹⁸ parisiense de 20 anos, fixar-se-ia na capital com casa de comércio na rua das Violas, nº 13 (*GRJ*, 27/09/1817). Mr. Gas, de 34 anos, viria em 1817 a comerciar, instalando-se na rua do Ouvidor, 38 (*GRJ*, 08/10/1817; *GRJ*, 10/02/1821), defronte ao armazém de um outro compatriota seu, Mr. Imbert (*GRJ*, 10/02/1821).²¹⁹ “Dumont e Cia” seria outro estabelecimento de negócios fundado por um jovem aristocrata vindo de Nantes, na rua Mãe dos Homens, 41 (*GRJ*, 25/04/1818).²²⁰ Já a casa Gadet e Jallasson, na rua Direita, 55, que anunciava seus variados produtos, chamando atenção para aqueles voltados aos “artistas, pintores, douradores, arquitectos e armadores” (*GRJ*, 25/10/1817, *GRJ*, 21/10/1818) e “militares, e curiosos da caça” (*GRJ*, 06/12/1817, *GRJ*, 02/12/1818), era uma sociedade de dois nobres embarcados em Havre de Grace em 1817.²²¹

O negociante José de la Brosse²²² (travessa ou rua da Candelária, nº 6) parecia dedicar-se à intermediação entre galeras francesas e interessados em embarcar ou carregar nelas (*GRJ*, 20/09/1817; *GRJ*, 24/09/1817; *GRJ*, 25/02/1818; *GRJ*, 04/07/1818; *GRJ*, 22/07/1818), recebendo ainda mercadorias em consignação provenientes de empresas sediadas em Saint-Malo, Havre e Nantes.²²³ Neste mesmo endereço encontramos um outro comerciante e um caixeiro, muito possivelmente envolvidos no negócio,²²⁴ sendo que, em 1816, somos informados que “Chardon, Vigneaux e Companhia”, chegados de Bordeaux, haviam anteriormente instalado uma casa de comércio, na casa e no armazém aí existentes (*GRJ*, 03/07/1816; *GRJ*, 06/11/1816). Perguntamo-nos se Brosse faria parte desta empreitada, passando a assumir posteriormente o negócio sozinho ou se teria ele ocupado um ponto que não fora para a frente e que já era conhecido por ter sido de outros franceses. A partir de 1819, temos notícia de que ele aparece ainda intermediando fretes e passageiros, mas na rua do Rosário nº 12 (*GRJ*, 13/11/1819; *GRJ*, 24/03/1821).

João Devron²²⁵ vendia fazendas de todos os gêneros e vinhos (*GRJ*, 27/07/1816; *GRJ*, 17/08/1816) na rua detrás do Hospício, nº 9. Na rua do Rosário, 60, descobrimos um armazém de mercadorias francesas (*GRJ*, 04/09/1816; *GRJ*, 25/06/1817; *GRJ*, 30/07/1817; *GRJ*, 13/09/1817) que,

²¹⁷ *Idem*, p. 37.

²¹⁸ *Idem*, p. 12-13.

²¹⁹ *Idem*, p. 26.

²²⁰ *Idem*, p. 17.

²²¹ *Idem*, p. 30 e 31.

²²² *Idem*, p. 30 (Labross).

²²³ **MALERBI**, op. cit., p. 91.

²²⁴ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 12 (Adolfo Dellecourt) e 35 (Pedro Gautrau).

²²⁵ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 103.

de acordo com o endereço apresentado no registro do Rio, parece pertencer a um certo Imbert de Nanges, nobre, que se muda, posteriormente para o Ouvidor, 81 (*GRJ*, 10/06/1818).²²⁶ Já Leger, que se apresentava como “Armador *Francez*”, possivelmente uma espécie de decorador da época, morador na rua da Ajuda, 14, participava ao público que acabava de “receber de *França* hum sortimento completo de moveis do melhor gosto, assim como franjas de algodão, e de seda para bambinellas, estampas e quadros, e outros muitos ornamentos de caza” (*GRJ*, 20/01/1821). Ele também teria morado na altura do 26 na rua da Cadeia, no mesmo endereço que Vítor Gendria. Este, também armador, parisiense, e vindo no mesmo ano em que Leger possivelmente deveria ser sócio daquele.²²⁷

Mas, como vimos, os comerciantes franceses que usam a *Gazeta* como veículo de propaganda para seus negócios não são a maioria diante do total daqueles que se dizem negociantes, comerciantes, caixeiros, mascates ou donos de estabelecimentos no Rio. Isto indica que muitos outros podem não ter conseguido estabelecer-se com sucesso, por conta da concorrência ou do desconhecimento do mercado, ou que possuíam comércios mais modestos, como Desenne, dono de uma venda na Ponta do Caju, ou o nobre Beau del Bordes, dono de uma loja na rua Mãe dos Homens.²²⁸ Também deveriam existir muitos que não possuíam estabelecimento próprio, sendo vendedores ambulantes,²²⁹ empregados das divulgadas casas cariocas, que ilustravam diariamente os avisos da *Gazeta* com seus variados estoques, ou representantes de casas comerciais francesas.

Pelo bibliotecário Marrocos somos informados sobre dois livreiros franceses aqui fixados já em 1813. São eles Paulo Martin filho e João Roberto Bourgeois, ambos instalados na Rua da Quitanda, respectivamente nos números 34 e 33.²³⁰ Eles não são citados em nenhum dos dois registros que analisamos anteriormente, mas, pelo número 34 da Quitanda, chegamos a um caixeiro francês.²³¹ Como nesta profissão costumava-se morar no mesmo lugar do trabalho, somos levados a concluir que ele seria empregado de Martin. Na *Gazeta* eram recorrentes os anúncios das obras que poderiam ser encontradas em suas lojas de livros, como aqueles saídos em 11/04/1809 (Martin) e 17/01/1811 (Bourgeois). Já para o caso de Bourgeois, deparamo-nos com provas de sua presença aqui já em 1809, em dois pedidos de licença para livros que ele remetia para a vila de Porto Alegre e para Santos.²³² E

²²⁶ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 23.

²²⁷ *Idem*, p. 19 e 37.

²²⁸ *Idem*, p. 18 e 14.

²²⁹ Sobre a participação de franceses no comércio ambulante, cf. **MALERBI**, op. cit., p. 94.

²³⁰ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939, p. 161, nota 27.

²³¹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 27.

²³² ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 169 – Licenças (1808-1822), pacote 03, doc. 111.

por outra das cartas de Marrocos, somos informados que ele faleceria repentinamente em 1814.²³³ A respeito dos dois, o português transmigrado, não deixando de lado seu divulgado ranço acerca dos invasores de sua pátria, comentava ao pai: “aqui há pouco negocio de Livros, e dous Livreiros, q aqui se achão, basta serem Francezes para serem tratantes”.²³⁴ De fato, eles seriam os donos das únicas duas livrarias existentes na capital na época em que Marrocos fizera seu comentário, sendo que no último ano do reinado joanino no Brasil este número chegaria a nove.²³⁵

Esta expansão do comércio livreiro na América portuguesa é observada após a Paz Geral de 1815, quando ela passaria a ser vista como um atrativo mercado a ser disputado pelos franceses que agora podiam acessá-la sem restrições. Contavam eles com uma larga experiência no ramo de livros e no trato com a censura em seu país de origem. Aliás, desde o início do século XVIII editores vindos da França estabelecer-se-iam em Portugal passando a dominar o mercado. Muitas dessas casas editoriais e livrarias viriam a enviar representantes para atuar aqui.²³⁶ Não obstante, encontramos vários comerciantes franceses na capital que vendiam livros, ainda que não se denominassem especificamente livreiros, possivelmente por não se dedicarem com exclusividade ao seu comércio. Assim, muitas obras eram anunciadas em meio à imensa variedade de artigos que estes negociantes colocavam à disposição do público. É o que encontramos nos avisos da *Gazeta* feitos em nome de Bourdon (*GRJ*, 13/11/1816),²³⁷ Carlos Durand (*GRJ*, 19/11/1816; *GRJ*, 27/01/1819), Imbert de Nanges (*GRJ*, 03/01/1818; *GRJ*, 28/03/1818; *GRJ*, 10/06/1818), Gas (*GRJ*, 29/09/1819) e Dumont (*GRJ*, 25/04/1818).

Pharroux, como já visto no item anterior, teria uma famosa casa de pasto na rua do Ouvidor, 174, local em que muitos compatriotas seus se hospedariam. Esta seria apenas o começo de um lucrativo negócio que perduraria, dando lugar, em 1838, ao pomposo Hotel Pharroux na Praia de Dom Manuel.²³⁸ Seu proprietário ainda teria seu nome atribuído ao famoso cais ali localizado que ele mesmo construiria diante da falta de recursos da municipalidade. Chegado após Waterloo, viveria com

²³³ Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos..., op. cit., p. 192, carta 66, ao pai, de 15 de março de 1814.

²³⁴ Idem, p. 161, carta 56, ao pai, de 28 de setembro de 1813.

²³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 45. Entre 1821 e 1822 este número é acrescido de mais dois, a contar por aqueles identificados nos anúncios de jornais (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 37, p. 97, 1999).

²³⁶ Informações tiradas de ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XXXIII, p. 651 e 652, 1999.

²³⁷ Em 10 de outubro de 1816, próximo, portanto, da data deste anúncio da venda de livros, havia sido dado um parecer favorável do censor régio a uma listagem de obras enviada por Bourdon para apreciação a fim de que fossem despachadas da alfândega (ANRJ, Desembargo do Paço, Licenças, Caixa 168, pacote 02, documento 34).

²³⁸ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 8, “Introdução”.

prosperidade no Brasil, vindo a falecer em seu país já com quase 90 anos, em 1867.²³⁹ Seria ele um dos exemplos de emigrados, aqui chegados após a queda do Império napoleônico, que se destacariam em meio à colônia francesa carioca.

No entanto, outros compatriotas seus tentariam a sorte no mesmo ramo sem conseguirem ser tão bem sucedidos. Seis são as casas de pasto pertencentes a franceses no Rio joanino que podemos localizar com o auxílio da documentação de Polícia (código 372). Além daquela de Pharroux, encontramos a de Jacinto Himonet, na rua da Ajuda, 82; a de João Batista, na rua do Conde nº 15; a de René Valente, na Prainha, 51; aquela de Vítor Planqueur, na altura do número 11 da rua da Cadeia;²⁴⁰ e ainda a de João Paret que passaria por outros três endereços (Ouvidor, Saco do Alferes e Prainha).²⁴¹ Além de servir refeições, tanto no estabelecimento, quanto para fora, a casa de pasto funcionava também como loja de bebidas, café e bilhar, além de hospedaria.²⁴²

Quando Debret se refere a dois “estabelecimentos franceses, localizados comodamente no Largo do Palácio, perto da Rua Direita, [que] têm o privilégio de constituir o lugar de encontro de todos os estrangeiros”, inclusive de muitos oficiais da marinha que desembarcavam à noite de seus navios ancorados no porto do Rio para passar agradáveis momentos em terra,²⁴³ deveria estar a se referir a algum dos estabelecimentos acima. Em 1819, o prussiano Leithold observava que, além dos muitos restaurantes portugueses (“casas de pasto”) existiam “dois, franceses, nos quais se come bastante bem, mas que também sabem se fazer pagar”. Contudo, completa, ouvira ele falar que há alguns anos “ganhava-se muito, mas agora não mais trabalham com lucro”.²⁴⁴ O artista francês também se recorda de, em 1818, presenciar os primeiros reflexos da afluência de estrangeiros na malha urbana da cidade do Rio. Ao citar o Largo do Paço, coração administrativo da cidade, dizia que os vários negociantes portugueses fornecedores da Corte e empregados particulares do rei que ali haviam se estabelecido em várias casas,

²³⁹ **SANTOS**, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 87, nota XXXIII, v. 1 (nota de Noronha dos Santos).

²⁴⁰ Aqui veio para servir o duque de Luxemburgo, embaixador da França borbônica, e acabaria abrindo uma casa de pasto. À época do registro encontrava-se preso (*Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 37 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., v. 46, p. 245). Vemos o seguinte anúncio, em 1817: “Participa-se ao publico, que na rua da Cadeia N.º 11 se abriu huma casa de pasto *Franceza*, que fornece jantares para fóra a preço commodo” (*GRJ*, 13/08/1817).

²⁴¹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 24; 23; 36; 37 e 24, respectivamente.

²⁴² **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 16.

²⁴³ **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 1, v. 2, p. 144-145.

²⁴⁴ **LEITHOLD**, Theodor von & **RANGO**, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821], p. 21.

transformaram os portões em lojas, alugando-as a uns franceses donos de cafés, que logo utilizaram o primeiro andar para bilhares e mais tarde o resto do edifício para casas de cômodos. Elegantes tabuletas bem pintadas e vitrinas com colunas de mármore, vindas de Paris, enfeitam hoje êsses estabelecimentos procurados pelos estrangeiros que desejam passar um momento na cidade ou se hospedar de modo a comunicar-se fãcilmente com seus navios.²⁴⁵

Achamos ainda a pista de outra “casa de pasto francesa”, localizada na rua do Cano, na ficha de Francisco Roverchor, onde ele indica achar-se, não nos tendo sido possível verificar o nome do proprietário.²⁴⁶ Também no número 66 da rua do Ouvidor, era divulgado que acabava de se abrir uma “Caza de pasto commercial, e caffè á *Franceza*” (GRJ, 21/04/1819) onde o proprietário prometia um cardápio variado, sendo aceitas encomendas, além de oferecer hospedagem, “com quartos bem preparados para alugar” e “hum grande provimento de vinhos e licores de todas as qualidades”. Não se indica também o nome do dono ou sua nacionalidade. Porém, ao sobrepormos alguns dados, encontramos dois franceses, envolvidos em atividades comerciais, que indicam este mesmo endereço como de sua residência, podendo ser hóspedes da dita casa.²⁴⁷ Contudo, ambos afirmam *estarem* em casa de Chevalier. Desta informação podemos depreender tanto que Chevalier ali morava e estava a hospedar os dois, e neste caso ele poderia ser o dono do negócio ou ao menos morador do mesmo prédio que abrigava a casa de pasto, quanto que eles estavam a trabalhar na casa comercial deste indivíduo. Procurando nos registros da Polícia, deparamo-nos com um Antônio Chevalier, residente no número 46 da rua do Ouvidor que possuía casa de negócios,²⁴⁸ sendo este possivelmente o acima mencionado. Teria havido um erro na numeração da ficha, sendo o 46, de fato, 66? Neste caso, seria ele o dono do comércio, um hóspede ou apenas um morador de outro andar no mesmo número?

Em ambos os exemplos acima expostos, a falta de menção aos donos ou à sua nacionalidade nos leva a pensar que poderia se tratar de não franceses. Neste caso, os termos “francesa” e “á *Franceza*” estariam sendo utilizados apenas como atrativo aos clientes, mostrando como certos hábitos influenciados pela presença estrangeira já se encontravam disseminados na Corte e como o uso proposital do adjetivo pátrio que se ligava à França indicava uma tentativa de valorizar o negócio, sugerindo ter o termo passado por um processo de positivação.

Na rua da Quitanda nº 90, por sua vez, seria aberta “huma loja *Franceza*, onde se achará toda a qualidade de massas e confeitaria, e se aprontão jantares para fóra” (GRJ, 04/10/1817). Provavelmente, trata-se do negócio de Alexandre Coichet, vindo de Rochefort em 1817, com 17 anos, para a Corte

²⁴⁵ DEBRET, op. cit., t. 2, v. 3, p. 128.

²⁴⁶ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 21.

²⁴⁷ Idem, p. 14 (Baltazar Vítor Maria Boisson) e p. 21 (Francisco Maria Piche).

²⁴⁸ Idem, p. 15.

onde se estabeleceriam com casa de confeitaria.²⁴⁹ Neste mesmo logradouro já havia existido anteriormente um estabelecimento do mesmo tipo, de acordo com anúncio na *Gazeta* (*GRJ*, 08/07/1815), e encontramos mais quatro franceses aí residentes.²⁵⁰ Ainda era possível saborear a culinária francesa contratando-se um cozinheiro de mesma nacionalidade e se dando, assim, a um luxo com que poucos contavam além do ministro francês na Corte. Se este fosse o caso, na casa de pasto de Pharroux, por exemplo, “Acha-se hum bom cozinheiro *Francez* [...] o qual quer-se alugar em caza particular” (*GRJ*, 27/10/1819) e também na “Rua dos *Pescadores* N° 33, há hum cozinheiro *Francez* para alugar”.

O “Pão *Francez*” podia ser encontrado em diversas padarias da Corte (*GRJ*, 03/01/1818; *GRJ*, 16/01/1819; *GRJ*, 07/04/1819; *GRJ*, 20/09/1820), sendo comercializado pelo dobro do preço do que o cozido na França. Nos cafés da Corte era possível saboreá-lo, por quatro vinténs, acompanhado de café com açúcar não refinado, leite e manteiga de procedência inglesa.²⁵¹ Ao menos no que dizia respeito à alimentação França e Inglaterra entravam em uma parceria que deveria agradar o paladar. Também a “farinha *Franceza*” (*GRJ*, 16/01/1819; *GRJ*, 07/04/1819) aparece sendo comercializada.²⁵² Comenta Debret que, em 1816, só havia seis padarias na cidade do Rio e que o uso generalizado de farinha de mandioca ao invés da de trigo fazia da panificação uma indústria de luxo. Este cenário, porém, iria modificar-se, sendo que dois anos após a coroação de d. João “a afluência de estrangeiros, principalmente de franceses, foi tão considerável, que provocou o estabelecimento de inúmeras padarias francesas, alemãs e italianas, já abundantes na cidade em 1829.”²⁵³

Na *Gazeta* encontramos alguns padeiros franceses, como Nicolau Masson que atendia na rua da Cadeia, nº 42, e comercializava também “manteiga fresca da terra” (*GRJ*, 06/10/1819). Nobre parisiense, havia vindo com seu filho em 1817, tendo, anteriormente, residido à rua São José, 24.²⁵⁴ É a ele que Debret atribuíra a melhoria da cultura de legumes na Corte. Há também a indicação da existência de uma “padaria *Franceza*” no número 30 da rua do Cano (*GRJ*, 05/08/1820), sem indício de quem seria seu dono. Mas descobrimos neste mesmo logradouro, coincidentemente, dois compatriotas de Masson que iriam se arriscar no ramo da panificação no Rio deixando a França e suas conturbações:

²⁴⁹ *Idem*, p. 12 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 81.

²⁵⁰ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 12, 21, 27 e 36.

²⁵¹ **LEITHOLD**, & **RANGO**, op. cit., p. 20-21. Na página 20, Leithold comenta sobre umas laranjas verdes, de casca grossa, que eram comidas em geral com pão francês.

²⁵² “O trigo vem dos Estados Unidos e é aqui cozido por padeiros franceses, sendo muito mais saboroso que a mandioca” (*Idem*, p. 88).

²⁵³ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 260.

²⁵⁴ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 33 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 207.

Ladereze e Aguilhardet.²⁵⁵ É possível que fossem sócios na empreitada. Deveriam estar eles entre os “numerosos [...] padeiros franceses, já estabelecidos há vários anos, todos remediados, alguns mesmo ricos” de que fala Leithold.²⁵⁶

Dentre os alfaiates franceses presentes na cidade do Rio, o primeiro que aparece na *Gazeta* é Gudin que divulgava sua mudança da rua dos Latoeiros para a do Rosário, nº 34 (*GRJ*, 13/11/1816),²⁵⁷ de onde passaria, em seguida, para a rua (nova) do Ouvidor, nº 12 (*GRJ*, 04/10/1817) e, depois, para o número 15 nesta mesma via (*GRJ*, 21/11/1818; *GRJ*, 02/12/1818).²⁵⁸ Se a evolução apresentada na localização de seu negócio já não fosse sugestiva de que seus esforços no Brasil iam dando frutos, um anúncio, datado de poucos meses depois de sua última mudança, não deixa dúvidas sobre isso. Em 25 e 27 de março de 1819, apresentava-se ele na *Gazeta* como “Gudin, *Alfaiate* de S. A. R. a Princesa Real”. Ao tornar-se fornecedor da Família Real ele atingia o auge do status comercial na Corte menos de três anos após sua primeira aparição no periódico. Agora não precisava mais se fazer reconhecer ao público como alfaiate “francez” ou de “Paris”.

Em 1818, “Mr. *Cezar Bouliech*, *Alfaiate Francez* de *Paris* chegado proxicamente” (1817) divulgava que em seu armazém, localizado na rua detrás do Hospício, nº 12, “ele faz vestidos [vestimentas] á moda do mais moderno gosto de *Paris*” (*GRJ*, 22/04/1818).²⁵⁹ Por este reclamo vemos como a capital francesa era prezada no que diz respeito ao bem vestir e como apresentava, portanto, um uso estratégico para aqueles que trabalhavam com moda. Provavelmente é este mesmo alfaiate que, apenas pelo nome “Cesar, *Alfaiate Francez*”, aparecendo agora na rua dos Ourives, na esquina da rua do Ouvidor, divulga vender diversas peças prontas, além de preparar “hum vestido completo em 24 horas” (*GRJ*, 10/10/1818). Aliás, pelo o que lemos neste e em outros avisos, além de confeccionarem roupas para homens eles também vendiam artigos de vestuário prontos que diziam ter importado de sua terra natal. Adiante, o vemos de mudança para o canto da rua da Cadeia nº 31, na mesma rua dos Ourives (*GRJ*, 16/08/1820).²⁶⁰

Ainda nos deparamos com “*Fregere*, alfaiate de *Paris*, chegado a pouco tempo de *França*” (*GRJ*, 10/06/1820) que já se encontrava atuando no mercado, tendo se mudado para a rua da Moeda, 15.

²⁵⁵ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 30 e 11 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 177 e 21.

²⁵⁶ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 20. Cf. também DEBRET, op. cit., t. 1, v. 2, p. 260.

²⁵⁷ Cf. também *GRJ*, 09/04/1817.

²⁵⁸ Tudo indica que ele aparece na documentação de Polícia como Guclin e não como Gudin (*Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 22). No código 372 encontramos mais 4 franceses que dizem residir no número 12 da rua nova do Ouvidor (idem, p. 11, 20, 25 e 29) e um outro, caixeiro, além de Gudin (idem, p. 15).

²⁵⁹ Idem, p. 16 (César Bauliech) e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 44 e 55 (Cesar Baulyck e Cesar Bouliech)

²⁶⁰ Um dos registros no código 372 indica que Brás Marques Chaudon, que viera de Marselha em outubro de 1819, “está em casa de César alfaiate” (*Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 14).

Neste mesmo endereço, alguns meses depois, o encontramos com um sócio, oferecendo serviços de tinturaria, ainda que continuasse a exercer a profissão de alfaiate (*GRJ*, 30/09/18120). Já na segunda metade do XIX, seria possível, por exemplo, encontrar muitos alfaiates e costureiras franceses radicados em São Paulo.²⁶¹ Mas para que o traje masculino se visse completo, além de fazer uso de um dos profissionais acima citados, ainda seria necessário passar na rua de São José, nº 24, e escolher entre os vários tipos de chapéus que “Tornier, chapeleiro de *Paris*” (*GRJ*, 04/11/1818) vendia ou pedir que ele desse um jeito de fazer parecer novo o chapéu usado, serviço que ele também se propunha realizar.

Achamos igualmente alguns “relojoeiros *Francezes*”, que parecem trabalhar juntos, e que se transferem da rua detrás do Hospício para a rua dos Ourives, 70, no canto da Rua do Ouvidor (*GRJ*, 30/09/1818; *GRJ*, 31/10/1818). Pelos dados da Polícia chegamos a Revel e Triquet (ou Friquet) Revel, parentes ao que tudo indica.²⁶² E por falar nesta ocupação, encontramos outro, da mesma nacionalidade que eles, que apareceria no jornal, mas não para oferecer seus préstimos (*GRJ*, 11/05/1816). Miguel Colombié, na verdade, seria denunciado publicamente pela condessa de Linhares que teria deixado com ele, para que fosse consertado, “hum pequeno relógio de ouro esmaltado, com repetição, e ornado de dous círculos de brilhantes”. Ele, no entanto, teria partido “furtivamente” da Corte sem lhe ter devolvido o relógio. Este mesmo Colombié havia, no ano anterior, solicitado ao Desembargo autorização para fazer imprimir na Impressão Régia um folheto em que se oferecia para consertar e fabricar relógios, assim como para ensinar seu ofício.²⁶³ Colocando-se como “de Nação Françaça”, dizia-se igualmente estabelecido na rua detrás do Hospício, entre a rua da Vala e a dos Ourives. E, a julgar pela quantidade de erros de ortografia no rascunho que havia emitido para apreciação, que valeria o comentário da autoridade de que se “Aprezente a notícia corretamente escrita”, não devia dominar muito bem o português.

“João Felipe Nolin, de nação *Franceza*”, na rua São José, 19, endereço que seria partilhado por outros compatriotas seus, colocava-se ao público como “mestre de Officina de *Marcineiro*” (*GRJ*, 09/01/1819).²⁶⁴ Ele tanto fabricava móveis e o que mais fosse necessário, quanto se dispunha a ensinar seu ofício a principiantes, livres ou escravos. Já Beranger chegara no Recife em 1816, vindo em 1819 para o Rio, onde se instalaria no caminho da Glória.²⁶⁵ Ao público dizia-se “marcineiro e maquinista *Francez*” (*GRJ*, 13/11/1819) anunciando a venda de um moinho por ele construído, “simples, e solido”,

²⁶¹ **NOGUEIRA**, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo, na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 16, p. 326, outubro-dezembro 1953.

²⁶² *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 36 e 37 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 257.

²⁶³ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 02, doc. 28 (20 de julho de 1815).

²⁶⁴ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 28 e 33 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 226.

²⁶⁵ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 14 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 39 (Beranger), 48 (Berenger) e 51 (Biranger, Julião).

que poderia ser movido por um só homem e que servia para descascar café, arroz e trigo. Além disso, podia “fabricar, ou arranjar qualquer instrumento de mecanica”. No ano seguinte, ele já aparecia importando da França “moinhos de mão de aço e de ferro”, de tamanhos reduzidos, para moer café, cacau e milho (*GRJ*, 02/02/1820).

Pilet, “mestre Çapateiro de Paris”, informava que “elle acaba de se estabelecer na rua do *Ouvidor* canto da rua da *Valla* Nº 121, e faz botas por preço muito commodo e do melhor gosto” (*GRJ*, 25/12/1816).²⁶⁶ Vinha ele concorrer com várias outras sapatarias que, no mesmo ano de seu anúncio, Debret dizia estarem cheias de operários trabalhando a todo vapor, o que lhe causava surpresa, quando o artista notava que cinco sextos da população andava descalça. Para isso, explicava, contava o fato dos cortesãos e ricos negociantes do Rio, diante da existência de profissionais mais gabaritados, começarem a abandonar o hábito de mandarem vir exclusivamente seus calçados de Londres. Além do mais, o calçamento de pedra das ruas logo esgarçava os delicados sapatos de seda das senhoras, fazendo-as adquirirem outros novos em pouco tempo, e havia o costume da brasileira rica calçar seus escravos que a acompanhavam à igreja ou aos passeios. Calçar, neste caso, era menos adorno do que símbolo de status que retira os seus usuários do último nível da escala social frequentada pelos despossuídos que rapavam os pés na terra e nas pedras. Tal luxo, portanto, valia sacrifícios, seja da esposa do pequeno comerciante “que priva-se de quase todo o necessário para sair com sapato novo”, seja da jovem negra livre “que arruína seu amante para satisfazer essa despesa por demais renovada”.²⁶⁷

Encontramos vários outros oficiais mecânicos e demais profissionais nascidos na França que realizavam trabalhos manuais na Corte. Nas Laranjeiras, na chácara onde morava Troyon, tratando-se este muito certamente de “Troyon, mercador de modas e canquilharia [sic] de *Paris*” (*GRJ*, 15/10/1817), encontrava-se “hum bom jardineiro *Francez*, Alumno dos Jardins Reaes da *França*” (*GRJ*, 23/10/1819). Apesar do anonimato, pode ser Acare ou Victor, um com registro em 1818, outro no ano anterior, e ambos jardineiros residentes nas Laranjeiras.²⁶⁸ O parisiense Catillon, “ourives *Francez*”, viera para cá, em 1816, com a esposa e três filhos.²⁶⁹ Morava ele na rua dos Latoeiros, nº 8, onde “faz e concerta toda a sorte de joias e crava a diamante” (*GRJ*, 10/12/1817).

Francisco Vandomme, que aparece na *Gazeta* como “Espingardeiro *Francez*”, morador na rua da Ajuda, nº 21, além de vender armas brancas e de fogo para o uso da caça, ainda as consertava (*GRJ*,

²⁶⁶ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 243.

²⁶⁷ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 205 (citação) e 206.

²⁶⁸ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 13 e 38 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 19 e 308.

²⁶⁹ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 14 (Cantillons) e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 75.

20/06/1818). Jean Baptiste Richaud, “*Cutileiro e Amolador Francez*”, “faz e amola facas, tizouras, canivetes, navalhas á prova, ferramentas de Cirurgia; também amola e faz como novas as folhas de espadas e floretes” (*GRJ*, 01/05/1819). Ocupava o número 33 da rua dos Pescadores, juntamente com outros dois ourives que parecem ser seus parentes, a julgar pelo mesmo sobrenome, tendo os três vindo de Marselha em outubro de 1818.²⁷⁰ Se os estabelecimentos de Vandomme e Richaud já existiam em 1817 devem ter passado pela vigilância da Intendência de Polícia que, notando a existência “nesta Cidade [do Rio de] hum crecido numero de Espadas Francesas com pistola curta no punho dos copos, que se torna hua arma prohibida pelas nossas Leis para se expor a venda ao povo”, pedia que todas as casas em que as tais armas pudessem ser comercializadas fossem inspecionadas. Em cada uma destas casas se deveria proceder à listagem das ditas armas sendo que os donos deveriam assinar uma declaração de não as vender senão a pessoas que mostravam licença da Intendência para as possuírem. A posse destas armas sem autorização implicaria em multa e 30 dias de cadeia. Como vemos, nem tudo que vinha da França, mesmo por esta época, era visto com bons olhos. A mistura de armas proibidas com o número crescente de estrangeiros circulando causava apreensão nas autoridades no que diz respeito à preservação da segurança na Corte. Tanto assim que Viana demandava que dentro desta investigação se procurasse fazer um discreto levantamento das demais armas que estavam sendo vendidas.²⁷¹

Dupont, “*Caldeireiro Francez*”, fabricava “alambiques de invenção *Franceza*, bem acreditados neste paiz” (*GRJ*, 06/09/1820) que podiam ser encomendados em sua moradia localizada na travessa do Espírito Santo (*GRJ*, 06/09/1820). Augusto Petit aparece, em 1817, na rua da Ajuda, a oferecer seus préstimos de chumbeiro (*GRJ*, 06/12/1817). No ano seguinte, ele e Camillo Delocuvre (de Louvre), fundidor, juntariam suas habilidades em um estabelecimento na rua São Bento, 25. Fabricavam desde bombas para incêndio, até engenhos de açúcar, canos para fontes, cascatas e toda a sorte de distribuição de água, trabalhando em chumbo ou em bronze e fundindo qualquer metal para a fabricação de sinos, torneiras e ferragem de lemes (*GRJ*, 11/07/1818). Petit havia morado na rua do Passeio e se mudado para a rua da Ajuda, 69, onde também viveria Camilo. Este, por sua vez, chegaria a realizar obras para o governo em São Paulo.²⁷²

²⁷⁰ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 27 (João Batista Richaud e José Maria Richaud) e 31 (Luciano Fábio Filipe Richeau); e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 259 (Richaue, Jean Baptiste).

²⁷¹ “Por occazião desta deligencia pode [...] com todo o disfarse ver se existem em taes cazas muitas ou poucas espadas de outra ordem sem pistolas, espingardas &tc para me dar em separado informação disso mesmo, e da qualidade dellas em ordem a me saber regular, quando sobre estas deva tomar alguã providencia” (ANRJ, Polícia, Códice 329 - Registo do Officio expedido ao d^o Min^o em 14 de maio de 1817, f. 16v-17).

²⁷² *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 12 e 16.

Jean André Lambert, “fabricante de rapé *Francez*”, havia transferido sua fábrica de Paris para a rua do Ouvidor, 23 (*GRJ*, 21/06/1817; *GRJ*, 05/07/1817).²⁷³ Nela vendia, no atacado e no varejo, rapé grosso e fino, “de primeira qualidade”. Dois anos depois de sua chegada já dava sinais de prosperidade ao ocupar mais outro armazém no número 107 da famosa rua (*GRJ*, 02/12/1818), onde Avrial Colombier,²⁷⁴ negociante de mesma nacionalidade, tivera comércio de fazendas secas antes de se mudar para a rua da Ajuda. Tanto assim que seu filho, René Lambert, chegaria em junho deste ano, muito possivelmente para ajudá-lo na administração dos negócios.²⁷⁵ Afinal seu pai passaria a negociar nos dois endereços “quinquilharia *franceza*, chapéus para Senhoras, e para homens, todos os ornamentos de moda *Franceza*, assim como botas, çapatos para homem, Senhoras e meninos” (*GRJ*, 02/12/1818). Talvez a presença do filho tenha lhe permitido deslocar-se, por motivos particulares ou mesmos comerciais, visto que entre maio de 1819 e abril de 1820 ele teria partido para Minas, São Paulo e Goiás, segundo consta nos arquivos da Polícia.

Encontramos, além do alfaiate Gudin, outro francês que conseguiria prestar serviços à Família Real: Catelineau, cabeleireiro de homens e senhoras. Debret recordava-se que em Paris trabalhara ele em uma loja elegante na rua Saint-Honoré e que iniciaria ele aqui seu negócio em “um recanto escuro atrás do Hospício”, contando com um oficial e uma modista,²⁷⁶ possivelmente sua esposa. Nos seus primeiros anúncios, em 1816 e 1817, ele utiliza a versão aportuguesada de seu nome – *Catelinó*. Ele e sua mulher parecem ter chegado ao Rio no ano seguinte à ruína do Império napoleônico, abrindo loja neste mesmo ano na rua do Rosário nº 34, onde faziam penteados e cortes e vendiam chapéus, enfeites femininos, assim como perfumes, águas e pomadas (*GRJ*, 30/11/1816; *GRJ*, 05/02/1817; *GRJ*, 15/03/1817). Por um anúncio divulgado 17 dias antes da estréia do cabeleireiro na *Gazeta*, vemos que Gudin se anunciava neste mesmo endereço, aparecendo em outro, de outubro de 1817, já na rua do Ouvidor. Ou os dois chegaram a ocupar comercialmente o mesmo prédio ou Catelineau pode ter ficado com o ponto de seu conterrâneo que daí fora dar vãos mais altos.

E ele também daria os seus, afinal, quatro anos após a abertura de seu estabelecimento ele se apresentava ao público como “*Catelineau*, mestre Cabeleireiro da Família Real” e transferia-se para o número 66 da rua do Ouvidor (onde já vimos anúncio de 1819 de uma casa de pasto e café) mostrando que também apostava no comércio da moda, ao divulgar a venda de roupas, sapatos e tecidos (*GRJ*, 30/12/1820; *GRJ*, 03/01/1821; *GRJ*, 06/01/1821), além do que já contava com a experiência de sua

²⁷³ Idem, p. 23 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 177.

²⁷⁴ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 11.

²⁷⁵ Idem, p. 18 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 177.

²⁷⁶ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 153.

esposa modista. Passaria também a contar com a participação, em seu estabelecimento, de “Mr. Lacroix, hum dos bons Mestres Cabelleireiros de *Paris*” (*GRJ*, 11/11/1820; *GRJ*, 23/12/1820) que, no entanto, ali não ficaria muito tempo, pois viria a atender em sua casa na rua da Ajuda, 10 (*GRJ*, 13/01/1821; *GRJ*, 17/01/1821). Na *Gazeta* ainda nos deparamos com outro cabeleireiro francês, de estatura comercial mais modesta, que atendia na rua dos Latoeiros, de nome Plane (*GRJ*, 25/08/1819; *GRJ*, 08/09/1819).²⁷⁷ Catelineau, por sua vez, partiria do Brasil com aquela que deveria ser a sua principal fonte de status e rendas, a Família Real. E fazia público

que devendo acompanhar Sua Magestade a *Lisboa*, deixa procuração, e todos os seus fundos a sua mulher, que tem estado sempre á testa de seus negocios; por tanto, a sua caza de negocio não perde nada com a sua partida, e merece sempre o mesmo crédito (*GRJ*, 07/05/1821).

Um “Retratista *Francez*”, de nome Goula,²⁷⁸ chegado em 1817, e que mudara seu domicílio para a rua da Ajuda, 68, também buscava fazer-se afamado por ter prestado serviço junto ao soberano. Dizia-se ele “bem conhecido pela exacta similhaça e fim precioso das suas obras”. Isto lhe teria valido “a honra de tirar o Retrato de S. A. R. o Principe Real, e os das Serenissimas Senhoras Infantas, dos quaes deu infinidade de cópias” (*GRJ*, 19/12/1818; *GRJ*, 23/12/1818). No entanto, ninguém ultrapassaria em fama e influência os artistas franceses aqui chegados em 1816, dos quais se destacariam Debret, Montigny e Taunay. Além de contarem com o patrocínio estatal, ainda influenciariam o academicismo e a estética, aclimatando definitivamente o Neoclassicismo no Brasil. Desde sua chegada teriam contribuído, igualmente, para o esplendor da Corte joanina nos trópicos, na medida em que passaram a ser incumbidos da idealização e fabricação das decorações de diversas cerimônias públicas.²⁷⁹

Vários profissionais franceses também atuariam no Rio como professores, a começar pelos próprios artistas da “Missão Francesa”, anteriormente citados, envolvidos na formação da Academia de Belas Artes projetada por d. João e pelo conde da Barca. Alguns deixariam registrado o oferecimento de seus préstimos no periódico fluminense. Como Louis Lacombe que aqui chegaria em 1811 com a esposa e anunciava “a todas as pessoas civilizadas desta Cidade” que se propunha “ensinar todas as qualidades de Danças proprias nas sociedades” na rua do Ouvidor, nº 82, 3º andar (*GRJ*, 13/07/1811). O apelo feito pelo mestre mostrava-se muito oportuno para uma população colonial que procurava adequar-se aos novos padrões cortesãos de sociabilidade que se impunham desde a chegada do regente.

²⁷⁷ Para exemplos de cabeleireiros franceses que se destacaram em São Paulo na segunda metade do século XIX, cf. **NOGUEIRA**, Emília, op. cit., p. 326.

²⁷⁸ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 145.

²⁷⁹ Sobre a “Missão Francesa”, cf. o próximo item deste capítulo.

Por aqui ele permaneceria, vindo a trabalhar no teatro São João²⁸⁰ e a ser professor de dança das infantas.²⁸¹ Juntar-se-iam a ele, posteriormente, outros três irmãos seus, também dançarinos, cujos descendentes iriam dedicar-se no Brasil ao comércio e à educação.²⁸²

No teatro São João, ainda teria ele vários companheiros de trabalho. Um deles seria Auguste Toussaint.²⁸³ Chegado em julho de 1815 de Londres, além de fazer parte do corpo de baile do local, como primeiro bailarino, ainda abriria, em 1819, uma aula gratuita de dança para pessoas de ambos os sexos, de sete a doze anos, para serem empregadas no teatro (*GRJ*, 09/12/1818). Ele, por sua vez, já chegaria ao Brasil acompanhado das irmãs e dançarinas Joanna, Maria Josephina e Maria Noemie Pierret. Sobre a dupla Toussaint-Lacombe, Leithold opinava positivamente, não deixando de notar o estímulo profissional que possuíam no Brasil: “Dão-se em geral muito trabalho e ainda ensinam os filhos e filhas dos ricos fidalgos, de modo que ganham bom dinheiro e farão fortuna, que é o que pretendem, para voltar à França com suas economias”.²⁸⁴

Contudo, visto que a época em que Lacombe aqui chega Bonaparte ainda assolava a Europa, o professor de dança francês apresentava-se pela primeira vez no periódico com o nome aporuguesado (“Luiz Lacomba”) e não fazia nenhuma menção à sua nacionalidade. Também em 1811, ainda que anunciando ser natural de Bordeaux, é de maneira cautelosa que o oficial da Marinha e ex-professor do Real Colégio na Bahia, João Baptista Hugon,²⁸⁵ oferecia-se “a todas as pessoas civilizadas desta Côte para ensinar o seu Idioma, e Hydrographia”, afinal, lembrava ele ter sido “naturalizado *Portuguez* por Decreto de S. A. R.” em 7 de julho de 1807 (*GRJ*, 14/09/1811). Neste caso, assumir que era francês era valorizá-lo profissionalmente do mesmo modo que se colocar como súdito joanino antes da invasão francesa de Portugal. Ainda em 1813, o diretor de um colégio da Corte, que anunciava substituir seu

²⁸⁰ O Real Teatro de São João foi fundado em 1813, no Largo do Rocio, contando com 112 camarotes e acomodações para 1.020 pessoas (MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência* (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 164). Seria o lugar do “divertimento fino da cidade”, tendo sido erguido por subscrição, e nele o príncipe regente contribuiria com somas para as despesas de representações oficiais ligadas às celebrações da Família Real (LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 617). Debret, que faria parte da Missão Francesa, aqui chegada em 1816, seria empregado em seu serviço produzindo alguns dos seus cenários, como os dois famosos panos de boca exaltando d. João VI (1818) e d. Pedro I (1822). Para a descrição feita destas duas obras pelo artista cf., respectivamente, DEBRET, op. cit., t. 2, v. 3, p. 242-243, prancha 39 (“Decoração do Bailado Histórico”); p. 268-270 e prancha 49 (“Pano de Bôca executado para a apresentação extraordinária no teatro da Côte”). Sobre o cenário feito pelo artista em 1818, cf. a notícia sobre ele na *GERJ* de 15/05/1818.

²⁸¹ MALERBA, op. cit., p. 165; *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 175.

²⁸² LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 15.

²⁸³ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 37 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 298. Leithold notara que, na reduzida orquestra do Real Teatro São João, havia ainda um flautista francês. Os organizadores do bailado, segundo ele, seriam Toussaint e Lacombe, sendo este último o diretor (LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 15). Na documentação da polícia encontramos ainda dois atores franceses, sendo um deles declaradamente do Teatro São João (cf. *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 51 e 242)

²⁸⁴ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 15.

²⁸⁵ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 161.

professor nacional de língua francesa por outro nascido na França, assegurava ser o substituto “*Monsieur Lalain, Sacerdote Francez de Nação, Emigrado no tempo de revolução, igualmente respeitavel, pelos seus vastos conhecimentos, rectidão de costumes, pureza de Religião, e avançada idade*” (GRJ, 07/04/1813). A julgar pelo seu esforço em positivar a imagem do novo mestre, dando peso ao fato de ser um emigrado fugindo das garras dos revolucionários, possivelmente um “refratário”, imaginamos como a imagem dos franceses encontrava-se arranhada neste momento.

Poucos meses após a queda do imperador, em 1815, ainda é possível observar cautela por parte dos profissionais franceses que buscavam promover-se pela *Gazeta*. Como no caso de François Piquet, professor de língua francesa, que não assume publicamente sua origem e se coloca apenas como “Hum sujeito, que álguns annos estudou na *França*” (GRJ, 02/12/1815). No ano seguinte, porém, apresenta-se mais à vontade, chegando a incluir em um de seus anúncios até uma parte em sua língua-mãe (GRJ, 25/06/1816). Em 1820, com Napoleão em Santa Helena, percebemos que já não havia receio de se apregoar que “Hum sugeito da nação *Francesa*, e que recebeu huma boa educação, dezeja entrar em caza de qualquer familia decente, como mestre de seus filhos” (GRJ, 01/01/1820).

Entre aqueles nascidos na França que se dedicariam ao ensino na Corte, destacam-se os professores da língua francesa. Difícil saber se eram realmente gabaritados para a função, já exercendo anteriormente, ou se apenas usavam o seu conhecimento do idioma para conseguirem algum dinheiro enquanto não arranjavam algo melhor depois de aqui aportarem.²⁸⁶ Talvez esse fosse o caso de um

Professor *Francez* recentemente chegado a esta Corte, [que] se offerece ao publico pára dar lições de lingua *Franceza*, Arithmetica, Geometria, Trigonometria rectilinea e espherica, de navegação e esphera. O mesmo Professor perfeitamente instruído na cultura do caffè, que tem exercitado na *Havana*, aceitará o lugar de director de qualquer plantação, debaixo das condições, que convier (GRJ, 01/04/1820).

Monsieur Chabry, chegado em 1817,²⁸⁷ parecia ser mesmo da profissão, pois sustentava a esposa e o filho que o haviam acompanhado com os ganhos das aulas de leitura, fala e escrita de sua língua que ministrava todos os dias, entre 8 e 10 da manhã e 3 e 5 da tarde, na sua casa na rua da Barreira de Santo Antônio, nº 6,²⁸⁸ e nas casas de particulares, cobrando 10 patacas por mês de seus alunos (GRJ,

²⁸⁶ Debret diz que em “1816 havia apenas dois colégios particulares; pouco mais tarde, algumas senhoras portuguesas e francesas, com a ajuda de um professor, já se comprometiam a receber em suas casas, a título de pensionistas, moças que quisessem aprender noções da língua nacional, de aritmética e de religião, bem como de bordados e costura. Alguns franceses também forçados a tirar partido de sua educação, davam lições de língua francesa e de geografia, em casas de pessoas ricas” (DEBRET, op. cit., t. 2, v. 3, p. 11).

²⁸⁷ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 24 e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 76.

²⁸⁸ Neste mesmo endereço dois outros franceses declararam à Polícia residir. Não sabemos se habitaram ali na mesma época, podendo se tratar de um local que alugava quartos ou de um prédio onde poderiam morar diversas famílias.

01/04/1818). Monsieur Vasserot, morador da rua São José, 17, informava que iria “abrir hum curso de estudos, no qual ensinará *Gammatica Francesa, Rhetorica, Litteratura, &c*” (*GRJ*, 11/11/1820; *GRJ*, 27/12/1820). Dizia ser professor de Belas Letras e membro da Academia de Lion. Já Monsieur Piquet, que encontramos lecionando no número 65 da rua do Senhor dos Passos, desde 1815 (*GRJ*, 02/12/1815; *GRJ*, 22/06/1816),²⁸⁹ fazendo notar, inclusive, que “até o presente tem a honra de dar lições em muitas cazas distintas desta Real Corte” (*GRJ*, 25/09/1816), anunciava, em 1821, para aqueles que quizessem “aproveitar das suas lições da lingua *Franceza*”, que passava para a rua do Rosário nº 15, segundo andar, próximo à rua Direita (*GRJ*, 17/02/1821). Oito meses depois estaria de partida com a família para o Rio Grande.²⁹⁰ Ou as coisas no Rio não haviam saído tão bem para ele ou, ao contrário, teriam lhe possibilitado buscar outro destino mais cômodo em sua vida.

Interessante é notarmos que mesmo durante a guerra contra a França, o estudo do francês não seria desencorajado pelo governo joanino, ao contrário. Parte desta tendência pode ser explicada pela tradição intelectual francesa, incluindo-se aí aquela ligada ao movimento da Ilustração, e por ter a França, ao longo do XVIII, fixado-se na Europa como padrão cultural e civilizacional, chegando muitas cortes, aliás, a adotarem sua língua como signo de bom tom, como aquela da distante Rússia.²⁹¹ Além disso, o francês tomara o lugar do latim como a língua franca da diplomacia em 1714 e, desde então, era o idioma comum compartilhado pelas elites européias, em uma espécie de “cosmopolitismo linguístico”.²⁹² No Brasil, um eclesiástico que escapara ao Terror na França e emigrara para Portugal, abade Boiret, seria mestre da língua francesa dos filhos do regente, tendo acompanhado seus alunos na vinda de 1807.²⁹³

²⁸⁹ Além do francês, neste anúncio, ele também diz ensinar a língua italiana, toscana e “sienneze” (possivelmente, de Siena). Isto nos faz pensar se não teria ele sido um dos muitos soldados napoleônicos cujo deslocamento pela Europa lhe teria possibilitado adquirir o conhecimento destes diversos idiomas.

²⁹⁰ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 244.

²⁹¹ Tolstói, exemplifica isto no primeiro capítulo de seu romance *Guerra e Paz*, que se inicia em julho de 1805, onde várias vezes o francês é falado por suas personagens, como no caso de Ana Pavlovna Scherer que disfrutava da intimidade da imperatriz russa (**TOLSTOI**, León, *Guerra e Paz*. In: *Leão Tolstói: Obra Completa* (v. I). Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.p. 357). Para o caso de Portugal, diante do século das Luzes, Serrão afirma: “Foi nesta altura que o francês, entre nós [portugueses], ganhou foros de segunda língua, logo após a nacional; e nunca mais os perdeu” (**SERRÃO**, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, p. 97, v. 4 (verbete “Luzes”). Já para o Brasil: “A partir do final do século XVIII, o francês concorreu com o latim como língua culta, sendo seguido de longe pelo inglês” (**VILLALTA**, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: **SOUZA**, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 346).

²⁹² **DARNTON**, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 98-99. Em 1788, Francisco José da Luz abriria uma aula particular de francês no Rio com a licença da Câmara (**RIZZINI**, Carlos. O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822). São Paulo: Kosmos, 1945, p. 305, nota 75).

²⁹³ **DEBRET**, op. cit., t. 2, v. 3, p. 169, nota 245. Nesta mesma nota, consta que Boiret seria nomeado por d. Pedro professor de sua família e, mais tarde, ainda ganharia deste a função de capelão particular do Imperador.

Assim, em um anúncio da *Gazeta*, datado de 1809, feito em nome do príncipe regente, declarava-se ao público que dois dias antes havia sido aberta, no seminário de São José – considerado por Spix e Martius o “melhor colégio” da capital²⁹⁴ – a Aula Régia de Língua francesa (*GRJ*, 04/10/1809). O príncipe regozijava-se ainda de que pudesse desta forma “contribuir ao melhoramento da educação dos seus fieis Vassallos”. Uma frase, no entanto, chama atenção: “os que quizerem aprende-la, tornando-se mais úteis a Patria, procurem ao digno Professor, o P. *Renato Pedro Boiret*” (idem). O tornar-se mais útil à pátria teria alguma coisa a ver com a necessidade de aumentar o contingente de espíões patrocinados pela Intendência de Polícia? Se não for isso, por que aprender a língua do inimigo em época de conflito pode ser um ato patriótico? Do mesmo modo, previa-se que os oficiais de artilharia e engenharia e os engenheiros geógrafos e topógrafos que frequentassem a Academia Real Militar no Rio, criada em 1810, além do inglês e do alemão, tivessem aulas de francês, possivelmente devido ao fato de grande parte da bibliografia técnica dos cursos aí ministrados ser de autores franceses, como Lagrange, Monge, Laplace e Lavoisier, e não se encontrar traduzida.²⁹⁵

Outro colégio da cidade do Rio também divulgava ao público que a partir de 1^o de agosto de 1810 abriria “Aula de *Francez* [...] na conformidade do Plano que teve a honra de offerecer a S. A. R.” (*GRJ*, 25/07/1810). A classe deve ter tido sucesso pois, no semestre seguinte, apesar da mudança de endereço da escola, ressaltava-se que a disciplina continuava a ser ministrada (*GRJ*, 23/02/1811).²⁹⁶ Na rua da Pedreira, onde havia se “estabelecido huma caza de instrucção da Mocidade de hum, e outro sexo”, a língua francesa fazia parte do currículo (*GRJ*, 24/06/1815). Também na “Casa de Educação” do padre Figueiredo e Moura era possível aos alunos, além de adquirirem conhecimentos variados sobre gramática portuguesa e latina, catecismo, história de Portugal e geografia aprenderem a “Traduzir o *Francez*” (*GRJ*, 20/07/1811). E se garantia, como exclusividade conseguida junto ao governo para os discípulos do dito mestre, que aqueles que fossem assíduos e bem comportados ainda estariam isentos “de prisões e recrutamentos” (idem).

Na sacristia do Carmo havia um clérigo que procurava por alguém que o quisesse para “Capellão, e Mestre de Primeiras Letras, *Grammatica Portugueza, Latina e Franceza*” (*GRJ*, 30/11/1811). Outro, quem sabe este mesmo, abriria, em março do ano seguinte, as mesmas aulas nas casas em que morava na rua direita de São Bento em frente ao Arsenal, tendo que seus alunos se dedicarem “de tarde, das 3

²⁹⁴ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 55, v. 1. Na página anterior, notam eles que “Para a instrução da juventude, dispõe a capital de diversas e boas instituições de ensino”.

²⁹⁵ Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810 – Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_63.pdf).

²⁹⁶ Encontramos ainda anúncios em que pessoas como “Hum sугeito, vindo ultimamente de Lisboa, se propõe a ensinar as Linguas *Franceza, e Ingleza*”, na rua do Carmo, 4, “em pouco tempo, e com muita facilidade” (*GRJ*, 13/07/1811).

às 5 unicamente para a Língua *Franceza*, na qual promette, que os seus discipulos fação dentro de hum anno tantos progressos, como se aprendessem com peritos *Francezes*, traduzindo-a, escrevendo-a, e falando-a com a perfeição proporcionada a applicação de cada hum” (*GRJ*, 19/02/1812).

“Com licença do Desembargo do Paço”, em 1817, eram anunciadas aulas de francês e inglês, “para conveniencia das pessoas empregadas de dia no commercio, das seis horas da noite até ás oito, em caza do *Alfaiate Inglez, Diogo Lennon*, na rua do *Rozario* N° 31” (*GRJ*, 08/11/1817).²⁹⁷ Eis um indicador de como o restabelecimento oficial das relações mercantis entre França e Portugal não se refletiam no Rio apenas na composição mais estrangeira dos negociantes, mas igualmente na qualificação das pessoas que se dedicavam ao trato comercial. Tanto assim, que um caixeiro português, que se oferecia para trabalhar em escritorio ou fóra dele, chamava atenção para o fato de que “falla e escreve *Francez e Inglez*” (*GRJ*, 21/01/1818), insinuando quais eram, no momento, os dois mais importantes parceiros comerciais do Brasil. E Rugendas é da opinião que, ao menos do ponto de vista dos negócios, a ilha ainda predominava por aqui em 1821 quando o assunto era idioma:

No Brasil, como na Metrópole, a literatura francesa do último século teve grande influência na educação das classes elevadas e permanece, ainda agora, a única literatura mais ou menos conhecida dos brasileiros e portugueses, tanto nas obras originais como através de traduções. [...] por outro lado, o comércio propagou o conhecimento do inglês muito mais que o do francês...²⁹⁸

Por sua vez, Spix e Martius mencionam que a “propagação da língua francesa e o ingresso de enorme quantidade de seus livros, supera tudo que se pode imaginar” e que “as citadas influências da cultura francesa ainda não expulsaram a língua materna da sociedade mais alta; excetuando a côrte e o seu círculo, as línguas inglesa e francesa são só aprendidas pelos homens e, portanto, pouco faladas em sociedade”. Notavam eles, em 1818, que em Salvador, tanto quanto no Rio de Janeiro, “o francês é muito mais falado do que a língua inglesa, embora as relações comerciais com a Grã-Bretanha sejam muito mais importantes”.²⁹⁹ O prussiano Leithold seria questionado em francês por d. João ao ser apresentado a ele.³⁰⁰ Comentava também ter tido ele a seu serviço um escravo, que se apresentara como livre, mas que ele viria a descobrir ter fugido há três anos de seu dono, um major de polícia. Apesar do péssimo hábito da cachaça ele não o despedia porque “Entendia um pouco de francês e eu podia, assim, com algum esforço, fazer-me compreender para que executasse minhas ordens pontualmente”.³⁰¹

²⁹⁷ Cf. também *GRJ*, 06/12/1817; *GRJ*, 17/12/1817.

²⁹⁸ **RUGENDAS**, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora/ EDUSP, 1972 [1835], p. 109.

²⁹⁹ **SPIX & MARTIUS**, op. cit., p. 58, 59 e 163, v. 1.

³⁰⁰ **LEITHOLD & RANGO**, op. cit., p. 57.

³⁰¹ *Idem*, p. 35.

Manuel, o escravo, poderia ter servido a algum dono francês ou seu antigo senhor pode ter sido zeloso ao ponto de ensinar-lhe os rudimentos da língua.

A partir da Paz Geral a *Gazeta* seria infestada por anúncios de pessoas de várias nacionalidades que se dispunham a dar aulas de francês em estabelecimentos de ensino, em casas particulares ou em suas residências.³⁰² Além da necessidade da língua para práticas comerciais, ela também voltava a ganhar status como sinônimo de refinamento e ilustração, deixando aos poucos para trás suas conexões suspeitosas com as idéias revolucionárias, impiedade e ateísmo. É bem possível que, por considerar isto ou uma formação futura na França, é que um senhor de engenho, que morava a quatorze léguas da Corte, buscava para seus filhos “Qualquer Senhor Sacerdote, que tiver boa letra, e souber aplicar a *Grammatica Franceza*” (*GRJ*, 10/07/1821). Quem sabe o padre Bandeira, “um brasileiro nato que nunca saiu do país” e que “pôs-se a conversar em ótimo francês, revelando-se muito ilustrado e espirituoso” a Leithold, possa ter se beneficiado para tal de algum dos muitos mestres franceses que começaram a ensinar no Rio depois do fim das guerras napoleônicas.³⁰³ Mesmo fora da Corte, o naturalista Saint-Hilaire atestava, mostrando-se positivamente impressionado, que em Itabira, Minas Gerais, em 1816, vira, “entre outros, um capelão, que compreendia muito bem o francês, e que me surpreendeu pelo conhecimento de nossa literatura. Em geral, por toda essa região encontrei muita gente que compreendia bem nossa língua, não obstante os escassos meios de que dispunha para aprendê-la”.³⁰⁴

Ao longo do século XIX a língua francesa tornar-se-ia uma das expressões da cultura da elite intelectual brasileira, prova disso seriam os artigos e comentários escritos em francês aparecidos em publicações nacionais, sendo que a cultura emanada da França passaria a ser a “estância legitimadora por excelência de um projeto ‘civilizador’”.³⁰⁵ A partir de 1829, por exemplo, quando d. Pedro I se casa em segundas núpcias com a princesa Amélia de Leuchtenberg, filha do príncipe Eugênio de Beauharnais que fora enteado de Napoleão, passaria a ser de bom tom falar unicamente em francês na Corte do Rio.³⁰⁶

³⁰² Cf. as edições de 25/12/1816; 21/06/1817; 26/07/1817; 27/12/1817; 19/09/1818; 23/09/1818; 19/12/1818; 27/01/1819; 20/02/1819; 27/10/1819; 28/12/1819; 24/06/1820; 28/06/1820; 01/07/1820; 05/07/1820; 09/08/1820; 25/10/1820; 11/04/1821; 12/09/1822.

³⁰³ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 42.

³⁰⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 126.

³⁰⁵ SALGADO, Manuel Luiz. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, v. 4, n. 1, p. 136, jan.-jun. 1989.

³⁰⁶ DEBRET, op. cit., t. 2, v. 3, p. 12.

Mesmo antes de 1815, não é raro encontrarmos em meio às listagens de livros postas à venda no Rio diversas obras de língua francesa utilizadas em sua aprendizagem. Na loja mesmo da *Gazeta*, em 1810, era possível adquirir o “*Diccionario Francez-Portuguez, nova Impressão*; por 8000 reis. – O Mesmo mais abreviado; por 4480 reis. – *Mestre Francez, nova Impressão*; por 4000 reis. – O mesmo mais abreviado; por 2000 reis. – [...] e *Telemaco*” (*GRJ*, 30/06/1810). Um professor, nascido na França, que “se offerece a ensinar, a verter, escrever, e fallar a lingua *Francesa*”, em um curso de seis meses com uma hora e meia de lição diária, advertia que o estudante “só carece de hum Telemaco, e de hum *Diccionario Francez* para principiar; visto que os rudimentos da lingua serão postillados” (*GRJ*, 02/12/1815).

A presença francesa também teria lugar na educação feminina do período joanino pós-napoleônico, seja pelo idioma ou pelos professores. “Madame Clementiny”,³⁰⁷ moradora da rua São José, 19, que dizia ter dirigido em seu país de origem, por dez anos, uma casa de educação para meninas, propunha-se a “dar lições de musica vocal, de harpa, de piano, e de lingoa *Francesa*” (*GRJ*, 06/08/1817). Além da já citada casa de instrução voltada para ambos os sexos na rua da Pedreira, no Largo da Lapa, nº 24, seria aberto um colégio de educação de meninas onde “se ensina a ler, escrever, contar, *Grammatica Portugueza, Franceza e Ingleza*; e a cozer, marcar, bordar, de todas as qualidades, dança e musica” (*GRJ*, 16/08/1817).

Menos de dois anos depois seria inaugurado, no Catete, um “*Collegio Francez para meninas*” que estaria “debaixo da direcção de Madame *Mallet*”. Explicava-se, ainda, que “Independentemente da lingua *Franceza*, nelle também se ensinão differentes ramos de instrucção conveniente á mocidade” (*GRJ*, 27/03/1819). O que se lia nos anúncios da *Gazeta* indicava uma mudança no padrão colonial da educação de mulheres das classes médias e altas, em “que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, [...] nem tão pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sàbiamente se observava, um mau uso dessa arte”, como observa Luccock.³⁰⁸ Quem sabe esta nova abertura cultural e social que se dava ao grupo feminino não passasse também de um reflexo da busca de adequação a uma sociabilidade cortesã.

As páginas da *Gazeta* revelam, igualmente, a presença de outras profissionais francesas na Corte joanina. As primeiras delas com quem nos deparamos, estabelecidas na rua da Alfândega, 41, são as

³⁰⁷ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 15 (Clementina) e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 81 (Clementine).

³⁰⁸ **LUCOCK**, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 75. Arremata, na mesma página, o comerciante ingles: “A ignorância entre elas predominava, ao tempo em que vieram o regente com seu séquito, era enorme, de todos reconhecida e muito lamentada pelos recém-vindos; transcorridos poucos anos, talvez que a coisa estivesse de algum modo remediada, mas a melhora não foi substancial”.

“Senhoras *Dumont*, [que] fazem flores, plumas, e chapéus, ellas branqueão e tingem de todas as cores plumas velhas, que ficão como novas, muito em conta” (*GRJ*, 29/03/1817). Aparecem elas em aviso feito em nome de *Dumont*, que se coloca como ourives de nacionalidade francesa, mas que anuncia a venda de vários produtos como porcelanas, cristais e vidros, além do atendimento de suas parentes na mesma casa. Também por intermediação dos negociantes *Desbordes* e *Garay* somos notificados que eles “trazem duas modistas, que trabalhavão nas primeiras lojas de modas de Paris” (*GRJ*, 31/12/1817). O mesmo faz o já citado cabeleireiro *Catelineau*, ao usar como mais um atrativo para seu comércio de artigos franceses, que incluíam tecidos e acessórios femininos, o fato de que “chegou para o dito armazem huma modista, de hum dos melhores armazens de *Paris*, para fazer qualquer moda para Senhora” (*GRJ*, 31/07/1819; *GRJ*, 25/08/1819), sendo que sua esposa era também modista (*GRJ*, 30/11/1816). Quem, do mesmo modo, teria uma esposa modista seria o professor de francês *Chabry*, morador na rua da Barreira de Santo Antônio, 6 (*GRJ*, 01/04/1818). *Joana Catillon*, cujo marido era ourives e que viera, em 1816, na companhia dele e dos filhos, anunciava que, na rua dos Latoeiros, nº 8, sua moradia, “concerta e lava as rendas brancas e pretas, os véos, os vestidos de filó e seda bordados, assim como também as meias de seda” (*GRJ*, 10/12/1817).

Mas também encontramos mulheres que se apresentavam à frente de um negócio, como aquele da rua do Ouvidor, 156, dirigido por “*Madame Josefina Meunier*, modista *Franceza*” que apregoava o recebimento de grandes carregamentos de mercadorias voltadas para o público feminino vindas da França (*GRJ*, 29/04/1820; *GRJ*, 16/08/1820).³⁰⁹ Na década de 1840 ela podia ser considerada um dos casos de franceses migrados que conseguiriam sucesso comercial nos trópicos brasileiros, sendo modista da nossa primeira imperatriz e da Corte. Seu primeiro associado, *Pierre Dillon*,³¹⁰ após quatro anos, retirar-se-ia com enormes capitais e ela mesma deixaria seu lucrativo estabelecimento para ser gerenciado por terceiros, voltando a residir na França.³¹¹

“*Madame de Lussan*, *Franceza*” faria um anúncio muito parecido com o de *Josefina*, não contando, porém, com um endereço tão nobre quanto o da anterior, visto estar localizada no Beco do Propósito nº 2 (*GRJ*, 08/07/1818). Em abril de 1822, encontramos-a de partida para a França.³¹² Talvez o negócio de modista na cidade do Rio tenha sofrido alguma baixa com a volta de d. João para Portugal ou, quem sabe, ela já teria conseguido seu objetivo de “fazer a América” e retornava satisfeita a seu

³⁰⁹ “Ao que tudo indica, foram as francesas as primeiras mulheres a manter casas comerciais no Rio de Janeiro” (**MALERBA**, op. cit., p. 93).

³¹⁰ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 101.

³¹¹ **MALERBI**, op. cit., p. 88.

³¹² *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 194 (*Lussan*, *Emma Marmiesse de*).

país de origem. Também temos notícia da existência de um “armazem da modista *Franceza*, na rua dos *Ouvides*, entre a do *Rozario* e do *Ouvidor* n.º 65” (*GRJ*, 06/03/1819; *GRJ*, 10/03/1819).

Por sua vez, “Madame Tachoussin”, ou melhor, Maria Tachouzey,³¹³ acabara de abrir, em outubro de 1819, um armazém na rua da Ajuda nº 15

onde se fazem chapéus, vestidos, e todos os mais enfeites de Senhora; achão-se no mesmo armazem todas as fazendas *Francezas*, que se podem desejar para este fim, tanto sedas, como fitas, meias de seda, vestidos de filó bordados de prata, tanto em cortes, como feitos, perfumes, e outros innumeraveis objectos, tudo pelos preços mais moderados (*GRJ*, 06/10/1819).

Interessante é reencontrá-la, cerca de um ano depois deste anúncio, em um documento dos arquivos da Polícia. Por ele somos informados que a negociante e modista francesa havia sido intimada pelo intendente Viana para “que assignasse termo de não contender com a familia de D. Julia Jozé Sequeira, moradora na rua da Ajuda por cima das lojas em que reside.”³¹⁴ Assim, cinco anos após a queda definitiva de Napoleão vemos franceses frequentando o espaço policial, mas, como neste exemplo, eles já aparecem assimilados aos problemas cotidianos da cidade, como uma briga entre vizinhas, e não como suspeitos pré-determinados indiciados por suspeitas de comportamento subversivo.

A falta de qualquer indicação sobre nacionalidade em alguns anúncios sobre modistas/ donas de lojas de artigos femininos franceses, principalmente diante da insistência de vários de seus anúncios em se atribuir o adjetivo “francesa”, faz-nos imaginar se todas aquelas que trabalhavam nesse ramo eram realmente nascidas na França ou se apenas usavam o termo “madame” ou algum nome que soasse francês como chamariz para sua clientela. Seja este o caso, ou não, sem conseguirmos definir se eram francesas, mas apresentando indicativos de tal, encontramos, por exemplo, “Mesdames *Suisse*, e *Neveu*” que aparecem na *Gazeta* anunciando que mudavam seu armazém de modas do número 39 para o número 81 da rua do Ouvidor, no segundo andar acima do armazém do francês Monsieur Imbert (*GRJ*, 15/03/1820). Do mesmo modo, aparece “Madame *Ablon*, na mesma rua, mas na altura do 19, que diz trabalhar em seu negócio com várias mercadorias francesas voltadas para as consumidoras femininas (*GRJ*, 05/08/1820).

³¹³ *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 292. Ao cruzarmos os dados do anúncio com aqueles da documentação de polícia, concluímos que seu nome aparece com a grafia incorreta em uma das duas fontes.

³¹⁴ ANRJ, Polícia, Códice 410 - Termos de Bem viver, v. 2. Termo de Bem Viver assinado por Maria Tachouzey em 15 de setembro de 1820, f. 97 v. O termo de bem viver era um “compromisso das pessoas que, quando convocadas, eram obrigadas a ir à sede da Intendência Geral de Polícia para, em presença da autoridade, lá assinarem o tal termo, se comprometendo a ‘bem-viver’, isto é, a viver dentro dos parâmetros definidos como os da ordem” (PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 77-78). O autor coloca esta documentação como um dos sintomas de como a prática privada vai sendo cada vez mais incorporada ao mundo da ordem (ibidem, p. 78).

Assim, a fatia do mercado voltada à moda seria uma brecha profissional para muitas migrantes nascidas na França. As “Madames” se proliferariam na Corte como sinônimo de belos figurinos, bom gosto e status profissional. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, o

comércio francês, segundo parece, foi facilitado pelo aparecimento das primeiras mulheres balconistas e modistas, coisa nova que contrasta [...] com os hábitos de uma sociedade onde prevalecia o sistema de reclusão quase mourisca do sexo chamado frágil.³¹⁵

No entanto, os registros da Polícia relativos à presença estrangeira, que, como vimos, contam com certas limitações, para o caso do Rio apontam neste ramo apenas duas francesas: Madame Zélie, moradora na rua do Cano, nº 19, e a senhorita Carlota, costureira aqui chegada em 1818 residente à rua São José, 19.³¹⁶ Ainda que não conste nenhuma informação adicional sobre suas atuações profissionais, podem ter elas trabalhado em alguns dos negócios mencionados acima.

No aviso de Monsieur Gas, negociante francês instalado na rua do Ouvidor, 38, lemos que “na mesma casa se abriu no primeiro andar hum armazem de modas *Francezas*, do melhor gosto, por preços commodos” (*GRJ*, 29/09/1819). Há a possibilidade de que ele, que já trabalhava com uma série de artigos franceses, de vestuário, decoração, livros, bebidas e utensílios domésticos, estaria a expandir seus negócios, voltando parte de seu comércio especificamente para o público feminino, por ter percebido os lucros que daí poderiam advir. Quem sabe estaria tentando sanar, em busca de mais ganhos, certa escassez de oferta notada por Leithold, no mesmo ano deste anúncio. Afiançava ele que

as damas de qualidade e as mulheres em geral possuem amplos guarda-roupas de linhos e sêdas de tôda classe, guarnecidos de outros enfeites. Quem dispuser de véus *petinet*, musselinas bordadas ou vestidos de sêda pura fará fortuna, porque êstes artigos, não obstante as modistas francesas e os armarinhos de luxo, são escassos e alcançam preços enormes.³¹⁷

Aliás, em uma das pranchas do artista Debret³¹⁸ na qual retrata o cotidiano das ruas da Corte, em meio à movimentação da escravaria envolvida em diversos afazeres, vemos, no canto esquerdo superior algo que parece ser uma pequena porta, tendo acima um letreiro no qual se lê “MODAS FRANCEZ” (gravura 3). Sem indicação do lugar representado não podemos afirmar que a loja tenha realmente existido, ou, caso existisse, se era um estabelecimento de alguém nascido na França. Mas,

³¹⁵ SILVA. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*..., op. cit., p. XIV-XV (Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda).

³¹⁶ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro*, op. cit., p. 38 (Madame Zélie) e p. 20 (Carlota) e *Registro de Estrangeiros*, op. cit., p. 319 (Madame Zélie).

³¹⁷ LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 30. Na p. 31 ele acrescenta mais consumidores aos artigos de moda: “Nenhuma senhora de oito a vinte anos sai à rua sem que lhe siga atrás um negro ou negra bem vestido em traje de sêda; se é de família rica ou de posição, acompanham-na mais de um negro ou negra, o que é prova de ostentação [...]. Até as meretrizes de primeira classe, que não são poucas, vi-as orgulhosas exibirem pelas ruas sua escolta”.

³¹⁸ DEBRET, op. cit., t. 1, v. 2, p. 216, prancha 32 (“Negras livres vivendo de suas atividades”).

mesmo que a loja jamais existira além da imaginação do artista, ainda assim trata-se de um dado interessante que sugere a presença francesa no comércio do Rio. Podemos imaginar que o nome do estabelecimento ligue-se tanto à origem dos produtos que ali se podia encontrar, quanto à do dono do negócio ou, simplesmente, uma estratégia para atrair o consumidor.

Isto porque a palavra “francês”, como vimos, quando usada em lojas ou artigos, a contar pelos anúncios da *Gazeta*, tornava-se cada vez mais sinônimo de novidade, luxo, prestígio, bom gosto, qualidade além, é claro, de toda a conotação europeizante que extrapolava os limites “coloniais” e americanos (limites estes não só geográficos, mas comportamentais e relativos a hábitos de consumo) em que a transmigrada Corte portuguesa se encontrava e que a ajudava a reafirmar-se enquanto representante do Velho Continente.



Gravura 3: Debret, “Negras livres vivendo de suas atividades” (detalhe)

Retomando o conteúdo dos anúncios de franceses na *Gazeta* após a queda de Bonaparte, notamos como a ligação com a França é posta em destaque por vários profissionais. Como vimos, muitos deles faziam questão de se apresentarem como “sendo chegados recentemente de *Bordeos*” (*GRJ*, 03/07/1816) ou “de *Paris*” (*GRJ*, 25/10/1817; *GRJ*, 10/08/1816; *GRJ*, 25/10/1817); ou alguém “proximamente chegado de *França*” (*GRJ*, 27/07/1816) ou “voltando de *Paris*” (*GRJ*, 08/10/1817). Neste caso, deixam em evidência o local de seu nascimento, ou a sugestão de que vindo de seu país trazem as últimas novidades para os clientes, como no caso do italiano Bellieni que “tendo ultimamente chegado de *Paris*, vai abrir huma loja na rua do Ouvidor” (*GRJ*, 19/08/1818). Multiplicam-se os

reclamos em que ourives, modistas, mercadores, alfaiates, cabeleireiros, padeiros, cozinheiros, relojoeiros, enfim, toda a sorte de profissionais ostenta a nacionalidade francesa.

Esta reabilitação também é sugerida nos avisos acerca de vários estabelecimentos que são anunciados como “armazem *Francez*”, “loja *Franceza*” ou “armazem de mercadorias *Francezas*”.³¹⁹ Da mesma forma, lemos o anúncio de uma “casa de pasto *Franceza*” (GRJ, 13/08/1817) e de uma “padaria *Franceza*” (GRJ, 05/08/1820). O itálico, que antes era um recurso gráfico que colocava em evidência no periódico o adjetivo pátrio que caracterizava o inimigo, passa a ser usado para chamar atenção para a origem dos produtos e dos comerciantes que o fazem deliberadamente, como tática de propaganda.

Deste modo, vemos ser apregoada, diariamente, a chegada de “mercadorias do ultimo gosto de *Paris*” (GRJ, 27/09/1817), dos “melhores objectos das melhores fabricas *Francezas*” (GRJ, 10/08/1816; GRJ, 05/02/1817; GRJ, 15/03/1817), de “objectos de gosto esquisito, todos vindos ultimamente de *França*” (GRJ, 19/02/1817). Um profissional tenta valorizar o serviço oferecido em seu estabelecimento ao anunciar que lá “se preparão as botas e os çapatos de hum modo impenetravel á água, conforme o procedimento de *Paris*” (GRJ, 21/05/1817). A expressão “chegadas ultimamente de *França*”, utilizada para se referir às mercadorias anunciadas, seria muito usada como apelo ao consumidor, ainda que por comerciantes não franceses, como no caso de Joaquim Martins Pinto, que atendia à rua Direita (GRJ, 22/10/1817; GRJ, 25/10/1817).

Mesmo diante de um processo de positivação, a origem francesa não abria, profissional ou comercialmente, todas as portas desejadas, embora, fosse um instrumento para tal. Tanto assim, que a consideração que a França passava a ter, seja nos objetos ou pessoas, daria margem a fraudes: europeus que falavam francês tentavam passar-se por tal e muita coisa encalhada ganhava nova aura comercial quando divulgada como artigo de última moda vindo de Paris.³²⁰

Vimos vários exemplos de franceses que enriqueceram no Brasil e chegaram a retornar à sua pátria em melhor situação do que quando haviam partido, mas eles seriam minoria. A maior parte deles morreria por aqui sem ter conseguido tudo o que esperava ou voltaria para a França rica apenas em experiências, mas tão ou mais pobres do que quando para cá saíram. Este seria o caso de Ferdinand Denis, que tentaria a sorte na Bahia: “Il rentrait [na França] pauvre, plus pauvre qu’il n’était parti, et

³¹⁹ Como aqueles que se encontravam na rua Direita, 54, na do Rosário, 60, na rua do Ouvidor (na altura do número 38 e do número 81), na rua da Ajuda (números 8 e 15), ou na rua do Cano, 43 (GRJ, 04/09/1816; GRJ, 14/06/1817; GRJ, 19/04/1817; GRJ, 18/06/1817; GRJ, 25/06/1817; GRJ, 13/09/1817; GRJ, 31/01/1818; GRJ, 30/11/1818; GRJ, 13/01/1821).

³²⁰ NOGUEIRA, Emília, op.cit., p. 328.

sans avoir gagné la dot de la petite Cisca qui allait mourir quinze ans plus tard sans s'être mariée".³²¹ Os que mais teriam possibilidade de fazer fortuna seriam aqueles chegados com algum capital e capacidade de trabalho, pois grande parte dos empreendimentos contavam com mão-de-obra escrava e essa era cara. Diante da volta de d. João a Portugal alguns optariam por tentar a sorte em outros países da América do Sul por considerarem que o retorno do grosso dos cortesãos que acompanharam o rei iria prejudicar seus negócios.³²²

Assim, se na França pós-napoleônica ocorria a Restauração política de Luís XVIII no trono, na América portuguesa nota-se uma restauração no que toca àquilo que vinha da França, ao menos no que dizia respeito às mercadorias e gentes. A palavra Paris retomava seu antigo prestígio como símbolo cultural e de refinamento e os nascidos na França, que para cá se encaminhavam, começariam a ser vistos apenas como adventícios e não mais como inimigos ou elementos suspeitos. É o que sugere Marrocos ao relatar à irmã, em 1816, que há alguns "dias que se fez hua tomadia a hum Francez de fazendas saccadas occultam.^{te} aos Direitos, avaliados em 80 mil cruzados, e segundo a Ley, he obrigado a pagar tres vezes o seu valor; *mas há de ter a felicit.^e de se lhe perdoar esta condemnação, por ser estrangeiro.*³²³ Agora qualquer modista francesa, por exemplo, poderia se instalar no Rio sem entraves oficiais ou averiguações prévias. Não teria nenhuma delas o passaporte negado como acontecera a uma que, em 1807, querendo passar para o Rio com uma filha e um retratista italiano após viver seis anos em Lisboa, veria seu pedido recusado pelas autoridades portuguesas por terem desconfiado tratar-se de espões a soldo de Napoleão.³²⁴

5.4. Resquícios do imaginário napoleônico na América portuguesa após 1815

O sucesso de alguns profissionais vindos da França, do mesmo modo que a maneira como começam a se expor à sua clientela, revela o arrefecimento do sentimento antifrancês na Corte do Rio que fora oficialmente estimulado e reforçado durante os conflitos com Napoleão, o que seria proporcionado pela Paz Geral de 1815. Os laços com a França iam sendo paulatinamente refeitos. Um dos atos que mais evidenciaria de maneira pública o interesse do regente em estreitá-los, sem dúvida, seria o acolhimento dado por ele ao grupo de artistas que para cá se dirigiu, em 1816, na que ficaria

³²¹ BOURDON, Leon (ed.). *Lettres familières et fragment du journal intime mes sottises quotidiennes de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819)*. Brasília, Coimbra, v. X, 1958, p. 175, introdução de Bourdon.

³²² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Fazer a América...*, op. cit., p. 316 e 307.

³²³ *Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos...*, op. cit., p. 444, carta n. 184, grifos nossos.

³²⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e de D. João VI*, op. cit., p. 260.

conhecida como “Missão Francesa”. Não obstante, como veremos, no ano seguinte, a França voltaria a ser alvo de suspeitas ante a eclosão do movimento revolucionário em Pernambuco.

Resolvemos dedicar esta última parte de nossa pesquisa justamente ao tema da Missão Francesa. Nosso olhar sobre ela, porém, será um pouco deslocado do tradicional e, porque não dizer, bastante delimitado. Afinal, procuraremos realçar nela as conexões com Bonaparte. Dessa maneira, queremos ilustrar como, apesar de exilado em Santa Helena, ele continuaria a “assombrar” o governo joanino, a “marcar presença”, levando a certas implicações no cotidiano dos artistas franceses no Rio.

Neste recorte, que prossegue no capítulo de “Conclusão”, quando tocarmos na Revolução Pernambucana de 1817, nossa ênfase recairá nos indícios que apontam para resquícios de um imaginário acerca da figura de Napoleão no Brasil após Waterloo. Nosso objetivo, neste caso, é mostrar como, mesmo exilado, Bonaparte se fazia de alguma forma presente. Trata-se, obviamente, de uma presença simbólica, sem conotação de existência física efetiva de uma pessoa em um determinado lugar, afinal ele ou seus exércitos jamais tocariam o Brasil ainda que muitas fossem as suspeitas e os rumores que apontavam neste sentido. Uma presença desencadeada no imaginário e na lembrança, mas que não deixaria, como veremos, de pesar sobre os ombros de alguns personagens, reativando, momentaneamente, preconceitos cristalizados, apesar do processo de arrefecimento dos ânimos contra os franceses e contra o próprio Napoleão. Em nossa opinião, esta aludida presença ganha peculiaridade quando ela tem lugar em um período em que Bonaparte já se encontrava fora do poder e da Europa.

A título de exemplo, um dos mais famosos ícones do imaginário napoleônico no Rio joanino seria o general neerlandês Dirk van Hogendorp, assim considerado por ter sido um dos afamados e leais oficiais militares a serviço do ex-imperador – “figura de primeira grandeza dos bonapartistas”, chegando a ocupar cargos na administração napoleônica, tendo sido, inclusive, seu antigo ajudante de campo.³²⁵ Em 24 de agosto de 1811 fora enobrecido como conde do Império francês. Após Waterloo, seria proibido de retornar ao seu país de origem, tendo tomado o caminho da América, em 1816, como fariam vários de seus companheiros de armas que rumariam principalmente para os Estados Unidos³²⁶ preferindo expatriar-se diante da opção de prestarem juramento a Luís XVIII.

³²⁵ *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 8 (citação) e p. 22. Ele aparece registrado com a nacionalidade francesa.

³²⁶ Ferreira da Costa coloca em 10.000 o número de bonapartistas franceses refugiados nos Estados Unidos (COSTA, J.- A. Ferreira da. Napoleão I no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 10, n. 57, p. 203, março de 1903). Um outro militar francês que servira sob Napoleão e que passaria por aqui em seu exílio, tendo chegado em agosto de 1819, é o tenente-general Philibert Fressinet. Havia sido feito barão do império francês em 1813 quando era general (TULARD, Jean. *Napoléon et la noblesse d'Empire*. Paris: Tallandier 2001, p. 237). Em 1819, Leithold seria seu convidado em um jantar dado no restaurante de Antoine Cesar Chevalier (*Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46 (IEB), p. 79), compatriota do militar, no qual Fressinet comemorava a

Uma vez chegado ao Rio, adquiriria uma propriedade rural, onde plantaria café, e adotaria um tom isolado e austero de vida, quase eremita, sem alardes, o que deve ter contado para mantê-lo longe de qualquer suspeita da parte do intendente Viana. No entanto, sua fama e suas passadas relações com o renomado exilado de Santa Helena fariam dele um figura lendária, realçada na imaginação pelo cenário tropical no qual se fazia voluntariamente cativo, como que a igualar o destino de seu comandante. E, peça pregada pelo destino ou não, após o fim do Império, o exílio os aproximaria, encontrando-se ele de um lado do Atlântico e o seu antigo chefe do outro.

Muitos dos viajantes da época que aqui estiveram colocam a visita a Hogendorp como um dos passos obrigatórios da exploração turística do Rio. Aliás, a ligação do conde com Bonaparte seria ainda mais estreitada nas mentes da época depois do aparecimento de seu nome como um dos beneficiários do testamento do ex-imperador que faleceria em 1821. Leithold dedicou algumas páginas ao encontro que teve com essa figura lendária no modesto e isolado sítio Novo Sion de Hogendorp, situado no Morro do inglês.³²⁷ Spix e Martius também mencionariam o ilustre habitante da capital, comentando que “longe do tumulto das circunstancias instáveis, na pequena habitação se sente feliz, contemplando o mar, cujas ondas já antes banharam Santa Helena”.³²⁸

Mesmo algumas obras relativas a Napoleão, anunciadas na *Gazeta* após sua queda, podem ser tomadas como sutis indícios de sua presença imaginária na América portuguesa, na medida em que a persistência da temática, comprovada nos títulos, sugere sucesso junto ao público e, portanto, um interesse que não desaparecera. Em 1815, encontramos as *Memórias históricas sobre Napoleão Bonaparte; juízo que se deve fazer dele pelas suas proprias palavras, e obras* (GRJ, 11/10/1815) e o *Systema Militar de Buonaparte*, em 2 volumes (GRJ, 08/03/1815). A venda, neste mesmo ano, da brochura intitulada *Descrição da Ilha d'Elba* (GRJ, 11/03/1815), já apregoada na edição de 07/12/1814 do jornal fluminense, demonstrava como tudo que dizia respeito a ele parecia interessar, mesmo que fosse apenas o local de seu exílio.

Em 1816, encontramos os dois volumes das *Memorias secretas sobre Napoleão Bonaparte* (GRJ, 02/03/1816) – “escritas por um homem, que o acompanhou quinze annos, traduzidas do *Francez em Portuguez*” –, o *Ensaio sobre as causas da Revolução, que chamou Bonaparte novamente da Ilha*

autorização para voltar à França conseguida junto ao rei por sua esposa que lá ficara (LEITHOLD, Theodor von & RANGO, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821], p. 78). Outro francês que servira a *Grand Armée*, mas na qualidade de soldado, e que aqui se estabeleceria é Louis Dominique Pharroux, dono de famosa casa de pasto na Corte, inaugurada em 1817 (ibidem, p. 22, nota 30).

³²⁷ Cf. LEITHOLD & RANGO, op. cit., p. 79-82.

³²⁸ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 83, v. 1.

d'Elba a Paris (GRJ, 18/05/1816) e o *Processo de Bonaparte, dos Marechaes e Generaes de França* (GRJ, 19/11/1816; GRJ, 27/11/1816; GRJ, 04/12/1816). Em 12 de maio de 1817, a casa Manuel Silva e Cia pedia o exame de uma listagem de livros em francês que haviam sido trazidos para serem aqui comercializados. Obras como a *Histoire Amoureuse de N. Bonaparte*; *Nos souvenirs ou Les pechés de N. Bonaparte*; *Napoléon administrateur et financier*; *Campagnes de Bonaparte*; *L'ogre de Corse* e *Infortune des vertues de Bonaparte* demonstram como o interesse por ele continuava latente.³²⁹ Neste mesmo ano, Carlos Durand vendia, em sua loja na rua do Ouvidor, a *Relação das cerimoniaes religiosas e militares da coroação de Bonaparte* (GRJ, 22/01/1817). Em 1818, *A Invasão da Rússia e destroço do Exercito Francez*, “traduzido do Francez por d. Joanna Margarida Ribeiro da Silva” (GRJ, 13/05/1818), seis anos após o tenebroso evento, encontrava-se disponível na Corte.

Outras notícias aqui e ali revelam como a personagem do ex-imperador mexia com o público, mesmo aquele que se encontrava tão distante do cenário que vira suas glórias e derrocadas. Na edição extraordinária da *Gazeta* de 13/11/1815 falava-se sobre a partida de Napoleão para Santa Helena. O redator colocava a necessidade de notícia relacionada a tão desprezível homem por ser “o abatido Usurpador o objecto da curiosidade, e inquietação de todos”. No número de 27/07/1816 um documento inglês, datado de março deste ano, tratava sobre o exílio do ex-imperador, onde ele é considerado como “prisioneiro de guerra”, frisando que aqueles que o ajudarem a fugir serão tomados como criminosos.

Em junho de 1819, noticiava-se a ida de um capelão, aprovado pelo papa, para a companhia de Bonaparte em seu último exílio. Em 27 de junho de 1821, devido a sua morte, ele volta às páginas do jornal: “veio na Galera *Ingleza, Mary*, partida de *Santa Helena*, hum Tenente d’Artilharia, encarregado de Despachos, que refere que *Napoleão Bonaparte* fallecera de molestia de estomago no dia 5 de Maio”. O mesmo acontece em 23 de outubro e 1º de novembro em que se informa o restabelecimento da “liberdade de comunicação com a Ilha de *Santa Elena*, em consequencia da morte do General *Buonaparte*”(GRJ, 23/10/1821).

Napoleão fora exilado, mas sua lenda começava a grassar, por diversos cantos, sendo amplificada pelo seu isolamento em uma ilha perdida na costa ocidental da África, onde iria morrer. Mesmo assim, o público ainda buscava, com curiosidade, entender quem fora e o que fizera. Se a movimentação de seu corpo físico era restrito pelos reduzidos limites de Santa Helena, seu corpo mítico não via limites no imaginário e na lembrança da época.

³²⁹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 171 – Licenças (1808-1822), pacote 02, doc. 17.

5.4.1. A Missão Francesa e a presença napoleônica na Corte do Rio

Em 26 de março de 1816, trinta e cinco pessoas desembarcavam do navio norte-americano *Calpe* no Rio, vindos do porto de Havre de Grace.³³⁰ Dentre elas, mais uma leva, das muitas que se sucediam, de migrantes que haviam optado por abandonar a França após a última abdicação de seu imperador para aqui se estabelecer. Não fosse um aviso na *Gazeta*, que posteriormente chamava atenção para esta chegada, apontando haver no grupo uma maioria formada por “Artistas de profissão” (*GRJ*, 06/04/1816), continuariam anônimos como tantos outros de seus compatriotas.

De acordo com o aviso, vinham residir na capital “*Joaquim Le Breton*, Secretario perpetuo da classe das Bellas Artes do Instituto Real de *França*, Cavalleiro da Legião de Honra”; “*Taunay*, Pintor, Membro do *Instituto*, trazendo sua mulher e 5 filhos”; “*Taunay*, Escultor [irmão do anterior], e traz consigo hum aprendiz [Francisco Bonrepos]”; “*Debret*, Pintor de historia e decoração”; “*Grandjean de Montigny*, Architecto, traz sua mulher, 4 filhas, 2 discipulos [Marnier e Levasseur], e hum criado”; “*Pradier*, Gravador em pintura e miniatura, trazendo sua mulher, huma criança, e huma criada”; “*Ovide*, Maquinista, trazendo em sua companhia hum Serralheiro com seu filho, e hum Carpinteiro de Carros”; “*Neukhomm*, Compositor de Musica, excellente Organista e Pianista, e o mais distinto discipulo do celebre *Haydn*”; “*João Baptista Level*, Empreiteiro de obras de ferraria”; “*Nicolao Magloire Enout*, Official Serralheiro”; “*Pilite*, Çurrador de pelles, e Curtidor”; “*Fabre*, o mesmo”; “*Luiz José Roy*, Carpinteiro de Carros” e “*Hypolite Roy*, Filho do antecedente, e do mesmo mister” (*GRJ*, 06/04/1816).³³¹

Enquanto artistas e mestres de ofícios, os viajantes não eram exceção entre os estrangeiros que aqui vinham chegando. A nacionalidade dos componentes do grupo, ainda que não divulgada na *Gazeta*, era sugerida, em alguns, pelos nomes e pelos cargos. Mas se havia algo a chamar atenção era justamente a importância das funções que alguns deles ocupavam antes da partida. No entanto, o que

³³⁰ As informações sobre datas, nomes e fatos contidas nesta parte do capítulo foram tiradas de **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834]; **TAUNAY**, Afonso de E. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956; *Uma Cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC, 1979; **MORALES DE LOS RIOS FILHO**, Adolfo. O Sesquicentenário da Missão Artística Francesa – 1816-1966. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 272, p. 243-260, 1966; **BRUAND**, Yves. A fundação do ensino acadêmico e o neo-classicismo no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 311, p. 101-121, abril-junho 1976; **BITTENCOURT**, Feijó. A expressão histórica da Missão Artística Francesa de 1816, no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 176, p. 347-378, 1941, e **SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas – Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³³¹ Esta listagem apresentada na *Gazeta* trazia duas incorreções: Neukhomm, apesar de desembarcado no Rio em 1816, não viria no *Calphe*, mas chegaria, cerca de dois meses depois, em companhia do duque de Luxemburgo. Por sua vez, havia vindo com o grupo Pedro Dillon, que seria secretário da Academia, embora ele não tenha sido citado (**SCHWARCZ**, op. cit., p. 238).

começaria por diferenciá-los dos muitos imigrantes até então chegados seria a recepção que teriam. Seriam alojados imediatamente, graças à discricionária “aposentadoria real”, em casas³³² que haviam sido preparadas pelo francófilo conde da Barca (que também lhes disponibilizou um intérprete) e seriam mantidos às expensas do régio erário enquanto não fosse promulgado o decreto que lhes fixasse seus vencimentos. Para arrematar, seriam apresentados solenemente pelo conde ao rei por quem seriam muito bem acolhidos.

Estes foram os primeiros passos daqueles que passariam para a História como a Missão Francesa. É bem verdade que ali se encontrava um genebrino (Pradier) e que por esta época ela ainda se encontrava incompleta, visto que, posteriormente, ainda ganharia reforços, como os dos irmãos Marcos e Zeferino Ferrez, estatuários, um ornamentista e outro gravador. Se a proteção do todo-poderoso ministro da Marinha e Ultramar, Barca, que lhes conectava diretamente aos favores régios, alçavam-nos de imediato a um status especial, não nos esqueçamos que a acolhida dada por ele ao grupo vindo da França representava, e reforçava, o próprio status que Araújo readquirira na Corte após a morte de d. Rodrigo e o afastamento do enviado inglês Strangford.

Para d. João, ter sob seu amparo um renomado grupo de artistas também o auxiliava no reforço do seu simbolismo de homem de poder. Afinal, eles seriam utilizados para magnificar, por meio de festas, construções, monumentos, cenários e diversas outras representações, o império do qual ele se colocara como fundador ao despencar Atlântico abaixo. E isto se mostrava cada vez mais necessário diante da elevação do Brasil a reino e do fato de que agora, oficializado como rei pela morte de sua mãe, tinha interesse em fazer uso de um aparato simbólico e estético distintivo e refinado, com o qual estes artistas já estavam acostumados. Ainda havia o fato de que eram franceses, o que trazia consigo, como vimos, uma aura de civilização e ilustração que, sem dúvida, serviria para dourar um pouco mais a posição de d. João VI em território tradicionalmente colonial, buscando elevar sua imagem de monarca liberal e ilustrado a padrões mais europeus.

³³² Na documentação da Polícia encontramos os primeiros locais habitados pelos missionários. Lebreton e Dillon (que será secretário da Academia de Belas Artes) teriam inicialmente resido na rua da Vala. Montigny, seus discípulos e o gravador Zeferino Ferrez iriam morar na rua do Catete. Nicolau Taunay, sua esposa e seus cinco filhos (dos quais quatro aparecem registrados: Carlos, Félix, Hipólito e Teodoro) habitariam na Pedreira da Glória, também referida como “embaixo da rua da Glória”. Seu irmão, Augusto, e Marcos Ferrez apresentam a rua das Mangueiras, número 8, como endereço. Já Bonrepos achava-se instalado na rua do Ouvidor, 140 (Cf. *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 12, 13, 16, 17, 20, 22, 30, 32, 33, 37 e 38). Posteriormente, Lebreton se instalaria em uma chácara na subida do morro da Glória e os Taunay iriam para o Alto da Boa Vista, ocupando o famosa fazenda da Cascatinha (**MORALES DE LOS RIOS FILHO**, op. cit., p. 245). Já Montigny iria se instalar na Gávea em um solar de inspiração neoclássica projetado por ele (*Uma Cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC, 1979, p. 220).

Tanto assim que, em agosto de 1816, no decreto em que consignava uma pensão aos artistas, dava ele publicidade ao projeto de fundar uma “Escola Real de Sciencias, Artes e Oficios” por julgar necessário aos seus súditos “o estudo das Bellas Artes com applicação e referênciã aos officios mecanicos”.³³³ Vimos como esta temática preocupava o governo diante da falta de artífices gabaritados e técnicos especializados, o que o levava a ver com bons olhos os imigrantes que atendessem a esta demanda, sendo cada atitude oficial tomada para reverter este quadro sempre exposta em termos de busca pelo progresso e liberalidade da parte do soberano. Desta vez, não seria diferente. Além do mais, segundo atestam Spix e Martius, “a Europa considerava a fundação de tal estabelecimento concludente prova, como parecia, do rápido desenvolvimento do novo Estado”.³³⁴

Assim, “Attendendo ao bem commum”, justificava d. João o tal patrocínio ao observar que seriam os artistas “empregados no ensino e instrucção publica” da dita escola. Esperava ele, ao disponibilizar a seus vassallos o conhecimento dos missionários,

que se promova e diffunda a instrucção e conhecimentos indispensaveis aos homens destinados não só aos empregos publicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, industria e commercio, de que resulta a subsistencia, commodidade e civilisação dos povos.

Se à época da invasão francesa o projeto de fundação de um novo império na América vinha dar brilhantismo à trasladação da Família Real, agora os artistas franceses apareciam embutidos neste projeto como instrumentos para “vir a formar do Brazil o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos”. Eram eles exaltados por sua “capacidade, habilidade e sciencia”, traços positivos que passavam a ser cada vez mais frisados na imagem da França enquanto nação civilizada (e civilizadora neste caso) e industriosa. Embora a América portuguesa tenha ganhado status com a vinda do regente, também como base de combate aos franceses, serão justamente eles, representados pela Missão de 1816, que ajudarão a recriá-la no imaginário por meio de suas representações. Neste caso, aceitava-se a França em sua função civilizatória, muito embora em seu ideário político revolucionário fosse combatida.

Mal havendo pisado em terra firme, estes artistas já colocariam sua habilidade à prova nos funerais de d. Maria I, falecida menos de uma semana antes de desembarcarem. Apesar disso, aos poucos a Corte enlutada voltaria a suas cores normais, sendo que os festejos pela chegada da

³³³ Decreto de 12 de agosto de 1816. Concede pensões a diversos artistas que vieram estabelecer-se no paiz (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_21.pdf).

³³⁴ **SPIX**, Johann Baptist von & **MARTIUS**, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], p. 56, v. 1.

arquiduquesa austríaca Leopoldina³³⁵ e seu casamento com o herdeiro d. Pedro (1817), assim como aqueles da aclamação de d. João (1818), seriam dois pontos altos da monarquia bragantina na América e da capacidade de criação e exaltação destes artistas sob novo patrocínio. Segundo Debret, “fomos chamados pelo soberano do Brasil para consagrar nossos esforços simpáticos ao brilho e à glória de seu trono”.³³⁶ Auxiliariam eles, também, no processo de arrefecimento do sentimento antifrancês e de posituação da França, na medida em que aclimatavam na América o refinamento estético de seu país de origem.

As figuras que mais destaque teriam no elenco da Missão seriam Lebreton, Debret, Nicolas Taunay e Montigny. Seguindo a proposta de nossa análise, interessa-nos ressaltar como a atuação deles apresenta um lastro napoleônico e revolucionário e como este lastro, que aparece como algo positivo no uso oficial que foi dado a eles, acabaria por ser-lhes igualmente prejudicial, ao revelar como suspeitas e preconceitos ainda existiam por aqui quando França, Napoleão e Revolução surgiam no horizonte mental.

Assim sendo, não nos interessa entrar em minúcias factuais ou polêmicas historiográficas sobre a Missão, discutindo, por exemplo, se seus componentes vinham a pedido do monarca português, sendo de fato uma “missão artística”, se sua vinda caracteriza-se como um desterro disfarçado ou uma expatriação voluntária, ou o impacto artístico e a função civilizadora dos missionários no cenário brasileiro. Vamos tomá-los, a princípio, apenas como imigrantes, mostrando-os, no entanto, sob a perspectiva de suas relações com o imperador deposto, e chamando atenção, no tratamento recebido por eles em sua estadia na América, para certos resquícios da imagem negativa da França e de Napoleão.

De saída já podemos assinalar, no caso dos quatro nomes acima mencionados, um traço biográfico comum: todos eram bonapartistas, quando não pelo engajamento político, pelo engajamento artístico que haviam tido na máquina de propaganda napoleônica. Apontamos, anteriormente, como a queda do imperador colocara a maioria de seus colaboradores em uma situação desconfortável na França governada por Luís XVIII. Para os artistas que o haviam servido a situação mostrava-se igualmente delicada, principalmente porque o governo imperial vinha sendo o grande patrocinador das artes francesas. Aqueles que haviam caído em suas graças, por exaltarem, dentro de moldes oficiais

³³⁵ Após o anúncio de sua chegada em 1816, a primeira menção que encontramos aos artistas da Missão na *Gazeta se faz* devido aos festejos da chegada de Leopoldina à Corte. Referindo-se a um arco erigido na rua dos Pescadores, comenta-se: “Deve-se este elegante monumento á habilidade de M. *Grandjean de Montigny*, architecto, e de M. *Debret*, Pintor de Historia, Artistas Pensionistas de Sua Magestade Fidelissima” (*GRJ*, 12/11/1817).

³³⁶ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 2, p. 280.

pré-estabelecidos, o ex-imperador, que usaria fartamente a arte para se legitimar e engrandecer seus feitos,³³⁷ agora viam seu futuro em suspenso. Ainda que vários deles tivessem sido acolhidos pelo novo governo, não estando sob as vistas policiais ou ameaçados pelas leis de segurança da monarquia restaurada, algo permanecia no ar: “os artistas vinculados ao antigo Estado começavam a fazer parte de um ‘segundo escalão’ no mundo das artes”.³³⁸ Assim, dentro do perfil dos franceses da época que buscariam guarida no Brasil eles também não seriam exceção, visto que em “meio a esses imigrados notava-se acentuado número de bonapartistas”.³³⁹

Joaquim Lebreton (1760-1819), o chefe da Missão de 1816, além de tudo era um ex-jacobino.³⁴⁰ Filho de um ferrador de cavalos, antes da Revolução havia entrado para a carreira religiosa, tendo, inclusive, ensinado retórica. Embrenhando-se na administração pública revolucionária, em 1803 seria eleito secretário perpétuo da Classe de Belas Artes do Instituto e chegaria a ser diretor da seção de Belas Artes do Ministério do Interior, representando o governo junto à administração do museu do Louvre ao qual devotaria grande empenho e carinho. Seu pensamento e ambição, deste modo, alinhavam-se perfeitamente com os de Napoleão ao considerar o projeto de transformar Paris na metrópole universal das artes, letras e ciências.³⁴¹

Desde a primeira queda do imperador viveria ele a lutar contra a corrente, formada principalmente pelos membros da antiga Academia Real de Pintura, que o queria eliminar dos quadros do Instituto. Em 1º de outubro de 1814, quando Napoleão, portanto, encontrava-se ainda em Elba, na primeira sessão pública do, agora, Instituto Real, que seria presidida pelo sobrinho de Luís XVIII, herdeiro do trono, e que contaria com a presença de Wellington, Lebreton seria encarregado de pronunciar um elogio fúnebre. Faria ele questão de se mostrar inconveniente diante da audiência borbônica. Começaria por insinuar que o pintor David, regicida e primeiro-pintor de Napoleão, não compareceria a uma cerimônia na qual estava presente um parente de Luís XVI, sua vítima.

³³⁷ Cf. **STOIANI**, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, item 3.5. “O Outro Exército de Napoleão: a Arte a Serviço da Política”, p. 149-159.

³³⁸ **SCHWARCZ**, op. cit., p. 153.

³³⁹ **MALERBI**, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993, p. 38. Afonso Taunay escreve que Montigny era “bonapartista fervente” (**TAUNAY**, op. cit., p. 16) e que Nicolas Taunay era “bonapartista ardente, como, aliás, seu irmão Augusto” (idem, p. 16). Schwarcz resume que o grupo de artistas franceses era basicamente formado por “bonapartistas de carteirinha” (**SCHWARCZ**, op. cit., 193).

³⁴⁰ “Não estava longe do presbiterato, quando explodiu a Revolução, cujos princípios ardorosamente esposou. Atirou o hábito às urtigas [...] e partiu para Paris, onde se tornou logo notado pela violência do caráter e exaltação das idéias. Filiou-se aos jacobinos e foi dos rubros” (**TAUNAY**, op. cit., p. 54)

³⁴¹ Cf. **STOIANI**, op. cit., item 4.2., “Napoleão e sua Política de Lugares: Paris como Centro do Mundo”, p. 230-244.

Mas o episódio que o tornaria *persona non grata* aos Bourbon seria sua resistência à restituição aos seus países de origem dos objetos de arte que haviam sido levados para a França durante os conflitos napoleônicos. Tal campanha, iniciada em 3 de julho de 1815, seria encabeçada por Wellington que, aliás, agia aí meramente como arquiinimigo de Napoleão, visto que a Inglaterra não havia sofrido nenhum confisco artístico. Lebreton considerava este um ato de espoliação da França e chegaria a escrever artigos em jornais, reavivando a virulência dos tempos da Revolução, lembrando os furtos e vandalismos cometidos pelos ingleses no Partenon com aquiescência do governo britânico em proveito do British Museum. Em 28 de outubro de 1815, em outra sessão pública do Instituto de França, pronunciaria um discurso contra Wellington e sua pátria. Reeditava ele, no campo das artes, as guerras de seu imperador nos campos de batalha contra o militar inglês. E, assim como Napoleão, também teria seu Waterloo ao ser convidado a demitir-se de seu cargo de Secretário Perpétuo, sendo eliminado, como David, do Instituto. A gota d'água para ele, contudo, viria quando da invasão do Louvre pelos comissários das potências aliadas.

Já Nicolau Antoine Taunay (1755-1830) havia frequentado a Academia, onde entrou em 1784, mesmo ano em que foi aceito como pensionista da Academia de França em Roma, de onde voltaria em 1787. Desenvolveria o estilo de pintura de paisagem e quadros de gênero. Ao contrário de Lebreton, Taunay não se engajaria politicamente na Revolução. Aliás, na época do Terror, havia se retirado de Paris, visto que teve vários amigos seus presos ou guilhotinados. Com o Consulado, passaria a ser um dos frequentadores do círculo de Bonaparte e de sua esposa Josefina que lhe faria algumas encomendas. Para elogiar artisticamente o novo chefe da França chegaria a fazer algumas concessões à pintura histórica e aos grandes tamanhos das telas, ele que tanto se destacaria por suas figuras diminutas. Dentre sua produção napoleônica destacam-se as obras “O General Bonaparte recebendo prisioneiros no campo de batalha após uma de suas vitórias na Itália” e a “Passagem dos Alpes pelo General Bonaparte”, ambas expostas no Salão de 1801. No ano em que o regente aqui se instalava, Taunay exaltava mais uma vez o agora imperador na tela “Entrada de Napoleão em Munique”, que participou do Salão de 1808 e lhe valeria elogios da parte do retratado.³⁴²

Um de seus filhos, Carlos, serviria o Império na qualidade de militar, tendo participado, inclusive da Campanha da Rússia. O ano de 1813, que já se mostrava de maus augúrios para a França e de muita angústia para aqueles que se ligavam ao regime imperial, diante da sangrenta e disputada campanha da Alemanha, ainda traria à família Taunay outro desgosto: Carlos seria ferido na batalha de Leipzig e se

³⁴² Em um arrolamento feito das obras de Taunay, em um total de 576 pinturas, 50 eram quadros com temáticas napoleônicas e revolucionárias (TAUNAY, op. cit, p. 196-197).

extraviaria do exército por alguns dias. Ao ser reincorporado, receberia de Napoleão o oficialato da Legião de Honra por atos de bravura. Neste ano, aliás, Taunay estreitaria mais ainda seus laços formais com o regime ao ser eleito vice-presidente de sua classe no Instituto, passando a presidente no ano seguinte. Em 1810 Taunay, pai, sofrera uma considerável perda de capitais devido a uma má aplicação, o que se veria mais agravado entre 1813 e 1814 pela péssima situação financeira do próprio Império que estava prestes a derrocar.

Por mais que, poeticamente, seu descendente Afonso coloque como um dos estímulos para a vinda de Taunay o fato de que, em sendo “apaixonado da Criação e do Sol, sorria-lhe imenso contemplar as paisagens dos Trópicos”,³⁴³ haveria outros motivos mais graves e palpáveis. Além do declínio de seu patrimônio, um incidente ocorrido na sessão de 1º de outubro de 1814, aquela já mencionada quando falamos de Lebreton, viria a fazê-lo pensar seriamente em sair da França. Nesta sessão, seu filho Carlos, revoltado com uma série de injustiças que julgava estarem sendo feitas ao pai, levantara-se de maneira imprevista e abrupta precipitando-se, aos brados, contra o príncipe Bourbon. Pensaram todos tratar-se de um atentado bonapartista, o que causou pânico na assembléia. Carlos, em consequência disto, seria preso e desligado do exército, mas, durante os Cem Dias, voltaria a bater-se pela causa napoleônica.

Também pintor, Jean Baptiste Debret (1768-1848) era, por sua vez, parente do ilustre David, o primeiro-pintor de Napoleão e cabeça do Neoclassicismo francês que monopolizaria o cenário artístico durante a Revolução e o Império. Participara ele de vários Salões com grandes quadros de assuntos romanos, temática neoclássica por excelência, e cenas da epopéia napoleônica. Em 1806, por exemplo, exporia a tela “Napoleão prestando homenagens à bravura infeliz”; em 1808, “Napoleão I em Tilsit condecorando com a Legião de Honra um bravo do exército russo”; em 1810, “Uma alocução de Napoleão aos bávaros em Abensberg”. Trabalharia com Percier e Fontaine, os primeiros-arquitetos de Bonaparte. Possivelmente neste contato estreitaria relações com o nobre Augusto Henrique Vítor Grandjean de Montigny (1776-1850), arquiteto discípulo da famosa dupla. Este, ainda que tenha conseguido, devido à apreciação de seu talento, obter dispensa do serviço militar, deixando de servir o imperador nos campos de batalha, servi-lo-ia no campo das artes. No caso, Montigny e Debret prestariam serviços para o caçula dos Bonaparte, Jerônimo, feito rei da Westfália por seu irmão, nos cargos de primeiro-arquiteto e primeiro-pintor.

O nefasto impacto da derrocada napoleônica não viria só para Debret. A ele acrescentar-se-ia a perda de seu único filho de 19 anos. Dois golpes muito fortes que o colocaram em estado de apatia

³⁴³ Idem, p. 159.

completa. Se o parente David aconselhava-lhe, para mudar de ares, uma ida à Itália, o amigo Montigny propunha que seguissem para a Rússia, juntando-se a uma missão de artistas solicitada pelo czar Alexandre.³⁴⁴ Não obstante, por esta mesma época, Lebreton organizava em Paris uma missão com vistas a partir para o Brasil. O projeto teria surgido, por volta de 1815, a partir de conversas entre o marquês de Marialva, embaixador português em Paris, com o conde da Barca e o naturalista Humboldt. Este, muito amigo de Lebreton, teria sugerido seu engajamento, o que diante da situação em que se encontrava servia-lhe como uma tábua de salvação. Taunay, seu colega de Instituto, logo aceitaria o convite de trasladação, animado, principalmente, pelo filho, Carlos. Debret, diante da possibilidade que se abria, faria a opção pelo Brasil e não pela Rússia. Muito ligado a este, Montigny tomaria a mesma decisão. E assim, levados por desencantamentos da vida, dificuldades financeiras, problemas em se reposicionarem profissionalmente na França borbônica e indisposições com o governo restaurado, partiriam eles de Havre de Grace em janeiro de 1816. Além da arte, conectava-os o comprometimento anterior à causa napoleônica.

Passemos agora às dificuldades que estes artistas enfrentariam no Brasil, apesar do bom acolhimento que teriam junto a d. João. Primeiramente, todos eles haviam anuído, de uma maneira ou de outra, em maior ou menor grau, ao Neoclassicismo que exaltava os heróis antigos, as formas rígidas e sóbrias, os exemplos de civismo e patriotismo, a República e o Império. Logo, a primeira barreira com que iriam deparar-se seria a de um Rio de Janeiro rodeado por uma natureza tropical pouco contida, em que a presença escrava era constante nas ruas, onde o Barroco português predominava e o pragmatismo falava mais alto que o academicismo, e no qual, por conseguinte, as artes não contavam com o apreço que tinham no Velho Continente. O desafio inicial era, portanto, misturar dois mundos, ao importar para cá o gosto, a cultura, o conhecimento científico – a “Europa possível”.³⁴⁵ Havia, então, “De um lado, o modelo neoclássico europeu com seus exemplos da Antiguidade misturados à civilização ocidental; de outro a colônia, que interiorizava a metrópole mas era marcada pela escravidão”.³⁴⁶ Não seria fácil o diálogo artístico destes franceses com uma realidade tão diversa e adversa.³⁴⁷

³⁴⁴ “Deu-se grande emigração de artistas e intelectuais e de tal [sic] circunstâncias aproveitaram-se vários dos soberanos vencedores, a fim de angariarem franceses eminentes para as suas terras” (TAUNAY, op. cit., p. 12).

³⁴⁵ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Da colonização à Europa possível: as dimensões da contradição. In: *Uma Cidade em questão I*, op. cit., p. 30.

³⁴⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 313-314.

³⁴⁷ Sobre estas dificuldades cf. NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre a arte brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1996 e SCHWARCZ. *O Sol do Brasil*, op. cit.

Esta transposição estética em busca de inserção artística, em que romanos e gregos deveriam abrir espaço nas representações para a escravaria, onde poucos edifícios demonstravam algum apelo artístico e um monarca que havia deixado Portugal invadido emanava pouca heroicidade, não seria o único dos atravanques a serem enfrentados pelo grupo em sua estadia. Maler, o cônsul geral francês, seria uma das principais pedras em seu caminho ou, mais particularmente, no caminho de Lebreton, para com quem demonstraria uma atitude hostil, violenta e sem tréguas, o que teria implicações no desempenho das funções estipuladas para o grupo.³⁴⁸ Nas palavras do diplomata, escritas ao seu ministro dos Estrangeiros, conde de Richelieu, em 18 de junho de 1818, afirmava ele que

A grande maioria dos franceses que vieram habitar este país manifesta opiniões pouco favoráveis (ao governo bourbônico); não se pode, entre eles contudo, receiar de agitadores, nem se os achar senão dentro de pequeno número. Estes devem ser bem vigiados e dou-os a conhecer a V. Excia. O sr. Joaquim Lebreton, [...] este eu sei, de modo irrefragável, que recebe regularmente respostas e boletins ditados pelo mais cego e encarniçado dos espíritos partidários. E como sei que este homem é muito astuto, não pude ainda descobrir quais possam ser os infames correspondentes, seus adeptos, que lhe bafejam os planos. Já há tempo fiz, confidencialmente, muitas observações ao govêrno português [...]. Embora não tenha os mesmo [sic] indícios para acusar Lebreton de se corresponder com os franceses banidos, e refugiados nos Estados Unidos, não hesito em acreditar em tal. Estando muito ligado aos principais destes homens certamente não recusaria propostas revolucionárias que dali lhe viessem. Devo acrescentar que embora estipendiado pelo govêrno (português), é geralmente desprezado e odiado de todos [...]. Vegeta na lama e na obscuridade. O Rei, os ministros, o intendente geral de Polícia, várias vêzes me falaram de Lebreton em termos que só podem confirmar a opinião de que se eles estivessem tão dispostos a agir como decididos a se desfazer de uma má aquisição, desde muito teria êle sido enxotado.³⁴⁹

Esta missiva, eivada de virulência e desconfianças, revela, sem dúvida, os sentimentos de um refugiado francês da Revolução, rancoroso e inconformado em ver serem dadas oportunidades a homens que, a seu ver, eram pérfidos por suas ligações com a República e o Império. Por mais que a questão pudesse ter um forte fundo pessoal, não perdia ele a chance de confirmar aos olhos de seu governo um ardoroso bourbonismo. O imaginário acerca da Revolução e de Bonaparte revela-se a cada linha muito impregnado pelas teorias conspirativas, às quais alguns atribuíam o desencadeamento do processo revolucionário, e mesmo pela fuga de Elba que demonstrara que a vigilância sobre Napoleão e seus colaboradores deveria ser reforçada. Além do mais, a presença de Napoleão na costa ocidental da África parecia ter deslocado, nas mentes das autoridades da época, a zona de ameaça da Europa para a América. Como se lê, Brasil e Estados Unidos eram considerados focos de concentração de conspiradores ligados ao ex-imperador e às idéias liberais.

³⁴⁸ Na opinião de Afonso Taunay a demora para a nomeação oficial dos artistas pelo decreto de agosto de 1816 estaria ligada à contínua perseguição de Maler (TAUNAY, op. cit., p. 28).

³⁴⁹ Apud TAUNAY, op. cit., p. 25-26.

Maler, três anos após o restabelecimento das relações com a França, revisita o ódio e as desconfianças aos franceses no que se lhes imputava de revolucionário, subversivo, conjurado, bonapartista. Seu posicionamento revela que se a Paz Geral se dera nos campos de batalha, não havia se dado no interior das pessoas. Do ponto de vista do imaginário, a Europa continuava dividida entre aquela do Antigo Regime e aquela da Revolução. Para o caso da América portuguesa, sua carta sugere um posicionamento ambíguo da parte do governo no que toca ao assunto. Este, ao mesmo tempo em que estipendiava Lebreton, não se posiciona de maneira muito favorável a ele nas discussões internas, não tomando, porém, a iniciativa de formalmente afastá-lo. Possivelmente, não teriam provas para fazê-lo.

Deste modo, se os anúncios da *Gazeta* revelam um abrandamento na consideração negativa dos franceses, o mesmo não parece ter lugar nos bastidores do poder na Corte. Debret chega a afirmar que o desembarque do duque de Luxemburgo teria animado os sentimentos antibonapartistas e contra-revolucionários no Rio tendo grassado por esta época, com relação ao chefe da Missão, o epíteto de “padre casado”, que muita dor teria causado ao conde da Barca, além de um forte boato, que correria na boca de personagens ilustres, de que seria ele um regicida, calúnia que chegou a ser averiguada a mando do governo junto à embaixada e que não seria confirmada.³⁵⁰ Eis o fantasma da laicização e do Terror franceses a rondar. Imaginemos o impacto desta boataria numa Corte católica como a de d. João.

Apesar de tudo isso, Lebreton, após sua chegada, seria indicado para diretor da Academia de Artes a ser fundada pelo monarca. De qualquer forma, fato é que as intrigas e pressões feitas por Maler junto ao rei contra a nomeação de um jacobino e bonapartista para o tal cargo não o animariam. Esta nomeação, cuja possibilidade já fazia antigos espectros voltarem a assombrar, bem poderia ser lida como uma afronta sua ao primo Luís XVIII. O governo parecia cozinhar em fogo brando a situação. Tanto que a escola, criada em 12 de agosto de 1816, ainda funcionaria de forma provisória por dez anos antes que seu prédio, projetado por Grandjean, fosse inaugurado.

Maler, de início, encontraria no conde da Barca um anteparo a suas acusações e o peso político do ministro ajudaria que fosse mantida a convicção de que a Academia seria fundada sob a direção do missionário. Mas a sorte não parecia sorrir aos artistas franceses, pois, em 1817, morria o conde, seu protetor. A esta orfandade, os artistas ainda teriam que lidar com a nomeação oficial, para a diretoria da escola, do português Henrique José Lisboa. Diante do fato, Lebreton se recolheria em sua chácara, misantropo, aonde viria a falecer em 1819. Diante do ocorrido, seria realizada uma escrupulosa revisão dos papéis do falecido. Ali foram encontrados, além do original de um famoso relatório, de 1806, que

³⁵⁰ SCHWARCZ. *O Sol do Brasil*, op. cit., p. 230-231.

Lebreton fizera a Napoleão sobre o estado das artes na França, com os trechos suprimidos pela censura imperial, várias notas, esparsas e desordenadas, sobre história, artes, educação, ciências naturais e ensaios biográficos sobre reis e ministros que protegeram filósofos e escritores. Mas também seriam descobertas, para triunfo de Maler, cartas de conspiradores do Prata. Ao que tudo indicava, Lebreton havia se comprometido, pouco antes de morrer, em um conluio contra o governo argentino ao qual vários franceses haviam se filiado. Sem dúvida, isso não contaria a favor de seus companheiros.

Debret, em sua *Viagem Pitoresca*, fala em “circunstâncias políticas, [que] entravando o nosso estabelecimento, prolongaram nossa estada [...] e foi preciso nada menos de dez anos para entrarmos na posse do local que nos destinavam”.³⁵¹ De fato, apenas em 1820 d. João instituiria oficialmente a Academia Real de Belas-Artes,³⁵² que surgiria, imperial, apenas em 1826, quando o Brasil já se encontrava independente, sendo inaugurada em 5 de novembro deste ano por d. Pedro I. Neste meio tempo, além da perda do conde da Barca e de Lebreton, Nicolau Taunay voltaria, em 1821, para a França, com parte de sua família, e seu irmão, Augusto, faleceria aqui em 1824. Às intrigas ainda se juntariam as limitações do Erário Real (que levaria a atrasos na construção do prédio da escola e nos pagamentos dos franceses), as mudanças de ministros, os diversos estudos para a organização dos estatutos. Quanto às “circunstâncias políticas”, a Revolução de 1817, em Pernambuco, a de 1820, no Porto, o regresso de d. João no ano seguinte e a Independência em 1822, sem dúvida, ajudariam a tirar o foco sobre o destino da Missão. E por político, aqui, entenda-se também politicagem, pois um dos grandes empecilhos que seria criado contra a colônia artística dos franceses teria origem na decisão do ministro, que sucederia o conde da Barca, que “em virtude de compromissos antigos entregou a direção da academia a um pintor português, Henrique José da Silva. Foi o golpe mortal nas belas-artes do Brasil”.³⁵³

Com a entrada de Silva, os primeiros sinais de animosidade para com os missionários seriam dados: o gravador Pradier seria desligado pelo novo diretor, assim como o mestre de mecânica Ovide e o secretário francês Dillon. Silva e o novo secretário seriam “inimigos declarados dos franceses, e por

³⁵¹ **DEBRET**, op. cit., t. 1, v. 1, p. 5.

³⁵² Decreto de 23 de novembro de 1820. Crêa nesta cidade uma Academia de Desenho, Pintura, Esculptura e Architectura Civil, e dá-lhe Estatutos (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_25.pdf). Cf. também Decreto de 23 de novembro de 1820. Manda principiar, com o nome de Academia das Artes, as aulas de pintura, desenho, esculptura e gravura, estabelecidas nesta Côte (http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_25.pdf). Neste último documento vemos citados, entre outros, Henrique José da Silva como lente de desenho, Nicolau Taunay como lente de pintura de paisagem, Debret como lente de pintura de história, Augusto Taunay como lente de escultura, Ovide como lente de mecânica e Montigny como lente de arquitetura.

³⁵³ **DEBRET**, op. cit., t. 2, v. 3, p. 99.

isso, causadores de muitos dos males que os vinham atingindo”.³⁵⁴ Diante da inauguração da Academia, pelo imperador d. Pedro, o diretor ainda suprimiria, de caso pensado, o cargo de professor de paisagem, do qual Nicolau Taunay fora titular até seu retorno para a França em 1821. Procurava, dessa forma, evitar que seu filho, Felix Emílio, preenchesse a vaga.³⁵⁵ Também a vacância ocasionada pela morte do escultor Augusto Taunay, em 1824, que deveria ser preenchida por Marc Ferrez, o seria por João Joaquim Alão. Para maior melancolia dos franceses, com o advento do Império, Silva chegaria a “primeiro pintor da Imperial Câmara”, conseguindo ainda a nomeação de um amigo para “mestre de pintura da imperatriz e das princesas” e de outro para o cargo de “arquiteto da Casa Imperial”.

O principal mote da campanha montada por Silva contra seus colegas franceses da Academia seria sua desqualificação enquanto missão artística oficial.³⁵⁶ Ao chamar atenção para o tempo decorrido entre a chegada do grupo e o decreto de agosto de 1816, “procurou demonstrar que ela não passava de mero agrupamento de aves de arribação, choldra de pobres diabos a quem acudira a idéia de ‘fazer a América’ e jamais convocada por inspiração régia como alardeava [o grupo dos missionários]”.³⁵⁷ Esta polêmica alcançaria a esfera pública, ganhando, até mesmo, na época, o espaço dos jornais.

Outro exemplo de tentativa de desclassificação, além daquelas imputadas por Maler a Lebreton e pelo diretor português da Academia à Missão, sofreria o arquiteto Grandjean. Os mestres de obras da capital, alarmados com as mostras da competência que o francês vinha dando na edificação de algumas casas particulares, teriam começado a espalhar que ele “Arruinava os infelizes proprietários que lhe entregavam os prédios, assoalhavam que não havia orçamento em que não excedesse de vinte e trinta, senão de cinquenta por cento, o cálculo inicial, etc...”.³⁵⁸ Recordava Debret, ainda, que o novo secretário da Academia arranjaria o posto de capelão da Tesouraria e toda a vez que lá ia dizer missa não perdia a oportunidade de “denegrir-nos aos olhos dos funcionários [da repartição] mediante calúnias atrozes”.³⁵⁹

Medo da concorrência, despeito, inveja, desprezo, desconfiança, patriotismo, nacionalismo... Ainda que fosse, motivos pessoais à parte, não há que se descartar os resquícios do ranço contra os

³⁵⁴ **MORALES DE LOS RIOS FILHO**, op. cit., p. 248.

³⁵⁵ Mais informações sobre os filhos de Taunay, cf. **MORALES DE LOS RIOS FILHO**, op. cit., p. 249.

³⁵⁶ Desde então a polêmica encontra-se no ar. Lilia Schwarcz, no seu mais recente livro, revisita-a, procurando demonstrar que os artistas franceses não haviam chegado ao Brasil como uma Missão. Cf. **SCHWARCZ**. *O Sol do Brasil*, op. cit., 2008.

³⁵⁷ **TAUNAY**, op. cit., p. 28. Na parte IV da obra (p. 28-35) Taunay esmiuça esta campanha. Na parte V (p. 36-42) e VI (p. 42-45) aponta as críticas às acusações de Lisboa.

³⁵⁸ *Idem*, p. 306.

³⁵⁹ **DEBRET**, op. cit., t. 2, v. 3, p. 109, nota 223.

franceses tão justificado à época da invasão de Portugal. Com relação aos missionários, não há dúvidas de que a “civilização” que buscavam aclimatar, ao procurarem com as bênçãos governamentais viabilizar uma Europa nos trópicos, apenas aguçaria as contradições aqui já existentes,³⁶⁰ o que teria como efeito colateral as indisposições variadas que o grupo sofreria. No entanto, não conseguimos deixar de enxergar, no fundo dos ataques e polêmicas a que estiveram expostos, respingos de antigos e arraigados preconceitos que haviam extravasado das representações da Revolução e de Napoleão. Na tentativa de livrarem-se de possíveis perseguições na França, eles não encontrariam a paz almejada aqui.

Lisboa morreria em 1834, sendo que, três anos antes, Debret retornara à sua pátria. Grandjean, que aqui faleceria após trinta e quatro anos de estadia, seria o nome apresentado para substituir seu antigo perseguidor na diretoria da Academia. Declinaria o convite, dada sua avançada idade, em favor de Felix Taunay, filho paisagista de seu antigo companheiro, que seria nomeado em 12 de dezembro de 1834. Ele que conseguira, em 1824, por influência do abade Boiret, o já citado refugiado francês que se tornaria professor de francês dos filhos de d. João, e apesar da oposição de Lisboa, obter, após ocupar interinamente a cátedra paterna, ser nomeado para ela efetivamente.

Apesar de abafados, o Império napoleônico e a Revolução Francesa regurgitavam por aqui uma influência artística que seria tomada como benéfica. O rei exilado por Napoleão recebia artistas exilados por serem bonapartistas. Assim,

Por uma ironia do destino, ao tempo em que o conquistador penava em Santa Helena, artistas dos seus, dos que em Paris tinham visto, quando não preparado e executado suas apoteoses, trabalhavam no Brasil para o monarca emigrado, cuja aclamação, no gosto das festas delineadas para a glorificação do seu poderoso inimigo, se verificava no seio de um outro continente, grande parte do qual obedecia ao rei foragido e onde este havia até alargado seus extensos domínios à custa dos adversários de 1807.³⁶¹

Aparentemente, esta pode ser mais uma das muitas ambiguidades imputadas a d. João. Mas ao analisarmos este acolhimento, tendo ao fundo o cenário de deslocamento da monarquia lusa e toda a sua necessidade de reabilitação e reinserção no cenário político pós Congresso de Viena, esta tolerância para com o grupo de bonapartistas explica-se quando entendida como uma estratégia de sobrevivência. Não bastava reestruturar política e economicamente o império nos trópicos, era necessário que ele fosse investido de uma aura dourada de adiantamento e magnificência que poderia muito bem ser dada pelos

³⁶⁰ SANTOS, Afonso, op. cit., p. 32.

³⁶¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 610.

artistas da Missão.³⁶² Deste modo, se por um lado o combate à França imperial, num primeiro momento, vem expor as fraquezas do Antigo Regime português, com a chegada dos missionários é o elemento francês, que àquele regime se devotara, quem auxilia, do ponto de vista da construção simbólica do poder, nos remendos das rachaduras do edifício imperial luso-brasileiro. Artistas como Debret e Montigny iriam esmerar-se “em conceder à decadente corte portuguesa um ar solene e engrandecedor [...] por meio de todo o aparato e da simbologia do ritual, procurando vincular um Império alijado à heróica e perdida Antiguidade clássica”.³⁶³ Eles, assim como d. João, procuravam readquirir uma grandeza de primeira ordem, que já não desfrutavam na Europa, vindo para a Liliput tropical.

Debret seria um dos que conseguiria. Estaria para d. Pedro, mais do que para seu pai, como David havia estado para Napoleão. Reencontraria o artista, nos trópicos, um novo imperador a quem servir. E a inspiração napoleônica de seu projeto de exaltação por meio da arte é manifesta, a começar pela elaboração da cerimônia de entronização do monarca do Brasil independente. Nela juntar-se-ia à aclamação, tradicional em Portugal, a coroação (muito inspirada naquela que ocorrera em Nôtre-Dame, em 1804, com Bonaparte), novidade esta que buscava engendrar um soberano distinto do português. Até o cetro a ser utilizado na ocasião era muito semelhante ao usado na coroação de Napoleão.³⁶⁴ Mesmo a representação da cerimônia, na qual Debret retrata o momento do juramento dos homens da Câmara e dos procuradores dos estados ao novo soberano, além de remeter a um tema apreciado no período revolucionário – o juramento – também deixa transparecer os referenciais do artista que servira ao ex-imperador, sendo possível achar uma semelhança na ordenação cênica desta representação e da

³⁶² Manuel Salgado ressalta o papel que teria Debret na interligação “do jovem império nos trópicos – percebido em sua função de bastião avançado da civilização no Novo Mundo – e a França, recém-saída de um processo de transformações profundas e ciosa de seu papel de guardiã, para o mundo, destes mesmos princípios” (SALGADO, Manuel Luiz. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v. 4, n. 1, p. 136, jan.-jun. 1989). O autor lembra ainda que Debret divulgaria o império brasileiro na França após seu retorno, em 1831, ao ingressar no Instituto Histórico de Paris, auxiliando na aceitação de Manuel de Araújo Porto Alegre, seu discípulo brasileiro, que o seguiu a Paris, como membro da mesma instituição. Este estaria envolvido, por sua vez, na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁶³ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, op. cit., p. 323. Sobre o papel político desempenhado por Debret por meio de sua arte cf RODRIGUEZ LOPEZ, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, em especial cap. 2, “A Aclamação de D. João em 1818: problematizando rituais e significações” (p. 127-232), para a análise da construção da memória da Aclamação de D. João pelo artista, e item 3.2.4, “Debret: produção artística e luta política” (p. 283-287), para a análise da construção da memória dos festejos da fundação do “Império Brasileiro” pelo mesmo.

³⁶⁴ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 259 e 277.

pintura napoleônica, exposta pelo artista em 1812, “Primeira distribuição da Legião de Honra na Igreja dos Inválidos”.³⁶⁵

Nosso primeiro imperador, grande admirador do prisioneiro de Santa Helena, deixaria que muitas marcas do Império francês fizessem parte do cotidiano de sua Corte. Assim, além da própria presença da princesa Amélia de Leuchtenberg, sua segunda esposa, neta adotiva de Napoleão, “o empertigado regimento de granadeiros e infantes alsacianos e suíços que compunham a guarda de d. Pedro I, distribuía-se aqui e ali comandado por oficiais franceses, ostentando o uniforme e o aspecto marcial dos exércitos napoleônicos, dos quais haviam feito parte”.³⁶⁶

O Império francês, que havia sido construído nas páginas da *Gazeta* como a encarnação de todo o mal, aparecia, no Brasil pós-independência, como um importante parâmetro estético e comportamental para a Corte, tendo contado em muito, para isso, além do gosto pessoal de d. Pedro, com a ação de Montigny e de Debret, os missionários que aqui restariam. No entanto, se para os componentes da Missão Francesa difícil seria instalar a escola a que se destinavam, mais difícil teria sido desinstalar preconceitos e suspeitas que vinham embutidos no imaginário acerca do passado que haviam deixado na Europa. Se o trabalho a que se propunham era o de levantar edifícios, esculpir e pintar obras de arte, mais complicado foi demolir, quebrar e apagar deste imaginário as máculas que lhes eram arrogadas.

³⁶⁵ “No interior deste quadro, lateja uma referência a Napoleão” (ibidem, p. 293). Para a descrição das obras, cf. p. 293 e p. 294 da mesma obra.

³⁶⁶ **NOGUEIRA**, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo, na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 16, p. 321-322, outubro-dezembro 1953.

Conclusão

1817: a volta do fantasma napoleônico

Aproximava-se o apeteçido dia 7 de abril [...] de 1817, o qual El-Rei Nosso Senhor fôra servido designar, para nele celebrar a sua solene aclamação [...]. Assim suspiravam todos por testemunhar pela primeira vez no Novo Mundo aquelas cenas de prazer, e exultação nacional [...]; mas o inimigo do gênero humano, que detesta a paz, e a concórdia, e que não pode ver sem mortais angústias, e infernal desesperação, que a nação portuguesa fôsse a única até agora intacta na sua fé a Deus, e na fidelidade ao seu rei, semeou ocultamente a cizânia no campo do bom trigo, tudo confundiu, e transtornou. Padre Perereca. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*¹

6 de março de 1817.

A Família Real cumpria já nove anos de permanência nos trópicos. Ao invés de comemoração, apreensão. Alarmantes notícias vindas de Recife chegavam à Corte acerca da “funesta rebelião de Pernambuco” (GRJ, 14/05/1817).² O governador havia sido constringido a capitular, sendo despachado pelos revoltosos para o Rio, e uma República havia sido instaurada. A administração interior seria prontamente organizada, planos estavam sendo postos para a elaboração de uma constituição e contatos com Londres, Washington, Buenos Aires e demais províncias do norte do Brasil eram providenciados a fim de pedir por apoio material e moral para o novo Estado. Era fato: a tão temida revolução ancorara nos domínios portugueses da América.³

Sob a ótica do governo bragantino o episódio era uma “feia nódoa, que tão inesperado desacato poz sobre a lealdade *Portuguesa*” (GRJ, 14/05/1817). Seus participantes formavam um “clube-

¹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], p. 546, v. 2.

² Apesar da notícia sobre o ocorrido ter chegado na Corte em 25 de março de 1817, junto à embarcação que conduzia o ex-governador deposto, só seria divulgada no periódico fluminense em maio de 1817 e mesmo assim com muita cautela: “Temos demorado por longo tempo o communicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos successos, acerca da revolta de Pernambuco, não tanto pelo horror, que sentíamos em referir semelhante acontecimento, aindaque [sic] bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da Historia *Portuguesa*, tão distinta pelos testemunhos de amor, e respeito, que os vassallos desta nação consagrarão ao seu Soberano nas occasiões de maior apuro, e em distancias mui remotas; mas para não adiantar factos, ou circunstantia alguma, em cousa por sua natureza tão odiosa, de que não tivessesmos completa informação” (GRJ, 14/05/1817). Em 14 de junho de 1817 chegou ao Rio a notícia do fim da Revolução em Pernambuco. Nas *Gazetas* dos dias 16 (extraordinária) e 18 de junho foram anunciadas as comemorações de tal fato. Para a cobertura dada à Revolução de 1817 nos periódicos portugueses aqui e em Londres, cf. PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002, p. 156-159.

³ Não cabe aqui entrarmos nos bastidores da Revolução de 1817. Sobre este tema, cf. *Documentos Históricos: Revolução de 1817*, v. CL-CLV. Rio de Janeiro: MEC/Biblioteca Nacional, 1954 e MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1972.

jacobínico”,⁴ “havendo forjado nas trevas esta fatal conspiração, cujo veneno beberam sem dúvida nos pestíferos catecismos da impiedade, e da anarquia, (que infelizmente chamam livros de luzes)”.⁵ Mais um abalo sofrido pelo governo joanino em seus alicerces que se assentavam na inquestionável obediência dos súditos ao rei. Em 1817, em Pernambuco, a falta de lealdade externava o questionamento da legitimidade política dos Bragança, diante do descontentamento dos pernambucanos com a opressão centralizadora da Corte. Afinal, apesar das mudanças advindas da transferência da Família Real, como a abertura dos portos e a recente elevação do Brasil a Reino Unido, as províncias mais afastadas do centro fluminense continuavam submetidas a uma administração de caráter colonial, agora exercida pela “nova metrópole” do Rio.

Na visão dos rebelados, ao permitir vários desmandos,⁶ o rei quebrara o pacto que os unia, sendo legítimo o questionamento de seu poder. O termo *patriota*, para eles, não significava mais aquele que defendia a ordem monárquica ameaçada, como a *Gazeta* tentara inculcar. *Patriota* era aquele que lutava contra os abusos de uma Coroa absolutista e a favor de uma participação política mais ampla,⁷ visão esta influenciada, sem dúvida, pelas novas idéias que haviam feito a Bastilha ruir. Portanto, “Servir à pátria era servir à causa da liberdade”⁸ e novas bastilhas deveriam ser tomadas. A atitude de Pernambuco explicitava os limites do discurso centrípeto joanino, discurso este tão trabalhado no periódico fluminense, e as assimetrias internas do império luso-brasileiro. Ela revelava ao monarca português o enfraquecimento de sua autoridade, sua impotência, ou falta de interesse, em corrigir abusos perpetrados contra seus súditos, sua insistência em tratar a terra que o acolhera em tempos difíceis ainda como uma colônia, enfim, a sua ineficácia em soldar as partes de seu extenso império.

Quebrara-se a imagem de bom pai-rei. E, diante do fato, a repressão à rebelião, nada teria de paternal. Ao contrário, mostraria o soberano o seu braço forte, tornando-a memorável. Os revoltosos deveriam amargar exemplarmente os efeitos de não seguirem os “modos de vida corretos”. Para alguns deles a desconjunção dos próprios corpos simbolizaria o plano falhado de desconjuntarem o império

⁴ Denis Bernardes, apesar de considerar a influência da Revolução Francesa neste movimento, diz “que entre eles, os líderes de 1817, não havia nenhum jacobino. Ninguém tinha a audácia de Danton, a firme determinação de Robespierre ou a malícia arrasadora de Marat. Não decretaram o Terror e a chamada Ditadura” (BERNARDES, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. In: ANDRADE, Manuel Correia de & FERNANDES, Eliane Moury (orgs.). *O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1992, p. 98-99). Diante disto, vemos como a visão conservadora da monarquia portuguesa não admitia clivagens quando o assunto era revolução: jacobinismo, que fora um dos fenômenos mais extremados da Revolução na França, era tomado como sinônimo de revolucionário.

⁵ SANTOS, op. cit., p. 550 e 547, v. 2.

⁶ Muitos destes desmandos eram imputados ao governador cuja má fama pode ser vista nestes versos: “Caetano no nome; Pinto na falta de coragem; Monte na altura e Negro nas ações” (Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 320).

⁷ PIMENTA, op. cit., p. 158.

⁸ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: EDUNB, 1995, p. 25.

bragantino. A sentença era clara: “Depois de mortos serão cortadas as mãos, e decepadas as cabeças e se pregarão em postes [...] e os restos de seus cadáveres serão ligados às caudas de cavalos e arrastados até o cemitério”.⁹ Neste caso, d. João, como o rei de Laputa, já citado, das *Viagens de Gulliver*, fazia a ilha descer diretamente sobre as cabeças dos insurgentes.¹⁰

Podemos ainda tentar pensar o episódio de 1817 em Pernambuco sob a ótica dos usos políticos do conflito com a França. Com o auxílio do discurso antinapoleônico justificara-se a mudança da Corte, tirando-lhe qualquer aparência de fuga; buscara-se afirmar e consolidar a obediência e a fidelidade ao rei e validar a repressão a tudo que fosse subversivo, aumentando o poder de controle sobre os súditos. Diante da guerra com Napoleão, no plano do imaginário social, os conflitos internos do Império luso haviam sido suspensos momentaneamente ou amenizados, pois havia um outro conflito maior (ou aparentemente maior) que era aquele que envolvia Portugal e França e que podia pôr tudo a perder tanto para o rei quanto para seus súditos. No entanto, quando Napoleão deixa de ser usado como anteparo ideológico pelo governo português, os conflitos internos voltam a fazer-se sentir. Eles tornam a ganhar espaço no plano do real e do discurso, uma vez que estes estavam esvaziados diante do exílio napoleônico, evidenciando o descontentamento dos colonos com a continuidade da relação metrópole-colônia, agora reconfigurada pela relação metrópole-Rio versus colônia-restante do país que carrega a Corte nas costas sem usufruir de maiores benefícios práticos.

O ano de 1817, como um todo, seria nefasto para a Coroa portuguesa e permeado por emoções e acontecimentos contraditórios. Antes de completar-se, em março, um ano da morte da rainha, lamentava-se o falecimento, em janeiro, de d. Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar, ministro do rei. Seria ele seguido por d. Antônio Araújo de Azevedo, o conde da Barca, em junho. Além do ocorrido em Pernambuco, no Prata, as tropas luso-brasileiras intervinham e, em Portugal, estourava uma conspiração liderada pelo militar Gomes Freire de Andrade, logo abafada.

Terminado o luto por d. Maria I, haviam se iniciado os preparativos para a aclamação do novo rei. As notícias vindas do Recife, entretanto, levariam à suspensão dos festejos na Corte, mantendo-se, não obstante, as comemorações no resto do império diante da impossibilidade de comunicação rápida. Na *Gazeta*, a restauração de Pernambuco, que seria concluída em agosto de 1817, tomaria o espaço do noticiário sobre as celebrações que vinham ocorrendo em função da aclamação. Diante da sequência de tragédias ocorridas na primeira metade do ano, “Coincidência ou não, assistiu-se entre agosto e novembro de 1817 a um aumento considerável do número de festejos na Corte”.¹¹ Era preciso dar

⁹ Apud SCHWARCZ, op. cit., 2002, p. 321.

¹⁰ SWIFT, Jonathan. *As Viagens de Gulliver*. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p. 207.

¹¹ RODRIGUEZ LOPEZ, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 197.

publicidade às manifestações de lealdade e amor dos súditos a d. João, mostrando que existia coesão e obediência, e fazer um contraponto positivo aos últimos acontecimentos.

Na memória da monarquia nem as datas comemorativas deveriam deixar-se manchar pela “feia nódoa”. Se em boa parte do império a aclamação seria comemorada em 7 de abril de 1817, no Rio de Janeiro a festa ocorreria apenas em 6 de fevereiro de 1818. E ganhava ela uma dimensão simbólica muito maior, ao representar a recuperação do pacto entre súditos e soberano:

Assim, a cerimônia e memória sobre ela construída realçava esses elementos e dava legitimidade a esse novo contrato, baseado na relação de reciprocidade entre pai [rei] e filho [súdito], utilizando-se a imagem paternal do rei para desmontar o discurso revolucionário de 1817 e de seus seguidores. A festa, então, tinha como um dos interlocutores privilegiados os revolucionários de 1817 na Europa e a América. No final dos festejos um dos decretos “baixados” pelo Rei mandava fechar e concluir os processos contra os revoltosos de 1817, anistiando mesmo os que tinham culpa provada, menos os cabeças da revolução que a essa altura já haviam se suicidado ou foram fuzilados.¹²

De qualquer forma, não seria sem tensão que os festejos aclamativos teriam lugar na Corte. O clima de desconfiança e apreensão estava no ar, apesar dos tumultos pernambucanos terem sido debelados. Luccock seria um dos que assistiriam a eles no Rio. Confessava desgosto ao

verificar que muitos dos soldados haviam sido munidos de certa quantidade de cartuchos e que não era permitido a ninguém falar língua estrangeira em meio do povo. No momento em que um senhor natural de Veneza se dirigiu a mim em inglês, um soldado lhe ordenou rudemente que falasse português ou calasse a boca.¹³

Como se pode perceber, velhos espectros que se anunciavam como ameaçadores para a monarquia portuguesa, que se pensava terem sido exilados com Napoleão, faziam-se presentes demonstrando como ele não era a única fonte do mal. O pior era que tal fonte agora era formada pelos próprios filhos-vassallos. A multidão que aclamava podia ser a mesma a destituir o rei, o que levava as autoridades a se precaverem armando massivamente soldados e impedindo qualquer comunicação que não pudesse ser inteligível. Uma das lembranças deste momento, da parte de Debret, seria também a extrema vigilância feita por pelotões de infantaria e de cavalaria distribuídos entre os espectadores. Segundo o artista, o monarca não se sentia seguro e

o conjunto dessas medidas militares contribuiu bastante para tranquilizar o novo Rei temeroso da explosão de um motim popular fomentado pelo descontentamento dos

¹² Ibidem, p. 154. Para mais relações entre a aclamação de d. João e a Revolução de 1817, cf. item 2.4. desta obra, “Festa às Avesas: o governo monárquico e o temor da revolução”.

¹³ **LUCCOCK**, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820], p. 379.

portugueses enciumados com sua longa permanência no Brasil e isso apesar da promessa feita de voltar para Lisboa logo após a conclusão da paz geral.¹⁴

Mas recuemos ao início da Revolução de Pernambuco, quando Antonio Gonçalves da Cruz, mais conhecido como Cabugá, seria escolhido como embaixador da nova República junto aos Estados Unidos. Para lá partiu ele em 24 de março de 1817, chegando em Boston em maio, em busca do reconhecimento do novo Estado e com a finalidade de comprar armas e munições e alistar oficiais para sua causa. Inúmeras foram as dificuldades encontradas para fazer contato junto ao governo norte-americano.¹⁵ Mas, em compensação, muito prontamente conseguiria despachar para Pernambuco duas embarcações (*Parangon* e *Pinguim*) carregadas de armas, munições e homens que haviam alistado-se ao serviço da pequena República. Dentre estes, muitos emigrados bonapartistas franceses que pensavam fazer uso dos transportes e da boa vontade de Cabugá para pôr em ação um plano de evadir Napoleão de Santa Helena.

Embora o governo norte-americano não se arriscasse a reconhecer a república nascente, era evidente sua simpatia pela independência das colônias espanholas e portuguesas. Assim, Cabugá obteria do governo dos Estados Unidos a nomeação de M. Ray para as funções de cônsul no Recife, o que aparentava um reconhecimento oficial. Este chegaria ao Brasil em 6 de julho de 1817, quatro meses depois de iniciada a República e pouco antes de seu fim em agosto. Ray, contudo, era estreitamente ligado aos bonapartistas e teria função estratégica para o grupo: proteger aqueles que se dirigissem para Pernambuco.¹⁶

Por sua vez, o representante português em Washington solicitaria ao governo norte-americano, sem sucesso, a vigilância de Cabugá e o embargo dos carregamentos de armas e homens que ele aprontara para Pernambuco. Avisaria o seu governo no Rio, que já tomava árduas providências para debelar a revolução. As remessas feitas por Cabugá ainda não haviam chegado ao seu destino no momento em que a República do Recife caía por terra.

Em fins de 1817, o navio norte-americano *Parangon* pára no Rio Grande do Norte com destino à Paraíba. Desembarca aí o conde Louis-Adolphe de Pontécoulant, sobrinho de Grouchy, um dos marechais de Napoleão que se exilariam na Filadélfia. Latapie, coronel de infantaria, e os militares

¹⁴ **DEBRET**, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834], t. 2, v. 3, p. 241.

¹⁵ Encerrada a missão, Cabugá se mudaria para a Filadélfia. Voltaria ao Rio apenas em 1826, quando conseguiria sua nomeação efetiva para o posto de cônsul geral do Brasil nos Estados Unidos (**GRIECO**, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 32, nota 27.

¹⁶ Para esta parte do capítulo acerca da Revolução Pernambucana de 1817 e suas implicações com Napoleão nos apoiamos em **COSTA**, J.- A. Ferreira da. Napoleão I no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 10, n. 57, p. 197-217, março de 1903; **GRIECO**, op. cit., e **MARIZ**, Vasco. Napoleão Bonaparte e a Revolução Pernambucana de 1817. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 199, p. 459-470, outubro/dezembro 2005.

Roulet e Artong seguiriam para a Paraíba. Todos os quatro, emigrados franceses e bonapartistas, seriam figuras centrais em uma conspiração que se armava a favor do ex-imperador. Todos eles conhecidos de Ray e Cabugá.

Pontécoulant, dizendo-se médico e botânico, e apresentando intenção de dedicar-se ao estudo da flora brasileira, em breve iniciaria uma forte amizade com José Ignacio Borges, secretário do governador da província. Apesar do oferecimento a ele, da parte de seu amigo, de um excelente emprego no qual poderia exercer a medicina, Pontécoulant recusou, obtendo de seu protetor um passaporte que lhe permitisse percorrer todo o Brasil sem ser incomodado. Parte, então para a Paraíba a fim de reunir-se aos outros bonapartistas que lá haviam desembarcado. Não contavam eles com a extrema vigilância do governo restaurado e com o fato de sua vinda ao Brasil ter sido anunciada por via diplomática. Seriam todos presos, a mando do governador da Paraíba, e enviados para Recife. Lá, o governador, nada encontrando de comprometedor em seus papéis, os soltaria, não sem recomendar ao Ouvidor do Crime e ao ministro da Polícia que não fossem perdidos de vista. Pontécoulant, na companhia de Roulet, regressaria a seguir ao Rio Grande do Norte para exercer ali a medicina. Os outros dois ficariam a residir na casa do cônsul Ray.

Dois dias após terem sido libertados, Latapie, que era coronel de infantaria, tendo solicitado audiência com o governador, declararia a este os projetos secretos do grupo. As razões desta atitude nos são desconhecidas. Teria dito ele que se encontravam na Filadélfia quando tiveram notícia sobre a Revolução no Brasil. José Bonaparte, ex-rei da Espanha e irmão mais velho de Napoleão, que ali vivia e com quem mantinha relações, incumbira-o de vir para o Brasil e informar-lhe sobre a revolução, afirmando-lhe ser esta uma boa oportunidade para fazer evadir o imperador. Afinal, o porto do Recife era considerado o mais próximo de Santa Helena. O governador de Pernambuco, diante da confissão, enviaria Latapie e Artong ao Rio para informarem pessoalmente o governo o que se passara. Infelizmente, nada se sabe sobre o andamento desta missão.

Um cúter carregado de armas e munições bélicas também seria apreendido em Pernambuco mediante o aviso do enviado português em Washington. Um de seus tripulantes, em depoimento tomado depois da ida de Latapie e Artong para a Corte, além de afirmar ter ouvido que uma fragata partira da América do Norte para o Brasil a fim de reunir-se ao revolucionários pernambucanos, diria ter escutado, a bordo, comentários sobre a simpatias do cônsul Ray pelos mesmos e sobre várias críticas que este teria dirigido ao governo português, incluindo-se aí sua confiança na facilidade da independência do Brasil, visto que, por seus cálculos, d. João ficaria isolado ante a intervenção armada dos Estados Unidos e a neutralidade inglesa. Diante destes fatos, foi decretada a prisão de Roulet e Pontécoulant. Este último contava com a proteção do amigo Ignacio Borges que colocou toda a sorte de

empecilhos para que as testemunhas não fossem remetidas para Recife. Borges seria, por isso, acusado de proteger indivíduos suspeitos de conspiração, ficando ele próprio como suspeito de rebeldia e infidelidade à Coroa.

Nesta mesma época, sete marinheiros chegariam em um bote à costa da Paraíba sendo presos pelos vigias do porto. Diziam-se os únicos sobreviventes do naufrágio do navio *Pinguim*, embarcação que partira de Nova York rumo a Gibraltar. Afirmavam eles, ainda, que no momento de sua partida dos Estados Unidos circulavam insistentes boatos sobre a evasão de Napoleão I. Seriam presos e um ofício de 1º de março de 1818 revelaria que o *Pinguim* era, de fato, uma das embarcações enviadas por Cabugá. O desembarque dos marinheiros fora uma manobra premeditada e o navio prosseguira seu curso carregado de munições.

Diante destas provas o governador de Recife, temendo prender Ray e causar complicações diplomáticas, resolvera autorizar buscas no seu domicílio. Nele foram encontrados três indivíduos comprometidos na sublevação pernambucana. Seu secretário, o dinamarquês Georges Flemming Holdt, contudo, não tendo nenhuma imunidade, seria preso e interrogado. Em seu depoimento o secretário revelaria ter servido sob as bandeiras francesas. Holdt, ao deixar o serviço da França em 1814, após ser feito prisioneiro, iria alistar-se na marinha norte-americana. Neste mesmo ano embarcaria para a Bahia e depois para Pernambuco onde havia travado conhecimento com Joseph Ray passando a servi-lo como secretário. Teria, desta forma, contato com seus hóspedes bonapartistas e vários dos revolucionários de Pernambuco.

Holdt ouvira, em um jantar, observações feitas por Latapie sobre o plano de retirada de Napoleão de Santa Helena. Os emigrados franceses nos Estados Unidos teriam uma quantia superior a um milhão de dólares e dois homens de confiança residentes na ilha que lhes iriam facilitar o desembarque. Diante da chegada da notícia da revolução de Pernambuco aos Estados Unidos, convencionou-se, então, entrar em acordo com o novo governo revolucionário para, com seu auxílio, realizar-se com mais facilidade a libertação do ex-imperador.

Ray, por mais que seu secretário tentasse não comprometê-lo, de fato já estava comprometido. Antes de partir para o Rio, Latapie teria deixado ao cônsul uma lista de nomes de pessoas envolvidas na rebelião pedindo sua ajuda para que lhes promovesse a fuga. Estes seriam aqueles encontrados na casa do cônsul. Latapie também havia recomendado cuidados especiais para com seu amigo Roulet. Ele, apesar dos esforços do secretário do governador da Paraíba, teria sido preso e levado para Pernambuco. Mesmo assim, Ray conseguiria fazer chegar até Roulet dinheiro, víveres e cartas. Pontécoulant nada sofreria.

Pelo depoimento de Roulet, somos informados de que vinha de família nobre que contava, no entanto, com uma fortuna exígua. Teria servido nos exércitos napoleônicos e, após sua queda, teria se refugiado na Bélgica, indo em seguida para os Estados Unidos, onde conheceria o coronel Latapie que não encontraria dificuldade em recrutá-lo para sua expedição a Pernambuco e Santa Helena. Em uma carta enviada por Roulet, da prisão, ao governador de Pernambuco, alegava que quando ele e seus companheiros bonapartistas haviam aqui desembarcado foram informados que a causa pernambucana estava perdida. Um trecho interessante da carta é o momento em que o prisioneiro usa o desejo de “fazer a América” como um álibi para justificar o fato de não ter regressado imediatamente. Escreveria ele:

de que nos acusam? De termos embarcado para êste país quando tivemos notícia da revolução de Pernambuco. Mas, se a intenção por si só devesse ser punida entre os homens como um crime, muito poucos seriam dignos de viver. [...]. Minha intenção era conhecer o paiz e me servir dos restos duma educação assaz esmerada para obter um emprego em alguma casa commercial até que pudesse regressar à minha verdadeira pátria.¹⁷

Roulet não se veria menos implicado aos olhos do governador de Pernambuco apenas por confessar seu sonho de reabilitar-se economicamente no Brasil pelo exercício de alguma atividade comercial, idéia esta que frequentava, como vimos, os anseios de vários de seus compatriotas emigrados para a América portuguesa, inclusive com as mesmas origens nobres que ele. Para o governador, ele não passava de um emissário de Cabugá. Porém, os esforços incansáveis do cônsul Ray a favor dos franceses e dos outros revolucionários pesariam para a precipitação do desfecho do processo e a libertação dos implicados. Isto, apesar das tentativas de incriminação de sua conduta pelas autoridades pernambucanas junto ao Rio que pediam, inclusive, sua imediata transferência. Por requisição do intendente Viana os emigrados franceses deveriam ser transportados para a Europa e conduzidos até a fronteira de Portugal, o que se realizaria com rapidez.¹⁸ Via-se malgrado o plano de José de evadir o irmão, plano que a crer em um relatório de M. de Neuville, agente diplomático da França nos Estados Unidos, datado de 29 de julho de 1817, teria sido concertado pelo próprio ex-imperador.¹⁹

Nesta trama rocambolesca, em que projetos de libertação de Bonaparte enroscam-se à Revolução Pernambucana, chama-nos atenção as tentativas das autoridades portuguesas de implicarem os franceses bonapartistas no projeto de agitar o Brasil e convertê-lo ao republicanismo. O governador de Pernambuco via-se atazanado, pois, “a todo momento o Recife se enchia de boatos da chegada, por

¹⁷ Apud **GRIECO**, op. cit., p. 45.

¹⁸ Grieco revela-nos alguns dados biográficos sobre Pontécoulant e Roulet após a conspiração (Cf. **GRIECO**, op. cit., p. 53-59. Sobre Ray, seria ele dispensado pelo governo americano em 1820, mas continuou a viver no Recife como comerciante (**MARIZ**, op. cit., p. 468).

¹⁹ Cf. este relatório em **COSTA**, op. cit., p. 214-216.

mar, de novos conspiradores franceses, vindos dos Estados Unidos e desembarcados nas costas nordestinas”.²⁰ Aqui transparecem os mesmos traços da mentalidade governamental que havíamos detectado na *Gazeta*, onde Napoleão assombra e traz atrelado a si as ameaças da França revolucionária, seu combate revelando os temores de uma monarquia absolutista ameaçada. Ao que tudo indica, o auxílio que os bonapartistas dariam aos pernambucanos rebelados era subsidiário do plano principal ligado à fuga de Santa Helena e que a decisão de continuarem aqui, mesmo sabendo da restauração de Pernambuco, seria motivada pela intenção de continuarem com seu plano principal ao contarem ainda com a figura de Ray.

Um ofício enviado a d. João, em fins de 1816, pelo intendente Viana torna-se, diante dos fatos ocorridos entre 1817-1818, uma excelente prova do esforço do governo em manter-se informado sobre seus inimigos e como essas informações eram acertadas. Mostrava-se Paulo Fernandes alarmado, pois nos “Estados Unidos da América [...] se tem recolhido em grande numero os Revolucionarios da França que não tem gostado da entrada de seu Soberano”, o que “hé um quadro terrivel, que nos deve despertar em medidas de Policia”.²¹ Frisava o intendente que “Está ali Jozé Bonaparte com toda sua grande fortuna, estão mais de quarenta Generaes revolucionarios”. E ele não se deixava enganar: ao procurar asilo na América do Norte não desejavam eles “descansar de suas antigas fadigas e darem-se aos trabalhos simplicies de meros cultivadores. Sabe-o Vossa Magestade, e eu também sei, que elles procurárão [...] apromptar hum grande armamento, que pagarão e conseguirão passalo para a América”.

Na mesma missiva lembrava ele que chegavam da Inglaterra avisos de que “estes revolucionarios procurão estacionar huma embarcação Americana entre S. Helena, e o Brasil” e que “embarçaõens Americanas tem procurado chegarem-se ás enseiadas de Sancta Helena donde se lhes tem atirado com artilharia para as afastar”. Não bastasse o já exposto, “alguns daquelles Officiaes Francezes tem tomado serviço com os Insurgentes da America Hespanhola e que tudo tem sido pelo intermedio dos Estados Unidos”. Diante das informações, Viana temia por d. João julgando que o cativo ex-imperador tramava uma desforra:

e depois de sabermos tudo isto, como hé possível que não devamos presumir q estes adidos a Bonaparte, e que sabem que elle jurou ódio, vingança e perseguição mesmo á Sagrada Pessoa de Vossa Magestade por se ter escapado para o Brasil, se lembrem de fazer algum projecto que nos inquiete, ou seja directamente em qualquer parte do Brasil, ou indirectamente pelo serviço que vão tomando com os Hespanhoes Insurgentes?

Patente fica nas palavras de Viana o fato de que para ele os termos *bonapartista*, *francês*, *revolucionário* e *subversivo* não apresentavam maiores dessemelhanças. A Paz Geral já havia sido

²⁰ GRIECO, op. cit., p. 37.

²¹ ANRJ, GIF1 6J83 (1) - Viana a d. João em 24 de novembro de 1816.

feita, os franceses transitavam livremente pelas ruas da Corte e pelas demais possessões portuguesas, mas as desconfianças com relação a eles, nos bastidores da política, ainda eram fortes. Não há que se descartar a hipótese de que as ramificações que ligaram o movimento pernambucano de 1817 com os princípios ideológicos espalhados pela França tivessem levado a um controle mais específico dos franceses residentes no Rio de Janeiro que resultaria na abertura de seu registro neste mesmo ano, como se pode conferir no código 372.²² Além do mais 1817, possivelmente devido à vinda do duque de Luxemburgo no ano anterior, seria o ano em que mais franceses aportariam no Brasil.²³

O dismantelamento dos projetos, sejam pernambucanos, portugueses²⁴ ou bonapartistas de 1817-1818, demonstram como as palavras de 1816 de Viana eram acertadas e como a imagem do Brasil como local estratégico de combate a Napoleão e às idéias revolucionárias ganhava destaque mais uma vez. Outro que parecia predizer o momento era Palmela, então plenipotenciário de Portugal no Congresso de Viena, ao queixar-se do fato de seu governo não ter sido convidado a tomar parte na convenção relativa à custódia de Bonaparte, visto que seu exílio ficava entre as possessões africanas e a sessão americana da monarquia lusa, sendo seu porto muito frequentado por embarcações portuguesas.²⁵ Sob este ângulo bem se podia concordar que, de certa forma, Napoleão acabara sendo aprisionado por d. João, afinal estava “a Ilha de Santa Helena, no meio do vasto oceano entre os dois Mundos! Tendo pelo oriente, e pelo ocidente as possessões, e Estados daquele mesmo príncipe soberano, cujos reinos, e vassalos Bonaparte tanto flagelou, e a quem proclamou decaído do trono em 1807”.²⁶ A prisão e o envio dos franceses para a Europa podem parecer medidas de menor importância no conturbado período que a monarquia luso-brasileira vivia, mas se os planos relacionados à libertação do ex-imperador tivessem tido sucesso as consequências poderiam ganhar amplas dimensões. O pequeno Portugal da Europa via-se momentaneamente agigantado na América em sua função estratégica.

O plano de José Bonaparte não teria sido o primeiro e nem seria o último. Com ou sem a anuência do ex-imperador, nada se pode afirmar, vários outros teriam lugar. Como a expedição formada no Golfo do México, organizada possivelmente por um antigo oficial de sua marinha, e que

²² *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960, p. 7.

²³ **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822). *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, nº X, 302, 1995. Luccock aponta que, pouco antes de 1818, “chegara [ao Rio] um grande número de franceses, cujos comportamentos foram comunicados pela Chefia de Polícia de Paris e que mui justamente provocaram alguma ansiedade. Deu isso origem a uma espécie de Gabinete de Estrangeiros em que todo o alienígena era obrigado a registrar seu nome e obter uma licença de residência que o colocava sob imediata vigilância” (**LUCCOCK**, op. cit., p. 365).

²⁴ Gomes Freire de Andrade que chefiaria a conspiração de 1817 em Portugal havia feito parte da napoleônica Legião Portuguesa.

²⁵ **LIMA**, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 327.

²⁶ **SANTOS**, op. cit., p. 442.

seria destruída por um ciclone. Ou então aquela aparelhada pelo prefeito de Nova Orleães, que seria desmantelada ante a chegada da notícia da morte do ex-imperador, que pretendia instalar Napoleão na cidade em uma casa que havia sido construída e mobiliada especialmente para ele.

Os medos e as esperanças acerca de uma possível fuga de Bonaparte seriam sinais de que o ex-imperador, mesmo afastado e aprisionado, continuava a fazer-se presente no imaginário da época, a ponto de começar a formarem-se teorias mirabolantes como aquela que dizia ter ele escapado da ilha, sem que fosse percebido, deixando um sócio em seu lugar.²⁷ Aumentava a percepção de que aprisioná-lo não implicara no fim das preocupações de seus inimigos. A notícia inusitada, dada na *Gazeta*, sobre um homem na França que se dizia ser Napoleão Bonaparte após o embarque do ex-imperador para seu último exílio,²⁸ bem pode ilustrar, de maneira simbólica, como o prisioneiro continuava seu curso livre pela imaginação do mundo europeu e colonial. Para o caso do Brasil, o mais próximo que ele chegaria seria pelos pássaros “cardeais” brasileiros de crista vermelha, daqui trazidos por um amigo, que vinham alegrar os últimos dias solitários do ex-imperador nos jardins de Santa Helena que ele passara a cultivar.²⁹ O único Bonaparte que aqui desembarcaria seria um criado nascido em Moçambique e vindo do Cabo da Boa Esperança.³⁰ O único Masséna que aqui alcançaria seria, Victor, neto do Marechal que chefiaria a terceira invasão de Portugal em 1810.³¹

As suspeitas acerca do envolvimento de seus partidários nos planos da Revolução de 1817 denunciam como, mais do que bonapartistas, eram vistos pela Coroa como jacobinos. Assim sendo, “insistindo, ao regular os assuntos europeus, em misturar Napoleão e Revolução no mesmo acto de vingança e olvido, esses vencedores apresentavam-nos, inevitavelmente, aos povos como objectos de um mesmo ódio ou veneração”.³² O perigo não estava em Santa Helena, estava fora dela, espalhado em diversos lugares, concentrado nas mentes dos homens que continuavam a acreditar no retorno de Napoleão e na vitória das aspirações revolucionárias que ele simbolizava ou que eles desejavam ou achavam que ele simbolizava. Toma-se ele, deste modo, como um “Encoberto”, um “Desejado”, cujo retorno promete o reinício de um governo glorioso e a redenção a todos aqueles que sofreram com sua derrocada. Nas palavras de Stendhal, entusiasmado diante do levante brasileiro de 1817, “A liberdade é

²⁷ Tais teorias continuam a instigar a imaginação, como no filme “Monsieur N” (França, 2003), segundo o qual Napoleão teria conseguido se evadir para os Estados Unidos, ou o romance *A Morte de Napoleão* em que a morte de um dos envolvidos no plano de evasão de Napoleão de Santa Helena teria sérias repercussões na sua conclusão do plano, vindo a isolar o ex-imperador que acaba por se tornar um mercador de melões em Paris (LEYS, Simon. *A Morte de Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

²⁸ “De *Bourg* nos informão que um indivíduo que se chamava *Napoleão Bonaparte*, appareceu a 26 de Agosto em alguns dos communs do Departamento de *Ain*. Diz-se que tinha algumas feições semelhantes a aquelle, cujo nome assumia, e era da mesma altura. Está-se-lhe no alcance. Diz-se que foi para a *Suissa*, com tenção de passar á *Itália*” (GRJ, 16/12/1815).

²⁹ MARIZ, op. cit., p. 469.

³⁰ *Registro de Estrangeiros*, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46, p. 53.

³¹ Idem, p. 207.

³² RUDE, George. *A Europa Revolucionária: 1783-1815*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 237.

como a peste. Enquanto não se jogar ao mar o último pestífero, nada de definitivo foi feito”³³ e o ex-imperador não era esse último pestífero. Ao longo do século XIX, portanto, “apesar da vitória aparente da contra-revolução, foi a Revolução que estabeleceu, na maior parte da Europa Ocidental e central sua ideologia, suas instituições, suas estruturas econômicas e sociais”.³⁴

João e Napoleão: dois “Encobertos”, dois “Desejados”, dois Sebastões do século XIX, cada um a seu modo. O primeiro, tendo chegado ao Brasil, não concretizaria a justiça e a liberdade a julgar pela opinião de alguns de seus súditos, como aqueles de Pernambuco. O outro, bem poderia ainda fazê-lo caso abandonasse Santa Helena. Duas forças em oposição que resumiam o mundo de sua época separados pelo abismo da Revolução.

³³ Citado em CAMPOS, Pedro Moacyr. *Imagens do Brasil no Velho Mundo*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, tomo 2, v. 1, p. 55.

³⁴ GODECHOT, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984, p. 109.

Anexo
Gráficos

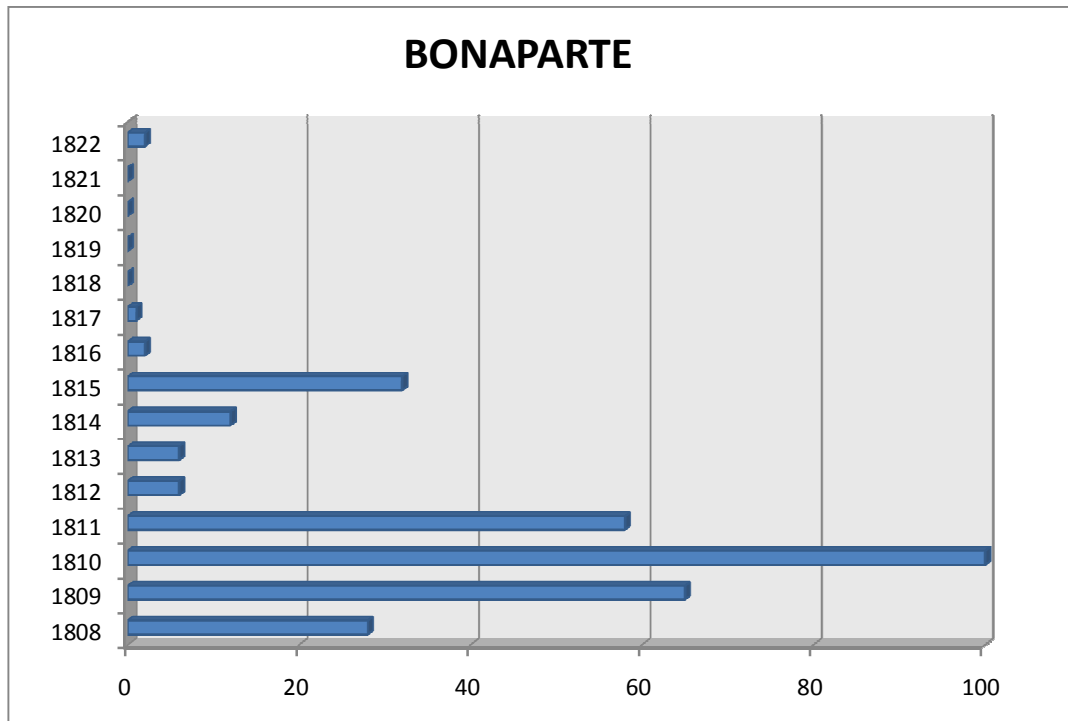


Gráfico 1: Ocorrências do termo "Bonaparte" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

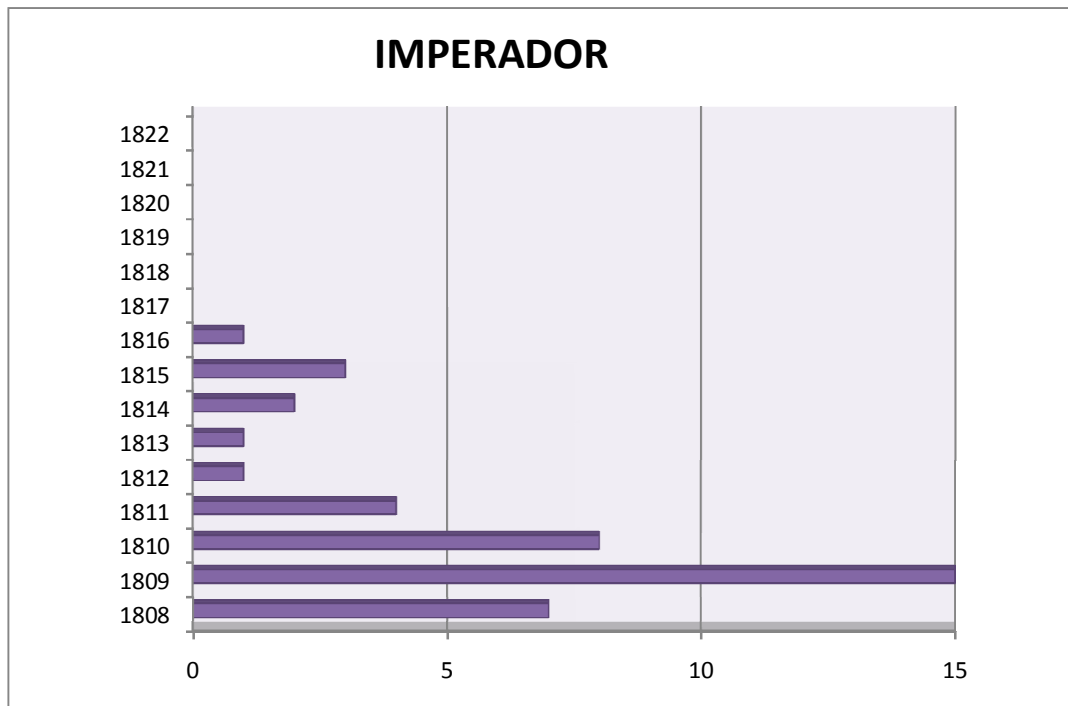


Gráfico 2: Ocorrências do termo "Imperador" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

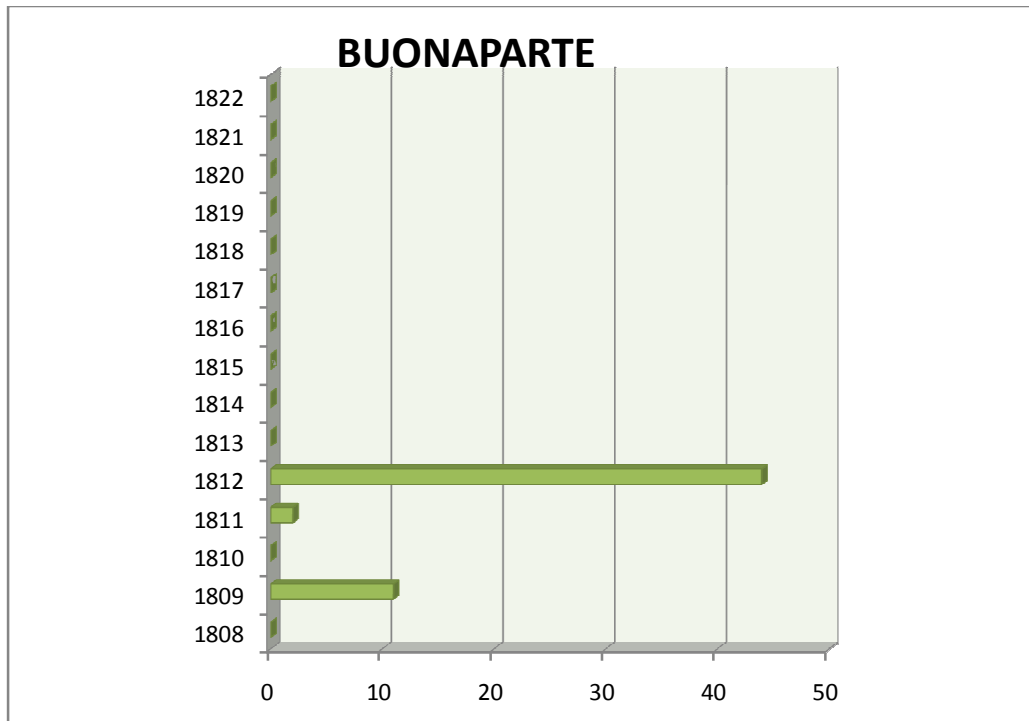


Gráfico 3: Ocorrências do termo "Buonaparte" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

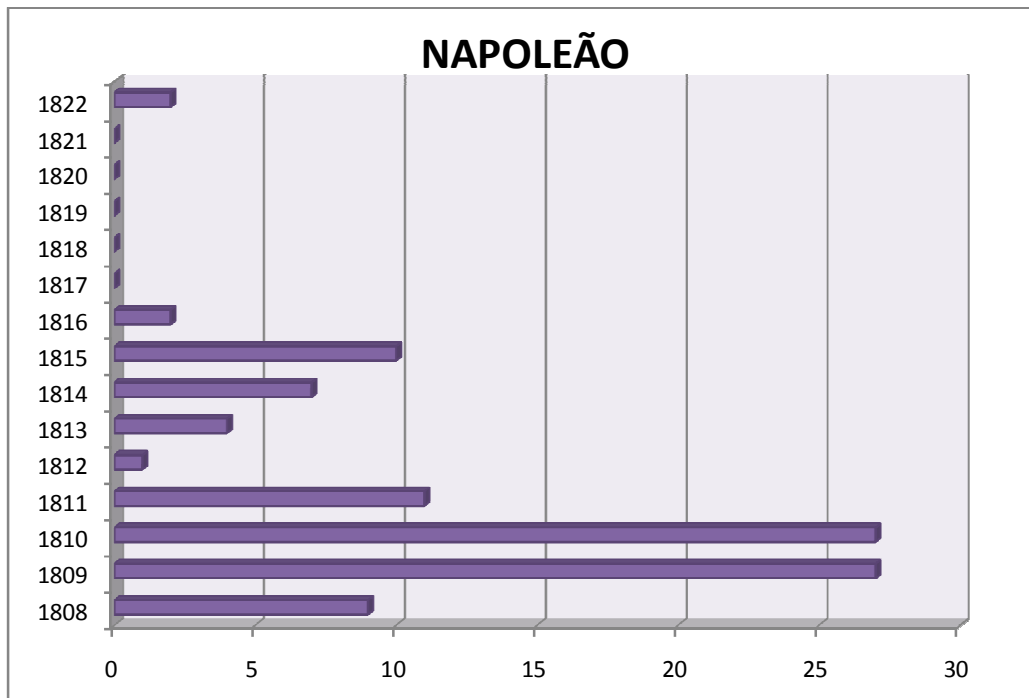


Gráfico 4: Ocorrências do termo "Napoleão" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

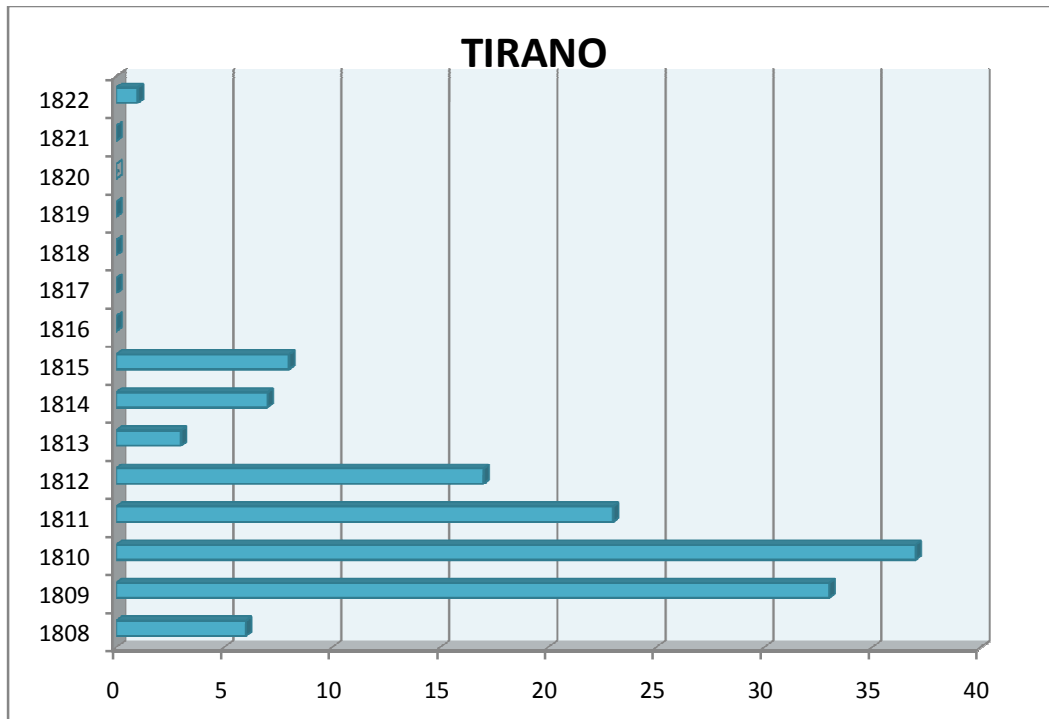


Gráfico 5: Ocorrências do termo "Tirano" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

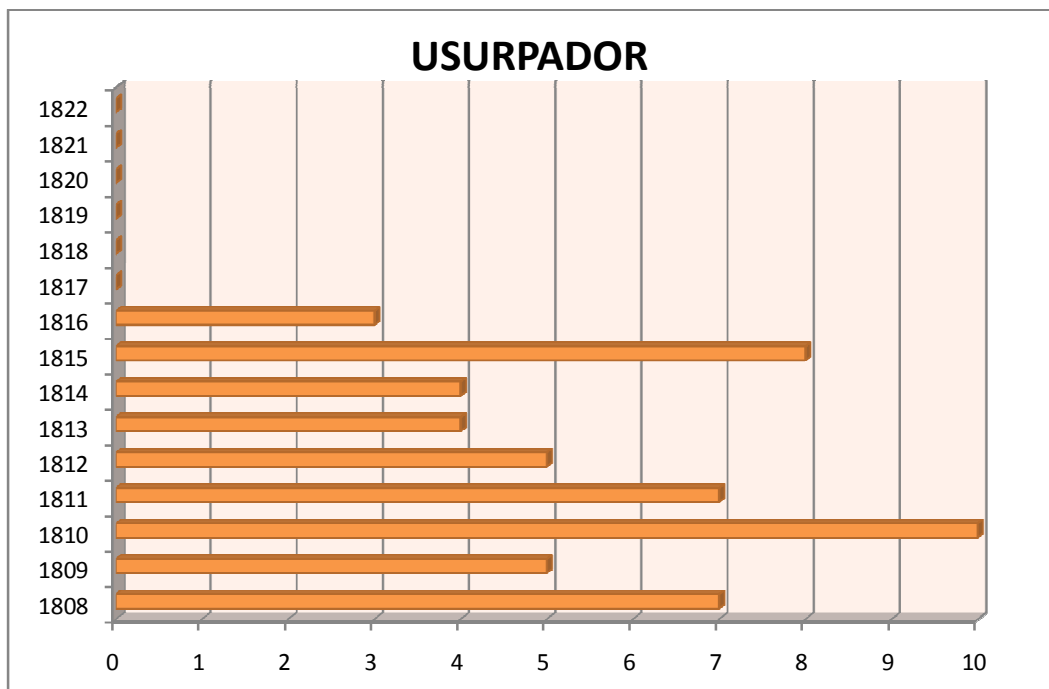


Gráfico 6: Ocorrências do termo "Usurpador" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

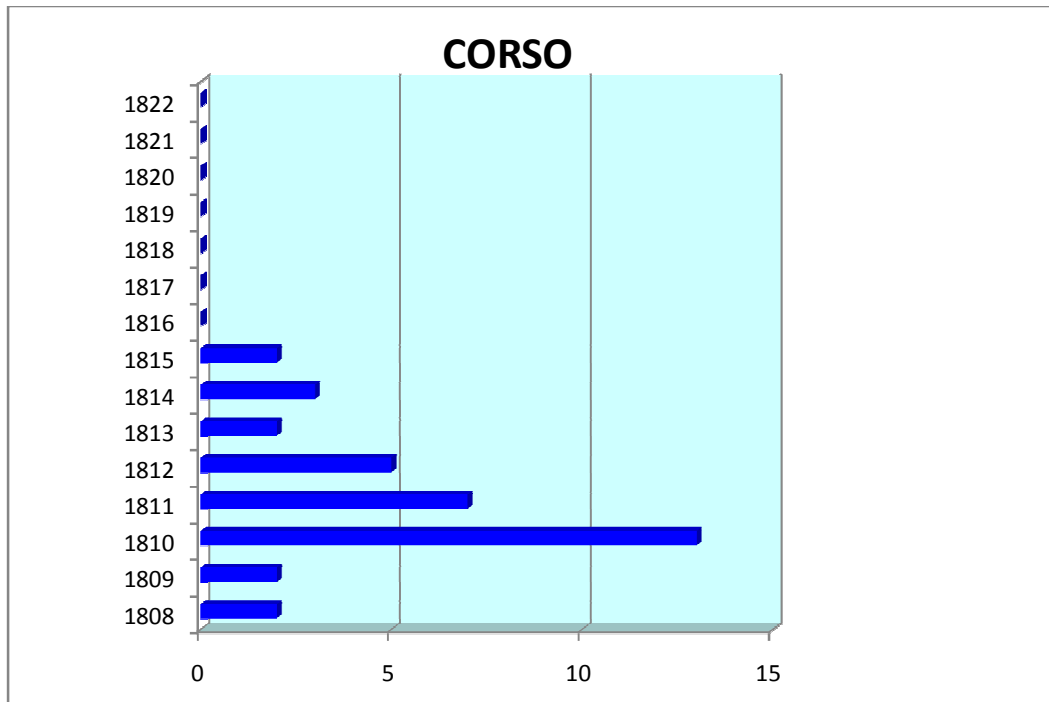


Gráfico 7: Ocorrências do termo "Curso" na *Gazeta do Rio de Janeiro*

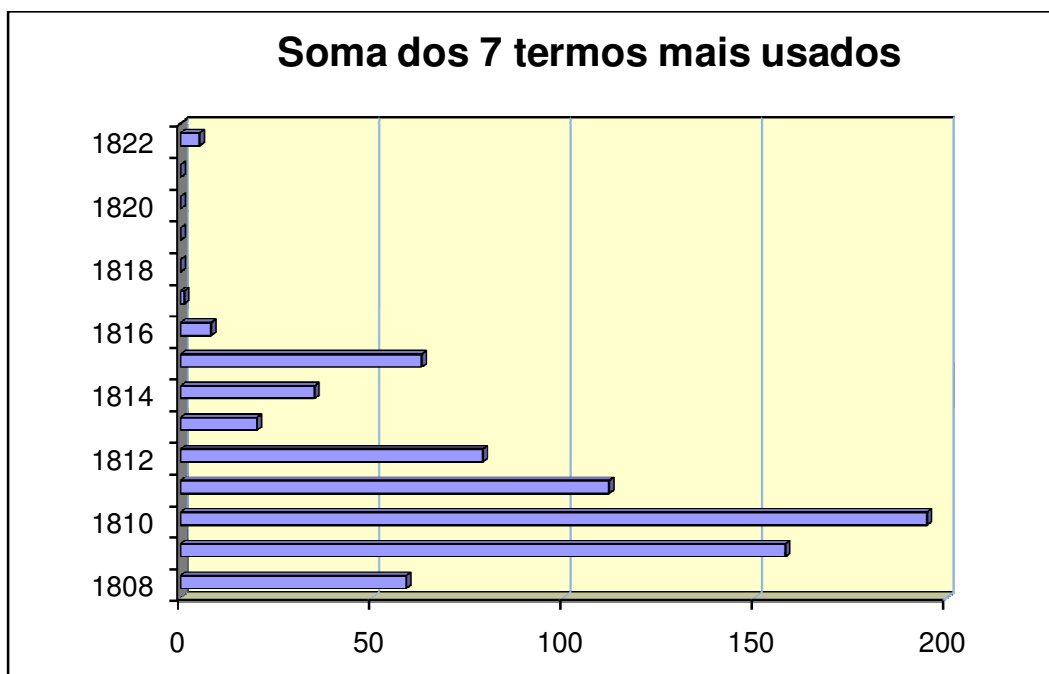


Gráfico 8: Ocorrências dos sete termos mais usados na *Gazeta do Rio de Janeiro* para se referir a Napoleão

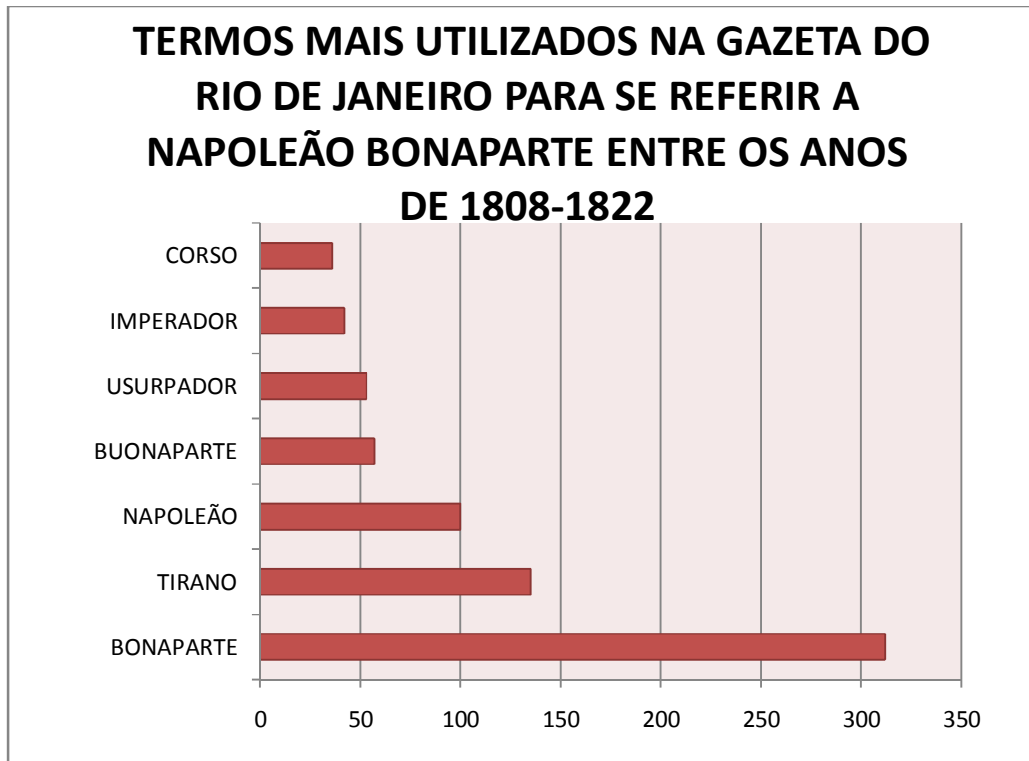
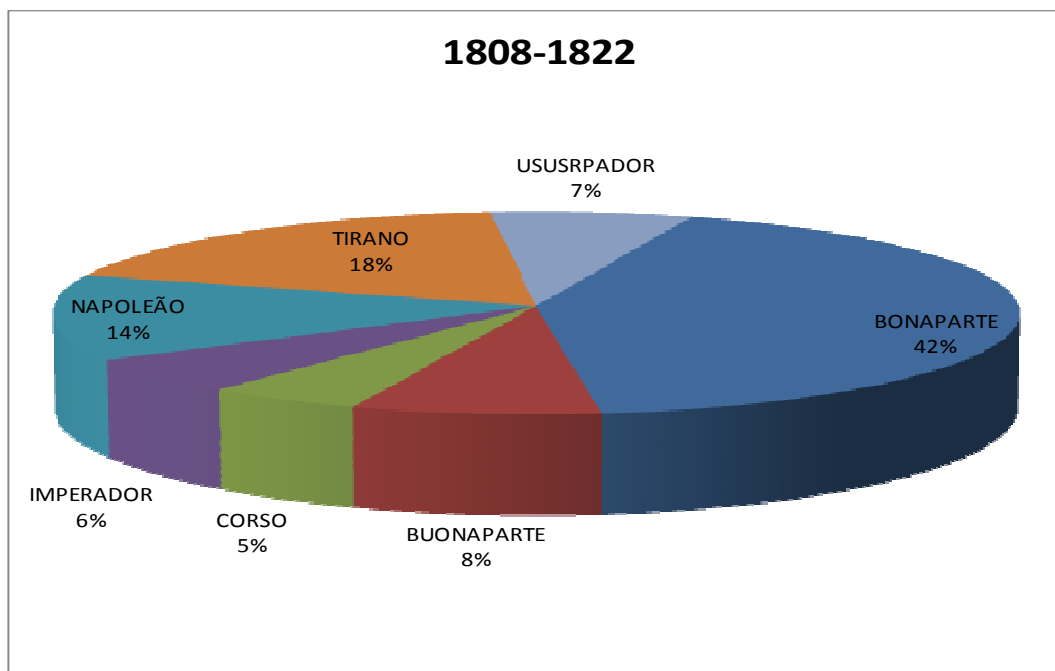


Gráfico 9: Termos mais utilizados na *Gazeta do Rio de Janeiro* para se referir a Napoleão Bonaparte entre os anos de 1808-1822

Gráfico 10: Divisão percentual dos termos mais usados na *Gazeta do Rio de Janeiro*



para se referir a Napoleão Bonaparte entre os anos de 1808-1822

Bibliografia

1. Fontes manuscritas em arquivos

1.1. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) – Rio de Janeiro:

Coleções Especiais – Documentação do ministério anterior a 1822:

Lata 179, maço 1, pasta 8 – Conde de Aguiar (D. Fernando José de Portugal e Castro) – correspondência recebida – Linhares, conde de (cópia) – 1811.

1.2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ):

Carta enviada ao visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Pernambuco, datada de Recife em 4 de janeiro de 1808, *ANRJ*, Ministério do Reino. Pernambuco. Correspondência do presidente da província, Série Interior, IJJ⁹ 237

(<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=808&sid=99>)

GIFI:

GIFI 6J78 (1) – Viana a Fernando José de Portugal em 17 de junho de 1808.

GIFI 6J78 (2) – Viana ao conde de Aguiar em 27 de novembro de 1809.

GIFI 6J83 (1) – Viana a d. João em 24 de novembro de 1816.

GIFI 6J83 (2) – Correspondência enviada a Viana em 18 de setembro de 1816.

GIFI 6J83 (3) – Viana ao conde de Aguiar em 26 de setembro de 1816.

GIFI 6J83 (4) – Viana a Villanova Portugal em 15 de novembro de 1817.

Documentação da Intendência de Polícia:

Código 318, Registro de Avisos, Portarias, Ordens da Polícia da Corte, v. 1 (1808-1809):

Registro do Officio dirigido ao Ministro d'Estado dos Negócios de Guerra por Paulo Fernandes Viana em 27 de abril de 1808, f. 11-12 ou 5v-6.

Registro do Officio expedido ao Ouvidor do Crime da Bahia por Paulo Fernandes Viana em 19 de setembro de 1808, f. 153.

Código 323 – Registro da correspondência da Polícia, v. 1:

Registro do Officio expedido ao Juiz de Crime do Bairro de S. José datado de 15 de março de 1809 (escrito por Viana), f. 1v-2v.

Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra datado de 28 de março de 1809 (escrito por Viana), f. 15-16v.

Edital da Intendência de 30 de maio de 1809 referente à circulação de impressos ou escritos estrangeiros impressos ou não impressos, f. 85-85v.

Código 323 – Registro da correspondência da Polícia, v. 2:

Registro de Officio expedido ao Juiz do Crime do Bairro de S. Jozé (por Viana) datado de 5 de dezembro de 1810, f. 6v-7.

Código 323 – Registro da correspondência da Polícia, v. 3:

Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (por Viana) datado de 17 de junho de 1811, v. 3, f. 54-54v.

Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (por Viana) datado de 30 de julho de 1811, f. 60-60v.

Registro de Officio expedido ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (por Viana) datado de agosto de 1811, f. 63v-64.

Código 329 – Registro dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminais dos Bairros e mais Ministros da Corte, Comarcas e Cameras e Ministros Eclesiásticos, v. 1 (1811-1812):

Registro do Officio expedido ao Intendente do Ouro [da Corte e Comarca do Rio de Janeiro] por Paulo Fernandes Viana em 5 de abril de 1811, f. 29 e 29v.

Registro de Officio expedido ao Intendente do Ouro desta Cidade por Paulo Fernandes Viana em 28 de agosto de 1811, f. 85v.

Registo de Officio expedido ao Juiz do Crime da Candelária por Paulo Fernandes Viana, em 7 de setembro de 1811, f. 89 e 89v.

Registo do Officio ao Juiz do Crime do Bairro da Candelária por Paulo Fernandes Viana em 3 de outubro de 1811, f. 96 v.

Registo do Officio expedido ao d^o Min^o em 14 de maio de 1817, f. 16 v e 17.

Código 329 – Registo dos Officios e Ordens expedidas aos Ministros Criminais dos Bairros e mais Ministros da Corte, Comarcas e Camaras e Ministros Eclesiásticos, v. 4 (1817-1818):

Registo do Officio expedido ao d^o Min^o em 14 de maio de 1817, f. 16 v e 17.

Registo do Officio Expedido ao Juiz do Crime do Bairro da Sé em 17 de janeiro de 1818, f. 73.

Código 371 – Matrícula de Estrangeiros - apresentação de Passaportes na Polícia.

Código 372 (impresso) – *Os franceses residentes no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Publicações Históricas do Arquivo Nacional, v. 45, 1960.

Código 386 – Receita da venda de passaportes e passes na Polícia, v. 2 (1822).

Código 410 – Termos de Bem viver, v. 2.

Termo de Bem Viver assinado por Maria Tachouzey em 15 de setembro de 1820, f. 97 v.

Documentação da Mesa do desembargo do Paço:

Desembargo do Paço - Licenças (1808-1822):

Caixa 168, pacote 02, documento 34 (pedido de Ambrósio Bourdon para retirar livros da Alfândega).

Caixa 168, pacote 02, documento 47 (parecer negativo sobre o Emílio de Rousseau).

Caixa 168, pacote 02, documento 63 (J. S. Lisboa pede exame de obras por desconfiar serem elas em francês).

Caixa 168, pacote 03, documento 72 (Manuscrito original do “Sermão que em o dia 22 de janeiro do anno de 1816 pregou na Festividade de Acção de Graças ao Altíssimo pela feliz chegada de S. A. R. o Príncipe

Regente Nosso Senhor, e Sua Real Família á esta Cidade da Bahia”, pelo Frei Archangelo de Ancona, enviado à Mesa do Desembargo para se obter a licença de impressão).

Caixa 168, pacote 03, documento 73 (licença para impressão dada a um calendário).

Caixa 168, pacote 03, documento 76 (reclamação do censor sobre lista de obras francesas cujos títulos são dados em português).

Caixa 168, pacote 03, documento 83 (críticas de um Censor Régio ao trabalho de análise das obras a serem censuradas)

Caixa 169, pacote 01, documento 04 (reclamações do censor sobre a lista mal elaborada de livros para exame).

Caixa 169, pacote 01, documento 07 (parecer negativo de José da Silva Lisboa para algumas obras de autores franceses).

Caixa 169, pacote 01, documento 08 (parecer de Lisboa sobre Mably).

Caixa 169, pacote 01, documento 19 (parecer negativo de J. S. Lisboa para o pedido de impressão de um elogio escrito a d. João por ocasião do fim da Revolução Pernambucana).

Caixa 169, pacote 01, documento 34 (livros proibidos encontrados ao se proceder a um inventário).

Caixa 169, pacote 01, documento 39 (censor critica em uma obra que se pretende imprimir o fato de tratar do assunto dos deveres do soberano para com seus vassallos).

Caixa 169, pacote 02, documento 47 (Censura das Cartas Persas de Montesquieu, de obra de Voltaire e Mil e Uma Noites).

Caixa 169, pacote 02, documento 49 (pedido de um comerciante francês para despacho de livros).

Caixa 169, pacote 02, documento 53 (lista de livros trazidos para um religioso em que se vêem obras sobre Napoleão e a Guerra Peninsular).

Caixa 169, pacote 02, documento 59 (pedido de despacho de dicionário francês).

Caixa 169, pacote 02, documento 61 (pedido de despacho de livros por um francês).

Caixa 169, pacote 02, documento 76 (pedido de despacho de livros por um francês)

Caixa 169, pacote 03, documento 93 (as Cartas Persas de Montesquieu encontradas em meio a livros de um francês que pede que eles sejam despachados da Alfândega)

Caixa 169, pacote 03, documento 101 (Censura de livro de Barrères, por suas ligações com Robespierre e Bonaparte, e de Mably, obras proibidas de Voltaire e Rousseau).

Caixa 169, pacote 03, documento 111 (francês pede licenças para livros)

Caixa 170, pacote 1, doc. Sem número (oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino admitindo ignorar que em remessa de livros que lhe vieram de França havia alguns proibidos).

Caixa 170, pacote 2, doc. 41 (negociante francês pede exame de livros seus na alfândega pelo Desembargo do Paço/ dúvidas do censor régio com relação à obra de um autor que pode ser Rousseau, o filósofo, entre os livros do negociante francês Jozé da La Brosse que se encontram na alfândega).

Caixa 170, pacote 2, doc. 47 (livros do francês Carlos Durand a serem inspecionados pelo Desembargo do Paço).

Caixa 170, pacote 3, doc. 61 (Pedido de despacho para uma lista de livros vindos da Inglaterra pertencentes a José da Silva Lisboa)

Caixa 170, pacote 3, doc. 73 (crítica de Bernardo José de Sousa Lobatto a um exame de livros feito por José da Silva Lisboa/ O Emílio de Rousseau/ Primeira resposta de Lisboa à crítica de Lobatto/ Luiz Carlos Franche solicita concessão de licença para despachar seu caixote de livros que está na alfândega).

Caixa 170, pacote 3, doc. 75 (obra de Bonneville suspeita pelo fato do autor ser admirador de Rousseau e Voltaire/ obra sobre doenças femininas suspeita por seu título).

Caixa 170, pacote 4, doc. 82 (parecer sobre lista de livros vindos da França que devem ser despachados da alfândega da Bahia para a Corte).

Caixa 170, pacote 4, doc. 83 (providências tomadas pelo Conde de Palma, governador e capitão geral da Capitania da Bahia, sobre a venda de obras proibidas na loja da Gazeta na Bahia).

Caixa 171, pacote 2, doc. 17 (pedido de licença para que alguns livros fossem liberados na alfândega, entre eles várias obras sobre Napoleão, datado de 12 de maio de 1817).

Caixa 171, pacote 02, doc. 28 (pedido de um francês para fazer imprimir na Impressão Régia folheto em que se oferece para consertar e fabricar relógios, assim como a ensinar o ofício, com data de 20 de julho de 1815).

Caixa 171, pacote 02, doc. 37 (pedido de licença de Paulino Joakim Leitão para imprimir um poema ao exército de Portugal).

Caixa 171, pacote 02, doc. sem número (dúvida sobre a proibição do *Werther* de Goethe).

Caixa 171, pacote 03, doc. 43 (obras censuradas na lista de livros que um francês pretende despachar: Abelard et Heloise/ Histoire du Brésil por Beauchamp).

Desembargo do Paço -Empregos Diversos:

Caixa 153, pacote 01 (pedido por parte da Mesa do Desembargo do Paço de aumento no número de censores régios datado de 26 de setembro de 1814/ Mais um pedido por parte da Mesa do Desembargo do Paço para nomeação de um censor régio datado de 5 de julho de 1819/ Consulta da Mesa do Desembargo do Paço datada de 12 de setembro de 1808 em que pedem a criação da censura sobre livros que se efetuará pelo decreto de 27 de setembro de 1808).

2. Fontes impressas em arquivos:

2.1. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/ UNICAMP)

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Imprensa Régia (microfilmes).

2.2. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP):

Almanach de Lisboa do anno de 1812. Lisboa: Imprensa Régia.

Almanach de Lisboa do anno de 1817. Lisboa: Imprensa Régia.

Almanach de Lisboa para o anno de 1814. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

Almanach de Lisboa para o anno de 1823. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1816. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 268, p. 179-379, jul. – set. 1965.

Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 270, p. 211-390, jan. – mar. 1966.

Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1825. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 291, p. 179-290, abril-junho 1971.

Almanack da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 282, p. 97-240, jan. – mar. 1969.

ARAÚJO, Elysio de. *Estudo histórico sobre a policia da capital federal de 1808-1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963, Bibliographie Brésilienne (separata), p. 11-37.

CAMARA, D. José Manoel da. A SUA. ALTEZA. REAL. O PRINCIPE. REGENTE. NOSSO. SENHOR. PIO. AUGUSTO. FELIZ. PAI. DA. PATRIA. Em perpetuo testemunho de gratidao. oferece d. José Manoel da Camara. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, 8 p.

COSTA, J.- A. Ferreira da. Napoleão I no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. 10, n. 57, p. 197-217, março de 1903.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo, bispo, 1743?-1821. Exhortações pastoraes do bispo d'Elvas d. José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho aos seus diocesanos, aos quaes recomenda a defesa da religião do soberano, e da patria [dada em Lisboa, 20/06/1810 e se congratula com os mesmos pelo sucesso das armas portuguesas. Dada em Lisboa, 2/4/1811]. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1811, 24 p.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Memória sobre o melhoramento dos domínios da América [1797 ou 1798]. In: **MENDONÇA**, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933, p. 268-290.

GARCIA, Emanuel S. Veiga. A Real Fábrica de São João de Ipanema. *Revista de História*, São Paulo, n. 11, v. 5, p. 55-61, 1952 (julho-setembro).

LEITE, Antonio Bressane. *A União Venturosa*. Drama com musica para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de SUA ALTEZA REAL o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR offerecido por Antonio Bressane Leite. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811, 19 p.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818.

MARTINS FILHO, Enéas. *O Conselho de Estado portuguez e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1968.

MEMÓRIAS políticas sobre os abusos geraes e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular. Redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 47, parte 1, p. 1-17, 1884.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Diccionário da língua portugueza*: recopilado dos vocabularios impressos até agora. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813 [1789], 2 v.

O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil, &c do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813-1814.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Paulo Fernandes e a polícia de seu tempo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 39, parte 2, p. 65-76, 1876.

PORTO, Manuel Joaquim da Silva. Elogio por ocasião do fausto e glorioso successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco, composto e oferecido ao muito alto e muito poderoso senhor D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

Registro de Estrangeiros, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960, v. 46.

RELAÇÃO das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas Particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo Objecto. Lisboa: Impressão Régia, 1810.

VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo em que a servio o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LV, parte 1, p. 373-380, 1892.

VIGILANCIA DO GOVERNO PORTUGUEZ CONTRA OS PRINCIPIOS JACOBINOS NO BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LIX, p. 406-412, 1896.

3. Fontes seriadas na internet

3.1. Site da Câmara dos Deputados:

Alvarás:

Alvará de 1º de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fabricas e manufacturas no Estado do Brazil
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_5.pdf)

Alvará de 1 de abril de 1808: Crêa o Conselho Supremo Militar e de Justiça
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_4.pdf;
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_5.pdf)

Alvará de 10 de maio de 1808. Crêa o Logar de Intendente Geral da Policia da Corte e do Estado do Brazil
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_9.pdf).

Alvará de 10 de maio de 1808. Regula a Casa da Supplicação e dá providencias a bem da administração da Justiça
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_8.pdf)

Alvará de 23 de agosto de 1808. Crêa o o Tribunal de Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_29.pdf).

Alvará de 3 de junho de 1809. Crêa o imposto da siza da compra e venda dos bens de raiz e meia siza dos escravos ladinos
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_20.pdf)

Alvará de 3 de junho de 1809. Crêa a contribuição de cinco réis em cada arratel de carne fresca de vacca
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_21.pdf)

Cartas Régias e de Lei:

Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 – Abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_3.pdf)

Carta Régia de 6 de junho de 1809. Trata da conquista da Cayenna e da Guyana Franceza
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_22.pdf)

Carta de Lei de 26 de fevereiro de 1810 – Ratifica o Tratado de amisade e alliança entre o Principe Regente de Portugal e ElRei do Reino Unido da Grande Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de Janeiro a 19 deste mez e anno
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_14.pdf e
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_15.pdf).

Carta de Lei de 26 de Fevereiro de 1810. – Ratifica o Tratado de commercio de navegação entre o Principe Regente de Portugal e El-Rei do Reino da Grande Bretanha e Irlanda, assignado no Rio de Janeiro a 18 deste mez e anno

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_16.pdf,
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_17.pdf,
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_18.pdf,
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_19.pdf,
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_20.pdf e
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_21.pdf).

Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810. Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_63.pdf).

Carta Régia de 4 de dezembro de 1810. Manda fundar um estabelecimento montanístico em Sorocaba para extracção do ferro das minas que existem na Capitania de São Paulo

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_66.pdf).

Carta Régia de 26 de julho de 1811. Estabelece uma consignação annual pelo espaço de 40 annos a favor de Portugal e paga pelas rendas das Capitánias da Bahia, Pernambuco e Maranhão

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B3_23.pdf)

Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815. Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_61.pdf)

Decretos:

Decreto de 11 de março de 1808. Nomeia os Ministros e Secretários de Estado

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_4.pdf).

Decreto de 7 de abril de 1808. Crêa o Real Archivo Militar e dá-lhe Regimento

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_6.pdf).

Decreto de 22 de abril de 1808. Crêa o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_7.pdf).

Decreto de 13 de maio de 1808. Concede perdão aos Desertores que no prazo de seis mezes se recolherem aos seus corpos

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf).

Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa a Impressão Regia

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf).

Decreto de 13 de maio de 1808. Crêa uma Fabrica da Polvora nesta Cidade

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_10.pdf)

Decreto de 28 de junho de 1808. Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_21.pdf).

Decreto de 10 de junho de 1808. Declara guerra ao Imperador dos Francezes e aos seus vassallos

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf).

Decreto de 27 de setembro de 1808. Approva a nomeação dos Censores Regios
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_39.pdf).

Decreto de 12 de outubro de 1808. Crêa um Banco Nacional nesta Capital
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_39.pdf).

Decreto de 13 de novembro de 1808 – Prorroga o prazo da amnistia aos desertores de primeira e segunda deserção simples
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_41.pdf).

Decreto de 25 de novembro de 1808 – Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brazil
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_42.pdf)

Decreto de 13 de maio de 1809. Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_16.pdf)

Decreto de 16 de junho de 1809 – Declara como serão os desertores processados em Conselho de Guerra
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_23.pdf)

Decreto de 27 de junho de 1809 – Manda suspender a execução do decreto de 16 deste mez sobre julgamento de desertores
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3_25.pdf)

Decreto de 28 de fevereiro de 1810 – Concede perdão aos desertores que se apresentarem no praso de um anno
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B1_23.pdf).

Decreto de 18 de junho de 1814. Permite a entrada dos navios de quaesquer nações nos portos dos Estados Portuguezes e sahida dos nacionaes para portos estrangeiros
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_41.pdf).

Decreto de 17 de fevereiro de 1815. Determina que o governo e administração da Real Officina Typographica e Fabrica de cartas de jogar fiquem pertencendo ao Presidente do Real Erario, como Inspector Geral destes estabelecimentos
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_53.pdf)

Decreto de 12 de agosto de 1816. Concede pensões a diversos artistas que vieram estabelecer-se no paiz
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_21.pdf)

Decreto de 23 de novembro de 1820. Crêa nesta cidade uma Academia de Desenho, Pintura, Esculptura e Architectura Civil, e dá-lhe Estatutos
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_25.pdf)

Decreto de 23 de novembro de 1820. Manda principiar, com o nome de Academia das Artes, as aulas de pintura, desenho, esculptura e gravura, estabelecidas nesta Côrte
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_25.pdf)

Decreto de 2 de dezembro de 1820. Manda exigir passaporte das pessoas que entram e sahem deste Reino do Brazil
(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_27.pdf e
http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_28.pdf)

Decreto de 7 de março de 1821. Trata do regresso d'El-Rei para Lisboa ficando o Príncipe Real encarregado do Governo Provisorio do Brazil

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4_9.pdf)

Decisões:

Decisão n. 16 – Brazil – Em 23 de junho de 1808 – Determina aos Governadores e Capitães Generaes das Capitánias que façam executar as ordens que forem expedidas pelo Intendente Geral de Polícia aos Magistrados das suas Capitánias

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_6.pdf)

Decisão n. 17 – Guerra – de 24 de junho de 1808. Manda estabelecer a Junta da Direcção da Impressão Régia e dá-lhe regimento provisorio

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_6.pdf).

Decisão n.º 53 – Brazil – em 22 de novembro de 1808. Approva o regulamento provisional da Administração Geral do Correio desta Côrte Província do Rio de Janeiro

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A2_19.pdf).

Decisão n.º 39 – Brazil – em 4 de dezembro de 1810. Manda cobrar varios impostos nas Capitánias para as despesas da Illuminação publica desta Côrte, e sustento da Guarda Real da Policia

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B2_9.pdf e

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B2_10.pdf)

Decisão n. 4 – Brazil – em 3 de fevereiro de 1814. Crea um Interprete de linguas estrangeiras na Intendencia geral da policia

(http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_47.pdf)

4. Fontes diversas:

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936/1938, 7 vols.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: São Paulo Editora, 1963

Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: MEC, v. 56, 1939.

CHATEAUBRIAND. *Mémoires d'Outre Tombe*. Paris: Flammarion, 1948, 2 v.

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001 (Edição fac-similar), 1808-1822.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS: Revolução de 1817, v. CL-CLV. Rio de Janeiro: MEC/Biblioteca Nacional, 1954

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Memórias políticas sobre os abusos geraes e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular. Redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 47, parte 1, p. 1-17, 1884.

LAS CASES, Emmanuel de. *Le Mémorial de Sainte-Hélène*. Paris: Flammarion, 1951, 2 v.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943 [1825], 2 v.

4.1. Viajantes:

BOURDON, Leon (ed.). Lettres familières et fragment du journal intime mes sottises quotidiennes de Ferdinand Denis à Bahia (1816-1819). *Brasilia*, Coimbra, v. X, p. 143-286, 1958.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972 [1834].

FREIREYSS, G. W. Viagem ao interior do Brazil nos anos de 1814-1815. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. 11, p. 158-228.

LEITHOLD, Theodor von & **RANGO**, L. von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1820-1821].

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975 [1820].

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora/EDUSP, 1972 [1835].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1830].

SPIX, Johann Baptist von & **MARTIUS**, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968 [1823-1831], 3 v.

4.2. Obras de literatura:

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003 [1854].

ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Ática, 1991 [1881].

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002 [1572].

GOETHE, J. W. *Fausto-Werther*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002 [1808/1774].

LEYS, Simon. *A Morte de Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

STENDHAL, *O Vermelho e o Negro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987.

SWIFT, Jonathan. *As Viagens de Gulliver*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

TOLSTOI, León. *Guerra e Paz*. In: *Leão Tolstói: Obra Completa* (v. I). Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.

4.3. Obras sobre o Período Joanino

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Censura e comércio de livros no período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XXXIII, p. 631-663, 1999.

_____. Conflitos entre os “homens bons” do paço no Rio de Janeiro de d. João. *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, São Paulo, SBPH, p. 183-186, 1997.

_____. O Feitor Ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & **MORAES**, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: EDUSP/Kosmo, 1993, 2 v.

CARDOSO, Tereza Maria R. Fachada Levy. A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 371, abril/junho 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1962, tomo 2, vol 1.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908].

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANCHESTER, Alan K. A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 277, p. 3-44, 1967.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro*. Campinas, 2006. 216 p. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MELLO, Evaldo Cabral de. “O império frustrado”, suplemento “Mais”, *Folha de São Paulo*, 15 de abril de 2001, p. 16-17.

MOTA, Carlos Guilherme. Presença Francesa em Recife em 1817. *Extrait des Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*. Caravelle, 15, 1970.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

RODRIGUEZ LOPEZ, Emilio Carlos. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 (Série Teses).

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/London: Routledge, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

_____. Fazer a América: Franceses no Brasil (1815-1822). *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, n° X, p. 299-316, 1995.

_____. A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1822. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, julho-dezembro 1986.

_____. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História* (separata), n. 94, São Paulo, 1973.

_____. A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821). *Revista de História*, v. LI, n. 102, p. 551-580, abril-junho 1975, ano XXVI.

_____. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e de D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1.

MONTEIRO, Tobias. *História do império: a elaboração da independência*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981 [1927], tomo 1.

4.4. Obras sobre o Período Napoleônico:

BERTRAND, Jean-Paul; **FORREST**, Alan e **JOURDAN**, Annie. *Napoléon, le monde et les Anglais*. Guerre de mots et des images. Paris: Éditions Autrement, 2004.

BOÎME, Albert. *Art in an Age of Bonapartism: 1800-1815*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1993.

BOPPE, P. *La Légion Portugaise, 1807-1813*. Paris: 1994 [1897].

CASTRO, Zília Osório de. Napoleão, “o anticristo descoberto”. *Ler História*, Lisboa, n. 17, p. 93-111, 1989.

ENGLUND, Steven. *Napoleão: uma biografia política*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2005.

FONTANA, Biancamaria. The Napoleonic Empire and the Europe of Nations. In: **PAGDEN**, Anthony (ed.). *The idea of Europe from Antiquity to the European Union*. Washington, DC; Cambridge: Woodrow Wilson Center Press; Cambridge University Press, 2002, p. 116-128.

GODECHOT, Jacques. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1984

GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

HOLTMAN, Robert. *Napoleonic Propaganda*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1950.

LEFÈBVRE, Georges. *Napoléon*. Paris: PUF, 1953.

MARIZ, Vasco. Napoleão Bonaparte e a Revolução Pernambucana de 1817. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 199, p. 459-470, outubro/dezembro 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política (c. 1808-1810)*. Rio de Janeiro, 2002. 272 f. Tese (para concurso público para Professor Titular na área de História Moderna) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PIGEARD, Alain. *L'Armée de Napoléon. Organisation et vie quotidienne*. Paris: Éditions Tallandier, 2000.

STOIANI, Raquel. *Da Espada à Águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005 (Série Teses).

_____ e **GARRAFFONI**, Renata Senna. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antigüidade Clássica por Napoleão Bonaparte. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 6, p. 69-82, 2006.

TARLÉ, Eugueni. *Napoleão*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, 2 v.

TULARD, Jean. *L'Anti-Napoléon*. Paris: René Julliard, 1965.

_____. *Napoleão: o Mito do Salvador*. Niterói/Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1996.

_____. *Napoléon et la noblesse d'Empire*. Paris: Tallandier, 2001.

VICENTE, António Pedro. Panfletos anti-napoleônicos durante a Guerra Peninsular: actividade editorial da Real Imprensa da Universidade. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 101-130, 1999.

_____. *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. Lisboa: Comissão

4.5. Obras sobre a Missão Artística de 1816:

BITTENCOURT, Feijó. A expressão histórica da Missão Artística Francesa de 1816, no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 176, p. 347-378, 1941.

BRUAND, Yves. A fundação do ensino acadêmico e o neo-classicismo no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 311, p. 101-121, abril-junho 1976.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. O Sesquicentenário da Missão Artística Francesa – 1816-1966. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 272, p. 243-260, 1966.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas – Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TAUNAY, Afonso de E. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956.

UMA CIDADE EM QUESTÃO I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

4.6. Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de & FERNANDES, Eliane Moury (orgs.). *O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1992.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Revoltas e ideologias em conflitos durante as invasões francesas. *Revista de História das Idéias*. Coimbra, n. 7, p. 7-90, 1985.

ARENDRT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Editora Ática/ EDUnB, 1988.

AYMES, Jean-René & FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. *L'Image de la France en Espagne (1808-1850)*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1997.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Presença, 1984

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5 (Antropos-Homem), p. 296-332.

BADINTER, Elisabeth. *Émilie, Émilie*. A ambição feminina no século XVIII. São Paulo: Paz e Terra/ Discurso Editorial/ Duna Dueto, 2003.

BAILYN, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution* (enlarged edition), Cambridge, Massachusetts/ Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1992.

BAKER, Keith Michael (ed.). *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*. Oxford: Pergamon, 1987, v. 1.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: EDUnB, 1982.

BHABHA, Homi K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: _____. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

Bíblia Sagrada, SP: Ed. Ave-Maria, 1993.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, Berenice. Os 'letrados' da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 53-66, jan./dez. 1995.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. As idéias democráticas na América Latina. *Análise & Conjuntura* (Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário 1789/1989), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2 e 3, p. 149-166, maio/dez 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CRAWLEY, C.W. (ed.). *The New Cambridge Modern History: war and peace in an age of upheaval- 1793-1830*. Londres/NY/Melbourne: Cambridge University Press, c.1975.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-70, jan./ mar. 1968.

_____. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). In: **MOTA**, Carlos Guilherme. *1822. Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 2 v.

FALCON, Francisco J. C. *Da ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço-tempo setecentista*. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-87 jan./jun. 1989.

FONSECA, Célia Freire d'Aquino. A Revolução Francesa e o Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3, p. 13-28, maio/dezembro 1989.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. São Paulo; Belo Horizonte: EDUSP; Itatiaia, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, João; **BICALHO**, Maria Fernanda & **GOUVÊA**, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa (Mitos e Interpretações)*. São Paulo: Perspectiva, s/d.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Européia*. Lisboa: Cosmos, 1948.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. A Pornografia e a Revolução Francesa. In: _____. *A Invenção da Pornografia*. Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999, p. 329-371.

IGLÉSIAS, Francisco. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-13, jan.-jun. 1989.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

_____. O '1798' baiano e a crise do antigo regime português. In: **ARAÚJO**, Ubiratan Castro de, **TAVARES**, Luís Henrique Dias, **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da et alii. *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Secretaria da Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999, p. 37-49. p. 51-76.

KANTOROWITZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KURY, Lorelai Brilhante & **MUNTEAL FILHO**, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan./dez. 1995.

LANGLEY, Lester. *The Americas in the Age of Revolution (1750-1850)*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1996.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1979].

MALERBI, Eneida Maria Cherino. *Relações Comerciais entre Brasil e França: 1815-1848*. Dissertação de Mestrado na área de História Econômica, FFLCH, USP, 1993.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINHO, Lenira Menezes & **GORENSTEIN**, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

MARTINIÈRE, Guy. L'Indépendance des Amériques et la Révolution française: l'enjeu géopolitique des Caraïbes aux Guyanes. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 5, Paris, L'Université, p. 5-35, 1987.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, v. 5.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Conjoncture et société au Brésil à la fin du XVIII^{ème} siècle: Prix et salaires à la veille de la Révolution des Alfaiates – Bahia 1798. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 5, p. 33-53, 1970.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII A XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

_____. *Nordeste, 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1972.

MOTT, Luiz. Um documento inédito para a história da independência. In: **MOTA**, Carlos Guilherme. *1822. Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 465-483.

NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre a arte brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Leitura e leitores no Brasil, 1802-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 123-138, jan./dez. 1995.

_____. O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 37, p. 95-111, 1999.

_____ & **FERREIRA**, Tânia Maria T. Bessone da C. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 113-119, jan.-jun. 1989.

NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: **MOTA**, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 47-63.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1979].

_____. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, USP, n. 142-143, p. 213-237, 1º e 2º semestres de 2000.

_____. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, p. 105-118, março/1984.

NOGUEIRA, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo, na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n. 16, p. 317-342, outubro-dezembro 1953 [este artigo foi republicado sob o nome de **VIOTTI**, Emília Nogueira na *Revista de História*, São Paulo, Humanitas, n. 142-143, p. 277-308, 1º e 2º semestres de 2000].

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliiana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Nova Fronteira, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

POCOCK, J. G. A. *Politics, language and time: Essays on political thought and history*. Londres/Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

POTELET, Jeanine. Projets d'expéditions et d'attaques sur les côtes du Brésil (1796-1800). *Caravelle. Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*. Toulouse, n. 54, p. 209-222, 1990.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: EDUNB, 1995.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Kosmos, 1945.

RUDÉ, George. *A Europa Revolucionária: 1783-1815*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

SALGADO, Manuel Luiz. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan.-jun. 1989.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No Rascunho da Nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, 6 v.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos raciais e sociais na sedição de 1798 na Bahia. In: **ARAÚJO**, Ubiratan Castro de, **TAVARES**, Luís Henrique Dias, _____ et alii. *II Centenário da sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Secretaria da Cultura e Turismo; Brasília: MINC, 1999, p. 37-49.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna. *Revista de História*, n. 135, São Paulo, p. 9-17, 2º semestre de 1996.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1995.

TZU, Sun. *A arte da guerra: os treze capítulos originais*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2006.